



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

RAFAEL DE ABREU E SOUZA

**UM LUGAR NA CAATINGA:
CONSUMO, MOBILIDADE E PAISAGEM NO SEMIÁRIDO DO NORDESTE
BRASILEIRO**

CAMPINAS
2017

RAFAEL DE ABREU E SOUZA

**UM LUGAR NA CAATINGA:
CONSUMO, MOBILIDADE E PAISAGEM NO SEMIÁRIDO DO NORDESTE
BRASILEIRO**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos pra a obtenção do título de Doutor em Ambiente e Sociedade, na área de Aspectos Sociais de Sustentabilidade e Conservação.

Orientadora: Prof.^a DRA. ALINE VIEIRA DE CARVALHO

Coorientadora: Prof.^a DRA. CÉLIA REGINA TOMIKO FUTEMMA

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO RAFAEL DE ABREU E SOUZA, E ORIENTADA PELA PROFA. DRA. ALINE VIEIRA DE CARVALHO.



CAMPINAS
2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): FAPESP, 2013/18877-6

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1963-5394>

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

Souza, Rafael de Abreu e, 1984-
So89L Um lugar na caatinga : consumo, mobilidade e paisagem no semiárido do Nordeste brasileiro / Rafael de Abreu e Souza. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Aline Vieira de Carvalho.

Coorientador: Célia Regina Tomiko Fudemma.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Casa. 2. Camponeses. 3. Mobilidade. 4. Consumo (Economia) - Brasil. 5. Sertão - Brasil. I. Carvalho, Aline Vieira de, 1981-. II. Fudemma, Célia Regina Tomiko, 1965-. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: A place in caatinga : consumption, mobility and landscape in the semiarid lands of Brazilian Northeast

Palavras-chave em inglês:

House

Peasants

Mobility

Consumption (Economy) - Brazil

Hinterland - Brazil

Área de concentração: Aspectos Sociais de Sustentabilidade e Conservação

Titulação: Doutor em Ambiente e Sociedade

Banca examinadora:

Aline Vieira de Carvalho [Orientador]

Lucia da Costa Ferreira

Luis Cláudio Pereira Symanski

Paulo Eduardo Zanettini

Nashieli Cecília Rangel Loera

Data de defesa: 29-03-2017

Programa de Pós-Graduação: Ambiente e Sociedade



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa da Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 29/03/2017, considerou o candidato Rafael de Abreu e Souza aprovado.

Prof. Dra. Aline Vieira de Carvalho (orientadora)

Prof.^a Dra. Lucia da Costa Ferreira

Prof. Dr. Luis Cláudio Pereira Symanski

Prof. Dr. Paulo Eduardo Zanettini

Prof.^a. Dra. Nashieli Cecília Rangel Loera

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

RESUMO

A região Nordeste do Brasil tem sido vista, ao menos desde finais do século XIX, ora como zona pobre, com base em visões deterministas sustentadas por abordagens simplistas nas quais a desertificação, a seca, a fome e a pobreza são encontradas invariavelmente juntas, ora como região diaspórica, argumentação pautada no fato de incidir, em parte, sob ambiente com características áridas marcado por episódios de seca. Estas tratativas deram forma a um rígido e poderoso corpo discursivo no qual o chamado “sertão” é apresentado como homogêneo, materialmente estático, isolado e degradado. Esta tese busca construir uma narrativa crítica à idéia de estaticidade, pobreza e isolamento dos *camponeses do sertão*, a partir da análise da materialidade das casas de barro localizadas nos estados de Pernambuco, Piauí e Ceará. Foco é dado às características materiais cotidianas das populações sertanejas ao longo do século XX, ressaltando aspectos relacionados ao consumo, a mobilidade e a paisagem recorrendo a ferramentas da arqueologia do passado contemporâneo, da antropologia rural e da ecologia histórica para mostrar como mudar e continuar o mesmo pode inverter lógicas capitalistas e ter papel fundamental no mundo globalizado.

Palavras Chave: casa, camponeses, sertão, consumo, mobilidade

ABSTRACT

The Northeast of Brazil is usually understood, since the 19th century, as a poor region regarding determinist approaches sustained by simplistic views in which desertification, drought, famine and poverty are found invariably together. The area is also faced as a diasporic region, assumption based on its correspondence with desert like environment, known by drought episodes. These statements settled a rigid and powerful discourse where the semiarid is presented as homogeneous, materially static, isolated and degraded. The present research builds a critical narrative to the ideas of staticity, poverty and isolation related to the *sertanejo* people through the analysis of houses' materiality located in Pernambuco, Piauí and Ceará states. Focus is given on an archaeological view of peasants' material day-to-day dimension throughout the 20th century, highlighting aspects of consumption, mobility and landscaping. The thesis dialogues with assumptions from the Archaeology of the Contemporary Past, Rural Anthropology and Historical Ecology pinpointing how changing and staying the same can invert capitalistic logics and play a key role in the globalized world.

Keywords: house, peasants, hinterland, consumption, mobility

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1. Municípios abarcados pelo projeto Transnordestina (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011). A revitalização da antiga linha férrea da RFFSA já tem mudando as feições de diferentes municípios, trazendo impactos relativos às pessoas e ao ambiente, com novas coisas e novas ideias, encontrado as velhas coisas e velhas ideias. Quais os processos de resistência, apropriações e hibridização que o mapa camufla? 43
- Figura 2. Georreferenciamento dos contextos analisados (Base Google Earth). O mapa corresponde aos mesmos caminhos indicados na figura anterior, com a diferença de sobrepor-se a uma imagem aérea que deixa notar as manchas amarronzadas onde o semiárido é mais intenso. 44
- Figura 3. Correm Fabiano, sinhá Vitória, Menino mais velho, Menino mais novo e a cachorra Baleia, de uma vida sempre seca ou para uma vida sempre seca? Fuga ou mudança? A interrogação da frase carrega quase uma sensação de frustração e estava logo na entrada do Museu Graciliano Ramos, em Palmeira dos Índios, Alagoas, no pôster que segue uma estrutura próxima da xilogravura, uma importante referência cultural, para o evento de comemoração dos 70 anos do romance *Vidas Secas* (Foto do autor, 2009). 58
- Figura 4. À esquerda, casa na vila Limoeiro, estado do Ceará, fotografia de Tibor Jablonsky (1962); à direita, casa em Simplício Mendes (a AHO 28), no estado do Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia), de 2009. Aparentemente semelhantes, o que a micro-escala nos guarda de diferenças?..... 104
- Figura 5. Estrutura básica do lugar de moradia (sem escala). Novamente o olhar da recorrência refere-se ao arranjo espacial, mas ao descermos para o cotidiano, surgem as pequenas variações, ligadas aos materiais, por exemplo. 105
- Figura 6. Planta baixa das atividades realizadas no sítio arqueológico Pau a pique, em Sertânia, estado do Pernambuco (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011). A linha pontilhada é apenas uma forma de forçar o olhar para a delimitação da clareira, tão clara e ao mesmo tempo tão fugaz, para a árvore localizada no interior do terreiro, e à localização da casa, quase central a este microcosmo. 105
- Figura 7. Gravura na parede das ruínas da casa do sítio arqueológico Italianas, no estado do Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). Ao lado, um pequeno decalque do desenho (desenho do autor). A metalinguagem óbvia da gravura da casa na parede de uma casa também deixa antever um esquema iconográfico que se repete ao lado, na xilogravura. O que compartilham? Identidades? 107
- Figura 8. Xilogravura de DILA. A grande árvore que traz sombra parece prostrada em um embate com o forte sol, com seus raios em todas as direções. Ali, abaixo dos titãs da natureza, o cachorro, o boi e o sertanejo, em segundo plano em relação à casa, com porta e janela na frente, e duas janelas na lateral. 107

- Figura 9. Porta e janela à frente da casa de barro na zona rural de Cústodia, estado de Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009). À limpeza do terreiro contrasta o acúmulo de folhas e objetos fora da cerca de galho e arame. Discretas, mas marcantes, duas parabólicas..... 108
- Figura 10. Casa do sítio arqueológico Canafístula II (2009), no município de Serra Talhada, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009). Aqui, a parte dos fundos, com sua única porta que sai da cozinha, um universo privado que poucos acessam. 108
- Figura 11. A fachada da casa do sítio arqueológico Cantim (2010), em Iguatu, estado do Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010) mostra que nem sempre há janelas na fachada de chegada à casa. 108
- Figura 12. A arqueóloga Louise Alfonso na antiga casa do sítio arqueológico Pau a pique (2009), em Sertânia, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009), abrindo a porta, ao lado da janela. 108
- Figura 13. Casa em reforma na zona rural de Verdejante, Pernambuco (Foto do autor, 2009). Uma tempestade havia desmoronado o telhado enquanto dormiam mãe e filha, na madrugada. A casa não possuía janelas, apenas portas: uma na frente outra atrás. 108
- Figura 14. Casa na zona rural de Verdejante, PE (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009). Novamente, porta e janela na porção frontal, nenhuma janela na lateral, diferente da xilogravura..... 108
- Figura 15. Casa em ruína na zona rural do município de Pavussu, no estado do Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009). O técnico em arqueologia Breno Paiva busca as antigas passagens, agora por todos os lados..... 109
- Figura 16. Casa na zona rural de Salgueiro, no Pernambuco (Foto do autor, 2009). Uma porta e poucas janelas, além de um terreiro muito limpo. 109
- Figura 17. À esquerda vestígios de antiga casa na clareira ainda viva do sítio arqueológico Marmeleiro, no município de Senador Pompeu, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010), e à direita casa em uso, com asseamento do terreiro, em casa na zona rural do município de Icó, no mesmo estado (Foto do autor, 2010). Seria a própria clareira o marco paisagístico que materializa a casa ausente? Depois de deixada, o que sobra aos olhares desatentos? E aos atentos? 110
- Figura 18. Planta baixa das atividades realizadas no sítio arqueológico Santa Rita, município de Flores, Pernambuco. Observa-se a linha da clareira, a dispersão dos artefatos e a associação a uma cacimba (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011) 110
- Figura 19. Planta baixa das atividades realizadas no sítio arqueológico Calumbi III, município de Flores, Pernambuco. Observa-se o terreiro delimitado pelas árvores (favelas, umbuzeiros e jurema) (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011). 111

- Figura 20. Planta baixa das atividades realizadas no sítio arqueológico Camaleão III, município de Flores, Pernambuco. Observa-se mancha de taipa desmornada, associação a açude e terreiro delimitado por algarobas (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011). 111
- Figura 21. Planta baixa das atividades realizadas no sítio arqueológico Camaleão III, município de Serra Talhada, Pernambuco. Observa-se a linha que delimita uma grande clareira com mancha de taipa desmornada ao centro (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011). 112
- Figura 22. Planta baixa das atividades realizadas no sítio arqueológico Carvoeiro, município de Salgueiro, Pernambuco. Observa-se os vestígios de uma antiga clareira, com mancha de taipa desmornada e sua associação a fornos para carvão vegetal (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011). 112
- Figura 23. Planta baixa das atividades realizadas no sítio arqueológico Juazeiro, em Verdejante, Pernambuco. Observa-se linha que delimita a clareira e associação a mancha de taipa desmornada (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011). 113
- Figura 24. Unidade doméstica do sítio arqueológico Menandro, localizada na zona rural do município de São Miguel do Fidalgo, no Piauí: esqueleto, clareira ao redor, caatinga seca e a discreta árvore, único ponto verde da paisagem, na quina da casa (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009). 115
- Figura 25. Na foto da esquerda, a casa, em ruínas, de adobe do sítio arqueológico Pajeú, no município de Flores do Piauí, no Piauí; no meio, casa de tijolo maciço do sítio arqueológico Calumbi, também no Piauí. Por fim, à direita, casa de taipa zona rural de Quixeramobim, no Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). O que elas tem de comum e de diferente? 117
- Figura 26. Embasamento de pedra do sítio arqueológico Banabuiú, município de Quixadá, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). 117
- Figura 27. Tijolera da antiga casa do sítio arqueológico Banabuiu, município de Quixadá, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). 117
- Figura 28. Embasamento de pedra da casa do sítio arqueológico Viúva Virgem, município de Quixadá, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). 118
- Figura 29. Tijoleira na varanda da antiga casa do sítio arqueológico Viúva Virgem, município de Quixadá, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). 118
- Figura 30. Mar de tijolos, cactos e lajedo ou a casa desmornada do sítio arqueológico Uruque I, no Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). Se limpássemos os tijolos da foto, veríamos a mesma coisa? O uso da condicional é válida para o real fenomenológico? 118
- Figura 31. Cícero em meio ao lajedo usado como área de descarte no sítio arqueológico Banabuiú, município de Quixadá, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). É possível que esta fotografia exista sem a área de descarte? Que lugar seria esse? 118

- Figura 32. Etapas da construção de uma casa de taipa de pau a pique ou sopapo (COSTA, CORDEIRO, 1999, p. 17). O uso dos recursos locais para a construção da casa, desde o próprio local até os materiais utilizados, faz das casas de barro quase que um continuum com o ambiente, que diferencia-se pela antropogenia. 119
- Figura 33. Estrutura sem gaiola, com ase paredes de barro desmoronadas na área rural de Cedro, Ceará (Foto do autor, 2010). 119
- Figura 34. Casa arruinada do sítio arqueológico Menandro, município de São Miguel do Fidalgo, no Piauí. Nota-se que parte das telhas do telhado já haviam sido retiradas (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009). 119
- Figura 35. Casa arruinada no sítio arqueológico Capela, São José do Belmonte, Pernambuco. Nota-se desmonte da estrutura com telhas alinhadas junto às paredes (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009). 120
- Figura 36. Casa arruinada e seu esqueleto no sítio arqueológico Calumbi III, em Flores, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009). 120
- Figura 37. *Design*, circulação e ordenação das formas na unidade doméstica (sem escala). Para frente, a fachada, mas também a sala, a porta e nem sempre a janela; para os fundos, o descarte, a cozinha e sua porta; para os lados, os quartos, e às vezes janelas, ou na esquerda ou na direita. O que o desenho não mostra das pequenas atividades e práticas que adensam o sentido deste lugar? Será que é possível mover-se de outros modos?122
- Figura 38. Forno a lenha no interior da casa do sítio arqueológico Calumbi, no Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009). 123
- Figura 39. Forno a lenha do interior da casa do sítio arqueológico Menandro, em São Miguel do Fidalgo, Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009). 123
- Figura 40. Forno a lenha do interior da casa do sítio arqueológico Pau a pique, em Sertânia, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009). A parede preta de fuligem, assim como a parte interna do telhado, é um traço recorrente e que dá cor a cozinha. .. 124
- Figura 41. Forno a lenha do interior da antiga casa do sítio arqueológico Viúva Virgem, em Quixadá, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). A casa inteira rui, mas o forno continuava visível. 124
- Figura 42. Forno para carvão vegetal próximo da unidade doméstica do sítio arqueológico Camaleão III, em Serra Talhada, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009). 125
- Figura 43. Forno para carvão vegetal próximo da unidade doméstica do sítio arqueológico Baixo dos Milagres I, em Salgueiro, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009). 125

- Figura 44. Forno para carvão vegetal próximo da unidade doméstica do sítio arqueológico Talhado, Serra Talhada, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009)..... 125
- Figura 45. Forno para carvão vegetal próximo da unidade doméstica do sítio arqueológico Carvoeiro, Salgueiro, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009)..... 125
- Figura 46. Forno para carvão vegetal próximo da unidade doméstica da AOH 11, Pernambuco, recentemente em uso (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009). 125
- Figura 47. Forno para carvão vegetal na AOH 16, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010), ainda com carvão em seu interior. 125
- Figura 48. As telhas sobrepostas e acumuladas sobre o solo próximo a casa do sítio arqueológico Viúva Virgem, em Quixadá, Ceará, parecem brotar da terra (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). 129
- Figura 49. Telhas sobrepostas e acumuladas sobre o solo no local da antiga casa do sítio arqueológico Marmeleiro, em Senador Pompeu, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). 129
- Figura 50. O que é telha e o que é rocha? Telhas sobrepostas e acumuladas sobre o solo no sítio arqueológico Carvoeiro, em Salgueiro, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009). 129
- Figura 51. Telhas sobrepostas acumuladas sobre o solo na casa em ruínas do sítio arqueológico Capela, em São José do Belmonte, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009). 129
- Figura 52. Telhas sobrepostas e acumuladas em casa em ruínas, Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009). 130
- Figura 53. Telhas sobrepostas e acumuladas sobre o solo na casa do sítio arqueológico Arca de Noé, em Quixadá, Ceará, sucumbidas à vegetação (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). 130
- Figura 54. Grandes potes, boca para baixo e boca para cima, deixados junto a parede externa da casa do sítio arqueológico Menandro, em São Miguel do Fidalgo, no Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009). 131
- Figura 55. A xilogravura da esquerda, *Moça Roubada*, de autoria de J. Borges, muito compartilha com a da direita, *Resistindo a seca*, de Severino Borges, para além dos cactos como parte do ambiente das caatingas. Aqui também é possível notar o jegue, uma grande figura dos sertões, não só como meio de transporte..... 137
- Figura 56. Casa e sua algaroba, zona rural de Verdejante, Pernambuco (Foto do autor, 2009). 146

- Figura 57. Casa e jurema no sítio arqueológico Calumbi III, em Flores, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009). 146
- Figura 58. Algaroba ao lado da taipa desmoronada que conformava a casa do sítio arqueológico Baixio da Formiga, no Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009). A árvore funciona quase como um marco da existência da antiga casa para quem lê este cenário. 147
- Figura 59. Juá ao lado da taipa desmoronada que conformava a casa do sítio arqueológico Truçú, no Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). 147
- Figura 60. Relação entre as árvores e as unidades domésticas (uma desmoronada e outra ainda em uso) no sítio arqueológico Salgueiro III, Ceará (Zanettini Arqueologia, 2011) 147
- Figura 61. Planta de atividades dos sítios arqueológicos Cantim (esquerda) e Truçú (direita), Ceará, onde é possível ver a relação entre uma cajarana e um juá, as áreas de descarte (Cantim: Q25, 26, 27 e 2; Truçú: Q16, 34 e 35) e o pau a pique desmoronado da antiga casa (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011). 150
- Figura 62. *O Homem que brigava com o sol e jogava pedra na lua*, xilogravura de Severino Borges (Bode, 2004). Contra que luta o homem? Contra sol e lua, contra seca, contra a vida? Aqui mais uma vez também vemos as árvores em sua imponência protegendo a casa, acima da morada, entre esta e a lua e, seguramente, contra o sol. 152
- Figura 63. Relação entre a casa (pau a pique desmoronado), os rios intermitentes e a topografia nos sítios arqueológicos Erva Daninha (esquerda) e São Miguel (direita), no Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2011). 159
- Figura 64. Caldeirão, cercado de tijolos e tampado por galhos, no sítio arqueológico Calumbi, no Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009). Aqui a água acumula-se naturalmente. 161
- Figura 65. Acúmulo de água em lajedo cercado por tijolos maciços (AOH 70), Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia). Aqui, a água acumula-se naturalmente, mas precisou de um "empurrãozinho" para não escapar. 161
- Figura 66. Discreto olho d'água no sítio arqueológico Olho d'água, município de Missão Velha, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). Aqui Padre Cícero, de Juazeiro, previu um bom lugar para morar. 162
- Figura 67. Olho d'água no sítio arqueológico Massalinas, no Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). 162
- Figura 68. Vista da água acumulada no pediplano de *inselbergs* a partir do sítio arqueológico Quixadá IV, em Quixeramobim e do sítio arqueológico Viúva virgem, no município de Quixadá, ambos no estado do Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia). A paisagem do entorno da casa também é a própria paisagem da casa; a água da paisagem é a água da casa, casa é paisagem, paisagem é casa. 163

- Figura 69. Relação entre a clareira que demarca o antigo terreiro e a área de descarte com uma cacimba no sítio arqueológico Santa Rita, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). 164
- Figura 70. Cacimba do sítio arqueológico Baixio dos Milagres III (esquerda acima), em Salgueiro, na AOH 1 (direita acima), em Parnamirim, ambas em Pernambuco, e cacimba no Piauí (abaixo) (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009): alterações na topografia pela mão humana que cria cenários distintos, servindo como pólo atrator de pessoas, plantas e animais. 165
- Figura 71. A cacimba com água barrenta em sítio do distrito de Arajás, Barbalha, no Ceará, em fotografia de Tibor Jablonski. Bois, cercas trançadas, cacimba, casa, porta janela, telhados de duas águas, caracterizam a paisagem sertaneja, a qual, sem isso, deixaria, simplesmente, de ser. 166
- Figura 72. Planta baixa das atividades realizadas no sítio arqueológico Bom Jesus, município de Serra Talhada, Pernambuco (Zanettini Arqueologia, 2011). O sistema de drenagens é todo acompanhado por cortes transversais em seu fluxo: os barramentos de pedra. 167
- Figura 73. À esquerda o barramento no sítio arqueológico Bom Jesus, no município de Serra Talhada, Pernambuco, e à direita, barramento (AOH 46), no Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). Os discretos alinhamentos de pedra podem ter vários usos e diversos significados, dependendo de quem passa, para onde passa e o que quer fazer. 167
- Figura 74. O fluxo dos elementos conectados e conectantes da água a partir do sítio camponês. Subentendido a este fluxograma, o movimento (Fluxograma do autor). 168
- Figura 75. Gráfico de radar (Gráfico do autor) gerado a partir da ordenação dos contextos das casas analisadas, por data média, no tempo, comparando com a frequência das categoriais artefatuais estipuladas. A seta vermelha indica o momento de mudança de um predomínio da cerâmica e uma constância percentual, para uma maior oscilação de linhas, cores e alturas. O que passou a ocorrer ali? 176
- Figura 76. Gráfico de linhas (Gráfico do autor) que mostra, de outra forma, as variações a partir de um dado momento, representado pela linha vermelha: linhas espaçadas e menos angulosas para linhas muito mais quebradas e mais próximas, como em interferências de transmissões de rádio. 179
- Figura 77. Gráfico de linha, com linhas de tendência (Gráfico do autor). A mera observação da presença/ausência de um objeto pode ser lida como homogeneização, mas observar os modos como recorrer por meio das frequências permitiu notar que seus usos são muito mais complexos do que uma análise de observação etnográfica sem base quantitativa poderia oferecer. A queda gradual da cerâmica de produção local/regional nos trás, de modo imediato, a sensação de que ela está fadada ao desaparecimento. Podemos nos preparar, de forma preditiva, para a desapareção definitiva? Mas as culturas estão em constante mudança... então quem sabe?..... 181

- Figura 78. Gráfico de dispersão com linha de tendência (Gráfico do autor). Como explicar a redução da quantidade do conteúdo das áreas de descarte?..... 183
- Figura 79. Gráfico de dispersão das frequências de plástico ao longo do tempo. Cada ponto azul é uma frequência de um sítio arqueológico distinto (Gráfico do autor). É visível o aumento das frequências entre os anos de 1950 e 2000..... 185
- Figura 80. Gráfico de dispersão das frequências de vidro ao longo do tempo. Cada ponto azul é a frequência de um sítio arqueológico distinto (Gráfico do autor). É visível o aumento das frequências a partir dos anos de 1950..... 192
- Figura 81. Publicidade d'A *Província*, de Pernambuco, 26/10/1904, p. 2, n. 242 (Acervo Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional). Como a Wynand Fockink holandesa poderia controlar o reuso das garrafas onde este jornal nem de longe circularia?..... 197
- Figura 82. Gráfico de dispersão das frequências de faianças finas ao longo do tempo. Cada ponto azul é a frequência de um sítio arqueológico distinto (Gráfico do autor). É visível a queda das frequências. 199
- Figura 83. Fragmentos de recipientes de faiança fina de produção estrangeira do sítio arqueológico Jurema, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). Florais afilados, *cut-sponges*, borrões e os padrões que ficaram populares vindos da Inglaterra. 205
- Figura 84. Fragmentos de recipientes de faiança fina e porcelanas brasileiras do sítio arqueológico Jurema, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). Pesadas pinceladas, *transfer-printings* e marcas nacionais com as espessuras e pesos típicos das louças nacionais. 205
- Figura 85. Prato blue edged (*unscaloped rim, curve lines*). Sítio arqueológico Siriema, PI. (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010)..... 210
- Figura 86. Prato blue edged (*unscaloped rim, unmolded*). Sítio arqueológico Acopiara I, CE (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010)..... 210
- Figura 87. Prato blue edged (*scaloped rim, curve lines, bud*). Sítio arqueológico Morro da Cruz, PI (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010)..... 210
- Figura 88. Prato blue edged (*scaloped rim, straight lines*). Sítio arqueológico Missão Velha II, CE (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). 210
- Figura 89. Prato blue edged (*scaloped rim, curve lines, bud*). Sítio arqueológico Cantim, PE (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010)..... 210
- Figura 90. Prato blue edged (*scaloped rim, straight lines*). Sítio arqueológico Viúva Virgem, CE (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010)..... 210

Figura 91. O que este oceano de <i>loiça</i> de barro nos indica do uso da cerâmica de produção local/regional no sertão? As milhares de formas já não existem mais, assim como os corredores que formavam permitindo às possíveis compradoras um verdadeiro mergulho neste labirinto. A fotografia, do mercado de louça de barro em João Pessoa, no estado da Paraíba, em 1951, merece contemplação (Foto Tibor Jablonsky, acervo IBGE)..	220
Figura 92. Feira livre na cidade de Trindade, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2011)	221
Figura 93. Feira livre na cidade de Barbalha, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2011)	221
Figura 94. Feira livre em SPS, Subtrecho 5 (Acervo Zanettini Arqueologia, 2011)....	221
Figura 95. Feira livre na cidade de Aurora, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2011)	221
Figura 96. Feira livre na cidade de Brejo Santo, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2011)	221
Figura 97. Feira livre na cidade de Missão Velha, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010)	221
Figura 98. Feira livre na cidade de Buíque, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2011)	222
Figura 99. Feira livre na cidade de Paulistana, Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia, 2011)	222
Figura 100. Design básico do perfil das formas cerâmicas (Desenho do autor).	224
Figura 101. Pote emborcado no sítio arqueológico Palma II, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).	224
Figura 102. Fragmento bastante íntegro no sítio arqueológico Flecheira Velha, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).	224
Figura 103. Recipientes alinhados no beiral de casa no sítio arqueológico Fazendinha, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).	225
Figura 104. <i>Pé de pote</i> no sítio arqueológico Fazendinha, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).	225
Figura 105. Potes emborcados no sítio arqueológico Soledade, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).	225
Figura 106. Jardim de potes emborcados em um sítio camponês em Verdejante, Pernambuco (Foto do autor, 2009). Ali compramos queijos.	225

- Figura 107. Potes emborcados nas paredes de uma unidade doméstica (AOH 3), em Parnamirim, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009). 225
- Figura 108. Pote escovado afixado em apoio de barro produzido no chão (AOH 58,), Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). 225
- Figura 109. Fragmentos de cerâmicas escovadas, nos grandes recipientes (Da direita para a esquerda: sítio arqueológico Jurema, Juazeiro e Aracajú [Acervo Zanettini Arqueologia, 2010]). 227
- Figura 110. Gráfico de dispersão das frequências de cerâmicas ao longo do tempo. Cada ponto azul é a frequência de um sítio arqueológico distinto (Gráfico do autor). É visível o aumento de variação de frequências após os anos de 1950. 228
- Figura 111. Distribuição espacial dos sítios arqueológicos com presença de cerâmica branca nas áreas de descarte dos sítios camponeses (Base Google Earth). 225
- Figura 112. Fragmentos de cerâmicas brancas com pintura vermelha dos sítios arqueológicos Costa e Canavieira, no Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). O binarismo do vermelho com o branco, em temas florais e em faixas, remete a fusões cujas origens são complicadas de mapear. Mas a questão não deve ser a origem, mas seus usos e apropriações no contemporâneo em que circula. 226
- Figura 113. Sugestão de reconstituição de forma com pedestal em cerâmica branca (Desenho do autor). 228
- Figura 114. Concentração de latas de óleo na área de descarte da casa que compõe o sítio arqueológico Missão Velha I, no município de Missão Velha, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010): fácil identificar onde, para não pisar neles, mas também para recorrer a eles para um possível reuso 230
- Figura 115. A materialização do trabalho pelas ferramentas de metal que recorrem no quintal das casas, amoladas e desintortadas por pedras muito bem escolhidas para tal, encabadas com madeira da caatinga. Da esquerda para a direita, de cima para baixo: 1. Foice, sítio arqueológico Canafistula II, PE; 2. enxadeco, sítio arqueológico Seu Lunga, CE; 3. enxada, Estação Ferroviária Felipe Camarão, PE; 4. enxada, sítio arqueológico Mufumbu, PE; 5. foice, sítio arqueológico Calumbi, PI; 6. cavador, Estação Ferroviária Felipe Camarão, PE; 7. enxada, sítio arqueológico Jurema, PE; 8. enxada, sítio arqueológico Carnaúba, PE; 9. enxada, sítio arqueológico Pontilhão, CE; 10. foice, sítio arqueológico Missão Velha II, PE; 11. cavador, sítio arqueológico Missão Velha II, PE; 12. pá, sítio arqueológico Baixio da Formiga, PE; 13. enxada, sítio arqueológico Salgado III, PE; 14. foice, sítio arqueológico Belenzinho, PI; 15. enxada, sítio arqueológico Erva Daninha, CE; 16. enxada, sítio arqueológico Arco Verde II, PE; 17. enxada, Estação ferroviária Felipe Camarão, PE; 18. machado, sítio arqueológico Calumbi, PI; 19. machado, sítio arqueológico Menandro, PI; 20. enxada, sítio arqueológico Monte Sinai, CE; 21. enxada, sítio arqueológico Piquet Carneiro II, PE (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). 232

- Figura 116. Amolador fixo na unidade doméstica do sítio arqueológico Pontilhão, município de Quixadá, Ceará (Foto do autor). Precisávamos de foices amoladas para trabalhar e as obtivemos no próprio contexto em que estávamos. Quem agiu primeiro? Nós ao localizarmos a casa ou a casa aos nos permitir seguir com a localização? 233
- Figura 117. Base para desentortar ferramenta, fotografia de Marcos Issa no Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). Mais uma vez o lugar permitiu o trabalho; e nós permitimos ao lugar engajar-se conosco. 233
- Figura 118. Lítico x Cerâmica: o percentual de artefatos de pedra mantem-se relativamente constante quanto maior o percentual de cerâmica (Gráfico do autor). 235
- Figura 119. Plásticos e borrachas x Cerâmica: o percentual dos polímeros sintéticos decai a medida que cresce o de cerâmica (Gráfico do autor)..... 235
- Figura 120. Grès x Cerâmica: o percentual de cerâmica praticamente não altera o percentual de grès (Gráfico do autor). 235
- Figura 121. Faiança x Cerâmica: o percentual de cerâmica não altera o percentual de faiança (Gráfico do autor). 235
- Figura 122. Faiança fina x Cerâmica: o percentual de faiança fina declina levemente quanto maior o percentual de cerâmica (Gráfico do autor). 236
- Figura 123. Vidro x Cerâmica: o percentual de vidro declina acentuadamente quanto maior o percentual de cerâmica (Gráfico do autor)..... 236
- Figura 124. Intersecções entre universos de ação e uso e categorias artefatuais (Desenho do autor)..... 238
- Figura 125. Pote com cimento *in loco* no sítio arqueológico Pontilhão, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). 246
- Figura 126. Pote emborcado com cimento no quintal da casa de uma ceramista, também no Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010)..... 246
- Figura 127. A finalização do pote em casa: fragmentos cerâmicos com cimento, visivelmente escovados, da área de descarte do sítio arqueológico Santa Rita, no Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). 247
- Figura 128. Exemplos diversos de reuso de chinelos: destaca-se em especial o uso no acabamento da tradicional produção cerâmica, como alisadores, por oleiras no Ceará. No canto inferior, a esquerda, possível alisador encontrado na área de descarte do sítio arqueológico Vereda dos Patos, no Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). 248
- Figura 129. Suportes encontrados nas unidades domésticas dos sítios arqueológicos Menandro, Soledade e Pau a Pique (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). Que artefatos misteriosos nascem do encontro entre lógicas distintas! 253

Figura 130. As fantásticas <i>rodinhas</i> : como, onde, quando, o que, por que? (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).	254
Figura 131. Uma lata de óleo da marca Graziela, uma velha tábua de madeira, palitos de alguma planta local e uma sandália de borracha: "Ele olhou para a lata de sardinha abandonada e disse: 'Carrinho' ". Foto gentilmente cedida por Marcel Lopes.....	256
Figura 132. A fotografia de Luiz Clementino (2009) mostra tantos elementos e associações que é impossível olhar a imagem estática sem inferir dela movimento, fluxo e composição. Aqui fica claro o tipo de ordenamento que torna o espaço doméstico um lugar significativo no sertão semiárido do nordeste. Para qual direção partir? Todas são possíveis?	262
Figura 133. Leito seco no sítio arqueológico Calumbi, São Miguel do Fidalgo, Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).	280
Figura 134. Leito seco no sítio arqueológico Caroalina, Sertânia, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).	280
Figura 135. Leito seco no sítio arqueológico Reino da Pedra, Flores, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).	280
Figura 136. Caminho a sede do sítio arqueológico Alto do Mulungu, Pesqueira, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).....	281
Figura 137. Caminho fotografado durante prospecção em Abaiara, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).	281
Figura 138. Caminho fotografado durante prospecção em Flores, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).	281
Figura 139. Caminho fotografado durante prospecção em Verdejante, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).	281
Figura 140. Caminho fotografado durante prospecção Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).	281
Figura 141. Caminho fotografado durante prospecção em Pesqueira, Pernambuco, depois de queimada na caatinga (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).	281
Figura 142. Caminho fotografado durante prospecção em Pesqueira, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).	282
Figura 143. Caminho fotografado durante prospecção em Brejo Santo, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).	282
Figura 144. Caminho fotografado durante prospecção em Serra Talhada, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).	282

Figura 145. Caminho fotografado durante prospecção em Senharó, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).	282
Figura 146. Caminho fotografado durante prospecção no Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).	282
Figura 147. Caminho fotografado durante prospecção em Arcoverde, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).	282
Figura 148. Caminho fotografado durante prospecção em Pesqueira, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).	283
Figura 149. Caminho fotografado durante prospecção em Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).	283
Figura 150. Caminho fotografado durante prospecção em São Bento do Una, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).	283
Figura 151. Caminho no sítio arqueológico Missão Velha I, Missão Velha, Ceará. (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).	283
Figura 152. Caminho no sítio arqueológico Piçarra, Porteiras, Pernambuco. (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).	283
Figura 153. Estrada com cerca no sítio arqueológico Pajeú, Flores do Piauí, Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).	284
Figura 154. Estrada com cerca fotografada durante prospecção em Lavras da Mangabeira, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).	284
Figura 155. Estrada com cerca fotografada durante prospecção em Itaueiras, Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).	284
Figura 156. Estrada com cerca fotografada durante prospecção em Custódia, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).	284
Figura 157. Estrada com cerca no sítio arqueológico Soledade, Custódia, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).	284
Figura 158. Estrada com cerca fotografada durante prospecção em Lavras da Mangabeira, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).	284
Figura 159. Estrada com cerca fotografada durante prospecção em Aurora, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). Aqui fica claro as marcas do maquinário acumulando sedimento ao lado, na base das cercas.	285
Figura 160. Estrada fotografada durante prospecção em Serra Talhada, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).	285

Figura 161. Estrada fotografada durante prospecção em Piquet Carneiro, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).	285
Figura 162. Estrada fotografada durante prospecção em Bela Vista do Piauí, Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).	285
Figura 163. Estrada quase sem uso no sítio arqueológico Pontilhão, Quixadá, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).	285
Figura 164. Estrada fotografada durante prospecção no Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).	285
Figura 165. Estrada fotografada durante prospecção no Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).	285
Figura 166. Estrada fotografada durante prospecção em Salgueiro, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).	286
Figura 167. Estrada fotografada durante prospecção em Bela Vista do Piauí, Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).	286
Figura 168. Estrada fotografada durante prospecção em Icó, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).	286
Figura 169. Estrada ao sítio arqueológico Encantado, Quixeramobim, Ceará. Nota-se os imponentes inselbergs no horizonte (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).	286
Figura 170. Estrada fotografada durante prospecção no Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).	286
Figura 171. Movimento e materialidade do movimento, um rizoma de caminhos. Imagem de conjunto de casas sertanejas no município de Quixeramobim, próximo a região do Encantado, Ceará. (Coordenadas de referência: 24M 460193.57 9397295.60, WGS 84) (Acervo Zanettini Arqueologia).	287
Figura 172. Decalque da imagem aérea da Figura 171, ressaltando a relação ente casas de taipa, caminhos, estradas de terra, cercas e via asfaltada. Fica claro como o movimento está materialmente marcado no espaço.	288
Figura 173. Decalque e imagem aérea (Base Google Earth, 2007) dos arredores do sítio arqueológico Juazeiro, município de Verdejante, Pernambuco.	289
Figura 174. Decalque e imagem aérea (Base Google Earth, 2013) dos arredores do sítio arqueológico Grés, município de Ouricuri, Pernambuco.	289
Figura 175. Decalque e imagem aérea (Base Google Earth, 2005) dos arredores do sítio arqueológico Gonzaguinha, município de Cedro, Ceará.	289

Figura 176. Decalque e imagem aérea (Base Google Earth, 2005) dos arredores do sítio arqueológico Adrenalina, município de Cedro, Ceará.....	290
Figura 177. Decalque e imagem aérea (Base Google Earth, 2012) dos arredores do sítio arqueológico Carvoeiro, município de Salgueiro, Pernambuco.....	290
Figura 178. Planta baixa dos vestígios de acampamento no sítio arqueológico Erva Daninha, município de Lavras da Mangabeira, Ceará. Desenho de Gabriela Farias e Rodrigo Angelossi (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).	293
Figura 179. Planta baixa dos vestígios de acampamento no sítio arqueológico Carnaúba, município de Lavras da Mangabeira, Ceará. Desenho de Gabriela Farias e Rodrigo Angelossi (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).	293
Figura 180. Dendrograma organizando em grupos os tipos de cerca identificados em <i>clusters</i> a partir de dois cortes	304
Figura 181. Sítio arqueológico Baixo da Formiga, Salgueiro, Pernambuco. Cerca trançada, tipo 4, desmoronada por falta de manutenção (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).	305
Figura 182. Cercas fechadas em sítio camponês em Verdejante, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009). As cercas trançadas (tipo 4), formando polígonos passíveis de serem apreendidos pela visão nesta perspectiva, tem a mesma cor da caatinga seca que cobre o horizonte	307
Figura 183. Cerca aberta que corta o sítio arqueológico Barro Vermelho III e IV, em Paulistana, Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009). A cerca sem fim segue para o horizonte, sem fechar polígonos visíveis desta perspectiva.	308
Figura 184. Cercas formando um corredor com estrada carroçável no meio. Salgueiro, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).....	313
Figura 185. Cercas de pedra, Pernambuco (Foto: Marcos Issa. Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).	314
Figura 186. Sítio com cercas de pedra, Pernambuco (Foto: Marcos Issa. Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).	314
Figura 187. Cerca de pedra, município de Senador Pompeu, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).	315
Figura 188. Cercas de pedra até onde o olhar não mais alcança, Pernambuco (Foto: Marcos Issa. Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).	315

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Sítios arqueológicos por estado, município e intervalo cronológico.....	46
Tabela 2. Plantas de fora e de dentro do terreiro	143
Tabela 3. Esta tabela mostra a variação nos percentuais máximos e mínimos tendo como linha de corte os anos de 1960. Nota-se certas manutenções, como no caso da cerâmica, e maiores oscilações como as louças e vidros.....	177
Tabela 4. Esta tabela mostra a quantidade de sítios arqueológicos, por presença/ausência, por técnica decorativa em faianças finas, tendo como linha de corte os anos de 1930. É possível notar grandes mudanças, como na quantidade de contextos com decalcomania antes e depois do período.	207
Tabela 5. Esta tabela mostra a quantidade de sítios arqueológicos, por presença/ausência, por padrão/motivo decorativo em faianças finas, tendo como linha de corte os anos de 1930. A tendência geral é que as louças decoradas concentrem-se em contextos anteriores a este período.....	209
Tabela 6. Variações dos tipos de cerca.	302

SUMÁRIO

Introdução: Um semiárido amarelo	24
Olhar às minudências	24
Como ordenei a tese	28
Agradecimento às mãos.....	30
Capítulo 1: Arqueologar o século XX.....	35
1.1. O quê e como foi escavado e analisado	38
1.2. Inspirações e indignações a uma arqueologia dos sertanejos.....	55
1.3. Escapando das inexorabilidades	63
1.4. Eixos de investigação.....	72
1.5. A xícara da minha avó	80
1.6. Cenas dos próximos capítulos	88
Capítulo 2: Casa de barro, espeto de pau, rodinha de borracha.....	96
2.1. Casa e unidade doméstica: um lugar na caatinga	101
2.2. Terreiro e manejo vegetal: para além da planta-remédio.....	132
2.3. Caldeirões, cacimbas e olhos d'água.....	154
2.4. Troços miúdos e áreas de descarte	169
2.5. Reuso das rodinhas: o sertanejo reencanta seu mundo	239
Capítulo 3: Andanças de matuto, caminhos sertanejos: pára e continua	261
3.1. Histórias no movimento	266
3.2. Nomadismo sertanejo	271
3.3. Os caminhos	275
3.4. As cercas	297
3.5. Pára e continua	316
Considerações finais: Vidas, para sempre secas?	321
Referências bibliográficas.....	332

INTRODUÇÃO



(Soares, s/d a)

UM SEMIÁRIDO AMARELO

Olhar às minudências

Em *Aldeia do Silêncio* (2013, p. 23), o dominicano Frei Betto, mergulhando no cotidiano da vida de uma casinha de barro, tece críticas à postura na qual "onde não havia coisas, o vazio perdurava. Vazio que perpassava inclusive o nosso entorno, como se toda a natureza fosse inconsistente". Adverso, o frei sugere usar o olhar como ferramenta contra o vazio, porque "só o olhar o anulava, sobretudo o olhar atento às minudências. Olhar curioso por decifrar o interior das coisas..., descobrir, a cada mirada, pequenos detalhes – a curva da trilha, o galho da mangueira, o dorso sinuosos da pedra...". Este é olhar desta pesquisa, aquele que busca preencher o vazio a que o sertão semiárido e os *camponeses do sertão* foram e são submetidos em diferentes estratégias discursivas, dando atenção às *minudências*. Parto da capacidade que a arqueologia tem de olhar o micro, em uma escala macro, para orientar esse olhar.

Neste sentido, gosto de pensar que a arqueologia, como a micro história (VAINFAS, 2002, p. 11), pode apegar-se às mínimas evidências para dar vida a personagens, dedicando-se a pequenos enredos por meio de aspectos cotidianos das sociedades, pensando processos e estruturas sociais de maior escala a partir de seus significados em experiências individuais (RIBEIRO, 2012). Vale lembrar, todavia, que me diferencio desta por meio de abordagens que se aproximam de um tempo longo e menos biológico (CASTRO, 1997).

Não idealizo a vida no sertão. De fato, a vida no campo é dura, a indústria da seca controla o acesso a água, a distribuição de renda é desigual. Mas sempre me incomodou a visão única sobre qualquer coisa ou a visão genérica de um contexto que rege o comportamento cotidiano. A passagem de Chico Buarque em *Budapeste* (2003), ao perceber como era "engraçado isso, uma cidade amarela, eu achei que Budapeste era cinzenta, mas Budapeste era amarela", demonstra que preenchendo de experiência o vazio a partir da vida cotidiana, constrói-se um semiárido que pode, sim, ser cinza, porém também amarelo.

O vazio não pode determinar um modo de vida, uma visão de mundo e todo um bioma. Ou dizer que o sertão é seco, chamá-lo de pobre, dizer que o sertanejo é antes de tudo forte, como Euclides da Cunha, em *Os Sertões* (1902), ou que tem "a pedra de nascença entranhada na alma", como no poema de João Cabral de Melo Neto, *A Educação pela pedra* (1965), não basta e reforça as histórias únicas e os imaginários que os grandes escritores pós-colonialistas tanto tentaram quebrar. Que tal uma nova narrativa, outra história sobre o sertão, o semiárido e a/o sertanejo/a?

Usualmente, nos referimos à região Nordeste do Brasil como um todo coerente, um espaço físico homogêneo situado em um tempo estático, um "anacronismo atualizado" (ALBUQUERQUE, 2011), que reforça uma única história negativa sobre a vida que ali se leva. Os estereótipos de uma história única (ADICHIE, 2009) sobre o chamado sertão, que ressaltam aspectos negativos contados e recontados à exaustão, impedem que se veja a criatividade, a engenhosidade, as tradições e as inovações que fazem parte da vida das populações das áreas rurais da região. Afinal de contas, ali só se encontra seca, violência e sofrimento? Quem mora no sertão não ri, não se emociona, trabalha, constrói, conhece, descobre?

Por muito tempo, e ainda atualmente, os moradores do sertão foram postos em escalas de inferioridade, com base em argumentos pautados pelas condições ambientais do semiárido: isolamento geográfico, escassez de água, sazonalidade dos recursos, dificuldade de terras agricultáveis, colaborando com uma estrutura agrária rígida, concentração de terras, mandonismo, cangaço.

Há, todavia, outra forma de trilhar este caminho: o da materialidade, explorando a dimensão material da casa em suas reapropriações, proposições e construções, no que concerne aos modos de morar, se movimentar e consumir. Utilizo o

termo materialidade, em preferência a artefatos, materiais ou cultura material, por ser mais relacional e menos estático e categórico, mais multidimensional (KNAPPETT, 2014, p. 4701). Utilizá-lo também expressa uma tentativa de repensar pressupostos assumidos nas ciências sociais, tal qual a centralidade da ação humana consciente (GONZALEZ-RUIBAL, HERNANDO, POLITIS, 2013, p. 94). Muitas das práticas que enumero na tese e que podem ser lidas como opostas às lógicas consumistas de compra-consumo-descarte não foram conscientemente tomadas, mas tiveram como resultado a quebra de paradigmas hegemônicos.

Essa temática não é de hoje. Pensei em fazer este doutorado já há alguns anos. Em 2011, cinco anos após ter ingressado no projeto no qual ele se encaixa, enviei uma proposta semelhante para a Inglaterra, para realizá-lo como um doutorado na Universidade de Oxford com o arqueólogo Dan Hicks. Mas questões familiares transpassaram minha vida acadêmica e optei por ficar no Brasil, trocando de ares e cursando uma especialização em Gestão Ambiental, onde tive, de modo mais sistemático, as primeiras aulas de Ecologia, meio a um corpo discente maciçamente de biólogos, alguns engenheiros e químicos. Cogitei programas de antropologia social e arqueologia, da Universidade de Bergen, na Noruega, ao Museu histórico do Senegal, em Gorée.

Voltei a pensar no projeto em 2013, quando minha então futura orientadora Aline me contou sobre o NEPAM, um antigo núcleo de ecologia humana que era parte de uma nova proposta educativa, um pós-doutorado interdisciplinar, através do qual poderia trazer reflexões da Ecologia Histórica, da Arqueologia do Passado Contemporâneo e da Antropologia das Populações Rurais para responder minhas perguntas. Escolhi então seguir para este doutorado com o intuito de acercar-me das discussões ambientais, porém em um ambiente no qual pudesse ser, ainda, arqueólogo. São inúmeras as dificuldades enfrentadas em um curso interdisciplinar, do encontro de epistêmes distintas ao desconhecimento total do *modus operandi* de algumas áreas, como a arqueologia. Tive de voltar a textos básicos no intuito de me fazer compreender, mas as dúvidas postas a mim e ao meu projeto, vinda de outras áreas do conhecimento, expressas em outra linguagem, certamente só acrescentaram.

Por isso também tomei algumas opções quanto à redação deste texto que sinto importante esclarecer. Primeiramente, o fato óbvio de que utilizo a primeira pessoa

do singular, não apenas no intuito de aproximar o texto de um possível leitor (ARAÚJO, 2003; JOYCE, 2002), mas também enquanto forma de reconhecer a subjetividade do autor (*eu*) na produção da narrativa (WHITE, 1991; FOUCAULT, 1999), que só pode ser narrada em primeira pessoa, por definição (FIORIN, 1995), e na construção do sujeito acadêmico.

Priorizo a materialidade como eixo central do trabalho, sem deixar de recorrer a outras fontes, como a literatura. Utilizei, quando possível, tanto a literatura regional sertaneja, a chamada produção erudita, por assim dizer, como a literatura de cordel, de caráter popular, também como contraponto a uma arqueologia que pouco dialoga com nossa vasta produção literária, aos moldes do que fez a arqueóloga carioca Tânia Andrade Lima com Machado de Assis e o Rio de Janeiro do século XIX, nos anos de 1990. Também me inspiro na linguagem do cordel¹ para títulos e subtítulos ao longo do texto, uma forma de homenagem a uma expressão cultural tão rica e típica da região que estudo.

Contradir-me-ia, todavia, se me apoiasse apenas na documentação escrita como forma de apreender dimensões da vida cotidiana (RATHJE; LAMOTTA; LONGRACE, 2001); recorro, também, a imagens (como as xilogravuras²), músicas, relatos orais e observações de campo. No que concerne às imagens, conforme sugestão de minha orientadora, utiliza-as na tese para além de meras ilustrações, relacionando-as a legendas provocativas, mais que descritivas, na tentativa de me aproximar da linha seguida pelo antropólogo social argentino Nestor García Canclini em *Culturas Híbridas* (1998).

Quanto à organização do texto, optei por ordenar minhas ideias a partir de uma escala média e micro, para chegar à macro. Foi difícil tomar esta decisão, uma vez que as coisas estão tão imbricadas em um pulsante ora isso, ora aquilo, que não segui a lógica que talvez soasse mais racional, partindo da escala macro, a paisagem, para a unidade doméstica e então para a área de descarte – meus três focos básicos de análise e

¹ Cordel, literatura de cordel ou folhetos, é um gênero literário popular escrito, uma poesia popular em geral rimado, que originou-se da oralidade e depois fora impressa em folhetos. Tem raízes medievais e renascentistas e é bastante característica da região nordeste do país (cf. LUYTEN, 2007).

² A xilogravura é a arte, e a técnica, de fazer gravuras em relevo sobre madeira, bastante utilizada nos periódicos do século XIX. Ao longo do século XX passou a associar-se a literatura de cordel e a ganhar especial papel na conformação de identidades da região nordeste do país. Sobre ela vale conferir o artigo de Gilmar de Carvalho (1995).

que amarram as problemáticas relacionadas ao consumo, à mobilidade e aos lugares na caatinga.

Talvez a ordem que segui seja mais compreensível entendendo meu próprio movimento por este espaço, chegando ao semiárido, indo à casa das pessoas e então aos fundos, onde, na intimidade, estavam as áreas de descarte. Quando pesava no macro, os micros pulavam à minha frente. Optei, assim, por primeiro mergulhar no universo cotidiano do morar e do consumir, da ordenação dos elementos que compõem o universo doméstico, com terreiro e plantas, para então passar a pensar em como esses micros se relacionam, como se ligam, se conectam e se movem ao longo do semiárido que estudei. A ordenação dos capítulos da tese tem relação direta com esta opção.

Como ordenei a tese

A tese é aberta por esta introdução, denominada **Um semiárido amarelo**, na qual pincelo o tema e as escolhas narrativas, assim como a estrutura do texto, com seus subcapítulos e títulos. Aqui procuro, de modo mais fluido, e sem os grandes preciosismos da linguagem científica, esclarecer pontos importantes sobre a organização das ideias, a opção da forma narrativa e detalhes da coluna espinhal da tese. Optei por colocar meus agradecimentos, aos membros das bancas de qualificação e defesa, nesse momento, tentando explicitar o papel de cada um destes profissionais no trabalho, inserindo-me, assim, em escolas de pensamento e posicionamentos.

Escolhi dividir a tese em três capítulos, para além da introdução e das considerações finais. Todo capítulo é aberto por uma xilogravura que, de alguma forma, dialoga com o assunto discorrido; toda divisão interna de um subcapítulo é separada por uma linha de setas xilografadas.

O capítulo 1, **Arqueologar o Século XX**, busca problematizar tema, objetivos, perguntas e hipóteses, além de métodos e reflexões sobre a metodologia utilizada. Envereda por pontos importantes da discussão e que ficam evidentes no próprio título da tese: consumo, paisagem e mobilidade. Apresenta pontos relativos a algumas das áreas com as quais dialogo como a arqueologia do passado contemporâneo, a ecologia histórica e a antropologia rural. No fundo, o capítulo é uma justificativa das

possibilidades de fazer uma arqueologia sem limites temporais, com a materialidade do século XX.

Casa de barro, espeto de pau, rodinha de borracha, o capítulo 2 objetiva mergulhar no mundo das unidades domésticas, das casas em sentido expandido, que abarcam o período do final do século XIX e o começo do século XXI através do estudo do consumo e da ordenação espacial da moradia. Primeiramente exploro o modo como o espaço foi transformado em paisagem doméstica, com a criação da casa, do terreiro, da área de descarte e de outros elementos, como o manejo das plantas e outros recursos locais que tornam este espaço palpável. A análise diacrônica procurou mostrar que existe uma manutenção do modo de morar e expressar ideias a partir da espacialização, do andamento do ciclo de vida da casa e das relações que ali se estabeleceram, tornando-a um *lugar significativo* (ZEDEÑO, BROWSER, 2009). Num segundo momento, mergulho no cotidiano material dos moradores, através da exploração analítica contextual, também diacrônica, do conteúdo das áreas de descarte. É dada especial atenção às práticas de reuso como modo de inverter as lógicas carregadas pelas mercadorias quando estas encontram outras lógicas culturais.

Andanças de matuto, caminhos sertanejos: pára e continua, o capítulo 3 da tese explora aspectos da mobilidade sertaneja encarada como fenômeno complexo multifatorial que dialoga com as formas através das quais a materialidade é utilizada e construída pelos moradores do semiárido: o sertão se move. Reflito sobre as maneiras de ocupar o espaço, focando-me no papel dos caminhos que criam toda uma trama de possibilidades de mover-se e engajar-se com o ambiente, relacionados a importantes práticas à reprodução social dessas pessoas.

Encaro a paisagem como um constructo socioecológico dialógico às interações e manejo do meio por mulheres e homens por, pelo menos, 100 anos. Isto teria dado origem à paisagem semiárida com a qual convivem. Esta visão é crítica das noções de "ambiente hostil" expulsando pessoas e de relações sociais e econômicas talhando as possibilidades de reprodução social e de praticar um conhecimento adquirido, passado e reconstruído, no dia a dia, por gerações. Ressalto o jogo estabelecido entre o permanecer (o *pára*) da estruturação do espaço doméstico ao longo do século XX e o fluxo e a mudança (o *continua*) instigados pela mobilidade e pela ressignificação de bens forâneos, lado a lado àqueles de produção local/regional.

Nas **Considerações finais: Vidas, para sempre secas?** busco, fechando a tese, trazer à baila a discussão de como a arqueologia do século XX pode problematizar as noções de pobreza, a construção material da desigualdade e as políticas que têm sido transpostas acriticamente ao semiárido. Discuto o processo de expropriação e empobrecimento do campo a partir do paradigma que tem sido chamado de "arqueologia da pobreza" e da desigualdade social. São retomadas as considerações alcançadas por esta pesquisa, relacionando-as ao significado das mudanças ou permanências observadas, problematizando a suposta inexorabilidade de certos processos ligados a lógica capitalista.

Encerro o texto com a listagem das **Referências bibliográficas** utilizadas.

Agradecimento às mãos

A recuperação do sentido positivo e progressivo deste estudo foi importante, como crê necessário o lingüista italiano Umberto Eco (1997, p. 24), para a elaboração crítica de uma experiência que me permitiu adquirir boas habilidades para a vida futura, identificando problemas, encarando-os com métodos e expondo-os segundo certas técnicas de comunicação. Gosto de reconhecer que esta tese é abertamente fruto de uma trajetória que contou com a participação de diversas pessoas em diferentes momentos, ligando-me a escolas e abordagens teórico-metodológicas. Muitas delas tiveram peso crucial em diferentes aspectos do texto. Daí a opção por estruturar os agradecimentos junto da introdução, buscando iluminar minha trajetória ao deixá-la explícita, revelando o capital cultural e social deste caminhar e das mãos que o apoiaram e que conformaram seu ritmo, sentido, direção, preferências e aspirações, como disse o antropólogo social Gilberto Velho (2008).

Meus agradecimentos sinceros a todos os profissionais envolvidos aqui, em especial aqueles cujas leituras atentas e disponibilidade para participar das bancas de qualificação e defesa de tese foram importantes para o que se lê. Vale um breve comentário sobre como eles estão presentes neste projeto e a certeza de que consegui cercar-me de profissionais que foram aquilo que, para a antropóloga social Rosana Pinheiro-Machado (2016), deve ser o professor: um estímulo ao pensamento criativo.

Tendo realizado meus estudos universitários dentro do ensino público e tendo acesso a profissionais, livros e a todo um universo, não tenho como não reconhecer as oportunidades diferenciadas à que tive acesso em um país em que apenas 10% da população total tem acesso ao ensino superior, como divulgou a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2012³. Agradeço profundamente à FAPESP pelo suporte a esta pesquisa.

Conheci minha orientadora, a arqueóloga e historiadora Aline Vieira de Carvalho com 19 anos, o que significa que nos conhecemos há 13 anos (!), já que eu estava na graduação e ela era aluna do mestrado em História Cultural na Universidade Estadual de Campinas. Aline fez parte da banca de meu trabalho de conclusão de curso, em 2006, junto do arqueólogo Gilson Rambelli, quando fui orientado por Pedro Paulo Funari, minha primeira banca como aluno e sua primeira banca como banca. Escavamos juntos pequenas fortificações de pedra, em 2003, na praia de Piraquara, em Angra dos Reis, dentro de um projeto do Laboratório de Antropologia Biológica da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Lembro-me bem quando tentamos criar planos complexos para ressuscitar uma enxada quebrada, sem cunha.

Os anos nos afastaram e nos aproximaram até que nos escolhemos como aluno e orientadora dentro de um doutorado interdisciplinar no Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM), onde ela mesma havia estudado. Estava seguro de que minha orientadora, minha veterana na faculdade, passara por estágios semelhantes em sua formação e, portanto, compreendia o mundo acadêmico de um modo muito próximo do meu. Isto criou canais de diálogos excelentes. Suas leituras atentas e indicações precisas a partir de um enorme arcabouço teórico alimentaram minhas reflexões em todos os sentidos deste trabalho.

Dentro do NEPAM conheci minha coorientadora, a antropóloga e bióloga Célia Futemma. Para mim, Célia é uma daquelas profissionais que realmente abraçou o desafio do interdisciplinar, expresso em uma trajetória que parte da Biologia para a Antropologia Social e para a Ecologia Humana, Histórica e Política. Isso nos aproximou em diálogos sobre o potencial da arqueologia para uma série de problemáticas, potencial este conhecido por sua vivência com a própria arqueologia em sua formação acadêmica

³ Disponível em <http://www.viomundo.com.br/politica/brasileiros-que-chegaram-a-universidade-sao-11-da-populacao.html#153qeee8mcPSTB8d.99>

no exterior. Assim Célia passou a guiar-me pela produção da ecologia histórica e pela etnobotânica dos terreiros e das caatingas.

O arqueólogo Alfredo Gonzalez-Ruibal entrou em minha trajetória como uma incrível bibliografia que passei a admirar, a querer me aproximar, fora do circuito anglo-saxão, com ideias que quis aplicar no Brasil em suas reflexões no campo arqueológico, em seus questionamentos sobre uma arqueologia mais engajada ao mundo contemporâneo. De bibliografia transformou-se em uma pessoa cuja perspicácia e capacidade produtiva são admiráveis. Ao entrar no doutorado, pensamos em um doutorado sanduíche que não deu certo porque Alfredo estava ligado a uma instituição espanhola que não permitia o trâmite, infelizmente. Mas passamos a nos encontrar em congressos, a trocar muitas informações. Passei a conhecer e a trabalhar com membros de sua equipe em outros locais do mundo e no Brasil e Alfredo passou a me ajudar muito com leituras atentas dos textos que produzi e desta tese, sendo meu orientador *off shore*. Sei que alguns aspectos aqui devo a ele, como a ideia de uma crítica maior à noção de mudança, um axioma moderno, e a relativização da permanência, uma vez que a maior parte das culturas quer permanecer a mesma - mas mudando.

Conheci a socióloga Lúcia da Costa Ferreira como minha professora na disciplina de projetos, no doutorado do NEPAM. Deste modo, ela viu o projeto germinar e se transformar e teve papel fundamental ao instigar-me no desafio de me fazer compreender em outros núcleos que não o arqueológico. Por isso, sua participação nas bancas de qualificação e tese foi fundamental, também como um *link* entre projeto, qualificação e defesa. Veio dela as sugestões/pressão para o diálogo interdisciplinar.

O arqueólogo Luis Cláudio Pereira Symanski, que fez parte do exame de qualificação, da pré-banca e da defesa de tese, sempre me foi uma referência no campo da arqueologia histórica no Brasil e, em especial, na análise de uma determinada categoria artefactual sobre a qual me debrucei em minha formação até o mestrado, do qual fez parte da banca de dissertação: a louça branca. Trabalhamos juntos por alguns anos e ele esteve envolvido em alguns dos sítios arqueológicos que exploro aqui, tecendo uma das poucas reflexões arqueológicas sobre as casas de barro do sertão, no Cariri cearense. Dentre as muitas influências dele, certamente o aprendizado em relação aos materiais arqueológicos e ao uso das cronologias históricas, quando ainda estava na graduação.

A antropóloga social Emília Pietrafesa de Godói foi minha professora na disciplina de Antropologia de Populações Rurais e suplente da banca de doutorado. Seu curso seduziu-me também pela qualidade da docência de Emília, em seu preparo das aulas, sua dedicação aos alunos, além do domínio do conteúdo. Como arqueólogo, tive receio da reação da antropologia social ao tema e a forma como abordava o mundo, mas não. Emília me influenciou em minha forma de pensar o universo camponês e teve impacto direto no modo como construí o subcapítulo que versa sobre as *rodinhas* de chinelos de borracha, que nasceu, aliás, a partir de um *paper* para sua disciplina.

Agradeço a também antropóloga social Nashieli Cecília Rangel Loera por sua participação na banca de defesa de tese do doutorado e por suas densas observações, as quais me fizeram ver como meu mergulho na problemática das casas mostrou, primeiramente, como essas populações tem o morar bastante controlado, onde tudo tem o seu lugar, e, secundamente, como este mundo está em constante movimento, dos grãos varridos nos terreiros às pessoas, as coisas e as plantas. O sertão se move todo o tempo.

Trabalhei na equipe do arqueólogo Paulo Eduardo Zanettini, que esteve presente em minha pré-banca, banca de qualificação e defesa de tese, por quase 10 anos e com ela tenho a certeza de afirmar que aprendi e vivenciei a arqueologia histórica, uma arqueologia que me atraiu, engajada, criativa, reflexiva, crítica. De fato, a arqueologia que professo tem muito de Zanettini, é difícil inclusive dimensionar o quanto, a final, fiz parte de sua equipe dos 18 aos 29 anos, de estagiário a coordenador de área. Até o mestrado debruçei-me sobre um contexto cuja pesquisa arqueológica fora coordenada por ele, o de uma produção de louça branca no contexto do cotidiano operário paulistano do começo do século XX, quando fez parte do exame de qualificação e da banca de dissertação. Nunca tive espaço para fazer a arqueologia que queria em nenhuma universidade em que estive, até o doutorado, urbana ou contemporânea, mas encontrei em uma empresa de arqueologia preventiva toda a abertura para aplicar tudo de novo que a arqueologia me trazia e que eu poderia oferecer a ela.

Foi assim que começamos sistematicamente a escavar vários contextos do século XX em diversas regiões do Brasil, dando a eles o mesmo valor que a qualquer outro. O Paulo nunca se opôs a minha ideia de analisar pedaços de garrafas PET, casas

de pescadores e fábricas de margarina. Isso foi fundamental para minha formação e minha atuação como arqueólogo no mundo que me cerca, e para a minha própria continuidade na arqueologia, que não queria de outro modo. Foi assim que topou a ideia de escavar as casas sertanejas dos séculos XX e XXI quando propus este projeto, contexto, aliás, que lhe é caro. Ele foi o coordenador do projeto arqueológico no arraial de Canudos, quando da seca do açude Cocorobó, em 1986, um *turning point* da arqueologia histórica no país, dado que a maior parte dos trabalhos focava-se em sítios monumentais e de grupos de elite.

O projeto encabeçado pelo Paulo, dentro de sua empresa, para o licenciamento de uma linha férrea pelo sertão, ultrapassou, em muito, sua mera existência burocrática, cruzando-se com a universidade não apenas porque éramos todos ligados a universidade como alunos, como pela possibilidade que o contexto nos oferecia do ponto de vista científico. Assim, eu, Camila Whichers, Ângelo Correia, Luiz Pacheco, Márcia Hattori, Catarina Ferreira e Kena Chaves desenvolvemos nossos estudos acadêmicos, na Museologia, na Arqueologia e na Geografia, com tema nascidos ali.

Por fim, ainda no âmbito da banca de doutorado, vale agradecer a Camilla Agostini e a José Alves Freitas Neto que aceitaram unir-se à empreitada como suplentes.

Meus agradecimentos também à enorme equipe de profissionais que trabalhou no projeto arqueológico Transnordestina desde seu começo, em 2006. Um especial agradecimento à Louise Prado Alfonso, que esteve comigo na maior parte da etapa de campo e cujas conversas e convivência permitiram-me imaginar e me enveredar por muitas das questões presentes na tese. Márcia Hattori igualmente esteve comigo muitas vezes no laboratório, discutindo o que se via lá e o que víamos aqui, especialmente a partir das questões conflituosas entre uma igreja e a ferrovia em Custódia, no Pernambuco. Camila Whichers foi uma eterna fonte de inspirações, de trabalho ético e sério, e de possibilidades para outras arqueologias que, na época, fugiam muito do que tínhamos no país.

Enfim, dedico todas estas folhas, cordéis e palavras a meus companheiros de todas as jornadas, Patrícia, José e Berenice.

CAPÍTULO 1



(Borges, s/d b)

ARQUEOLOGAR O SÉCULO XX

Meu primeiro contato com o hoje chamado "sertão do nordeste" ocorreu a partir de um trabalho de campo realizado em 2006. Retornei apenas nos primeiros meses de 2009, para coordenar um projeto de levantamento e cadastro do patrimônio ferroviário nos estados do Pernambuco e Alagoas (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2008). Deparei-me, ali, com o modo como as pessoas reocuparam edifícios, vilas ferroviárias e estações da antiga estrada de ferro RFFSA (Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima), desativada nos anos de 1960. Visitei, desenhei e descrevi alguns complexos ferroviários, transformados, em sua maior parte, em residências, distantes de aglomerados urbanos.

Foi incrível ver como graças àquelas pessoas os edifícios estavam em pé (Pirangi, no Alagoas, é um exemplo extremo), pintados e bem cuidados, enquanto casas, com seus jardins, terreiros e quintais adaptados, ao passo que aqueles "vazios" estavam em ruínas ou já totalmente derrubados: ponto bastante debatido dentre os estudiosos da sociomuseologia e das relações das pessoas com o "patrimônio" (VARINE, 2012).

Nestes anos, segui visitando amigos em Recife, comprando, sendo presenteado e colecionando os cordéis que utilizo nesse trabalho. Quando vi pela primeira vez as mais variadas pessoas, do agricultor ao comerciante, do turista ao vaqueiro, comprando os cordéis a 0,50 centavos de real na feira livre de Cabo de Santo Agostinho (PE), conversando sobre eles, sobre as notícias que traziam, notei aí porta para um mundo carregado de significados transformados e retroalimentados pela literatura.

Voltei a campo no final de 2009, por dois meses, desta vez para áreas mais interiores do sertão central pernambucano, em especial permanecendo entre Salgueiro e Serra Talhada, área tradicional do cangaço e capital do xaxado. Retornei, mais uma vez, no começo de 2010, percorrendo toda a extensão latitudinal do Ceará, acessado a partir de uma viagem de carro de alguns dias desde Juazeiro (BA), passando por Parnamirim (PE). No Ceará fiquei três meses, entre o vale do Cariri e o maciço do Baturité, permanecendo a maior parte dos dias na região dos *inselbergs*⁴ (a chamada área Q⁵: Quixeramobim, Quixadá, Quixelô e Quixeré), enormes formações rochosas que acumulam água no pediplano, associadas a inúmeras histórias e narrativas fantásticas, muitas das quais relacionadas ao que denominados "sítio arqueológico". A viúva virgem e a arca de Noé são algumas delas.

A festa de Santo Antônio, na cidade de Quixeramobim (CE), coração do sertão cearense, coincidiu com a data de meu aniversário. E lá estava eu, em junho de 2010. Os amigos que me acompanhavam encomendaram a dois repentistas que se apresentavam um *repente*⁶ de aniversário. Nunca havia vivenciado a experiência do *repente*, assim, tão de perto. Encantei-me (aquele tipo de encantamento sobre o qual falam o Movimento Armorial e os músicos do Cordel do Fogo Encantado), definitivamente, pela porção interior do nordeste do país nesse momento. O sertão central cearense nos foi basicamente apresentado por um grupo de moradores, que trabalhara conosco em todo o levantamento arqueológico, da comunidade de Estrela (Damião, Cícero, Francisco, Geraldo, Renato e Antônio), em Quixeramobim. Despedimo-nos com um triste *repente* de adeus.

É claro que meu interesse pela materialidade do século XX sempre esteve presente em meu próprio interesse pela arqueologia e perpassa meu olhar sobre o

⁴ Os *inselbergs*, como entende Ab'Saber (2003), são morros residuais, compostos de materiais mais resistentes à ação erosiva que as áreas a seu redor.

⁵ A região ficou muito conhecida nos anos de 1970 pelos relatos de aparições de discos voadores e abduções por extraterrestres, dando origem ao filme de Halder Gomes, "Área Q", de 2012, inspirada na vida de um agricultor abduzido nos anos de 1970, em Quixadá, Ceará. De fato, os *inselbergs* até hoje são associados a pouso de naves espaciais e há algumas sociedades de ufologia ativas pelo sertão.

⁶ O *repente* é uma modalidade de poesia cantada e improvisada na região Nordeste, especialmente em Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Seu elemento central é a disputa entre dois *repentistas*, uma espécie de desafio, baseado na improvisação de "versos "de repente", ali, no momento, segundo um tema proposto. Há um conjunto de regras formuladas com parâmetros rígidos de métrica, rima e coerência temática. A chocante habilidade dos repentistas foi muito bem explorada na tese de João Miguel Sautchuk denominada *A poética do improviso: prática e habilidade no repente nordestino*, pela Universidade de Brasília, 2009.

mundo: como "arqueologar"⁷ a realidade que vejo e vivo? Como pensar o século XX arqueologicamente? Qual minha contribuição como arqueólogo? Como tornar o familiar, não-familiar, e, novamente, familiar (GRAVE-BROWN, 2011)? Procurei realizar uma arqueologia do passado contemporâneo tendo como foco de estudo as casas sertanejas de algumas áreas do semiárido do nordeste do meu país.

Na relação da história contemporânea e do presente etnográfico com a materialidade do chamado "passado recente", tenho de admitir, fui bastante influenciado pelos pensamentos e ensinamentos (em ordem cronológica), de arqueólogos fora do circuito anglo-saxão: dois importantes arqueólogos latino-americanos, o argentino Andrés Zarankin, como professor ainda durante a graduação em suas pesquisas sobre contextos capitalistas e repressivos do século XX, e o paulistano Paulo Zanettini, um professor da prática, que realizou incursões ao semiárido quando escavou o Arraial de Canudos nos anos de 1980; por fim, um arqueólogo espanhol, Alfredo González-Ruibal, em suas reflexões sobre a arqueologia da supermodernidade, às genealogias da destruição e a universalidade dos discursos do norte geopolítico, e um arqueólogo peruano, José Pablo Baraybar, que me introduziu ao pensamento crítico de uma arqueologia dialógica aos direitos humanos.

Com este *background*, ao longo da estadia nas diferentes cidades e povoados da região, três momentos me impulsionaram a passar de uma relação emocional a uma pesquisa acadêmica, se é que estas subjetividades podem, de algum modo, ser separadas: Paulo Freire falava em "razão encharcada de emoção" (GADOTTI, 2001, p. 10). Para apresentar esses momentos, e o caminho de sua transformação em pesquisa, elaborei, aqui, cinco subcapítulos, nos quais busco introduzir temas referentes aos materiais, aos métodos e às reflexões sobre os métodos (nos itens 1.1. e 1.2), posicionando a tese em relação a algumas escolhas conceituais e teóricas que a norteiam, em especial no âmbito da arqueologia do passado contemporâneo, da antropologia de populações rurais e da ecologia histórica (nos itens 1.3, 1.4 e 1.5). Pincelo rapidamente, por fim, detalhes sobre a região que considero importantes do ponto de vista sociohistórico para introduzir os capítulos 2 e 3 (item 1.6).

⁷ Este neologismo advém do termo inglês *archaeologize*, utilizado por Geoff Carver (2012) em crítica ao distanciamento entre especulações teóricas bastante interessantes e a falta de evidências que dão suporte a elas, na Arqueologia. "Arqueologar", assim, aqui, significa um cruzamento maior e mais intenso entre teoria e prática.

1.1. O quê e como foi escavado e analisado

Este trabalho tem como objeto de estudo a casa, na forma de contextos arqueológicos do sertão do nordeste do Brasil, referentes ao século XX. Os locais analisados foram escavados no âmbito de uma proposta de arqueologia do passado contemporâneo, com foco em áreas com extremos áridos estereotipadas pela equação seca + miséria + subdesenvolvimento, para o *Programa de Gestão da Ferrovia Transnordestina*, sob responsabilidade do arqueólogo Paulo Zanettini. As datas médias calculadas a partir de indicadores cronológicos dos acervos resgatados sugerem que os contextos trabalhados ocupam um intervalo de tempo situado entre meados do século XIX e os primeiros anos do século XXI, permitindo, logo, tecer inferências que ressaltassem aspectos de mudança e permanência diacrônicas na materialidade dos lugares de moradia de populações sertanejas, os espaços domésticos.

O fruto deste *Programa* rendeu mais de 500 sítios arqueológicos e centenas de AOHs (Áreas de Ocupação Histórica⁸) em trabalhos de prospecção, resgate e monitoramento arqueológicos. Parto de 117 sítios arqueológicos históricos⁹ frutos das etapas de resgate, a maioria deles unidades domésticas, distribuídos nas áreas rurais do semiárido pernambucano, piauiense e cearense, sendo que, deles, separei uma amostra de 75, pois estive à frente das escavações e análises dos materiais, e os datei (compondo

⁸ As AOH são uma categoria criada pelos arqueólogos para darem conta, em especial, de vestígios materiais do século XX e que tem proximidade cronológica a quem faz a pesquisa. Ela se insere em uma ampla discussão que tem se formado no Brasil da dificuldade de, por um lado, realizar leituras arqueológicas das realidades observadas e, por outro, amarrar essas possibilidades à restritiva categoria "sítio arqueológico", reconhecida por lei. Ademais, relaciona-se, diretamente, a discussão do que é arqueológico e do que não seria, da delimitação temporal do campo de atuação da Arqueologia Histórica e de como conduzir uma arqueologia livre de amarras cronológicas a uma legislação pouco clara e, muitas vezes, restritiva. A atuação do arqueólogo enquanto "perito", detentor do poder de escolha de um bem como arqueológico e como patrimônio cultural (FERREIRA, 2011), na esfera jurídica, torna seu posicionamento teórico-metodológico (encarado, muitas vezes, de modo objetivo) poderosa arma política. Posturas específicas acarretam estudo e proteção, enquanto patrimônio, de ocupações, em geral, relacionadas à história europeia anterior ao século XIX, excluindo, assim, diferentes sujeitos e momentos, não reconhecendo na materialidade a diversidade. Sobre isso, arqueólogos brasileiros iniciaram discussões, de modo mais sistemático, com a preocupação de definir de modo mais claro, no âmbito jurídico, o "sítio arqueológico histórico", desde o Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira - Regional Sul em 1998 e depois com o Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira - Regional Sudeste, no Rio de Janeiro, em 2008. Conferir Lima, Silva (2002), Thiesen (2002), Thiesen (2002), Bastos, Campos (2002).

⁹ Mantenho a denominação "sítio arqueológico histórico" por seu largo uso na Arqueologia brasileira, entendendo-os como aqueles remanescentes materiais pós-conquista europeia, mas estou ciente de seus problemas conceituais.

o conjunto que utilizo para debates diacrônicos), além de ocuparem as áreas mais centrais dos sertões e as mais áridas (logo, de interesse direto da pesquisa)¹⁰.

Pensar nos modos de morar e na materialidade da vida no sertão cearense, pernambucano e piauiense ao longo de meados do século XIX e fundamentalmente no século XX é também um exercício de escala (de uma abordagem transescalar) e de reflexões sobre visibilidade, proporcionalidade e representatividade no registro arqueológico (BEAUDRY, 2004, p. 256; LIMA, 2014). Os sujeitos investigados aqui, parte do campesinato que ocupou e ocupa áreas rurais das regiões em apreço, apesar de dominantes na paisagem do ponto de vista demográfico, ou seja, bastante representativos das formas de ocupação locais, geram registros materiais de baixa visibilidade, isto é, os materiais e a densidade dos vestígios resultantes das unidades domésticas sertanejas são muito sutis em comparação a contextos de engenhos ou fortificações militares no litoral.

Interessa pensar, como apontou a arqueóloga Madu Gaspar (OLIVEIRA, 2011), que a adoção de estratégias mais refinadas de pesquisa, voltadas para a localização de sítios arqueológicos com baixa visibilidade, permite construir interpretações que contemplem a diversidade de assentamentos e testemunhos de diferentes segmentos sociais, já que damos foco, ainda, grosso modo, a sítios arqueológicos com alta visibilidade (haja vista, ainda, a arqueologia histórica produzida na região nordeste), em geral associados a elites e grupos hegemônicos. Desse modo, nunca certos grupos e arranjos sociais terão existência em narrativas históricas, correndo-se o risco de reafirmar, para o sertão, o mito do vazio de ocupação.

Utilizo a escala de análise geográfica para a tese, seguindo a orientação do geógrafo Milton Santos, para o qual esta é uma extensão da organização dos fenômenos e também um dado de sua organização, vindo antes e depois da pesquisa, para que não seja uma amarra ao "processo de descoberta intelectual", indissociável dos sistemas de objetos e de ação que formam o espaço (apud SILVEIRA, 2004, p. 91). Assim, observei o mundo por meio da apreensão de alguns fenômenos que gostaria de captar para a compreensão de diferentes práticas espaciais e de consumo (CASTRO, 1995; CORRÊA, 1992, 2007).

¹⁰ Vale lembrar que, de modo geral, a região nordeste do país é dividida em Zona da Mata, uma faixa litorânea composta por florestas atlânticas, o Agreste, área de transição entre as caatingas mais secas e a umidade litorânea, e o Sertão.

Para a análise dos fenômenos que procuro observar, a escala fora necessariamente contextualizada para conferir níveis distintos de percepção do real, tornando visíveis práticas espaciais e cotidianas determinadas que envolvessem o consumo de objetos locais e forâneos às lógicas que os circunscrevem (CASTRO, 1995; CORRÊA, 1992), no âmbito do avanço do sistema capitalista sobre o campo. A escala é uma questão bastante importante na arqueologia histórica, que tem buscado relacionar as coisas da vida cotidiana e os indivíduos particulares com o sistema global de distribuições de ideias e bens típicos do mundo moderno (HALL, SILLIMAN, 2006, p. 8), relacionando a pequena escala local aos processos mais amplos de transformação (JOHNSON, 2006, p. 318).

Para as noções de espaço-tempo, estas escalas remetem a um momento que recua cerca de 150 anos atrás, momento da revolução industrial e consumista na Europa Ocidental e nos Estados Unidos (HOBSBAWM, 2008) e à proliferação das fábricas no Brasil, de novos hábitos associados a novos produtos (DE DECCA, 1982; DE DECCA, 1999; CARONE, 2001) e a uma região que denomino aqui de semiárido e com menor frequência de sertão, a primeira enquanto unidade geográfica e a segunda enquanto termo polissêmico cujos sentidos serão tocados de modo pontual ao longo do trabalho (NEVES, 2012, p. 21).

Foram levantados dados relacionados aos elementos da cultura material e dos ecofatos¹¹ que pudessem auxiliar na compreensão da dinâmica de construção do espaço doméstico, a partir de seu registro em croquis, observações de campo e fotografias. O refugio doméstico descartado pelos habitantes das casas de barro caracteriza, associado a outros elementos como a própria casa (em pé, arruinada ou desmoronada), contextos de superfície, típicos de áreas áridas e terrenos com solo raso, tendo sido intervindos por método sistemático-geométrico a partir de quadras de coleta de superfície com 5x5m (conforme propõem REDMAN, WATSON, 1970; REDMAN, 1987), um *grid*, portanto, de pequena escala. Este *grid* possibilitou revelar assentamentos rurais, como os presentes, tornando possível reconstruir a "história de uso da terra" (CORVISIER, 2008, p. 31). As intervenções foram transformadas em plantas-baixas produzidas pela arquiteta Gabriela Farias e pelo *designer* Rodrigo Angelossi no *software* AutoCAD (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011); nas plantas,

¹¹ Ecofato e biofatos são terminologias arqueológicas relacionadas a apropriação do ambiente natural pelo ser humano (FUNARI, 2003).

as quadras de coleta foram representadas pela letra Q, acompanhadas por número sequencial – amarelas quando positivas incolores quando negativas.

O método de campo baseou-se, também, em amostragem probabilística do tipo *purposive sampling*: intervenções estratégicas que tomam uma amostra representativa do sítio arqueológico (considerando custo, benefício e eficiência), a partir do qual a amostra é selecionada com base no que é apropriado a alguns nortes preestabelecidos de estudo, tendo em vista a visibilidade dos vestígios arqueológicos em superfície (devido à própria característica da vegetação de caatinga, em especial nos períodos de seca), através de caminhamentos sistemáticos e oportunistas (ORTON, 2000). Quando os sítios arqueológicos estão na superfície ou próximos da superfície, podem ser detectados por muitas técnicas e uma das mais simples, e menos custosa, é a do caminhamento intensivo usando inspeção visual (MCMANAMON, 1984, p. 232). Foi o que fizemos¹².

Considereii abordagens já utilizadas para contextos de áreas áridas e semiáridas, nos quais a visibilidade dos remanescentes materiais na superfície é boa, permitindo o uso, e o bom resultado, de caminhamentos e prospecções não-interventivas, em abordagens não-aleatórias e intencionais determinadas, justamente, pela natureza visível da evidência (RICHARDSON, GAJEWSKI, 2003). Essa metodologia de campo abre o flanco para discussões sobre sítios arqueológicos de baixa visibilidade, efêmeros contextos definidos apenas por um conjunto ou um acúmulo de artefatos, que cobrem um mínimo horizonte, tornando-os mais difíceis de encontrar, e, muitas vezes, por isso, ignorados. Ao invés de ignorá-los, perguntei-me o porquê de suas baixas visibilidades, que não deixam de envolver inúmeras variáveis, como as circunstâncias socioeconômicas, socioculturais e ambientais das comunidades responsáveis pela deposição dos objetos (KOSTRO, 2006, p. 183; MCMANAMON, 1984, p. 232).

Esta metodologia mostrou-se ainda mais necessária por lidarmos com construções de terra. Construções de tijolos maciços, cimento ou concreto, deixam

¹² Minha antiga orientadora de mestrado, a arqueóloga Margarida Andreatta, dizia que na arqueologia muitos acham que existem equipes de um só, o que ela chamava "equipe". Nenhuma escavação se faz sozinho. No âmbito da Zanettini Arqueologia, compuseram as equipes que escavaram os contextos analisados aqui, além de mim, Renan Pezzi, Márcio Bastos, Paulo Lima, Ângelo Correa, Tatiana Versieux, Breno Paiva, Louise Alfonso, Denise Gomes, Alexandre Bagniewski, Everaldo Dourado, Catarina Ferreira, Luiz Pacheco, Luciana Bozzo, Tiago Gramuglia, Juliano Meneghello, Karol Pinheiro, Gustavo Momberg, Roberta Lemes.

concentrações bastante claras no solo, enquanto que as casas de barro deixam pouco mais que uma fina camada de sedimento compactado e com coloração distinta, algumas vezes formando pequenos "montículos", pouco visíveis na paisagem (KOSTRO, 2006, p. 185). Por isso foi necessário considerar diferentes evidências materiais, como o fez a arqueóloga Susan Lawrence em seu estudo sobre mineiros australianos (LAWRENCE, 1995, p. 60). Este aprendizado também foi fruto do convívio com os trabalhos de Paulo Zanettini (ZANETTINI, ROBRHAN-GONZALEZ, 1997) no sertão baiano de Canudos e de Cláudio Symanski (2008) no sertão do Cariri, no Ceará, além de minha própria imersão e vivência. Como é frequente na arqueologia, aprendi, perguntei e deduzi muito empiricamente (HIGGINBOTHAM, 1985, p. 8). Todavia, é importante lembrar que a escavação não é um procedimento que se pode repetir e não deixa de ser uma destruição controlada ou uma recontextualização, algo que nos especifica em relação a outras disciplinas.

É claro que o método que selecionei, como todo método, resulta de escolhas que incluem e excluem, já que conforma um sistema direcionado para a solução de uma classe particular de problemas e à resolução de relações particulares no mundo fenomenológico (DUNELL, 2006, p. 54-55): afinal, eu queria saber mais sobre as pequenas casas de barro ligadas, em geral, a grupos trabalhadores, camponeses, e nem tanto sobre as casas-sede das grandes propriedades. A abordagem que tracei em campo seria onerosa em contextos arqueológicos muito densos e de maior visibilidade, pois foca no "pequeno". Com isso, não abarquei as fazendas a que as unidades domésticas pudessem estar relacionadas, talvez perdendo um pouco das relações que se estabeleceram entre camponeses e fazendeiros no âmbito do poder, do coronelismo crônico que assola a região e da diferenciação social e identitária via materialidade. As relações desiguais de poder certamente têm peso no cotidiano material camponês, mas preferi enveredar pelas lógicas do consumismo capitalista, que, de modo indireto, relacionam-se às estruturas de poder e ao acesso a bens. Enfim, são cortes necessários à tese.

Selecionei os contextos estudados aqui por sua inserção nas áreas mais secas, mais áridas do Nordeste, em região com precipitação irregular e clima típico de semiárido (550-700 mm anuais; $-40 < Im < -20$), além de temperaturas que variam (média anual) de 24 a 26°C. Eles ocupam maciçamente a região fitogeográfica das

caatingas e a chamada Depressão Sertaneja, uma extensa área rebaixada e aplainada, com trechos de ocorrência de relevos residuais (ROSS, 2005, p. 63), como os *inselbergs* na região do Ceará (AB'SABER, 2003), à margem esquerda da malha hidrográfica do rio São Francisco, composta, assim, por rios temporários. Estão atualmente em municípios de baixa densidade populacional (cerca de 5 a 30 hab/km² – a título comparativo, a cidade de São Paulo possui média de 7.398 hab/km² [IBGE, 2010]). Vale frisar que as caatingas ocupam uma ampla extensão com presença de planícies, chapadões, planaltos de altitudes, com topografia trabalhada pela ação eólica e intensa desagregação mecânica de rochas, o que criou relevos suaves e perfis arredondados, cenário complementado pelos vales de rio, com suas planícies de inundação, importantes à instalação humana (ETCHEVARNE, 1999-2000).

Os mapas abaixo (Figuras 1 e 2) mostram os municípios onde estão localizados os sítios arqueológicos estudados em relação ao traçado do projeto que permitiu seu levantamento. Em especial, os contextos arqueológicos analisados concentram-se nas mesorregiões dos sertões de Pernambuco e Piauí (cor de abóbora) e nos sertões cearenses (amarelo claro).

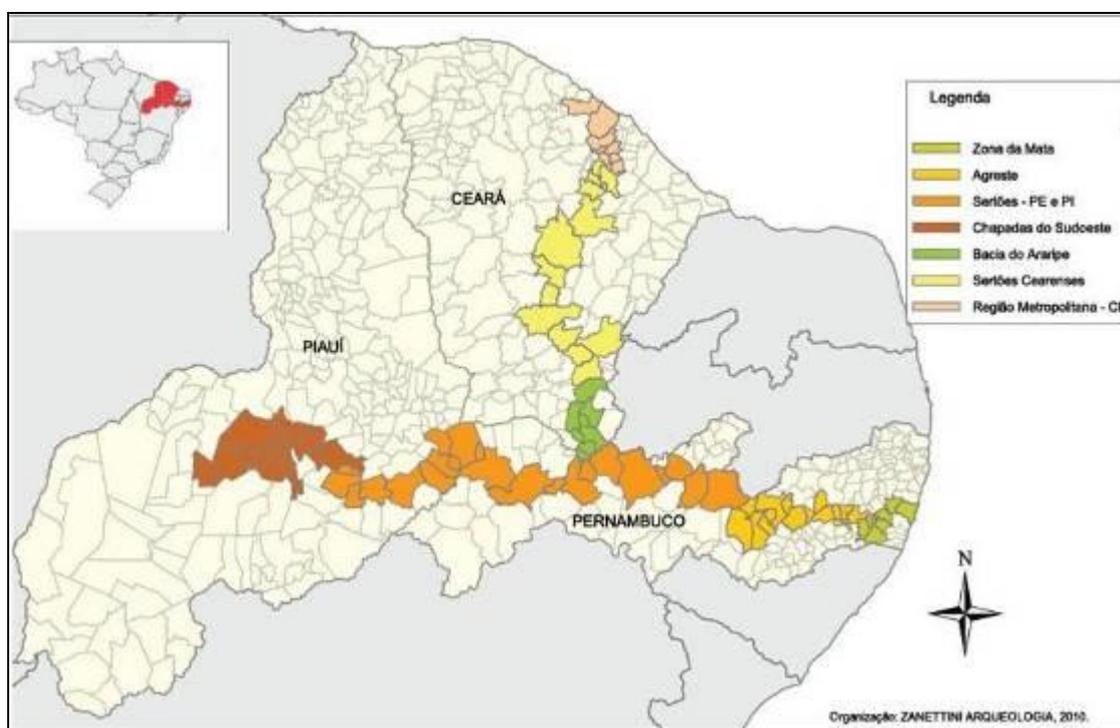


Figura 1. Municípios abarcados pelo projeto Transnordestina (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011). A revitalização da antiga linha férrea da RFFSA já tem mudando as feições de diferentes municípios, trazendo impactos relativos às pessoas e ao ambiente, com novas coisas e novas ideias, encontrado as

velhas coisas e velhas ideias. Quais os processos de resistência, apropriações e hibridização que o mapa camufla?

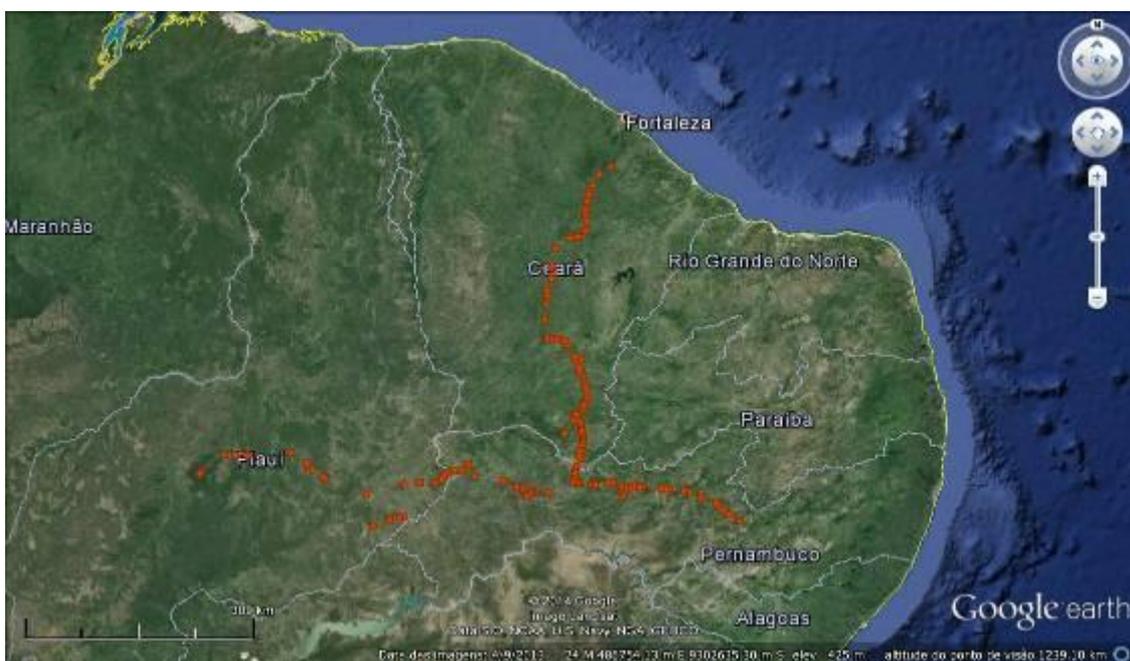


Figura 2. Georreferenciamento dos contextos analisados (Base Google Earth). O mapa corresponde aos mesmos caminhos indicados na figura anterior, com a diferença de sobrepor-se a uma imagem aérea que deixa notar as manchas amarronzadas onde o semiárido é mais intenso.

A escala temporal da pesquisa segue a seguinte trajetória: *a priori*, fui a campo já com o intuito de localizar contextos do século XX relacionados a populações sertanejas que não elites. No entanto, refinei o tempo a partir dos fenômenos observados após a análise da materialidade que compunha as áreas de descarte, situando os contextos entre meados do século XIX e o começo do século XXI, em especial devido aos métodos cronológicos que geram estimativas de tempo de ocupação em intervalos. Para isso, lancei mão das formas de datação relativa utilizadas pela arqueologia histórica em 75 contextos, dos quais foi possível datar 65. Considerei um ano único quando havia informações precisas vindas da oralidade (caso de Pau a Pique, Macaúba e Pajeú).

No que concerne a esta datação, é um dos métodos de cronologia histórica mais utilizados pela arqueologia histórica e, logo, bastante comum para os contextos posteriores ao século XVI, no continente americano, que não oferece as margens de erro da datação absoluta nem as imprecisões das datações relativas. No entanto, fornece intervalos e datas aproximadas e relaciona-se à delimitação do período de manufatura

dos tipos artefatuais no tempo, com base em dados históricos e na relação entre artefatos similares em forma, função, decoração e tecnologia de produção (SOUTH, 1971; RENFREW; BAHN, 2001; ADAMS, 2003). Dentre as diversas técnicas disponíveis, utilizei o que ficou conhecido como barra South, partindo de objetos datados, com data de início de produção conhecida, datando contextos por associação e utilizando datas de dados acumulados pela literatura (MILLER, 2000).

Por serem padronizados, apresentando períodos de produção específicos, alguns produtos, como as louças brancas, assim como as marcas de fabricante de vidros, plásticos e borrachas, podem atuar como indicadores cronológicos do espaço de tempo de uma ocupação (SYMANSKI, 1998). O período de produção de um determinado tipo de louça, por exemplo, é indicado pelos atributos da pasta, forma, decoração, dureza, cor, vidrados, etc. (SOUTH, 1977, p. 68). Um dos artifícios utilizados para se obter uma datação aproximada do início da ocupação de uma área, com base nos fragmentos de louça nele encontrados, é o princípio do *terminus post quem*, que consiste em considerar a data inicial do artefato de produção mais antigo presente na amostra como a data mais recuada para o início da formação do registro arqueológico (DEETZ, 1996).

Estabeleci os intervalos de tempo através das barras cronológicas de tipos com período de produção identificada, proposta por Stanley South (1977). A barra é baseada nos princípios do *terminus post quem* e *terminus ante quem* e em aspectos da teoria de conjuntos, consistindo na representação gráfica do intervalo de produção de todos os tipos datáveis da amostra. A representação permite uma aproximação dos prováveis intervalos de maior intensidade ocupacional, pautada pelo princípio de que a maior/ menor intensidade de ocupação é representada pela maior/ menor frequência e diversidade de tipos coexistindo em um mesmo período.

Tive que calcular datas médias para conseguir trabalhar com os contextos arqueológicos para comparações estatísticas e mudanças ao longo do tempo-espaço. Para isso, calculei uma média aritmética simples (média de n números é sua soma dividida por n) para cada intervalo de produção e, então, uma média composta pela soma de todas as médias, portanto reconhecendo que todas as ocorrências têm exatamente a mesma importância ou o mesmo peso. Optei por um cálculo simples e mais conservador, um pouco diferente do que propôs South com fórmulas baseadas em médias aritméticas ponderadas, por que isso deixaria as datas menos rígidas, tendo em

vista o pouco controle de quando os objetos no sertão foram efetivamente consumidos. No Brasil, há exemplos de que a aplicação das fórmulas South resultou em intervalos mais antigos do que o período de ocupação (ARAÚJO; CARVALHO, 1993).

Há que se ter em vista, entretanto, que, para o contexto sertanejo, os pressupostos teórico-metodológicos para os intervalos de ocupação devem sofrer ressalvas, em especial no que concerne à durabilidade dos artefatos e suas implicações cronológicas. Louças encontradas em sítios arqueológicos localizados no sertão no Nordeste do Brasil, devido a práticas de conservadorismo, manutenção, acessibilidade e escolhas de consumo, não são sempre os melhores datadores.

O arqueólogo australiano Andrew Sneddon (2006) tem demonstrando como os processos de formação local distorcem seriamente as percepções em torno das cronologias de ocupações. Para ocupações que remetem a contextos de grupos menos abastados, com condições precárias de vida, ou, ainda, de regiões onde os acessos aos materiais são diferenciados, existe toda uma problemática sobre o uso de ferramentas clássicas como o *terminus post quem* (ADAMS, 2003). Os contextos do sertão, como aqueles caracterizados por casas de barro, com suas pequenas áreas de descarte, particularmente aqueles localizados no semi-árido, propiciam uma excelente oportunidade para levantar questões sobre o valor dos controles cronológicos.

A tabela abaixo (Tabela 1) lista os contextos arqueológicos utilizados neste trabalho. As linhas cinza referem-se à amostra de 75 sítios cujas áreas de descarte foram intervindas com o objetivo de obter datas para ordenação cronológica que permitiria reflexões diacrônicas.

Tabela 1. Sítios arqueológicos por estado, município e intervalo cronológico.

Sítio arqueológico	Estado	Município	Intervalo cronológico
CEARÁ			
Aurora II	Ceará	Aurora	-
Encantado	Ceará	Quixeramobim	-
Mufumbu	Ceará	Lavras da Mangabeira	-
Salgado IV	Ceará	Aurora	-
Uruque I	Ceará	Quixeramobim	-
Feijão	Ceará	Missão Velha	1780-1960

Erva Daninha	Ceará	Lavras da Mangabeira	1790-1850
Carnaúba	Ceará	Lavras da Mangabeira	1820-1860
Croatá	Ceará	Acopiara	1840-1850
Acopiara I	Ceará	Acopiara	1840-1900
Quixadá IV	Ceará	Quixeramobim	1840-1900
Vila Viana	Ceará	Cedro	1840-1939
Jurema	Ceará	Lavras da Mangabeira	1850-1860
Cantim	Ceará	Iguatú	1850-1870
Gonzaguinha	Ceará	Cedro	1850-1897
Viúva Virgem	Ceará	Quixadá	1850-1901
São Miguel	Ceará	Cedro	1850-1920
Missão Velha I	Ceará	Missão Velha	1850-1972
Quixadá II	Ceará	Quixadá	1860-1876
Quixadá III	Ceará	Quixadá	1860-1893
Choró	Ceará	Itapiúna	1860-1920
Senador Pompeu I	Ceará	Senador Pompeu	1860-1957
Piquet Carneiro I	Ceará	Piquet Carneiro	1874-1900
Truçú	Ceará	Iguatú	1895-1910
Salgado III	Ceará	Aurora	1897-1968
Piquet Carneiro II	Ceará	Piquet Carneiro	1913-1937
Monte Sinai	Ceará	Piquet Carneiro	1913-1960
Suassurana I	Ceará	Iguatú	1913-1960
Pontilhão	Ceará	Quixadá	1930-1940
Banabuiú	Ceará	Quixadá	1940-1960
Italianas	Ceará	Iguatú	1947-1968
Olho D'água	Ceará	Missão Velha	1950-1980
Aracajú	Ceará	Quixadá	1955-1970
Missão Velha II	Ceará	Aurora	1960-2004
Marmeleiro	Ceará	Senador Pompeu	1970-1980
Seu Lunga	Ceará	Redenção	1970-1995
Joatama	Ceará	Quixadá	1975-2003
Arca de Noé	Ceará	Quixadá	
Baixa Funda	Ceará	Jati	
Baixa Dantas	Ceará	Abaiara	
Baixio dos Caboclos	Ceará	Abaiara	
Baixio dos Lopes	Ceará	Brejo Santo	
Boqueirão	Ceará	Brejo Santo	
Brejo Santo I	Ceará	Brejo Santo	
Flecheira Velha	Ceará	Pesqueira	
Joaquim Chicote	Ceará	Abaiara	

Lagoa do Mato II	Ceará	Brejo Santo
Pocinho I	Ceará	Abaiara
Pocinho III	Ceará	Abaiara
Soim	Ceará	Abaiara
Topo do Morro do Baixio dos Bois	Ceará	Brejo Santo

PERNAMBUCO			
Bom Jesus	Pernambuco	Serra Talhada	-
Calumbi III	Pernambuco	Flores	-
Santa Rita	Pernambuco	Flores	-
Baixio dos Milagres II	Pernambuco	Salgueiro	1850-1897
Canafístula I	Pernambuco	Serra Talhada	1850-1920
Carcará II	Pernambuco	Verdejante	1850-1937
Baixio dos Milagres I	Pernambuco	Salgueiro	1860-1900
Arcoverde II	Pernambuco	Sertânia	1896-1950
Camaleão III	Pernambuco	Serra Talhada	1896-1960
Carvoeiro	Pernambuco	Salgueiro	1913-1937
Caroalina	Pernambuco	Sertânia	1913-1960
Calumbi I	Pernambuco	Flores	1913-1980
Coxi II	Pernambuco	Sertânia	1927-1950
Camará	Pernambuco	Cachoeirinha	1927-1960
Capela	Pernambuco	São José do Belmonte	1930-1960
Das Posse I	Pernambuco	São José do Belmonte	1930-1960
Juazeiro	Pernambuco	Verdejante	1950-2008
Soledade	Pernambuco	Custódia	1954-1970
Baixio da Formiga	Pernambuco	Salgueiro	1962-1980
Fazenda Mulungu	Pernambuco	Custódia	1970-2009
Pau-a-pique	Pernambuco	Sertânia	2008
Arcoverde I	Pernambuco	Sertânia	
Barra de São Pedro II	Pernambuco	Ouricuri	
Boi Morto	Pernambuco	Araripina	
Braúna	Pernambuco	Custódia	
Cacheiro	Pernambuco	Parnamirim	
Canafístula II	Pernambuco	Serra Talhada	
Canafístula IV	Pernambuco	Serra Talhada	
Canafístula VI	Pernambuco	Serra Talhada	
Cemitério dos Índios	Pernambuco	Brejo Santo	
Chocalho	Pernambuco	Serra Talhada	
Climério	Pernambuco	Pesqueira	
Estação Ferroviária Felipe	Pernambuco	Serra Talhada	

Camarão		
Fazenda Carnaúba	Pernambuco	Serra Talhada
Fazenda Favela	Pernambuco	Parnamirim
Fazenda Olinda I	Pernambuco	Parnamirim
Grés	Pernambuco	Ouricuri
Impueira II	Pernambuco	Pesqueira
Lage	Pernambuco	Abaiara
Lajedo do Pilão	Pernambuco	Sertânia
Pedra da Ema I	Pernambuco	Parnamirim
Piçarra	Pernambuco	Porteiras
Piomonte I	Pernambuco	Parnamirim
Quixaba IV	Pernambuco	Parnamirim
São Francisco I	Pernambuco	Serra Talhada
Serrinha	Pernambuco	Araripina
Talhado	Pernambuco	Serra Talhada
União	Pernambuco	Pesqueira

PIAUI			
Borges	Piauí	Trindade	-
Simões III	Piauí	Simões	-
Morro da Cruz	Piauí	Bela Vista do Piauí	1800-1850
Serra Vermelha I	Piauí	Paulistana	1830-1845
Siriema	Piauí	São Miguel do Fidalgo	1850-1897
Cajueiro	Piauí	São Miguel do Fidalgo	1900-1950
Costa	Piauí	Paes Landim	1913-1960
Nascente IV	Piauí	Curral Novo do Piauí	1930-1950
Barra do Bucaitá I	Piauí	Flores do Piauí	1930-1980
Goiabeira II	Piauí	Rio Grande do Piauí	1942-2008
Ilha	Piauí	Rio Grande do Piauí	1950-1980
Belenzinho	Piauí	Bela Vista do Piauí	1954-1970
Menandro	Piauí	São Miguel do Fidalgo	1960-2009
Pajeú	Piauí	Flores do Piauí	1970
Tabuleiro	Piauí	Paulistana	1970-2008
Calumbi	Piauí	São Miguel do Fidalgo	1970-2009
Vargem Grande	Piauí	Simplício Mendes	1985-2008
Vereda dos Patos	Piauí	Simplício Mendes	1988-1994
Macaúba	Piauí	Pavussú	1999
Canavieira	Piauí	Itaueira	
Crauaçú I	Piauí	Acauã	

Para as pesquisas arqueológicas no semiárido, para uma arqueologia do sertão e do sertanejo, é interessante pensar que o pano de fundo etnocêntrico está impregnado não apenas nas teorias e métodos, mas igualmente nas técnicas e nas próprias ferramentas que utilizamos nos trabalhos de campo. Importa lembrar que as técnicas não são culturalmente neutras, inserindo-se nas questões metodológicas, na abordagem teórica e nas políticas do arqueólogo (FUNARI, 2003, p. 63). No presente caso, ficou claro que os materiais e a tecnologia do ferramental utilizado por nós no sertão foram pensados a partir de contextos do litoral, onde não são correntes temperaturas tão altas como 50°C. Era visível que os sacos plásticos transparentes, de polipropileno, que usamos para coleta dos artefatos, não eram os mais indicados para o trabalho, "derretendo", furando quando preenchidos. Seixos de cascalheiras estouravam em nossa frente, criando lascas térmicas; as canetas secavam ou explodiam, as pilhas das máquinas fotográficas descarregavam rapidamente com o calor.

Nossas roupas ficavam cobertas por um pó branco que mais tarde entendemos ser sal resultante da evaporação de nosso suor; os chapéus que usávamos arrebentavam a todo o momento, o que nos causava certo constrangimento frente ao imbatível chapéu de catolé, trançado a partir da palha de uma palmeira local. A comida que levávamos para o almoço "derretia" ao sol, mesmo dentro de bolsas térmicas (por isso, inclusive, começamos a levar pão francês com queijo mussarela, que ao meio dia estava deliciosamente quente), quando não era roubada por cabras cuja presença não conseguíamos detectar previamente – assaltantes que aguardavam, à espreita, nossa atenção falhar; a água durava muito pouco e logo esquentava, havia espinhos tão pequenos no solo que nossos dedos se enchiam de espículas quase invisíveis; dávamos joelhadas em cansanções¹³ (uma espécie de urtiga cuja sensação na pele é de queimadura), batíamos em caixas de abelha (como as chamadas Exu ou Enxu – *Protonectarina sylveirae*), sentávamos em escorpiões, tínhamos insolação e corríamos de grandes vespas que se entocavam na terra (como a carinhosamente chamada Cavalodo-cão – *Pepsis ruficornis*).

O que é importante notar é que a relação "tensa" dos arqueólogos com o semiárido e a caatinga era fruto de nosso total desconhecimento dessa paisagem, já que aqueles que nos acompanhavam, ali criados, nada sofriam. A noção de "ambiente

¹³ Nomes êmicos de espécies de vegetais das famílias *Euphorbiaceae*, *Loasaceae* e *Urticaceae*.

hostil" utilizada pelo discurso de alguns profissionais quando vão a campo em biomas que desconhecem está, obviamente, muito aquém de como esta paisagem é apropriada e construída pelos que dela são parte. O que apontei acima era fruto de nossa própria limitação e de um não-engajamento com o ambiente, como diria Tim Ingold (2004), o que, inúmeras vezes, é transformado em pré-conceito.

Isto se agravou, para mim, quando passei a perceber que a metodologia estipulada para prospecção em campo, com intervenções lançadas a cada 20m, nunca localizaria uma casa de taipa que, com seu terreiro e sua área de descarte, possuía, muitas vezes, menos de 20m de diâmetro. Poderíamos achar grandes aldeias, engenhos, casas de fazenda, usinas, mas pouco dos moradores sertanejos das casas de barro. A baixa visibilidade das formas de ocupação a que estão relacionados esbarrava na baixa visibilidade criada pela limitação do próprio método de campo (WHALLON, 1984; BANNING, 1988; KOSTRO, 2006; WENDRICH; BARNARD, 2008; LAWRENCE; DAVIES, 2011). Apagávamos, assim, todo um universo de pessoas e possibilidades, já que nos prendíamos, de modo bastante sutil, porque diluído às entranhas, às formas clássicas de entender "sítio arqueológico" (DUNELL, 2006) e de prospectar. Reduzir a malha era uma questão política. Não identificar tais contextos, não estudar esta cultura material, era invisibilizar e desaparecer com sujeitos e narrativas possíveis, ignorando sua materialidade.

A relação colonial refletia-se, logo, nos métodos, técnicas e instrumentos pensados a partir dos centros (de poder), que projetaram as ferramentas utilizadas em seus próprios trabalhos, destinadas a uma única, e generalizada, realidade: a do litoral (ou mesmo a estrangeira de países temperados e frios¹⁴). A cultura material da arqueologia, a que os arqueólogos carregavam consigo, tornava, ela mesma, o semiárido um local onde uma única forma de fazer, de escavar, e de aplicar um conhecimento científico, supostamente objetivo, era imposta.

No que concerne ao acervo gerado a partir das intervenções, o método aplicado permitiu uma perspectiva contextual à análise¹⁵ na tentativa de realizar inferências sobre organização espacial e social em sua relação com práticas cotidianas.

¹⁴ Mas vale lembrar que arqueólogos também têm discutido os métodos e as dificuldades para se escavar no gelo. Conferir MCGOWAN, 1987, e HARROWFIELD, 2005.

¹⁵ Entendo análise contextual como método que conjuga abordagens qualitativas e quantitativas, sociológicas e estatísticas, nas quais o contexto de deposição das coisas, ambiental e geológico, está relacionado ao contexto sociocultural, político e econômico (WHITLEY, 1996).

Sintetizei as informações coletadas por meio de planilhas analíticas pautadas por atributos (matéria-prima, tecnologia, morfologia e decoração), com auxílio do *software* Microsoft Excel 2007, para estatísticas descritivas simples, e do *software* Past3 1.0, para análises multivariadas e de agrupamentos. Concomitante a análise quantitativa e amostral, utilizo abordagens qualitativas, no estilo presença/ausência, como nos primeiros clássicos da arqueologia histórica norte-americana (SOUTH, 1971).

Uma análise arqueológica contextual, em especial concernente a áreas de descarte de refugio doméstico, dá especial atenção à coleta de dados que sustentam estudos de frequência, recorrência, ausência e permitem olhares diversos das abordagens não quantitativas aplicadas aos estudos de consumo. Tais métodos fornecem, ainda, a habilidade de examinar longos períodos de tempo e investigar fases de transição da histórica cultural humana (ORSER, 2000). Apreendem-se aspectos não conscientes de práticas e estruturas que não aparecem nos registros escritos ou mesmo na fala (LIMA, 1985); afinal, há coisas que se reprime ou que não se pode dizer (RATHJE; LAMOTTA; LONGRACE, 2001; GONZALEZ-RUIBAL et al., 2010), táticas silenciosas que ocorrem no dia a dia (DE CERTEAU, 2007) das unidades domésticas ocupadas ao longo do século XX no semiárido piauiense, pernambucano e cearense.

Optei por uma abordagem caracterizada por considerações teóricas que assumem a presença de um indivíduo ativo, com papel no processo de mudança de cultura, situado em particulares quadros históricos (HODDER, 1982; MARCINIAK, 1998). A ideia é também dar ênfase a métodos para identificar e estudar contextos a fim de compreender significados, em duas linhas de investigação: uma primeira considerando o contexto ambiental e comportamental da ação, e uma segunda, olhando às redes de associação nas quais se inserem os objetos (DARVILL, 2009).

Produção, uso e deposição dos artefatos estão conectados de modo íntimo, não podendo ser entendidos isolados do contexto em que ocorrem; assim, resalto a relação entre produção e consumo, suas ontologias e dificuldades de definição (quando começa um e acaba o outro), no âmbito de uma reprodução social que os integra (WURST; MCGUIRE, 1999), como no caso da fabricação de *rodinhas* de borracha. Contexto, uso, forma e decoração são também produtos particulares da estrutura e da ordem social, para as quais uma abordagem contextual serve de ponte entre a

generalização do processualismo e as particularidades dos estudos de classes de materiais (WHITLEY, 1996). Baseado nesses pressupostos, abordo as áreas de descarte através de análises quantitativas e comparações estatísticas para pensar algumas das práticas observadas.

Por outro lado, permeio estas leituras inspirando-me nas possibilidades simétricas de uma antropologia e arqueologia que ultrapassam as ontologias incompatíveis (como natureza e sociedade, passado e futuro, moderno e arcaico) que definiram a modernidade e sua matriz científica (LATOURET, 2004). Apesar da dificuldade desse esforço, já que fui doutrinado a assim ler o mundo que me cerca, tento ultrapassar a cosmologia moderna que pouco consegue ressaltar aspectos da sociabilidade entre humanos e não-humanos (WITMORE, 2005; NEUMANN, 2008), como no caso dos terreiros. É a simetria dessas novas formas de análise que pode auxiliar no reconhecimento do impacto das coisas, usualmente negado pela construção moderna de ver o mundo, possibilitando uma investigação mais nivelada de como o ser humano vive *com* o mundo (e não *no* mundo), como pontua o arqueólogo Christopher Witmore (2005).

Parti da organização do acervo de artefatos (fragmentados ou inteiros) coletados entre itens construtivos e “utensílios”, tendo sido triados preliminarmente por matéria prima na amostra dos 75 sítios arqueológicos da análise pormenorizada. Propus a organização dos utensílios em universos de práticas cotidianas (alimentação; higiene pessoal, saúde e tocador; utilidades domésticas, manutenção da casa e trabalho; lúdico), em clara influência de Tânia Andrade Lima (1985), Gavin Lucas (2001), e Paulo Zanettini (2005), estabelecendo funções presumidas, quando possível, e buscando a construção de barras cronológicas para artefatos indicadores de temporalidade, a fim de integrar os dados¹⁶.

Parti dos pressupostos de Tânia Andrade Lima (1985, p. 11) segundo a qual “os sistemas classificatórios concebidos para os objetos recuperados em sítios históricos devem transcender os aspectos meramente formais, sob o risco de serem construídas

¹⁶ É claro que não pude analisar todo o montante de materiais coletados sozinho. Coordenei o projeto e propus as metodologias, as fichas de análise, as propostas e problemáticas sobrepostas aos materiais coletados e postas em práticas por mim com enorme auxílio dos arqueólogos Piero Tessaro, Márcia Hattori e Marcel Lopes, das auxiliares de laboratório Ednéia Pasqual, Matilde Barro, Gilvanir da Silva e Érica da Silva, e das responsáveis pela curadoria dos materiais, a arqueóloga Luana Alberto e a técnica em zeladoria Francione Menezes, dentro dos laboratórios da empresa Zanettini Arqueologia, responsável pelo projeto que escavou os locais analisados.

falsas categorias, totalmente diferentes das que foram criadas pelo grupo estudado". Com isso, foi possível utilizar sistemas classificatórios que relacionavam os objetos aos universos de ação e uso dentro da esfera cotidiana. Perceber-se-á que a interpretação dos dados das planilhas analíticas procurou ultrapassar a identificação das matérias-primas que conformam as coisas, enfocando nos meios nos quais circularam e agiram (LUCAS, 2001).

Deve-se ressaltar que os artefatos de um mesmo material podem estar em esferas diferentes do cotidiano, destarte as possibilidades de intersecção e mobilidade entre estas esferas e a “vidas das coisas” (APPADURAI, 2008). Organizadas desse modo, as análises possibilitaram reflexões em torno dos diálogos entre os diferentes objetos e as diferentes matérias-primas que os compõem, no que tange ao tema das inovações tecnológicas e da manutenção de funções comuns e morfologias semelhantes, assim como seus uso (LEMONNIER, 1993; VAN DER LEEW, 1993; ZANETTINI, 2005).

Cabe destacar que os artefatos não foram analisados primordialmente com base nas questões de *status* socioeconômico. Foram para isso consideradas as críticas feitas pela arqueóloga colombiana Monika Therrien (2006) relacionadas às complexidades das formas de aquisição, produção e consumo dos objetos, em especial após a expansão do sistema de fábrica e dos produtos industrializados. Também busquei escapar do *trickle down effect* criticado pelo arqueólogo canadense Gregory Monks (1999) e especialmente pela socióloga brasileira Lívia Barbosa (2008), uma abordagem que pressupõe a existência de grupos de referência que servem de inspiração para os segmentos na base da pirâmide social e a disseminação do seu gosto de cima para baixo.

Por fim, não analisei os objetos calculando número mínimo de recipientes (NMR) – abordagem que permite a descrição do número mínimo original de itens que podem ser contados a partir de um conjunto fragmentado (VOSS; ALLEN, 2010, p. 1); iniciei com a contagem de fragmentos, calculando os percentuais de acordo com as categoriais estipuladas para analisar determinados atributos relacionados à morfologia, tecnologia e decorações. Não calculei o NMR por duas razões: o altíssimo grau de fragmentação da amostra, já que os contextos de superfície estão bastante suscetíveis à quebra, em especial por pisoteio, e a dificuldade em calcular o número mínimo para artefatos industrializados (ELLIS, 2005).

Sabe-se que o método quantitativo para NMR pode resultar em uma contagem desproporcionalmente baixa para objetos produzidos manualmente ou decorados (já que há dissociação entre fragmentos do corpo) (VOSS; ALLEN, 2010) e não quis correr este risco em um contexto em que já há uma frequência muito baixa de determinados objetos. Para exemplificar, alguns conjuntos artefatuais não apresentavam nenhuma borda de louça branca, e, se este fosse meu corte, a escolha da morfologia de um fragmento como representativo de uma forma (já que uma xícara = uma base), mesmo sabendo que havia recipientes de louça naquele contexto doméstico, meu cálculo de número mínimo daria zero.

1.2. Inspirações e indignações a uma arqueologia dos sertanejos

O primeiro momento que me impulsionou à pesquisa está relacionado a meu trabalho em analisar acervos de sítios arqueológicos históricos do semiárido, a partir de 2006. Ali notei que as equipes de arqueologia coletavam materiais e escavavam sempre baseados na oposição antigo/recente, o que desenrolava discursos que opunham pré-colonial/histórico, indígena/industrializado, categorias que não eram opostas e muitas vezes não eram comparáveis. Isso construía coleções que privilegiavam louças, cerâmicas, vidros e líticos em detrimento de outros materiais, todos de uma mesma ocupação, o que acarretava datações mais antigas para os contextos, já que os materiais que "puxariam" o sítio arqueológico "para frente" não eram coletados/analizados. Além disso, mesmo coletando-se faianças finas de produção oitocentista, era importante saber que muitas foram consumidas no século XX, co-existindo com louças de produção do novecentos, não coletadas porque "recentes".

A diferença entre materiais do final do século XIX e começo do XX é complicada de inferir e, somando-se aos complexos caminhos do consumo de determinados bens, que prolongavam suas vidas, as coletas e não-coletas das equipes criavam acervos-*Frankstein* difíceis de serem entendidos. Ademais, mostravam uma clara resistência em reconhecer as heterocronias (FABIAN, 1983), as possibilidades de existência do que nós, modernos, entendemos como a co-existência de tempos diversos em um só tempo, forçando-nos a uma sincronização e ao apagamento das marcas materiais da passagem do tempo pelo capitalismo moderno.

Como buscarei demonstrar nesta pesquisa, é grande o desafio de reflexão e interpretação quando nos referimos à realidade material de pessoas que enfrentam dificuldades (e/ou pouco desejo?) de acesso a determinadas mercadorias¹⁷, mas que também possuem formas próprias de interação com a cultura material e de apropriações¹⁸. As dificuldades aumentam quando tentamos definir e datar ocupações a partir de olhares pouco profundos, com base em categoriais de tempo, ou "regimes de historicidades" (HARTOG, 2003), que nos são próprias. Os métodos de datações relativas que aprendemos, muitas vezes, dão pane quando as fronteiras entre o que foi produzido no século XIX e no XX borram-se, quando as vidas dos objetos são estendidas a partir de inúmeras práticas (ADAMS, 2003), quando outras lógicas de acumulação perpassam os modos de existir (PAULINO, 2012). Novo, recente, colonial, pré-colonial, histórico, são categorias bastante subjetivas tendo em vista a relatividade de seus conteúdos em termos comparativos e, em especial, noções êmicas próprias de tempo e espaço das áreas em estudo. Por isso a arqueologia pode, inclusive, propor novas periodizações.

Mais do que a cerâmica, o lítico lascado (ou o vidro lascado!) representava um abalo às formas usais de análise e classificações arqueológicas vigentes, de difícil identificação e datação (automaticamente englobado no universo "pré-colonial", em oposição ao "histórico"), já que os contextos arqueológicos eram de superfície e as pessoas ainda, atualmente, lascam (veja-se o caso das bingas e binguelas, artefatos de sílex, lascados, que compõem mecanismos para acender cigarros de palha e cachimbos na contemporaneidade).

Ficava evidente, porém, que, de um modo subjacente, pressupúnhamos, ali, que o conhecimento do lascamento de pedra, "indígena", teria desaparecido com a colonização europeia, substituído por novas tecnologias e, portanto, outras formas de "cultura". Recaíamos na oposição pré-história x arqueologia histórica, em monolíticas categorias essencializantes ("europeus", "indígenas", "líticos") (SOUZA, 2008) e

¹⁷ Ao que Pierre Bourdieu (2000) chamou de "alodoxia", um uso não-ortodoxo de materiais, categoriais e situações, como o caso dos usos das sandálias de borracha explorado no final do segundo capítulo.

¹⁸ Utilizo o termo "apropriação" a partir da filosofia de Paul Ricouer (1989, p. 364), para o qual este é um processo pelo qual torna-se próprio aquilo que era alheio, atualizando sua historicidade e significado, e sendo, por isso, um complemento dialéctico da distanciação. Também a entendo como o sociólogo Colin Campbell (2004, p. 52), segundo o qual há um efeito de apropriação que se refere a customização de produtos padronizados, fabricados em massa, alheios ao mundo do consumidor que os assimila em seu mundo de sentido.

baníamos contextos com líticos lascados para um profundo passado distante a partir de perspectivas remanescentes do evolucionismo cultural.

A valorização do antigo e do que era classificado como "indígena", do outro exótico pertencente ao passado recuado, quase como tipologia relacionada a coisas de produção não-industrial, batia de frente com o modo com que muitas comunidades e cidades do interior dos estados pelos quais passei musealizavam (se é que esta seria a palavra) seu patrimônio (outra questão controversa), doando, aos museus regionais, objetos que os representavam ou que expressavam momentos de uma memória e uma identidade muitas vezes chamadas por eles mesmos de sertaneja¹⁹.

Um dos exemplos mais claros foi a visita ao Museu Graciliano Ramos, em Palmeira dos Índios²⁰, a terceira maior cidade alagoana, com população urbana de cerca de 50 mil pessoas. Ali estavam sandálias de couro e borracha, cabaças, panelas de cerâmica, garrafas PET, fornos a lenha e toda uma série de objetos cotidianos que dialogavam diretamente com o dia a dia dos moradores e que, quando encontrados pelos arqueólogos, eram descartados do ponto de vista do "patrimônio cultural" em prol da supervalorização de raspadores plano-convexos em quartzo. Ao fazer isso, sempre pensando na dita "extroversão do conhecimento", obrigávamos as pessoas a se identificar com os líticos lascados, mostrando sua importância para a história local, enquanto jogávamos fora o que valorizavam e reconheciam como delas. O arqueólogo Ulpiano Menezes (2007: 47) chamou de "doutrinação" esse tipo de prática, especialmente quando utilizada como fórmula para os programas de Educação Patrimonial e Socialização do conhecimento arqueológico, nos quais identidade e memória tornam-se objetos de outorga; o pedagogo Paulo Freire (1987) certamente chamaria de "pedagogia do opressor" e o arqueólogo colombiano Cristóbal Gnecco (2009) de "violência epistêmica".

Neste mesmo museu, havia um pôster (Figura 3), logo na entrada, próximo da porta principal (difícil não ver), produzido em 2008 para um evento multimídia gratuito que celebrou os 70 anos de lançamento do romance *Vidas Secas* (de 1938) no Centro Cultural Banco do Nordeste (CCBN). Ali, lia-se a pergunta, como se feita a cada visitante da casa de Graciliano: "Vidas, para sempre secas?". Aberta à interpretação,

¹⁹ Muito disso foi explorado por minha colega Camila Whichers em sua tese de doutorado intitulada *Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (Des)Caminhos Da Prática Brasileira*, pela Universidade Lusófona, Portugal, em 2010.

²⁰ Graciliano Ramos foi prefeito de Palmeira dos Índios entre 1928 e 1930.

entendi a questão como uma provocação, que me perguntava, por um lado, se, ali aquelas pessoas sofreriam para sempre com uma desigualdade socioeconômica e uma marginalização mantidas por políticas fundiárias que agravavam os efeitos das secas sazonais e promoviam a chamada "indústria da seca", deixando claro formas de manutenção do que o antropólogo indiano Arjun Appadurai (2009) chamou de "minorias de procedimento": minorias temporárias, assim tornadas, por opiniões. Até quando? Por outro lado, o pôster questionava-me sobre o fato de que tudo o que conseguíamos contar daquelas pessoas, dos moradores do "sertão", remetia à seca, essa opinião única que as tornava as minorias procedimentais. Suas vidas podiam ser resumidas a apenas isso?²¹



Figura 3. Correm Fabiano, sinhá Vitória, Menino mais velho, Menino mais novo e a cachorra Baleia, de uma vida sempre seca ou para uma vida sempre seca? Fuga ou mudança? A interrogação da frase carrega quase uma sensação de frustração e estava logo na entrada do Museu Graciliano Ramos, em Palmeira dos Índios, Alagoas, no pôster que segue uma estrutura próxima da xilogravura, uma importante referência cultural, para o evento de comemoração dos 70 anos do romance *Vidas Secas* (Foto do autor, 2009).

Os estereótipos e mitificações sobre o "sertão" e os que habitam o semiárido do nordeste do país (SENA; SUÁREZ, 2011), as impossibilidades de estabelecimento

²¹ Pensando nisso, propus ao coordenador do projeto em que trabalhava, Paulo Zanettini, uma espécie de subprojeto para mergulhar no cotidiano material do século XX, escavando casas e analisando materiais relativos a regiões diretamente afetadas por um empreendimento de infra-estrutura chamado Transnordestina, que revitalizará e abrirá novas frentes ferroviárias, para carga, pelo interior da região Nordeste, como parte do Programa de Aceleração de Crescimento do Governo Federal, no âmbito de uma empresa de arqueologia preventiva, a Zanettini Arqueologia. A partir dessa possibilidade, ampliei campo e reflexões ao mundo acadêmico. A relação entre a Transnordestina e os impactos de cunho socioeconômico e político tem sido explorados por outra colega, Kena Chaves, em seu projeto de mestrado intitulado *Lugares sob os trilhos: a resposta do lugar ao espaço de fluxos ferroviários no semiárido brasileiro*, em desenvolvimento pelo Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas.

de narrativas outras que não focassem apenas na seca, ou na seca e no sofrimento como a imagem única dessas pessoas, estão ligados à produção do discurso arqueológico e às próprias questões metodológicas da práxis arqueológica intrinsecamente relacionada à como o colonialismo ainda é inerente ao caminhar da arqueologia e da ciência ocidental em geral. Inúmeros autores vêm mostrando como o etnocentrismo transpassa muitos dos métodos e perspectivas utilizados por nós, como busquei apontar rapidamente no subcapítulo 1.1 (SMITH; WOBST, 2004; MILLION, 2005; HABER, 2009). É claro que, enquanto forjada na modernidade, a arqueologia carrega, consigo o colonialismo (GOSDEN, 2004; DIETLER, 2005; GONZALEZ-RUIBAL, 2013b). Como exemplo disso me refiro aos discursos sobre o "sertão" no imaginário coletivo como parte de um processo de inferiorização que o subjuga a um sistema hegemônico (SAID, 2007) e em como sua materialidade é usada para forjar uma visão única sobre as relações que ali ocorrem, congelando as pessoas e as caatingas em uma espécie de "sala de espera da modernidade" (CHAKRABARTY, 2000), do vir a ser um dia, moderno ou ótimo, estando em um ponto anterior de uma escala de progresso que o representa como "lugar de atraso" (PIMENTEL, 1997).

Definidos como antítese do litoral, o "sertão" e as porções interiores do país foram (e ainda são) muitas vezes encaradas como zonas de "vazio demográfico". A dinamicidade das ocupações, as territorialidades, a construção de lugares, a mobilidade, estão longe de serem levadas em conta, por este discurso, na compreensão das formas de construção da paisagem semiárida, em prol de uma concepção miserabilista, com organizações que seriam meras variáveis da estrutura socioeconômica vigente (MARCELIN, 1999, p. 31). Para o geógrafo Aziz Ab'Saber (2003), a convergência de uma série de aspectos dotou o semiárido brasileiro de particular excepcionalidade, e o fato de existirem seres humanos um pouco por toda a parte precisa ser problematizado para além de justificativas pautadas pela miséria, baixo controle sobre a natureza, escassez e narrativas de atraso (ALMEIDA, 2007).

Por isso, procuro aqui investigar aspectos do modo de viver nas caatingas semiáridas por populações camponesas, a fim de compreender como o ambiente dialoga com estes no que se refere à organização do espaço doméstico e às práticas de consumo, e como isto conversa com a chegada de lógicas pautadas em forças globalizantes ao longo do século XX – para além do “pessimismo sentimental” sobre um fadado

desaparecimento de cultura (SAHLINS, 1997). Alguns estudos têm mostrado a destreza simbólica e técnica engendradas a partir da gama de ações astuciosas, de um consumo ubíquo, mas engenhoso e criativo (como os reusos), que dá a tônica da diversidade (SOUZA, 2013) que marca a relação dos sertanejos com o meio. Veremos, por exemplo, como as plantas, para além de usos medicinais (ALMEIDA; ALBUQUERQUE, 2002, p. 276), são parte imprescindível da materialização da morada e dos elementos que a constituem e lhe dão forma, como limites, e como, no sertão, mercadorias são apropriadas, ganhando não apenas outras funções como outros sentidos, tais quais as *rodinhas*, frutos de reusos de sandálias de borracha.

Assim, tentarei estabelecer parâmetros a partir das unidades domésticas, aprofundando nosso conhecimento sobre as práticas de consumo destas pessoas, tendo em vista seu sistema de abastecimento local/regional, o conhecimento do macroambiente e a chegada de objetos forâneos. Mergulhando nas formas e ações levadas a cabo por estas populações frente a fatores e pressões advindos do avanço de lógicas capitalistas sobre o campo, buscarei problematizar diálogos entre circulação de mercadorias e ideias, consumo e ambiente. Tudo isto mostrando as potencialidades de uma arqueologia do século XX, do passado contemporâneo, pontuando a riqueza de analisar sua materialidade. "Mas minha avó tem essa xícara", frase usual de arqueólogos brasileiros frente a objetos familiares e contemporâneos, é estímulo e será ponto de partida para a pesquisa.

Entendo o segundo momento que me impulsionou a dar corpo a esta tese como um processo que se deu ao longo dos trabalhos de campo e das conversas com muitos colegas que participaram de escavações no semiárido, em distintos projetos, em diferentes estados e de variadas formas: a recorrência de falas que ressaltavam a ideia do vazio, do nada. Por que nunca havia críticas ao olhar que vê o vazio? Por que as pessoas não percebiam que não ver algo não implica em sua inexistência, mas em um enviezamento do próprio olhar, como nos mostrou belamente o neurologista Oliver Sacks no capítulo "Ver não-ver" em *Um antropólogo em Marte* (1995)? Ao andar pelas áreas de caatinga com os moradores das regiões, a ideia de um lugar longe de tudo e todos, ou de um vazio, vinha por água abaixo. Intervenções humanas estavam por todas as partes, leituras de paisagem, noções de território, manejos, transbordavam pelo

semiárido. Vazio era tudo que o sertão não era: estava cheio coisas, de pessoas, símbolos e significados.

Transpor as percepções do espaço urbano e de seus modos de morar, aglomerando-se, da maior parte dos arqueólogos, nascidos nos grandes centros cosmopolitas, para aquela região, era um equívoco. Tudo se agravava com a imagem de aventura e desafio construída pelos próprios arqueólogos sobre si, que voltavam do interior dos estados do Nordeste como se tivessem enfrentado uma guerra, um ambiente hostil em uma aventura sobre-humana. Era importante dizer e repetir que "poucos aguentavam", que tudo era "muito pesado", vangloriando-se de algo que parecia mais o relato de algum participante de *realities shows* como *Survivor* ou *No limite*. Certa vez me disseram que quem nunca pegou malária não era arqueólogo. Também um desrespeito aos arqueólogos que nasceram na região nordeste do Brasil, onde atualmente existem inúmeras faculdades de arqueologia.

O aventureiro que enfrenta os perigos do exótico é um dos tropos de uma arqueologia ainda deveras colonial, ao que Cornelius Holtorf (2005) chamou de *archaeo-appeal*, aspectos da arqueologia na cultura popular contemporânea, e que Alfredo Gonzalez-Ruibal (2013b) ampliou para tecer críticas a percepção da arqueologia pelos próprios arqueólogos: a ideia de cavar por tesouros escondidos, a escavação como descoberta, o fascínio por ruínas e pelo abandono, o arqueólogo como detetive em busca de pistas. No semiárido, a ideia da escavação profunda precisa ser relativizada, já que muitos dos sítios arqueológicos são de superfície ou estão sobre afloramentos rochosos, com raso pacote de solo. Estes contextos, por muito tempo questionados (MCMANAMON, 1984; BANNING, 1988; CAMILLI; EBERT, 1992), vão de encontro a outro tropo da modernidade, fulcral à arqueologia: o da profundidade e da escavação (GONZALEZ-RUIBAL, 2013b). Como escapar dessas ciladas?

O terceiro momento a impulsionar-me nesta empreitada relaciona-se ao universo do consumo, dos bens cotidianos, em clara oposição a uma narrativa dominante de pobreza, da qual gostaria de escapar, e sobre a qual retornarei nas considerações finais. Este momento está relacionado a algo que passei *a posteriori*, quando meu interesse pelo ambiente levou-me a estudar Gestão Ambiental, entre 2010 e 2012, um nicho em que predominam biólogos, majoritária e maciçamente. A visão do homem apenas como indivíduo biológico propagada pela Gestão, derivada da Biologia

(DALGARRALONDO, 2013), e de uma paisagem natural intocada, propagada pela Biologia da Conservação (JENKINS; PIMM, 2006), influenciava sobremaneira o modo como a relação com o ambiente era enxergada ali, em geral pautada pela noção de um homem destruidor de tudo, porque consumista.

Estaríamos chegando a um grau sem retorno, afetando a resiliência ecológica do planeta. Qualquer diferenciação social, econômica, política e cultural entre as práticas de consumo e o consumismo de diferentes grupos humanos e populações era minimizado em prol de uma perspectiva homogeneizante de *homo sapiens*. A crença dos alunos do curso de Gestão foi abalada, em parte, apenas em uma aula, da disciplina Gestão de Resíduos Sólidos, quando fora apresentado um vídeo de um programa de educação ambiental em uma cidade do Pernambuco, no qual os "educadores" mostravam aos "nativos" que o ser humano consumia demais e poluía muito com seus resíduos, e que tínhamos que mudar esse rumo. Um senhor levantou-se e perguntou: "você está propondo que consumamos menos aqui? Já não consumimos quase nada!" A imagem das pequenas áreas de descarte das casas que escavei e a lógica do reuso intenso que presenciei e notei na análise dos materiais coletados veio à tona em minha mente.

Consumimos demais? Em um mundo de crescentes desigualdades, do muito para poucos, o que significa "consumir muito"? Quem "nós" representa? O excesso material, apontado como um dos aspectos da modernidade, é excesso para quem? Que escala é utilizada para a avaliação das práticas de consumo? Quais os objetos consumidos e descartados? Como são consumidos? Que papel tem na prática cotidiana dos habitantes do sertão?

"Vazio", "escassez" e "práticas" amarravam-se nos discursos que ouvia e destoavam do cotidiano que vivia de modo muito díspar: o que eu estava experimentando no semiárido poderia ser circunscrito a categorias de "seca", "atraso", "escassez" e submetido às narrativas de pobreza, pena, e às dicotomias moderno/tradicional, antigo/recente e homem/natureza? Outras noções de lugar e paisagem foram e são ali construídas, abalando à ruína meus próprios conceitos preestabelecidos de forma, tempo e espaço (WITMORE, 2005), ao que retornarei no Capítulo 3, ao debruçar-me sobre a paisagem e mobilidade. Como pensar, portanto, as práticas cotidianas e os objetos que via em uso para além de um discurso de

homogeneização acarretado por trocas e fluxos globais (SPAARGAREN, 2000)? Como fugir das dicotomias simplistas?

1.3. Escapando das inexorabilidades

Dentre os biomas brasileiros, as caatingas semiáridas do nordeste do Brasil são as mais desvalorizadas e mal conhecidas, tanto biológica como social e culturalmente (KURY, 2012). No âmbito das ciências biológicas, relacionava-se sua origem à degradação de uma formação vegetal anterior, associada a uma diversidade baixa de plantas, sem espécies endêmicas e altamente modificada por ações antrópicas (GIULIETTI et al., 2003), cuja pobreza também tinha uma correspondência social (LIPPI, 1998). A ideia de um ambiente pobre em diversidade e recursos naturais influenciou, sobremaneira, visões deterministas (ambientais e geográficas) sobre os habitantes do semiárido, delineando-se, com mais força no século XX, as categorias de "sertão e "nordeste", com forte significado histórico e político (ALBUQUERQUE, 2009).

Vale ressaltar que o semiárido brasileiro representa cerca de 11% do território nacional, mais de 50% do qual ocupado pelas caatingas, o que representa aproximadamente 800.000 km² (GARIGLIO et al., 2010; PRADO, 2003; LUCENA; NASCIMENTO; ARAÚJO; ALBUQUERQUE, 2008). Este domínio morfoclimático, e unidade fitogeográfica, é caracterizado por deficiência hídrica acarretada pela baixa pluviosidade, alta taxa de evapotranspiração e precipitações irregulares, ao que Ab'Saber (2003) denominou de “império de aridez sazonal” que dura de seis a oito meses. Como floresta seca, a caatinga é definida por variadas fisionomias distintas de vegetação, com numerosas fáceis, tendo em comum a associação de plantas xerófilas, com microfilia e espinhos, compostas por árvores e arbustos adaptados anatômica e fisiologicamente aos grandes períodos secos, com árvores de porte relativamente baixo (até 5m), sem dossel contínuo, troncos e arbustos finos com folhagem decídua (AURINO, 2007; PRADO, 2003). Mesmo com as adversidades e severas condições ambientais, as populações locais vivem a partir de cultivos como o do feijão (*Phaseolus vulgaris* L.), o milho (*Zea mays* L.) e a macaxeira (*Manihot* sp.) (FLORENTINO; ARAÚJO; ALBUQUERQUE, 2007, p. 37).

Apesar de ser a única região natural com limites inteiramente restritos ao território nacional, as caatingas são o ecossistema menos estudado, com esforços científicos encontrados em alguns pontos em torno das principais cidades da região (ainda que tenha havido um aumento de estudos etnoecológicos sobre ele nos últimos anos [BARBOZA, 2009; ALVES; GONÇALVES; VIEIRA, 2012; TABARELLI; VICENTE, 2004; GARIGLIO et al., 2010]), e o menos protegido, pois unidades de conservação cobrem menos de 2% de sua superfície (LEAL; TABARELLI; SILVA, 2003), parte do fato de que menos de um terço das áreas de florestas secas do mundo estão dentro de áreas protegidas (BLACKIE; BALDAUF; GAUTIER, 2014, p. 4). Isto faz das caatingas uma formação vegetal altamente ameaçada.

Apesar dos esforços que se assistem para reverter esse quadro, tanto nas ciências sociais como nas biológicas, as prerrogativas ainda são bastante disciplinares e os estudos sobre a riqueza biológica da caatinga e do semiárido pouco tem dialogado com a antropologia das populações sertanejas, e nada com a arqueologia na região. Daí a necessidade, de abordagens que ultrapassem essa fronteira, a partir de propostas interdisciplinares que visem mergulhar no universo sertanejo, em sua relação com o ambiente, para além de funcionalismos e determinismos.

As ciências sociais e as ciências biológicas têm buscado alterar esses pressupostos, com afincos ao menos desde os anos de 1980 (WOORTMANN, 2009; ELVIN et al., 2010; JANSSEN, 2010; KGOSIKOMA; MOJEREMANE; HARVIE, 2012), apesar do pouco diálogo entre a ecologia das caatingas e os estudos rurais de cunho antropológico (na contramão, conferir o trabalho de Emília Godói, 1999). Daí a necessidade, premente, de abordagens que ultrapassem esta fronteira, a citar os trabalhos que o antropólogo Terrence McCabe tem feito com os pastoralistas do leste africano em suas críticas às abordagens ecossistêmicas (MCCABE, 2004; LESLIE; MCCABE, 2013).

Comumente chamadas de "sertão", as zonas interiores da atual região Nordeste do Brasil, onde predomina o semiárido e as caatingas, por muitas vezes foram apreendidas e definidas a partir de categorias "óbvias" (RIBEIRO, 1979): seca, pobreza, violência e atraso caracterizariam um povo mestiço e sofrido, fruto de um ambiente hostil e pouco diverso (ou, mesmo, adverso). A acepção de "sertão" como parte da

polarização campo-cidade consolidou imaginários nos quais distanciamento físico tornou-se distanciamento social (PIMENTEL, 1997).

A esta forma de construção discursiva a romancista nigeriana Chimamanda Adichie (2009) chamou de “os perigos de uma história única”: aquela que cria estereótipos que não permitem ver nada mais do que a repetição de aspectos negativos. Busco, por conseguinte, tecer críticas ao estereótipo negativo da região, das pessoas ali viventes e de um ambiente que limitaria expressões culturais e que ofereceria poucas oportunidades de vida (ALBUQUERQUE, 2011) por sua suposta baixa diversidade e improdutividade, pois uma fonte menor de recursos naturais (ALBUQUERQUE; ANDRADE, 2002, p. 274). É o que a socióloga Lúcia Lippi (1998) enumerou como "sertão paraíso", "sertão inferno" e "sertão purgatório", em sua análise dos significados que a palavra tem adquirido no pensamento social brasileiro. E assim vem ocorrendo por décadas com o “Nordeste seco”, um sertão cuja historiografia a partir dos anos 1970 buscou superar (MEDRADO, 2012). Como lembra o historiador Durval Albuquerque (2011, p. 30), a invenção do "Nordeste" e do "sertão" faz parte de um discurso da estereotipia, assertivo, repetitivo, seguro e autossuficiente que "se arroga o direito de dizer o que o outro é em poucas palavras".

Tradicionalmente, os sertões foram representados a partir da extrapolação da imagem das terras gretadas associadas à falta d'água e ao sofrimento (AB'SABER, 1999). Desde o século XIX, fortaleceu-se um movimento (cujos representantes podem ser mapeados na literatura e na produção histórico-sociológica do começo do século XX) de naturalização do “sertão”, referindo-se a um espaço físico delimitado desconsiderado de sua gênese e da carga de valores simbólicos envolvidos (LIMA, 1999). Nesse contexto, Euclides da Cunha com *Os Sertões*, publicado em 1902, é apenas a expressão melhor conhecida de uma ampla gama de intelectuais que recorreram (e por vezes ainda recorrem) às imagens de isolamento e estaticidade para construir uma história da região.

Ao longo do século XX, a equação seca = miséria, isto é, um aspecto ambiental determinando relações e comportamentos sociais, solidificou-se e foi incluída de modo quase unânime no discurso sobre o “sertão nordestino”. Esta equação inclui e realimenta a ideia de uma dicotomia ser humano/natureza (DRUMMOND, 2007; SAN SOLO, 2007), no sentido de que ora o ser humano destrói a caatinga e o semiárido,

ora tem suas práticas determinadas pelo meio (daí expressões como “combate à seca” ao invés de “convivência com o semiárido” [SILVA, 2003]). No entanto, um olhar menos impressionista às regiões semiáridas revela a interação fulcral das populações com o meio, seu engajamento com o ambiente e a construção de práticas que especificam respostas às condições ecológicas, políticas e sociais.

Diferentes disciplinas lidaram com as formas de morar de populações em áreas áridas e semiáridas e com suas respostas às especificidades da vida em domínios quentes e secos (MORAN, 1994; KORMONDY; BROWN, 2002). Mobilidade, abastecimento e consumo das populações do sertão nordestino estão estruturados a partir de redes complexas que vão além da “pobreza”, do ambiente hostil e da violência endêmica (PERICÁS, 2011). Da mesma forma, estão além da suposta homogeneização causadora de uma “descaracterização cultural” decorrente do avanço do capitalismo e dos valores da sociedade de consumo sobre o campo (TAUSSIG, 2010; SAHLINS, 1999). Como diria o geógrafo Milton Santos (1997), não considerar, nas formas de análises destes processos, a imanência de diversos modos de mudança, saídas e possibilidades de uso daquilo que foi criado, acreditando em uma só senda, um só caminho e um só resultado, é partir de um raciocínio a-histórico. Seria ingênuo pressupor que antes desse momento as populações que habitavam o semiárido do nordeste brasileiro estavam "intocadas".

Compreendo o sertanejo como parte do campesinato que se reinventa no campo brasileiro. Compreender este campesinato transcende o debate sociológico, pois é ele quem tem perpetuado um modo de vida que se desdobra em lógicas diversas da consumista capitalista, com elementos fulcrais para que seu próprio devir seja possível, como propõe a geógrafa Eliane Paulino (2012). Crítico a tese do isolamento que não reconhece que os sertanejos, camponeses, são parcelas de um todo, parte do modo de produção capitalista. Reconheço a influência, na pesquisa, de reflexões iniciadas pelo russo Alexander Chayanov (1981), a partir de um diálogo com a antropologia rural, por meio dos ensinamentos da antropóloga social Emília Pietrafesa de Godói.

Redes complexas de abastecimento, como as presentes no semiárido, envolvem a produção de bens locais e uso de bens industrializados, e estabelecem práticas de consumo que redesenham processos como o da globalização (GIDDENS, 1991; BECK, 1992) e o da consolidação de uma sociedade de consumo de massa

(LIPOVETSKY; SERROY, 2011), dando-lhes contornos e características locais. Com isso, não quero ser inocente ao não reconhecer que o que entendemos hoje como globalização resulta igualmente da imposição de uma ideologia pelo sistema atual, como forma de estágio supremo de políticas imperialistas, como diria Milton Santos (1997), ou como nova roupagem do velho colonialismo, como diria o escritor Ariano Suassuna (2012).

Estes processos de redefinição local pressupõem um sertanejo que não é passivo frente às mudanças, mas que constrói práticas (BOURDIEU, 2008), desenvolve táticas (DE CERTEAU, 2007) e está imerso em novas articulações (HALL, 2011), também para apropriar-se dos benefícios da modernidade (GARCÍA CANCLINI, 1998, p. xxii). O desenvolvimento de táticas de consumo local e de apropriações expressa-se no dia-a-dia e se materializam na construção do espaço doméstico – entendido aqui como o conjunto da casa (construção), do terreiro e de áreas manejadas no entorno imediato, juntamente com as coisas do cotidiano, que imbuem este lugar de grande carga simbólica, transformando-o em um “lugar significativo” (*meaningful places*) (BINFORD, 1982; ZEDEÑO; BOWSER, 2009; ANSCHUETZ; WILSHUSEN; SCHEICK, 2001). Como, portanto, escapar das inexorabilidades?

Passei a notar que, por meio da arqueologia, poderia propor um olhar alternativo ao e sobre o “sertão do Nordeste”, o semiárido e as caatingas. Alternativo no sentido da construção de outras narrativas (KOJAN; ANGELO, 2005; SAID, 2007) sobre a relação estabelecida pelas populações sertanejas com o ambiente, o consumo e a chegada de novos produtos e lógicas. Como vem mostrando a ecologia, para falar de semiárido e de caatingas é preciso despir-se de preconceitos, em especial aqueles relacionados à pobreza como grande definidora da biodiversidade (BARROS, 2003) e sociodiversidade. O semiárido não é apenas excluído ou apresentado de forma estereotipada, mas sistematicamente invisibilizado, ou transformado ativamente em invisível, para ser considerado algo que não é credível (GOMES, 2012). É necessário romper com estas práticas.

Tais rupturas dialogam com as questões estruturantes da tese, as quais surgiram previamente, tendo sido amplificadas pelos trabalhos de campo, em uma abordagem que tentei mais retroflexiva (HODDER, 1997; KLAUSMEIER; PURBRICK; SCHOFIELD, 2006). Minha pergunta norteadora é: como populações

camponesas lidaram com novos bens carregados de outras lógicas em seus cotidianos? Claro que esta pequena pergunta envolve questões mais genéricas: o avanço de lógicas do capitalismo urbano-industrial e da sociedade de consumo de massa sobre as áreas rurais do nordeste semiárido significou massificação de racionalidades ambientais e homogeneização cultural, comprometendo estratégias de vida e modos de consumo? Com isto, persegui a hipótese de que lógicas da sociedade urbano-industrial são ressignificadas e redefinidas por populações sertanejas a partir de redes e táticas de consumo, dialogais a sua inserção no semiárido, refletindo-se na manutenção de formas de estruturação do espaço doméstico - entendendo *casa* de forma expandida.

Vale um pequeno parágrafo sobre o que entendo como lógicas e o que são as lógicas capitalistas consumistas neste trabalho. Adoto a definição da filósofa Marilena Chauí (2000, p. 227), segundo a qual a lógica remete a uma tradição do pensamento, que se origina na filosofia grega, e que conduz a indagações sobre regras, normas, princípios e critérios para o funcionamento coerente de alguma coisa (*logos*). Ademais, entendo que o capitalismo como processo simbólico organiza-se a partir de uma crescente tendência à exclusão social provocada pelo aumento do poder do capital privado, com distribuição desigual de renda, e em direitos de controle exclusivo sobre a terra e outros objetos, que os aliena através do processo de compra e venda, convertendo-os em mercadoria (LITTLE, 2002, p. 7).

No caso de populações camponesas, uma categoria não auto-atribuída que utilizo aqui como partida para investigar quem são estes sujeitos que vivem no campo, consciente dos problemas dos universais sociológicos, tomo as prerrogativas do sociólogo canadense Alf Schwarz (1990), com viés mais econômico, para o qual existem duas lógicas de reprodução diferentes: a lógica capitalista, desenvolvimentista, do Estado, e a lógica camponesa. Schwarz toma como base a sociedade agrícola tradicional que não visa à máxima produção e renda, otimizando a utilização da força de trabalho, garantindo, com maior segurança possível, o funcionamento do seu sistema de reprodução física, técnica, econômica, social e cultural. A natureza e o volume da produção não são determinados pelo desejo de obter mais lucro, mas pela utilização que o camponês fará de sua produção, direta ou indiretamente.

Todavia, gostaria, como já afirmei outrora, de não dar privilégio somente ao domínio econômico, como muito aconteceu na análise das sociedades camponesas

(GODOI, 1999, p. 22). É importante ressaltar, por isso, que a lógica camponesa gira também em torno de algumas categoriais que organizam e articulam a vida destas pessoas, em abordagens culturalistas, e que são nucleantes desse universo rural: família, terra e trabalho (SIGAUD, 2004), relacionados a éticas que envolvem hierarquia, autonomia e reciprocidade. Com isto não reifico o conceito de camponês, buscando um sistema pronto, já que o mundo empírico é muito mais heterogêneo e resulta em uma diversidade que complexifica o conceito. Procuro utilizá-lo de modo operacional, levantando dados de campo que ajudem a pensar o morar na região, com um recorte temporal, ao mesmo tempo em que fujo das ideias de inexorabilidade e fim das coisas, muito debatidas em relação ao campesinato, como ressaltou o antropólogo social Mauro Almeida (2007). Estou ciente, entretanto, dos desafios do uso de categorias sociológicas a uma realidade arqueológica.

Também faz parte da lógica capitalista a inovação que torna obsoletos, rapidamente, os produtos existentes, "transformando a abundância ameaçadora de um mercado concorrencial em uma nova forma de escassez transitória, e conferindo à nova mercadoria um valor incomparável e imensurável, porque sua posse se transforma em realização de um desejo quase mítico" (DUPAS, 2007, p. 80). Deste modo, tornam-se inerentes práticas de comprar e descartar, e comprar novamente, em um ciclo de consumo infinito de novas mercadorias produzidas em massa, o consumismo ou hiperconsumo. Encaro estas nuances a partir da visão de Marshall Sahlins (2003), para o qual o capitalismo também é um sistema cultural, uma cosmologia que é tanto incorporada como construída pelas cosmologias indígenas, e que pensa a si mesma como organizada em esferas distintas de atividade e relações (economia, política, direito, etc.), as quais, muitas vezes, não fazem sentidos a outros mundos.

Busquei mergulhar, ainda, na crítica a alguns tropos da modernidade que dão suporte à arqueologia, e aqui estou claramente me referindo às perspectivas do arqueólogo Alfredo Gonzalez-Ruibal (2006, 2007, 2008, 2012, 2014), que tem proposto análises dos elementos críticos que estão em jogo em um momento transicional para a arqueologia, sugerindo novas maneiras de tornar a disciplina mais socialmente relevante. Vejo também a possibilidade de fazer uma arqueologia que investiga a mudança, mas que também registra e documenta a não-mudança, a permanência, aquelas coisas e práticas materiais que obstinadamente retêm sua fisicalidade, sua

função mecânica e seus usos sociais por séculos sem grandes transformações (GONZALEZ-RUIBAL, 2008, p. 16).

Enveredo, por isso, na crítica ao tropo da história como mudança e no questionamento do caráter benéfico associado a tal noção; a própria obsessão com as mudanças e o entendimento das sociedades em perpétuo fluxo é dialógica a naturalização de hegemonias particulares nascidas na modernidade (GONZALEZ-RUIBAL, 2013). Devemos documentar também a não-mudança, como propunha de certo modo o historiador Fernand Braudel a partir da Escola dos *Annales* (BURKE, 1986), e a resistência às mudanças, nos aproximando e ampliando perspectivas como a do cientista político e antropólogo James Scott (2002), ressaltando o papel material em dar estabilidade e continuidade à vida. Recordo aqui as palavras de Pierre Bourdieu (2011) contra o afã pela mudança e pela mutação em detrimento da regularidade e da permanência enquanto fundamentais à reprodução social. Esta perspectiva recorre, na tese, em especial quando exploro a ordenação espacial que dá vulto a unidade doméstica.

A partir do estudo do que chamamos de "sítios arqueológicos históricos" nas áreas rurais dos estados de Pernambuco (municípios de Trindade a Serra Talhada), Piauí (municípios de Eliseu Martins a Trindade) e Ceará (municípios de Lavras da Mangabeira a Quixadá), meu objetivo é construir tratativas contra-discursivas (Said, 2007) contrapostas ao axioma básico que fortaleceu a ideia de um sertão atrasado, estático e pobre, com força com os intelectuais que pensaram a dialética sertão x litoral a partir dos anos 1930 e com o estabelecimento das Ciências Sociais no Brasil (LIMA, 1999). A arqueologia é a veia central do projeto, o que não abre menos diálogos às outras ciências, dado a complexidade dos fenômenos investigados e o pouco aprimoramento do conhecimento que a fragmentação disciplinar oferece (FERREIRA, 2005).

Minha abordagem está fundamentada, portanto, no conceito central com o qual a arqueologia opera: o materialidade e de cultura material, transcendente da ideia de objeto-artefato para incluir as apropriações, transformações e simbolizações das coisas e do meio natural (inclusive abiótico) pelos diversos grupos humanos (CRIADO-BOADO, 1997, p. 5; INGOLD, 2012). Para além da cultura material, a ideia da materialidade é importante. Para a mesma, pauto-me em Daniel Miller (2005), cujas

perspectivas simétricas a problematizam para além do par material/imaterial: em um primeiro momento, a materialidade pode ser empregada no sentido de remeter à realidade que para muitas pessoas verdadeiramente existiu no imaterial, dialogando com a semiótica; em um segundo, a materialidade refere-se a seu sentido concreto, ou seja, às diversas possibilidades do real. Desse modo, é premissa constitutiva para a abordagem que a organização espacial das unidades domésticas, em alguma medida, materializa a relação destas populações entre si e com o ambiente no qual vivem.

A partir de seu estudo é possível compreender parte da relação estabelecida por estes grupos com o ambiente da caatinga, as estratégias de criação, exploração e transformação da paisagem, e assim investigar questões relacionadas à interação de populações tidas como marginais com o meio e que habitam áreas com estressores e condições ambientais específicas (ALIER, 2011). Afinal, as terras áridas e semiáridas suportam um terço da população mundial atualmente (BARKER, GILBERTSON, 2000: 3). Determinadas espécies vegetais (e mesmo animais), por exemplo, parecem ser fulcrais para a adaptação a um clima quente e seco e ao mesmo tempo para a configuração física do lugar de moradia, como o umbuzeiro, a algaroba, a cajarana e outras. Nota-se que as florestas secas, tipo no qual se inserem as caatingas, compreendem pouco menos da metade das florestas tropicais e subtropicais do mundo e sustentam parte das pessoas consideradas mais pobres do planeta (BLACKIE, BALDAUF, GAUTIER, 2014: 2).

Esta interação com o meio pode, então, ser pensada a partir da relação mantida entre a ordenação do espaço e o cotidiano do consumo tal qual expresso nos objetos descartados no próprio terreno, uma vez que o cotidiano da casa dialoga tanto com as redes de abastecimento regionais, que constroem o mundo material do sertanejo, e é fruto de sua interação com o meio, como com o avanço de lógicas urbano-industriais ao longo do século XX. Tanto as atividades do cotidiano da casa como as lógicas de consumo estão expressas nas diversas categorias materiais utilizadas e em suas formas de uso e reuso, e podem ser apreendidas, tanto quanto às ressignificações ocorridas e às práticas que lhes são decorrentes através da análise do conteúdo das áreas de descarte (MAJEWSKI; O'BRIEN, 1987, p. 174; LIMA, 1997; SYMANSKI, 1998; SYMANSKI, 2008, p. 76; TOCCHETTO, 2010; SOUZA, 2010).

1.4. Eixos de investigação

Tendo em vista tais apontamentos, tracei três eixos de investigação, relacionados a casa dos *camponeses do sertão*, para a presente pesquisa. São eles **consumo, mobilidade e paisagem**.

No âmbito do **consumo**, é importante dizer que parto dos objetos que existem no âmbito doméstico, dos acampamentos e das chamadas casas de roça. Primeiramente, estudá-los relaciona-se à possibilidade de críticas aos modos como projetos de modernidade e forças globalizantes dialogam com a vida em áreas rurais do semiárido, tornando o espaço doméstico tangível também por sua apreensão como “sumidouro” (REDCLIFT, 1993), áreas selecionadas para descarte de lixo, em geral, aos fundos do terreiro. Este local, que chamo aqui de “área de descarte”, possui padrões de conteúdo (MAJEWSKI; O'BRIEN, 1987, p. 174) que expressam relações do sistema local de abastecimento com objetos (e ideias) industrializados.

Apesar da proliferação de estudos que mergulham na relação local/global na arqueologia desde os anos 1960, dialogo com a extrapolação de possibilidades das pesquisas antropológicas e sociológicas sobre consumo, que têm girado muito em torno de reflexões embasadas na oralidade e/ou em documentos escritos (WILK, 1994; DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004; MILLER, 2002; MAJESWSKI; SCHIFFER, 2005; DE CERTEAU, 2007; BARBOSA, 2008; MULLINS, 2011), tanto no que concerne à relação entre consumo e consumismo como na análise da própria materialidade, considerando que os discursos muitas vezes omitem o fazer das pessoas, os usos e os reusos (SHACKEL, 1993; CARROLL, 1999; JACKSON, 2004; MAJEWSKI; SCHIFFER, 2005; RATHJE; GONZALEZ-RUIBAL, 2006). Para a arqueóloga Lynda Carroll (1999), a análise arqueológica permite abordar produção, consumo e troca de mercadorias e notar como relações de poder operam em nível local e estão ligadas às forças globalizantes. É possível inferir sobre o consumo, principalmente, a partir do conteúdo de resíduos associados às casas (MAJEWSKI; SCHIFFER, 2001). Com base em amostras de lixo doméstico, pode-se tecer considerações sobre práticas de grupos sociodemográficos específicos.

Qual a contribuição da arqueologia ao debate? É preciso encarar a forças globalizantes como fenômenos sociais atrelado à produção e ao consumo de bens, o que

abre aos estudos de cultura material, como os arqueológicos, vasto campo de possibilidades e contribuições (LIMA, 2002). É preciso também entender que a questão do consumo é dialógica às relações com o ambiente, uma vez que todo um sistema de abastecimento próprio, deriva, justamente, desta interação, haja vista o uso de recursos locais para a produção da própria casa, assim como para objetos do cotidiano ligados ao universo do trabalho e da alimentação. Como propôs Daniel Miller (2007), o consumo é um aspecto da cultura material intrínseco ao entendimento da cadeia de mercadorias e da relação entre pessoas e coisas. Pressupô-lo como cultura material dá a arqueologia um papel central nas discussões.

A arqueologia tem utilizado o termo globalização para a análise de interações culturais em diferentes escalas espaciais a fim de dar sentido às conectividades socioculturais, as diferenças e as redes observadas através da cultura material, para entender a transferência de ideias, valores e objetos (HODOS, 2010). Tendo em vista esta aplicação, utilizo o termo para referir-me a fenômenos ao longo de todo o século XX.

Para os sociólogos Arthur Mol (2000) e Gert Spargaaren (2000), a distribuição desigual de bens e acessos a recursos naturais torna a globalização equivalente a heterogeneização, com consequências diversificadas em nível local, uma vez que mensagens culturais globais são recebidas e interpretadas diferentemente em várias localidades. O que significou a chegada dos recipientes plásticos e objetos de borracha no sertão dos anos 1960? O que representou a entrada de artefatos de produção não-local/regional no cotidiano do sertanejo ao longo do século XX? Certamente, não se pode reduzir a adoção de novos bens ao abandono puro e simples de práticas e tradições, assim como deixar de reconhecer que bens foram apropriados e ressignificados em contextos distintos daquele de sua produção original (o que Igor Kopyttof (1986) chamou de "mercantilização terminal", James Skibo (1992) de "uso pretendido", e Karim Arafat e Catherine Morgan (1996) de "novos alcances de sentido").

O consumo dos objetos, as redes de produção, circulação, aquisição, uso (reuso) e descarte ocorrem, eminentemente, em nível local. Anthony Giddens (2001) tem ressaltado que o comércio global e as novas tecnologias tiveram profundo impacto em comunidades que se assentavam em manufaturas tradicionais. Como novos objetos e

novas matérias primas dialogam com esta realidade? Como e quando chegam, de onde vêm, como são acessados, utilizados e ressignificados? Como esta cultura material dialoga com processos que enredam pessoas e objetos juntos, mas permitem a criação e manutenção de grupos sociais?

No âmbito da **mobilidade**, abro dois caminhos para discuti-la: a) retomar o papel da ideia de "nomadismo" construída pela sociologia do semiárido, em especial, na primeira metade e em meados do século XX, criando causalidades para o deslocamento humano baseadas na seca e em razões ambientais, e b) refletir sobre o papel da mobilidade na construção da paisagem, no engajamento com o ambiente e na relação com as práticas de uso, descarte e modos de morar.

Quanto ao primeiro caminho, é interessante perceber como na literatura e na sociologia entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, o tema da mobilidade das populações rurais foi tratado como um dos grandes problemas nacionais (MURARI, 2003). O "nomadismo" sertanejo era visto como fenômeno característico do sertão e como possibilidade de sobrevivência à pobreza em situações de limitação de recursos, justificado por aspectos ambientais e genético-comportamentais enquanto herança indígena (DIEGUES JR., 1949). Em menor proporção, alguns autores também a justificaram pela estrutura fundiária funesta que acarretava precária fixação do sertanejo à terra, associada a seu rudimentar conhecimento sobre ela e técnicas para trabalhá-la. Já sabemos, todavia, que a seca não pode ser vista como a única explicação para o abandono e à mobilidade (BARKER, GILBERTSON, 2000: 10); por outro lado, o rei do Baião²², Luiz Gonzaga²³, nos lembra em *A volta da Asa Branca* (1950) que "A asa branca / Ouvindo o ronco do trovão / Já bateu asas / E voltou pro meu sertão (...). A seca fez eu desertar da minha terra / Mas felizmente Deus agora se alembrou / De mandar chuva / Pr'esse sertão sofredor". Então, como abordar o assunto?

Proponho o segundo caminho, tomando a produção recente que entende a mobilidade como um processo complexo que constrói vidas cotidianas e que contribui para a produção de identidades de grupos ou de indivíduos (POOLEY; TURNBULL; ADAMS, 2005, p. 4), parte da experiência normal do movimento, de indivíduos, coisas e ideias. Apesar do estudo do movimento e da mobilidade ser um tema antigo na

²² Baião, gênero musical do nordeste do país.

²³ Luiz Gonzaga, Luiz Gonzaga do Nascimento (1912-1989), cantor e compositor pernambucano do município de Exu.

arqueologia, procurarei enveredar aqui pelas relações entre o movimento em escala local e seus efeitos na paisagem (BEAUDRY; PARNO, 2013), reafirmando o conhecimento sobre o lugar e verticalizando noções de tempo e espaço através do engajamento das pessoas com aquele cenário, seus conhecimentos relativos a antigos locais de moradia, a água, a locais para plantio, etc. (FERNANDES, 1992, p. 61; DILEHAY, 1996; INGOLD, 2004). A relação das pessoas com casas que consideramos "abandonadas" ou mesmo as evidentes práticas de reuso de partes das casas na construção de novas e a possibilidade de, algumas vezes, mover a casa quase inteira, transportando telha, caibros e trama de galhos, mostra que a mobilidade no sertão faz noções como "vazio" e "abandono" perderem o sentido, dado que as coisas para nós "abandonadas" ganham outros usos e semânticas dentro das práticas de mobilidade (SMITH, 2008).

Tais perspectivas têm aberto novo campo ligado, em especial, ao estudo de grupos pastoralistas (HUMPHREY; SNEATH, 1999; MANDERSCHEID, 2001; MCCABE, 2004). Em geral, têm-se criticado definições pré-estabelecidas de mobilidade, buscando-se complexificar o movimento para além da dicotomia nômade x sedentário e seu cunho evolucionista, mostrando que a mobilidade tem que ser compreendida de acordo com cada população e enquanto uma combinação de fatores (WENDRICH; BARNARD, 2008).

Como é bastante conhecida, a migração como um dos aspectos da mobilidade é um tema corrente nas pesquisas sobre o nordeste do país. Gostaria, porém, de seguir por outro lado, buscando outros paradigmas em que o movimento possa ser visto como experiência histórica de reprodução social (MENEZES, 2009). Para o antropólogo social Klaus Woortmann (1990), a migração camponesa não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas parte de suas próprias práticas de reprodução. Assim, o que chamo aqui de mobilidade, a movimentação dos sertanejos dentro do semiárido, utilizando os mais variados caminhos, com durações distintas e para distintos fins, reafirmando o engajamento com o ambiente e a construção do território enquanto objetos agregados – constituídos por terra, recursos naturais e objetos (ZEDEÑO, 2008) –, está pautada também pela reflexão sobre fluxos de informação e redes de conexões. Dando foco ao fluxo da mudança e do

movimento, diálogo com a manutenção e imobilidade associadas às formas de estruturar o espaço doméstico. Este jogo de oposições será explorado ao longo da tese.

Seca e terras semiáridas são geralmente tomadas como áreas de dispersão, "lugares de partida" (DURHAM, 1984; WOORTMANN, 2009; NOGUEIRA, 2013) cujas populações migram para locais "melhores". Como as populações do semiárido do nordeste do Brasil desenvolveram formas "tradicionais" de ali viver, há razões para acreditar que suas práticas de mobilidade são mais do que uma adaptação ecológica ao meio ambiente, e compõem uma das características dos modos de vida e visões de mundo.

Isto se reflete, por exemplo, nas tradicionais casas de barro comumente construídas na região, feitas de matéria-prima abundante e gratuita, dotadas da característica única de poderem ser carregadas por seus proprietários, e nas formas de manejo hídrico, que têm muito a ver com a própria escolha dos locais para moradia, responsáveis pelo armazenamento da água da chuva para a vida cotidiana, para animais e para a agricultura, acompanhada pela enorme produção e consumo de potes cerâmicos para armazenar água. Refiro-me aos caldeirões, cacimbas e olhos d'água, conhecidos e referenciados na escala do movimento. Ao mesmo tempo, cacimbas, por exemplo, são alterações na topografia da superfície do solo (*earthworks*) que têm reflexos não só nas formas de ocupação, mas em suas possibilidades e direcionamentos, como sugiro no subcapítulo 2.3. Refiro-me, logo, ao ser humano como "agente geomorfológico" (SAUER, 1997) que experiencia e transforma o mundo natural (COSGROVE, 1998), como vem mostrando, há décadas, a Geografia Cultural.

Existem, claramente, diferentes tipos de mobilidade no semiárido. Em geral, muito se fala sobre a mobilidade residencial para outras regiões do país, em especial para o Sudeste – ganhando peso, atualmente, estudos sobre migrações de retorno (MENEZES, 2009; NOGUEIRA, 2013). Pouco se tem dito sobre as marcas materiais da mobilidade como constitutivas das paisagens e como prática e estratégia de populações de áreas áridas no que concerne não apenas a mobilidade residencial intra-sertão (como as casa de roça mapeadas por Emília Godói [1999]), mas às logísticas associadas a mover-se para além de necessidades de abastecimento (KELLY, 1992). Pensar as casas de barro, por exemplo, como aptas à mobilidade, tendo em vista que podem ser montadas e desmontadas com relativa rapidez, sem custos (monetários) e relacionadas

ao conhecimento de construção e a barreiros no solo da caatinga, auxilia-nos a entender mais a fundo seus saberes (assim como suas relações com o abandono – o que se deixa para trás e o que se leva? quais as relações com locais que consideramos, eticamente, "abandonados"?).

Discussões sobre mobilidade são fulcrais à compreensão da dinâmica de ocupação do sertão semiárido, podendo ser investigadas em suas dimensões físicas e informacionais, também no sentido de que deslocar é comunicar. A mobilidade, portanto, associada à comunicação como forma de mover informação de um local a outro, produzindo sentido, subjetividade e espacialização (LEMOS, 2009). Neste quadro, procurar compreender os padrões de mobilidade dos sertanejos a partir de seus remanescentes materiais poderia dar luz à produção dos sentidos do território e do lugar para tais populações, às relações de sociabilidade com vizinhos, às formas de obtenção de objetos que não de produção eminentemente local/regional (como as cerâmicas) e a construção do espaço doméstico em moradas delimitadas por clareiras, muros de pedras e outras formas de construção do espaço privado. Os caminhos, estradas e demais tipos de vias de circulação, como o aproveitamento de leitos secos como rotas, marcam materialmente estas paisagens, seja pela existência dos próprios caminhos, seja dando pistas sobre padrões de mobilidade, sociabilidade e de aquisição de artefatos (ANDRADE, SETTE, 1955).

É desta maneira que acredito que morar, usar e mover-se constrói a **paisagem** semiárida, uma paisagem que é soma da fixidez no lugar e da mobilidade no espaço (SMITH, 2008, p. 16). Esta pesquisa, por isso, toma como um de seus motes a escala da paisagem e do lugar para contribuir e buscar entender algumas das formas manejadas pelos sertanejos para estruturação de sua unidade doméstica. Na escala da paisagem, a investigação dos sistemas de assentamento faz-se importante; na escala do lugar, a relação direta com a caatinga, a topografia e os cursos d'água, é patente, implicando em maior interface com a ecologia.

Neste escopo, busco dialogar com a ecologia histórica, a qual tem revelado que as paisagens são construtos resultantes da interação do homem com o ambiente (CRUMLEY, 1998; BALÉE, 1994; OLIVER, 2008). Se até pouco tempo (e ainda atualmente), muito se tem dito sobre a relação do *camponês do sertão* com o ambiente enquanto “combate” à seca, os diálogos com a ecologia têm fornecido importantes

insights para compreender a dinâmica ser humano-natureza para além dos mitos de natureza intocada (DIEGUES, 1994). Os efeitos cumulativos do ser humano nas paisagens são resultado de fatores e escolhas que as pessoas fazem e que as influencia (BRIGGS et al., 2006).

Práticas, relações sociais e identidades são construídas no processo de interação com o meio, a partir da casa e dos demais elementos do espaço doméstico (BEAUDRY, 2004). Permite também enveredar por questões relacionadas à etnobotânica que não se restringem a conhecimentos em torno de plantas medicinais (BERLIN, 1990; BERKES, 1999; HANAZAKI, 2004; POSEY, 1994), e, assim, procuro compreender a relação entre estas, o meio (espécies vegetais, topografia) e a espacialização que permite a conformação física do lugar de moradia. Busco tecer considerações sobre a apropriação fulcral deste ambiente que passa a, simbolicamente, materializar o espaço de vida e de existência.

Como os sertanejos usaram, definiram e modelaram o espaço ao longo do século XX? Como entender tais práticas a partir das variáveis ambientais do semiárido e das pressões que lógicas capitalistas exerceram no período? Ao problematizar as formas de expansão do capitalismo urbano-industrial sobre o campo, associadas às transformações ocorridas no século XX pelas populações sertanejas, questiono a dicotomia ser humano-natureza. As casas sertanejas, os locais de moradia, expressam racionalidades ambientais diversas (FERREIRA, 2005) que possibilitam sua própria existência física, não apenas no sentido identitário, mas enquanto estratégia aos estressores ambientais típicos de ambientes secos e quentes. A espacialização de determinados elementos, configurando o espaço doméstico, tem a ver com o uso (e conhecimento) de certas espécies vegetais, assim como a implantação topográfica na paisagem, como elementos norteadores da própria organização daquele espaço.

Muitas vezes, a sociologia e a literatura olharam para tais populações como extremamente conservacionistas, ora por razões ecológicas, ora econômicas ou geográficas (SHANIN, 1980; WOLF, 1970). Atualmente, a arqueologia tem complexificado tais assertivas com base na percepção que “povos de deserto” são, em geral, dotados de extrema flexibilidade tecnológica no sentido de domínio de conhecimentos sobre o uso de diversos materiais e de um amplo engajamento com ecossistemas diferenciados já que se movem por zonas distintas, acumulando memória e

conhecimento a partir e com a mobilidade (HISCOCK; WALLIS, 2005; BARKER, GILBERSTON, 2000; FERNANDES, 1992; ANTHONY, 1990; WENDRICH; BARNARD, 2008). É com esta plasticidade com o meio e com respostas às pressões externas que este texto dialoga.

Pressuponho que as identidades sociais dos sertanejos são forjadas na relação com as condições ecológicas do semiárido, em paisagens que são o encontro de pessoas e lugares (BALÉE, 2008), nas quais identidades se manifestam na forma espacial (HECKENBERGER, 2011). Para além da visão funcionalista que versava sobre garantias de subsistência e adaptação (OLIVEIRA, 2007; BINFORD, 1982; FAGUNDES; PIUZANA, 2010; CRIADO BOADO, 1997), a construção da paisagem (por manejo hídrico, florístico, do solo) do semiárido relaciona-se igualmente a aspectos cognitivos, de apego ao lugar e escolhas políticas que conformam redes de significação (ZEDENO, 2008; FAGUNDES, 2008).

Como manejo, entendo a manipulação e o manuseio, com domínio e condução, através do uso, do desempenho e da prática, em manobras, estratégias e artimanhas, dos recursos naturais, parte do conhecimento intergeracional que pode ou não ter tido sucesso em modificá-los e torná-los mais produtivos, mas certamente inundados de simbolismo (POLITIS, 1996, p. 163). Aqui, o manejo é parte do estabelecimento da expressão física da unidade doméstica por meio de mudanças e criações de ambientes cujo impacto é cumulativo nos recursos abióticos e bióticos (BALÉE, 1994). Uma noção que se refere às práticas de interação entre plantas e pessoas, entre pessoas e ambiente, no sentido de uma influência de mão dupla: um conformando o outro e construindo relações socioecológicas ao longo do tempo (POSEY, 1989; BALÉE, 1994; DESCOLA, 1996; MACHADO, 2013).

Por meio das atividades diárias, cujo registro material é patente, o espaço físico é transformado em “lugar significativo” (ANSCHUETZ; WILSHUSEN; SCHEICK, 2001). Que lugar mais significativo ao sertanejo que o local da moradia, conformado por uma série de elementos que os permitem ali identificarem-se e que transmite, aos de “fora”, uma série de mensagens? A construção do local de moradia, da unidade doméstica, tem a ver com as relações espaciais, temporais, ecológicas e cognitivas com o ambiente, parcialmente construído por interações humanas, pautadas por questões de acesso diferenciado a recursos e ao poder sobre eles (como terra e

fontes de água), e, por isso mesmo, diretamente ligada à formação social e a paisagem simbólica (ANSCHUETZ; WILSHUSEN; SCHEICK, 2001).

Lugar e paisagem serão utilizados aqui enquanto ferramentas para entender as dinâmicas sociais específicas (ZEDEÑO; BOWSER, 2009), sendo o lugar entendido como subconjunto da paisagem, parte de redes de significação cultural (FAGUNDES; PIUZANA, 2010). O lugar é o *locus* de comportamentos, materiais e memórias, uma localidade significativa, um produto da interação das pessoas com o meio e com o sobrenatural (ESCOBAR, 2005).

O lugar do morar no sertão é repositório de sequencias de ações que, por tempo e repetição, tornam-se parte da tradição das pessoas: o fazer a casa de barro, o preparo de fornos de carvão, a seleção de espécies vegetais que entram ou não nos terreiros. Como lugar, portanto, entendo o espaço doméstico sertanejo que caracteriza alguns dos sítios arqueológicos analisados, composto por diversos elementos, para além da casa em si, conformando o que a arqueóloga Mary Beaudry (2004) denominou de *personal landscapes*.

A construção do lugar, na paisagem, a partir do espaço, o torna centro de significado e dá as pessoas que ali habitam sentidos de identidade (HODDER, 1987). O lugar do morar sertanejo torna-se conjuntura na qual ambiente, pessoas e significados convergem em múltiplas escalas e, no processo, criam registros de comportamento humano, de percepção e cognição (ZEDEÑO; BOWSER, 2009; BINFORD, 1982; ANSCHUETZ; WILSHUSEN; SCHEICK, 2001). Busco a partir de uma abordagem regional de sítios arqueológicos (ARAÚJO, 2001) elucidar relações ser humano-meio ambiente (FAGUNDES, 2008) pressupondo o espaço como produtor e vetor de relações sociais e, assim, a paisagem como elemento da cultura material, artefato ativo na configuração simbólica da realidade social, transmissora, receptora e processadora de mensagens no interior de códigos de significados compartilhados ali (SOUSA, 2005).

1.5. A xícara da minha avó

Meu penúltimo item refere-se uma breve explanação sobre a área com a qual dialogo na arqueologia, e que tem direta relação com o título deste capítulo: a arqueologia do passado contemporâneo (BUCHLI; LUCAS, 2001; VOSS, 2010),

justamente por ter como foco de análise contextos materiais do século XX. Importa iniciar esta sessão lembrando que o campo ainda é muito pautado por discursos universalizantes que partem de questões caras aos países do norte geopolítico, aqui o mundo anglo-saxão. No Brasil, a área é bastante tímida, decorrência do histórico de desenvolvimento de uma arqueologia ligada ao estudo de um passado recuado (*deep past*) e à crença de que os documentos escritos e os relatos orais são suficientes para a percepção de certos processos e aspectos do passado. Como afirma Alfredo Gonzalez-Ruibal (2006), a arqueologia pode trazer pontos de vistas alternativos e novos enfoques a partir dos dados arqueológicos, muitas vezes únicos, possibilitando o enriquecimento da compreensão de determinados fenômenos históricos.

Afinal, o que há para dizer sobre o "sertão" que não foi dito? Muito. A arqueologia raras vezes olhou às populações sertanejas e o semiárido, predominando, na região nordeste, estudos de grupos de elite em abordagens relacionadas às próprias raízes da disciplina no Brasil, a qual, muitas vezes, teve a clara intenção política de construir uma memória nacional oficial, preferencialmente, monumental (FONSECA, 2009). A materialidade do semiárido e das populações campestres foi com frequência lida e utilizada para construir uma imagem de marginalização e atraso, desaguando em planos de "combate ao semiárido" ou em propostas de inclusão, na vida política, baseadas na caridade (ŽIŽEK, 2013).

Por que a casa de barro pouco é encarada sob a ótica do deter um conhecimento de ainda saber fazer seu próprio lugar de vida, fora da especulação imobiliária, e mais enquanto problema de saúde pública porque foco de proliferação do barbeiro²⁴? Por que algumas materialidades são, simplesmente, apagadas (KIDDEY; SCHOFIELD, 2011)? Por que postas em uma escala inferior de progresso, como se seu ápice fosse o mundo urbano industrial? Pobreza é simplesmente falta de coisas? Acumular coisas seria seu oposto?

Para além de assumir o coronelismo, o cangaço, as secas e o êxodo rural, como e quais práticas e modos de vida (saber fazer) relacionam-se à sua inserção no semiárido/caatinga e dialogam com os contornos que certas lógicas ganham em nível local? Esta pesquisa dedica-se também, no fundo, a compreender o cotidiano de pessoas que passam silenciosas pela história (WOLF, 1970): populações consideradas pobres,

²⁴ Barbeiro, besouro transmissor do *Trypanosoma cruzi*, agente infeccioso da doença de Chagas.

marginalizadas das esferas de poder, habitantes de zonas rurais e moradores de biomas desconhecidos, ecossistemas inconspícuos, tidos como pouco propícios a ocupação humana. A eles, Paulo Zanettini (1996) chamou de “brasileiros iletrados” e a arqueologia a eles associada uma rica possibilidade de estudos sobre populações que não produzem, ou pouco produzem, documentos escritos sobre si.

A tese assume, assim, tarefa política no sentido de construir parte da memória de grupos subalternizados (FUNARI, 2002). Também com isso creio no papel da arqueologia latino-americana no questionamento das definições estadunidenses e europeias ligadas a sociedades com ou sem escrita, pois aqui, como o escritor moçambicano Mia Couto (2012) problematiza para a literatura em seu país, "partimos da oralidade". O que no fim é arqueologia histórica e qual o sentido do termo oposto à pré-história ou a arqueologia pré-colonial?

Ao menos desde os anos 1960, fortaleceu-se um movimento, no seio da arqueologia, contrário a sua definição como estudo de um período de tempo (BUCHLI, LUCAS, 2001), em parte frente o avanço do processualismo estadunidense no campo etnoarqueológico e na nascente arqueologia histórica do período. Lewis Binford (1975), um de seus mais fortes expoentes, passou a ressaltar a importância dos estudos de cultura material moderna entre os esquimós Nunamiut. Com os anos 1970, a postura acirrou-se. Autores de pesquisas importantes nesse momento são Richard Gould e Michael Schiffer (1981), discutindo sobre o rádio de bolso e o carro elétrico, e William Rathje (1996), em sua obra magistral sobre o lixo, mundialmente conhecida como *garbology*.

A brecha aberta nos anos 1980, com o advento do pós-processualismo, ampliou as críticas epistêmicas às definições de arqueologia, compreendida cada vez mais pela particularidade de suas fontes, a cultura material, e menos pelos períodos que estuda (GONZALEZ-RUIBAL, 2012). Despontaram os estudos de Ian Hodder (1987), sobre gravatas borboleta e de Michael Shanks e Christopher Tilley (1987) sobre as latas de cerveja, com reflexões sobre poder, discurso e identidade.

Com os anos 1990 e a influência dos teóricos da nova antropologia do consumo, como Mary Douglas, Brian Isherwood (2004) e Daniel Miller (2005, 2007), críticos das abordagens semióticas e representativas da materialidade, a arqueologia passou a fortalecer vínculos com as demais áreas que abordam a cultura material

moderna, distanciando-se de um foco único no estudo de contextos indígenas do passado distante. É assim que, a partir do começo do século XXI, consolida-se o campo da arqueologia do passado contemporâneo (HARRISON; SHOFIELD, 2009), primeiramente a partir da Inglaterra, ressaltando o estudo dos conflitos e de episódio de graves afrontas aos direitos humanos no século XX, com as pesquisas de Victor Buchli e Gavin Lucas (2001) e Peter Grave-Brown (2011).

Nascida no âmbito europeu, a arqueologia do passado contemporâneo passou a abordar o estudo e a gestão dos remanescentes materiais da história dos séculos XX e XXI (GONZALEZ-RUIBAL et al., 2010), questionando a inadequabilidade da divisão passado/presente, do ponto de vista político e ético, considerando a riqueza de aproximações e possibilidades históricas, patrimoniais, sociais e políticas que oferece (GONZALEZ-RUIBAL, 2008, 2012). A área faz parte de um amplo movimento que reforça o papel social da arqueologia, enquanto prática contemporânea, dado o peso político dos usos do passado, as inúmeras vezes silenciadas e a suposta objetividade do discurso arqueológico (COLWELL-CHANTHAPHON, 2009). O “arqueológico” passa a ser entendido como aquilo passível de estudo por métodos arqueológicos (GONZALEZ-RUIBAL, 2008), e a arqueologia como ciência que utiliza a materialidade também para tecer críticas à modernidade (GRAVE-BROWN, SCHOFIELD, 2010).

Nos países de língua inglesa, a arqueologia do passado contemporâneo tem se afirmado segundo três aspectos: um primeiro que ressalta a necessidade de tornar o familiar não familiar (*making the familiar unfamiliar*) (BUCHLI; LUCAS, 2001; HARRISON; SCHOFIELD, 2009), um segundo que parte das ideias de pertencimento e proximidade (GRAVE-BROWN, 2011), e um terceiro, que se expressa nos circuitos arqueológicos ibero-latinos, contra o colonialismo de discursos hegemônicos, que valoriza a produção de narrativas alternativas a partir de novas ideias, interpretações e formas de ver o registro arqueológico, fortalecendo histórias distintas das convencionais, com base nos objetos, dado serem, muitas vezes, os únicos meios disponíveis para conhecer certos contextos (GONZALEZ-RUIBAL, 2008, 2012).

É claro que a arqueologia do passado contemporâneo não se forjou sem críticas. Para Peter Grave-Brown (2011), por exemplo, tornar o familiar não familiar é paradoxal à própria proposta de uma arqueologia cujas premissas são aproximar,

criando, assim, um imbróglgio epistemológico a partir de um jogo de distanciamento e proximidade. Para Teresita Majewski e Michael Schiffer (2001), o uso do termo pressupõe relações que ainda dão ênfase a um recorte cronológico ("passado" e "contemporâneo"). Os autores propõem uma arqueologia do consumismo, que englobaria diferentes momentos dos últimos três séculos e que aproximaria a arqueologia do passado contemporâneo da sociologia, da antropologia e da história.

Nota-se, todavia, que estas são posturas que desconsideram que o termo "contemporâneo", para os países do sul geopolítico, como o Brasil, tem carga bastante colonialista, tendo em vista que ele é utilizado para demarcar um período específico da história europeia referente à formação dos estados nação, como Itália e Alemanha, no século XIX, e às grandes guerras e aos regimes totalitaristas, já no século XX. Guardando, portanto, ressalvas à própria terminologia e pressupondo uma ressignificação do termo em países que partem de outras periodizações históricas, busco aplicar a arqueologia do passado contemporâneo a partir de uma "mirada desde el sur", partindo de problemas caros ao nosso contexto, como as relações assimétricas de poder que tem a ver com a modernidade e as escolhas de consumo aqui.

A oposição dos arqueólogos a uma arqueologia dos séculos XX e XXI pressupõe que algumas arqueologias são mais relevantes que outras, ou relacionam-se a grupos sociais mais relevantes (SCHOFIELD, 2010). Para além de estudos sobre guerras (SCHOFIELD, 2005), a arqueologia do passado contemporâneo constrói perspectivas únicas à sociedade contemporânea, debruçando-se sobre a vida cotidiana de pessoas comuns. Isto é bastante caro ao Brasil, em especial pelo fato de que as questões e problemas contemporâneos investigados pela arqueologia aqui certamente não são os mesmos investigados pelos arqueólogos anglo-saxões.

Tocando em pontos referentes a memórias oprimidas e patrimônios (GORMAN, 2005), a arqueologia do passado contemporâneo não se encaixa nas abordagens convencionais, e aceitáveis, das políticas patrimoniais (GRAVE-BROWN, 2011). Isto também é caro ao contexto brasileiro, no âmbito do qual a arqueologia relaciona-se a políticas cujas perspectivas monumentais têm se fundido às visões demasiado conservadoras postas em prática durante a atuação do arqueólogo em campo, resultando na exclusão do século XX das pesquisas arqueológicas, estancando

discussões interdisciplinares e “apagando” processos, contextos e grupos sociais específicos. A arqueologia, assim, incorre nos perigos da história única.

A baixa frequência de pesquisas sobre o século XX tem sido vista como inversamente proporcional ao peso que este período teve na maior parte da vida dos povos do mundo e na vida dos próprios pesquisadores, nascidos nele (LUCAS, 2004). Para William Rathje, Vincent LaMotta e William Longrace (2001), o registro material dos últimos 50-100 anos é um "buraco negro arqueológico". Tom Judt (2010) chega a afirmar que as guerras, genocídios, o totalitarismo, etc., excluíram o século XX do pensamento intelectual do Ocidente. No campo arqueológico algo semelhante ocorreu. Quais critérios são utilizados para selecionar, como acervo, a cultura material de uma ocupação?

Para Rodney Harrison (2011), a tendência dos arqueólogos do passado contemporâneo em justificarem-se continuamente em seus trabalhos não acompanha as críticas publicadas sobre a área, que tendem a ser positivas. A desvalorização ocorre, assim, na própria prática. Há um *ethos* arqueológico que desvincula estas críticas às posturas em campo, também no Brasil. De fato, como ressalta Alfredo Gonzalez-Ruibal (2006), há, sim, forte discriminação a alguns materiais (destaco, aqui, os polímeros sintéticos, como plásticos) classificados como “recentes”, e alvo de ojerizas e sentimentos negativos por isso (CABAK, GROOVER, INKROT, 1999). Preconceitos a determinadas matérias primas e paisagens (SCHOFIELD, 2009) acarretam, quase sempre, coletas seletivas que criam novas associações, alterando cronologias e potenciais interpretativos.

Apagados, negligenciados ou esquecidos, contextos de ocupação do novecentos são submetidos a “coletas seletivas” em escavações que tendem a discriminar matérias-primas: os plásticos, borrachas e outros polímeros sintéticos são aqueles que mais sofrem, não coletados em prol de materiais "clássicos" arqueológicos, como cerâmicas e líticos, em uma espécie de sanitização e ordenação que caracteriza o trabalho arqueológico (GONZALEZ-RUIBAL, 2005; GILL, 1999). Hierarquizamos matérias-primas e, com isso, pessoas, culturas, tempos e lugares.

Artefatos feitos de plástico, todavia, também são dialogais às mudanças nas escolhas de consumo, fornecendo novas possibilidades de leituras em torno do cotidiano e das esferas de ação e uso nas quais os objetos atuam. A não coleta dos polímeros

sintéticos em determinado sítio arqueológico gera um recuo cronológico quando da aplicação de ferramentas para datação, alimentado por nossa dificuldade de identificação dos materiais do século XX, no Brasil. Casas do começo do século XX possuem artefatos de produção do século XIX: qual a data da ocupação? Tendo em vista as práticas, acessos, reusos, circulação, quais as noções e leituras de tempo que damos aos objetos? Como definir sítios arqueológicos do século XX? E mais, não são todas as coisas contemporâneas, fenômenos observados em um mesmo momento?

A arqueologia feita neste trabalho é taxada muitas vezes de "recente", problema que a antropologia definitivamente não encontra (talvez, encontre para o inverso, "antigo"). A identificação de artefatos como "recentes" e, portanto, como fora do interesse da arqueologia, marca inúmeros trabalhos. Discursos e teorias podem ampliar as noções e definições da área, mas na prática assiste-se a algo bastante distinto. "Ser recente" é posto como adjetivo que se opõe à quase tudo o que a arqueologia é, sentido indicado pela utilização da conjunção "mas" pelos pesquisadores em campo ("mas é recente!"). Quantos arqueólogos olham para garrafas PET da mesma forma que para cerâmicas?

"Recente" é utilizado como justificativa para o não-arqueológico, pressupondo-se uma linha cronológica relativamente abstrata que sugere alguma distância temporal (sabida) entre a pessoa que fala e a data de produção do objeto (como na sentença "descartado porque recente"). "Recente" é transformado, então, em um atributo pautado por determinadas características tecno-morfológica do objeto que o impedem de ser analisado pelo próprio olhar arqueológico que assim o classificou. Como ocorre com alguns artefatos congelados no "antigo", a materialidade do século XX está congelada, estanque no "recente".

É preciso buscar nortes, algo definidores, para a arqueologia do passado contemporâneo, e para a arqueologia do século XX, já que implica em definições de "passado" e de "contemporâneo", que devem ser contextualizados para que possamos fazer uma arqueologia do passado contemporâneo no Brasil que não só seja socialmente relevante aqui, como não seja mais uma arqueologia que apenas transponha categoriais da Inglaterra ou EUA às nossas realidades sem questionamentos, em mais violência epistêmica e colonial. A poetisa brasileira Cora Coralina, em *Cora Coralina, Quem é você?*, quando afirma "venho do século passado e trago comigo todas as idades" traz

interessante metáfora para pensarmos que o passado não deixa de ser contemporâneo dado ligar-se às necessidades e às situações presentes nas quais esses acontecimentos têm ressonância (LE GOFF, 1990).

Diferente do que vem sendo pensado para as arqueologias do passado contemporâneo nos países anglo-saxões e escandinavos, podemos, no Brasil, mergulhar em questões que nos são caras, como os genocídios, massacres, as ditaduras, os desaparecidos e as estratégias materiais ligadas à repressão, as questões de cunho socioambiental, como também aos efeitos sutis, mas não menos perversos, do colonialismo, do imperialismo e da globalização sobre a enorme sociodiversidade que possuímos em território nacional, através do consumo. Podemos problematizar, por exemplo, a questão do emaranhado consumo-produção-criatividade-destruição, desenrolado e manifestado pelas modernidades latino-americanas. Deste modo, podemos ter uma arqueologia que não é uma simples transposição de categoriais e problemas das comunidades científicas hegemônicas.

Pensar a materialidade do passado contemporâneo, as práticas de consumo a elas relacionadas, dos moradores das casas de taipa do semiárido cearense, pernambucano e piauiense, permite diversificar a histórica única contada sobre o "sertão nordestino", tornando agônico um discurso antagônico (ALBUQUERQUE, 2009). É necessário acessar redes profundas que tem a ver com as consequências materiais da modernidade, como o acirramento das desigualdades e da distribuição desbalanceada de bens. Construir unidades de investigação baseadas apenas na polarização da vida social pelo consumo e pelo poder, a divisão privilegiados-subprivilegiados de Ivan Illich (1975) no âmbito da ecologia política radical, deixa pouca abertura para considerar que o consumo moderno não é inexorável (WURST, MCGUIRE, 1999), que mensagens culturais globais são recebidas e interpretadas diferencialmente em diversas localidades (MOL, 2000) e que desligar-se de trajetórias passadas que incidem sobre identidades contemporâneas é impossível em sua totalidade (TERRIEN; JAMARILLO PACHECO; SALAMANCA, 2003).

Quando arqueologia, antropologia e ecologia unem-se para reflexões desta alçada, potencializam as análises sociológicas estruturais somadas ao refinamento arqueológico de padrões diacrônicos de mudança e permanência na cultura material. Tecem-se considerações importantes da relação entre agência e estrutura, entre forças

globais e tradição, e entre o pulsar global e a liquidez local para que histórias únicas não se tornem as únicas históricas sobre os sertanejos do semiárido brasileiro.

1.6. Cenas dos próximos capítulos

Antes de adentrarmos na materialidade das unidades e da paisagem doméstica do dia a dia do sertão, creio serem importantes certas palavras para preparar o terreno aos próximos capítulos. Não é necessário, nem o objetivo deste item, realizar um extenso levantamento histórico sobre a região Nordeste e o semiárido, porém entendo que alguns parágrafos sobre aspectos regionais particulares permitir-nos-ão uma melhor imersão na narrativa que construo. Gostaria de ressaltar alguns pontos que podem auxiliar na construção de histórias locais que identificam relações de poder e saber (ARAÚJO, 2014, p. 4). Sociólogos e historiadores importantes têm se debruçado sobre a trajetória da formação dos moradores do sertão e deste território, com marcos nos anos de 1930 e 1970 (BERNARDES, 2007, p. 47), edificando diferentes discursos sobre a região em crítica a "amnésia social" que a ronda (WANDERLEY, 2014). Atualmente, a história social e a antropologia rural têm adensado a literatura e produzido extensas pesquisas sobre o tema.

Por história do sertão me refiro a como a atual região geográfica que engloba a porção central dos estados de Pernambuco, Ceará e Piauí estivera relacionada a determinadas estruturas e como compartilha certos aspectos sociopolíticos, econômicos, ambientais e culturais; por história da formação dos sertanejos refiro-me, ao cabo, a uma história do próprio campesinato brasileiro em sua conexão com a terra, o poder e a família, tendo em mente, sempre, a historicidade da ideia de nordeste, sertão e, mesmo, sertanejo.

É importante ressaltar que o que mais tarde seria chamado de Nordeste ou região nordeste do Brasil, onde está o sertão e os sertanejos alvos desta tese, liga-se, a partir de um ponto de vista espacial, à própria história do espaço colonial brasileiro. Primeiramente, no sentido de que a palavra "sertão" tem seu significado construído e alterado por todo o período colonial e além, assumindo fundamental importância no pensamento social brasileiro. A noção de sertão esteve muito relacionada à de fronteira e de conquista de novos espaços territoriais em sua relação com as bandeiras (LIPPI,

1998). Em segundo, no sentido de que a metrópole portuguesa instala no que seria o Brasil, um complexo econômico no qual investiu grandes quantidades de capital, ligando a colônia a uma rede internacional de comércio, na qual ficam patentes sistemas de concentração de propriedade privada e de renda, acompanhadas por diversas formas violentas de submissão de mão de obra (BERNADES, 2007, p. 45).

É durante estes primeiros séculos que se forma uma elite de proprietários, militares, funcionários públicos, clérigos e comerciantes, com laços de parentesco e interesses comuns. Estes laços atravessavam fronteiras territoriais e relacionaram-se a implantação de estruturas administrativas, da exploração de produtos primários, da grande propriedade e da escravidão, através de uma oligarquia que se auto-perpetuava no poder através do nepotismo e da corrupção (MOTA, LOPEZ, 1995, p. 60). Em meio a isto, uma vasta gama de trabalhadores livres e escravos entravam em constantes conflitos com os latifúndios, parte fulcral da organização social do modelo colonial baseado na grande propriedade, na monocultura de exploração e na escravidão (MIRALHA 2006, p. 152; FERRAZ, 2004, p. 24).

A ocupação do sertão nordestino esteve subordinada à economia açucareira, que decaiu nos séculos XVIII e XIX em face ao esfacelamento das grandes sesmarias, permitindo, assim, o estabelecimento e a formação de um campesinato advindo de famílias de vaqueiros, agregados e outros recém-chegados, num processo de "acampesinamento" relacionado ao apossamento comunal de terras. A ausência do poder do Estado sobre essas terras, o desinteresse econômico por elas e a distância física das capitais litorâneas foram aspectos que favoreceram este quadro. No sertão, tais condições reproduziram-se sem alterações bruscas e exógenas até as décadas de 1970 e 1980, quando o cercamento de grandes áreas criou choques com os usos costumeiros (FERRARO JÚNIOR, BURSZTYN, 2010).

No século XVIII e XIX, no contexto de interiorização da região pela criação de gado pelo território, os donos destas grandes propriedades, os senhores de engenho, detinham a posse de grandes áreas para plantio enquanto que o grosso da população não tinha direito à posse da terra. A historiadora Maria Yeda Linhares (1995) ressalta que o avanço das fronteiras para o sertão, de forma paulatina, teve como instrumento primordial o gado, resultando na partilha das terras entre vastos e sucessivos territórios,

o que acompanhou campanhas de extermínio às populações indígenas, à medida que avançavam os currais.

Aliás, não é possível pensar o contexto geográfico no qual se insere esta pesquisa sem ressaltar a pecuária como fundamental na expansão da conquista e colonização da região (PESSOA, 2003, p. 21). A pecuária criou condições para ocupação do interior, onde não era possível produzir o açúcar da zona da mata, uma vez que o gado ocuparia terras não agricultáveis, penetrando o sertão com boiadas na busca de pastagens. O gado passa a ser fulcral no estabelecimento de rotas e vias de circulação, conformando uma economia de pastoreio assentada espacialmente próxima a seus próprios trajetos (CAPISTRANO DE ABREU, 1970, p. 216).

Neste momento, o sistema de sesmarias já havia distribuído terras destinadas a atividades criatórias em grandes extensões, coexistindo com formas paralelas de ocupação da terra, dada a ausência de um sistema regular de colonização. As unidades familiares, multifuncionais e ligadas por laços sociais, passaram a ganhar poder, em especial a partir do século XVIII, tecendo a imbricada relação, cara ao interior do Nordeste, entre poder local e sistema de distribuição de terras. Neste âmbito, a fazenda de gado passa a conformar-se enquanto “instituição social, política e econômica, sede da vida política local, autarquia sertaneja” (JUCÁ NETO, 2012, p. 7).

As grandes propriedades no sertão também foram marcadas por um alto grau de absentismo dos proprietários, os quais possuíam residência nas capitais ou mesmo na região sudeste do país, deixando para figuras locais o controle e o poder sobre suas terras. A partir da segunda metade do século XVII, a figura, por exemplo, do vaqueiro começa a ganhar projeção, assim como, a partir do século XIX, a dos “coronéis” locais (DINIZ, 2013, p. 67). Para o contexto em estudo aqui, é muito importante lembrar que nos inserimos no auge do chamado coronelismo, o aumento da influência do poder privado na vida política do país, apropriando-se das estruturas administrativas do Estado para garantir a manutenção deste poder controlando a máquina pública (LEAL, 1975). A figura do “coronel”, título dado pelo sertanejo aos chefes políticos, situa-se historicamente entre 1889 e 1930, resultante da alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo, com o fortalecimento do poder dos primeiros (CARVALHO, 1997).

A partir da segunda metade do século XX, o coronelismo passa a dar espaço ao clientelismo, no contexto da modernização agrária capitalista, no qual as barganhas políticas envolvem tanto pessoas privadas como grupos comunitários, em torno da distribuição de recursos governamentais (FARIAS 1999). No sertão nordestino, esta estrutura fora marcada por elevado grau de despotismo que fugia do controle do Estado e que dava poder local aos senhores de terra, em uma sociedade na qual os processos históricos de formação deram à família e à casa, como instituições, um papel primordial. Ali, o clientelismo expressou-se como uma prática de prestação de favores em troca de obediência, estabelecendo relações sociais que repercutiam para fora do núcleo familiar, atingindo a própria estrutura político-administrativa da região (FERRAZ, 2004, p. 34-35). Ao longo do tempo, o clientelismo, o coronelismo e outras práticas relacionadas colaboraram para o desenrolar de organizações simbólicas em que trocas, pedidos, distribuições e redistribuições tornaram-se imprescindíveis à realização de exercícios de dádiva (DANTAS, 2009, p. 160).

Diferente do que pensava Euclides da Cunha, que visitou a região de Canudos durante a guerra de 1896, o vaqueiro não era um “servidor inconsciente” do fazendeiro; todavia com o absenteísmo do primeiro, o vaqueiro desenvolveu formas de impor respeito e reconhecimento social que lhe dava prestígios e distinção em relação aos trabalhadores comuns (NASCIMENTO, 2008). Segundo a historiadora Joana Nascimento (2008), as negociações por certo grau de autonomia laboral e melhores condições de vida e trabalho nestas áreas de pecuária levaram à construção de uma série de valores, como dignidade, honra e liberdade, e até mesmo certas habilidades mágicas, frequentemente associadas aos vaqueiros.

Tais sistemas precários de acesso a terra, como a própria Lei de Terras de 1850, e a instalação de famílias trabalhadoras em pequenas áreas no interior das grandes fazendas, com autorização dos proprietários (WANDERLEY, 2014, p. 27) deixam claro a ausência de políticas que buscassem a legitimação das propriedades territoriais, uma vez que o valor estava muito mais, por exemplo, na posse de escravos. Mesmo que a terra fosse encarada como abundante no sertão, ela não estava disponível a todos e vastas propriedades foram destinadas a ocupação econômica sob a égide do capital mercantil e da grande propriedade senhorial rural exportadora (BENATTI, 2008/2009, p. 218).

A vinda da família Imperial para o Brasil, para o Rio de Janeiro, acirrou distinções entre o sul e o norte do país, marcadas, em especial, pelo poder dos grandes fazendeiros do norte. Com a República, novas questões regionais emergiram, como o interesse das elites locais pelo poder central junto das primeiras tentativa do governo em “enfrentar as secas” com a criação da Inspetoria de Obras contra as Secas (IOCS). Neste período, vale ressaltar que as secas de 1915 e dos anos de 1930 dão origem aos chamados *currais*, em especial no Ceará (como Senador Pompeu), campos de concentração para fugitivos da fome, justificados pelo amplo uso da eugenia a partir das políticas higienistas que se proliferavam pelo Brasil moderno no período (BERNARDES, 2007; TRAVASSOS, 2011). Este é um momento muito interessante para a história local, com a emergência de movimentos sociais e políticos ligados a questão agrária, ao cangaceirismo, coronelismo e uma série de manifestações sociopolíticas com base na religiosidade popular e rural que definitivamente não vou debater aqui, mas que vale apenas conferir na vasta literatura sobre o assunto (refiro-me aos chamados movimentos messiânicos).

Com os anos de 1930, o Nordeste passa a constituir plenamente uma região com delimitação oficial que acompanha a proliferação de uma literatura regional, a sertaneja, que muito contribui para sua geografia cultural (BERNANDES, 2007). Por outro lado, os interesses oligárquicos dos estados passam a ser pensados como um todo maior, a região (ALBUQUERQUE JR., 2009, p. 69), levando a um processo de unificação que engloba a institucionalização da seca e a criação do IOCS, o combate ao cangaceirismo e aos movimentos messiânicos, que não se limitavam às fronteiras estaduais, e uma comunhão de políticos locais para recebimento de privilégios (OLIVEIRA, 2007, p. 6).

Também é este um momento de consolidação de olhares sobre o sertão que o identificam com economias de baixos custos, escassa base monetária e diversas formas de trabalho compulsório, exploradas a partir de questões relacionadas aos estereótipos e às anomias do sertão e do sertanejo (PESSOA, 2003, p. 175; ALBUQUERQUE JR., 2009; CARON, SABOURIN, CALDEIRA MENESCAL, 2003). É neste momento que Capistrano de Abreu (1936, p. 135), nos *Capítulos de Historia Colonial*, define aquela que seria uma forte imagem do sertão, a da civilização do couro.

Os anos de 1950 assistem a visibilidade das populações rurais sertanejas com a explosão de movimentos relacionados às ligas camponesas, uma das mais importantes formas organizativas de trabalhadores rurais no Brasil, que mais tarde seriam duramente reprimidas pela ditadura militar. Esta repressão, todavia, é dialógica a como a historiografia e a sociologia passam, com os anos de 1970, a debruçar-se sobre outros grupos que não os detentores de poder, em crítica ao entendimento destas populações como meros pacientes da ação dos "poderosos" (PESSOA, 2003, p. 18).

Ganham espaço estudos que esquadrinham pessoas e documentos atrás da população rural que comporia parte do campesinato no sertão. Atualmente, longe de uma retificação, os camponeses são encarados como sujeitos históricos e as situações em que os observo, arqueologicamente, justamente por serem históricas, são também ambíguas, como bem disse Klaus Woortmann (1996, p. 17). Compartilho de suas afirmações no que concerne à constituição de uma ordem moral que percebe as relações dos homens entre si e com as coisas de certa maneira; todavia, diferente do autor que se debruçou sobre a terra, nesta pesquisa tento pensar em uma série de outras materialidades dialógicas ao dia a dia da casa na paisagem semiárida.

De qualquer modo, desde então inúmeros autores vêm mostrando a diversidade da condição camponesa no país, incluindo proprietários e posseiros de terras públicas e privadas, extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açazeiros, os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não-capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra, por cessão, quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a, mercados, os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país, os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária (GODOI, MENZES, MARIN, 2009, p. 11). Aqui estão os sertanejos, sitiante nordestinos ou *camponeses do sertão*.

Vale, portanto e por fim, ressaltar que a formação dos *camponeses do sertão* dá-se a partir de populações estabelecidas em terras apropriadas, com o consentimento do proprietário e desenvolvendo culturas alimentícias próprias (STEDILE, FERNANDES, 2005). Os *camponeses do sertão* estão relacionados a uma tradição

portuguesa, transformada em função do novo ambiente, e por uma contínua subordinação e expropriação, por parte da grande propriedade pecuária que tiveram início no século XVIII, fruto da ação de posseiros, brancos livres-pobres, caboclos, negros e homens livres autorizados, pelos sesmeiros, a ocuparem terras (WOORTMANN, 1995, p. 221). No Nordeste, diferente da lavoura cafeeira no sul e sudeste, não houve utilização de mão de obra imigrante européia, levando os proprietários rurais a buscarem dentre os pequenos e médios proprietários e dentre os trabalhadores livres que escapavam da submissão ao trabalho na grande lavoura, as opções para substituição do trabalho escravo, preservando o controle da terra e submetendo parte da força de trabalho livre às relações de produção que preservaram formas de relações não capitalistas (BERNANDES, p. 61).

Sua formação, como a do campesinato brasileiro em geral, relaciona-se, assim, a uma existência dependente como agregado no interior das fazendas e como posseiro ou sitiante, ocupando, muito frequentemente, terras marginais (econômica e espacialmente); com a lei de terras de 1850 proibindo a aquisição de terras devolutas que não pela compra, foram redefinidas, a partir de meados do século XIX, as formas de propriedade capitalista da terra, abrindo espaço a novas formas de reprodução camponesa, historicamente entendidas como migração e resistência à expropriação (MARQUES, 2003). Esta pesquisa, todavia, buscará explorar e apontar outras formas em que esse campesinato também se reproduz.

Os sertanejos compartilham com demais grupos camponeses a luta pela terra e pelo acesso a recursos produtivos que por vezes manifestam-se de modos menos perceptíveis, na forma de táticas cotidianas que também dialogam com a reprodução social, mas que tendem a serem pouco reconhecidas pela academia. Dar atenção a essas *minudências*, como disse Frei Betto, permite ressaltar a capacidade dos camponeses na formulação de projetos de vida, de resistir às circunstâncias em que estão inseridos e de construir formas de integração à sociedade através de práticas inovadoras e adaptativas que possibilitam sua entrada em espaços sociais historicamente inacessíveis (WELCH, MALAGODI, CAVALCANTI, WANDERLEY, 2009, p. 17).

Vamos ao capítulo seguinte e aos contextos a analisar. Como diria o saudoso Dominginhos²⁵, em *O Sertão te Espera* (1991), "Vem / o sertão / Tá chamando a gente".

²⁵ Dominginhos, José Domingos de Morais (1941-2013), foi um famoso instrumentista, cantor e compositor, além de exímio sanfoneiro, pernambucano da cidade de Garanhuns.

CAPÍTULO 2



(Borges, s/d c)

CASA DE BARRO, ESPETO DE PAU, RODINHA DE BORRACHA

O objetivo deste capítulo é mostrar a complexidade das formas de morar e consumir dos *camponeses do sertão* (GODOI, 1999, p. 27) ressaltando a relação entre a constância da espacialização dos elementos que compõem a unidade doméstica e a variabilidade do conteúdo das áreas de descarte. Muitas vezes os arranjos no âmbito do morar e do ter/usar são lidos sob a ótica do "pobre" e do "simples", ou do auto-suficiente, mas proponho que tenhamos como pano de fundo organizações regidas pelo que o antropólogo norte-americano Marshall Sahlins (1970) chamou de "economia de provisão", uma produção que abarca a formação de excedentes que garantem troca por produtos inexistentes nos mercados locais/regionais, formando reservas e estoques. O provisão dialoga com a lógica que subjaz à ordenação do espaço das casas de barro, caracterizado por práticas espaciais que permanecem entre os séculos XIX e XX e acompanham as mudanças na cultura material utilizada cotidianamente no escopo da unidade doméstica.

Para além de congelar o sertanejo em uma "economia de subsistência", carregada, para Emília Pietrafesa de Godói (1999), do peso da penúria e da escassez, inspiro-me as discussões do antropólogo húngaro Karl Polanyi (1944: 92) que nega que o sustento da humanidade seja um problema de escassez, pautando-se pela falácia econômica que por muito tempo identificou economia a mercado levando a incompreensão de outras racionalidades econômicas e a desvalorização de outros modos de vida que não conduzidos pela lei do valor. Além disso, para o autor, não haveria uma

única realidade econômica a qual se se adapta ou morre, sendo outras economias sempre possíveis.

Procuro demonstrar a resiliência²⁶ da forma de ordenar o espaço de moradia, mesmo frente às mudanças associadas à chegada de outras lógicas, como a capitalista, ao campo, reconhecendo, deste modo, que as populações rurais não estão à margem do sistema capitalista, mas intrinsecamente relacionadas às cidades (REDFIELD, 1960; JAYAPALAN, 2002, p. 48). Busco igualmente mostrar como a materialidade do dia a dia, orquestrada segundo práticas pré-existentes, que tornam possível que tal sociedade ou modo de vida se objetive no que denominamos *camponês* (GODOI, 1999, p. 27), dialoga com novos objetos industrializados que carregam o sentido das mercadorias do mundo urbano-industrial.

O diálogo entre a lógica camponesa e a lógica capitalista gera novos arranjos (OLIVEIRA, 2009, p. 196) que é preciso compreender para que não caiamos em explicações redutoras pautadas pela pobreza, escassez e subsistência. Entendo, logo, que "o sistema simbólico desenvolve toda sua aptidão para reinterpretar em sua própria lógica os dados que outros sistemas lhe propõem" (BOURDIEU, 2002, p. 91). Já há algum tempo diversos autores mostraram como devemos desconfiar da expansão sem limites e não-questionável da lógica do capital e quais os perigos de entender o capitalismo como a chegada de um pacote fechado (JOHNSON, 1999, p. 35; PURSER, 1999, p. 117; BRANDÃO, 2007, p. 41).

As mudanças observadas expressam-se na materialidade das casas sertanejas que trabalho aqui, mas não na lógica de ordenação dos elementos que compõem a unidade doméstica e no manejo ambiental que permite a própria existência física e simbólica da casa, com seus limites, seus dentro e foras, e que a torna elemento fulcral na estruturação da paisagem semiárida. Essa é a síntese da dialética entre permanência e mudança, apontada por inúmeros autores e entendida sob a ótica da

²⁶ Originado na psicologia dos anos 1970 (HOLLING, 1973), parto das contribuições da Ecologia à compreensão do termo *resiliência*, entendendo-o, grosso modo, enquanto tempo de retorno para que o ecossistema alcance novamente a estabilidade, e como a medida da magnitude de um distúrbio que pode ser absorvido por um sistema antes que ele redefina suas estruturas, mudando algumas variáveis e processos de controle seu comportamento (GUNDERSON, 2000). A aplicação nas ciências sociais ampliou sobremaneira as definições do termo *resiliência*, ligadas a capacidade de renovação, reorganização e desenvolvimento, potencializando oportunidades de criar e fazer coisas novas e inovar. . Tomo estas abordagens como gancho para usar o termo aqui como a habilidade de um sistema em manter sua identidade (CUMMING, 2011), a partir de mecanismos que explicam mudanças, inovações, resistências e persistências (FOLKE, 2006).

persistência, da reinterpretação, da oposição tática, da resistência mimética, da manutenção, da reinvenção e renovação, da hibridização (AUGÉ, 1989; GARCIA CANCLINI, 1998; SCOTT, 2002; BRANDÃO, 2007; DE CERTEAU, 2007; CÂNDIDO, 2010;). No fundo, debruço-me sobre a clássica questão: por que as coisas mudam, como mudam, para que e qual seu significado (RENFREW; BAHN, 2001).

De todo modo, permanência e mudança são temas necessários à compreensão das formas de morar dos habitantes de áreas rurais caracterizadas por baixíssima densidade demográfica no interior do semiárido brasileiro, com lógicas e práticas que existem em diálogo com lógicas externas. O antropólogo austríaco Eric Wolf (1970) sempre reafirmou a importância da indagação relacionada à persistência e à mudança em populações camponesas que possuíam profundo respeito pela força da tradição.

Lembro que a construção sociológica brasileira insistentemente opôs o campo à cidade, forçando um dualismo pautado na oposição entre tradição e modernidade, conservadorismo e progresso, público e privado, largamente representados na literatura (WILLIAMS, 1989). Tais ambivalências cristalizaram imaginários pautados pela situação socioeconômica historicamente tida como "periférica" da região e da comparação de seus sistemas de valores à realidade urbano-industrial, que acarretaram na representação dos contextos rurais como "vazios" de civilização, ocupados por seres humanos que são parte da paisagem natural, situados nas franjas do capitalismo ou mesmo fora dele (MURRIETA, 2001).

Há muito tempo casa e unidade doméstica vêm despertando o interesse de antropólogos (MORGAN, 1965; TURNER, 1955; LEVI-STRAUSS, 1982, BOURDIEU, 2002) e arqueólogos (NETTING, WILK, ARNOULD, 1984; HODDER, 2006; BINFORD, 1983; BEAUDRY, 2004), na busca das chaves de interpretação e apreensão de normas e atores sociais, assim como suas mudanças e variações, em diferentes sociedades. Na arqueologia, em particular, debates sobre a casa ganharam força com a chamada *household archaeology* que entendeu as unidades domésticas como um todo formado pelas pessoas que ali vivem suas ações à manutenção do local e os bens móveis e imóveis nela contidos, incluindo, inclusive, componentes como os descartes e os quintais (ALLISON, 1998, p. 16). Particularmente, os descartes foram submetidos, neste campo, às análises de padrões e frequências, às reflexões sobre

escolhas e práticas de consumo, à suas relações com o ciclo da casa e a história das famílias, por meio das próprias histórias deposicionais e dos processos de formação (BEAUDRY, 1999, p. 117).

"Unidade doméstica" (*household*) é um termo polissêmico, culturalmente definido como uma unidade êmica (WILK, NETTING, 1984, p. 1), que atua como entidade simbólica aos membros de uma sociedade (NETTING, WILK, ARNOULD, 1984, p. xxix) e que está longe de definir por si só o morar dos camponeses das áreas estudadas aqui. O utilizo como ferramenta conceitual, mesmo sabendo que a ideia de autonomia e, mesmo, de isolamento do termo "unidade", camufla o dinamismo e o jogo entre mobilidade e imobilidade interpeladas no cotidiano e nos ciclos de vida das casas de barro dos camponeses do sertão semiárido. Estas características também tornam difícil destrinchar e ordenar as "etapas" do estabelecimento de uma unidade doméstica (do tipo "quem nasceu primeiro"), e as atividades associadas, cuja frequência e padronização permitem defini-la.

Nas áreas em que estive, o termo casa é usado para referir-se à edificação e também ao quintal, chamado localmente de terreiro, englobando as relações sociais que ali se desenrolam (MACHADO, 2013, p. 219). Por isso o utilizo na tese como sinônimo de "unidade doméstica", combinação da ordem da natureza com a ordem do social (MARCELIN, 1999, p. 35). Dificilmente o estabelecimento da expressão material da unidade doméstica através da casa acontece em um território desconhecido, livre de manejos e outros tipos de atividade humana. Casas são instaladas em locais conhecidos, se não fisicamente, ao menos referenciados e presentes nas memórias individuais e coletivas, relacionados a elementos preestabelecidos, como outras casas, ruínas, a própria paisagem e áreas manejadas. Não estou, aqui, de modo algum me referindo ao primeiro acesso a uma área totalmente inabitada (colonização em sua concepção mais biológica) ou desconhecida (no sentido de reflexão do porque e como vivemos onde vivemos)²⁷, mas em morar em espaços que são eles já lugares na paisagem.

Utilizo o termo "unidade doméstica", como tradução de *household* para os remanescentes materiais que corresponderiam a ela em distintos tempos e espaços. Como reconhece a arqueóloga australiana Penelope Allison (1999, p. 2), a unidade doméstica possui uma dimensão material muito importante, manifesta pela casa de

²⁷ Sobre isto, uma série de discussões foram sintetizadas em Rockman, Steele, 2003.

barro, pelo terreiro, a área de descarte, os artefatos, os ecofatos. Logo, apesar do trânsito de conceitos, tento não submeter à arqueologia às conclusões tiradas pela antropologia social em suas questões ao universo doméstico (ALLISON, 1998, p. 16). Mesmo que, arqueologicamente, não sejamos capazes de responder a certos tipos de perguntas postas por antropólogos ou historiadores sociais (WILSON, 1993), isso não quer dizer, de modo algum, que as perguntas postas pelos arqueólogos sejam menos relevantes ou que possam ser respondidas por outros.

A unidade doméstica e as manifestações materiais a ela relacionadas nas áreas rurais do sertão compõem o que Ellen Woortmann (1983) denominou de "sítio camponês", "um conjunto de partes articuladas, sejam elas contidas numa parcela contínua ou em partes de terras não contíguas" (como as casas de roça, casas de farinha, etc.), uma unidade produtiva na qual o sistema espacial obedece a dimensões práticas e simbólicas nas quais a casa é o ponto de partida para a distribuição das áreas que compõem o sítio (WOORTMANN, WOORTMANN, 1997). Aqui, a relação com o ambiente é fulcral e tem a ver com conhecer as fontes de matérias-primas, os barreiros, as fontes de água, a vegetação, as vias de comunicação e circulação, e o estabelecimento de relações com outros sítios, no que o antropólogo Louis Marcelin (1999, p. 33) chamou de "configuração de casas" – conjunto de casas vinculadas por ideologia da família, parentesco e outras relações de vizinhança.

A morfologia desses assentamentos parece derivar de "princípios básicos" (HECKENBERGER, 2011) que conformam a lógica do lugar, identificáveis na espacialização dos elementos que o compõem. A ideia de casa implica a existência do quintal (MARCELIN, 1999, p. 34). De fato, a característica principal dos lugares de morada sertanejos, de seus espaços domésticos, é a existência da casa e do terreiro, além de caminhos que permitem o acesso a ele e que os conectam a demais lugares através da paisagem semiárida: estão sempre situados ao lado de uma singela drenagem, que pode variar de centímetros a alguns metros, sempre intermitentes, e nas adjacências de cursos d'água de maior vazante, distando destes no máximo 10 km; um caminho formal termina no terreiro ou passa ao lado do mesmo, podendo bifurcar ou ramificar; as estruturas principais são a casa e o terreiro onde está inserida, de forma nuclear, acompanhada de eventuais cercas de galhos trançados nos mais diversos padrões, cacimbas e caldeirões, fornos escavados nos solo de formato retangular, para produção

de carvão vegetal, e a própria flora, ordenada e classificada enquanto plantas que se querem próximas ou não, árvores permitidas de estarem junto das casas e no interior dos terreiros, parte de uma vegetação primordial para sua delimitação física e simbólica.

A descrição de Euclides da Cunha (2011, p. 304) do padrão de assentamento das unidades domésticas no sertão baiano é rica e assemelha-se ao que apresentei acima: "casas pequenas de telha-vã, sem soalho; ladeadas de uma cerca de achas, ou paus roliços; fronteando um terreiro limpo com algumas árvores franzinas; e tendo, pouco distante, a cacimba ou a ipueira que determinou a escolha do local". De fato, a característica principal dos lugares de morada sertanejos, de seus espaços domésticos, é a existência da casa, do terreiro e da área de descarte, e seus caminhos. Gostaria de explorar, assim, um pouco de como esta lógica materializa-se e realimenta a si própria.

Foi preciso reconhecer que a unidade doméstica se expressa também como *lugar*, e situá-la em seu espaço geográfico e social (BOURDIEU, 2002, p. 91), desvelando as redes que o conecta a diversos outros lugares, e que o transforma em um "lugar significativo" (ZEDENÑO, BOWSER, 2009) expresso materialmente nas formas de ordenação do espaço. O lugar do morar no sertão, o espaço doméstico, é repositório de sequências de ações que, por tempo e repetição, tornaram-se parte da tradição das pessoas: o fazer a casa de barro, o preparo de fornos de carvão, a seleção de espécies vegetais.

Como as pessoas transformaram o espaço físico do sertão em lugar para morar? Como construíram seu lugar na caatinga? E como o estudo do ordenamento espacial deste lugar pode auxiliar na construção de outras histórias? A aparente banalidade e obviedade da casa e do terreiro os tornam um ótimo ponto de partida para tornar visível uma série de transformações ocorridas no mundo social e que abrem possibilidades de reconstrução de trajetórias históricas e genealógicas do presente (CAVALCANTI, 2009).

2.1. Casa e unidade doméstica: um lugar na caatinga

O ponto de partida da casa do sítio camponês dos locais que visitei, caracterizam-se por edificações de barro, construções de terra, estruturadas por galhos

trançados e grandes toras nas quinas e na cumeeira, com telhas cerâmicas capa e canal²⁸ ou de materiais orgânicos já decompostos, sempre com duas águas²⁹, carregadas em contextos de mudanças, nos quais alguns bens são levados, outros deixados.

Falar das casas nas porções do semiárido cearense, piauiense e pernambucano é complexo no sentido de que a unidade de estudo é também difícil de ser definida materialmente, já que seus limites mesclam-se com o próprio ambiente e o morar dialoga com os diversos locais onde atividades específicas são desenroladas e onde as categorias "trabalho" e "moradia" sobrepõem-se e diluem-se de diversas formas. Todavia, existe uma fronteira, desta vez mais simbólica do que física, delimitada pelas bordas do terreiro no centro do qual a casa situa-se, em cujo limiar tem início caminhos e a vegetação de caatinga, ponto a partir do qual varrer não se faz mais necessário: ou seja, não é mais preciso continuamente, cotidianamente e concomitantemente limpar o terreiro ao redor da casa, preparar o chão da morada a partir de uma atividade consistentemente humana e infundável, em um ato de reafirmação diária de domesticação daquele espaço.

O varrer é um ritual que não apenas tem a ver com divisões sexuais do trabalho em muitas sociedades (FROST, HOEBEL, 1976, p. 153; SCHECHNER, 2012), mas dá a quem o executa (a mulher na maioria das vezes), o papel de mantenedor da unidade doméstica como um ambiente doméstico, no qual algumas plantas e animais não entram, no qual o chão permanece compactado e sem pó (que é o próprio solo), pela abrasão da vassoura com a superfície do solo que reduz as arestas dos grãos e os espaços vazios entre eles, favorecendo a compactação que altera a sucessão ecológica, deixa muitas vezes raízes expostas e cria sulcos que podem ser visíveis em alguns casos (como o sítio arqueológico Pau a Pique), tornando físico o terreiro (identificável, como clareira, nas prospecções para localizar antigas casas).

O terreiro/quintal, cujo asseamento implica num varrer intenso que auxilia na conformação espacial do registro arqueológico, tem poder atrativo, unificador e cria espaços para interação social e pública (HECKENBERGER, 2011). Em seu interior, a

²⁸ A telha cerâmica do tipo capa e canal, também conhecida como romana ou feita nas coxas, é aquela de forma tronco-cônica, produzida no Brasil desde os primeiros momentos da colonização (La Pastina Filho, 2006).

²⁹ Na arquitetura, água refere-se a cada uma das superfícies inclinadas da cobertura, que tem início no espigão horizontal (a cumeeira) e segue até a beirada http://www.iar.unicamp.br/lab/luz/ld/Arquitetural/Gloss%E1rios/glossario_da_construcao.pdf

construção do espaço doméstico passa a dialogar com as relações entre membros e não membros da comunidade (BEAUDRY, 2004). Terreiro e clareira tem relação dialética. No interior da clareira, em geral no centro do terreiro, é construída a casa, ao redor da qual, e até a linha da clareira, está o quintal – todos os elementos giram, portanto, em torno da casa, ponto central desta configuração.

As casas, na maior parte dos contextos analisados aqui, estavam representadas por monturos de barro desmoronado, fruto do processo de abandono e arruinamento das construções em arquitetura de terra. Aparentemente, após os anos de 1950-1960 teve início a substituição de coberturas vegetais, predominantes, por telhas cerâmicas capa-canal de produção local/regional, como observado a partir de sua presença em relação às datas dos sítios obtidos nas áreas de descarte. A relação entre telha de palha e telha cerâmica também tinha a ver, em determinado momento, com a expressão do poder que emanava da casa: Manuel Diegues Jr. (1980, p. 88) pontuou que o coronel dominava a casa de telha, "dela, de suas varandas, exerce seus poderes de árbitro absoluto de todo o latifúndio. Na casa de palha habitam os agregados, s vaqueiros, os moradores. No próprio título, o contraste: telha e palha. Contraste de posição social, de patrão uma - a casa de telha -, de empregado outra, a casa de palha".

O fotógrafo húngaro Tibor Jablonsky, que trabalhou para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre os anos de 1950 e 1960, registrou, no Crato, porção sul do estado do Ceará, em localidade conhecida como vila Limoeiro, no ano de 1962, uma casa, em seu terreiro, ainda com telhado de folhas, como se vê a seguir (Figura 4):



Figura 4. À esquerda, casa na vila Limoeiro, estado do Ceará, fotografia de Tibor Jablonsky (1962); à direita, casa em Simplício Mendes (a AHO 28), no estado do Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia), de 2009. Aparentemente semelhantes, o que a micro-escala nos guarda de diferenças?

Mesmo com a nova telha, um mesmo processo de arruinamento ocorreria, com o colapso do telhado antes das paredes, criando um piso de telhas, não fossem as casas, na maior parte das vezes, desmontadas para reaproveitamento dos materiais construtivos ali presentes, em um processo de mudança mais demorado e planejado, tornando a casa abandonada fonte de recursos, como também observou a arqueóloga Juliana Machado (2013, p. 131) para os ribeirinhos de Caviana, na Ilha de Marajó. Apesar deste processo de arruinamento, a vegetação e sua ordenação, a continuidade da marca dos terreiros, as árvores e espécies comuns a este quadro permanecem, permitindo identificar antigos locais de moradia, reavivando aos moradores a memória e história da ocupação da região. Aparentemente, o reaproveitamento do telhado também tem a ver com a introdução da telha cerâmica capa-canal. A Figura 4 sugere um arruinamento sem desmonte do telhado de palha.

A forma básica das moradas é a de uma clareira, que é o terreiro, com a casa no centro, e a área de destarte aos fundos, como mostra o croqui (Figura 5) a seguir. Exemplifico com a planta baixa (Figura 6) das atividades realizadas no sítio arqueológico Pau a Pique, no Pernambuco, que vale para o Ceará e o Piauí. Algumas cercas, fornos de carvão e locais para aprovisionamento de água, amoladores fixos, também recorrem e conformam este mundo. Caminhos de diferentes tamanhos conectam as casas e são interrompidos no terreiro, ponto imprescindível para as "palmas" e para o "ô de casa", rituais que indicam a importância que se dá a entrada e a travessia das barreiras criadas pelas plantas no terreiro, organizando o espaço de modo específico.

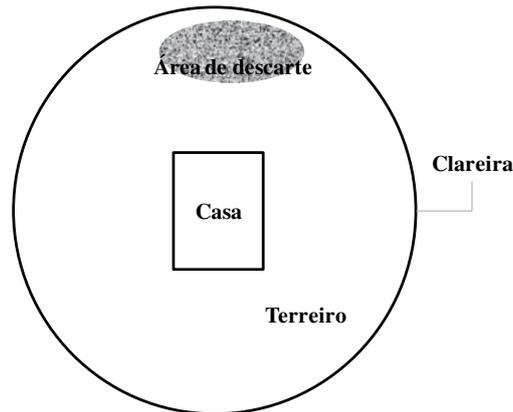


Figura 5. Estrutura básica do lugar de moradia (sem escala). Novamente o olhar da recorrência refere-se ao arranjo espacial, mas ao descermos para o cotidiano, surgem as pequenas variações, ligadas aos materiais, por exemplo.

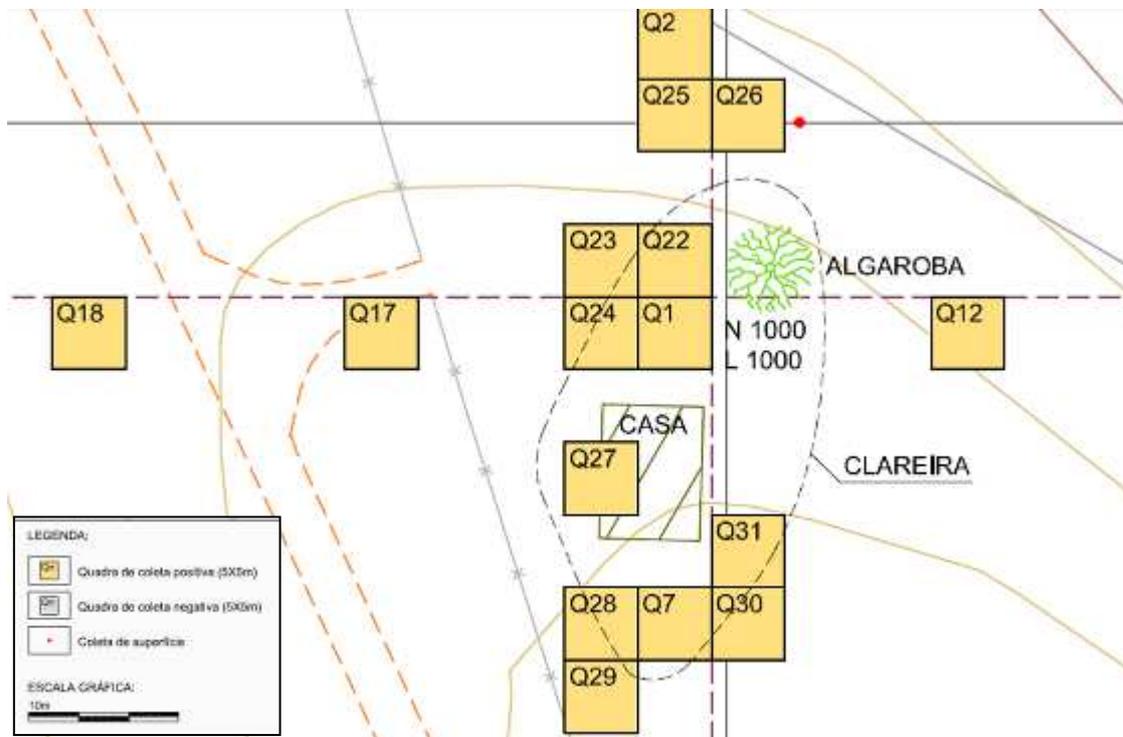


Figura 6. Planta baixa das atividades realizadas no sítio arqueológico Pau a pique, em Sertânia, estado do Pernambuco (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011). A linha pontilhada é apenas uma forma de forçar o olhar para a delimitação da clareira, tão clara e ao mesmo tempo tão fugaz, para a árvore localizada no interior do terreiro, e à localização da casa, quase central a este microcosmo.

A manutenção dessa estrutura, dessa ordenação espacial dos elementos que conformam a unidade doméstica por, ao menos, 150 anos, configurou certa resiliência espacial, centrada na importância da localização, da conectividade e do contexto (CUMMING, 2011). Nunca entrei em uma casa sem perguntar e pedir permissão, prática observada por Sidney Mintz (1984) em seus trabalhos de campo no Caribe.

Sente-se uma fronteira ali, entre o público e privado, uma fronteira menos física, apesar de poder ser vista através do solo exposto varrido contra a vegetação fora da clareira, e mais simbólica, cuja identificação é imprescindível se se quer iniciar uma relação sem conflitos.

Destarte uma hospitalidade bastante receptiva, mesmo sem o aviso prévio, como ocorre em outros interiores no Brasil, mais de uma vez presenciei contatos hostis, ou mesmo recepções armadas (com espingardas, garruchas, escopetas, etc.), daqueles que não seguiram estes protocolos e/ou rituais que, se assim feitos, culminam em almoços com macaxeira, manteiga de garrafa, arroz e às vezes charque ou carne de bode (refeições que só não repeti à exaustão, no sertão do Pernambuco, por adorar a dieta) ou almoços, no campo, à base de rapadura mole com café e, ainda, baião de dois (o arroz cozido com feijão que prevaleceu no campo no Ceará), ou, mesmo, cafés em uma boa conversa na sala, na soleira ou sob as árvores. Em *O Sertão de Alma Lavada*, cordel de Abdias do Campo, temos um pouco do ritual do receber ao lermos que "Numa panela de barro/ a cabocla cozinheira/ vendo que chegou um carro/ aumenta mais o feijão / do arroz, outra porção/ e com guisado de bode/ quem ali se achegar/ só sai depois que almoçar/ sem se alimentar não pode". Vale notar que a recepção hostil está também ligada ao avanço dos empreendimentos de infra-estrutura que têm expulsado populações de seus territórios, assim como pode estar relacionada ao medo acarretado pelo espriar da violência urbana pelo interior.

De modo geral, as casas aqui estudadas, as quais ainda tinham planta-baixa observável em maior detalhe (Pau a Pique, Viúva Virgem, Missão Velha I, Calumbi III, Canafístula II, Cantim, somadas àquelas observada no presente etnográfico), são conformadas por formas arquitetônicas retangulares, em média com área de 25 a 50m² (para as casas em pé e estimando a partir do tamanho das manchas da taipa desmoronada), com até seis cômodos, com duas portas (nos fundos e na fachada da frente, composta por duas sessões, na qual a parte de cima abre-se em janela e a parte de baixo, unida a outra metade, forma a porta) e até quatro janelas, no interior de um terreiro delineado pela vegetação e no interior da qual algumas plantas, em geral árvores, estão presentes em posições específicas. As divisões internas são feitas com meias paredes e os tetos nunca são forrados. As varandas apareceram em poucos

exemplos (concentradas no sertão central cearense, como no sítio arqueológico Viúva Virgem).

A xilogravura que acompanha *O Sertão de Alma Lavada*, da autoria de Dila, traz os elementos que compõem parte da materialização da unidade doméstica: a grande árvore à esquerda, mais alta que a casa, contra o sol, gado e cachorro aos fundos, as duas águas do telhado da casa, a fachada com a única janela e a porta e a lateral com duas janelas. Abaixo, ao lado, a metalinguagem de uma gravura, incisa na parede restante das ruínas do sítio arqueológico Italianas, no Ceará, representa uma pequena casa, igualmente com a fachada com porta e janela, e a janela na lateral, além das duas águas do telhado, bastante similar ao esquema iconográfico de algumas xilogravuras.

Este partido arquitetônico igualmente é fruto da relação dos moradores com o clima quente e seco do local, em adaptações que tornam as casas mais confortáveis. Segundo Edward Kormondy e Daniel Brown (2002, p. 150), habitações em ambientes secos e quentes, como na caatinga, usam o isolamento térmico para retardar a entrada de calor de dia e diminuir sua perda à noite, utilizando materiais resistentes ao calor, como o barro, e construindo-as inteiras sob o solo. Este modelo, claro, tem variações de arranjo, com menos janelas, por exemplo, como nas fotos a seguir (Figuras 7 a 15):



Figura 8. Xilogravura de DILA. A grande árvore que traz sombra parece prostrada em um embate com o forte sol, com seus raios em todas as direções. Ali, abaixo dos titãs da natureza, o cachorro, o boi e o sertanejo, em segundo plano em relação à casa, com porta e janela na frente, e duas janelas na lateral.



Figura 7. Gravura na parede das ruínas da casa do sítio arqueológico Italianas, no estado do Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). Ao lado, um pequeno decalque do desenho (desenho do autor). A metalinguagem óbvia da gravura da casa na parede de uma casa também deixa antever um esquema iconográfico que se repete ao lado, na xilogravura. O que compartilham? Identidades?



Figura 9. Porta e janela à frente da casa de barro na zona rural de Custódia, estado de Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009). À limpeza do terreiro contrasta o acúmulo de folhas e objetos fora da cerca de galho e arame. Discretas, mas marcantes, duas parabólicas.



Figura 10. Casa do sítio arqueológico Canafístula II (2009), no município de Serra Talhada, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009). Aqui, a parte dos fundos, com sua única porta que sai da cozinha, um universo privado que poucos acessam.



Figura 11. A fachada da casa do sítio arqueológico Cantim (2010), em Iguatu, estado do Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010) mostra que nem sempre há janelas na fachada de chegada à casa.



Figura 12. A arqueóloga Louise Alfonso na antiga casa do sítio arqueológico Pau a pique (2009), em Sertânia, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009), abrindo a porta, ao lado da janela.

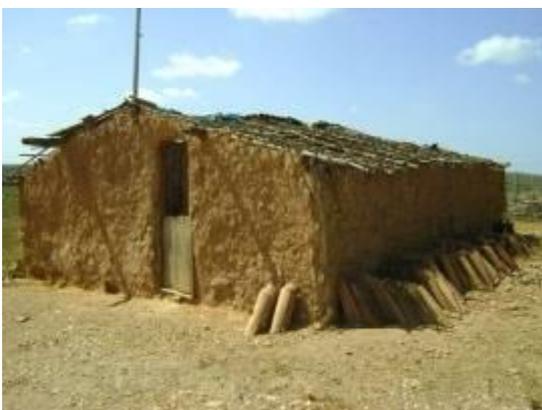


Figura 13. Casa em reforma na zona rural de Verdejante, Pernambuco (Foto do autor, 2009). Uma tempestade havia desmoronado o telhado enquanto dormiam mãe e filha, na madrugada. A casa não possuía janelas, apenas portas: uma na frente outra atrás.



Figura 14. Casa na zona rural de Verdejante, PE (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009). Novamente, porta e janela na porção frontal, nenhuma janela na lateral, diferente da xilogravura.



Figura 16. Casa na zona rural de Salgueiro, no Pernambuco (Foto do autor, 2009). Uma porta e poucas janelas, além de um terreiro muito limpo.



Figura 15. Casa em ruína na zona rural do município de Pavussu, no estado do Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009). O técnico em arqueologia Breno Paiva busca as antigas passagens, agora por todos os lados.

Selecionava-se os fundos das casas para lançar objetos descartados que dialogam com um cotidiano onde predomina grande número de cerâmicas de produção local/regional, um pequeno número de itens pessoais – restritos aos plásticos e borrachas como brinquedos e calçados –, poucos itens farmacêuticos (o que de modo algum diminui o poder da medicina local) e, comparativamente, poucas garrafas de bebida (aliás, pouco vidro). No terreiro existe apenas uma pequena porção de artefatos dispersos em zonas alternativas às áreas de descarte (WHALLON, 1984, p. 266), como as enxadas e alguns brinquedos.

A seleção do local para o estabelecimento das casas envolve inúmeras especificidades, que emaranham o ambiental e o simbólico, variando da proximidade à família e à manutenção dos laços de parentesco, da terra à proximidade de cursos d'água perenes. Muitas das escolhas para implantação das unidades domésticas dialogam com a existência prévia de caminhos, sendo pontos de partida de novos, em um exercício de reafirmação de trajetos e ligações da casa com outras casas, e da casa com áreas de atividades do próprio sítio. Também são ocupados terrenos em que o manejo ambiental prévio está presente, como no caso de manejos hídricos e florísticos.

Uma clareira é aberta ou formada a partir de pontos já menos densos de caatinga. Ali acontecerão diversas atividades cotidianas que darão sentido ao próprio espaço. Dentre tais atividades, varrer (consciente) e pisotear (inconsciente ou fruto indireto do simples andar) o solo consolidam porção de terra sem vegetação rasteira e

sem sub-bosque, que permite a identificação visual da unidade doméstica a certa distância e, assim, do início de uma área bastante privada no sítio camponês.



Figura 17. À esquerda, vestígios de antiga casa na clareira ainda viva do sítio arqueológico Marmeleiro, no município de Senador Pompeu, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010), e à direita casa em uso, com asseio do terreiro, em casa na zona rural do município de Icó, no mesmo estado (Foto do autor, 2010). Seria a própria clareira o marco paisagístico que materializa a casa ausente? Depois de deixada, o que sobra aos olhares desatentos? E aos atentos?

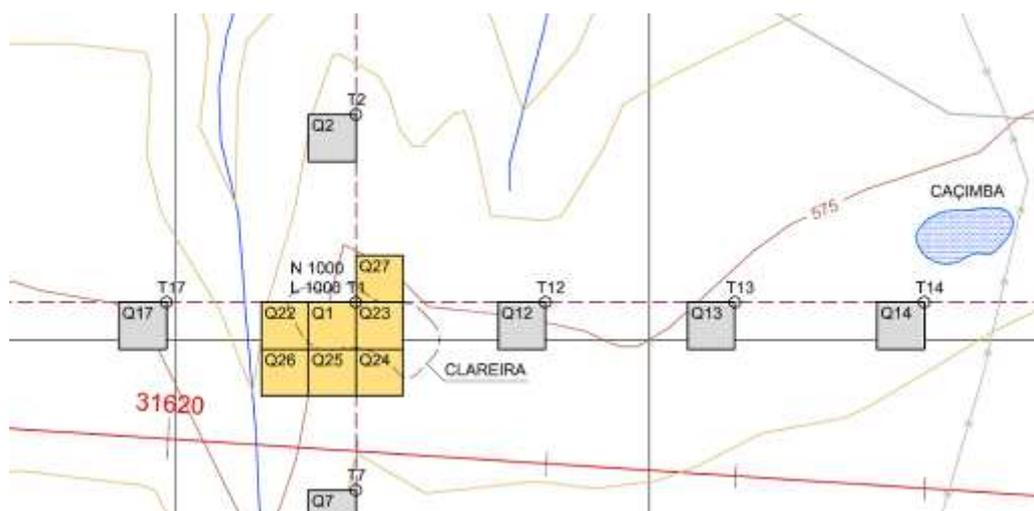


Figura 18. Planta baixa das atividades realizadas no sítio arqueológico Santa Rita, município de Flores, Pernambuco. Observa-se a linha da clareira, a dispersão dos artefatos e a associação a uma cacimba (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011)



Figura 19. Planta baixa das atividades realizadas no sítio arqueológico Calumbi III, município de Flores, Pernambuco. Observa-se o terreiro delimitado pelas árvores (favelas, umbuzeiros e jurema) (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011).

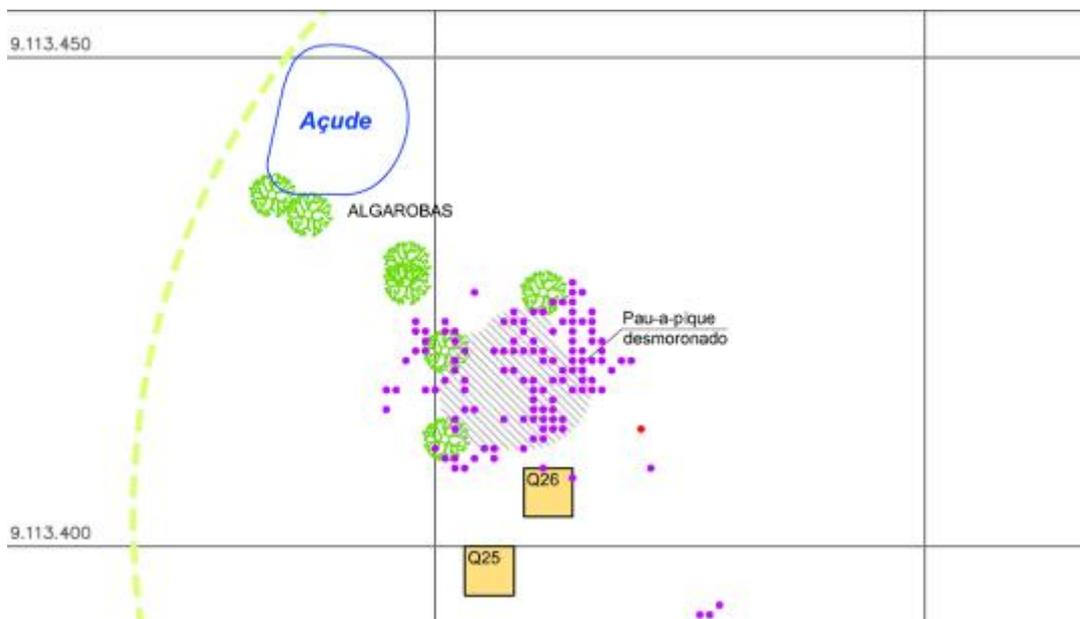


Figura 20. Planta baixa das atividades realizadas no sítio arqueológico Camaleão III, município de Flores, Pernambuco. Observa-se mancha de taipa desmoronada, associação a açude e terreiro delimitado por algarobas (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011).

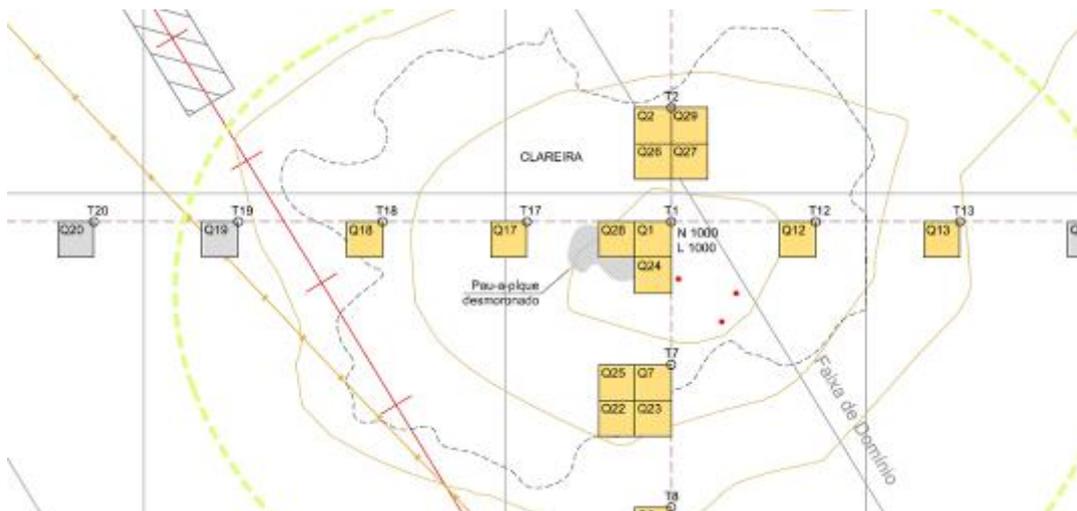


Figura 21. Planta baixa das atividades realizadas no sítio arqueológico Camaleão III, município de Serra Talhada, Pernambuco. Observa-se a linha que delimita uma grande clareira com mancha de taipa desmoronada ao centro (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011).

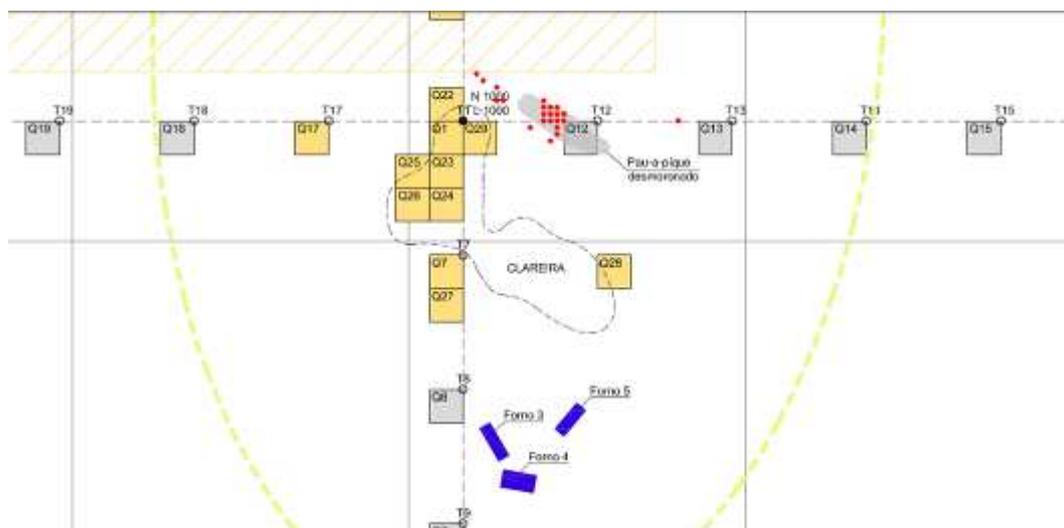


Figura 22. Planta baixa das atividades realizadas no sítio arqueológico Carvoeiro, município de Salgueiro, Pernambuco. Observa-se os vestígios de uma antiga clareira, com mancha de taipa desmoronada e sua associação a fornos para carvão vegetal (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011).

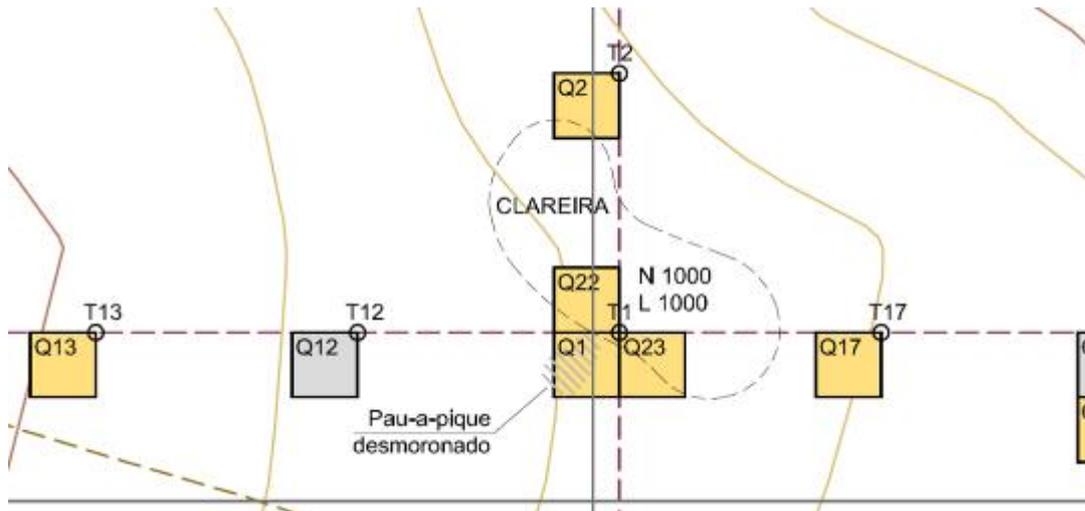


Figura 23. Planta baixa das atividades realizadas no sítio arqueológico Juazeiro, em Verdejante, Pernambuco. Observa-se linha que delimita a clareira e associação a mancha de taipa desmoronada (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011).

Foi possível notar clareiras tão antigas quanto às ocupações em seu interior, quiçá já com seus 100 anos e ainda visíveis, fruto de uma interação humana com o ambiente que, mesmo depois da casa desmoronar, deu continuidade à forma da clareira, acarretando não apenas em sucessões ecológicas de determinadas espécies, mas também conformando uma marca que se torna importante referência na paisagem como ponto de memória, uma "memória material" (OLSEN, PÉTURSDÓTTIR, 2014, p. 7) inerente ao significado dado e produzido para e pela paisagem. O terreiro que conforma uma clareira é a extensão, ao ar livre, do espaço doméstico e, portanto, de expressões de uso doméstico ou da identidade familiar (BEAUDRY, 2004, p. 256).

A influência humana sobre o processo de sucessão vegetal e, assim, sobre a biodiversidade, está claramente associada às estratégias de manejo (ADAMS, MURRIETA, 2008) orquestradas na implantação da moradia. Escolhido o local, a construção da casa de taipa começa com a convocação de um mutirão, forma de ajuda mútua corrente nas áreas rurais sertanejas, predominantemente masculinas, entretanto, como pode acompanhar no Pernambuco e no Ceará, e que resulta no soerguimento da casa em curto período de tempo (uma semana, por exemplo). O mutirão foi apontado por muitos autores como "modalidade de trabalho cooperativo indispensável quando se trata de agrupamentos rurais em que as atividades produtivas dependem do emprego da mão-de-obra familiar" (QUEIROZ, 2004, p. 97). Este aspecto é bastante importante ao consideramos que, ao longo do século XX, muitas das populações tradicionais do

mundo perderam, abandonaram ou negaram o conhecimento e os saberes relacionados ao construir seu próprio local de moradia, em especial com o fortalecimento do mercado imobiliário, dos bens de capital e propriedade privada no âmbito do capitalismo financeiro (OLIVEIRA, 2008).

Com a entrada no novecentos, cada vez mais a maior parte das pessoas passou a morar em casas que não construíram com as próprias mãos (ALLISON, 1999, p. 4). Este movimento caracteriza um mundo capitalizado onde a edificação é muitas vezes imposta e a arquitetura é uma importante ferramenta de poder e disciplina para ordem social (LEONE, 1977; FOUCAULT, 1987; ZARANKIN, 2002). Esse (ainda) não é bem o caso aqui onde prevalecem práticas de autoconstrução (CAVALCANTI, 2009, p. 71).

As casas de barro da amostra foram construídas pela técnica conhecida como taipa, taipa de mão ou taipa de sopapo (COSTA, CORDEIRO, 1999). A taipa, um barro preparado, demanda armação de estacas que conformam sua estrutura, feitas, em sua maioria, de aroeira (*Astronium urundeuva*), obtidas na própria caatinga. Ela configura técnica economicamente viável para construção não apenas da casa como de outros equipamentos (casas de farinha, casas de roça, etc.), dado estar baseada na disponibilidade de recursos naturais próximos do local escolhido para morar, como paus, cipós, folhas, pedras e terra apropriada para o barro.

A arquiteta Anna Regina Di Marco (1984) define a técnica como "uma ossatura de madeira ou bambu, formada por ripas horizontais e verticais amarradas com tiras de couro, cipó, barbante, prego ou arame, preenchida com uma mistura de terra, água e fibras. Este conjunto, juntamente com peças portantes verticais de madeira, forma a parede da edificação. A mistura, denominada *barro*, é lançada com as mãos nos dois lados ao mesmo tempo, e apertada sobre a trama da parede".

Vidas Secas nos mostra certa casa com esteios de aroeira, bem fincados no chão duro, que se o rio derrubasse, derrubaria o enchimento das paredes, mas as varas com cipós não. "Tirariam do barreiro a terra para vestir o esqueleto da casa" (RAMOS, 1996, p. 66). Ulysses Albuquerque (2012, p. 281), para o sertão do Moxotó, associa o local da casa ao adivinho que mostrava o ponto onde a água poderia ser encontrada. Dali surgia uma habitação; "o sertanejo levantava o arcabouço da tosca vivenda,

enfiando paus pelo chão, amarrava as varas de uns para outros com cipós, e lá um dia juntava gente para cobri-la de telha e rebocá-la de barro".



Figura 24. Unidade doméstica do sítio arqueológico Menandro, localizada na zona rural do município de São Miguel do Fidalgo, no Piauí: esqueleto, clareira ao redor, caatinga seca e a discreta árvore, único ponto verde da paisagem, na quina da casa (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).

As origens da taipa são associadas às construções de terra trazidas pelos portugueses e reforçadas pelo conhecimento africano, utilizadas em diversos locais do Brasil e com exemplos variados desde a colônia. Atualmente, vêm caindo em desuso e está associada a construções pobres e transitórias, com aspecto visual e higiênico comprometido pela falta de reboco e pelo "mau" acabamento, imagem que vincula pobreza, habitações provisórias e insalubridade (LOPES, INO, 2003, p. 18). Uma rápida busca sobre o assunto "casas de barro" acompanha chuva de referência sobre a epidemiologia da doença de chagas no Nordeste, por exemplo, (SIMÕES, 1943; SOUZA-ARAÚJO, 1954; ROCHA E SILVA, MALUF, CORRÊA, 1970; VINHAES, DIAS, 2000).

Apesar de a taipa predominar em quase todos os locais que escavei, existe outra técnica, menos corrente: o adobe. O adobe, um tijolo seco ao sol, foi identificado em maior recorrência no Piauí (Goiabeira II, Boi Morto, Cajueiro, Nascente IV), onde sua proximidade espacial sugere um saber compartilhado, além de dois exemplos no Pernambuco (compondo a estrutura do sítio arqueológico Santa Rita e as divisões internas da casa do sítio arqueológico Calumbi III). Todas as casas possuíam o chão batido, mais alto do que a superfície externa do terreiro, acarretada por um soerguimento através de embasamentos de pedra não visíveis, com exceção da região de Quixadá, no Ceará (sítios arqueológicos Viúva Virgem, Arca de Noé e Banabuiú), e de casas de tijolos no Piauí (sítio arqueológico Vargem Grande). No Ceará também observei o uso de afloramentos rochosos como a própria base da construção (sítio arqueológico Uruquê I), mostrando variabilidade também ligada a algumas características ambientais.

O tijolo maciço foi encontrado quando as casas eram bem mais novas, recorriam em contextos próximos das cidades ou na beira das grandes estradas (sítios arqueológicos Vereda dos Patos, Santa Rita, Missão Velha I), e em menor frequência em sítios que eram sedes de pequenas fazendas (como os sítios arqueológicos Italianas e Fazenda Mulungu). Também há associações de técnicas: casas com paredes de taipa, algum tijolo e algum adobe (sítio Calumbi III). Apesar das variações regionais, ficou sempre claro que a planta baixa e a espacialização dos elementos se mantiveram, mesmo com a introdução de novos materiais.

A mudança no material da casa, em especial quando nos remetemos à alvenaria, ou ao uso do cimento e do concreto, tem um impacto grande na dinâmica de mobilidade e do desmonte da casa para ser carregada ou reaproveitada, com exceção do telhado. Agora, o padrão de arruinamento será totalmente diverso, assim como o "derretimento" do barro que cria os pequenos montículos de taipa lavada (que são quase solo). A marca de uma casa de alvenaria desmornada é muitíssimo mais visível por sua clara diferenciação ao ambiente em que está.



Figura 25. Na foto da esquerda, a casa, em ruínas, de adobe do sítio arqueológico Pajeú, no município de Flores do Piauí, no Piauí; no meio, casa de tijolo maciço do sítio arqueológico Calumbi, também no Piauí. Por fim, à direita, casa de taipa zona rural de Quixeramobim, no Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). O que elas têm de comum e de diferente?

Na região do sertão central cearense, um estilo de casa diferenciou-as das demais, assim como sua associação ao pediplano e ao sopé dos *inselbergs* onde havia grande acúmulo de água. Ali, as casas compartilhavam um chão de tijolo no alpendre e um embasamento que as elevava, bastante, do solo (Figuras 26 a 29). O sítio arqueológico Impueira II, no Pernambuco, e o Pajeú, no Piauí, também apresentaram a mesma elevação, mas em casa de tijolos maciços e de adobe, respectivamente.



Figura 26. Embasamento de pedra do sítio arqueológico Banabuiú, município de Quixadá, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).



Figura 27. Tijolera da antiga casa do sítio arqueológico Banabuiú, município de Quixadá, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).



Figura 28. Embasamento de pedra da casa do sítio arqueológico Viúva Virgem, município de Quixadá, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).



Figura 29. Tijoleira na varanda da antiga casa do sítio arqueológico Viúva Virgem, município de Quixadá, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).

Também averigui o uso de afloramentos rochosos como áreas de descarte, em um diálogo mais estreito entre o pouco solo disponível em meio a tantas rochas e sua contaminação com lixo cotidiano, desnecessária, já que havia os *lajedos*, sobre o qual só os cactos nasciam.



Figura 30. Mar de tijolos, cactos e lajedo ou a casa desmoronada do sítio arqueológico Uruque I, no Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). Se limpássemos os tijolos da foto, veríamos a mesma coisa? O uso da condicional é válida para o real fenomenológico?



Figura 31. Cícero em meio ao lajedo usado como área de descarte no sítio arqueológico Banabuiú, município de Quixadá, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). É possível que esta fotografia exista sem a área de descarte? Que lugar seria esse?

O estabelecimento da casa tem início com o traçado dos cômodos através de riscos no chão, já aplainado e limpo, sobre o qual será feita a habitação. Abrem-se valetas para a fundação de pedra ou são fixadas as vigas de madeira para servir de fundação, após o que se ficam os pilares principais, esteios dominados pela aroeira, de

espessura maior que as estacas de vedação, uma em cada esquina e nos umbrais das portas. O desenho abaixo, bastante didático, resultante das pesquisas do arquiteto Carlos Zibel Costa e do arqueólogo Silvio Luiz Cordeiro, e é bastante elucidativo das etapas para a montagem da casa:

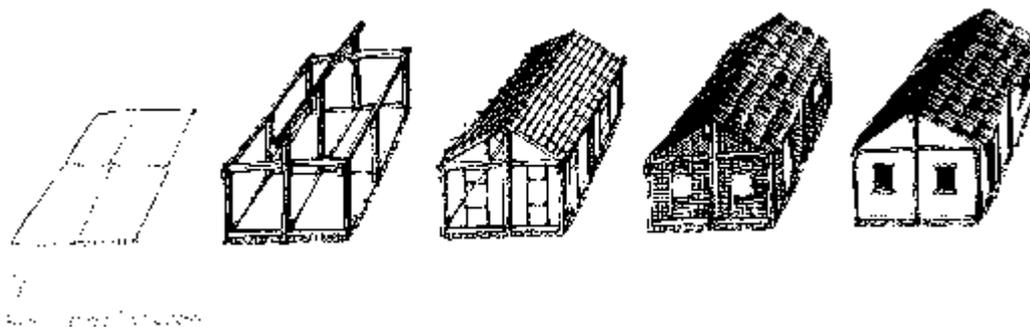


Figura 32. Etapas da construção de uma casa de taipa de pau a pique ou sopapo (COSTA, CORDEIRO, 1999, p. 17). O uso dos recursos locais para a construção da casa, desde o próprio local até os materiais utilizados, faz das casas de barro quase que um continuum com o ambiente, que se diferencia pela antropogenia.

A estrutura da taipa independe de vedações e é comum encontrá-la íntegra enquanto boa parte das paredes desmoronou; enquanto a "gaiola" (COSTA, CORDEIRO, 1999, p. 18), ou o *esqueleto* como chamou Graciliano Ramos, está boa, pode-se refazer o barreado, apesar do comprometimento da velha parede com o novo barro (um problema de todas as taipas). É possível ser reaproveitada se apresentar condições, transportando-a para outro local, carregada a pé, em carroça ou no lombo de jegue, e refazendo as paredes: uma casa, portanto, que tem diálogos próximos com a mobilidade.



Figura 33. Estrutura sem gaiola, com as paredes de barro desmoronadas na área rural de Cedro, Ceará (Foto do autor, 2010).



Figura 34. Casa arruinada do sítio arqueológico Menandro, município de São Miguel do Fidalgo, no Piauí. Nota-se que parte das telhas do telhado já haviam sido retiradas (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).



Figura 35. Casa arruinada no sítio arqueológico Capela, São José do Belmonte, Pernambuco. Nota-se desmonte da estrutura com telhas alinhadas junto às paredes (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).



Figura 36. Casa arruinada e seu esqueleto no sítio arqueológico Calumbi III, em Flores, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).

No que concerne às plantas baixas e fachadas, das casas em pé e daquelas observadas na região, em geral a solução tomada remete às fachadas com porta, com ausência de janela ou no máximo uma janela. As paredes laterais não possuem janela se a casa for mais quadrangular, mas se for retangular uma das laterais possui duas, às vezes três janelas – para além da explicação adaptativa que comentei acima, também há que considerar que pouca janela não só protege da vista alheia o que ocorria dentro da casa, como disciplina o movimento entre o fora e o dentro, com menos opções de interação com o quintal, a partir da casa. Isto também faz sentido ao pensarmos em um quintal com limites muito permeáveis. Além disso, uma porta encerra a fachada da parede dos fundos, que dá para a cozinha, quando esta é externa, ou que encerra a cozinha, quando esta é interna. De qualquer modo, a cozinha é sempre aos fundos, sempre longe dos olhares dos que chegam, assim como os fundos do terreiro, onde está a área de descarte.

No interior da casa, a sala é o primeiro cômodo (com alpendre apenas na região do sertão central do Ceará), seguida de quartos que se situam entre sala e cozinha. É na sala que se realizam muitas das refeições, onde também se recebem as visitas, serve-se o café – quando o visitante estabelece relações que o permitam, se não ficando na frente da casa, sob a árvore ou no alpendre, se existir. A cozinha apartada, para o arquiteto e urbanista Carlos Lemos (1978, 1993), foi uma das primeiras

características das casas brasileiras, local onde as relações mais particulares eram estabelecidas, domínio feminino no mundo rural, longe da vista dos que vêm de fora.

A casa do sítio arqueológico Pau a Pique, por exemplo, possui fachada apenas com uma porta, sendo a única outra porta existente nos fundos (voltada para a área de descarte). Apenas uma das laterais possui três janelas, a outra, nenhuma. No caso do sítio arqueológico Cacumbi III, a estrutura possui apenas uma janela e duas portas, uma na fachada frontal e outra nos fundos, compondo apenas três cômodos. Essa organização sugere que uma vez dentro da casa, só é possível sair retornando à entrada ou seguindo em frente, indicando um extremo controle do movimento interno da casa.

Ao compararmos a fluidez da forma e dos limites do terreiro, em sua configuração mais circular, amebóide ou amorfa, com a rigidez retangular e quadrangular da casa, com suas quinas, vincos e ângulos, nota-se como a ordenação e os traçados orientam movimentos e especializações do espaço. Aos fundos, local da área de descarte, do lixo cotidiano que não se quer mais ver, que representa uma privacidade que não se quer ser vista, também se associa à cozinha e à existência de uma única porta para sair ou entrar, restringindo muito as formas de acesso (na Figura 37, representada pela seta). À frente, a sala para receber é acompanhada por porta e janela e o asseamento do varrer o terreiro, muito intenso. Nas laterais, com pouco ou nenhum acesso ao fora, não fosse por algumas janelas, vêem-se os quartos, ou quarto.

O microcosmo formado pelo terreiro, com seus limites fluidos e às vezes pouco claros com o ambiente ao redor, que dita até mesmo às formas de entrada e saída dali, contém um núcleo duro, a casa, o realizado concreto, cujas fronteiras são bastante claras, assim como as formas de entrada e saída e o que em seu interior ocorre. A visibilidade do interior do terreiro, parcial de acordo com a distância e a densidade da vegetação ao redor, é totalmente distinta da visibilidade do interior da casa, nula aos de fora, não fossem portas e janelas abertas.

Esse esquema ordenador tem certa semelhança com o que foi percebido pelo antropólogo francês Pierre Bourdieu (2002, p. 98) na casa kabila, com os grandes potes encostados nas paredes externas das casas de barro e conservas de grãos em garrafas PET nas cozinhas, exemplos da manutenção de economias de provisionamento. Há, também, certa oposição entre uma área suja, que engloba a área de descarte e talvez até mesmo a cozinha, e uma área limpa, que envolve a sala e o

terreiro (HODDER, 2006). Todavia, a casa sertaneja não pode ser lida apenas por jogos de oposições, caros à modernidade ocidental, e o diagrama abaixo mostra como o desenho da unidade doméstica dialoga com as atividades e os movimentos dali.

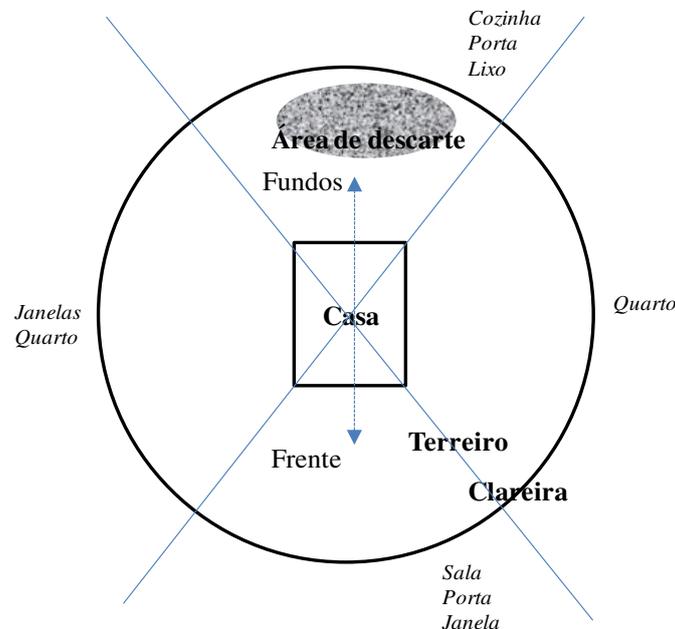


Figura 37. *Design*, circulação e ordenação das formas na unidade doméstica (sem escala). Para frente, a fachada, mas também a sala, a porta e nem sempre a janela; para os fundos, o descarte, a cozinha e sua porta; para os lados, os quartos, e às vezes janelas, ou na esquerda ou na direita. O que o desenho não mostra das pequenas atividades e práticas que adensam o sentido deste lugar? Será que é possível mover-se de outros modos?

Sendo a casa, de barro, há uma climatização do seu interior, desafiando as altas temperaturas do semiárido, tornando mais agradável a presença dentro, criando um microambiente distinto do macroambiente quente e seco externo, em uma tentativa de domesticação e manejo, porque não dizê-lo, da própria temperatura, mais uma vez no escopo do engajamento com o ambiente. A casa é projetada no âmbito de um conhecimento que utiliza o isolamento térmico (no que alguns arquitetos chamam inércia ou conforto térmico) para atrasar a entrada de calor de dia e diminuir a perda de calor à noite, trazendo conforto ao interior da mesma (FROTA; SCHIFFER, 2001). Para isso, há uma minimização da relação entre a área de superfície e o volume através de poucas e diminutas portas e janelas (KORMONDY; BROWN, 2002, p. 159). Assim, a casa atua como um marco simbólico contra diversas adversidades, como a do calor e da seca (WOORTMANN, 1995, p. 248).

No interior da casa, pouco mobiliário predomina sobre o chão de terra batida. O impaciente Seu Lunga, personagem recorrente na literatura de cordel, ao ser perguntado se sua casa poderia ser observada por dentro, respondeu: "aqui é uma casa, tá pensando que é um museu" (João Peron, *As ignorâncias de Seu Lunga*, volume 3). Não é o acúmulo de móveis que predomina no interior das casas, destarte ter sempre visto, nas que visitei, mesas na sala, onde mais uma vez a sociabilidade e a hospitalidade são acionadas para construção das redes de solidariedade. Muito é pendurado nas próprias paredes da taipa, cheias de pregos, contrastando à naturalidade do barro com as simbologias de quadros e painéis.

Mais durável que a própria estrutura da casa, o fogão à lenha acaba predominando posteriormente ao colapso das paredes e é também ele, junto das clareiras e outros elementos, que indica a existência de uma antiga moradia. Seu formato compacto e a ação contínua do fogo em suas paredes de argila aumentam sua durabilidade, tornando-o típico das habitações rurais, mas também típico da paisagem formada pela casa e após a mesma. Depois do terreiro, pode-se dizer que o forno à lenha é um dos elementos mais duradouros pós-abandono do ciclo da casa como habitação.

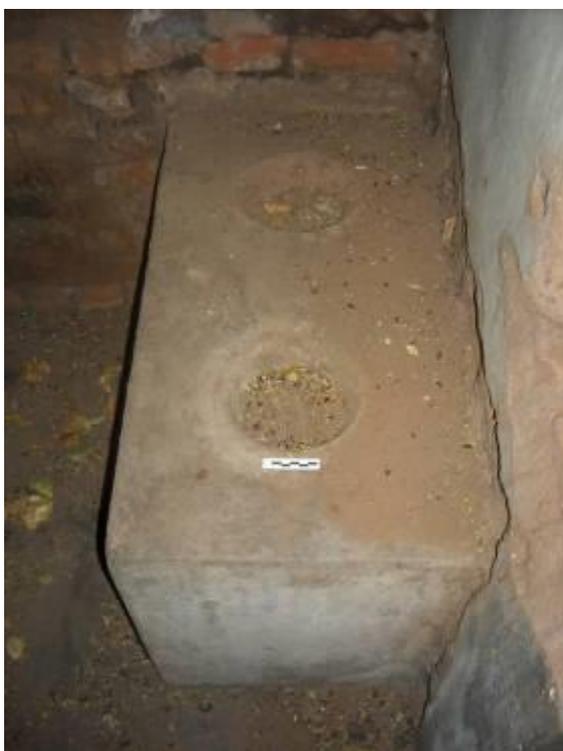


Figura 38. Forno a lenha no interior da casa do sítio arqueológico Calumbi, no Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).



Figura 39. Forno a lenha do interior da casa do sítio arqueológico Menandro, em São Miguel do Fidalgo, Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).



Figura 40. Forno a lenha do interior da casa do sítio arqueológico Pau a pique, em Sertânia, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009). A parede preta de fuligem, assim como a parte interna do telhado, é um traço recorrente e que dá cor a cozinha.



Figura 41. Forno a lenha do interior da antiga casa do sítio arqueológico Viúva Virgem, em Quixadá, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). A casa inteira rui, mas o forno continuava visível.

O uso do forno à lenha ainda depende da coleta de lenha a ser queimada ou da produção de carvão vegetal, fabricado em pequenas quantidades (provavelmente para consumo próprio e ocasionais trocas locais, já que nem toda casa os possui) entre as moradias no sertão, tornando recorrentes carvoeiras ou caieiras, fornos para carvão vegetal, destinados a consumo próprio ou a comercialização, concentrados, em especial, no estado de Pernambuco (Talhado, Camaleão I, Camaleão III, Baixio dos Milagres I, Carvoeiro, Carcará II), com exemplos no Ceará (Erva Daninha, Jurema, Feijão), onde era chamado de *cavuca*. Os fornos aqui possuem formato retangular, sempre a mais de 20m das casas, já fora da clareira, dentro da caatinga, com dimensões em torno de 1,60m x 0,50m: um espaço de trabalho que depende totalmente do ambiente, já que a estrutura caracteriza-se pela abertura de um retângulo para baixo da linha da superfície que se pisa, delimitado pelo próprio solo, com conteúdo de galhos e madeiras locais a serem, ou já, queimadas. Para serem utilizados, são preenchidos com lenha da caatinga, tampados com terra, abafando o fogo, e possuíam um respiro para escape da fumaça.



Figura 42. Forno para carvão vegetal próximo da unidade doméstica do sítio arqueológico Camaleão III, em Serra Talhada, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).



Figura 43. Forno para carvão vegetal próximo da unidade doméstica do sítio arqueológico Baixo dos Milagres I, em Salgueiro, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).



Figura 44. Forno para carvão vegetal próximo da unidade doméstica do sítio arqueológico Talhado, Serra Talhada, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009)



Figura 45. Forno para carvão vegetal próximo da unidade doméstica do sítio arqueológico Carvoeiro, Salgueiro, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009)



Figura 47. Forno para carvão vegetal na AOH 16, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010), ainda com carvão em seu interior.



Figura 46. Forno para carvão vegetal próximo da unidade doméstica da AOH 11, Pernambuco, recentemente em uso (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).

A carvoeira, caieira, cavuca, e o forno à lenha são metáforas interessantes das práticas espaciais desenroladas ali, pois são locais inter-relacionados, dado que um alimenta o outro, dominados pela presença e potencial transformador do fogo. Se na cozinha o fogo cria combustível para o corpo, com a comida, lá fora, no carvoeiro, o fogo cria combustível para a própria cozinha e para a casa. Esta relação foi posta por Emília Godói (1999, p. 121), em esfera semelhante, no jogo fogo (seco): morte :: água (úmido) : vida.

Na cozinha, o fogo queima ora a lenha, ora o carvão, queimando a panela de cerâmica; na carvoeira, o fogo queima as plantas da caatinga selvagem, do mundo não domesticado que passa a ser controlado por um fogo também ele disciplinado, planejado e pensado, para gerar carvão vegetal. Por outro lado, a carvoeira como é feita, como um buraco, altera a topografia do terreno, e, somada ao material orgânico dos galhos carbonizados, junto das folhas que caem da caatinga, cria um microambiente antropogênico abundante em material orgânico onde, após abandono, a caatinga volta até mais densa, como uma adubação.

Todos estes elementos exemplificam o uso do ambiente a partir de um ponto central, a casa, e de uma escala de organização que parte dela, e que se liga a toda uma gama de fatores envolvidos na escolha do local para a unidade doméstica, como as próprias formas de acesso a materiais de construção, os quais têm a ver com antigos locais de ocupação que podem ser reaproveitados (HODDER, 2006). Cada casa conta com seu conjunto de atividades que se manifesta materialmente, confirmando a autonomia de cada uma, mas que solidificam um senso de coletividade: cada casa com seu fogão, algumas com carvoeiro, cacimbas e outras formas de acumular água, as quais mostrarei adiante, sua roça, seus animais, cada área de descarte, cada caminho que parte do terreiro, sua ligação com as janelas, com a árvore que dá sombra, fortalecem o papel simbólico da casa como marco contra adversidade, como pontuou Ellen Woortmann, e também como marco na própria paisagem, influenciando escolhas e mobilidades.

Todos os objetos que compõem este cotidiano e que dão vida à casa de barro têm uma intensa biografia, movendo-se de lá para cá, e sendo refeitos, ressignificados e significados, até alguns deles, por razões inúmeras, irem para uma área escolhida e específica na parte de trás da casa, os fundos (em poucos exemplos na lateral, como no sítio arqueológico Suassurana I), entre o terreiro e a vegetação. Os

fundos são orientados pelo posicionamento da casa, da fachada, e, portanto, também da cozinha, e dos caminhos de acesso à casa. Claro, pois como em um terreiro de formato, em geral, circular, é possível determinar frente ou fundo?

Depositar lixo é uma atividade rotineira realizada de maneira semelhante, dia após dia, levada a cabo de modos específicos no tempo e espaço por comunidades e pessoas. Os modos de descartar são também eles práticas culturais, assim como a seleção do local onde será realizado e o que será descartado. A própria escolha de onde localizar a área de descarte não deixa de ser resultando de uma domesticação do ambiente, da disciplinarização do espaço e da construção de um lugar, o da moradia (TOCCHETTO, 2010), já que parte dos objetos da vida cotidiana, indubitavelmente, terá de passar ou permanecer na área de descarte. A distribuição dos artefatos em relação à casa parece ser mais governada por tradições locais do que pela imposição de práticas de grupos dominantes (ALLISON, 1998, p. 17).

Nenhuma disciplina como a arqueologia deu tanta importância para as áreas de descarte, nas mais diferentes formas de ocupação humana, com bastante afinco, ao menos, desde os anos de 1960 (BEAUDRY, 1999). As áreas de descarte são entendidas cada vez mais como importantes espaços que incorporam ideias sobre limpeza, saúde, beleza, privacidade, dieta, socioeconomia, identidade, ciclos de vida e famílias, métodos de construção e consumo, práticas e comportamentos (WHEELER, 2000).

Nas casas, o cotidiano gera descartes de objetos que, não mais em uso, podem ser depositados em um determinado ponto. A área de descarte está, aqui, entre o natural e o cultural da casa, nos limites do terreiro, claramente como ponto que não se quer que seja visto. Apesar disso, joga um jogo duplo, onde não pode estar totalmente inacessível e fora do campo da visão, e do olfato (o senso de cheiro sugerido por Kamilla Pawłowska, 2014) já que serve como reserva, consulta e provisão de objetos a serem reutilizados e trazidos novamente à vida. As áreas de descarte também nunca estão sob as árvores do terreiro e nunca ocupam o espaço das disputadas e importantes sombras.

Após alguns anos, décadas e, mais raramente, gerações, as casas estudadas aqui deixaram de ser local de moradia. A cultura material das áreas de descarte não indicou períodos longos de ocupação (quando muito, sobreposições), como em

contextos como o do sítio arqueológico Fazendinha³⁰, na região de Custódia, uma grande sede de fazenda claramente utilizada do começo do século XIX a primeira metade do século XX, no sertão central pernambucano (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2010; HATTORI, 2015).



De fato, as casas não parecem ter tido ciclo de vida mais longo do que a dos primeiros donos. Foi, no entanto, frequente encontrar manchas próximas a algumas casas em pé, nos sítios arqueológicos estudados aqui, apontadas como "casa do pai" ou da avó, ou casas deixadas por uma família que se mudou para outro local (às vezes próximo, como nos sítio Macaúba, Menandro, Salgado III) e, em menor frequência, casa desmoronada por algum evento natural.

Quando a casa é deixada, sua história de vida continua e – deixarei para me aprofundar nisso nos próximos capítulos, mas não há como escapar aqui –, ela não é de modo nenhum esvaziada de sentido ou simplesmente abandonada, como entendemos abandono no senso comum (COLWELL-CHANTHAPHONH, 2009; LAMOTTA, SCHIFFER, 1999, p. 24). Ela pode ser reocupada dentro do circuito de mobilidade, por pessoas em trânsito, vaqueiros e outros, temporariamente – ou seja, pode ser ocupada, rápida e temporariamente, por outras pessoas, outras famílias (é o que vemos com frequência durante a movimentação de Fabiano e filhos em *Vidas Secas*, o na de Samuel em *A Cabeça do Santo*). Muitas vezes é visível que o abandono foi uma prática planejada, como fica claro nos acúmulos de telhas enfileiradas nas áreas de terreiro, sobre o solo (como nos contextos dos sítios arqueológicos Viúva Virgem, Carvoeiro, Capela, Marmeleiro, Arca de Noé, Mufumbu, Missão Velha I), indicando um desmonte do telhado, que impede o desmoronamento do mesmo. Aliás, não encontrei nenhum vestígio, nas escavações, de processos de desmoronamento dos telhados, apenas de

³⁰ O sítio arqueológico Fazendinha, também cadastrado pelo licenciamento arqueológico da Ferrovia Transnordestina, fora estudado por minha colega Márcia Lika Hattori em sua dissertação de mestrado intitulada *Arqueologia em áreas de conflitos: cemitérios, obras de desenvolvimento e comunidades* (2015), no âmbito de reflexões sobre o conflito e os impactos sociais acarretados pela obra em meio a comunidade quilombola do Carvalho que foi dividida, literalmente, pela passagem do trem sobre uma área de convívio comum em meio à qual havia uma antiga igreja ao redor da qual sepultamentos humanos. O caso teve repercussão internacional, com manifestações, inclusive, do Vaticano.

ocasional quebra de algumas telhas. Aquelas com telhado de telhas cerâmicas capa-canal, que não decomporiam como os de palha, não colapsaram e muito frequentemente foram desmontados, sendo as telhas empilhadas seguramente para aproveitamento posterior. As casas tornam-se, assim, locais de matérias-primas para novas casas e, por isso, novas atividades.



Figura 48. As telhas sobrepostas e acumuladas sobre o solo próximo a casa do sítio arqueológico Viúva Virgem, em Quixadá, Ceará, parecem brotar da terra (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).



Figura 49. Telhas sobrepostas e acumuladas sobre o solo no local da antiga casa do sítio arqueológico Marmeleiro, em Senador Pompeu, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).



Figura 50. O que é telha e o que é rocha? Telhas sobrepostas e acumuladas sobre o solo no sítio arqueológico Carvoeiro, em Salgueiro, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).



Figura 51. Telhas sobrepostas acumuladas sobre o solo na casa em ruínas do sítio arqueológico Capela, em São José do Belmonte, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).



Figura 53. Telhas sobrepostas e acumuladas sobre o solo na casa do sítio arqueológico Arca de Noé, em Quixadá, Ceará, sucumbidas à vegetação (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).



Figura 52. Telhas sobrepostas e acumuladas em casa em ruínas, Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).

A modificação do meio, fruto do estabelecimento da unidade doméstica, faz com que essa se torne também local de memória, referenciada e reconhecida como lugar já ocupado, e fonte de matéria-prima para construção de novas casas ou novas estruturas. Ela possibilita a construção de casas próximas (nunca sobrepostas a antigas), oferecendo recursos que são sua própria materialidade (a árvore para as conversas, telhas, caibros, espécies vegetais, água). O terreno tornava-se preparado para os próximos habitantes.

Demorei em identificar estas dinâmicas de uso do espaço no sertão e algumas casas que escavei ou entrei não estavam abandonadas, mas estacionadas, esperando os antigos moradores ou outros retornarem de seus deslocamentos, por meses ou anos. Associei, em um primeiro momento, minha visão moderna de ruína a estas complexas unidades domésticas. Ali, o que chamamos de ruína figura processos de transição a novos sentidos – pontos de parada, locais de provisionamento de materiais para novas edificações. Não tê-las identificado nos fez invasores e às vezes "ladrões", carregando potes cerâmicos deixados para trás, mas que funcionavam como local de provisionamento de água para pessoas que por ali passavam. Com que direito minha arqueologia procedia ao desmonte daquela paisagem? (MILLION, 2005).



Figura 54. Grandes potes, boca para baixo e boca para cima, deixados junto à parede externa da casa do sítio arqueológico Menandro, em São Miguel do Fidalgo, no Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).

A arqueologia que professava havia-me feito transpor noções de abandono e de arruinamento para o que via na dinâmica de ocupação do semiárido. As noções de ruína de que dispunha, minhas e de minha formação, sobrepueram-se a noções pautadas na supermodernidade que as relacionada a processos de destruição intensificada, de um mundo fantasma em decadência (GONZALEZ-RUIBAL, 2014). Importa ressaltar, aqui, que essas ruínas não eram fim, nem fantasmas, nem destruição, como a entendemos na modernidade, mas possibilidades de novos usos e sentidos da paisagem. Eram recomeço, ponto de passagem e artifícios mnemônicos.

Foi assim que a identificação de dinâmicas de mudança e permanência na cultura material – a construção da casa, na clareira, sua estrutura, montagem, materiais, preenchimento, seu abandono e "arruinamento –, permitiu ressaltar uma lógica do lugar, um tipo de lógica cultural que ordena a estrutura e o significado do lugar da morada sertaneja e de seus componentes. As formas do lugar que caracterizam as habitações sertanejas representam ordens sociais únicas e sistemas de pensamento, tanto quanto experiências desenroladas e conhecimentos adquiridos na prática cotidiana (ZEDENÑO, BOWSER, 2009), em contínua interação com o meio, firmando, assim, fortes ligações com o próprio espaço doméstico.

2.2. Terreiro e manejo vegetal: para além da planta-remédio

Casa e terreiro formam um conjunto inseparável e não existem sem o entorno, plenamente integrados à vida social e cultural dos habitantes (VAN HOLTHE, 2003, p. 69). Para mostrar esta integração parto de referenciais teóricos da ecologia histórica e da etnobotânica, para um diálogo com a arqueologia e a antropologia social. De modo geral, pergunto-me como o terreiro teria sido interpretado e simbolizado, compondo a própria organização social do morar.

Vegetação, clima, hidrografia foram e são utilizados para justificar as condições de vida das populações que habitam e habitavam o semiárido, em especial nas áreas rurais e nos espaços mais recônditos desta paisagem, frente à ausência de interpretações históricas e contextuais; associa-se distanciamento geográfico entre aglomerações humanas a isolamento social, ignorando-se redes estabelecidas por práticas de mobilidade, formas de uso do espaço e modos de relacionar-se com lugares, que não implicam, necessariamente, em presença física, como as críticas às justificativas de "abandono" e "terra nullis" têm mostrado (BALÉE, 2008; COLWELL-CHANTAPHONH, 2009). Pobreza, seca, miséria equacionam-se para legitimar a estaticidade cultural das pessoas, presas na constância de tradições encaradas como rudimentares e homogêneas, conservadoras à modernidade que vem "de fora". Isto não é exclusivo da caatinga semiárida, mas faz parte da natureza como um atributo fundamental para a construção de estereótipos e estigmas por toda a América Latina (FERREIRA, 2006, p. 19).

Um exercício de inversão do olhar e de proposição de contra-narrativas a partir da crítica a imaginários como o do "Nordeste seco" foram abertas quando ficou claro que o espaço do semiárido poderia ser concebido de maneira distinta por diferentes pessoas e que a ênfase em observações sincrônicas camuflava percepções sobre mudança e historicidade das formações vegetais (BALÉE, 1994; POSEY, 1994). A imersão do geógrafo Aziz Ab'Saber nas caatingas nordestinas trouxe à tona possibilidades de entendimento outras quando questionou o porquê da existência de um discurso que reforça o caráter diaspórico e vazio do semiárido em contraponto ao Brasil

possuir o semiárido mais populoso do mundo, abrigando cerca de 25 milhões de pessoas (LUCENA; NASCIMENTO; ARAÚJO; ALBUQUERQUE, 2008, p. 3).

Propus visão pormenorizada de alguns aspectos do cotidiano e das práticas sertanejas para construir uma narrativa que pluraliza as histórias escritas sobre a região e as pessoas. Pressuponho que um olhar mais profundo sobre aspectos do viver auxilia no entendimento do dinamismo que caracteriza o modo de vida expresso através das casas de barro nas áreas rurais de diferentes partes do semiárido. No presente caso, foco-me na configuração espacial que dá materialidade a unidade doméstica, composta pelos três elementos principais apresentados acima: casa, terreiro e área de descarte, os dois primeiros formando um forte núcleo no qual as práticas são expressas, perpetuadas, alteradas e reintegradas (MINTZ, 1984).

Compreender e interagir com o ambiente é fulcral para que a própria unidade doméstica possa existir, materializando-se através do manejo de determinados aspectos da caatinga, como as plantas lenhosas, as árvores. Citando a máxima de Claude Lévi-Strauss (1989), encaro as árvores como "algo bom para pensar" e como elementos da natureza que possuem algum tipo de relevância cultural (SHARER, ASHMORE, 1979, p. 562). As plantas são econômica e culturalmente muito importantes, e já lembrava o antropólogo francês que não é fácil, no caso sul-americano, distinguir as plantas selvagens das cultivadas, uma vez que há muitos estágios intermediários entre o estado selvagem e o "verdadeiro cultivo" (LEVI-STRAUSS, 1952, p. 252).

Gilmar de Carvalho (1999, p. 34), ao investigar a construção do Padre Cícero como ícone e levantar a hipótese de como o cordel e a xilogravura solidificam uma memória, mergulhou no uso da madeira e no significado das árvores em Juazeiro do Norte, Ceará, (com foco na umburana) ressaltando a mítica que as cerca como eixo do universo, uma concepção bíblica do Gênesis presente em muito do catolicismo que atravessa o sertão. Árvores são vida, conhecimento e natureza humana.

É forte o sentido da árvore como marco da possibilidade da vida, no semiárido, oposta à agressividade de pedras, cactos e espinhos, sentido fortalecido quando algumas plantas e árvores específicas entram no terreiro. Assim, elas não só estão no espaço da vida, como o fazem e estão ali justamente por isso (CARVALHO, 1999, p. 20). Euclides da Cunha (2011, p. 239) compara o sertanejo às árvores porque

ambos crescem juntos lutando contra as agruras e dificuldades da caatinga, com relações antigas, como velhos companheiros.

Para Donald Worster (1991, p. 203), conhecido historiador ambiental, "as plantas têm sido, quase invariavelmente, aliadas dos humanos na luta para sobreviver e prosperar". Todavia, se os estudos sobre esta relação, em perspectivas sincrônicas e diacrônicas, têm aumentado para a bacia amazônica a partir de diferentes abordagens (LEVI-STRAUSS, 1952; POSEY, 1989; POLITIS, 1996; ADAMS; MURRIETA, 2008), pouco tem sido feito para a caatinga, a não ser nos casos de pesquisas sobre obtenção de produtos e otimização sustentável de recursos. Críticas às noções de "paisagem natural" (BALÉE, 2008) podem ser aplicadas na tentativa de compreensão da dispersão de sementes, nos marcos de domesticação, na escolha de plantas para os quintais, entendendo que o modelo neolítico de domesticação³¹ (CHILDE, 2004; HODDER, 2006), nascido na Europa, cada vez menos se aplica às possibilidades de pensar o ambiente na América Latina.

Diferentemente do que a biologia da conservação usualmente entende como manejo (uma ferramenta para manter a integridade ecossistêmica), as ciências sociais e humanas têm ressaltado o manejo como um conjunto de práticas através das quais os homens interagem e constroem o ambiente, muitas vezes aumentando a própria biodiversidade local, no tempo e espaço (BALÉE, 1994). Com os anos 1980 e 1990, proliferaram pesquisas que reconheceram a grande sofisticação do conhecimento nativo, maior do que se supunha até então, em relação ao que denominamos ambiente (ELLEN; HOLLY, 2004). Quando categoriais nativas passaram a percolar os modos de construção do conhecimento ocidental sobre a natureza, a tríade forma, espaço e tempo foi revisitada (DILEHAY, 2007) em prol da variação de percepções, usos e conhecimentos de diferentes pessoas e grupos humanos sobre o ambiente.

Seria ingênuo pensar que em uma região de ocupação humana tão antiga como a semiárida do nordeste do Brasil (WATANABE et. al., 2003), a única forma de interação com o ambiente dos grupos humanos resultou em uma degradação total ou na manutenção de um bioma sem qualquer alteração. Por isso a necessidade e os esforços visíveis resultantes de conversas mais profundas entre as ciências biológicas e as sociais. Estas reflexões permitem, ainda, problematizar a própria noção de "patrimônio

³¹ Aquele baseado em etapas, com sentido evolutivo, que vai da caça-coleta à agricultura.

cultural", ponto que não aprofundarei aqui, mas que vale mencionar, e que tem dado origem a esforços desafiadores em diversos contextos, resultando em termos como "paisagem cultural" ou "patrimônio biocultural" (BOEGE, 2008; PATRICK-ENCINA; BASTIDA-MUÑOZ, 2010).



A relação das pessoas com as plantas é bastante profunda e tem sido alvo especialmente de pesquisas etnobotânicas, apesar do foco em contextos da região amazônica com poucas análises sobre outras comunidades que não as indígenas (ALBUQUERQUE; ANDRADE, 2002, p. 274; HANAZAKI; SOUZA; RODRIGUES, 2006, p. 900; CUNHA, 2004, p. 15). Estudos no semiárido são ainda escassos, do ponto de vista florístico, estrutural, ecológico, socioeconômico e cultural, refletindo o pouco interesse pelas florestas secas de modo geral, e as do Nordeste, em particular (ALBUQUERQUE; ANDRADE, 2002, p. 336; FLORENTINO; ARAÚJO; ALBUQUERQUE, 2007, p. 38; ALBUQUERQUE; ANDRADE; CABALLERO, 2005, p. 491; MOURA, ANDRADE, 2007, p. 219). Carecem estudos sobre como as pessoas usam os recursos e afetam as populações vegetais e paisagens. No entanto, a investigação aqui está mais interessada no uso de algumas espécies vegetais, em especial lenhosas, distribuídas no espaço horizontal disponível (o terreiro), prezando por sua posição e distribuição (ALBUQUERQUE; ANDRADE; CABALLERO, 2005, p. 496).

Esta não é uma pesquisa de etnobotânica, mas busca dialogar com a literatura da área, em especial por meio de perguntas em comum: por que as pessoas têm quintais ou terreiros? De que forma a comunidade local aproveita os recursos vegetais da região? A presença de algumas espécies de plantas tem propósitos simbólicos? Há espécies que recebem maior atenção? Os quintais transmitem mensagens aos que não moram ali? (VOGL; VOGL-LUKASSER; PURI, 2004, p. 289; ALBUQUERQUE; ANDRADE; 2002, p. 336).

O cultivo de plantas em quintais e o uso para diversos fins tem sido alvo de estudos ao longo das últimas décadas, e a relação pessoas-plantas pode ser interpretada sob vários aspectos (TROTТА, 2012, p. 17). O conhecimento que se dá na prática do

dia-a-dia, cumulativo e transmitido, frequentemente intergeracional, configura um saber tradicional que permite o manejo ambiental da caatinga e que é reafirmado diariamente. Esta relação é complexa e perpassa aspectos alimentares, estéticos e da saúde.

Refletir sobre a relação das plantas com os *camponeses do sertão* permite problematizar alguns aspectos dos estudos do próprio ecossistema da caatinga: um primeiro, relacionado à caatinga enquanto bioma e sua diversidade, usado como justificativa determinista às formas de organização social humana das populações que ali vivem, e um segundo, relacionado à como estudos de etnobotânica têm olhado para a relação do homem com algumas plantas, em especial no âmbito dos chamados *home garden*, os quintais, problematizando visões demasiado utilitaristas e econômicas da flora (BERLIN, 1990).

Os *home garden* no contexto estudado são os quintais, os terreiros meio aos quais estão as casa onde vivem seus responsáveis (VOGL; VOGL-LUKASSER; PURI, 2004, p. 287) a maior parte deles menores que 100m². A literatura os encara como parte de sistemas agroflorestais que reservam espécies de árvores, arbustos e ervas dentro de um limite residencial e sob manejo e trabalho familiar, podendo apresentar, em seu interior, pomares, jardins, hortas e criações de animais domésticos, além de serem áreas de lazer, produção e convívio social (SEMEDO; BARBOSA, 2007, p. 498; TROTTA, 2012, p. 18). Os quintais têm suma importância na sustentação dos povos e no conhecimento dos ambientes e suas formas de manejo, com funções ecológicas, socioculturais e econômicas (MOURA, 2007, p. 219); são espaços fundamentais à compreensão de hábitos, costumes e valores, assim como da vegetação que configura parte da identidade visual da unidade doméstica (VAN HOLTHE, 2003, p. 72). São construções humanas delimitadas e cultivadas, produtos únicos das artes de construir combinando materiais com plantas vivas e animais, projetos nunca finalizados que criam a fronteira entre o fora e o dentro (GLEASON, 1994, p. 2) ou, conforme Latour (1994), entre o humano e não-humano. As fronteiras dos terreiros são artificiais e permeáveis, mas sempre conhecidas por quem compartilha do sentido daquela configuração (KIMBER, 2004, p. 265).

A interação mais óbvia com os terreiros relaciona-se à farmacopéia popular (TROTTA, 2012). Em regiões com solo pedregoso, como é o semiárido, as relações mais comuns são estabelecidas com plantas não-domesticadas que podem servir de

alimentos apropriados como recurso por meio de coleta/extrativismo (ALBUQUERQUE; ANDRADE, 2002, p. 275). Também são importantes aquelas que marcam caminhos e que dão sombra. Neste âmbito, a materialidade das plantas e as implicações sociais da relação planta-pessoa fazem-se muito relevantes.

As cactáceas, por exemplo, como os mandacarus, xiquexiques, cabeças de frade, cujo simbolismo ultrapassa a escala local, atuam como signo que permite aos de fora identificarem o sertão. Certamente o mandacaru é a cactácea mais conhecida, uma das mais altas, e muito representada como símbolo de tudo que o semiárido é nas xilogravuras da literatura de cordel. Em *Moça Roubada*, de J. Borges, e em *Resistindo à seca*, de Severino Borges, vemos os cactos como a representação do ambiente seco por excelência.



Figura 55. A xilogravura da esquerda, *Moça Roubada*, de autoria de J. Borges, muito compartilha com a da direita, *Resistindo à seca*, de Severino Borges, para além dos cactos como parte do ambiente das caatingas. Aqui também é possível notar o jegue, uma grande figura dos sertões, não só como meio de transporte.

Juazeiros e umbuzeiros carregam lendas de aparições; se não foram trazidas de modo intencional pelo ser humano, as próprias plantas acarretam e influenciam a organização espacial ao seu redor. A trama que sustenta (em diferentes sentidos) a casa de barro, sua estrutura, é vegetal, seja em troncos de algaroba, aroeira ou outras espécies regionais. Antigos locais ocupados, já lavados pelo tempo, são identificados pela disposição espacial das plantas, dando sensação de continuidade que contemporaneiza histórias e verticaliza o tempo.

Neste âmbito, gostaria de apresentar alguns dados relativos à como a caatinga, e mais que isso, algumas plantas, foi utilizada para construir uma paisagem

doméstica, para dar existência e forma a um modo de viver no semiárido. Neste sentido, as plantas ganham significado na manutenção cotidiana do próprio *design* que conforma o lugar da morada, dialogando com o movimento de entrar e sair, da socialização e do engajamento com o ambiente como forma de construção de um conhecimento ecológico (BERKES, 1999).

Assim, esta tese também problematiza o modo como trabalhos de etnobotânica têm visto a relação entre homem e vegetação no semiárido brasileiro, ainda com forte abordagem pautada pela função e uso: construção, cercas e, sobretudo, remédios. Poucos estudos, como o levado a cabo ainda nos anos 1950 por Souza Barros (1964) ressaltam, no caso das cercas, a manutenção de um grupo social por sua habilidade de selecionar espécies para construção de cercas de madeira que seguiam distintos padrões de trançado e que deveriam ser constantemente concertadas pelo "cerqueiro".

Os estudos etnofarmacológicos têm predominado nas pesquisas etnobotânicas, apresentados a partir de longas listas comparativas entre termos ênicos e éticos (as "listas de lavanderia" às quais se referem Darrel Posey), infelizmente utilizando o chamado conhecimento ecológico ou ambiental tradicional para levantar possibilidades à indústria farmacêutica (AMOROZO, 2002).

Uma vez que a etnobotânica, como parte do movimento que constitui as ditas etnociências, tem forte influência da lingüística e da antropologia cognitiva, como lembra a ecóloga Cristina Adams (2006), poucos escapam das descrições em torno da variação de sistemas classificatórios e taxonômicos distintos. A pergunta desses etnobiólogos gira em torno de quais plantas e animais são classificados e nomeados, quais não e por que. No entanto, reduzir a etnobiologia à identificação de termos locais é reduzir o escopo de ação e atuação desse campo (HANAZAKI, 2004; TOLEDO et. al. 2003).

Essas perspectivas partem da premissa de que existe um meio ambiente como entidade apartada do humano, e, portanto, natural. Quanto a isto, a ecologia histórica tem mostrado que a paisagem é fulcralmente o resultado da interação do humano com o meio físico, a partir de conhecimentos cumulativos sobre o ambiente que permitem estabelecer modos de vida dialógicos à própria paisagem, tornando, assim, falha a noção de "ambiente natural".

Tendo no conceito de "paisagem" um de seus grandes pilares, comum a diferentes ciências, a ecologia histórica busca estudar as relações dialéticas entre ações antrópicas e ações da natureza manifestadas na paisagem, retentoras de evidências físicas das atividades mentais humanas. Para a antropóloga Carol Crumley (1994, 1998), uma vez que os processos de mudança e, portanto, de variabilidade, ocorrem por contradições – entre humanos e destes com o ambiente físico –, a paisagem manifesta a resolução destas contradições. Atos intencionais e não intencionais estão gravados na paisagem, tornando possível o acesso a eventos que moldaram as escolhas humanas e suas ações. Uma das perguntas-chaves ao estudo destes contextos está em "como fenômenos históricos transformam as paisagens, e como tais transformações tornam-se condicionadas e são compreendidas através do conhecimento local, do comportamento e da cultura, ao longo do tempo" (BALÉE, 2008).

Alguns autores têm, neste sentido, estabelecido novas propostas para a relação dos homens com o meio e as plantas. Darrel Posey e Philip Descola são leituras clássicas e importantes neste aspecto. No intuito de fazer contraponto à visão dos Kayapó Mebegokre como "primitivos" e as terras indígenas como "terras de ninguém", Posey mostra como a destruição da floresta, pelo avanço do capitalismo, contrapõem-se à gestão sustentável dos recursos pelos Kayapó, ressaltando a importância de reconhecer o conhecimento indígena e sua contribuição intelectual.

Fica claro que as plantas e a relação com elas vão para além da ênfase utilitarista, que têm suas contribuições, mas que super-explorou a "função" farmacêutica, como mostrou Descola (ações de manejo e plantio vinculadas a conexões rituais e espirituais que incluem plantas nas relações de sociabilidade) e o próprio Posey (manejo, uso e sentidos mutantes de zonas conhecidas e campos antigos com recursos naturais diversos), ruindo as bases da noção de "paisagem natural", como fica claro nas argumentações de William Balée (paisagens culturais e impacto cumulativo do manejo), Posey (ilhas de floresta) e Gustavo Politis (1996) (áreas de concentração de pupunha).

Lembro-me das referências a aparições, à escolha para sepultamentos e às histórias referentes ao sobrenatural contadas sempre que se via um pé de juá ou juazeiro, ou quando pensávamos em nos sentar em sua sombra, no sertão pernambucano, quando lá estive em 2009. Mais uma vez recorro a Euclides da Cunha (2011, p. 168) que chamou de "fitolatria" a veneração e a referência a histórias a partir

de uma pequena árvore onde havia descansado o peregrino Antônio Conselheiro, na sombra da qual se curavam os doentes e das folhas da qual se faziam remédios.

Trabalhos recentes como os da arqueóloga Juliana Machado (2013) têm reafirmado a necessidade de compreendermos o manejo ambiental para além de seu estrito utilitarismo, problematizando um significado que certamente ultrapassa sua importância econômica, como também problematizam Antoinette Winkleprins e Perpetuo Oliveira (2010: 572). Machado decifra as concentrações de árvores úteis às pessoas, como usam, como mantinham e porque assim faziam, encarando o plantar como um conjunto de práticas que abarca desde a obtenção do vegetal na floresta até sua transformação em planta no ambiente doméstico, a partir de uma floresta habitada por seres encantados e não-humanos capazes de ativar processos de transformação do próprio humano.



Ao mergulhar no semiárido, enveredei por reflexões em torno do significado e simbolismo das plantas ao permitirem a materialização de um lugar significativo de extrema importância aos habitantes do semiárido rural: a casa ou unidade doméstica. Por isso é preciso ressaltar outro aspecto da relação homem-planta, particularmente relacionando planta e espaço ao pensar a constituição da unidade doméstica enquanto "lugar" e a construção da paisagem através do manejo de determinadas espécies, viabilizada por práticas da vida cotidiana e, portanto, materializando a própria existência. Por isso encaro as plantas aqui segundo os estudos de *home garden* que as consideram do ponto de vista das espécies, mas as analisam como artigos culturais que criam espaços onde se atua no dia a dia (KIMBER, 2004, p. 269).

Para tal, é preciso notar que para além da visão funcionalista de uma arqueologia da paisagem que versava sobre garantias de subsistência e adaptação e que perdurou sob influência da ecologia cultural (MEGGERS, 1954; VIERTLER, 1988; BINFORD, 1982; FAGUNDES; PIUZANA, 2010; CRIADO BOADO, 1997), o manejo da paisagem do semiárido extrapola condições adaptativas, relacionando-se a aspectos cognitivos, de apego ao lugar e de escolhas políticas conformando redes de significação (ZEDENO, 2008; FAGUNDES, 2008). Também para além de noções pautadas na

adaptabilidade ao ambiente ou no reducionismo tecnicista da economia neoclássica, é preciso reconhecer que não há descolamento entre pessoa e natureza e que uma história única das relações dos humanos com o ambiente suprime o engajamento criativo que se forma nesta coexistência (INGOLD, 2000). Pessoa e ambiente co-existem na relação através do aprendizado que se faz e se vive no lugar.

Quando olhamos para o lugar de morada no semiárido rural, conformado pela casa de barro e o terreiro varrido que forma uma clareira, olhamos para uma ontologia cuja materialidade só é possível com a vegetação. A existência da clareira só é possível pelo *continuum* que forma com as plantas que a delimitam; casa e outros objetos que compõe o lugar de viver são construídos na coexistência com o ambiente. O sentido do sair e do entrar é dado pela ordenação espacial das próprias plantas, fomentando a sensação e a percepção de um dentro, "recheado" pelo terreiro varrido e pela casa ao centro, e um fora. Os quintais formam-se de modo a terem acesso facilitado, permitindo contínuo fluxo de saída e entrada (VAN HOLTHE, 2003, p. 63).

A literatura nos apresenta relações interessantes. Para a cachorra Baleia, em *Vidas Secas*, mandacarus e espinhos que "vestiam" as campinas "aperreavam" demais e, por isso, era preciso fugir dessa "vegetação inimiga" (RAMOS, 1996, p. 118). N'*Os Sertões*, a clareira é entendida como ponto de desaparecimento de uma "vegetação traiçoeira" (CUNHA, 2011, p. 370). Se o fora é o local da vegetação inimiga e traiçoeira, por contraponto no dentro está uma "vegetação amiga", aquela menos espinhenta, como o são as plantas do terreiro. Portanto, entre as plantas amigas de dentro e as inimigas de fora, temos uma relação na qual a flora é dada agência à própria construção de um relacionamento que define quem pode e quem não pode entrar. Sob a ótica da etnobotânica, Ulysses Albuquerque e Laise Andrade (2002, p. 275) notaram algo similar em seus estudos em Alagoinhas (PE), onde a configuração dos quintais relacionava-se aos graus de atenção a um recurso em especial por parte das pessoas.

Na amostra de unidades domésticas aqui estudadas, foi possível notar que favelas (*Cnidoscolus quercifolius*), juremas (que englobam diversas espécies) e marmeleiros (*Croton L.*), estes com muita frequência, em especial no Pernambuco, eram plantas da caatinga que permaneciam fora do espaço doméstico, privado e de sociabilidade, recorrendo em profusão nos limites do terreiro, e que, por isso, lhe davam forma. Estas espécies vegetais são dotadas de espinhos por todo o tronco e a

agressividade que evocam permite a própria proteção do espaço doméstico, uma vez que é difícil atravessar um juremal (uma barreira flexível, mas impenetrável, como aparecem n'*Os Sertões* [CUNHA, 2011, p. 236]) ou um emaranhado de favelas ou marmeleiros, sem muitos ferimentos, fazendo com que os caminhos de acesso à casa e ao terreiro façam parte de um plano tático de controle e disciplinarização do espaço: é mais seguro chegar ali pelas vias permitidas. Os gibões dos vaqueiros têm a ver com este diálogo e seu papel na pega do boi é evidente, assim como a possibilidade que estas armaduras de couro dão para romper com a obrigatoriedade de certos caminhos.

Em uma paisagem na qual as cercas não têm função de delimitar esses espaços (sendo usadas para proteção de pequenos currais e pequenas plantações), a própria vegetação simboliza proteção e privacidade (para além de seu papel medicinal ou alimentício), possuindo um significado simbólico que, como notou Sidney Mintz (1984) para as casas e jardins caribenhos, são implícitos e nem sempre percebidos pelos de fora. Muitas das plantas possuem um duplo caráter: inimigas, mas amigas, de certo modo. Para Euclides da Cunha (2011, p. 53), por exemplo, as favelas, plantas ignoradas pela ciência, mas conhecida pelos "tabaréus"³², à noite, ao resfriarem-se, condensavam gotas de orvalho que poderiam ser aproveitadas, apesar da limitação ao toque das folhas com a mão: quem tocava, na verdade, tocava "uma chapa incandescente de ardência inaturável".

É claro que as juremas têm muitas propriedades medicinais, atuando, logo, também como barreiras intransponíveis. Em Verdejante, no Pernambuco, um desarranjo intestinal repentino de quase toda a equipe de arqueologia, em campo, foi curado com a raspa da casca de jurema branca tirada de um pé que compunha o espaço da antiga casa do sítio arqueológico Juazeiro. Com um facão (este objeto que é utilizado para, basicamente, tudo), uma das pessoas que conosco trabalhava e que era da região raspou o tronco, tirando "fios" da casca, misturados com água em uma garrafa PET. Todos beberam. É interessante pensar, por outro lado, que o conhecimento detido por ele era dialógico à flora local, à paisagem e ao próprio manejo que moradores de uma antiga casa levaram a cabo durante sua vida, criando uma caatinga cujos recursos necessários às várias práticas culturais locais, como as medicinais, era conhecido ou, pelo menos, reconhecido.

³² Nome pejorativo para pessoas do campo.



Adentrar no terreiro de uma casa sertaneja de barro é estar próximo, mas não dentro, do convívio efetivamente privado e cuja simbologia é pouco notada pelos que são de fora. É no terreiro que ocorrem diversas atividades diárias e de socialização, e onde pessoas, plantas, animais e elementos abióticos são convidados a participar, em distintas escalas, da esfera particular. Pode-se ou não entrar, estar e conviver neste espaço e, para isso, a ordenação espacial e a escolha do que espacializar são elementos importantes.

Fica claro que certas plantas ganham autorização para estar no mundo da cultura, o humano, e partilham, e mesmo incentivam a socialização e outras atividades que acontecem no terreiro: algarobas, cajaranas, mandacarus e umbuzeiros são algumas das mais recorrentes, conforme a tabela abaixo, dotada de graus de significação ditados pelos modos como são apropriadas física e simbolicamente em um sistema de crenças (CARVALHO, 2012).

Nome comum	Nome científico	Família	Origem (provável)
Plantas de dentro do terreiro			
Algaroba, agaroba	<i>Prosopis juliflora</i> (Sw) DC.	<i>Mimosaceae</i>	Peru
Cajarana	<i>Spondias</i> sp.	<i>Anacardiaceae</i>	Brasil
Mandacaru	<i>Cereus jamacaru</i>	<i>Cactaceae</i>	Brasil
Umbu, umbuzeiro, imbuzeiro	<i>Spondias tuberosa</i>	<i>Anacardiaceae</i>	Brasil
Juazeiro, juá	<i>Zizyphus joazeiro</i>	<i>Rhamnaceae</i>	Brasil
Plantas de fora do terreiro			
Marmeleiro	<i>Croton sonderianus</i>	<i>Euphorbiaceae</i>	Brasil
Favela, faveleira	<i>Cnidoscolus phyllacanthus</i>	<i>Euphorbiaceae</i>	Brasil
Cansação	<i>Cnidoscolus urens</i>	<i>Euphorbiaceae</i>	Brasil
Jurema	Espécies de leguminosas dos gêneros <i>Mimosa</i> , <i>Acácia</i> e <i>Pithecelobium</i>	<i>Mimosaceae</i>	Brasil

Tabela 2. Plantas de fora e de dentro do terreiro

As algarobas, também chamadas agarobas ou algarobeiras, (*Prosopis juliflora* [Sw] DC.) são espécie exótica. Vindas dos Andes peruanos, nativas do deserto de Piura, foram introduzidas em Serra Talhada, Pernambuco, em 1942, com registros de introdução em Angicos, Rio Grande do Norte, também em 1946 e 1948, com sementes

peruanas e sudanesas (OLIVEIRA, 2007; RIBASKI et. al., 2009) – e, portanto, um ótimo datador de ocupações. Pertencem a família das leguminosas do gênero *Prosopis*, presentes na América, Ásia e África, sendo que destas 70% são sul-americanas e 93% nativas da Argentina (RIBASKI et. al., 2009). As algarobas são extremamente resistentes aos períodos de seca prolongada, superiores a nove meses, sobrevivendo a índices pluviométricos tão baixos como 50 mm anuais e a solos pobres (GORGATTI NETTO, 1987). Disso resulta sua sempre verde aparência, em meio à caatinga cinzenta, sem folhas, nos períodos de estiagem. Possuem um tronco ramificado que pode atingir de 6 a 15m de altura com copas de 8 a 12m de diâmetro que projetam sombras disputadas.

A introdução da algaroba na região Nordeste e no semiárido brasileiro ocorreu em três fases distintas: entre 1940-1960, com a introdução de cerca de 8-10 milhões de mudas nos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; entre 1964 e 1965, quando ações governamentais focaram na expansão da cultura a partir de programas estatais encerrados com a renúncia do presidente Jânio Quadros, mas que resultaram na produção e distribuição de 3,5 milhões de mudas; e em 1966 (GOMES, BARBOSA, 2008). Como parte de uma lógica desenvolvimentista que via a modernidade como dominação da natureza (GOMES, BARBOSA, 2008), a algaroba fora tida como a "salvação do Nordeste", similar ao sentido dado à introdução de dromedários no Ceará em meados do século XIX como solução para o problema das estradas esburacadas do sertão (VILLA, 2001).

A algaroba dá sombra, o que permite pausa do calor e do sol, e suas favas podem ser utilizadas para alimento de rebanhos caprinos, além de seu aproveitamento para madeira, carvão, farinha, tanino, tintura, mel e mesmo licor (GORGATTI NETTO, 1987; GONÇALVES, 2011). Sua polinização é dominada pelas abelhas (*apis mellifera*), mas sua dispersão é dialógica aos modos de vida do semiárido, como o pastoreio e a pecuária. A dispersão de sementes é predominantemente realizada por bovinos, muares e, no Pernambuco, em especial, por caprinos, os quais são capazes de digerir as vagens da algaroba e disseminam as sementes nas fezes (RIBASKI et. al., 2009).

Mais de uma vez vi cabras e bodes pastando sobre a sombra das algarobas. A partir de alguns pontos de introdução, a dispersão das algarobas acompanha as relações humanas com o ambiente na formação do semiárido e das caatingas. Práticas

de pastoreio e alta mobilidade de rebanhos, vaqueiros e moradores das casas de barro, os quais comumente possuem uma ou duas cabras, indicam como a construção da paisagem que hoje vemos resultou da interação que espalhou as árvores pelo sertão. Experimentos realizados no Cariri paraibano mostram que um bovino, alimentado por um 1 kg de vagens de algaroba, onde constavam 2827 sementes, excretou, em suas fezes, 705 sementes, das quais 369 germinaram (GONÇALVES, 2007). Há exemplos etnográficos de adensamentos populacionais após o plantio de algarobas em áreas degradadas e em margens de rios na África, Ásia e Austrália, como pólos atratores (RIBASKI et. al., 2009).

Foi impossível não perceber a associação da algaroba com as casas de barro. Em geral alinhadas com as quinas das casas, ou próximas das manchas quando as casas haviam desabado há algum tempo, as algarobas estavam dentro dos terreiros, tendo papel fundamental no estabelecimento da casa e na construção da unidade e do espaço doméstico.

A presença de uma algaroba também pode orientar a escolha do local para estabelecer a casa. Fixados em um local com algaroba e possuindo um ou dois borregos³³, que se alimentam das vagens, os animais passam a espalhar as sementes que darão origem a novas árvores e, assim, a novos pontos possíveis para a vida doméstica. Nos platôs do sertão, a algaroba não forma densos povoamentos devido à baixa umidade do solo, e por isso as árvores são marcos que se destacam na paisagem, em especial durante as secas, não apenas pela altura como pelas folhas verdes em um mundo acinzentado. Parecem indicar a possibilidade da vida em diferentes momentos.

Vale ressaltar que o triângulo casa-algaroba-rebanho relaciona-se às formas de acumulação de capital apresentadas por diversas etnografias de comunidades camponesas do semiárido. Os trabalhos de Ellen Woortmann são bastante significativos. A antropóloga nos mostra, em *Herdeiros, Parentes e Compadres* (1995), práticas matrimoniais e laços de solidariedade que reforçam o grupo como um todo e relacionam-se a reprodução material de cada família em sua terra. Tais práticas compõem os quadros formadores de capitais sociais e canais de fluxo de capital simbólico, como modelos de transmissão de saber e gado, atividade ímpar de prestígio social na região (WOORTMANN, 1985; 1995).

³³ Terminologia local para os filhotes de caprinos.

O gado, referência ao gado bovino, e a miunça, aos caprinos, constantes no sítio camponês, como criação, correspondem a uma atividade de reserva de valor, de garantia contra os efeitos da seca, sendo mais resistentes que a lavoura e uma forma de poupança, além de auxiliar na própria lavoura, pelo estrume utilizado como adubo (Woortmann, 1995: 286). Acrescentaria, ainda, seu papel nas práticas de manejo de diferentes espécies vegetais e sua dispersão. As cabras, animais que predominantemente encontrei no sertão, em geral fazem parte de um ciclo de criação que tem a ver com a posse de galinhas, primeiramente, passando a elas e, por fim, ao gado, em uma escala de riqueza ou pobreza. Diferente das galinhas, sempre nos terreiros, as cabras visivelmente não possuíam espaço definido, circulando entre o terreiro e as áreas de caatinga, movendo-se por distâncias razoáveis em sua pastagem e busca por alimento, sendo muito mais frequentes que o gado bovino (WOORTMANN, 1995, p. 289).

Um pequeno parêntese. Impressiona a adaptação das cabras ao semiárido, introduzidas pela colonização européia, e seu papel nas práticas pastoralistas regionais. De fato, cabras e bodes comem de tudo. Quando estávamos almoçando em campo, em Salgueiro, no Pernambuco, contra os conselhos dos moradores locais, deixamos a comida em uma altura baixa, pendurada no galho de uma árvore, para sermos surpreendidos por cabras que comeram tudo: os abacaxis, os pães, a rapadura e os sacos plásticos que os envolviam. Tirei a cabeça de uma delas de dentro da caixa térmica de isopor, mordida, e a surpreendi com um garfo de metal na boca.



Figura 56. Casa e sua algaroba, zona rural de Verdejante, Pernambuco (Foto do autor, 2009).



Figura 57. Casa e jurema no sítio arqueológico Calumbi III, em Flores, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).



Figura 58. Algaroba ao lado da taipa desmoronada que conformava a casa do sítio arqueológico Baixio da Formiga, no Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009). A árvore funciona quase como um marco da existência da antiga casa para quem lê este cenário.



Figura 59. Juá ao lado da taipa desmoronada que conformava a casa do sítio arqueológico Truçu, no Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).

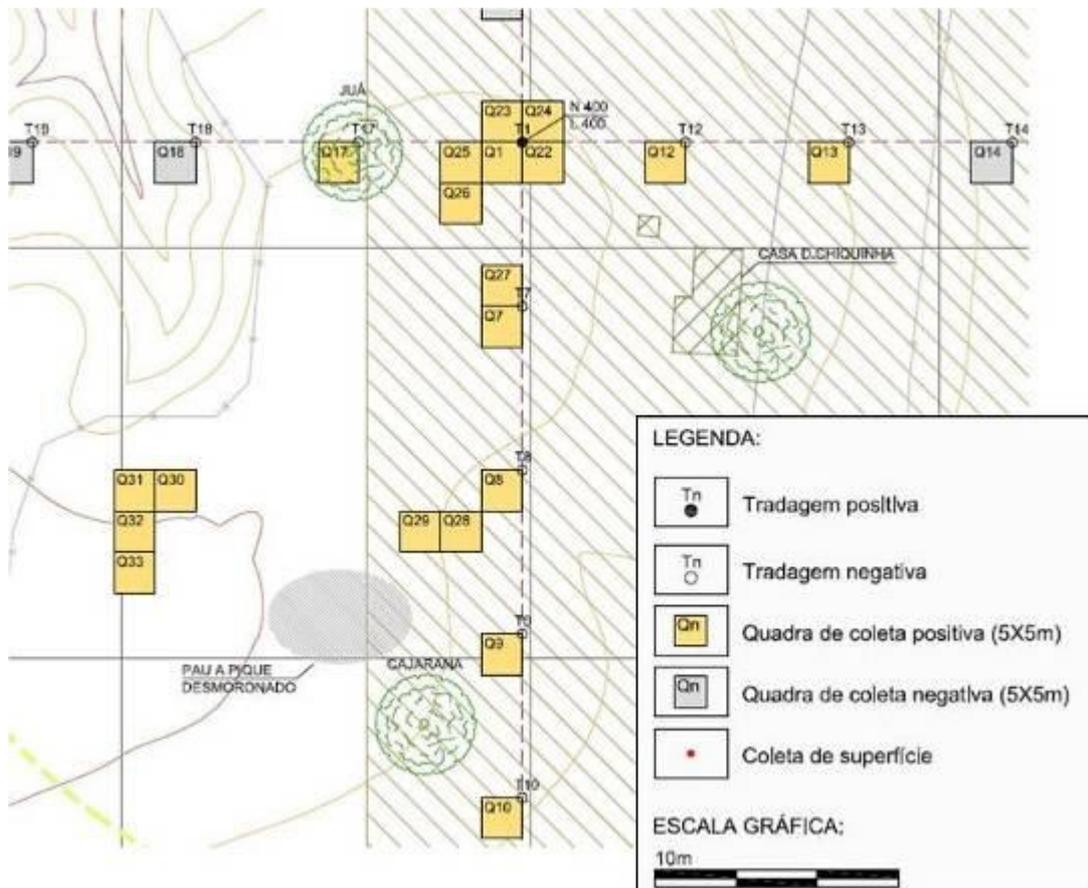


Figura 60. Relação entre as árvores e as unidades domésticas (uma desmoronada e outra ainda em uso) no sítio arqueológico Salgueiro III, Ceará (Zanettini Arqueologia, 2011)

Diferente das algarobas, nunca encontrei um umbuzeiro colado a uma casa; no entanto, muitos umbuzeiros estavam muito próximos da mesma, no terreiro ou

saindo um pouco dele, sempre em locais visíveis a partir da casa. O umbuzeiro, imbuzeiro, umbu ou imbu (*Spondias tuberosa*, L., *Dicotyledoneae*, *Anacardiaceae*) é uma das árvores, frutíferas, com maior simbolismo no semiárido, chamada de “árvore sagrada do sertão” por Euclides da Cunha n'*Os Sertões*. Nativa das caatingas, pertencente à família das *Anacardiaceae*, gênero *Spondias*, recorrendo em solos compactos e em áreas de pluviosidade entre 400-800 mm anuais, solta todas as folhas na estiagem, para reduzir a perda de água por transpiração, e chega a 6m de altura, com copa de até 10m de diâmetro (LIMA; SILVA, 1988, p. 1091; MÉLO, 2005). Importantíssima para a dieta local, é atualmente muito comercializada nas feiras livres.

O umbuzeiro recorre em inúmeras referências ao cangaço, como aquela na qual Lampião teria escondido alimentos em suas raízes e usado as túberas para saciar sua sede (MACHADO, 1978), e na farmacopéia cangaceira, importante na produção de chás a partir das folhas, para diarréias e cólicas menstruais, mas também como medicina contra resfriados, se a fruta verde for cozida com leite (PERICÁS, 2010, p. 147). Barros (2007, p. 148) lembra que os cangaceiros comiam umbu após as refeições, ao amanhecer e nas horas da merenda; se batia a sede e a fome, umbu.

As memórias sobre o cangaço recordam como os cangaceiros extraíam, das raízes dos umbuzeiros, toda a água, como estratégia de guerra, para que quem por ali passasse não tivesse mais o que beber (MACHADO, 1978). Humberto Braz, morador do sertão sergipano do vale do rio São Francisco, recorda que, quando encontrou Lampião "pensou que ia morrer, pois os cangaceiros obrigaram-no a cavar uma cova no pé de umbuzeiro. Contudo, os cangaceiros queriam mostrar como retiravam a água das batatas do umbuzeiro para saciar a sede" (SÁ, 2009, p. 137). Frederico Pernambucano de Mello considerou estas práticas mimetismo, inventismo e adaptação às caatingas, elas mesmas sempre cúmplices do cangaço (PAIVA, 2004).

Apesar dos estudos sobre a dispersão do umbuzeiro apontarem para o predomínio do veado-catingueiro (*Mazama gouazoubira*), cotia (*Dasyprocta cf. prymnolopha*), caítitu (*Tayassu tajacu*), raposa (*Dusicyon thous*), teiú (*Tupinambis merianae*), tatu-peba (*Euphractus sexcinctus*) e caprinos (*Capra hircus*), não posso deixar de ressaltar sua associação também com a mobilidade humana e o deslocamento de rebanhos. Nesse escopo, existem fortes possibilidades de dispersões através do próprio cangaço e de sua extrema mobilidade pela caatinga, carregando o umbu como

alimento nos gibões, sendo partícipe na configuração da distribuição dos umbuzeiros como a vemos atualmente. Esta hipótese assemelha-se àquilo que alguns arqueólogos e ecólogos têm proposto para o caso da dispersão atual dos castanhais na Amazônia, para os quais eles são não apenas produto da natureza como resultado concreto da presença humana ancestral na região (NEVES, 2010; CLEMENT, 2006).

Alguns autores têm apontado para a ausência de umbuzeiros jovens em diferentes regiões dos semiárido, associando esta característica, em geral, ao desmatamento (CAVALCANTI et. al., 2009). Porém, por que não considerar a possibilidade (a ser investigada ainda de modo mais aprofundado) de que a configuração espacial dos umbuzeiros foi igualmente fruto da mobilidade do cangaço e que o fim do cangaceirismo impactou a própria distribuição dos umbuzeiros?

Frutífera, seu simbolismo lhe dá permissão, tal qual a algaroba, para estar próxima da casa, nas áreas de convívio e no interior do terreiro. Não é a toa que o nome umbu, no Brasil colonial imbu, ambu ou ombu, tem etimologia derivada do tupi-guarani *y-mb-u* significando "árvore que dá de beber" (MÉLO, 2005). A relação do umbuzeiro com a água e com as possibilidades de ocupação e vida são evidentes, orientando e orientada pela construção do espaço doméstico.

Já cajarana é um termo êmico que notei remeter a diferentes árvores da família *Anarcandiceae*, gênero *Spondias* (como o Umbu), às vezes chamada de cajá-umbu (ou umbu-cajá), e, na bibliografia de cajá-anão, taperebá-do-sertão ou cajá (SOUZA et al., 1998; SOUZA; ARAÚJO, 1999; RODRIGUES et al., 2010; CARVALHO et. al., 2008). São muito cultivadas em quintais, pomares e áreas domésticas (SOUZA et. al., 1998), ganhando, assim, permissão para entrar nos terreiros. Umbuzeiro e cajarana (*Spondias sp.*) são frutíferas e estão em distintas posições em relação à casa. Mas como a algaroba, a cajarana está bastante próxima da casa, apontando para as quinas da estrutura, enquanto o umbuzeiro fica um pouco mais distante, nos fundos ou limites da clareira.

Ariano Suassuna (2007: 161), para o sertão do Pajeú (Pernambuco), em *A Pedra do Reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta* (1971) fez referência ao pé de cajarana junto à esquina de uma casa, "uma árvore enorme, venerável, velhíssima, com tronco baixo e grosso... Todas as crianças... iam brincar debaixo dessa cajarana (...) a

árvore, a casa e a capela, ligadas pela passagem de todas aquelas vidas, terminaram formando um todo indivisível, um ser único, um "ente"."

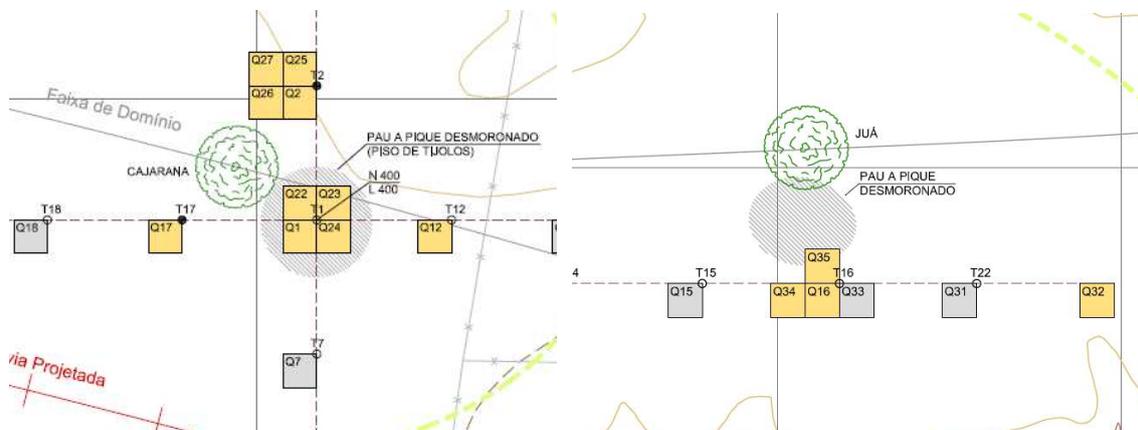


Figura 61. Planta de atividades dos sítios arqueológicos Cantim (esquerda) e Truçú (direita), Ceará, onde é possível ver a relação entre uma cajarana e um juá, as áreas de descarte (Cantim: Q25, 26, 27 e 2; Truçú: Q16, 34 e 35) e o pau a pique desmoronado da antiga casa (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011).



A relação dos sertanejos com o semiárido e a caatinga dá-se de forma complexa, resultante e resultado de uma série de fatores convergentes e dialógicos a determinadas formas de domesticação do espaço físico e de sua transformação em “lugares significativos” (*meaningful places*) (BINFORD, 1982; ZEDEÑO; BOWSER, 2009; ANSCHUETZ; WILSHUSEN; SCHEICK, 2001). Afinal, como os sertanejos usaram, definiram e modelaram o espaço ao longo do século XX? Busquei elucidar relações homem-meio pressupondo o espaço como produtor e vetor de relações sociais e, assim, a paisagem como elemento da cultura material, artefato ativo na configuração simbólica da realidade social, transmissora, receptora e processadora de mensagens no interior de códigos de significados compartilhados no semiárido (SOUSA, 2005; FAGUNDES, 2008).

Ao invés de reforçar o viés econômico ou a sustentabilidade desta ou daquela prática de manejo ambiental (MACHADO, 2013), olhar para como as plantas materializam um lugar tão importante à reprodução social como a casa, quais são escolhidas e quais não, quais recorrem, como se relacionam ao movimento e a percepção de limites privados em uma unidade doméstica sem fronteiras construídas,

como muros ou cercas, permite ressaltar o significado social e simbólico da relação dos habitantes com a vegetação, selecionando as que ficam dentro e fora das esferas privadas e "públicas", do domesticado e do "selvagem". Inerentes ao dia a dia da própria casa, as plantas fazem parte de um relacionamento que é fulcral ao processo contínuo do ser "sertanejo", pois compõem rotinas incorporadas que condicionam como o morador ou um conjunto de pessoas vêem o mundo e interagem com a paisagem, animais e com as próprias plantas, assim como com outros seres humanos (VAN DER VEEN, 2014).

Uma vez que a casa, depois de abandonada, se arruína, mas os limites da clareira continuam vivos, uma vez que as plantas continuam a crescer e a se reproduzirem seguindo a linha da clareira e raramente ocupando o terreiro varrido e com solo demasiado compactado, isto cria marcas na paisagem que são também marcos que permitem reafirmar memórias e lembranças: ali havia uma casa. Esta sensação de continuidade através da paisagem propicia uma verticalização do tempo (DILEHAY, 1996) por meio da coexistência de temporalidades diversas, heterocronias que a modernidade ainda não homogeneizou, em seu afã de apagar as marcas materiais da passagem do tempo.

Neste sentido, o "capital paisagístico" (ERICKSON, 2008), permite que as gerações posteriores não apenas se beneficiem do trabalho e do conhecimento dos ancestrais acumulados na paisagem, como este conhecimento é memória que cria o território, ativa lembranças e influencia diretamente nos modos de mover-se naquele espaço, uma vez que se conhecem e identificam-se antigos locais de moradia, ligados a antigos episódios, em especial, pela própria configuração que determinadas espécies vegetais dão ao espaço.

As representações nas xilogravuras trazem outras formas de compreender estas disposições. Em *O Homem que brigava com o sol e jogava pedra na lua*, de Severino Borges, vislumbramos as relações entre árvores e unidades domésticas a partir da imagem que representa a noite, a temperatura amena, com uma casa rodeada por árvores mais altas que ela e que projeta sombra contra um sol esturricante, onde se destaca o mandacaru, sem qualquer representação de casas. Deste modo, à temperatura amena, à vida representada pela casa, pelo estar dentro do espaço humano, contrapõe-se o sol, o calor, a seca, o não-humano. Temos, assim, árvore:dentro:humano, de um lado, e, de outro, cacto:fora:não-humano.



Figura 62. *O Homem que brigava com o sol e jogava pedra na lua*, xilogravura de Severino Borges (Bode, 2004). Contra que luta o homem? Contra sol e lua, contra seca, contra a vida? Aqui mais uma vez também vemos as árvores em sua imponência protegendo a casa, acima da morada, entre esta e a lua e, seguramente, contra o sol.

Esta espacialização, na qual plantas dialogam com atividades humanas, confere organização que naturaliza e perpetua uma ordem social no tempo (LEONE, 1984, p. 26). Ao ordenar este espaço, controla-se a visão por uma ilusão de perspectiva, na medida em que o varrer e a seleção das espécies "limpa" o campo envoltório à casa, criando o terreiro, e situando a mesma no centro do segundo. Constrói-se a casa segundo uma espécie de panóptico: a observação do ao redor a partir de um ponto central (FOUCAULT, 1984). A localização da árvore no terreiro também indica a possibilidade de observar as relações de sociabilidade que podem ali ocorrer, sob sua sombra. Muitas vezes a árvore, a única árvore, com sua única sombra, não só estimula como orienta o uso do único espaço coberto fora da casa, para interação e socialização.

Nesse universo, a unidade doméstica é foco de socialização, mas não sem as árvores e os demais elementos que orientam e ordenam os modos como os espaços serão utilizados para esta ou aquela ação. As sombras oferecidas pela árvore e pela casa, em um terreiro sem outras plantas lenhosas, assolado pelo sol, são muito importantes. Luiz Gonzaga, em *Umbuzeiro da Saudade* (1978), associa o umbuzeiro à saudade

relembrando os encontros com um amor sob sua sombra e depois sobre o tapete "de tuas folhas caídas / tuas galhas ressequidas".

Desse modo, uma entidade física, a árvore ou o telhado da casa, fornece um bem totalmente intangível que auxilia no convívio e na transformação do ambiente em espaço utilizável para atividades humanas através da sombra. Talvez mais que as árvores, as sombras que projetam, como algo inexistente, um "outro" que "acompanha o próprio, mas não é um si mesmo" (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 135), como ausência de luz bloqueada por um corpo, desafie o sol e o semiárido em um simbolismo que permite reconhecer na própria sombra certa materialidade ausente cuja fisicalidade torna-se palpável ao percebermos a importância que ganha na configuração do espaço e das práticas espaciais no sítio camponês (MILLER, 1991, p. 42).

Os cordéis novamente nos oferecem contrapontos interessantes desse cotidiano: em *O Pau da Mentira*, de Edivaldo de Lima, vemos que a figueira "de folhagem brilhante / com mais de vinte metros, sombra a todo instante. / também raízes expostas / encantam os visitantes. / É lá que se reúnem / alguns desocupados. / Outros estão de folga, / também lá são encontrados. / Onde os verdadeiros causos, / pois lá, são comentados". Um dos pontos positivos é a "sombra a todo instante", propiciando, a qualquer momento, que dois ou mais se reúnam para conversar. É no conversar que se estabelecem os laços que solidificam as redes e a coletividade. Não é pouco frequente a recorrência de pedras como bancos e de amoladores fixos sob de árvores.

Quantas vezes disputei a sombra de uma árvore, poucas se comparamos à escuridão da Mata Atlântica, ainda mais abençoada frente o "sol de rachar mandacaru", frase que Benedito Teixeira Gomes (2010) escolheu para abrir seu romance *Sertão de dentro*, ambientado no alto sertão baiano. A importância da sombra na caatinga é ainda maior nos períodos de estiagem, quando a flora caducifólia perde as folhas, dando destacado papel às árvores que se mantêm verdes, como a algaroba ou a cajarana, e daí também serem escolhidas para entrar no terreiro, como vegetação amiga, próxima da casa e das atividades humanas mais privadas.

Novamente, em *Sertão de Alma Lavada*, Abdias Campos nos oferece indicações sobre a importância da sombra através de uma bela visão do juazeiro e das aroeiras: "A sombra do juazeiro / É a mais fresca que há/ Mesmo o sol sendo um braseiro / não consegue lhe esquentar (...). Quem conhece a aroeira/ Sabe tudo que ela

dá / Além de boa madeira / Da casca se faz chá / Cicatrizante ela é/ Unguento para a mulher / fazer sua assepsia / Contra toda a infecção / se faz uso no sertão/ do que no sertão se cria".

Para morar é preciso selecionar espécies vegetais que permitem que um *design* surja e materialize a possibilidade do existir. As formas de interação humanos-caatinga indicam processos complexos que envolvem o simbólico, o político, o econômico e o ecológico. No caso das árvores, manejos só podem ocorrer em prazos longos, de acúmulo e construção de práticas e conhecimentos ambientais, devido ao próprio ciclo de vida e tempo de crescimento das mesmas, o que é diferente quando nos referimos a cultivos mais rápidos, como o milho, por exemplo. Se a interação do sertanejo com a algaroba vai para seus 70 anos, a interação com espécies nativa é imemorial, como no caso dos umbus.

Sincronicamente, estes elementos permitem que se identifiquem locais de moradia, onde começa um sítio ou onde acaba o terreiro do vizinho, onde se pode entrar e onde não. Diacronicamente, apesar da dinâmica de arruinamento e decomposição, a clareira estruturada pelas plantas e as espécies que ocupam seu interior no antigo terreiro, mantêm-se ao longo de muito tempo, tornado-se marcadora da existência de ocupações passadas e, portanto, indicadores de continuidades históricas que dão profundidade a memória dos lugares, preservando conexões ancestrais e identidades baseadas na terra (ZEDEÑO, 2008, p. 214), inscrevendo na paisagem a história através de uma "escrita topográfica" (SANTOS-GRANERO, 1998)

2.3. Caldeirões, cacimbas e olhos d'água

Para Gilberto Freyre, pensar o Nordeste sem pensar a íntima relação entre homem e terra é não compreender uma civilização rural em seu ponto nevrálgico; mas seria, simplesmente, impossível não pensá-lo a partir da relação do homem com a água, mesmo que seja pela falta dela. Daí, pra o sociólogo, a existência de dois Nordestes: o úmido, da zona da mata, e o seco, do sertão (FREYRE, 2003). Mesmo sendo um constructo social, de fato, no sertão, ou nos discursos sobre o sertão, o substantivo *seca* recorre muito mais vezes que *água*, apesar de sua óbvia contraposição, criando

monolíticas narrativas sobre a ausência de água sem ressaltar a inventividade e as práticas dialógicas a isso seu uso político.

Quando visitei o Geoparque do Araripe com Cícero, o repentista que trabalhou conosco, ao ver os cânions vertendo água, me disse, tão logo: "viu como o Ceará tem água?" Ouvi a mesma coisa nos pediplanos alagados juntos aos *inselbergs* em Quixadá e Quixeramobim. De fato, o campo pelo sertão do Ceará oscilou entre o calor escaldante e alagamentos acarretados pela temporada de chuvas torrenciais, característica sazonal típica do semiárido. Esta oscilação fora musicada pela banda pernambucana Cordel do Fogo Encantado, em *Chover (ou Invocação Para Um Dia Líquido)*, ao lembrar que "quando chove no sertão/ o sol deita e a água rola/ sapo vomita espuma/ onde boi pisa se atola/ e a fatura esconde o saco / que a fome pedia esmola". Já é bastante óbvia a necessidade do manejo da água dos tempos chuvosos para abastecer os tempos secos: o que não ocorre por uma questão, portanto, eminentemente política.

Não podemos esquecer-nos das epidemias de fome e dos problemas decorrentes da seca, frutos da estrutura agrária e política mais do que dos aspectos ecológicos. É o que foi chamado de "indústria da seca", termo proposto por Antônio Callado, nos anos de 1960, para designar a estratégia de alguns políticos que aproveitavam a tragédia da seca, e da fome, na região nordeste do Brasil para ganho próprio. A situação era agravada, ainda mais, pelo difícil acesso aos grandes cursos d'água, como os rios perenes, cuja posse das terras em suas margens pertencia às propriedades dos grandes fazendeiros (MARTINELLI, 2006).

Referências, e relações com, a água no sertão manifestam-se de diversos modos. As próprias noções êmicas de *inverno* e *verão* têm a ver com as chuvas e a amenização da temperatura: no sertão de além-Araripe, devido a um conjunto de fatores hidroclimáticos complexos, ocorre uma *secura* prolongada que acarreta na intermitência sazonal dos rios e que levou as populações regionais a chamarem o período de *verão* (AB'SABER, 2006, p. 8). Dessa maneira, para o inverno astronômico, quando ocorrem condições quentes e secas, chamam *verão*; para o verão astronômico, temporada de chuvas, chamam *inverno*.

Apontar aspectos do manejo da água por moradores das áreas rurais do sertão do nordeste do país também tem a ver com as conformações espaciais que materializam a unidade doméstica. O exemplo que utilizarei aqui é o da água: como o

uso da água molda feições que são o próprio ambiente, relacionadas à criação do lugar do viver e do morar, cujo centro é a casa no interior do terreiro, mas que não tem sentido sem os demais elementos que constituem esse lugar. Impossível pensar no manejo hídrico sem entender a relação com práticas que alteram a topografia do terreno e que permitem, muitas vezes, conduzir a água para onde se quer, já que a água toma a forma dos locais onde está e por onde passa. Inverto, assim, a lógica geológica da água abrindo caminhos para uma interação água-homem alterando a topografia, em uma pequena escala, com grandes reflexos na paisagem.

Como tentei mostrar nos itens anteriores, os lugares de moradia no sertão são compostos pela estrutura casa-terreiro-área de descarte, somados a plantas específicas, em clareiras que permitem sua delimitação física e simbólica, por árvores que orientam a própria construção da casa de barro e locais de sociabilidade, e pelas feições e sistemas relacionados à captação de água, que tem diálogo com a mobilidade (como o "buscar água" ou "pegar água"). Por isso é interessante explorar aspectos do manejo aquático, hidráulico, hídrico ou da água, como se queira, que entendo aqui como as práticas de interrupção e redirecionamento do movimento da água por indivíduos ou grupos humanos (SCARBOROUGH, 1991).

Usualmente, quando pensamos em "sertão" muito nos vem à mente, menos "água". Na verdade, a água nos vem à mente como negativo daquilo que o sertão é, mesmo sendo essencial para a sobrevivência, subsistência e existência, já que todo assentamento humano precisa de água (LUCERO, FASH, 2006): ela é uma materialidade ausente (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2013). A água é pensada, para o semiárido, por sua ausência: é o que não há no sertão, antítese do litoral por excelência (LIMA, 1999), marcado pela história das grandes secas. De fato, a seca tem sido elemento preponderantemente ressaltado na produção historiográfica sobre a região, incluindo aí relatos de viajantes e outras literaturas. O historiador Marco Villa (2001), por exemplo, constrói a história das secas no Nordeste ressaltando, a cada capítulo, as mais conhecidas dos séculos XIX e XX: 1877-1879, 1915, 1932, 1951-1953, 1970, 1979-1983.

O século XX no semiárido assistiu a reafirmação da dicotomia homem-ambiente, pelo poder público, que assumiu que os problemas sociais da região eram decorrentes de uma natureza hostil à qual seria necessário declarar guerra. Têm início

obras e planos de "combate à seca", com a construção das grandes represas e barragens e, mais tarde, do uso dos caminhões pipa, por toda a primeira e início da segunda metade do século XX, quando ganham mais força perspectivas de "convivência com o semiárido" a partir da instalação sistemática de cisternas e tecnologias de captação da água da chuva (SILVA, 2003).

Vale ressaltar, igualmente, que a questão da água no semiárido aparece com alguma frequência em pesquisas sobre a pesca em rios e em açudes, que ganharam fôlego com as políticas do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca) a partir de 1909, sendo as espécies mais comuns a traíra, a pescada e a tilápia (GURGEL, 1990). Predominam, em tais trabalhos, estudos sobre engenharia da pesca, tecnologia pesqueira, produtividade, estudos etnoecológicos e sociobiológicos e alguns poucos de cunho antropológico (ALBINATI, 2006; ALVES, SOUTO, LEITE, 2002; BARBOZA, PONZI JR, 2006; CAMARGO, 1998; VALENCIO, 2007). Por fim, a água no sertão surge em pesquisas sobre os rios enquanto vias de comunicação e deslocamento (SAMPAIO, 1998; DE'CARLI, 2007), além de fonte de recursos, com destaque para a vasta produção científica em torno do rio São Francisco.



Apesar dos poucos estudos arqueológicos que tem foco na água, não se pode afirmar que nunca foi investigada pela arqueologia. A partir dos anos 1950, destacam-se estudos sobre sistemas de irrigação relacionados ao surgimento de grandes civilizações, em abordagens pautadas no evolucionismo cultural, como a famosa *irrigation hypothesis* do alemão Karl Wittfogel (1957), e que são estudadas até os dias atuais a partir de perspectivas tecnológicas (KELLY, THOMAS, 2013).

Com os anos 1980 e 1990, a conformação do campo da "arqueologia hidráulica" na Espanha (KIRCHNER, NAVARRO, 1994; BARCELÓ, 1989) e da consolidação das abordagens sobre manejo aquático (NICHOLAS, FEINMAN, 1989; CIVANTOS, 2009; FULLER, 2009; VAN LIERE, 1980), a partir de evidências de transformação antropogênica do ambiente (SCHAAN, 2008; SCHAAN et. al., 2007), e a eminente falta de água no planeta devido à degradação ambiental premente, trazem-na novamente a foco em discussões sobre o antropoceno, período no qual a Terra teria

entrado (em alusão às eras geológicas), a partir da Revolução Industrial, quando as ações humanas passaram a estar à frente das maiores mudanças ambientais globais desde o holoceno (ROCKSTRÖM et al., 2009; EDGEWORTH, 2014).

Mais recentemente, perspectivas que mesclam ideologia, ritual e poder (LUCERO, FASH, 2006), buscando borrar os limites entre o simbólico e funcional (PEARSON, RICHARDS, 1994) têm crescido, sem desconsiderar que a circulação da água é imprescindível, propondo superar noções de organismo e pessoa (INGOLD, 2003). O arqueólogo Matt Edgeworth (2011) mostrou como os rios são artefatos moldados pela agência humana e uma força modeladora, misturando elementos naturais e culturais. Ele investiga o engajamento humano com o fluxo representado pelos rios e seu potencial remodelador e revitalizador de influenciar a paisagem.

Ao pensar a interação dos sertanejos com o semiárido, pode-se tecer críticas, de modo geral, a como a arqueologia tem pensado a água (para além, claro, da água como contexto, como ocorre com a arqueologia subaquática ou como fonte de recursos, como ocorre com estudos sobre caçadores-coletores e padrões de assentamento), tendo em vista o predomínio do determinismo ambiental ainda subjacente e os pressupostos entre produtividade (com técnicas de irrigação e agricultura) e complexidade social.

As pesquisas, portanto, sobre a relação de grupos humanos com a água e, logo, com o meio e a paisagem, dialogam com dois aspectos. Um primeiro que ressalta o papel do determinismo ambiental nas formas de organização social (MEGGERS, 1954; ROOSEVELT, 1991; NEVES, 1989), posteriormente, alvo de críticas frente às novas abordagens sobre manejo (BALÉE, 1994; POSEY, 1994; CRUMLEY, 1998; SCHAAN; SILVA, 2004; MACHADO, 2013), e um segundo, no qual a água é elemento fundamental aos sistemas agrícolas que desenvolveram práticas de irrigação encaradas como causais do desenvolvimento de sociedades complexas e grandes aglomerados urbanos, via agricultura (SCHAAN, 2008).

Uma terceira via tem sido bastante crítica às investigações sobre as relações homem-ambiente e vem mostrando outras formas de obtenção e produção de alimento que não via agricultura, ressaltando formas distintas de uso da água que não apenas irrigação (ERICKSON, 2011; SCHAAN, 2008). De qualquer modo, observa-se que as formas de construção do discurso arqueológico sobre a água fundamentaram-se em abordagens demasiado normativas e ainda deterministas, que ressaltam estratégias

econômicas e tecnológicas como formas de adaptabilidade a ambientes "hostis" e/ou à desolação das regiões áridas.

As unidades domésticas no Pernambuco, em particular, estão sempre situadas ao lado de uma pequena drenagem, que pode variar de centímetros a alguns metros, sempre intermitentes, e nas adjacências de cursos d'água de maior vazão, igualmente temporários, distando destes no máximo 10 km, mas raramente demasiados próximos de suas margens. Já no Ceará, muitas estão próximas também a rios perenes ou nos pés dos *inselbergs*, próximas de açudes e de locais que acumulam água. Esses corpos d'água, denominados *cacimbas*, *caldeirões* e *olhos d'água*, mesmo localizados nas unidades domésticas, são de usufruto comum e, como notou Emília Pietrafesa de Godói (1999, p. 67) para o Piauí, são classificados quanto a sua utilidade e formação.

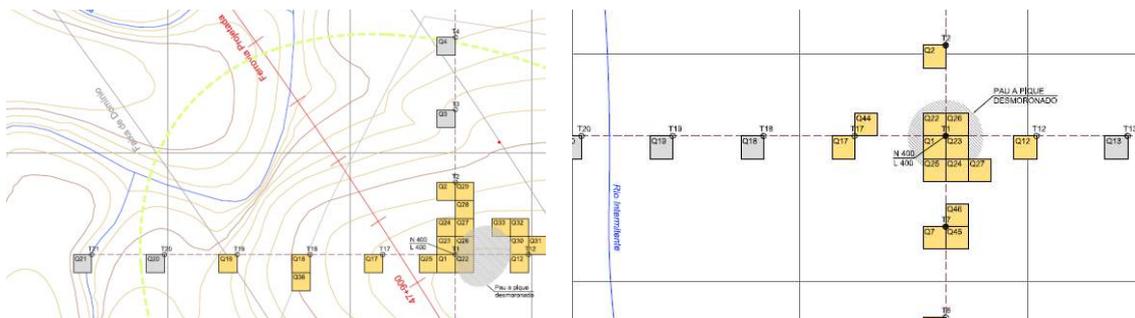


Figura 63. Relação entre a casa (pau a pique desmoronado), os rios intermitentes e a topografia nos sítios arqueológicos Erva Daninha (esquerda) e São Miguel (direita), no Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2011).

Dentro das práticas relacionadas à obtenção de água constitui-se o que Dominique Desjeux (2011) chamou de "sistema de objetos" no sentido de um grupo de coisas que acontecem juntas e que, neste caso, dialogam com a água para mantê-la junto, próxima e dentro da unidade doméstica, em um ambiente de secas sazonais e de instabilidade hídrica que é explorada politicamente. Um primeiro exemplo refere-se à própria produção cerâmica local, bastante intensa e que ainda representa a maior parte dos materiais do cotidiano de uma casa. A fabricação cerâmica, realizada hoje por mulheres, tem um caráter doméstico e um escopo local/regional de distribuição. As áreas de descarte dos sítios arqueológicos históricos do Ceará, Pernambuco e do Piauí, que aprofundarei no item seguinte, permite notar que a tradicional cerâmica de produção local/regional predomina no cotidiano dos moradores ao longo de todo o escopo dos contextos analisados aqui, séculos XIX e XX.

Ao longo do tempo, as formas cerâmicas predominantes no universo doméstico passaram a ser aquelas relacionadas aos recipientes com grande volumetria e função de armazenamento, escovados e com antiplásticos minerais, etnograficamente usados para guardar água. *Potes, jarras e quartinhas* são os nomes das formas mais comuns que estão tanto nas casas atuais como naquelas já abandonadas (os sítios arqueológicos). Potes e jarras muitas vezes são postos alinhados aos beirais dos telhados para captação de água por gotejamento em épocas de chuva; no interior da casa, estão nas cozinhas, próximos às quartinhas que igualmente recorrem no interior dos quartos (onde não há potes nem jarras). São as jarras, com volumetria intermediária entre os potes e as quartinhas, as formas transportadas pelas mulheres até olhos d'água, cacimbas e caldeirões (as clássicas imagens de mulheres com potes sobre as cabeças, substituídos gradativamente por grandes latas), ganhando importância fulcral ao possibilitar que a água entre no espaço doméstico.

Este caminho é realizado pela cerâmica como veículo e, portanto, como vínculo da relação humano-água. Nesse caso, os potes, as jarras e as quartinhas têm função de reter água não apenas no sentido "funcional" ligado à finalidade prática desses objetos, mas, como a entendeu o filósofo e sociólogo francês Jean Baudrillard (2008, p. 11), também à sua capacidade de fazer parte de um jogo de relações.

Ter água na casa é possibilitado pelos potes de cerâmica, pesados e utilizados na esfera doméstica e no provisionamento de água; levar água consigo não pede necessariamente cerâmicas, difíceis de carregar e pesadas para a mobilidade. Nesse caso, as cabaças ganham papel fundamental, utilizadas como pequenas garrafas, de penduradas à lateral do corpo, que permitem levar e conservar água quando se está em movimento. Atualmente, muitas lojas nas cidades do sertão vendem as mesmas cabaças com uma terminação acoplada de gargalo de garrafa PET como tampa, em um híbrido interessante entre um material orgânico tradicional e uma terminação moderna artificial e sintética. O plástico, ali, entrou apenas para facilitar a retirada do líquido para fora da cabaça, e para a boca. Aqui, podemos fazer uma conexão entre mobilidade:cabaça:rapidez:leveza e imobilidade:cerâmica:vagareza:peso.

O vínculo das *loiças de barro*, como é chamado o grupo dos recipientes cerâmicos, com a água, dá-se no âmbito das práticas de mobilidade do homem ao recurso, a fim de trazê-lo ao ambiente doméstico. Cerâmicas, cabaças e baldes (plásticos

e metálicos) são, então, os artefatos que permitem essa espécie de mobilidade logística (BINFORD, 1980; POLITIS, 1996). Por outro lado, o recurso água não está disperso no ambiente de modo aleatório ou desconhecido, mas faz parte do mapeamento estabelecido pelo acúmulo de conhecimentos sobre a paisagem.

Neste quadro, três elementos são bastante importantes às práticas espaciais e ao sistema de objetos que as acompanham, assim como aos vínculos estabelecidos com uma série de elementos na paisagem que fazem parte da materialização do lugar para viver: *caldeirões*, *cacimbas* e *olhos d'água*. São chamados *caldeirões* as cavernas naturais em rochas cristalinas que representam reservatórios para a água da chuva. O conhecimento da presença dos caldeirões também se relaciona às possibilidades de uma espécie de manejo de fauna para caça, uma vez que a água dos caldeirões atrai animais que são fonte de alimento, como o peba (*Euphractus sexcinctus* (L.)), o mocó (*Kerodon rupestris*) além de outros mamíferos e aves, local especial para tocaias e armadilhas.



Figura 64. Caldeirão, cercado de tijolos e tampado por galhos, no sítio arqueológico Calumbi, no Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009). Aqui a água acumula-se naturalmente.



Figura 65. Acúmulo de água em lajedo cercado por tijolos maciços (AOH 70), Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia). Aqui, a água acumula-se naturalmente, mas precisou de um "empurrãozinho" para não escapar.

Similares aos caldeirões, os *olhos d'água* são minas que estão próximas às nascentes, onde a água aflora e forma pequenos lagos, fontes permanentes. A importância dos olhos d'água é enorme também pela fertilidade do solo ao redor. Sua apropriação simbólica acompanha sua importância funcional. Alguns locais do Ceará, por exemplo, tem mitos de origem associados a profecias em que o Padre Cícero avisou aos "flagelados da seca" da presença de olhos d'água e de lugares "bons para viver",

(como no caso da história que ouvi sobre os moradores do agora sítio arqueológico Olho d'Água).



Figura 66. Discreto olho d'água no sítio arqueológico Olho d'água, município de Missão Velha, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). Aqui Padre Cícero, de Juazeiro, previu um bom lugar para morar.



Figura 67. Olho d'água no sítio arqueológico Massalinas, no Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).

No pediplano dos *inselbergs*, onde há acúmulo de água, por exemplo, na região de Quixadá e Quixeramobim, também no sertão cearense, a água é vista por alguns como marca da grande cheia resultante do dilúvio bíblico. A reapropriação do mito de Noé para o sertão inverte alguns dos valores postos originalmente: o castigo divino do Deus do velho testamento é transformado em benção divina ao explicar a origem de tanta água no local, enviada por Ele. A arca de Noé estaria encalhada no topo de alguns dos *inselbergs* e Noé teria dado início às ocupações nos pediplanos. Vale notar, também, que ao invés da família de Noé, como na Bíblia, a história refere-se a seus companheiros.



Figura 68. Vista da água acumulada no pediplano de *inselbergs* a partir do sítio arqueológico Quixadá IV, em Quixeramobim e do sítio arqueológico Viúva virgem, no município de Quixadá, ambos no estado do Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia). A paisagem do entorno da casa também é a própria paisagem da casa; a água da paisagem é a água da casa, casa é paisagem, paisagem é casa.

Em Quixadá, em 2010, ouvi trechos e depois li, no cardápio de um restaurante chamado Pé de Serra, a seguinte história, que transcrevo aqui *ipsis litteris*:

Folhando antigos alfarrábios descobriram que a Barquinha de Noé, famosa por ter escapado ilesa do grande dilúvio, teria fundido numa região de sucessivos relevos geográficos do nordeste brasileiro. Essa região, pela riqueza de detalhes e similitude geográfica, se aproxima bastante de que encontramos no município de Quixadá, há poucos quilômetros da cidade. Daí a suposição de que a barquinha de Noé tangida pela correnteza das águas e dos fortes ventos teria encalhado na cumieira da serra mais elevada dali. Baixando as águas, Noé e seus companheiros abandonaram a barca. E desceram, cautelosamente, a serra, a procura de lugar adequado e seguro, aonde se arrancharam por algum tempo. Segundo a lenda, o rancho erguido por Noé e seus companheiros, ficaria á poucos passos onde hoje está construída a imponente mansão da Fazenda Pé de Serra, de clima ameno e ventilado... (Auro, Pé de Serra, 15.09.2003)

Ali, a ocupação teria a ver com a água como pólo atrator; ouvi de modo esparso que em uma seca que ocorreu em 1982 ou 1988, pessoas migraram para a região por ter sido um dos únicos locais a manter água. As histórias relacionadas aos caldeirões e olhos d'água dão profundidade temporal à paisagem, fundindo tempo-espaco, assim como no caso das casas "abandonadas", pois se reafirma, constantemente pela memória, a sensação visível da própria durabilidade do suporte, as rochas, o mineral. O fato de serem suportes rochosos caracteriza essas fontes de água como algo duradouro, dando materialidade às cacimbas e olhos d'água que atravessarão o tempo, tanto o tempo social como o mineral (VIALOU, 2000).

Por outro lado, e diferente dos anteriores, as *cacimbas* são grandes cavidades escavadas no solo por pessoas, podendo estar em leitos de rios secos, onde a

água mina, e que acumulam água de chuva ou através das quais afloram lençóis freáticos, pontos muitas vezes localizados por um conhecimento refinado e engajado, e que servem tanto ao consumo humano como animal. Enquanto a água dos caldeirões é bebida por animais selvagens, a da cacimba é preferencialmente para os animais domésticos, como bovinos e caprinos. Natural, o caldeirão alimenta o selvagem, enquanto, antrópica, a cacimba está voltada ao humano.

As cacimbas acompanham, muitas vezes, o padrão criado pelo trinômio casa-terreiro-área de descarte. Seu efeito nas paisagens é bastante interessante, na medida em que "abandonada", cria bolsões de vegetação mais densa, pois a alteração da feição da superfície do solo auxilia no acúmulo de material orgânico de folhas e galhos que ficam presos ali. A identificação desses marcadores na paisagem aciona memórias em torno do conhecimento de fontes de água por aqueles que por ali passam, ou que próximos vivem. Muitas das cacimbas ganham até nomes próprios, específicos e individualizados, indicando seu importante papel na manutenção das casas no lugar. Exemplo interessante é o do Jiquiri, onde "nunca acaba a água", localizada no sítio arqueológico Fazendinha, em Custódia, Pernambuco (HATTORI, 2015).

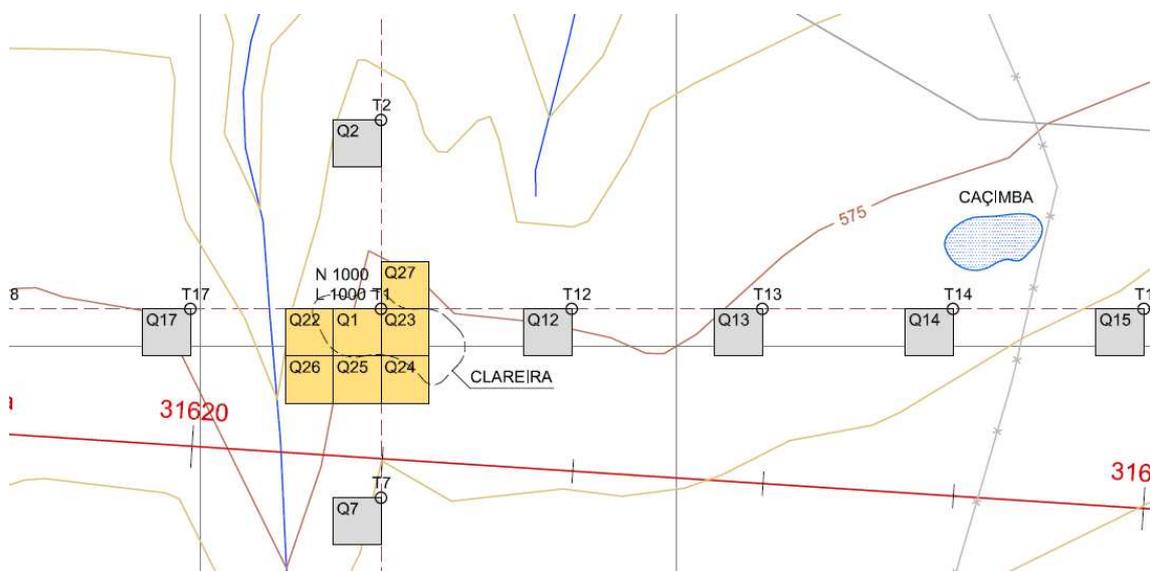


Figura 69. Relação entre a clareira que demarca o antigo terreiro e a área de descarte com uma cacimba no sítio arqueológico Santa Rita, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).



Figura 70. Cacimba do sítio arqueológico Baixio dos Milagres III (esquerda acima), em Salgueiro, na AOH 1 (direita acima), em Parnamirim, ambas em Pernambuco, e cacimba no Piauí (abaixo) (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009): alterações na topografia pela mão humana que cria cenários distintos, servindo como pólo atrator de pessoas, plantas e animais.

Novamente, é o fotógrafo húngaro Tibor Jablonsky quem nos traz registros ainda mais palpáveis de cacimbas e pequenos açudes. A fotografia a seguir retrata uma cacimba no distrito de Arajás, em Barbalha, Ceará, no ano de 1957. Pode-se notar, de forma clara, as cercas de galhos trançados, a unidade doméstica com o gado, e a água.



Figura 71. A cacimba com água barrenta em sítio do distrito de Arajás, Barbalha, no Ceará, em fotografia de Tibor Jablonski. Bois, cercas trançadas, cacimba, casa, porta janela, telhados de duas águas, caracterizam a paisagem sertaneja, a qual, sem isso, deixaria, simplesmente, de ser.

Por fim, vale ressaltar a construção de micro-barramentos, barragens bastante discretas construídas como alinhamento de blocos de rocha perpendiculares ao leito de uma drenagem perene de pouca largura, que permite acúmulo de água nas épocas de chuva, servindo, num primeiro momento, para animais, mas também, na necessidade, aos humanos. O sítio arqueológico Bom Jesus é um ótimo exemplo de como estas micro-barragens constituem sistemas hidráulicos (recorrendo também nos contextos dos sítios arqueológicos Viúva Virgem e Banabuiú). Aliás, foi neste contexto que encontramos três sacis, um dos quais feroz, em um turbilhão de vento que arrancou as tampas de nossas caixas, levou folhas secas e papéis, jogando tudo para cima. Voltarei a eles no Capítulo 3.

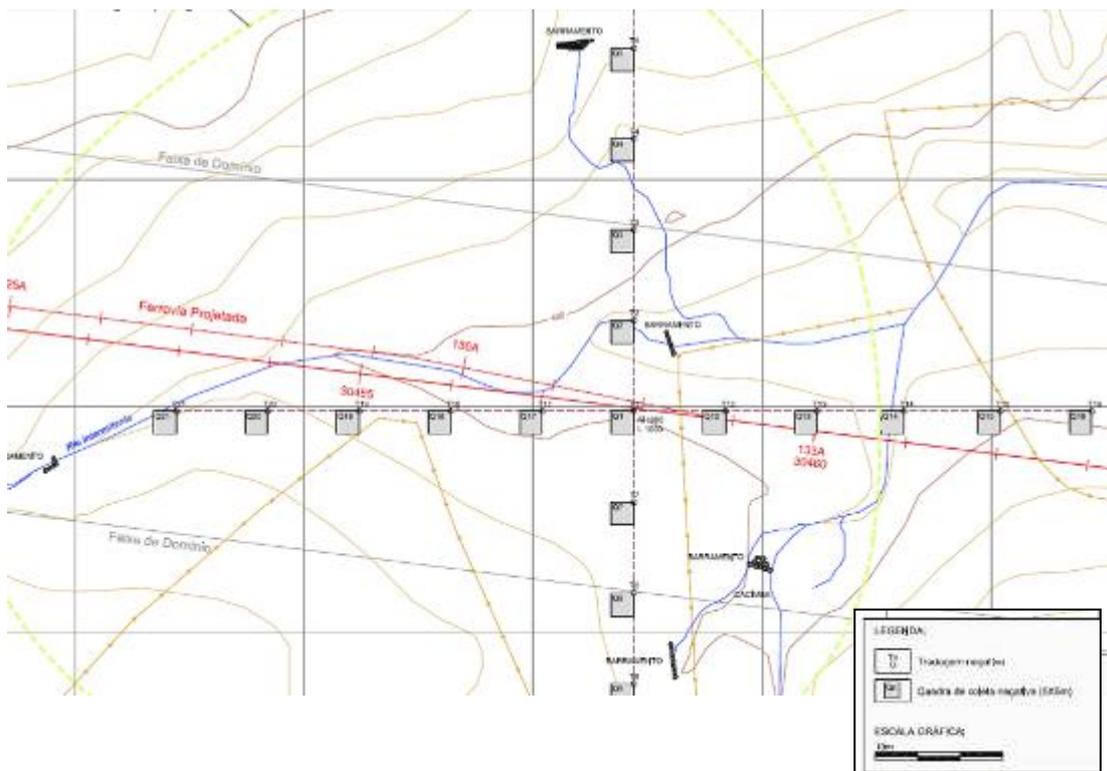


Figura 72. Planta baixa das atividades realizadas no sítio arqueológico Bom Jesus, município de Serra Talhada, Pernambuco (Zanettini Arqueologia, 2011). O sistema de drenagens é todo acompanhado por cortes transversais em seu fluxo: os barramentos de pedra.



Figura 73. À esquerda o barramento no sítio arqueológico Bom Jesus, no município de Serra Talhada, Pernambuco, e à direita, barramento (AOH 46), no Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). Os discretos alinhamentos de pedra podem ter vários usos e diversos significados, dependendo de quem passa, para onde passa e o que quer fazer.

Há outras formas, menos comuns, mas igualmente importantes, de provisionamento e transporte de água, como pequenos aquedutos, mas encerro a enumeração de casos para mostrar como as formas e práticas de manejo da água enumerados aqui podem ser apresentadas, a título de exercício, a partir de um fluxograma de redes de relações. A cerâmica, os recipientes para armazenamento e

consumo, são ainda as formas predominantes para transporte e provisão de água, trazida das fontes ao seio do mundo doméstico. Cerâmica e água são inseparáveis, como mostrou o economista Júlio Bellingieri em diversos trabalhos (2004a, 2004b, 2005), já que a água necessita da cerâmica para chegar à casa. Por outro lado, a cerâmica depende do conhecimento de onde estão os "barreiros", as fontes de argila, que dependem da água (como nos sítios Salgado IV e Cantim). Caldeirões e olhos d'água relacionam-se à água da chuva, de modo mais direto e fazem parte de práticas como a obtenção de caça por tocaias pelos animais que vêm matar a sede ali. Por outro lado, as cacimbas, feitas pela mão humana, são fonte de água, no geral, para o gado, e dialogam mais diretamente com a vegetação, que tende a crescer de modo denso no local pós-"abandono". No que concerne às barragens, é claro que elas estão diretamente ligadas às pequenas drenagens e, como todos os outros, mas de modo indireto, à chuva, que alimenta os cursos d'água.

Temos, portanto, o seguinte fluxo:

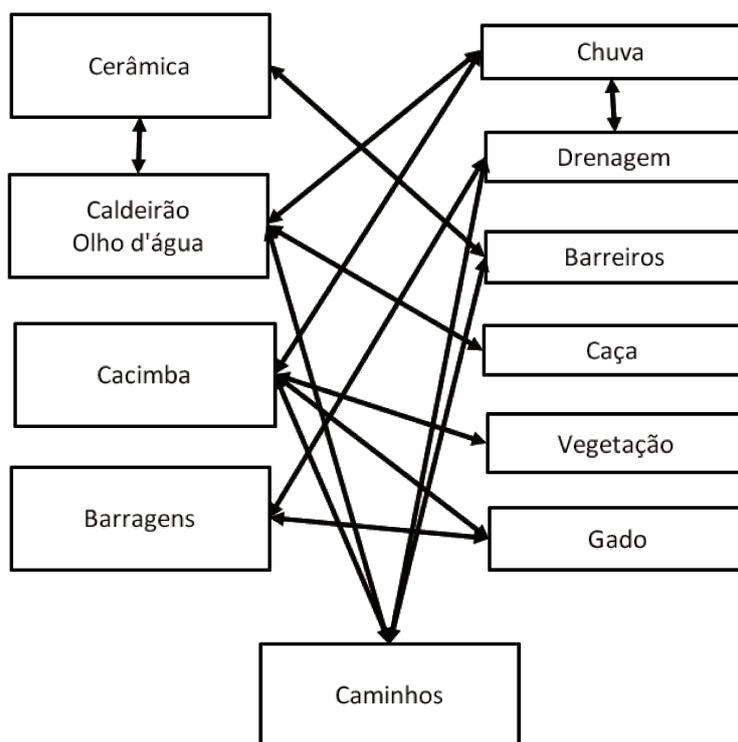


Figura 74. O fluxo dos elementos conectados e conectantes da água a partir do sítio camponês. Subentendido a este fluxograma, o movimento (Fluxograma do autor).

O conhecimento das fontes de água e o uso destes recursos no semiárido, através de caldeirões e cacimbas, da produção de pequenas barragens de pedra e do uso dos grandes potes, de seu posicionamento sobre os beirais dos telhados de telha cerâmica para coleta de água por gotejamento, fazem parte do "sistema de objetos" que materializa o engajamento com o território e que permite a mobilidade residencial, o estabelecimento das "casas de roça" (locais de moradia temporária para plantio), dos pequenos roçados e das áreas de caça.

2.4. Troços miúdos e áreas de descarte

Todas estas escolhas, das plantas no terreiro, nos modos de aprovisionar e obter água, estruturam o espaço doméstico e dão forma à unidade doméstica do sítio camponês, forrada de coisas, objetos, artefatos, trecos, ou como se queira denominar, que preenchem espaços e dão sentido ao cotidiano, sendo usados e reusados. Aqui, os chamarei de *troços miúdos* como aparecem em *Vidas Secas* (RAMOS, 1996, p. 44), entendidos como os remanescentes físicos de atos que subjazem a performance da identidade, que têm ligação com seus múltiplos aspectos e com as ações e aparências de uma pessoa (WHITE, BEAUDRY, 2009).

Em um mundo em constante mudança, como mostrou Anthony Giddens (2001) para a alta modernidade, o sítio camponês dialoga com câmbios e chegadas de novas lógicas, capitalistas, de modo a manter lógicas, alterar outras e criar algumas, permanecendo em sua formatação espacial, porém alterando o conteúdo dos materiais e objetos que o povoam, em um jogo de permanência e mudança, mobilidade e imobilidade. As alterações nos objetos cotidianos, seja em matéria-prima, em tecnologia, em forma ou em uso, ou reuso, podem ser vistas em escalas bastante diminutas, como no exemplo que darei ao final, referentes às *rodinhas* produzidas de sandálias de borracha. A mudança e as escalas de observação fizeram com que, muitas vezes, a imobilidade da estruturação da unidade doméstica, visível nos modos de morar, fosse encarada enquanto estaticidade e não como manutenção e prática de reprodução social.

Ao asseamento dos terreiros e à prática do constante varrer contrapõem-se sua porção destinada ao descarte em superfície daqueles objetos e coisas que não se

quer mais, ao menos em tese ou temporariamente. Os moradores das casas sertanejas pesquisadas não enterravam seus refugos: primeiramente, a incidência de solos bastante rasos, relacionados a chãos pedregosos e afloramentos rochosos recorrentes, resultado da própria ação do clima na alteração do manto superficial (BASTOS, CORDEIRO, 2012), dificultou o “cavar” para abrir, por exemplo, lixeiras ou buracos para enterrar lixo; em segundo lugar, a lógica que norteia a relação com os descartes difere daquele de ambientes urbanos, no qual o enterrar é prática bastante corrente (WHEELER, 2000a; TOCCHETTO, 2010). Em um quintal aparentemente sem limites claramente definidos, ausentes cercas, e delimitado pela caatinga em clareiras, a área de descarte, longe do olhar da sociabilidade, aos fundos, é prática predominante.

A manutenção desse modo de lidar com o lixo, essa prática ao longo de todo o século XX, caracterizou uma maneira de construir o espaço doméstico e também uma tradição de assim fazer, que perdurou ao longo de todo esse tempo. As unidades domésticas do final do século XIX têm características materiais semelhantes, em termos espaciais, às do XX, sugerindo manutenção da espacialização específica de certos elementos e do uso do barro como fonte primordial para construção da casa. Estas permanências dialogam com as mudanças no próprio conteúdo das áreas de descarte e, portanto, nas práticas de consumir alguns bens. Apesar do parcelamento e privatização da terra, especialmente entre os anos de 1850, com a Lei de Terras, e os anos de 1950, com o Estatuto da Terra (MARTINS, 2008, p. 50) da paranóia da impermeabilização, com uso de cimentos e concretos, e do embate médico-sanitarista contra a insalubridade ao longo do século XX (JORGE, 2006), o barro manteve-se, devendo, por isso, ser entendido para além de dificuldades de acesso e poder aquisitivo. Anterior a este período, quase não existem registros materiais com tal conformação espacial (casa, áreas de descarte, etc.), o que leva a crer, mais uma vez, que a segunda metade do século XIX marcou uma nova configuração espacial e de uso e ocupação do solo da população que habitava o semiárido. Deu-se início a novos estilos de vida, novas formas de organização do espaço e construção da paisagem, cujas estruturas principais encontramos atualmente no sertão (muitas sob a forma de “tradição”).

Isto não quer dizer, de modo algum, que as novas formas de viver que se estruturam no século XIX não são dialógicas a práticas anteriores, nem que ao longo do século XX o significado destas práticas não tenha se alterado e reinventado à luz da

intensificação da chegada de objetos industrializados e das migrações para outros estados, em especial a partir dos anos 1940 (momento que assiste a mudanças em práticas de consumo e objetos consumidos), como mostrarei à frente. Além disso, permite-se levantar modos de como, no tempo-espaço, as pessoas lidaram com as coisas que compõem seu cotidiano e estabeleceram relações com os objetos em suas trajetórias, de modo diverso do consumo e do consumismo que atinge sociedades urbano-industriais no século XX (LIPOVETSKY, SERROY, 2011). É possível problematizar as escolhas das pessoas relacionadas ao que manter e ao que é jogado fora, o lixo (SHANKS; PLATT; RATHJE, 2004, p. 64), questão bastante viva, ao menos desde o acirramento das discussões ambientalistas que ganharam força com os anos de 1980 (YEARLEY, 1996; ROSA; FRACETO; MOSCHINI-CARLOS, 2012, p. 347).



O termo "área de descarte", do inglês *discard area*, popularizou-se na arqueologia a partir dos estudos sobre padrões de distribuição espacial do arqueólogo estadunidense Stanley South, expoente do processualismo, no final dos anos de 1970 (SOUTH, 1979) e com os estudos sobre processos de formação e inferências comportamentais no registro arqueológico, no que ficou conhecido como *behaviour archaeology*, entre o final dos anos 1970 e os anos 1980 (SCHIFFER; HOLLENBACK; SKIBO; WALKER, 1995). Somada às reflexões processuais que enfatizaram as chamadas áreas de atividade, os estudos das práticas de descarte, as formas de descarte e sua relação com o registro arqueológico cresceram, mormente, no âmbito da *household archaeology*, seguindo os estudos de Charles Fairbanks no âmbito doméstico, que ganhou força com os anos de 1980 e 1990 e com os estudos sobre consumo (MROZOWSKI, 1984; MAJEWSKI, O'BRIEN, 1987; BEAUDRY, 1999; BEAUDRY, 2004; CARROLL, 1999).

A arqueologia histórica passou a refletir sobre as práticas de descarte e a cultura material dos objetos descartados de modo bastante corrente, desde os anos de 1960 (SOUTH, 1994; DEETZ, 1996) e com maior força com a arqueologia urbana e os estudos de unidades domésticas (DEAGAN, 1996; BEAUDRY, 2002). Todavia, tais

abordagens foram aplicadas, no Brasil, apenas com os anos de 1990, a partir dos estudos da arqueóloga carioca Tânia Andrade Lima (1995, 1995/1996, 1997, 1999; LIMA et al., 1989) em seus estudos sobre práticas burguesas nos sobrados das elites cariocas do século XIX, marcando, a partir daí, estudos no país sobre as práticas cotidianas que se referiam aos modos de descartar objetos no dia a dia (SYMANSKI, 2001; TOCCHETTO, 2010).

Entendo aqui a área de descarte das unidades domésticas como uma porção do meio físico apropriada por práticas culturais, no seio de lógicas próprias, que tem a ver com as formas de relacionar-se e dialogar com os objetos que não se quer mais em um determinado momento. As formas de lidar com os objetos cotidianos que não tem mais utilidade, ou cuja utilidade está em vias de alterar-se em sua biografia, expressam-se de diferentes maneiras, naturalizadas por todos nós e dialógicas, especialmente, aos sentidos da visão (o *out of sight, out of mind* dos estudos sobre descarte do arqueólogo M. Jay Stottman [2000] sobre sanitarização), do olfato (o *perfume of garbage* no âmbito dos estudos sobre aterros e lixões de William Rathje [1996]) e do tato (explorado recentemente no escopo da chamada arqueologia sensorial [PYE, 2007]). Aterrar, enterrar, lançar, queimar, são práticas e etapas na história de vida dos artefatos e dos modos de deposição. De fato, a sociedade moderna ocidental descarta refugos com alto potencial informativo, muitos deles embalagens, dos quais se pode identificar seus conteúdos, marca, tipo, custo, quantidade, ingredientes, teor de nutrientes e muito mais (RATHJE, 1996).

No caso das casas estudadas aqui, toda forma de descarte caracteriza-se por descarte em superfície, em áreas previamente selecionadas aos fundos e, em menor quantidade, na lateral da casa (sítios arqueológicos Piquet Carneiro I e Pau a Pique). Apenas no sertão central do Ceará algumas áreas de descarte incidiram sobre os *lajedos*, afloramentos de rocha (sítios arqueológicos sítios Viúva Virgem, Banabuiú e Arca de Noé).

As áreas de descarte contêm alguns dos objetos utilizados, reutilizados e abandonados no cotidiano, ali deixados durante o período de ocupação e após. Foram adquiridos, muito provavelmente, e em sua maior parte, por meio das trocas, destacando-se o comércio, seja a partir das feiras, cujo papel para as economias regionais é imenso, seja por trocas diretas em redes configuradas por relações de

sociabilidade com vizinhos e comunidades (NOGUEIRA, 2010, p. 210). Alguns, no entanto, foram ali mesmo produzidos.

As áreas de descarte são exemplo de racionalidades ambientais (FERREIRA, 2005), no sentido que permitem ao *camponês do sertão* transgredir uma ordem estabelecida e imposta pelo modo moderno de lidar com o lixo, em especial pautado por ideologias higienistas, assim como em livrar-se dele como marcas materiais do tempo. No caso sertanejo, o uso de áreas de descarte faz parte de práticas de apropriação do ambiente “natural” à esfera humana (BEAUDRY, 2004), tornando o espaço doméstico um *continuum* da caatinga: a presença humana constrói o espaço doméstico ao mesmo tempo em que este só existe a partir da caatinga que o materializa e delimita.

Assim como a ordenação do espaço doméstico, os modos de descartar o lixo pouco se alteraram ao longo do século XX, apesar das mudanças em seus conteúdos, representatividade e frequência de algumas categorias artefatuais. Há, portanto, uma manutenção das próprias práticas de descarte, assim como do organizar o espaço doméstico, pelo menos desde meados do século XIX e ao longo do XX, nas unidades domésticas, caracterizando pequenas manchas que correspondem a locais específicos do terreiro escolhido para lançamento do lixo cotidiano. Contudo, apesar da continuidade da prática, mudanças expressam-se, sim, no conteúdo e nos modos de utilizar os objetos nelas contidos. Podemos dizer, portanto, que na relação forma/conteúdo, há, aqui, uma manutenção do primeiro e uma alteração do segundo no tempo-espaço.

O arqueólogo Orestes Jayme Mega e a bióloga Melina Figueiredo Lopes (2013) recentemente mostraram como, hoje, ocupações sertanejas rurais de comunidades em São Raimundo Nonato, no Piauí, estão diametralmente opostas a presença de um lixão próximo a elas, no que concerne às suas práticas de descarte: o lixão é utilizado pela parte urbana da população, enquanto as pessoas que moram próximas a ele continuam descartando em pequenas áreas de descarte aos fundos de suas casas, nos limites entre terreiro e clareira.

As áreas de descarte são formadas seja pelo lançamento de objetos na superfície seja pelo ato de varrer e recolher lixo do terreiro. Seu formato dá-se, em geral, na forma de manchas, que gradualmente perdem a densidade, de modo

concêntrico. Na realidade analisada possuem de 25 a 100m², tendo sido escavadas amostralmente de modo a incidir sobre cerca de 80% da superfície da área.

Na tentativa de entender as mudanças no tempo de modo mais fino, ordenei os conjuntos coletados das áreas de descarte, cada sítio arqueológico como exemplo de seu momento. Foi possível notar episódios significativos de mudança no cotidiano doméstico dos *camponeses do sertão*: um primeiro, menos abrupto, consolidado ao longo da primeira metade do século XIX, caracterizado pelo aumento na densidade da ocupação do território, processo que faz proliferar ocupações de casas de barro neste período. A ausência de ocupações anteriores sugere outra configuração espacial populacional, em geral relacionada a núcleos estabelecidos junto de fazendas e engenhos. E um segundo, já nos anos de 1940 a 1960, quando, destarte a manutenção de algumas estruturas caras a estas formas de morar, observa-se mudanças no conteúdo das práticas de consumo e no tipo de produtos consumidos. Esta percepção foi possível comparando os valores agregados de várias séries de dados através de um gráfico de radar (*software* Microsoft Excel), que plota os valores de cada categoria ao longo de um eixo separado, que inicia no centro do gráfico e termina no anel externo.

Analisando os objetos por categoriais artefatuais (cerâmica, faiança fina³⁴, faiança³⁵, porcelana/ironstone³⁶, grés³⁷, plásticos e borrachas³⁸, líticos³⁹) e organizando as

³⁴ “Faiança fina” é um termo de uso bastante corrente na Arqueologia, utilizado para classificar louças distintas das faianças ibéricas e das porcelanas chinesas, europeias e mesmo brasileiras (mais recentemente). Sua popularidade cresceu a partir do momento em que estudos de ceramógrafos como Eldino Brancante (1981) e Aristides Pileggi (1958) passaram a ser referência bibliográfica dos arqueólogos, no âmbito da Arqueologia Histórica que crescia nos anos 1980. O termo consolidou popularidade com os estudos de Tânia Andrade Lima nos anos 1990 (1993, 1997, 1995/1996). Para Paulo Zanettini (1986, p. 122), “os produtos em faiança fina apresentam pasta dura e opaca branca, infusível ao fogo de porcelana (...) Sua pasta é produto de vários ingredientes, conforme a fábrica que os aplica; é compacta e de forma geral esbranquiçada, dispensando o engobo”. Esta pasta, necessariamente, deve ter mais de 30% de caulim, para que não ocorram formulações fundentes, e menos de 70%, para não permitir a formulação de massas refratárias (SILVA; SOUZA; SILVA; HOTZA, 2009). Invenção inglesa do século XVIII, “representa o esforço dos oleiros ingleses na busca de novos processos para substituir a faiança clássica e alcançar a porcelana no Ocidente” (BRANCANTE, 1981). Para Pileggi (1958), a faiança fina é categoria intermediária entre faiança e porcelana, descoberta, para Brancante (1981), durante a manipulação do grés. Não obstante, existem outras nomenclaturas para a faiança fina que são, na verdade, variedades pontuais da fabricação da pasta básica de argila, caulim, feldspato e quartzo. “Pó-de-pedra”, por exemplo, é um termo bastante usual entre os ceramistas e recorre na documentação brasileira. O Sindicato da Indústria da Cerâmica de Louça de Pó de Pedra, da Porcelana e da Louça de Barro do Estado de São Paulo (SINDILOUÇA), fundado em 1934, adotou o nome seguindo a justificativa de que deveria haver um termo patenteado brasileiro para uma pasta já fabricada em outros países (Souza, 2012). A origem do termo estaria no aspecto da pasta resultante da moagem do feldspato e do quartzo a pó não muito fino, no qual as partículas a que ficam reduzidos, visíveis, dariam a impressão de um “pó de pedra”.

³⁵ As faianças são louças, em geral, de produção ibérica, ligadas aos séculos XVI a XVIII e, por isso, a colonização e as grandes navegações, destarte as faianças holandesas e francesas de produção mais tardia.

ocupações no tempo, calculando uma data média para cada uma a fim de ordená-las cronologicamente, fica evidente, como mostra o gráfico a seguir, que a cerâmica de produção local/regional (linha azul) predomina em frequência, majoritariamente, de meados do século XIX aos anos de 1940 e 1960. Ali é latente uma forte alteração, mas não para um novo padrão, como vemos nas décadas anteriores, com maior predominância de cerâmicas e alguma presença de faianças finas, porém para uma maior variação de combinações e na inversão da frequência de alguns materiais (como a relação vidro-cerâmica).

Com pastas mais macias, não-brancas, eram cerâmicas feitas no torno que ganhavam banho branco para criação do suporte onde seria posta a pintura (Brancante, 1981; Casimiro, 2010). O gretamento é bastante forte nas faianças, levando a quebra do esmalte e a sua queda.

³⁶ Porcelanas são louças de pasta branca, vítreas, impermeáveis e homogêneas, com granulometria fina, que podem ser queimadas apenas uma vez a altas temperaturas (1300° C). A variação de qualidades de pasta que ganham essa denominação é grande, pois muitas são as porcelanas de baixa qualidade atualmente, por exemplo. Já *ironstone* é um tipo de louça branca, com definição mais ou menos vaga, produzido a partir do final do século XIX. Muitas fábricas inglesas de artefatos que classificaríamos como faiança fina contém em seus selos o termo “ironstone”. Ele aproxima-se da porcelana em termos de permeabilidade, dureza e cor, mas está um grau “abaixo” da mesma, em especial identificado por sua maior granulometria e a ausência do som metálico do tilintar da porcelana. No Brasil, as fábricas de porcelana produziram uma espécie de *ironstone* nacional, algumas vezes associado ao termo “louça granito”. Para Brancante (1981, p. 513), a louça granito se diferencia da pó de pedra por ter uma pasta mais fundente, mais resistente e com menos capacidade de absorção, ou seja, menor permeabilidade, aproximando-se, por isso, da porcelana. Existiria também uma diferenciação segundo a temperatura de cocção, apesar de uma semelhança na composição da massa e no processo de fabricação, dado que a louça pó de pedra era cozida a 1150°C, tornando-se mais porosas e com estrutura mais granulosa, e a granito entre 1250° e 1300°, menos absorvente e, aparentemente, menos granulosa (SOUZA, 2012). Para Miller (1991), em inglês, uma das designações de *ironstone* seria granito (*white granite*), ou seja, poderíamos relacionar a “louça granito”, com base no autor, à porcelana brasileira.

³⁷ O grés é um produto cerâmico de alta qualidade (e também um tipo de argila), de tradição européia, habitual nos países do norte e centro, fabricado desde pelo menos a segunda metade do século XVI, mas que só foi produzido em larga escala para exportação a partir da segunda metade do XVII (BRANCANTE, 1981; SCHÁVELZON, 2001). Importado em larga escala da Inglaterra e Holanda, o grés utilizado no Brasil, em geral, está associado a garrafas, garrafões e botijas, enquanto contentores de líquidos (BRANCANTE, 1981) e de alimentos em conserva.

³⁸ Plásticos e borrachas são polímeros, macromoléculas caracterizadas por tamanho, estrutura química, interações intra e intermoleculares, podendo ser naturais ou sintéticos, classificados como termoplásticos (plásticos), termofixos ou termorrígidos, elastômeros (borrachas) e fibras (SPINACÉ; DE PAOLI, 2005: 65; GORNI, 2004). São o material mais característico do consumo de massa após a II Guerra Mundial (FISHER, 2006: 95).

³⁹ Lítico é um termo arqueológico para rochas que sofreram algum tipo de ação humana, em geral lascamento ou polimento, mas também indicam rochas que sofreram ações indiretas (como bigornas e quebra-cocos) ou, ainda, simples deslocamento para um contexto antrópico (líticos brutos).

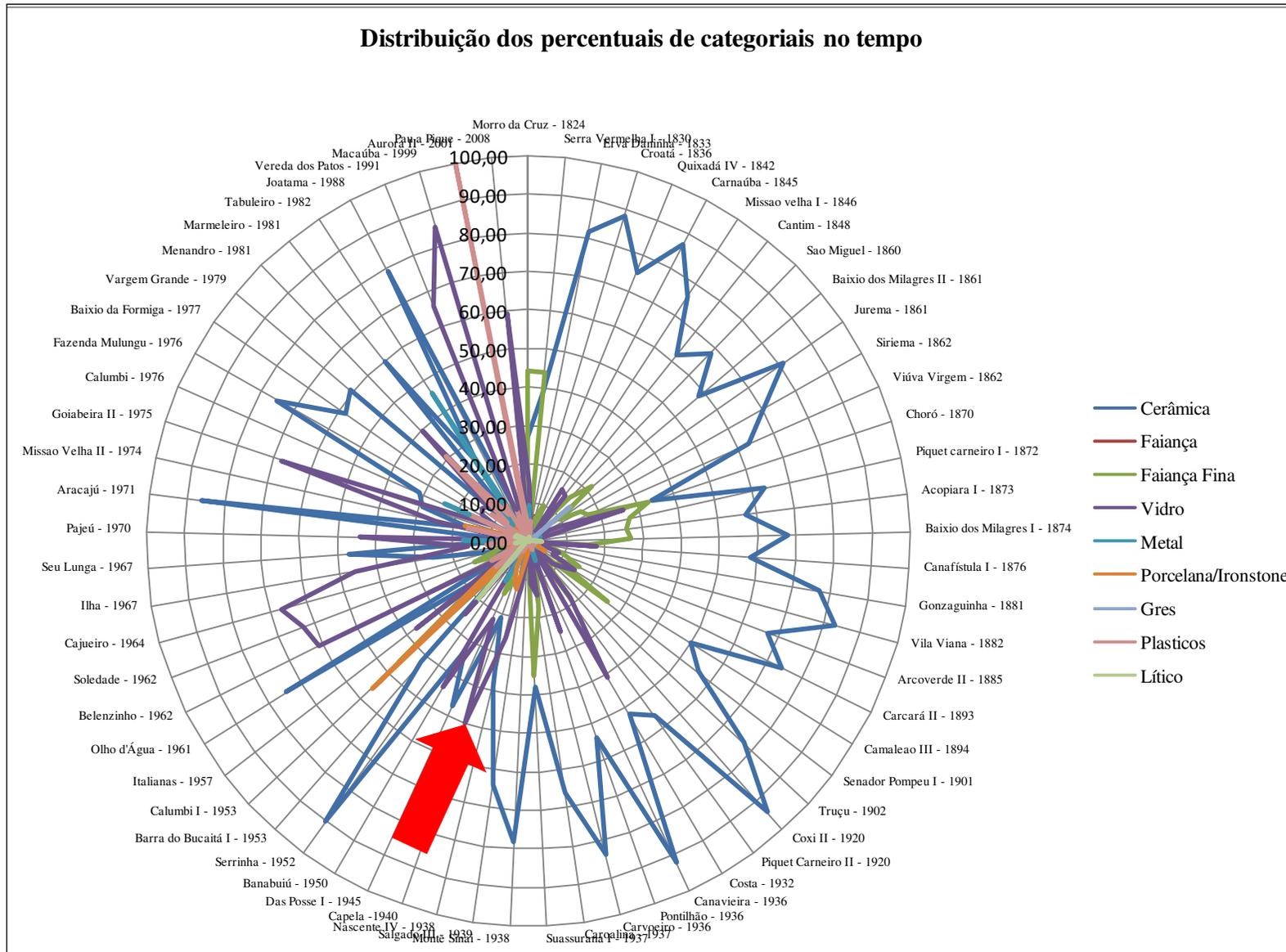


Figura 75. Gráfico de radar (Gráfico do autor) gerado a partir da ordenação dos contextos das casas analisadas, por data média, no tempo, comparando com a frequência das categoriais artefatuais estipuladas. A seta vermelha indica o momento de mudança de um predomínio da cerâmica e uma constância percentual, para uma maior oscilação de linhas, cores e alturas. O que passou a ocorrer ali?

A tabela abaixo mostra as frequências, por categorias artefatuais, antes de um importante momento de mudanças, os anos de 1960. Nota-se que apesar das cerâmicas recorrerem em alta quantidade em ambos os períodos, há contextos em que sua presença é bastante baixa, movimento similar às faianças finas, mas que ocorre inversamente com objetos em vidro. As porcelanas e o *ironstones*, que analisei como um conjunto, mantêm-se, em alguma medida, assim como metais.

Categorias	Pré-1960	Pós-1960
Cerâmica	17-84%	1-79%
Faiança	0-0,3%	0
Faiança Fina	1,3-44%	0-15%
Vidro	1-26%	2-85%
Metal	0-12%	0-17%
Porcelana/<i>Ironstones</i>	0-13%	0-17%
Grés	0-2,3%	0-3,2%
Plásticos e borrachas	0-5%	4-31%
Líticos	0-3,6%	0-1%

Tabela 3. Esta tabela mostra a variação nos percentuais máximos e mínimos tendo como linha de corte os anos de 1960. Nota-se certas manutenções, como no caso da cerâmica, e maiores oscilações como as louças e vidros.

A seguir, outra forma de representação, o gráfico de linhas (*software Past*) – que representa graficamente valores distribuídos ao longo de uma linha de tempo, possibilitando a visualização de tendências –, permite notar que, entre os anos 1940 e 1960, uma transformação ocorreu nas variações das frequências das categoriais identificadas no conteúdo das áreas de descarte. Pré-anos 1940, de modo geral, temos uma constância nas frequências, dominadas sempre pelas cerâmicas, enquanto que, após tal momento, o gráfico lembra um sismógrafo com tremores de alta escala. Observa-se, na diacronia, dois grandes blocos-padrão: um primeiro, pré-anos de 1950, onde é possível notar a manutenção entre as relações de frequências das categoriais, com predomínio da cerâmica (linha preta); e outro após este período, em relação ao qual não podemos dizer que não existem exemplos de predomínio da cerâmica, mas no qual se vê

uma maior diversidade de relações entre os materiais dos objetos usados cotidianamente.

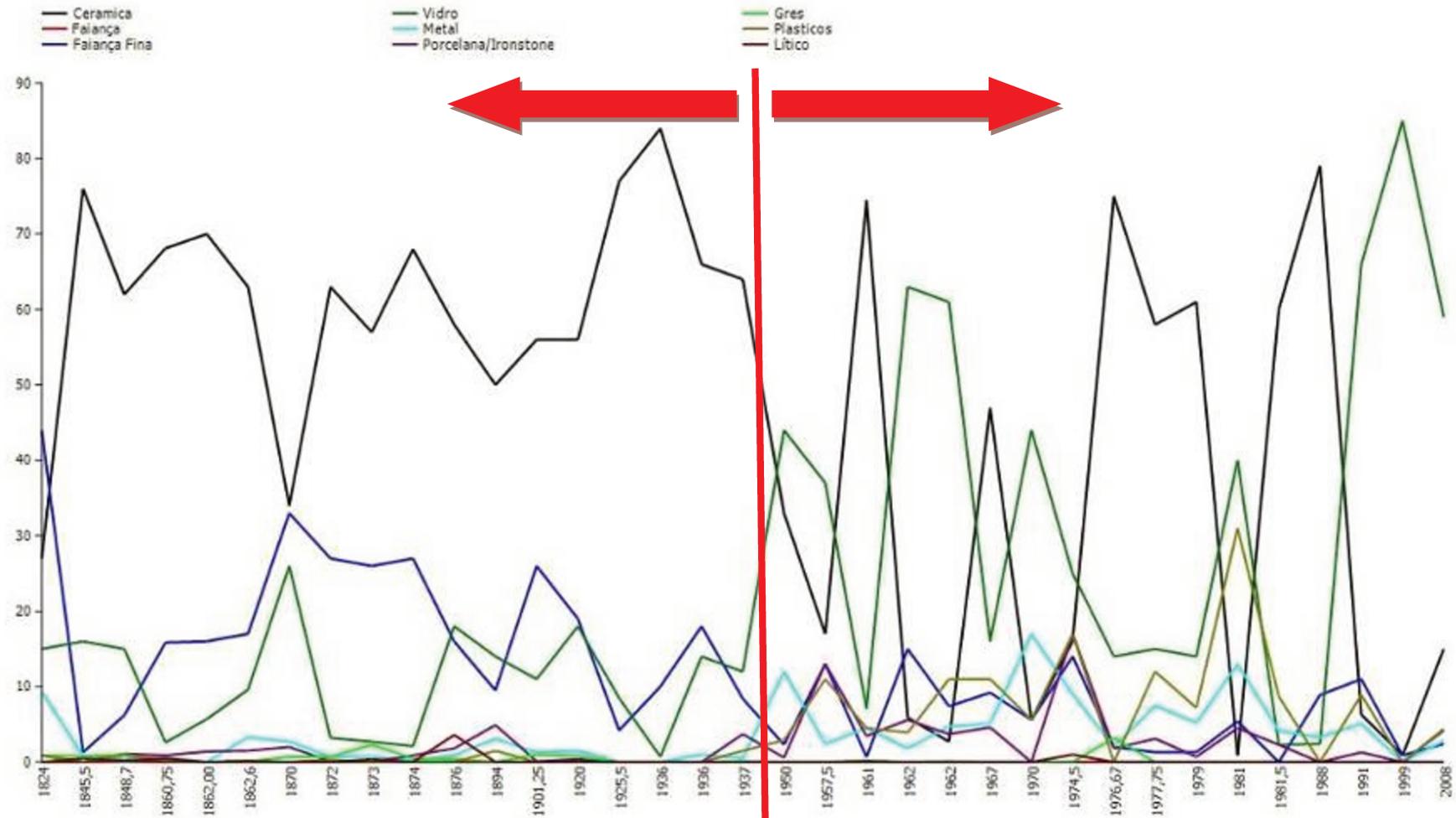


Figura 76. Gráfico de linhas (Gráfico do autor) que mostra, de outra forma, as variações a partir de um dado momento, representado pela linha vermelha: linhas espaçadas e menos angulosas para linhas muito mais quebradas e mais próximas, como em interferências de transmissões de rádio.

A nova dinâmica que o gráfico aponta após a linha vermelha coincide com a chegada de itens industrializados no cotidiano desses *camponeses do sertão*, com o fortalecimento das políticas modernizadoras pautadas em uma engenharia social utópica (SCOTT, 1998, p. 88) que deu origem a grandes obras, como a instalação de açudes e a implantação do modelo rodoviário, ainda no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), e também ao soerguimento das ligas camponesas em prol da reforma agrária. Gostaria de mostrar, assim, que os tremores, interferências, dinamismo, movimentação, ocorrem associados às profundas estruturas que dão sentido às lógicas do usar e às práticas cotidianas que envolvem muitos destes objetos.

O gráfico mostra que a chegada de itens industrializados, forjados em lógicas diversas daquelas nas quais foram produzidos, menos homogeneizou e mais diversificou o cotidiano das casas de barro e do *camponês do sertão*. Seria ingênuo, entretanto, não apontar para o embate entre o que seria tradicional, local, e a chegada de produtos com a lógica urbano-industrial. Não é possível dizer que a nova lógica externa é inexorável, já que nem todos a adotaram, mas seria ainda mais inocente crer que os hibridismos culturais estão em desacordo com o aumento das desigualdades e a degradação ecológica (APPADURAI, 2001, p. 17). Alfredo González-Ruibal (2008) chamou atenção para a ilusória aparência de criatividade promovida pelos contatos globais e pelos hibridismos, camuflando processos de destruição e exploração como parte de uma macro-política de longo prazo.

Neste sentido, é interessante mergulhar um pouco mais sobre os conjuntos estudados em sua relação com o tempo e notar como oscilam as frequências das categorias. Optei, aqui, por projetar tendências lineares em um gráfico de linha onde apenas estão visíveis os marcadores (*software* Microsoft Excel), como um exercício para mostrar como as frequências e, assim, a forma como se dá a presença dos materiais no cotidiano (mais do que a mera presença em si), aumentam ou diminuem em uma taxa fixa. Linhas de tendência são retas traçadas a partir dos topos (máximos significativos) ou fundos (mínimos significativos) de um gráfico. Ao projetá-las, observei algo bastante interessante. Enquanto as cerâmicas de produção local/regional e as faianças finas tendem a cair em quantidade ao longo do tempo, vidros e plásticos sobem. Contudo, mesmo decrescente ao longo do século, a cerâmica de produção local/regional prevalece na cultura material dos contextos da região estudada.

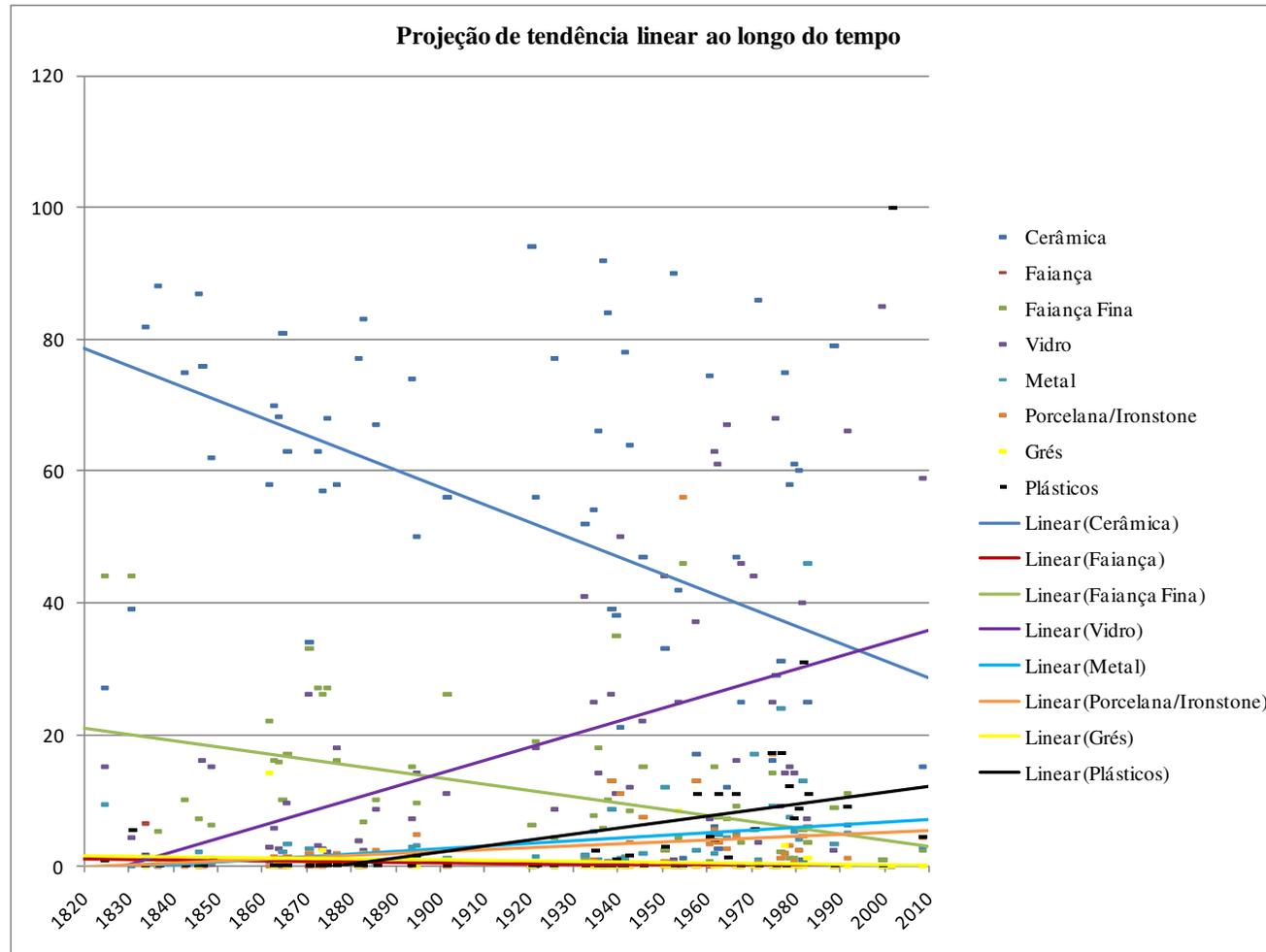


Figura 77. Gráfico de linha, com linhas de tendência (Gráfico do autor). A mera observação da presença/ausência de um objeto pode ser lida como homogeneização, mas observar os modos como recorrer por meio das frequências permitiu notar que seus usos são muito mais complexos do que uma análise de observação etnográfica sem base quantitativa poderia oferecer. A queda gradual da cerâmica de produção local/regional nos trás, de modo imediato, a sensação de que ela está fadada ao desaparecimento. Podemos nos preparar, de forma preditiva, para a desapareição definitiva? Mas as culturas estão em constante mudança... Então quem sabe?

É visível, por fim, e conforme o conjunto de gráficos apresentados, que as menores frequências das cerâmicas produzidas local/regionalmente estão presentes nos contextos já da segunda metade do século XX, invertendo-se para o vidro, cujas menores frequências estão na primeira metade do século XX. Apesar de ainda dominantes, o uso das matérias-primas locais transformadas dentro de um sistema de abastecimento por conhecimentos e saberes, como a cerâmica, decai ao longo do tempo. Mas mesmo que a criatividade possa ser ressaltada na aquisição de novos objetos industriais detentores de lógicas diversas daquelas para as quais foram pensados, ela acompanha o avanço do capitalismo sobre o campo e a exclusão e marginalização da população campesina à medida que são incluídos nesse novo sistema. É de se imaginar como isso acarretou aumento das desigualdades sociais e da exploração do campesinato sertanejo, seguido da maior dependência do trabalho assalariado e saída do campo.

Outro exercício que deu resultados visualmente interessantes referiu-se a notar como o total de fragmentos das áreas de descarte dos contextos pernambucanos e cearenses cai ao ordenarmos cronologicamente, no gráfico de dispersão com linha de tendências (*software* Microsoft Excel), novamente linear. Igualmente calculado a partir de artefatos fragmentados e em superfície, como explicar a redução da quantidade do conteúdo das áreas de descarte?

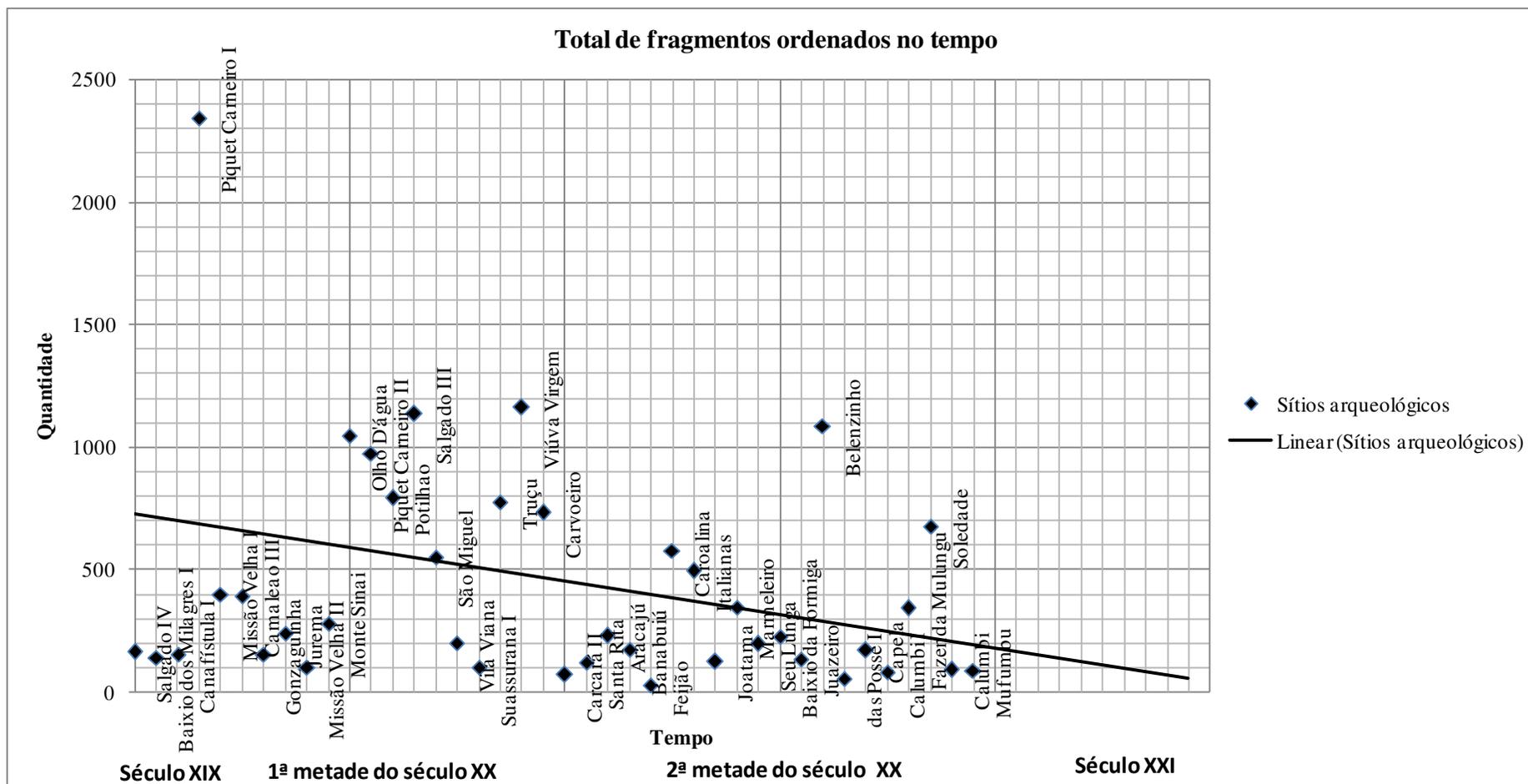


Figura 78. Gráfico de dispersão com linha de tendência (Gráfico do autor). Como explicar a redução da quantidade do conteúdo das áreas de descarte?

À medida que as pessoas entram na lógica capitalista consumista, no semiárido, elas passam a ter menos coisas? Isso só seria possível em um mundo no qual o consumo é desigual (como é). À medida que os *camponeses do sertão* entram no mundo do capital, da sociedade moderna, aumenta sua marginalização e quiçá seu empobrecimento, levando a um menor acesso aos bens de consumo industrializados concomitante à perda dos produtos derivados dos conhecimentos locais. Podemos propor, ainda, que menos artefatos são suscetíveis a quebras, como os industrializados em plásticos e outros materiais sintéticos, reduzindo o volume das áreas de descarte, o que igualmente apontaria para um aumento de consumo de mercadorias e redução do uso de produtos locais, como os de barro. Nada disso impede, porém (inclusive, impulsiona), que busquemos os contra discursos e as inversões de lógicas construídas por soluções criativas e consumos silenciosos.



Um olhar pormenorizado sobre algumas das categoriais artefatuais, como os polímeros sintéticos – os plásticos e as borrachas –, vale para pontuar algumas questões. Enquanto materiais barateados, de mais fácil reposição e durabilidade, os plásticos e as borrachas passam a ser importantes no cotidiano das pessoas no sertão. Com sua popularização na forma de produtos para consumo doméstico, especialmente a partir da década de 1960, estes começam a ser mais recorrentes nas áreas de descarte das unidades domésticas. Como o plástico aparece após o surgimento da faiança fina nacional e durante a época de popularização da porcelana brasileira, as duas últimas categoriais tem bastante relação com este em termos de competição.

Do total dos 120 sítios arqueológicos, 42 possuem artefatos em plásticos e borrachas. Dos 65 que foram situados cronologicamente e são analisados de modo mais pormenorizado aqui, 20 tem plásticos ou borrachas: quatro deles do século XIX e um dos primeiros anos do século XX, certamente indicando sobreposições. Predominam nos sítios arqueológicos Belenzinho, Vargem Grande e Pau a Pique. Ordenando estas relações (tempo/frequência), o gráfico de dispersão (*software* Microsoft Excel) a seguir mostra o aumento da frequência dos plásticos a partir dos anos de 1950.

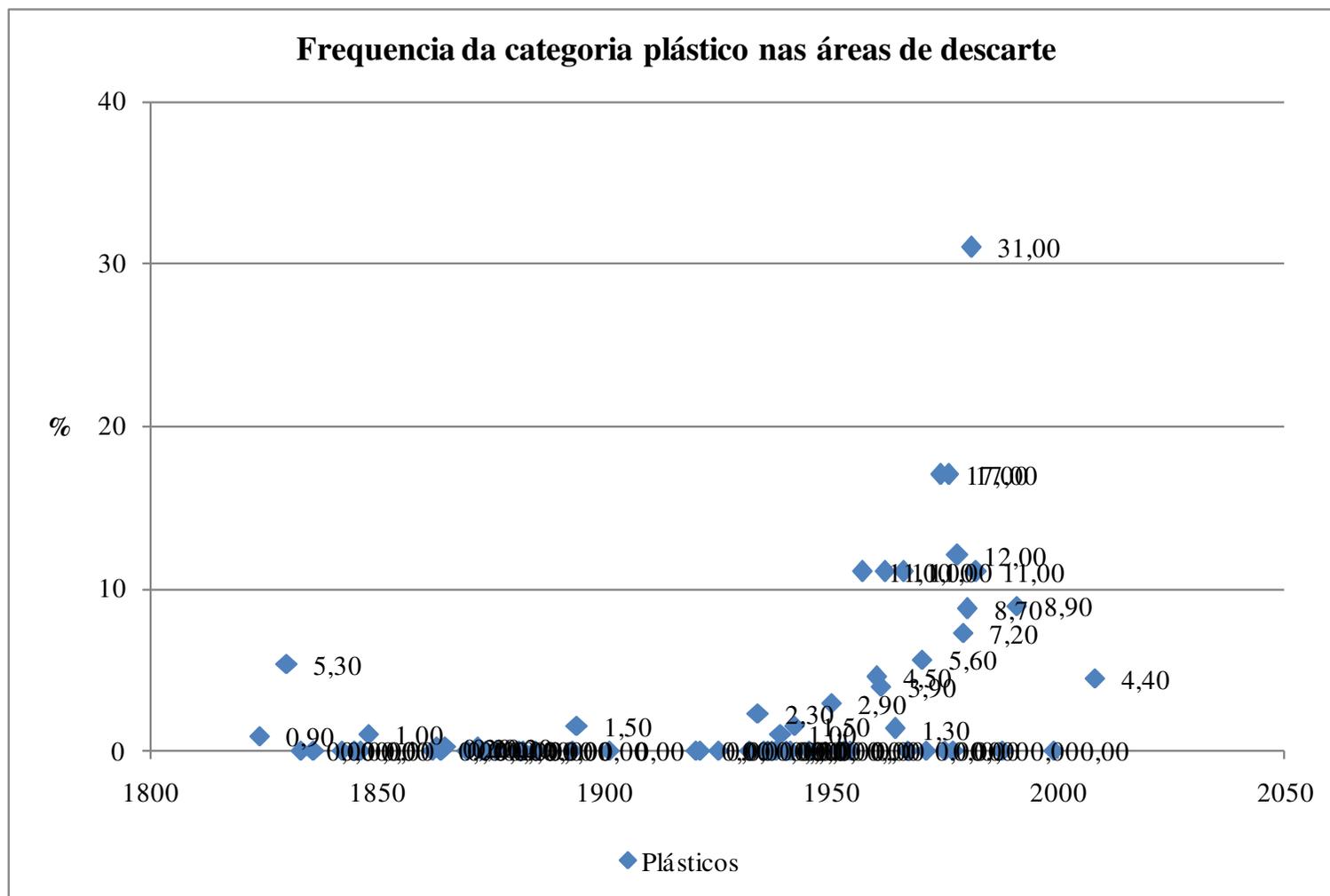


Figura 79. Gráfico de dispersão das frequências de plástico ao longo do tempo. Cada ponto azul é uma frequência de um sítio arqueológico distinto (Gráfico do autor). É visível o aumento das frequências entre os anos de 1950 e 2000.

A expressão “era do plástico”, para o século XX, é apontada por Mário Donato (1972, p. 3) na medida em que “raros foram os materiais tradicionais que não sentiram a competição ou mesmo não perderam sua liderança” com a popularização de um produto mais versátil, mais barato e produzido em largas quantidades. Pelo menos até a II Guerra Mundial, o aproveitamento do plástico foi lento, para, a partir de então, acelerar-se vertiginosamente no quarto de século seguinte. Para a época dos contextos estudados aqui, os EUA eram o maior produtor e exportador de artefatos em plástico. O Brasil só começou a produzi-los, efetivamente, na década de 1950, quando a PETROBRÁS instalou uma unidade petroquímica em Cubatão, no estado de São Paulo (DONATO, 1972, p. 63), coincidindo, portanto, com a própria explosão de uso de objetos em plástico no semiárido.

Para o *designer* Tom Fisher (2013a), entretanto, o segredo da rápida popularização dos plásticos pós-II Guerra remete, para além de abordagens economicistas, às características de sua superfície e às sensações ligadas a sua qualidade, além de terem sido encarados como substitutos de outros materiais. Vi isto ocorrer claramente entre os pescadores da região de Sauípe, no norte do estado da Bahia, onde a manutenção de uma forma funda, a tigela, foi possível graças à existência de tigelas plásticas que substituíram as de cerâmica. Porém, o mesmo não parece ter ocorrido de forma tão intensa no sertão. De qualquer maneira, sem dúvida a guerra estimulou a produção de polímeros sintéticos que foram paulatinamente consumidos pelos civis, carregando, desde o começo, a ambiguidade do prazer de possuí-los sabendo de suas conseqüências ambientais (FISHER, 2013a).

A relação sempre dupla (positiva e negativa) em relação aos plásticos dá, implicitamente, a esses objetos, e suas propriedades físicas, narrativas culturais que cresceram ao longo dos 150 anos de sua aparição, operando em dois extremos: encarados como efêmeros (descartáveis), apesar de muito resistentes, operando entre o grosseiro e o super higiênico (FISHER, 2013b, p. 161).

Os plásticos levantam questões relacionadas, logo, à higiene, associada ao fato de serem descartáveis. Sua "descartabilidade" torna paradoxal sua alta durabilidade, já que implicam em uma vida curta, dando pouca oportunidade para que nos conectemos a ele, algo totalmente diferente do que ocorre com as cerâmicas, como, por exemplo, no caso da altíssima durabilidade de potes para provisão de água, de

grandes volumes, pouco transportados e menos suscetíveis a quebras (RYE, 1981; RICE, 1987; ADAMS, 2003). O mesmo deve ter ocorrido com as louças brancas, em geral objetos cuja interação é mais longa no tempo, acarretando no próprio prolongamento da vida dessas coisas, o que deve ocorrer também com o vidro em menor intensidade.

Também é importante notar que as superfícies plásticas tecem diálogos acirrados com sua contaminação por "sujeira" e dano mecânico (FISHER, 2013b), o que pode levar ao descarte, já que limpar as superfícies plásticas nem sempre é possível – quantos de nós já não nos decepcionamos ao colocar molho de tomate em um pote plástico!

A questão da porosidade para os plásticos e borrachas é inversamente proporcional a sua relação para a cerâmica dos potes produzidos regional e localmente: enquanto nas primeiras a porosidade é "boa", por assim dizer, em especial nos potes para água, os quais suam para manter a temperatura amena em seu interior, nos últimos ela é ruim, como o é no caso das louças, destarte as estratégias para evitá-la, como a aplicação do vidro (FISHER, 2013b, p. 162; FISHER, 2006, p. 96). Muitos dos aspectos da superfície dos plásticos batem de frente com as noções tidas como "civilizadas" da higiene moderna; além disso, a porosidade parece aumentar o ressecamento dos plásticos, agravando-se no semiárido, rachando-os logo.

No que concerne às formas dos plásticos, é sabido que o consumo de plásticos e borrachas cresceu paralelo a persistência da ideia negativa de que imitam ou substituem materiais mais "nobres" (FISHER, 2006, p. 95). Não se pode deixar de reconhecer, no entanto, que isso barateou muitos produtos e abriu a uma ampla gama de grupos sociais as possibilidades de seu consumo. As formas em plásticos e borrachas dos contextos analisados revelam diversas das dinâmicas apontadas anteriormente. Uma, em especial, é a de que, diferentemente do que pareceu ocorrer em contextos urbanos e litorâneos, o plástico e as borrachas aqui não predominam na substituição de formas (SOUZA, 2012). É a primeira vez que muitos daqueles produtos chegaram ao sertão, alcançando, em maior medida, os universos do lazer, da higiene pessoal e do vestuário; pouco plástico, portanto, no universo alimentar, quicá menos permeável ao novo (como é usualmente o paladar), e muito plástico nos universos lúdico e do lazer,

apontando também para o papel da criança na entrada de plásticos e borrachas nesse cotidiano.

Identifiquei 27 formas diferentes em plásticos e borrachas a partir de fragmentos e peças inteiras, sendo a mais recorrente a dos calçados (os chinelos representando entre cerca de 1 a 15% do total de objetos coletados e os sapatos entre 0,5-9%), seguidos de tampas de botijão de gás, tampas de creme dental, prendedor de cabelo, câmara de pneu, presilha de cabelo, pente, botão, chupeta, carretel de linha, vassoura, pulseira de relógio, etiqueta de calça jeans, carteira, mamadeira, corda de nylon para varal, lanterna, luva, bola, rádio, aviãozinho de brinquedo, roda de carrinho de brinquedo, disco de vinil, selim de bicicleta, fitas cassetes, garrafas PET e rodinhas de solas de sandália de borracha (estas em 20% dos sítios).

As formas que encontrei permitem pensar os plásticos e as borrachas dos *camponeses do sertão* pelas atitudes em relação a eles: por sua porosidade, higiene e novidade. O mais significativo para mim é que, aqui, não me parece que os polímeros sintéticos estejam substituindo coisas, já que nenhuma das formas identificadas sobrepõe-se as outras anteriores. Daí que, junto do barateamento destes produtos, os usos e as possibilidades oferecidas pelos plásticos e borrachas tem a ver com a maleabilidade da matéria-prima e dos sentidos dados a ela em processos de mudança que permitiram aos camponeses, muitas vezes, continuarem os mesmos. Tem igualmente a ver com a relação desses objetos com o individual e o particular, a pessoa e o *self*, diferente de coisas como panelas, pratos e xícaras. Destrinharei estas questões.

Apesar de caracterizar o consumo de uma época, e ter sido considerado vanguarda da ciência moderna e símbolo de um estilo elitista, coincidindo com a cultura material do mundo desenvolvido nos anos 1940-1950 (FISHER, 2013a), a partir de meados do século XX as concepções gerais relacionadas ao significado dos plásticos e borrachas passam a mudar, valorizados não mais apenas como imitação de formas anteriores, mas como dotados de originalidade e autenticidade. Entre os *camponeses do sertão*, todavia, os plásticos não substituíram formas, uma vez que possuíam pouco que se assemelhasse às formas dos artefatos nessas categorias, como mamadeiras, presilhas e bancos de bicicletas, feitas com recursos locais. Aqui, os plásticos representaram novas formas, coisas que nunca se teve, formatos e artefatos desconhecidos com os quais foi necessário iniciar uma interação.

O único objeto que claramente possuía forma/função com correspondente anterior produzido com recurso local, é o calçado, produzido em couro: sandálias de borracha substituindo calçados de couro, o que explicaria, em parte, a grande entrada dos plásticos e borrachas como sandálias entre o campesinato rural do sertão, mais do que em outras formas e outros universos. Os polímeros sintéticos entraram, portanto, no guarda roupa e no vestuário, um sistema comunicativo com forte poder simbólico: o de vestir os corpos. O colocar as sandálias pode ser encarado como uma experiência íntima, pessoal e individual, que revela consciência da apresentação do corpo e do *eu* ao público, dialogando com convenções socialmente aceitas e com a forma como o corpo relaciona-se à ordem e às relações sociais (WHITE, 2005, p. 4). Em *Vidas Secas*, temos um exemplo incrível do papel dos calçados em sua relação ambiental e simbólica no caminhar pelo semiárido espinhento e cheio de seixos e pedras cortantes e no mostrar-se na cidade, no episódio em que Sinhá Vitória escolhe as alpercatas e os calçados para uma visita ao mundo urbano com os filhos e Fabiano.

A adoção dos calçados entre os *camponeses do sertão* parece ter dialogado com o peso que o *estar descalço* x *estar calçado* tem na relação perante o mundo urbano, e com o uso de ícones de modernidade, mas certamente veio de encontro à facilidade do mover-se na caatinga e na possibilidade que plásticos e borrachas dão à transformação infinita, mediada pela criatividade, quando lógicas caras à modernidade tardia encontram lógicas locais (GIDDENS, 1991; BAUMAN, 2007). Vale encarar a adoção para além de olhares de substituição e inautenticidade, física e simbólica, do não-natural, como se os modos de fazer e ser entre o campesinato não pudessem mudar e isso significasse, mais uma vez, "perda de cultura" (FISHER, 2013b). Por outro lado, vale lembrar que a entrada das sandálias industrializadas deve ter afetado aqueles que viviam da produção dos calçados de couro nos curtumes.

Como afirmou Emília Godói (1999, p. 65), muitas vezes considerou-se que elementos de ordem externa foram impostos às sociedades camponesa, conferindo-lhes um caráter de dominados, sem considerar que o campesinato não recebeu plásticos, borrachas e outros elementos de ordem externa passivamente, pois aspectos específicos determinaram os modo de sua inserção nessas sociedades. Estes têm a ver tanto com o contexto em que se inserem como nas próprias performances que promovem, já que a própria plasticidade de plásticos e borracha, tanto material como semântica, permitiu

sua modelagem física e simbólica ao sertão. Algo similar pode ser notado, de maneira geral, nos poucos estudos arqueológicos que se debruçaram sobre calçados (BUTTERWORTH, 1998; WHITE, 2009; LIMA, 2008).

Por fim, além dos calçados e das sandálias, ressaltar as mamadeiras, presilhas, pentes, botões, brinquedos, objetos íntimos e individuais, artefatos pessoais que foram tratados por muito tempo como curiosidades, marginalizados no interior dos próprios estudos de cultura material sem que se desse a eles a chance de serem explorados e de ressaltarem-se seus potenciais para análises históricas e culturais (WHITE, 2005, p. 1). Na arqueologia, as próprias subjetividades dos arqueólogos, em sua relação com as coisas que encontram, baniram ao "recente", como comentei mais pormenorizadamente no Capítulo 1, pautando-se pela afirmação "mas minha avó tem desses", os plásticos e borrachas, descartando-os e ignorando-os.

Os objetos que tem a ver com os cuidados de si (BEAUDRY, 2004, p. 260), como os enumerados nos parágrafos anteriores, fazem parte de micro processos que permitem antever a sutileza das experiências que envolvem, de acordo também com a materialidade do próprio objeto, encontrando lógicas vigentes, trazendo novas lógicas (FISHER, 2006, p. 91). Somados a outros pequenos objetos encontrados nas áreas de descarte, como o bilro de rendeira, as bolinhas de gude, os cachimbos cerâmicos, fivelas de cinto, eles dialogam com a questão da identidade pessoal e de sua forja a partir da materialidade. Esta questão ganhou força quando os arqueólogos desenvolveram abordagens, para interpretar o registro arqueológico, que incluíssem categorias marginais de materiais, particularmente as chamadas *small things*, como ficaram conhecidas na literatura anglo-saxã (DEETZ, 1996), a partir de perspectivas de gênero, etnicidade e idade, dando atenção aos chamados "artefatos pessoais" (WHITE, BEAUDRY, 2009). Estes, os *troços miúdos*, incluem objetos usados por grupos restritos, por um indivíduo ou pertencentes a uma pessoa ao longo da vida do artefato e da própria pessoa, muitos dos quais usados junto ao corpo, como os calçados. Eles fazem parte dos modos com que a pessoa fisicamente constrói e constitui sua performance e inscreve sua identidade, apresentando seu corpo e manifestando a identidade visualmente (WHITE, BEAUDRY, 2009).



Um mundo diferente relaciona-se aos artefatos em vidro, com exceção das bolinhas de gude (sítios arqueológicos Camaleão III, Suassurana I, Italianas, Belenzinho, Calumbi, Tabuleiro) – as pequenas esferas de vidro colorido cujas trajetórias são bastante complexas de acompanhar, pois podem ter sido tanto deixadas *in loco*, como resultado dos jogos das crianças e jovens, como podem ter sido lançadas por estilingues por moradores de outras casas que não aquela unidade doméstica em que se encontra (como os estudos que a antropologia forense e a balística fazem do caso de projéteis de armas de fogo).

Como o gráfico de dispersão (Microsoft Excel) indica a seguir, é bastante notável como a frequência de vidros aumenta, vertiginosamente, no século XX, especialmente a partir dos anos de 1950. No que concerne às formas, garrafas e frascos predominam em frequência, tanto se calcularmos os NMR pelos gargalos quanto pelo total de fragmentos.

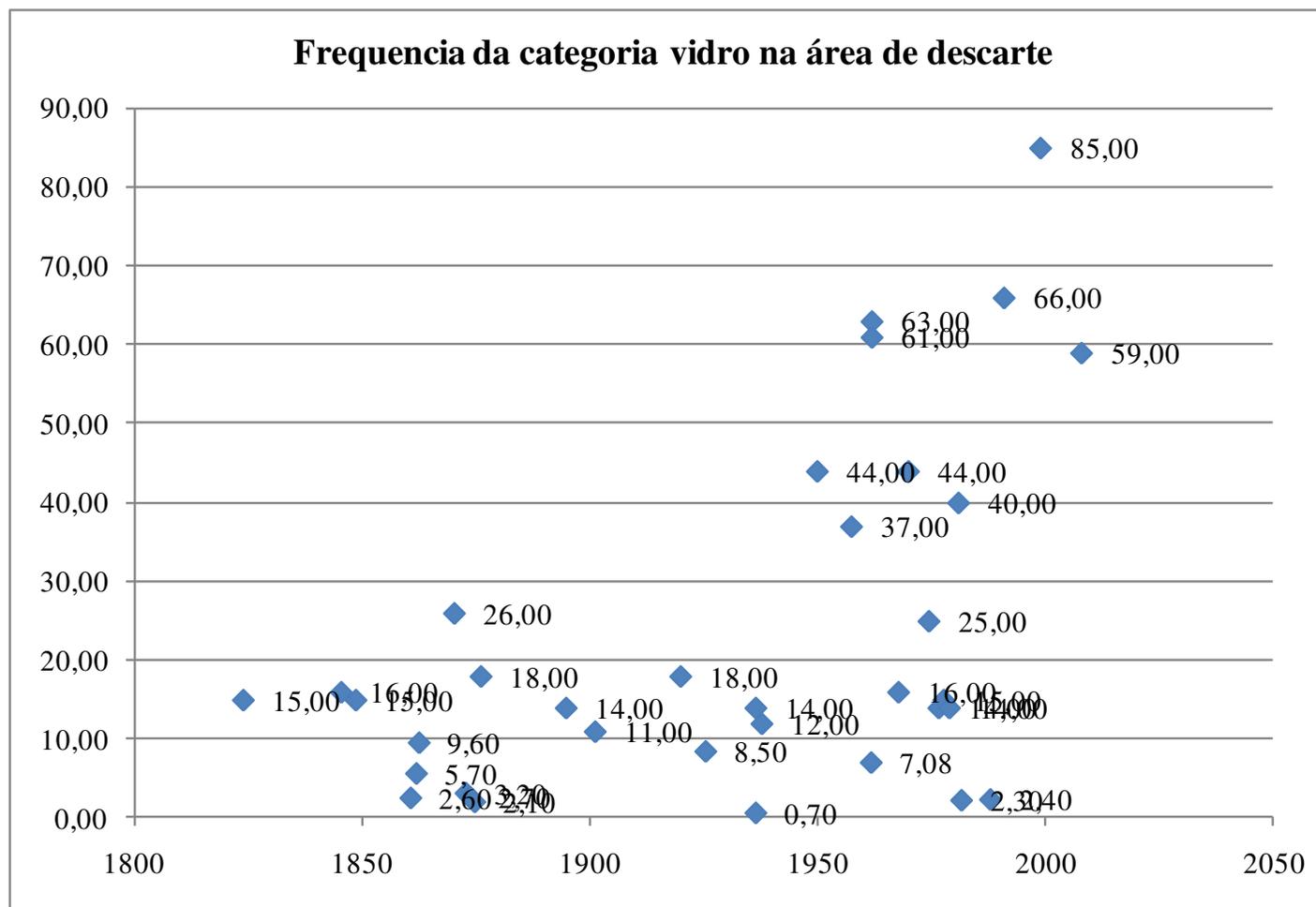


Figura 80. Gráfico de dispersão das frequências de vidro ao longo do tempo. Cada ponto azul é a frequência de um sítio arqueológico distinto (Gráfico do autor). É visível o aumento das frequências a partir dos anos de 1950.

No que concerne aos frascos, a maior parte deles, âmbar e incolores, de produção em sopro automático, estão associados ao universo da higiene como recipientes farmacêuticos, produzidos pelas fábricas Wheaton, Cisper e Santa Maria, sediadas em São Paulo e que passam a produzir mais e mais frascos a partir dos anos 1960 (ZANETTINI; CAMARGO, 1999).

A presença de frascos muito recentes em contextos aparentemente antigos, que constituem os vidros encontrados nos contextos do século XIX, sugere artefatos sobrepostos às áreas de descarte, mas também é possível notar, por associações contextuais, que sítios arqueológicos cujas louças são de produção do século XIX são cronologicamente mais recentes e daí a presença de vidros de meados e da segunda metade do século seguinte. Se antes do final dos anos de 1960 os frascos para remédio variaram entre 1-24% do total das formas identificadas nas áreas de descarte, após esse momento representam entre 4-37% das mesmas, em uma sutil, mas significativa, mudança, principalmente frente à ausência de farmácias e sua concentração na cidade, ao preço dos remédios e à recorrência da chamada farmacopéia popular da caatinga (PEREIRA JÚNIOR; ANDRADE; ARAÚJO; BARBOSA; BARBOSA, 2014).

É possível notar, exponencialmente, para o século XX, um crescimento da presença dos frascos, em especial a partir dos meados dos anos de 1960 (representada pelo sítio Seu Lunga, no Ceará). Para o sociólogo Antônio Cândido (2010), esta mudança remete às transformações da terapêutica de sociedades camponesas rurais de bases mágico-religiosas em comportamentos racionais que tem a ver com a perda do conhecimento etnobotânico que aumentou a dependência do mundo farmacêutico.

Os vidros, como materiais impermeáveis e de superfície asséptica, entram com força no cotidiano dos *camponeses do sertão* a partir do universo da higiene e das bebidas, e menos como contentores e frascos de alimentos. Em um mundo com predomínio de objetos não esmaltados, porosos, a relação com as coisas cotidianas e os troços miúdos tem relação bastante distinta daquela que se dá em contextos nos quais a higiene como ideologia assola o mundo urbano (CHALHOUB, 2006). Neste sentido, vale lembrar que a higienização como prerrogativa da modernidade carrega em seu cerne manifestações materiais relacionadas à esmaltação e à impermeabilização de superfícies, ao que o poeta paulistano Guilherme de Almeida (2004: 14) chamou, nos anos de 1920, de "epidemia do branco", a paranóia em torno do esmalte, do branco e da

aparência de assepsia dos materiais contra micróbios e seres transmissores de doenças infectocontagiosas, com um especial combate ao barro tanto no cotidiano da alimentação, enquanto potes e panelas, como no combate às formas de morar, como nas casas de barro ou no uso do barro para a arquitetura (JORGE, 2006; SANT'ANNA, 2007).

Ao longo do século XX, a arquitetura de terra fora combatida fortemente (LEMOS, 1993), assim como as cerâmicas de produção local e, com isso, seu saber fazer e os sujeitos de sua ação, congelando o barro e tudo a ele associado em um tempo distante, um passado tradicional que a modernidade quis mudar, originando diversos discursos sobre o "primitivismo" do sertanejo. A isso o antropólogo holandês Johan Fabian (1983) chamou discurso alocrônico, quando se representa um conhecimento através de discursos que põem consistentemente aquele dos quais se fala em um tempo que não aquele de quem fala, no âmbito de uma estratégia denominada *denial of coevalness*. Cláudio Symanski (2009) utilizou este pressuposto para mostrar como o acesso a alguns materiais em senzalas do século XIX eram selecionados pelos senhores para manter os escravos sempre em outro tempo, atrasado e primitivo, acessando as coisas "antigas", usadas e fora de moda.

Atitude semelhante gira em torno do uso do grés pelos *camponeses do sertão* ainda em tardias ocupações do século XX (sítios arqueológicos Salgado III, Olho d'água, Belenzinho, Cajueiro, Fazenda Mulungu, Tabuleiro), apesar do sentido da manutenção das garrafas para as lógicas cotidianas serem diversas, como venho apontando, o que ainda se encontra etnograficamente pela região, em especial as grandes garrafas da holandesa *Wynand Fockink*, destilaria do século XVIII que produziu em crescente expansão de mercado pelo mundo até um pico de crescimento na segunda metade do século XIX. A *Wynand Fockink* passou a exportar para a América em 1870, sendo absorvida por outra empresa apenas em 1954, quando já não produzia grés (SCHÁVELZON; FRAZZI; CARMINATI; CAMINO, 2011, p. 94). Claro que a durabilidade das garrafas de grés era visivelmente muito maior que as de vidro, mais suscetíveis a choques mecânicos.

Do total de 120 sítios arqueológicos, 70 possuem grès, e da amostra de 65 datados, 27, variando entre 0,1-14% do acervo (com maior representação nos sítios arqueológicos Baixio dos Milagres II e Barra do Bucaitá II). São sempre garrafas,

predominantemente da *Wynand Focking*. O grès aparece nos sítios arqueológicos a partir dos anos de 1860 (Jurema, Baixo dos Milagres II, Viuva Virgem, Choró, Piquet Carneiro I, Acopiara, Baixo dos Milagres I, Canafístula, Vila Viana, Arcoverde II, Carcará II), mas está presente ao longo dos contextos de todo o século XX, tanto no Ceará como no Pernambuco e Piauí (Senador Pompeu I, Piquet Carneiro II, Salgado III, Barra do Bucaitá, Olho d'Água, Belenzinho, Cajueiro, Fazedra Mulungu e Tabuleiro).

A I Guerra Mundial parece ter acentuado o declínio do grès, gradativamente substituído pelo vidro até a época da II Guerra, restando apenas as garrafas a serem reutilizadas até seu descarte final. Característica intrínseca ao grès é possuir muita resistência e dureza, absolutamente impermeável, fortalecendo a gama de atributos que aumentaram as possibilidades de seu intenso reuso e de sua sobrevivência no fulcro da luta entre os diversos materiais que caracterizaram a cultura material do século XX. Uma vez que as garrafas foram importadas ao Brasil, foram reutilizadas inúmeras vezes.

Garrafas de grès, ou *botijas de genebra*, como ficaram conhecidas por periódicos oitocentistas da região, tinham forte simbolismo e significado, já que, mesmo em contextos mais tardios, ainda se encontram tais objetos (adquiridos, talvez, mas não apenas, por ciclagem lateral⁴⁰). Seu caráter especial, simbólico, enquanto semióforos (MENESES, 1980, p. 11) fez com que sua durabilidade fosse muito maior, pois pouco manuseados, ao que o arqueólogo estadunidense Michael Schiffer (1987) chamou conservação (*conservatory process*).

Estes processos são especialmente relevantes quando nos referimos às garrafas de vidro, que devem também ter sido frequentemente reutilizadas como recipientes para provisão de outros líquidos. Em qualquer área de descarte deve-se sempre ter em conta que, no caso de garrafas, logo após o consumo de seu conteúdo inicial, qualquer que tenha sido este, ditos objetos mantêm valor como recipientes vazios (BUSCH, 1991; GÓMEZ ROMERO; BOGAZZI, 1999). Em especial, esse sentido deve ter ganhado força com a possibilidade de consumo de *ginebra*, o *gin* produzido nos países baixos, importado, no âmbito do consumo de bebidas alcoólicas semelhantes às aguardentes, e a manutenção de um objeto importado, a própria garrafa, que ganhava sentido nas lógicas locais.

⁴⁰ *Ciclagem lateral* é o nome dado por Michael Schiffer (1987) ao processo de reuso no qual há mudança de usuário e/ou local de utilização, o objeto permanecendo o mesmo e com mesma função.

A presença das garrafas nas áreas de descarte permite, logo, tecer considerações em torno dos reusos dos objetos e das táticas conjugadas pelos consumidores para burlar os problemas que surgiam na prática do dia-a-dia (DE CERTEAU, 2007). A preferência de alguns, ainda nas primeiras décadas do século XX, por garrafas de cerâmica e sua maior durabilidade em relação às garrafas de vidro (SCHÁVELZON, 2001) justificam sua presença em contextos da segunda metade do século XX e mais. As possibilidades de reusos das garrafas, sua durabilidade, em especial as de grés (que tem pouco a ver com sua praticidade, pois pesam bastante), indicam prática que vêm de encontro a uma lógica de provisão. O mesmo parece ocorrer com o sentido dados às garrafas PET, muito usadas para aprovisionar grãos.

O papel como recipiente para provisão e as possibilidades para reuso das *botijas de ginebra* fora tão intensa que, em 1904, a própria fábrica holandesa publicou no periódico pernambucano *A Província* (26/10/1904, p. 2, n. 242), um aviso dizendo que seriam tomadas medidas legais a quem reusasse suas garrafas como contentores de bebidas nacionais, mantendo o rótulo importado. Isso não sugere apenas o reuso, e sua intensidade a ponto da Holanda publicar um decreto nos jornais nordestinos, mas também o *status* do produto importado, valendo à pena, pelo valor simbólico da procedência e do nome (aumentando seu valor de troca), engarrafar produtos nacionais e vendê-los como importados:

GENEBRA FOCKINK

Wynand Fockink, de Amsterdam, previne o commercio em geral, que, de accordo com a lei brasileira, ninguem pode utilizar-se das botijas da genebra de seu fabrico para o acondicionamento de genero similar, e que, de accordo com a mesma lei, fará apprehender judicialmente todas as botijas que nestas condições estiverem expostas á venda, processando os contraventores.

Toda a botija de Wynand Fockink que for encontrada a venda, com genebra de outra procedencia que não a legitima Fockink, assim como toda a genebra nacional munida de rotulos allusivos á mesma marca, fica sujeita a apprehensão e os contraventores á multa de 500\$ a 5:000\$000 em favor do estado.

(Lei n. 1236 de 24 de setembro de 1904.)

Figura 81. Publicidade d'A *Província*, de Pernambuco, 26/10/1904, p. 2, n. 242 (Acervo Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional). Como a Wynand Fockink holandesa poderia controlar o reuso das garrafas onde este jornal nem de longe circularia?



O caso das louças brancas⁴¹ parece ter sido distinto no cotidiano do consumo dos *camponeses do sertão*, tanto em frequência, reuso e uso, já que as garrafas, em geral, ligam-se às bebidas e ao aprovisionamento, enquanto as louças aos alimentos e ao serviço e consumo individual. As louças eram predominantemente importadas, em especial as faianças finas, até sua gradativa substituição pela produção de louças nacionais, barateada, a partir dos anos de 1910, sem grandes apelos ao "importado" e muito mais à estética e à performance.

Primeiramente, no que se refere às faianças, louças de produção mais antiga, em geral associadas à produção ibérica dos séculos XVI a XVIII, recorrem em baixíssima frequência (0,1-0,3%) em apenas três unidades domésticas, situadas entre os anos de 1830-1870, todas no sertão central cearense (sítio arqueológico Cantim, Viúva

⁴¹ Por "louças brancas" entendo uma designação genérica para "todo produto manufaturado de cerâmica, composto de substâncias minerais sujeitas a uma ou mais queimas" (PILEGGI 1958, p. 194-195), englobando faianças, faianças finas, porcelanas e *ironstones*. Em geral, as louças apelam ao branco, seja na pasta seja na superfície.

Virgem, Croatá, Erva Daninha e Piquet Carneiro I), com exceção de um exemplo no sertão pernambucano (sítio arqueológico Baixio dos Milagres II), em fragmentos brancos ou azuis sobre branco, cujo padrão não pude identificar devido ao grau de preservação.

As faianças também indicaram extrema manutenção, ou uma trajetória que as levou tarde à mesa do *camponês do sertão*, já que esse tipo de louça branca praticamente desapareceu depois das primeiras décadas do século XIX, em diversos contextos no Brasil (BRANCANTE, 1981; ZANETTINI, 1986; ALBUQUERQUE, 2001). Faianças coexistem em unidades domésticas com faianças finas de produção mais antigas, como os *shell edgeds* maciçamente, além de alguns florais e faixas e frisos, mas há exemplo de faianças associadas às louças de produção mais tardia, como os trigaís, com início de produção em 1850 (como no sítios arqueológico Piquet Carneiro I, um contexto, todavia, que apresenta duas áreas de descarte).

No que concerne às faianças finas, louça que dominou a produção para o Ocidente ao longo de todo o século XIX e que recorre com predominância em contextos brasileiros ao menos até a II Guerra Mundial, o gráfico de dispersão (Microsoft Excel) a seguir deixa claro que sua frequência e representação nas unidades domésticas estudadas decrescem em direção ao século XX, o que não quer dizer que a louça branca cesse, sendo substituída, em muitos casos, por pratos de porcelana brasileira (com curto pico de consumo que podemos situar entre os anos 1940 e 1970), cujo efeito visual é semelhante, além do preço menor, dos motivos decorativos que dialogam com gostos locais, do acesso e do *status* que tende a acompanhar o nome "porcelana" (terminologia êmica para a porcelana arqueológica e para os *ironstones*), os quais não são diretamente proporcionais ao seu custo.

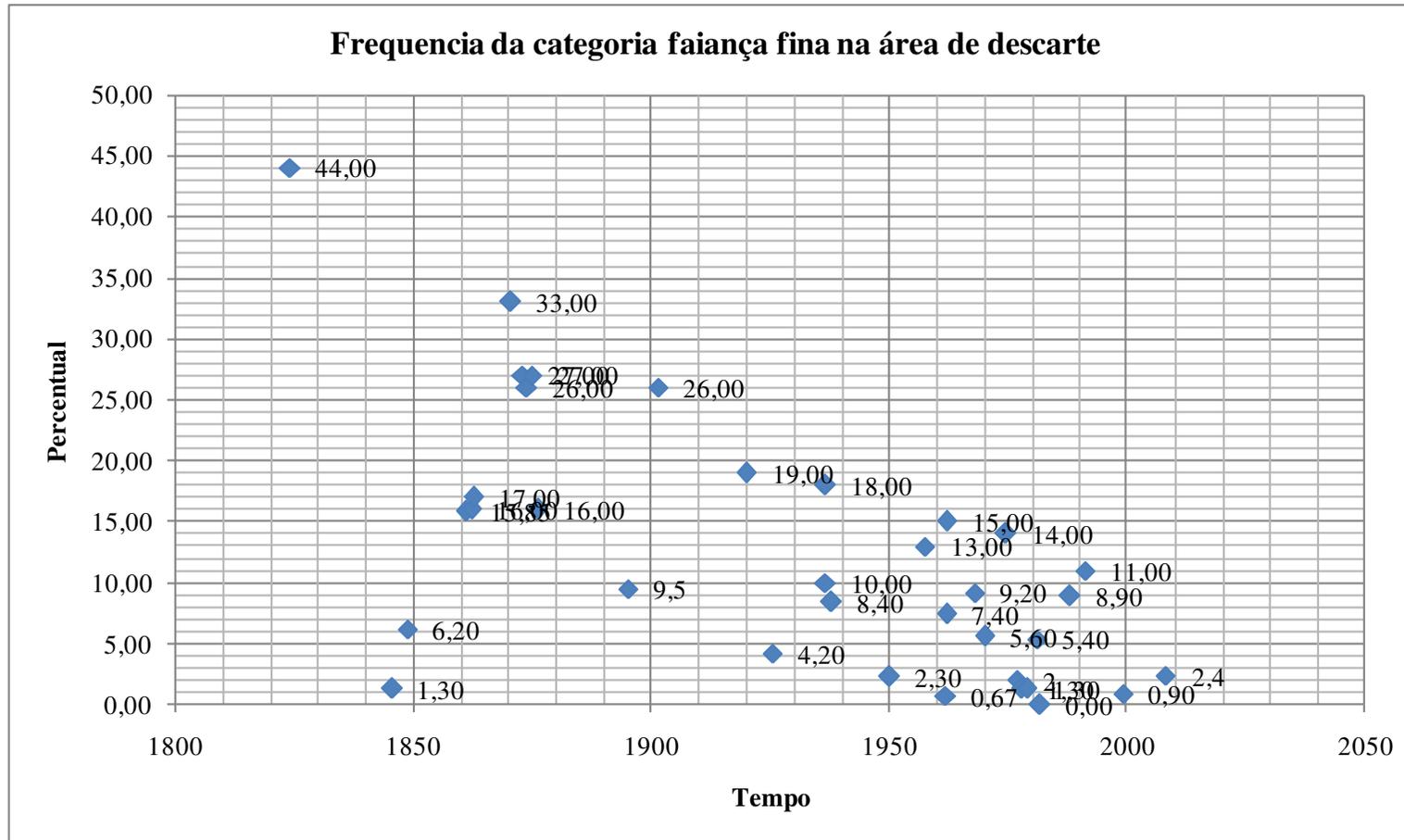


Figura 82. Gráfico de dispersão das frequências de faiianças finas ao longo do tempo. Cada ponto azul é a frequência de um sítio arqueológico distinto (Gráfico do autor). É visível a queda das frequências.

No que concerne às formas, de modo geral predominam *designs* de morfologias côncavas (*holloware*), como tigelas e xícaras, em comparação às planas (*flatwares*), como pratos e travessas (com exceção dos sítios arqueológicos Soledade (PE) e Belenzinho (PI), onde há maior predomínio de formas planas). Por outro lado, as formas planas são as mais constantes, sempre como pratos, enquanto há uma variação maior e oscilações resultantes da competição entre a tigela, uma forma mais tradicional por sua própria história, e as xícaras, uma nova forma popularizada no século XIX, mas sobretudo no XX, entre a população rural camponesa e urbana de baixa renda (SOUZA, 2012).

Entre as formas de faiança fina, foram identificadas apenas cinco variações: tigelas (0,8-35%), xícaras (1-80%), pratos (1,36-77%), pratos de sobremesa e pires, com predomínio das três primeiras. No tempo, é possível notar que as tigelas (com pequenos volumes, apesar de não ter sido possível medi-las todas) eram mais frequentes nos sítios arqueológicos até os anos de 1920, perdendo para as xícaras a partir de então em todos os contextos. Este aspecto indica o diálogo entre xícaras e tigelas por ocuparem funções semelhantes no momento de emergência da produção nacional de louças brancas brasileiras em São Paulo no fulcro dos projetos de modernidade ali nascentes.

Por outro lado, o prato é a forma comum a todas as unidades domésticas, um elo que conecta todas as áreas de descarte e, portanto, as escolhas de consumo de todas as moradias e seus moradores. Poucos contextos não apresentaram pratos (sítios arqueológicos Banabuiú, Pajeú, Baixio da Formiga e Vargem Grande), sendo todos pós anos 1950-60, mas é clara a manutenção das oscilações de frequência tanto antes como depois desse momento. Outra distinção é o predomínio de formas planas de menor diâmetro e volume antes desse período, os pires e pratos de sobremesa. No entanto, estas duas últimas formas só ocorrem em contextos que apresentam maior variabilidade formal e sua presença é quase que sintomática da de formas mais comuns (xícaras, pratos e tigelas), apesar de serem mais frequentes a partir dos anos de 1870, com os pratos de sobremesa tornando-se raros após contextos dos anos de 1930.

Isso indica que as formas possuem suas biografias no tempo. No caso dos pratos, são eles que ligam todos os modos de comer dos contextos estudados, práticas envolvidas no universo da alimentação e das próprias identidades de cada casa pelos hábitos mantidos e repetidos cotidianamente. Eles associam-se tanto ao consumo de

alimentos como às maneiras de servi-los, dando solidez aos sentidos de coletividade e pertencimento social.

Ao longo do século XX, a maioria das xícaras mantém seus formatos, mas muda-se a composição das pastas, passando a serem de porcelanas brasileiras ou *ironstones*, enquanto que os pratos seguem sendo em faiança fina, comportamento observado também por Tânia Andrade Lima (1997, p. 94) nos sobrados cariocas do século XIX, relacionando as xícaras à porção mais "nobre" das amostras. No século XX, diferente do valor de troca que a porcelana obteve no século XIX, pastas de porcelana e porcelanatos proliferam em diferentes qualidades e a fabricação do que chamamos "porcelana", no Brasil, tem custo de produção mais baixo do que o da faiança fina⁴², a qual vai gradativamente desaparecendo, ainda mais frente à enxurrada da porcelana chinesa com os anos de 1980-90, tão barata que quase fechou muitas das fábricas nacionais (AUN, 2000).

Ao mesmo tempo, é possível levantar a possibilidade de que o uso das xícaras de porcelana em detrimento das de faianças finas, para além de aspectos meramente de custos de produção, tem a ver com o próprio *status* da porcelana ao longo do tempo, que não acompanha necessariamente seu preço, já que a ideia de porcelana está ligada a uma categoria de material mais refinado, o que, por fim, indica que a denominação porcelana é aplicada a diferentes pastas, com granulometrias variáveis, mais ou menos porosas, de distintas espessuras e colorações. Talvez também aí esteja a explicação para o uso das xícaras e sua substituição por pastas de porcelana, em uso frequente, nas recepções aos visitantes.

Diferem, portanto, do sentido que as tigelas ganham, pois por mais que existam, raras foram às vezes utilizadas na recepção de pessoas e quiçá o uso das tigelas deixasse claro quem fazia parte ou não da casa e do núcleo familiar. Isto quer dizer que estes objetos atuavam como símbolos de pertencimento, como delimitadores sociais, pois ficaria claro que ao receber com uma xícara, aquele que a usa não faz parte da total intimidade do núcleo doméstico como aquele que usa a tigela, a cabaça ou outras

⁴² Dentre outras razões pelo fato de que aqui as fábricas que produzem porcelana queimam a peça apenas uma vez, enquanto que a faiança fina demanda duas queimas, uma das etapas mais caras da produção.

formas fundas. É claro que, talvez, as canecas de ágata⁴³ e os copos de vidro tenham tornado essas fronteiras ainda menos claras.

Vale lembrar que pratos também são formas relativamente novas na história das morfologias usadas no universo da alimentação, em especial em grupos menos abastados, assim como as xícaras, as quais entraram nesse cotidiano encontrando experiências passadas que as tornaram culturalmente aceitáveis pelo grupo (SCHAKEL, LITTLE, 1992, p. 8), formas culturais locais tornadas significativas e autênticas em um processo de domesticação e localização (CALDWELL, 2004, p. 6). As xícaras, apesar de ligadas ao avanço da modernidade e das tentativas de disciplinarização de hábitos no Brasil, produzidas nacionalmente por fábricas associadas às elites industriais do sudeste, não podem ser lidas sob a ótica do que acontecia no mundo urbano das elites. Em especial, a economia de provisionamento influencia muitas das formas e das escolhas por objetos que podem ser usados para provisionar (garrafas, potes, etc.). Porém dialogam igualmente com formas para servir o bem provisionado e obtido como fruto do trabalho no sítio camponês.

A presença e chegada das xícaras no sertão não indicam a perda substancial de práticas ou apenas a emulação de comportamentos tidos como modernos, já que a forma associa-se diretamente às práticas de socialização caras ao mundo camponês sertanejo, do receber em casa e estabelecer laços com vizinhos e visitantes. Em minhas experiências em campo, bebi café e água em xícaras de louça branca, em canecas de ágata e, em menor recorrência, em copos americanos, inúmeras vezes, como visitante passageiro. No interior das casas, sendo servido em uma xícara apenas para mim; em campo, servido em uma xícara, caneca ou copo comum a todos que comigo estavam.

A xícara, assim, tem papel fundamental no estímulo e no reforço à socialização e à troca entre conhecidos, e na cerimônia e no ritual do receber em casa. O

⁴³ Ágata, ágata ou ferro esmaltado. Ainda inexistem pesquisas arqueológicas sobre tais artefatos no Brasil. Sabe-se que são recipientes de metal, em ferro, esmaltados. Os esmaltes geralmente são grossos em espessura, comparados à porcelana e à faiança fina, e coloridos, mais comumente variando entre as cores branca, verde e azul. As formas mais comuns em ágata parecem ser as do universo sanitário e de higiene pessoal, como penicos e bacias, além de canecas, bules, poucas panelas e alguns pratos, dentro do universo da alimentação. O ágata tem alto poder de conservação do calor, mantendo os alimentos quentes por mais tempo e o ferro, quando esmaltado, assume a qualidade do vidro tornando-se mais resistente à corrosão e imune ao odor. Há confirmação de sua produção nacional e popularização no início do século XX (podendo, claro, talvez ter havido produção nacional nos séculos anteriores), a exemplo da Fábrica de Ferro Esmaltado Sílex, e da Sociedade Anônima Comércio e Indústria “Souza Noschese”, fundada na década de 1920 (MARSON; BELANGA, 2006), ambas em São Paulo. Por ser um metal, com maior durabilidade, o ágata é um material de baixa recorrência no registro arqueológico, com probabilidade de ser mais antigo do que o restante dos artefatos presentes num mesmo conjunto.

sociólogo estadunidense Donald Pearson (1972), expoente da Escola de Chicago, escreveu, para o sertão do vale do rio São Francisco, que um de seus informantes disse, certa vez, que "ninguém pode sair sem tomar uma xícara de café", como exemplo da hospitalidade na região. É provável que cabaças, tigelas e, mormente, nos últimos dois séculos pelo menos, as xícaras, tenham composto o aparato material e materializado a própria noção de hospitalidade enquanto um imperativo moral de acolher vizinhos e forasteiros no âmbito de obrigações que se tem com o outro (LASHLEY, 2004, p. 7).

A pergunta "aceita um café?" (ou copo de água, cujo valor para os *camponeses do sertão* semiárido implica em sua aceitação quase imediata e constante), que tantas vezes ouvi, não pressupõe uma resposta negativa, pois xícara e café são a porta de entrada às trocas que se seguiram neste encontro, para a hospitalidade e até para a confiança. Nos romances de Graciliano Ramos, a xícara com café é frequentemente trazida quando da chegada de um visitante ou quando de uma reunião para contar causos, sentados no alpendre ou sob a árvore (RAMOS, [1944] 1981, p. 47). Negá-la é não aceitar as práticas de socialização e, portanto, os inícios de conversa; seria quase como negar o aperto de mão de uma mão já estendida e oferecida. Conforme pontua o cientista social Conrad Lashley (2004), não aceitar, e não oferecer, no contexto dos *camponeses do sertão* moradores das casas de barro, poderia ser visto como falha no agir de modo adequado e, logo, suscetível a condenação social.

Nesse sentido, a xícara faz parte do que o antropólogo e sociólogo francês Marcel Mauss (2003) entendeu como um prestígio que nasce da dádiva e que se relaciona com aquele que tomou a iniciativa, ao doar, constituindo, logo, o próprio nome, fama e valor de renome. Um ato, portanto, demasiado rude, e que assisti muitas vezes em campo, seja de colegas arqueólogos ou antropólogos culturais, seja de desconhecidos, foi o de negar o café por não querer beber na xícara "suja" ou por não gostar de café (como eu, aliás) ou por outras razões, resultando em uma má recepção que gerou tensões que o discurso colonialista, e assim arqueológico, transformou em preconceito contra "nordestinos", tristemente, nos relatos que ouvia sobre os *realities shows* no semiárido.

Ressalto, ainda, que não é possível transpor as práticas de uma ritualística interpretada como emulação para aburguesamento, conforme propôs Tânia Andrade Lima (LIMA et al. 1997), nos anos 1990, para o centro da capital do Rio de Janeiro e as

grandes fazendas do vale do Paraíba, pois, na realidade em que estava, os chás existem como medicina e são tomados em ocasiões especiais bastante privadas e íntimas, das doenças e das curas, e não como prática de socialização, como nas abordagens do "ritual do chá" explorados em outros contextos arqueológicos brasileiros (BEAUDRY; COOK; MROZOWSKI, 2007; AGOSTINI; NAJJAR, 2007; TOCCHETTO, 2010).

Dentre as louças também é interessante notar que não predominam as formas brancas, sem decorações. Se relacionarmos números de fragmentos brancos e número de fragmentos decorados, por área de descarte, temos número muito próximo entre os dois. Ora, sabemos que, para as faianças finas, as decorações identificadas ocupam uma pequena parte da superfície da forma, sendo sua maior parte, branca. No processo de fragmentação, seria de se supor que a maior parte dos fragmentos fosse, portanto, branco. Mas este não é o caso; em alguns contextos o número de fragmentos decorados é maior do que os brancos e no total da amostra de 75 sítios arqueológicos, 65% deles possuem diferença entre fragmentos brancos e decorados menor que 50%. Oito contextos (sítios arqueológicos Costa, Canavieira, Barra do Bucaitá, Olho d'Água, Ilha, Pajeú e Baixio da Formiga) possuem apenas fragmentos brancos, mas sua quantidade é relativamente baixa, variando entre 1 e 7 fragmentos (com exceção do sítio arqueológico Caroolina, onde o total de 83 fragmentos de faiança fina é branco).

Isso leva a crer que, na maioria das casas, não é a louça totalmente branca que predomina no consumo, mas uma escolha por peças decoradas, maciçamente pintadas (superfícies não modificadas), aliás, louças, em geral, mais caras que as brancas (ou seja, nada de comprar apenas porque é mais barato). Interessante notar, por fim, que os contextos de predomínio de louças totalmente brancas estão situados entre os anos de 1930 e 1970, mais frequentes no Piauí, mas com exemplos no Ceará e no Pernambuco, variando tanto em produção nacional como estrangeira.



Figura 83. Fragmentos de recipientes de faiança fina de produção estrangeira do sítio arqueológico Jurema, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). Florais afilados, *cut-sponges*, borrões e os padrões que ficaram populares vindos da Inglaterra.



Figura 84. Fragmentos de recipientes de faiança fina e porcelanas brasileiras do sítio arqueológico Jurema, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). Pesadas pinceladas, *transfer-printings* e marcas nacionais com as espessuras e pesos típicos das louças nacionais.

Dentre as peças decoradas, para as faianças finas, é visível a escolha pelas pinturas à mão livre na maior parte das casas, seguidas dos carimbados (*cut-sponges*), decalcomanias e *dippeds*, em predomínios percentuais que indicam suas popularidades de consumo (MILLER; HUNTER, 1990). É possível notar que nas casas ocupadas até os anos de 1930 predominam louças com pinturas a mão livre (5-47% das decoradas), *transfers* (1-14% das decoradas), carimbados (1-39% das decoradas), *dippeds* (1-13%), borrões em *transfer-printings* (1-12%) e algumas decalcomanias (3-7,5% das decoradas); após este momento, continua-se com as pinturas a mão livre (2-25%), porém que perdem espaço para as decalcomanias (3-50% das decoradas) e os *transfers* (11-72% das decoradas), muitos dos quais de produção, agora, nacionais.

A tabela a seguir sintetiza a quantidade de contextos arqueológicos nos quais estão presentes as decorações. Notei que a maior mudança ocorre por volta dos anos de 1930, sendo este o limite para a ordenação da tabela.

Técnicas decorativas	Pré-anos 1930	Pós-anos 1930
Pintura a mão livre ⁴⁴	16 sítios	9 sítios
Decalcomania ⁴⁵	5 sítios	11 sítios

⁴⁴ “Aplicação da decoração de forma manual” (TOCCHETTO; SYMANSKI; OZÓRIO; OLIVEIRA, CAPPELETTI, 2001, p. 25), em geral com pincéis, nas quais é possível observar as marcas das cerdas e os acúmulos de tinta no contorno da pintura resultante da pressão entre o instrumento da ação e a superfície do suporte (SOUZA, 2012).

Transfer-printings ⁴⁶	9 sítios	7 sítios
Carimbado ⁴⁷	13 sítios	2 sítios
Dipped ⁴⁸	8 sítios	1 sítio
Estêncil ⁴⁹	3 sítios	4 sítios

⁴⁵ Conhecida em alguns contextos como *decal* e como um tipo de “decoreção impressa”, resulta da aplicação, sobre um suporte, de motivos impressos em uma película ou papel adesivos (Sousa 1998, p. 197), mono e policromados. Diferente do *transfer-printing*, com a qual é, às vezes, confundida, a decalcomania é majoritariamente utilizada em decorações sobre-esmalte, implicando, na faiança fina, em três queimas, sendo a última em forno contínuo à aproximadamente 600°C, e apresenta um leve relevo ou aspereza. A decalcomania é produzida impressa em uma emulsão especial de papéis revestidos com película plástica. Quando pronto para usar, o plástico, no qual a decoreção está aderida, é retirado e aplicado ao suporte (como um adesivo) (DUKE, 1995, p. 953). Durante a queima, a decalcomania funde-se ao vidro e o excesso de cola ao redor da decoreção desaparece. A técnica ficou muito popular no final do século XIX, quando foi criada, mas no Brasil, a relação é indiretamente proporcional à faiança fina, isto é, quando a recorrência da técnica aumenta, as fábricas de faiança fina estão em decréscimo, ou seja, no período pós II Guerra. Daí a parceria bem sucedida da porcelana brasileira com a decalcomania, comum mesmo nos dias atuais (SOUZA, 2012)

⁴⁶ A impressão por transferência, ou *transfer-printing*, é um tipo de decoreção impressa criada na Inglaterra em meados do século XVIII, desde cedo utilizada na faiança fina, já que concomitante à sua invenção (BRANCANTE, 1981). No âmbito de seu surgimento, e até o desenvolvimento de outras técnicas ao longo do século XIX, o *transfer* possibilitou a criação de complexas decorações, rapidamente aplicadas às peças, certa estandardização, constituição de jogos e redução dos custos finais (Sousa 1998, p. 169; TOCCHETTO; SYMANSKI; OZÓRIO; OLIVEIRA; CAPPELETTI, 2001). O processo consistia na gravação de um desenho em placas de cobre ou chapa de aço, impresso em um pedaço de filme ou papel seda, então aplicado ao biscoito. O desenho configurava um baixo relevo no metal, preenchido com tinta – quanto mais funda a incisão na placa ou quanto mais tinta, mas escuro o desenho em sua performance final (SAMFORD, 1997, p. 3). Uma esponja, flanela ou instrumento semelhante era utilizado para remoção do papel, deixando no suporte a imagem colorida. Entre a queima, a aplicação da decoreção e a queima do vidro havia, em algumas fábricas, outra queima para fixação da decoreção no biscoito e para queimar o óleo que era, em geral, misturado à tinta, para endurecê-la sobre a argila, a fim de que não houvesse risco de escorrer quando mergulhada no vidro (DUKE, 1995, p. 963; PYE, 2007). A gama de cores dos *transfers*, em geral monocromáticos, era limitada devido às possibilidades de muitas mudarem ou desaparecerem completamente quando sujeitas a temperaturas muito altas, como às da queima do vidro (DUKE, 1995, p. 963) (além de uma preferência, a utilização do azul cobalto deveu-se a suas características em manter a cor e não desaparecer durante a queima [PYE 2007]). Com o tempo, foram simplificando-se algumas etapas, como a da construção das placas ou a transferência do desenho para o papel de seda (TOCCHETTO; SYMANSKI; OZÓRIO; OLIVEIRA; CAPPELETTI, 2001, p. 30).

⁴⁷ aplicação de decoreção pintada com auxílio de um carimbo (TOCCHETTO; SYMANSKI; OZÓRIO; OLIVEIRA; CAPPELETTI, 2001, p. 27). Em geral, por causa do instrumento (carimbo), a decoreção é mais estandardizada devido à facilidade de reproduzir motivos de forma quase “idêntica” (menos quando o carimbo é uma esponja, como o *cut-sponge*), além de rapidamente. Na decoreção carimbada, existe acúmulo de tinta tanto nas bordas do desenho, devido à pressão entre carimbo e suporte, como mais ao meio do mesmo, devido à força do vácuo entre o carimbo e o suporte quando o instrumento é afastado da superfície.

⁴⁸ Técnica que abarca decorações como *mocha* e *cabale*, também chamados anulares ou bandados, produzidas pela manipulação da argila na superfície e é usualmente encontrada em formas côncavas, como tigelas, jarras, canecas e penicos. Segundo George Miller (1984, p. 42), era a mais barata decoreção para tais peças e dialogavam com o *shell edged* pois se eliminavam: as formas em *edged* não existiam em *dipped*.

⁴⁹ O estêncil é uma técnica que consiste na aplicação de um molde vazado (ou máscara) sobre a superfície do suporte, sobre o qual são aplicadas tintas, em geral através de pincéis, carretilhas ou sprays. As áreas vazadas, do molde, são, na realidade, contornos de motivos decorativos que, após aplicação dos pigmentos, ficam marcados no suporte. A técnica permite decorações mono e policromadas e uma

Borrão ⁵⁰	9 sítios	0
----------------------	----------	---

Tabela 4. Esta tabela mostra a quantidade de sítios arqueológicos, por presença/ausência, por técnica decorativa em faianças finas, tendo como linha de corte os anos de 1930. É possível notar grandes mudanças, como na quantidade de contextos com decalcomania antes e depois do período.

Algo totalmente diverso ocorreu para as porcelanas e *ironstones*, pois são maciçamente brancos, com poucas exceções (as decalcomanias dos sítios arqueológicos Marmeleiro, 80% das decorações, e Capela, 43,75% das decorações), majoritariamente de produção nacional nos contextos do novecentos. A possibilidade do colorido das faianças finas fê-las dominar o cotidiano das louças brancas até sua visível substituição por outros produtos. Por outro lado, tal aspecto indica que o aparato utilizado para o receber, na segunda metade do século XX, dentre os *camponeses do sertão*, alimentava o branco cada vez mais como escolha para compor a casa, menos nos pratos e mais nas xícaras.

Apesar das questões de durabilidade observadas aqui, as decorações apontam para momentos distintos de gostos e escolhas. As pinturas à mão livre, cujo tema bucólico representa uma natureza florida e colorida, que nada tem a ver com a caatinga, e singelas faixas e frisos que contornam os lábios das peças, predominam nas faianças finas até os anos de 1960, com um *gap* e retorno da técnica em pratos de contextos dos anos de 1980 e 1990. Algo similar foi observado para o *transfer-printing*, com retorno da técnica no final do século XX. Por outro lado, é visível que da primeira para a segunda metade deste século, os carimbados (*cut-sponges*), *dipped* e os borrões (*flow blue*) desaparecem quase que totalmente. Algumas dessas decorações estão presentes em contextos nos quais a maioria dos artefatos fora produzido na segunda metade do século XX, indicando ampla extensão da vida do objeto (como se observa no sítio arqueológico Italianas, com uma tigela *cut-sponge*, e no Joatama, com tigelas em *cut-sponge* e um *dipped*, ambos no sertão do Ceará).

standardização da produção uma vez que reproduz motivos e padrões de modo “idêntico”, de maneira rápida, sem que haja necessidade de grande domínio da técnica, como ocorre nas pinturas à mão livre.

⁵⁰ O Borrão Azul, ou *Flow Blue*, é uma técnica utilizada para borrar a tinta, entre a pasta e o esmalte, acrescentando-se substâncias voláteis no momento da queima do vidrado, que ficou muito popular no século XIX, tanto em pinturas em *transfer-printing*, como em pinturas à mão livre, conjugadas com carimbos, sempre em azul. Borrões em *transfer* representando cenas chinesas foram fabricados, aproximadamente, entre os anos de 1835 e 1865, enquanto os temas pintados à mão, com florais e elementos fitomorfos estão associados ao final do século XIX (por volta de 1880) e começo do século XX.

Quanto aos padrões e motivos encontrados, faixas e frisos e motivos florais são aqueles mais recorrentes, ocorrendo que, muitas vezes, após os anos de 1960, são os únicos motivos presentes quando há louças decoradas, tanto em faianças finas como em porcelanas brasileiras, já para a segunda metade do século XX (como nos sítios arqueológicos Seu Lunga, Missão Velha II, Fazenda Mulungu, Vargem Grande, Vereda dos Patos), seguidos dos *shell edges* e dos trigais, ambos apenas em faiança fina. Para os florais, os florais ingleses, formando padrões como o popular *peasant style*, só ocorrem até os anos 1930, após o que, motivos florais são representados por diferentes técnicas (em especial decalcomanias). Assim como as formas, os anos de 1930 parecem ter sido decisivos para mudanças nos padrões e escolhas de consumo para as faianças finas no semiárido quanto às decorações.

A tabela a seguir indica a recorrência, por contexto arqueológico, tomando como limite os anos de 1930, por padrões e motivos decorativos:

Padrões decorativos	Pré-anos 1930	Pós-anos 1930
Faixas e frisos⁵¹	26 sítios	13 sítios
Floral⁵²	22 sítios	15 sítios
Shell edged⁵³	20 sítios	4 sítios
Trigal⁵⁴	10 sítios	2 sítios
Cabled⁵⁵	3 sítios	0
Wave⁵⁶	2 sítios	0
Willow Pattern⁵⁷	1 sítio	0

⁵¹ Padrão decorativo caracterizado pela presença de faixas, frisos, e faixas e frisos, com variantes na organização destes elementos, mono e policromados. Presente em pratos e tigelas.

⁵² Incluí aqui não apenas os florais ingleses, *peasant style*, como os florais brasileiros e os padrões com outras técnicas que não a pintura a mão livre, mas com motivos florais.

⁵³ Debruço-me sobre o padrão específico deste caso mais à frente.

⁵⁴ Decoração caracterizada por trigos em alto relevo, em geral predominantes na parte interna das abas dos pratos, seguindo as bordas, produzida desde 1850 e por fábricas brasileiras já no século XX (SOUZA, 2012).

⁵⁵ Decorações anulares, compostas por uma grande banda delimitada por frisos, no interior da qual pintura com aparência intestinal ou vermiforme, produzida através de um específico instrumento que mistura três tintas; está entre as mais antigas decorações das faianças finas, produzidas a partir do século XVIII às primeiras décadas do XIX, típico de tigelas (JONATHAN, 2006).

⁵⁶ Decoração com esquema iconográfico similar ao *cabled*, mas no lugar da pintura vermiforme, linhas onduladas lembrando ondas, típico de tigelas (JONATHAN, 2006).

⁵⁷ Decoração que segue a representação de uma cena fixa, em *transfer-printing*, muito frequente em pratos, originado no final do século XVIII a partir da influência de lendas chinesas reinterpretadas pela realidade colonizadora inglesa (as ditas *chinoiseries*). O *Willow pattern* remete a lenda de uma princesa que foge com seu amante, prometida a casar-se com outro, no qual constam elementos figurativos

Paisagem	2 sítios	0
Motivos geométricos	3 sítios	2 sítios
Cartuchos e motivos orientais	8 sítios	1 sítio

Tabela 5. Esta tabela mostra a quantidade de sítios arqueológicos, por presença/ausência, por padrão/motivo decorativo em faianças finas, tendo como linha de corte os anos de 1930. A tendência geral é que as louças decoradas concentrem-se em contextos anteriores a este período.

Gostaria de debruçar-me aqui em uma, dentre as muitas questões levantadas pelo material, que nasceu de uma observação qualitativa, ainda em campo, sobre a alta presença de *shell edgeds* em casas e áreas de descarte posteriores ao século XIX (como nos sítios arqueológicos Salgado III, Italianas, Belenzinho e Joatama), período no qual foram fabricados na Europa. Isso me pareceu remeter a um prolongamento da vida dos pratos decorados com este padrão, tanto na casa como na rede de circulação e trocas de bens que inseriam os camponeses do sertão no quadro maior de trocas globais que se intensifica, assim como indica a popularidade local do próprio padrão.

A representatividade e recorrência dos *shell edges* indica terem sido decoração bastante comum e requerida pelos moradores das casas de barro sertanejas, certamente no século XIX e prolongando-se ao século XX, convivendo com a produção nacional de louças brancas e ainda com os objetos produzidos por recursos locais e no sistema de abastecimento local/regional, certamente perdurando nas redes de troca e no universo privado do consumo até os anos de 1930, destarte seu intervalo de produção, com suas variáveis estilísticas (mostro os nomes éticos em inglês nas próximas imagens), situar-se entre 1780 a 1897, na Inglaterra (STELLE, 2001).

É interessante ressaltar que, dos contextos com presença de *shell edgeds*, 60% estão no sertão do Ceará, dividindo-se os demais entre o Piauí e o Pernambuco, diferentemente do que vemos para o padrão trigal, por exemplo, predominante tanto na amostra pernambucana como cearense, mas não no Piauí, de produção estrangeira e nacional (sítios arqueológicos São Miguel, Choró, Piquet Carneiro I, Pontilhão, Italianas, Canafístula I, Arcoverde II, Carcará II, Carvoeiro, Belenzinho): preferências regionais? No caso das unidades domésticas no semiárido, esse tipo de decoração de faianças finas é o exemplo mais claro do cuidado que devemos depreender ao transpor

específicos como dois pombinhos, os assassinos, o salgueiro (*willow*), a ponte, o pagode, emoldurados com série de colméias e outros elementos ordenados em repetição. Symanski (1998) encontrou a denominação "pompinhos" para este padrão nos inventários gaúchos. Com suas oscilações, nunca deixou de ser produzido; atualmente, o padrão é fabricado pela Porcelana Oxford no Brasil atualmente, mas em porcelana brasileira.

dados relativos ao consumo em realidades norte-americanas e de como devemos problematizar o potencial datador desses objetos (SNEDDON, 2006), visto que os caminhos do consumo são bastante complexos em realidades distantes das dos ricos sobrados dos centros urbanos.

As dificuldades em datar contextos de áreas áridas e semiáridas foram apontadas pelo arqueólogo E. B. Banning (1988), justificadas pelo predomínio do uso da pedra, barro e cerâmicas que, muitas vezes, mantiveram um modo de fazer, espalhadas em superfície. No Brasil, as escavações no sítio arqueológico casa de Neco Coelho, no sertão do Piauí, ocupado na primeira metade do século XX, encontraram os mesmos *shell edges* do século XIX em um contexto de casa de barro sertaneja (OLIVEIRA, BUCO, IGNÁCIO, 2013, p. 131). Alta recorrência do padrão também foi diagnosticada por Paulo Zanettini nas escavações do antigo Arraial de Canudos, na Bahia (ZANETTINI, ROBRAHN-GONZALEZ, 1997).

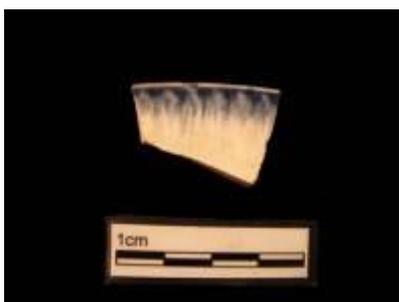


Figura 85. Prato blue edged (*unscalped rim, curve lines*). Sítio arqueológico Siriema, PI. (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).



Figura 86. Prato blue edged (*unscalped rim, unmolded*). Sítio arqueológico Acopiara I, CE (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).



Figura 87. Prato blue edged (*scalped rim, curve lines, bud*). Sítio arqueológico Morro da Cruz, PI (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).



Figura 88. Prato blue edged (*scalped rim, straight lines*). Sítio arqueológico Missão Velha II, CE (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).



Figura 89. Prato blue edged (*scalped rim, curve lines, bud*). Sítio arqueológico Cantim, PE (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).



Figura 90. Prato blue edged (*scalped rim, straight lines*). Sítio arqueológico Viúva Virgem, CE (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).

Representantes do menor custo de produção dentre as louças em faiança fina decoradas, o que se expressava muitas vezes em um produto mais barato a ser comercializado, os *shell edges* são um padrão que remonta ao século XVIII e a revolução industrial inglesa, com gênese pouco clara, apesar de certa inspiração no rococó francês (MILLER; HUNTER, 1990). Segundo o arqueólogo George Miller (1980, 1991), o *shell edged* foi a mais barata decoração entre louças brancas decoradas devido a seu baixíssimo custo de produção, uma das justificativas de seu amplo consumo em contextos estadunidenses – apesar de terem partido daí críticas a sua argumentação demasiado economicista (MONKS, 1999; BEAUDRY, 2002).

O *shell edged* foi uma das primeiras decorações produzidas nas faianças finas, caracterizando um padrão decorativo, com variação estilística ao longo do tempo e entre alguns fabricantes, composto, primeiramente, por uma borda moldada (*scalloped rim*), suaves incisões (*straight or curve lines*) e uma pintura limitada a um friso ao redor da borda, na qual predominava o azul (*blue edged*), ocasionalmente o verde (*green edged*) e, em menor recorrência, o rosa, o púrpura e o castanho. As variações de estilo do padrão ocorreram em direção ao fim da ondulação do lábio (*unscalloped rim*) e das incisões (*unmolded*) cujo *design* foi imitado pela pintura (SYMANSKI, 1998, p. 172; STELLE, 2001). Para o arqueólogo Ivor Noël Hume (1970, p. 131), com a progressiva necessidade de economia de tempo na fabricação, tendo em vista a aplicação cada vez maior de métodos de racionalização do trabalho, como o taylorismo, as decorações passaram a ser compostas por uma única pincelada em torno da borda, ao invés do cuidadoso escovado que criava a aparência das incisões.

Por volta dos anos de 1850, o preço dos *shell edged*, ao menos para o contexto norte-americano, se aproximou do das louças brancas não decoradas, com a produção abruptamente interrompida em seu auge justamente por isso (MILLER, 1991). Conforme Miller, não são encontrados mais *shell edgeds* em contextos arqueológicos pós 1870 e sua habilidade em construir *status* declina, apesar de um *revival* tardio nos anos de 1920 com uma produção estadunidense. Lá, algumas abordagens o relacionam ao consumo de grupos da classe média, quase exclusivamente, até os anos de 1840, quando a queda no preço abre possibilidades para o consumo de grupos sociais menos abastados economicamente, como escravos e trabalhadores livres (MILLER; HUNTER,

1990). Por serem baratas, não foram consideradas "dignas" de serem poupadas ou de transformarem-se em herança, segundo Miller (1984). Destarte abordagens pautadas, ainda, nas inferências socioeconômicas para grupos humanos com base no custo de artefatos, elas permitem levantar questões que podem nos inspirar a pensar no contexto do semiárido do nordeste brasileiro, onde algo distinto parece ter ocorrido.

No mundo anglo-saxão, apenas por volta de 1830 o *shell edged* passou a predominar somente nos pratos (SUSSMAN, 1977, p. 109; LAMB, 2003, p. 145), mas no contexto rural do Nordeste (e ousou assumir para quase todo o Brasil) o mesmo nunca recorreu em outra forma que não nos pratos, desde o início das importações. Quanto às formas, nota-se um diálogo interessante entre os *shell edged*, a decoração mais barata para formas planas (como os pratos), e os *dipped*, as decorações mais baratas para formas côncavas (como as tigelas), pelo menos em termos de produção, no século XIX (MILLER, 1984, p. 42). No contexto das casas de barro, as decorações são mutuamente excludentes em termos morfológicos: o que há em *shell edged*, pratos, não há em *dipped*; o mesmo ocorre na relação dos florais (mais em tigelas e xícaras) com os trigais (em pratos), tanto nas louças nacionais como nas estrangeiras.

Apesar da possibilidade de consumo de formas distintas, os *camponeses do sertão* igualmente escolheram manter determinadas decorações para determinadas formas. Com isso escolheram o modo discreto com que *shell edgeds* e trigais cobrem a superfície dos pratos oposto à visibilidade dos florais e dos *dippeds* nas xícaras e tigelas. Também é interessante ressaltar que o sentido dessas decorações deve ter sido bastante diferente daquele do contexto das pinturas, pois nem os florais nem os trigos assemelham-se a nada que exista no ambiente de caatinga. Fica claro que à medida que as ocupações dos *camponeses no sertão* se estabelecem e se solidificam, vão sendo escolhidas louças com representações de natureza, mas de uma natureza domesticada, especialmente no que concerne ao trigo.

E se foram tão populares, certamente os *shell edged* não era chamados assim no interior do sertão⁵⁸. Cláudio Symanski (1998) descobriu, nas listagens de lojas de

⁵⁸ Infelizmente, a maior parte das referências que encontrei são do século XIX, e não do século XX, pois aí existe uma crescente valorização de bens de raiz, como os imóveis e créditos bancários, em detrimento daqueles objetos móveis como cadeiras e louças, exemplo, para a historiadora Márcia Oliveira (2005, p. 81), de grande mudança na composição da riqueza da época. Esta dinâmica refere-se, também, a uma conjuntura maior de mudança no sistema capitalista, com a conformação do que ficou conhecido como "capitalismo financeiro", caracterizado pelo crescimento da importância dos bancos e das transações financeiras, acompanhados de investimentos em bens de raiz (imóveis), em comparação aos bens móveis

louças e inventários porto-alegrenses do século XIX, a denominação "beira azul", semelhante à designação dada pelos fabricantes ingleses – segundo Miller (1980), *edged with blue*. De fato, a terminologia "beira azul" recorre na literatura brasileira, coincidentemente ou não, em referência ao cotidiano de casas pobres, em dois romances do cearense José de Alencar: em *Sonhos D'Ouro*, de 1871, referindo-se a uma paupérrima casa rural, descreve que "sobre o capim do terreiro estava emborcada alguma pouca louça de beira azul (...). Esse terreiro era, não chovendo, a lavanderia, a copa, a cozinha e a sala do pobre"; em *Til*, de 1872, referindo-se a um casebre, diz que "espalhados pelo chão ou dentro de uma gamela, vários pratos brancos de beira azul, uma tigela igual e algumas colheres de estanho". Encontrei um inventário do Seridó, Rio Grande do Norte, datado de 1839, que lista, entre os bens, "pratos, pequenos e grandes, pratos ordinários e finos, pratos de estanho, de flandres, de pó-de-pedra, de louça do Porto, pratos brancos, de beiras azuis" (MEDEIROS FILHO, 1983, p. 62).

É difícil descobrir quanto teriam custado os beira azul ao longo do tempo, com suas oscilações. No interior de uma fazenda de gado no Rio Grande do Sul, distante dali, mas ainda no século XIX, lista-se pratos "beira azul 1\$900 e existiam, no armazém,... 13 dúzias..." em um inventário (LAYTANO, 1950, p. 98). Em 1859, também distante, no interior de Santa Catarina, a União Commercial publicava no *Argos de Santa Catharina* (de 28/09/1859, p. 3) preços de pratos brancos beira azul, a dúzia, a 1\$760, comparados a pratos brancos, com preço de 1\$280, o "azul pombinho" a 2\$800, xícaras brancas a 1\$200, e uma goiabada de Campos, a lata, \$960. Todavia, a referência a tigelas, travessas e pratinhos para sobremesa também no padrão beira azul pode indicar que no Brasil tanto frisos e faixas azuis como os *shell edged* foram classificados sob uma mesma categoria, tendo em vista a inexistência, em contextos arqueológicos, de outras formas que não pratos para os *shell edged*, indicando, logo, etnotaxonomias (POSEY, 1986) que reorganizaram, segundo perspectivas êmicas, objetos de forma diversa dos produtores e de nós, arqueólogos, eticamente.

Em diversos jornais brasileiros recorre uma louça "beira azul" como termo utilizado, ao menos, por comerciantes. O cearense *O Cearense* (03/12/1879, p. 4), traz a publicidade do Leilão Ellery que anuncia "louça, seado, bulhes, bacias, ourinóis, pratos brancos, e beira azul, tigellas chicanas e pires...". N'A *Provincia*, de Pernambuco (de

ou de consumo: isto acarreta em uma diminuição de fontes escritas que registram dados de valores de objetos tão cotidianos

19/19/1875, p. 1), o folhetim, descrevendo o leilão do presidente da Católica, lembrava que "com o pequeno ordenado que mal chegava para manteiga de dous cruzados, pirão e carne em pratos de beira azul, pude expor a publica concurrencia", novamente em referência ao beira azul em contextos menos abastados economicamente. No *Pacotilha*, do Maranhão, são oferecidos dúzias de pratos brancos a 1\$400 e de beira azul a 1\$700, e, no *Diário do Maranhão* (de 28/04/1896), "pratos brancos beira azul". Em Minas Gerais, o *Diário de Minas* (de 1866, p. 4), a publicidade do comerciante Antonio de Souza Pinto Barros Cachapuz, anunciava "pratos com beirada azul - dúzia 2\$300" e "pratos brancos - dúzia 1\$600".

A título de exercício, ao projetarmos relações entre os preços anunciados, podemos propor alguns valores. De modo geral, com esses dados, encontramos uma variação de cerca 20 a 45% entre o preço das louças não decoradas e os beira azul, sendo que os últimos chegam a 60% do preço da louça pombinhos (*Willow pattern*) a qual, sabemos, era também relativamente popular no período – e, mesmo assim, praticamente inexistentes nos contextos domésticos trabalhados: um prato beira azul teria preço, em réis, que variaria de \$140 a \$190, valor relativamente baixo comparado a outras louças decoradas e a outros objetos.

A fim de não cair na falácia do reducionismo econômico, do "consumir porque é barato", é necessário pensar no uso dos beira azul como parte de práticas de consumo e em sua aquisição como fenômeno bastante complexo envolvendo dimensões econômicas, políticas, psicológicas, culturais, sociais e ambientais difíceis de apreender (MALUF, 2002). O consumidor sertanejo, longe de apenas emular comportamentos da estrutura patriarcal a que está submetido ou de sua interação com o mundo urbano, se dá o direito de também ele ser um consumidor mutável, líquido e antropofágico, ao reclassificar, escolher e dar sentidos ao mundo não-humano.

Tais sentidos podem ser encarados como ainda mais híbridos do que aqueles construídos no escopo do consumo de grupos hegemônicos de elite, pois fundem lógicas aparentemente opostas, a campesina e a capitalista, ao unir o novo com o que já se tinha, em dinâmicas que envolvem imobilidades, imutabilidades e permanências. Nesse aspecto, o uso, o reuso e a manutenção das louças, mas não só delas, fazem parte de um esforço contra a substituição permanente (a "inovação destruidora" de Luc Ferry

[2014]) posta pelo consumo urbano-industrial que pode, deste modo, ser encarado preso a uma lógica estática: a da infinita, circular e constante substituição pelo novo.

Com isto quero dizer que o consumo destes *camponeses do sertão* é ele um mosaico-fluido, termo cunhado pelo filósofo Ued Maluf (2002) para o qual o consumo faz parte de uma série de escolhas por certos objetos que têm a ver com vetores de uma complexa malha que conforma um conjunto material cotidiano dialógico às práticas baseadas em certa reflexividade, na qual os *camponeses do sertão* pensam em seu próprio consumo e optam, ou não, por adotar e usar determinadas coisas. Essas práticas-mosaico são dinamizadas, ainda mais, à medida que uma gama de alternativas (TAVARES JÚNIOR; IRVING, 2005), difracionadas quanto à noção de cultura-mercadoria, encontra lógicas camponesas locais, acarretando em maior diversidade de comportamentos e, com isso, escolhas de consumo e forma de usos de objetos, como nota-se com as transformações ocorridas substancialmente entre os anos 1940-1960 e visíveis nos gráficos de linha e radar que mostrei mais acima.

Para além do "ter humano" apontado pelos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guatarri (1995) como forma de definir o moderno, os moradores das casas de barro definem-se menos pelo ter que pela possibilidade de praticar comportamentos e dar sentido ao devir para sua reprodução social e existência. Os modos de usar e as funções dadas a determinadas coisas, sejam de produção local, sejam de "fora", resultaram da interação dos seres humanos com os não-humanos na construção de identidades de parecer e de pertencer a um coletivo, já que os pratos *shell edged* são comuns a diferentes unidades domésticas (TAVARES JR., IRVING, 2005).

De modo geral, a chegada das louças brancas (pensadas, produzidas e reproduzidas no âmbito urbano-industrial e que se espalharam pelas unidades domésticas no século XIX e com muita força no século XX, quando a produção nacional barateou seu consumo, apesar de nunca ultrapassarem, em quantidade, a produção local de determinadas coisas, como as cerâmicas) e os modos como recorrem nas áreas de descarte, sugerem acomodação de ideias dominantes paralelas à busca pela diversificação na gênese dos processos de escolha. Os processos de mudança observados aqui, como a adoção de formas como xícaras e pratos, e decorações novas, como os pratos beira azul, simbolizam novas escolhas e práticas em relação a anteriores. Fazem parte, igualmente, de processos que exemplificam a capacidade das culturas

humanas de simultaneamente mudar e permanecerem as mesmas (MINTZ, 1984). Para a antropóloga social Bernardete Oliveira (2009, p. 206), a permeabilidade do modo de vida camponês em adotar elementos e valores de um mundo globalizado não significa desagregação, mas ajustes necessários a sua reprodução.

"Mudar continuando o mesmo" dialoga com práticas sutis de contra dominação que germinaram no âmbito da conhecida estrutura patriarcal secular das elites locais do sertão. Para o antropólogo ecológico Rui Murrieta, a dependência dos recursos de natureza doméstica e familiar (mão-de-obra e conhecimento local) que podemos observar entre os *camponeses do sertão* e em suas casas estudadas nessa tese "é prática que tem, historicamente, minimizado o poder de domínio e coerção das elites locais sobre o campesinato, criando discursos ocultos da resistência camponesa através de *habitus* manipulados silenciosamente como referências da identidade local e posição de contra dominação" (MURRIETA, 2001, p. 74).

Ao olhar para as xícaras, pratos e suas especificidades, contextuais e morfológicas, é importante notar que mais que *status*, elas aproximam pessoas ao serem escolhidas comumente para fazer parte de um cotidiano no qual o trabalho e o provisionamento dão pé às condições do existir e cujos frutos e rendimentos são conectados aos moradores das casas de barro por todo um aparato material que auxilia sua reprodução social e existência como camponeses, longe de um fim trágico e sem ignorar as tensões de tais práticas frente à aproximação cada vez maior de lógicas externas.



Mesmo querendo escapar da "ceramofilia" arqueológica, é impossível privar-me de tocar em alguns pontos sobre a cerâmica local/regional⁵⁹ ou *loiça de*

⁵⁹ O termo "cerâmica de produção local/regional" foi popularizado na arqueologia brasileira a partir dos trabalhos de Paulo Zanettini em sua tese de doutorado pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (2005) crítica a homogeneização da classificação "tradição neobrasileira" que pressupunha uma pequena produção para auto-consumo e subsistência. Para o autor, a produção cerâmica que se forma em diversos locais a partir do século XVIII sugere uma indústria local que atendia a demanda de uma população crescente e cada vez mais necessitada por produtos, relacionando sua produção não mais a grupos culturais e étnicos, mas a indivíduos/grupos na sociedade mercantil escravista (homens livres, escravos, aldeados, etc.), mostrando como os padrões decorativos manifestavam relações conflituosas expressas na variabilidade dos artefatos cerâmicos, elucidando

barro, como é chamada etnograficamente pelo sertão (AMARAL, 2012), encontrada maciçamente nas unidades domésticas. Tendo em vista a alta fragmentação dos artefatos encontrados, reduzindo determinados tipos de abordagem, levanto questões mais qualitativas, deixando análises mais fundas aos colegas que tem seguido o caminho cerâmico.

Há que se reconhecer que pouco foi dito sobre a produção cerâmica local/regional do sertão na literatura, contando, atualmente, com bons trabalhos desenvolvidos no escopo etnoarqueológico, como o da paulista Daniella Magri Amaral (2012) para as *loiceiras* do agreste Pernambucano, pela Universidade de São Paulo, e do baiano Luiz Pacheco Queiroz (2015) para a produção das oleiras no cariri cearense, pela Universidade Federal de Sergipe. Algo fora produzido, anteriormente, sobre a cerâmica na região nordeste, com vieses que podem ser divididos entre o etnoarqueológico, como no estudo da cerâmica de Maragogipinho, na Bahia, pelo arqueólogo argentino Carlos Etchevarne (2003), e o folclórico, como nos estudos da cerâmica de Xique-Xique, Caetité e outros locais da Bahia ainda nos anos de 1950 por Carlos José da Costa Pereira (1957).

A cerâmica de contextos históricos tem um intenso percurso ao longo do século XX no continente americano, em especial porque posturas "ceramocêntricas" se, por um lado, desvalorizaram outras categorias materiais, por outro, favoreceram coerências que verticalizaram diferentes áreas da arqueologia para além dos campos definidos por recortes cronológicos arbitrários. Através da cerâmica, as próprias noções reificadas de "indígena" e "não-indígena" (SOUZA, 2008) passaram a ser questionadas, assim como suas amarras temporais, abrindo o flanco para um mergulho na questão das lógicas culturais ao invés da busca por origens étnicas (AGOSTINI, 2010). Isto fortaleceu discursos que tem impacto direto em políticas de identidade e narrativas alternativas aos metadiscursos dominantes, que excluíram determinados grupos sociais e solidificaram entes homogêneos como "índios", "caboclos", "europeus", "negros".

É claro que a categoria cerâmica aplica-se a qualquer coisa produzida a partir da cocção do barro. Com esta generalização, fica complicado apreender, a partir

interações entre oleiros e destes com a sociedade que compunham. Distribuição, produção e consumo, troca e venda, além de atributos tecnológicos são fatores a influenciar a produção cerâmica que ganha à alcunha de "local/regional". A continuidade dessa produção e do saber a ela associado em diversos pontos do Brasil mostra sua manutenção entre diversos grupos sociais ainda nos séculos XX e XXI (AMARAL, 2012).

de análises mais refinadas, a enorme variabilidade de pastas e modos de fazer que o barro possibilita, assim como os modos de perceber e experimentar a arte do barro. Este texto foca-se na categoria que cada vez mais tem tomado para si, nas análises éticas, o termo "cerâmica", em oposição às louças brancas em faiança, faiança fina ou porcelana, ou mesmo deixando de fora a chamada "cerâmica vidrada"⁶⁰.

O fim das grandes propriedades pecuárias no século XVIII e XIX impulsionou a população que deu origem ao *campesinato do sertão* a um novo espriar pelo semiárido (com novas formas de uso e ocupação), organizadas no espaço de modo a construir redes de sociabilidade que dessem conta de complexos sistemas de abastecimento locais e regionais, pautados pela criação de animais (gado, cabras), pequenas roças e pela especialização de atividades como tecelagem e olaria, ao que o historiador Capistrano de Abreu chamou de "civilização do couro", e do barro, no contexto de tipologização do homem sertanejo e do discurso sobre o Nordeste enquanto metonímia da pecuária e da indústria.

Parece-me ter sido esse o momento da consolidação da tradição cerâmica que atualmente encontra-se na região, com predomínio cada vez maior dos grandes recipientes, escovados ou não, para armazenamento. Como propõem, por caminhos diferentes, os historiadores Eric Hobsbawm e Terence Ranger (2002) e o antropólogo Anthony Giddens (2001), muito do que se supõe tradicional e imerso nas brumas do tempo, é produto, no máximo, dos últimos dois séculos e com frequência é ainda mais recente, mantido, construído ou mesmo inventado através da repetição, implicando, automaticamente, em continuidades em relação ao passado.

O fato de não encontrarmos contextos mais antigos que os do século XIX no interior do sertão nos locais trabalhados pelo projeto, a exceção de alguns engenhos e fazendas, me fez pensar que este momento marca, sim, como mostra a bibliografia (ver Pessoa, 2003), novas formas de ocupação do espaço. Com ela, ao longo do século XIX, em especial a partir de sua segunda metade, as tradições cerâmicas parecem ter se conformado, com a delimitação de formas e modos de fazer particulares, cuja matriz profunda de conhecimentos oleiros remonta, certamente, há tempos mais antigos, seja indígenas, africanos ou europeus. É esta cerâmica que vai predominar pelas próximas décadas, quando, com os anos de 1960, mudança significativa ocorre nos modos de

⁶⁰ Na arqueologia brasileira, ela concerne, em geral, a recipientes torneados que ganham banhos vultosos de esmaltes transparentes cuja queima os torna verdes e amarelados).

consumo dessa população, em especial com a entrada de objetos fabricados industrialmente em vidro e borracha. Tais objetos encontram, como venho apontando, realidade pautada por flexibilidade tecnológica que os transfigura em matéria-prima para novas poéticas de produção que têm no reuso sua expressão. Logo, a distinção entre produção e consumo é borrada e complexificada, um duo típico das sociedades capitalistas modernas.

A *loiça de barro* alcança escalas para além da pequena produção e do autoconsumo, como por muito tempo se entendeu a produção doméstica cerâmica no sertão, fazendo parte de uma enorme rede de abastecimento que conecta diferentes escalas espaciais. A troca sempre foi vista como uma das grandes questões relacionadas à reprodução, às relações sociais entre grupos humanos, e sua influência nos estudos da *loiça* no país não deixaram de dialogar com teses pautadas pelo isolamento de populações das áreas rurais a partir de comparações com projetos de modernidade e o aparente dinamismo urbano. Apenas com os anos de 1990, os estudos sobre cerâmicas passaram a inserir, com maior força, a circulação de bens produzidos local e regionalmente nas discussões relacionadas ao abastecimento interno do país (JACOBUS, 1996; MORALES, 2001; ZANETTINI, 2005; ZANETTINI; WICHERS, 2009), ressaltando sua inserção em sistemas culturais de comunicação simbólica, haja vista que o questionamento do termo “neobrasileiro” seguiu críticas às noções de isolamento, estaticidade e homogeneidade que caracterizavam a comunidade produtora de cerâmica e, por conseguinte, o habitante do campo.

Ideias como a de *part-society* nos estudos de campesinato pouco tiveram entrada na arqueologia, e nos estudos sobre cultura material, até pouco tempo. Prevalencia a perspectiva de que a cerâmica era produzida em âmbito doméstico para autoconsumo, sustentando as prerrogativas de autoctonia das manifestações da cerâmica popular e, portanto, do “conservadorismo sertanejo” (PEREIRA, 1957), frente à ausência de trocas e relações entre comunidades e delas com o mundo moderno industrializado. Diferentemente do que a tradição neobrasileira parecia inferir, a autoprodução para autoconsumo não estabelece que todos em uma comunidade são produtores de cerâmica e que, por isso, internamente há especificidades e especializações em termos de conhecimento e papel social no grupo, no âmbito do provisionamento que produz excedentes.

Este excedente implica em trocas e comércio realizados tanto entre comunidades como com os núcleos urbanos, de forma direta, mas, em especial, através das feiras livres. Não se pode negar seu papel ao longo dos séculos XIX e XX para a economia da região. Por todo o sertão conta-se com feiras que abastecem núcleos urbanos e áreas rurais dos mais diversos produtos, de gêneros alimentícios a roupas. Vale ressaltar que as feiras espalhadas pelas cidades no semiárido são um dos exemplos mais vivos do dinamismo e do papel do abastecimento local nas trocas, na socialização e na manutenção material das regiões. Ali se pode assistir a competições de *repente*; em União dos Palmares (AL), a feira é quase um problema urbano por acontecer três vezes por semana e fechar o acesso a maior parte das ruas por sua extensão (a maior no nordeste depois de Caruaru). Quem nunca foi vale à pena.



Figura 91. O que este oceano de *loiça* de barro nos indica do uso da cerâmica de produção local/regional no sertão? As milhares de formas já não existem mais, assim como os corredores que formavam permitindo às possíveis compradores um verdadeiro mergulho neste labirinto. A fotografia, do mercado de louça de barro em João Pessoa, no estado da Paraíba, em 1951, merece contemplação (Foto Tibor Jablonsky, acervo IBGE)



Figura 92. Feira livre na cidade de Trindade, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2011)



Figura 93. Feira livre na cidade de Barbalha, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2011)



Figura 95. Feira livre na cidade de Aurora, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2011)



Figura 94. Feira livre em SPS, Subtrecho 5 (Acervo Zanettini Arqueologia, 2011)



Figura 97. Feira livre na cidade de Missão Velha, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010)



Figura 96. Feira livre na cidade de Brejo Santo, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2011)



Figura 99. Feira livre na cidade de Paulistana, Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia, 2011)



Figura 98. Feira livre na cidade de Buíque, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2011)

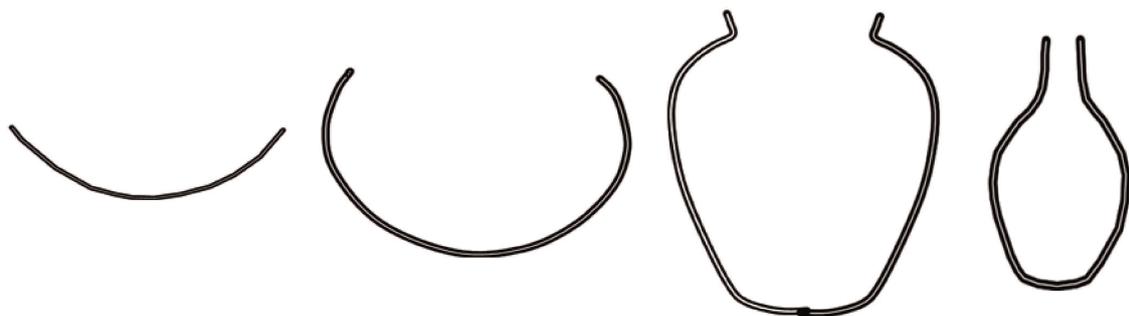
De fato, não seria exagerado dizer que inexistia uma casa sem um recipiente cerâmico produzido regionalmente. Seja, com menor frequência, para cocção, seja para armazenamento, como potes para água (as *quartinhas* e *jarros*), o fato é que a cerâmica soa tão comum e cotidiana que parece ter menor importância dentre bens arrolados em uma casa, apesar de ser justamente, por isso, uma forte ferramenta que constrói uma identidade regional. O abastecimento regional é realizado por centros produtores e oleiras, cuja produção dá conta das necessidades locais, com sobra de excedentes, haja vista a durabilidade que a cerâmica tem e a baixa necessidade de reposição diária. Longe dos moldes industriais de produção, a cerâmica é produzida a partir de fornos na escala familiar – o que de modo algum as restringe ao autoconsumo. Não podemos, todavia, deixar de ressaltar que a produção cerâmica local tem diminuído em muitas partes do sertão frente à proliferação do uso do forno a gás e de panelas de alumínio (que não aparecem arqueologicamente, mas é possível notar etnograficamente). Ao comprar queijo em um sítio camponês no município de Verdejante, no Pernambuco, sua dona disse-me que preferia as panelas metálicas por serem mais leves de carregar, apesar do "cheiro ruim" que exalavam. É comum ouvir também que em uma comunidade havia muitas *loiceiras*, mas agora só uma ou duas.

Para análise do material cerâmico que compõe o acervo resultante das escavações, propus uma abordagem mais expedita, tendo em vista que analisaria diversas categoriais artefatuais diferentes, a partir dos procedimentos já adotados nos laboratórios da Zanettini Arqueologia e propostos por Camila Whichers, e mais tarde por Marcel Lopes, baseando-me na vasta produção arqueológica sobre isso (RYE, 1987; RICE, 1988; LA SALVIA; BROCHADO, 1989; ROBRAHN-GONZALEZ, 1989;

SKIBO, 1992; THERRIEN, 2006; WICHERS, 2007; AGOSTINI, 2010; MORAES, 2007; SOUZA; LOPES, 2014).

Partiu-se da segregação de unidades de análise, através das quais todos os fragmentos do conjunto cerâmico foram analisados de forma quantitativa e qualitativa, abordando tipos de antiplásticos e eventuais marcas do processo de fabricação. Na análise quantitativa, as peças passaram por um estudo mais detalhado (envolvendo os atributos: classe da peça, espessura da peça, tipo do antiplástico, espessura do antiplástico, queima, acabamento/aspecto de superfície externa e interna, técnica decorativa, engobo, decorações plásticas – tipo/motivo). Tive complicações com a reconstituição das formas, devido ao alto grau de fragmentação das peças, apesar de poder notar as semelhanças entre a morfologia dos fragmentos e as cerâmicas existentes hoje. Mas alguns contextos possuíam formas inteiras ou com muito da superfície ainda presente, somando a observação do presente e do acesso à recente bibliografia sobre o assunto, o que colaborou sobremaneira para sua compreensão.

Com pequenas variações nos contornos, basicamente a maior frequência de *designs* morfológicos para as unidades domésticas da amostra são duas: a semi-calota, cuja variação volumétrica é ampla, dos menores *potinhos* até grandes panelas ou tigelas (duas ou quatro alças, ou formas sem alças de tamanho semelhante), com bordas introvertidas ou extrovertidas, e as grandes formas globulares, os *potes* e *jarras*, com pescoços e lábios levemente extrovertidos, sempre em grandes volumes. A relação entre o volume, a altura e a base, que nunca é totalmente plana, faz com que muitos desses potes sejam guardados emborcados, encostados, semi-enterrados ou postos sob os chamados *pés de pote* – os quais vi em Pernambuco, formas vazadas, cônicas, desenvolvidas para manter os potes em pé.



*Prato, tigela, panela**Tigela, panela**Pote, jarra**Quartinha*

Figura 100. Design básico do perfil das formas cerâmicas (Desenho do autor).

Acima, optei por um desenho muito básico do contorno das formas predominantes na cerâmica de produção local/regional, que pude reconstituir a partir dos fragmentos e que observei no presente que encontrei em casas e feiras. As linhas representam apenas o *design*, que acompanha variações volumétricas e estilísticas, mas que mantém essa mesma perspectiva: formas abertas que me foram apresentadas como *pratos*, *tigelas* ou *panelas*, quando ganham duas asas; formas fechadas, globulares, chamadas *tigelas* quando com quatro asas e *panelas* quando com duas asas; *potes* e *jarras*, grandes recipientes para armazenamento de água, maciçamente escovados, por vezes com pescoço mais marcado, por vezes não, mas sempre em formato piriforme; *quartinhas*, formas com gargalo acentuado, e menor capacidade volumétrica, para armazenamento e serviço de água. Daniela Amaral (2012) identificou designaçãoêmica similar para tais formas no agreste pernambucano.

A seguir, ilustro as formas com imagens de contextos onde estavam "inteiras":



Figura 101. Pote emborcado no sítio arqueológico Palma II, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).



Figura 102. Fragmento bastante íntegro no sítio arqueológico Flecheira Velha, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).



Figura 104. *Pé de pote* no sítio arqueológico Fazendinha, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).



Figura 103. Recipientes alinhados no beiral de casa no sítio arqueológico Fazendinha, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).



Figura 105. Potes emborcados no sítio arqueológico Soledade, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).



Figura 106. Jardim de potes emborcados em um sítio camponês em Verdejante, Pernambuco (Foto do autor, 2009). Ali compramos queijos.



Figura 107. Potes emborcados nas paredes de uma unidade doméstica (AOH 3), em Parnamirim, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).



Figura 108. Pote escovado afixado em apoio de barro produzido no chão (AOH 58), Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).

O volume dessas formas e sua recorrência, e sobrevivência, dialoga com uma lógica de aprovisionamento na qual a capacidade de aprovisionar água, grãos e outros alimentos é de enorme importância. Cada vez mais essa indústria deixa de produzir formas menores, substituídas pelo metal, mas pouco encontra substitutos para os grandes potes para armazenamento e transporte de água. Ainda proliferam, dentre as mesmas, as *quartinhas* (na região sudeste chamadas de *moringa*), cujo menor volume também serve para aprovisionar água, mas sua transportabilidade aumenta sua mobilidade no interior da unidade doméstica. *Quartinha*, *pote* e *jarra* fazem parte do sistema de objetos que envolve a questão da água no semiárido, como sugeri no subcapítulo 2.3.

Quanto aos acabamentos de superfície, de maneira geral, tem-se o predomínio de superfícies alisadas, excetuando-se os escovados após a confecção do vaso com a argila ainda úmida, por meio de variados instrumentos. Predominam, em absoluto, os antiplásticos minerais, visíveis a olho nu para potes de maior volumetria. A queima oxidante tornou as cerâmicas mais escuras, para o marrom, queima comum aos fornos artesanais com atmosfera redutora rica em monóxido de carbono.

Comparando e sintetizando as espessuras dos 15.887 fragmentos cerâmicos do total dos 75 contextos, foi possível propor cinco agrupamentos (utilizei para isso o *software* Past) calculando os intervalos a partir das espessuras máximas e mínimas. Há predomínio maciço de formas com 5,1-10 mm de espessura (cerca de 64%) seguido das formas de 1-5 mm (cerca de 22%), de 10,1-15 mm (cerca de 11%) e de 15,1-30m (cerca de 2%). As espessuras a partir do primeiro intervalo (5,1-10 mm) englobam as formas de maior volumetria indicando, assim, predomínio de fragmentos relacionados aos recipientes para aprovisionamento. Mesmo considerando que sua quebra gera maior quantidade de fragmentos, sua probabilidade para quebra é pequena, já que pouco móveis. Semi-fechadas e profundas, é nelas que predominam superfícies escovadas.



Figura 109. Fragmentos de cerâmicas escovadas, nos grandes recipientes (Da direita para a esquerda: sítio arqueológico Jurema, Juazeiro e Aracajú [Acervo Zanettini Arqueologia, 2010]).

De modo geral, como mostram gráficos e interpretações, a tradicional e predominante cerâmica de produção local/regional tende a ter seu uso reduzido no cotidiano sertanejo definitivamente a partir dos anos de 1960, o que se relaciona às mudanças em preferências de consumo e à redução de sua produção, assim como a diminuição de pessoas detentoras desse conhecimento (as oleiras). A cerâmica de produção local/regional acompanha a queda do uso das faianças finas, em especial quando passa a predominar a produção nacional, cujo número de fábricas cai a partir dos anos de 1940 vertiginosamente (SOUZA, 2013), frente à competição com a porcelana brasileira (que discretamente entra neste cotidiano), com vidros e plásticos. A arritmia que se percebe pós este período, também pode estar relacionada à intensificação dos movimentos de sair e retornar (GODOI, 2014), da implantação de novos moradores de “fora” e das alterações desiguais no quesito acesso aos bens industriais entre os moradores das áreas rurais.

O gráfico de dispersão abaixo mostra como a frequência da cerâmica mantém-se bastante alta, para apresentar níveis tanto baixos como altos após esse período.

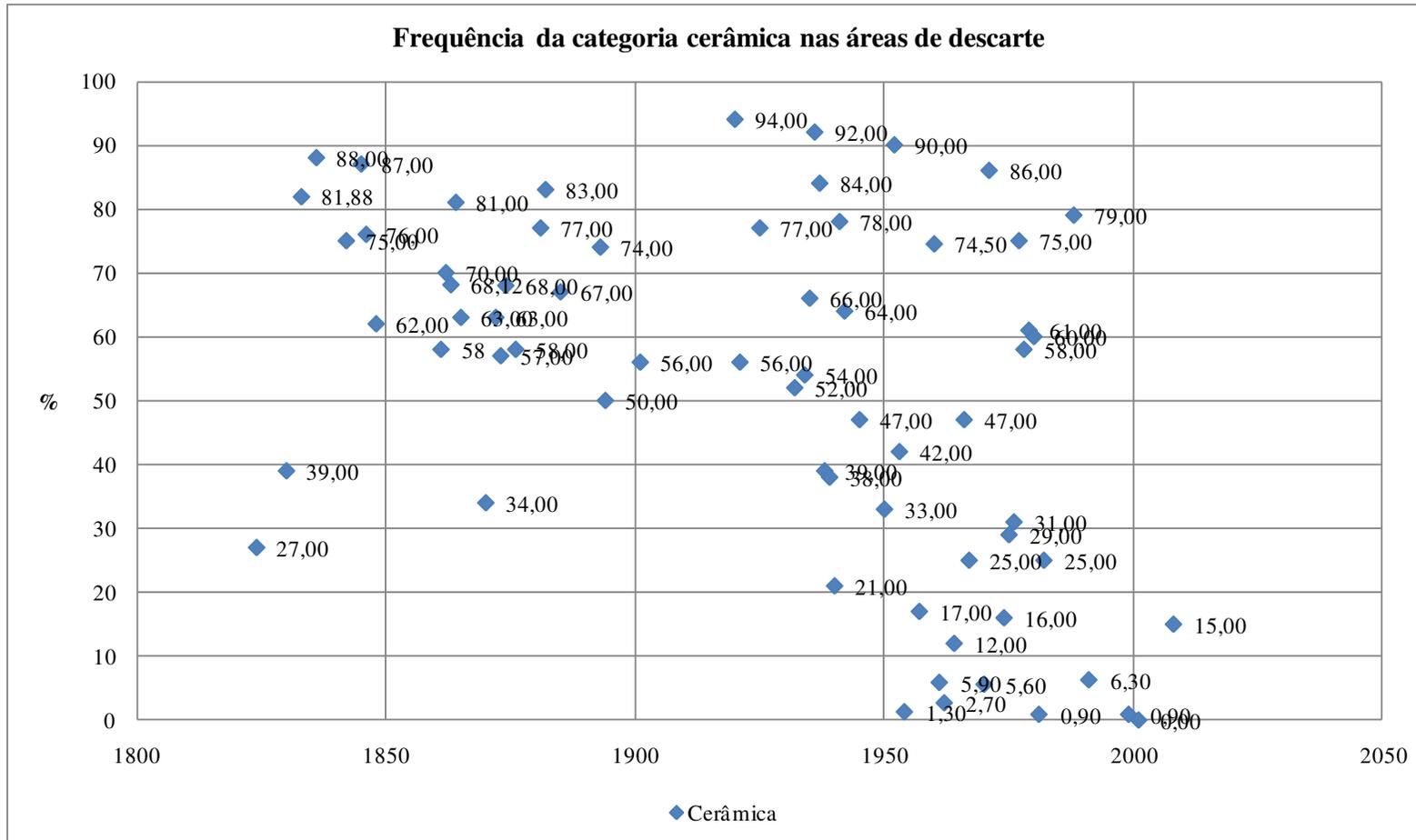


Figura 110. Gráfico de dispersão das frequências de cerâmicas ao longo do tempo. Cada ponto azul é a frequência de um sítio arqueológico distinto (Gráfico do autor). É visível o aumento de variação de frequências após os anos de 1950.

Frente à enormidade de questões que podem ser abordadas a partir das cerâmicas, e esta pesquisa não se propõe a um estudo ceramológico ou especificamente sobre esta categoria artefactual, gostaria de enveredar por duas delas: uma primeira referente à distribuição das *loiças de barro* intra-semiárido no escopo do sistema de abastecimento regional, sua relação com o meio e com a circulação e trocas; e uma segunda, relativa às implicações relacionadas à bicromia entre peças claras (brancas), com pinturas vermelhas, motivos curvilíneos, em recipientes para serviço, e aquelas mais escuras (marrons), escovadas, destinadas, em geral, à cocção e aprovisionamento, assumindo que a escolha da cor conta sobre as pessoas e suas ações e que as cores são símbolos ativos que têm função e significado (PLOG, 2003, p. 665).

Utilizarei o caso das áreas de descarte das casas do sudeste do sertão do Piauí para explorar de modo mais pormenorizado ambas as questões, a meu ver, bastante imbricadas. Apesar da visível queda na representatividade dos recipientes cerâmicos no cotidiano das ocupações, vale ressaltar a presença de uma tipologia artefactual cerâmica que se manteve quantitativamente constante, destarte sua baixíssima frequência em relação ao total das amostras: os recipientes de cerâmica branca com pintura em vermelho. Eles recorrem em oito contextos arqueológicos (sítios arqueológicos Barra do Bucaitá II, Belenzinho, Cajueiro, Canavieira, Costa, Macaúba, Menandro e Morro da Cruz) que se concentram nas áreas rurais dos atuais municípios de Simplício Mendes, São Miguel do Fidalgo, Itauera, Pavussú e Bela Vista do Piauí. Até os anos de 1950, esses locais eram pequenos povoados que pertenciam aos municípios de São José do Peixe (Itauera, Pavussú e São Miguel do Fidalgo) e a Simplício Mendes (Bela Vista do Piauí) (IBGE, 1958).

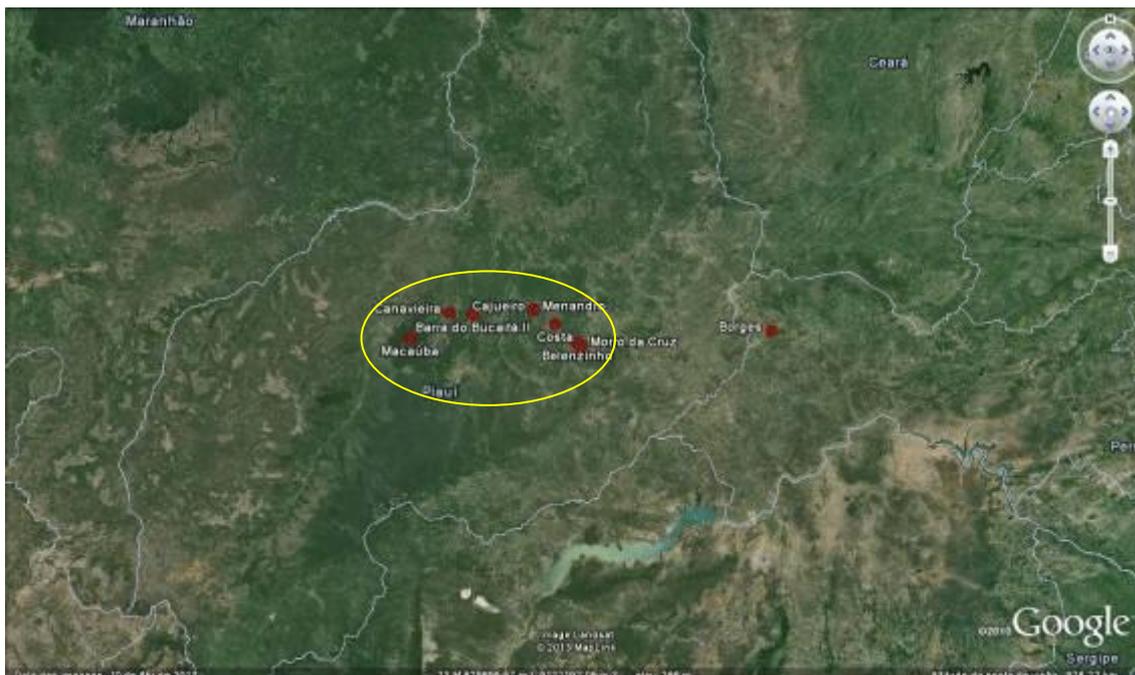


Figura 111. Distribuição espacial dos sítios arqueológicos com presença de cerâmica branca nas áreas de descarte dos sítios camponeses (Base Google Earth).

A porção do estado do Piauí a que me refiro é rica em jazidas de uma argila sedimentar que queima branco, de alta qualidade, granulometria fina e elevada plasticidade, a *ball clay* (caulinita, mica e quartzo, basicamente), cujos depósitos não são, de modo algum, comuns no Brasil. Apesar disso, uma das maiores jazidas está justamente na região do município de Oeiras, com recorrência em Simões e São José do Piauí (MENEZES, FERREIRA, NEVES, FERREIRA, 2003), áreas sobre as quais incidem ou são fronteiriças aos contextos estudados. Estas fontes de argila correspondem a áreas produtoras e foram utilizadas por diversas comunidades para produção cerâmica. As cerâmicas brancas localizadas nas áreas de descarte piauienses recorrem em contextos tanto do século XIX como do XX, expressando frequência que varia entre 0,4 e 2%, apenas, do total de cerâmicas de produção local/regional encontradas. Sua baixa frequência e constante recorrência, no entanto, indicam alguns caminhos.

A *ball clay* é a argila plástica para cerâmica branca utilizada pelas fábricas de faiança fina inglesas, daí seu nome referir-se ao método de extração na Inglaterra. Estariam elas dialogando com a impossibilidade de aquisição de louças em faiança fina? Seriam expressões locais influenciadas pelas louças importadas? Dialogariam com matrizes antigas da cerâmica portuguesa ou seriam inspiradas em padrões decorativos indígenas?

Aparecem em contextos anteriores ao século XIX ou nascem desse momento, onde o diálogo com outras categoriais de materiais, alguns industrializados, se intensificava?



Figura 112. Fragmentos de cerâmicas brancas com pintura vermelha dos sítios arqueológicos Costa e Canaveira, no Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). O binarismo do vermelho com o branco, em temas florais e em faixas, remete a fusões cujas origens são complicadas de mapear. Mas a questão não deve ser a origem, mas seus usos e apropriações no contemporâneo em que circula.

É interessante notar que as cerâmicas brancas com pintura vermelha somente ocorrem, nos contextos piauienses, onde predominam louças em faiança fina e onde estão praticamente ausentes as porcelanas brasileiras (com exceção do sítio arqueológico Menandro). A prevalência das faianças finas, dentre as louças brancas, é patente, seguidas discretamente por fragmentos de porcelana brasileira (exceto nos sítios arqueológicos Siriema e Serra Vermelha I).

O apelo estético da cerâmica da região dialoga com o dualismo cromático entre o branco, a cor do suporte enquanto tela, e o vermelho, a cor da decoração. Tal dualismo assemelha-se à existência de cerâmicas mais claras e cerâmicas mais avermelhadas. As cores são opostas e mutuamente excludentes: nenhuma cerâmica com coloração de pasta mais avermelhada é pintada de vermelho, assim como nenhuma cerâmica clara tem pintura em branco. O contraste observado na cerâmica entre o vermelho (escuro) e o branco (claro) resulta da escolha tecnológica que se manifesta esteticamente enquanto resultado do processo de queima. É interessante perceber que o contraste branco/vermelho pós-cocção é invertido pré-cocção: o barro que queima branco é mais escuro cru (cinzento) do que a tinta que queima vermelho (branca). É a queima, portanto, quem dá vida à relação entre as cores e a representação do vermelho sobre o branco.

Visualmente, as cerâmicas brancas com pintura vermelha, apesar de aproximarem-se tecnologicamente das demais cerâmicas de produção local/regional, estão esteticamente mais próximas das louças brancas. Por outro lado, vermelho com branco não é uma combinação que recorre para as faianças finas, as quais, aliás, raramente contém vermelho, mas, sim, outras cores, em especial combinando tonalidades de azul e marrom e, em menor frequência, de verdes e violetas – o que igualmente tem a ver com as possibilidades de acesso a certos pigmentos e o controle de cores durante queimas às baixas temperaturas (RICE, 1987). Assim, elas diferenciam-se também pela oposição cores frias (azul): quentes (vermelhas) e até mesmo pelo local de uso, pois raramente as louças saem das quatro paredes da casa, como as cerâmicas, encontradas na parte externa da unidade doméstica (antes de irem para as áreas de descarte).

Diferentemente do que predomina na tecnologia cerâmica dos demais recipientes, a cerâmica branca sofreu maior alisamento, teve sua queima melhor controlada (caracterizando pasta mais dura, menor porosa e com superfície mais impermeabilizada) e fora fabricada, grosso modo, modelada e/ou acordelada, decorada com pinturas vermelhas em motivos geométricos (faixas), florais e fitomorfos, apesar do alto grau de fragmentação dificultar seu reconhecimento.

Correspondem a recipientes de *design* côncavo, com altura maior que largura, não utilizadas para cocção. A queima redutora e controlada sugere, juntamente com a pintura vermelha, assim como a opção por argila de queima clara e granulometria fina, uma tradição cerâmica bastante diferente daquela na qual estão inseridos, grosso modo, os demais recipientes (de coloração amarronzada, granulometria grossa, escovadas).

Vale ressaltar que além de sua distribuição espacial claramente centrada apenas em uma região específica, o sudeste do Piauí, os fragmentos de cerâmica branca com pintura vermelha na amostra incidem sobre locais com construções de taipa e não naquelas com adobe, tijolo maciço ou cimento. A preferência pelo consumo destas peças pode estar relacionada a outros hábitos, além de ser dialógica à própria disponibilidade oferecida pela geologia da região em termo de fontes de matéria-prima. Nem por isso predominam no cotidiano de todos os camponeses.

Sua produção parece nunca ter suplantado a das demais formas de cerâmica local/regional, destarte as últimas alcançarem peças cuja volumetria (e espessura de parece) é muito maior (jarros e potes, por exemplo) do que nas primeiras. O apelo plástico das segundas (com os acabamentos que dão aparência escovada e estriada às superfícies

das peças, resultado da utilização de sabugos, pentes e outras ferramentas) difere da estética da pintura vermelha sobre fundo branco das primeiras. A própria fluidez dos traços dos “pincéis” utilizados para o vermelho opõe-se à rigidez das incisões dos escovados, cujas retas conectam-se por ângulos.

Os fragmentos passíveis de análise indicaram formas com gargalo (como *quartinhas*) e em meia-calota (tigelas) com base em pedestal. Para os fragmentos que puderam ser mensurados, obtive bases com 8 cm de diâmetro e bocas entre 16 e 22 cm. Abaixo sugestão de sua reconstituição.

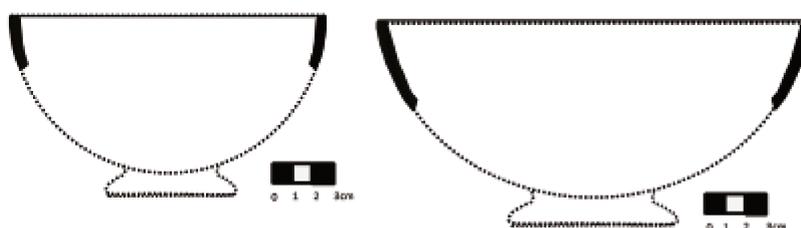


Figura 113. Sugestão de reconstituição de forma com pedestal em cerâmica branca (Desenho do autor).

Para o caso do Pernambuco, algo semelhante acontece. A baixa recorrência de fragmentos cerâmicos bastante alisados, de aparência avermelhada, com antiplástico microscópico, abertas, em formas como *tigelas* e *panelas*, mas não para provisão, as assemelham às cerâmicas da região de Caruaru no agreste, levantando possibilidades de estudo de distribuição e trocas desses artefatos. Isso, no entanto, escapa ao fôlego deste trabalho.

De qualquer modo, a maior frequência do componente cerâmico nos contextos vai para muito além de sua simples quantidade, pois significa, obviamente, a presença de um material produzido regionalmente, com escolha de matérias-primas locais, que dialogam com um conhecimento sobre o ambiente, a não compra ou aquisição de mercadorias por uma série de razões, a manutenção de um modo de ser e fazer, uma tradição e um sistema de abastecimento que, ao final, caracteriza uma lógica e um modo de vida destes moradores.



Os metais, por fim, relacionam-se, visivelmente, muito mais ao universo do trabalho, mais do que qualquer outra categoria artefactual. E a esfera do trabalho faz parte da vida doméstica no âmbito da tríade constantemente reafirmada para as populações camponesas – terra, trabalho e família –, o que faz do sítio camponês também ele uma unidade produtiva (WOORTMANN, 1995, p. 248).

Por um lado, as embalagens, em especial de óleo, entram com muita força no sertão e são uma das formas em metal mais expressivas nas áreas de descarte, reflexo não apenas de seu uso, mas de suas possibilidades de reuso e de descarte. A entrada das embalagens de metal, com destaque para as latas de óleo, aumenta consideravelmente o volume das áreas de descarte, e, conseqüentemente, do lixo produzido, alterando a lógica dos fundos da casa como sumidouro e gerando resíduos acima da capacidade e necessidade de reuso neste cotidiano, ferindo a dinâmica do sistema pré-existente ali. Curioso notar, igualmente, que em alguns dos contextos arqueológicos estudados (sítios arqueológicos Missão Velha II e Baixo dos Milagres I), os metais foram seletivamente unidos no interior da área de descarte ou fora dela, indicando especialização tanto no que concerne a tirá-los de vista porque podiam cortar o pé, como concentrá-los para mais fácil recolhê-los depois, caso necessário.



Figura 114. Concentração de latas de óleo na área de descarte da casa que compõe o sítio arqueológico Missão Velha I, no município de Missão Velha, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010): fácil identificar onde, para não pisar neles, mas também para recorrer a eles para um possível reuso

Por outro lado, alguns artefatos em metal têm baixa frequência (um ou dois exemplares), mas recorrem em muitos dos contextos analisados: refiro-me às enxadas e partes de pequenas enxadetas e enxadecos utilizados para o trabalho na terra (sítios arqueológicos Erva Daninha, Carnaúba, Jurema, Piquet Carneiro II, Pontilhão, Monte Sinai, Salgado III, Seu Lunga, Baixio da Formiga). Além destes, também recorrem as menos comuns foices, pás e machados (sítios arqueológicos Costa, Olho d'Água, Belenzinho, Missão Velha, Calumbi, Menandro e Baixio da Formiga).

Depois dos instrumentos para trabalho na terra, estão presentes aqueles referentes ao trabalho no interior da casa, como dedais, ferros de passar roupa (ainda a carvão) e moedores de carne. Outro grupo é composto por projéteis de arma de fogo (sítios arqueológicos Viúva Virgem, Acopiara I, Belenzinho, Menandro, Tabuleiro, Joatama), por moedas (sítios arqueológicos Erva Daninha, Croatá, Cantim, Viúva Virgem, Vila Viana Nascente IV, Vereda dos Patos, Capela e Pau a Pique), candeeiros (sítio arqueológico Menandro) e chocalhos de cabras e bois (sítios arqueológicos Baixio da Formiga, Pau a Pique, Fazenda Mulungu). No caso das moedas, foram certamente guardadas por anos em uma região que, por muito tempo, deve ter sido caracterizada por baixa circulação de dinheiro (as unidades domésticas com moedas restringem-se quase que exclusivamente ao sertão central do Ceará). Uma singela representação do metal no universo da alimentação, na cozinha, está nos pratos de ágate (sítio arqueológico Belenzinho) e nas pesadas panelas de ferro com três pequenos pés (sítios arqueológicos Bozo, Pajeú, Tabuleiro), sub-representados nas áreas de descarte pela própria durabilidade dos materiais durante sua vida (como comentei sobre a ausência de panelas de alumínio, por exemplo).

Ao associar os objetos a suas esferas de uso e funções, fica evidente que o metal, especialmente o ferro, e mais, recentemente, o alumínio, representam o trabalho, tanto no universo masculino (as ferramentas agrícolas) como no feminino (cozinhar, tecer, cuidar das roupas) nestas unidades domésticas (o que não quer dizer que as mulheres não trabalhem no roçado). De acordo com Ellen Woortmann e Klaus Woortmann (1997), no interior da unidade familiar, o trabalho camponês é organizado segundo relações de hierarquia, de gênero e geração. Ademais, não é de hoje que o sentido do ferro e dos metais associa-se ao trabalho, como mostrou o filósofo e grande historiador das religiões, o

romeno Mircea Eliade (1974) em relação ao triunfo industrial do metal e seu papel nos ritos e símbolos metalúrgicos em diversas sociedades. A ferra do boi, que acontece em diversos lugares da região Nordeste, mostra o vínculo estreito entre o ferro, o gado e o vaqueiro, através dos símbolos dos criadores de gado que formam o que Gustavo Barroso denominou de "heráldica sertaneja" (BARROSO, 1932).



Figura 115. A materialização do trabalho pelas ferramentas de metal que recorrem no quintal das casas, amoladas e desentortadas por pedras muito bem escolhidas para tal, encabadas com madeira da caatinga. Da esquerda para a direita, de cima para baixo: 1. Foíce, sítio arqueológico Canafístula II, PE; 2. Enxadeco, sítio arqueológico Seu Lunga, CE; 3. Enxada, Estação Ferroviária Felipe Camarão, PE; 4. Enxada, sítio arqueológico Mufumbu, PE; 5. Foíce, sítio arqueológico Calumbi, PI; 6. Cavador, Estação Ferroviária Felipe Camarão, PE; 7. Enxada, sítio arqueológico Jurema, PE; 8. Enxada, sítio arqueológico Carnaúba, PE; 9. Enxada, sítio arqueológico Pontilhão, CE; 10. Foíce, sítio arqueológico Missão Velha II, PE; 11. Cavador, sítio arqueológico Missão Velha II, PE; 12. Pá, sítio arqueológico Baixio da Formiga, PE; 13. Enxada, sítio arqueológico Salgado III, PE; 14. Foíce, sítio arqueológico Belenzinho, PI; 15. Enxada, sítio arqueológico Erva Daninha, CE; 16. Enxada, sítio arqueológico Arco Verde II, PE; 17. Enxada, Estação ferroviária Felipe Camarão, PE; 18. Machado, sítio arqueológico Calumbi, PI; 19. Machado, sítio arqueológico Menandro, PI; 20. Enxada, sítio arqueológico Monte Sinai, CE; 21. Enxada, sítio arqueológico Piquet Carneiro II, PE (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).

Todavia, apesar dos dedais, do ferro de passar e do moedor terem sido encontrados nas áreas de descarte, as ferramentas nunca o foram, assim como o chocalho (que pode ter sido perdido por ação da própria cabra, errante pelo sertão). Ferramentas não atuam sozinhas; elas são acompanhadas da madeira para seu encabamento, mas também pelos líticos, utilizados como amoladores, fixos ou móveis, ou como batedores e suportes para desentortá-las⁶¹. Ferro e pedra andam juntos para dar materialidade ao trabalhar, na possibilidade de uso e manutenção da própria ferramenta, materiais que sugerem dureza e persistência.



Figura 116. Amolador fixo na unidade doméstica do sítio arqueológico Pontilhão, município de Quixadá, Ceará (Foto do autor). Precisávamos de foices amoladas para trabalhar e as obtivemos no próprio contexto em que estávamos. Quem agiu primeiro? Nós ao localizarmos a casa ou a casa aos nos permitir seguir com a localização?



Figura 117. Base para desentortar ferramenta, fotografia de Marcos Issa no Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). Mais uma vez o lugar permitiu o trabalho; e nós permitimos ao lugar engajar-se conosco.

Assim como as *rodinhas* de borracha, das quais falarei à frente, e os vasos que servem para plantas ou que estão emborcados junto às paredes ou sobre os beirais para captar água da chuva, as ferramentas circulam pelo terreiro, sem entrar na área de descarte,

⁶¹ Os amoladores são de dois tipos: móveis e fixos, ambos em diabásio. Em especial, os amoladores fixos são utilizados por muito tempo depois do fim do uso da unidade doméstica enquanto moradia. (já que os moveis também aparecem nas áreas de descarte, muito mais relacionados às facas da cozinha) e ouvi histórias até mesmo de que foram herdados. Eles apareceram nos sítios arqueológicos Quixadá IV, Pontilhão e Jurema.

sem nunca estar claro quando estão inutilizadas ou se ainda fazem parte de práticas ativas, já que tanto o ferro como as pedras são de lenta (se não lentíssima) degradação, ainda mais, para o primeiro, em um ambiente seco como este. A dureza e durabilidade do metal das ferramentas prolongam sua vida, assim como é um forte símbolo do próprio trabalho, um trabalho que ocorre fora da casa, e que é visível por aqueles de fora do círculo familiar e vicinal, diferente daquele trabalho no interior da casa, representado pelo dedal, pelo ferro de passar, pelo moedor.

Desse modo, o trabalho visível : artefato visível dialoga com o trabalho invisível : artefato invisível, invisibilidade que se dá quando o mesmo parte do interior privado para a área de descarte aos fundos do terreiro – para a área de socialização, para o público no terreiro, as enxadas: ali se trabalha, se gera, se movimenta. As ferramentas, diferente dos dedais, moedores e ferros de passar, que traçam a conexão entre o terreiro, na área de descarte, e o dentro da casa, traçam também a conexão entre o terreiro e o fora da unidade doméstica, a roça, a caatinga, o selvagem, o novo, o desconhecido. A ponte entre ferramentas e natureza expõe os ciclos da vida natural e dos tempos-lugares regidos pelas forças naturais transformadas pela força do trabalho, como mostrou o antropólogo social Carlos Brandão (2007, p. 51), segundo o qual os espaços da vida e do trabalho ainda são, em larga medida, os da própria natureza.

Mais uma vez recorro a Ellen e Klaus Woortmann (WOORTMANN, 1983; WOORTMANN; WOORTMANN, 1997) conforme os quais, no estabelecimento da relação da casa como marco referencial de ordenamento espacial, é ela o ponto de partida do processo de trabalho. Em seus estudos entre os sitiantes sergipanos, observaram que cabia ao homem determinar a direção do trabalho que segue da casa para o mato, ou seja, de dentro para fora, respeitando uma lógica que parte do conhecido e domesticado para o desconhecido e natural. Segundo os autores, “a direção vai de dentro para fora... num movimento centrífugo que tem na casa o núcleo organizador do processo de trabalho” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 37). Essas direções e movimentos materializam-se na própria disposição espacial dos objetos metálico encontrados nos contextos estudados aqui.



O uso dos metais e dos artefatos em metal faz necessário ressaltar, por fim, a relação do consumo de certas categoriais e suas relações no tempo de forma sincrônica, dentro dos universos de ação e uso no interior das unidades domésticas. As correlações de componentes principais entre algumas das categorias permitem notar aspectos interessantes. Utilizei o *software* Past para análise de componentes principais como ferramenta de análise multivariada dos dados, em especial para explorar as relações entre as variáveis. Como consequência, gerei uma série de gráficos, que apresento a seguir, e que expressam a relativa estabilidade na frequência de plásticos, líticos e grès que não alteram a presença e o uso das *loijas de barro*, o que é totalmente diferente para as faianças finas e, como já havia dito, para o vidro, cuja presença está bastante relacionada à mudança na frequência da cerâmica.

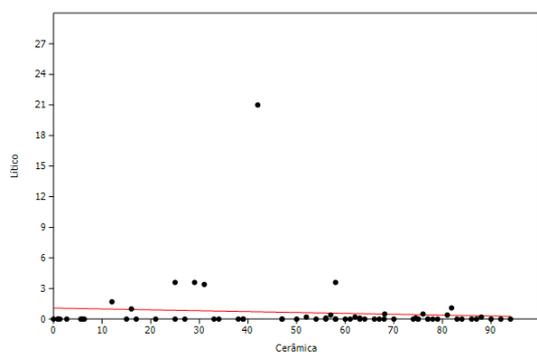


Figura 118. Lítico x Cerâmica: o percentual de artefatos de pedra manteve-se relativamente constante quanto maior o percentual de cerâmica (Gráfico do autor).

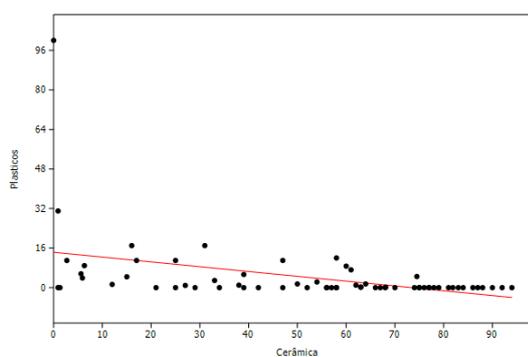


Figura 119. Plásticos e borrachas x Cerâmica: o percentual dos polímeros sintéticos decai à medida que cresce o de cerâmica (Gráfico do autor).

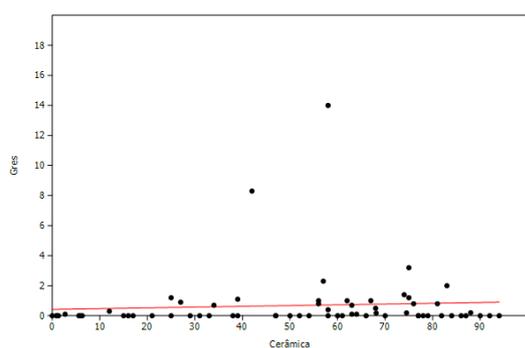


Figura 120. Grès x Cerâmica: o percentual de cerâmica praticamente não altera o percentual de grès (Gráfico do autor).

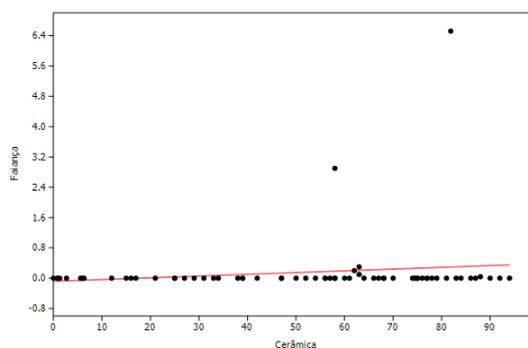


Figura 121. Faiança x Cerâmica: o percentual de cerâmica não altera o percentual de faiança (Gráfico do autor).

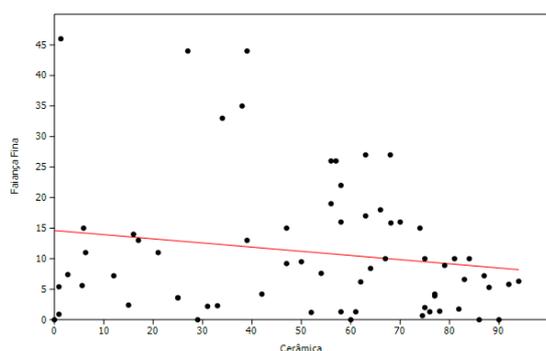


Figura 122. Faiança fina x Cerâmica: o percentual de faiança fina declina levemente quanto maior o percentual de cerâmica (Gráfico do autor).

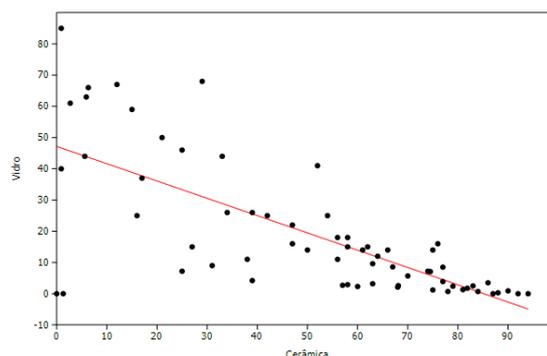


Figura 123. Vidro x Cerâmica: o percentual de vidro declina acentuadamente quanto maior o percentual de cerâmica (Gráfico do autor).

Exploro aqui algumas das questões levantadas pelas relações visualizadas a cima.

É frequente observar que as louças brancas, no século XIX, deram início a um diálogo, consolidado no século XX, com os recipientes cerâmicos, ícones de uma nova ordem e lógica no seio da modernidade (SOUZA, 2010). Em diversas pesquisas, elas foram vistas sob a ótica da aquisição e da mudança para novos hábitos e novas tradições (HENRY, 1996; TOCCHETTO, 2010; LIMA, 1997). Todavia, observei no presente contexto que a frequência de recipientes cerâmicos altera-se de modo inversamente proporcional à presença daqueles em vidros, muito mais do que em relação às louças. No entanto, vidro e cerâmica não possuem as mesmas morfologias, para substituírem-se no que concerne à função – como pode ocorrer com as louças brancas –, não fazem parte das mesmas esferas de ação e universos de uso, e não são produzidos nos mesmos contextos: fabricados industrialmente, em larga escala, como mercadoria, os vidros certamente são distintos das cerâmicas de produção local/regional, produzidas localmente, por oleiras em diálogo estreito com tradições locais e modos de fazer que compõem um sistema de abastecimento regional.

Por outro lado, vale pensar a relação cerâmica-vidro no que concerne às formas de provisionamento, já que as garrafas, forma predominante dos artefatos vítreos, podem ser mantidas como recipientes vazios, destarte a enorme diferencia volumétrica em relação aos *potes* e *quartinhas*. Mas fora isso, estas duas categoriais artefatuais dificilmente ocupam as mesmas funções. Por isso, talvez essa relação esteja para além de substituições

funcionais e o crescimento do uso do vidro seja indício da chegada de uma nova lógica da qual ele é parte material.

Do ponto de vista sincrônico, se dermos foco à predominância e frequência das categoriais em seus universos de ação e uso, tem-se um dado interessante: a especialização dos artefatos por categoria é menor no universo da alimentação (é claro que, aqui, não estou considerando as possibilidades abertas pelo reuso). Isso leva a reafirmar que é a alimentação, e a aparelhagem que lhe dá forma, uma esfera onde o *habitus* pouco altera sua dinâmica ou a altera de modo lento, ou, ainda, que frente às mudanças externas, é uma esfera que tende a ser mantida, reproduzindo-se e envolvendo modo, estilo e jeito de alimentar-se junto da comida, da cozinha e das maneiras de fazer, como observaram diversos autores (DA MATTA, 1984; MINTZ, 2001; MACIEL, 2004). A essa reprodução poderíamos chamar, até mesmo, de conservadorismo ou de rejeições de certos valores da cultura hegemônica.

É na alimentação, na esfera mais recôndita da vida privada da unidade doméstica, a mesma que é porta para estabelecer laços de sociabilidade e hospitalidade, que são utilizados maior número de objetos e que tem maior representatividade na área de descarte. É certamente a esfera mais materializada depois da casa em si.

Também importa notar que as categoriais artefatuais que compartilham função e uso em mais de um universo são aquelas mais frequentemente reusadas, ao menos com base no que se nota arqueologicamente. Utilizei, a seguir, noção derivada da teoria de conjuntos, a intersecção (\cap), quando um conjunto de elementos, simultaneamente, pertence a dois ou mais conjuntos, para relacionar universos de ação às categorias artefatuais:

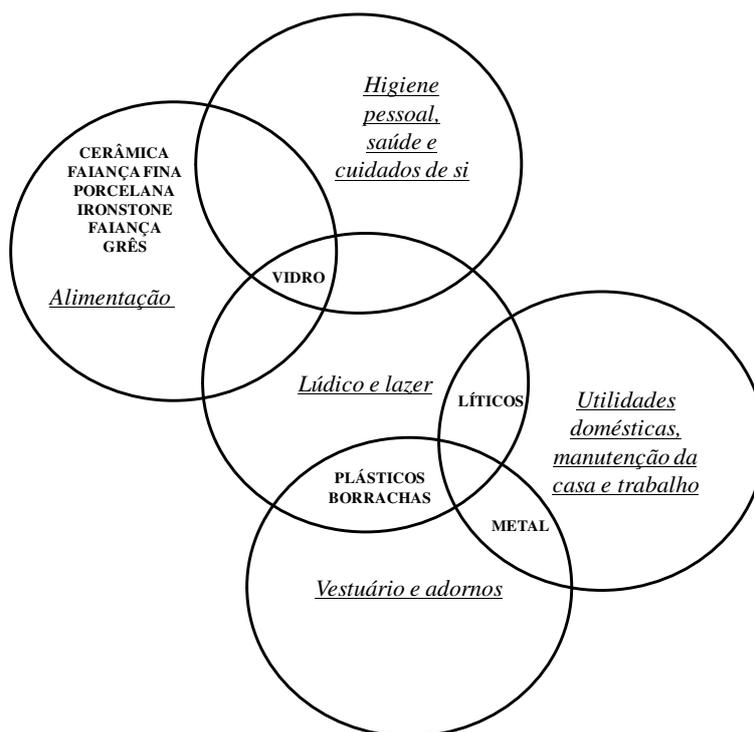


Figura 124. Intersecções entre universos de ação e uso e categorias artefatuais (Desenho do autor).

Temos assim:

Alimentação \cap Lúdico e lazer \cap Higiene pessoal, saúde e cuidados de si = {vidro}

Lúdico e lazer \cap Vestuário e adornos = {plástico e borracha}

Lúdico e lazer \cap Utilidades domésticas, manutenção da casa e trabalho = {lítico}

Vestuário e adornos \cap Utilidades domésticas, manutenção da casa e trabalho = {metal}

As intersecções de conjunto acima indicam pontos interessantes:

- A esfera com maior tipo de categoriais é a da alimentação, com investimentos, possibilidades e escolhas maiores, sincronicamente, apesar de seu relativo conservadorismo, diacronicamente.
- O vidro é o elemento comum a mais esferas, também devido à sua enorme plasticidade do ponto de vista da produção, seguido do metal;
- A esfera do lúdico e do lazer (vidros, líticos, plásticos e borrachas) é a que mais compartilha categoriais artefatuais com outras esferas, apesar de sua menor representação nas áreas de descarte.

Proponho um mergulho na materialidade do universo do lúdico e do lazer para encerrar o Capítulo 2.

2.5. Reuso das *rodinhas*: o sertanejo reencanta seu mundo

Ao realizar o trabalho de campo, notei que, nos asseados e bem varridos terreiros, para além da tradicional área de descarte de lixo, aos fundos ou na lateral da casa, sempre em superfície, e em distintas porções deste espaço doméstico, podia ser encontrado um pequenino artefato chamado localmente de *rodinha*, manufaturado a partir de antigas solas de sandálias e chinelos de borracha. Apesar de possuir distintos usos, as *rodinhas* faziam parte, especialmente, do universo infantil enquanto rodas de carrinhos (muitas vezes fabricados com latas de sardinhas já consumidas) que servem de brinquedos.

Este extremo reuso poderia ser pensado, ingenuamente, como parte de uma lamentável escassez de bens disponíveis e do acesso a eles. Mas, então, por que apenas *rodinhas* eram produzidas a partir das solas, e não outras formas, e por que recorriam enquanto saber-fazer tradicional, presente nas memórias de infância de muitos? Por que nas casas onde havia carrinhos industrializados de plástico também existiam carrinhos feitos com *rodinhas*? O significado que as *rodinhas* ganhavam simbolicamente no universo infantil, como presente dos pais, exemplo da relação de ensino-aprendizagem ou da destreza e habilidade da própria criança, dialogava claramente com práticas que invertiam lógicas de compra-consumo-descarte das mercadorias fabricadas industrialmente, padronizadas, repetidas, controladas (SHANKS, 1998), e a partir das quais eram feitas, estendendo a vida do artefato, complexificando sua biografia e fazendo com que circulasse em universos outros para os quais não foram originalmente pensados, transformados em novos fruidores de sentido.

As solas de borracha sempre estavam disponíveis, mesmo depois de descartadas, às crianças ou às práticas de reuso, já que, como disse, a área de descarte funcionava não apenas como sumidouro, mas quase como um local de armazenamento conhecido, de coisas que um dia poderiam voltar à vida. Era visível que a chegada de objetos industrializados “estrangeiros”, portadores de uma lógica capitalista urbano-industrial e consumista, havia encontrado lógicas locais que construíram dinâmicas de sentido e deram origem a uma tradição, que só pode recuar aos anos 1960 (década da invenção da sandália de borracha no Brasil), e a táticas de consumo ubíquas e silenciosas (DE CERTEAU, 2007).

Ao debruçar-me sobre aspectos da cultura material das populações que habitam e habitaram as caatingas semiáridas do nordeste do país ao longo do século XX, busquei,

até o momento, problematizar os significados das relações capitalistas de produção, consumo e troca às quais são apresentadas, uma vez que sua relação com o mercado está sempre presente, em escalas tão micro como a que é expressa por meio das *rodinhas*. Ficou visível que práticas naturalizadas pela maioria das sociedades baseadas na mercadoria, não são naturais no funcionamento destas economias diárias (TAUSSIG, 2010, p. 23).

As *rodinhas* e o jogo entre a prática e a representação que subjazia seu fazer abriu flancos que permitiram diálogos com aspectos caros às discussões da antropologia rural (WOLF, 2003; SHANIN, 1980; ALMEIDA, 2007) e da arqueologia histórica (LEONE, 1995; ZANETTINI, 1996; ORSER, 1996; JOHNSON, 1999; FUNARI, 2002; BEAUDRY, 2004; ZARANKIN; SENATORE, 2005; HALL; SILLIMAN, 2006) como: a já comentada produção de narrativas alternativas; a crítica ao “pessimismo sentimental” relacionado a uma suposta perda de cultura ou homogeneização cultural frente ao avanço de lógicas capitalistas sobre o campo (SAHLINS, 1997) e, conseqüentemente, às possibilidades de reação e agências camponesas (THOMPSON, 1991; SCOTT, 2002; SIGAUD, 2004); a falta de estudos que abordem a infância e as crianças na antropologia e na arqueologia; e as possibilidades abertas, por fim, para e pelo campo da arqueologia do passado contemporâneo e de pesquisas arqueológicas sobre o século XX.

No fundo, as nuances dos *troços miúdos* em sua trajetória, nascendo, transformando-se, morrendo, referem-se aos diferentes sentidos que as sandálias de borracha produzem e adquirem em diferentes realidades – concomitantes aos percursos vividos pelos sujeitos –, que, se narradas, constituem sua biografia (APPADURAI, 1986; KOPYTOFF, 1986; HOSKINS, 1998; GOSDEN; MARSHALL, 1999; GILCHRIST, 2000). Estudar as *rodinhas* é refletir sobre a moldagem cultural de biografias de artefatos, tomando como prerrogativa que o debruçar arqueológico sobre os usos alternativos das sandálias de borracha entre populações sertanejas do semiárido nordestino, durante a segunda metade do século XX, permite enveredar por histórias que realçam facetas que, de outra forma, seriam ignoradas.

A biografia de uma coisa demanda que se faça a ela perguntas como: de onde vem, quem a fabricou, qual sua trajetória até aquele momento, qual trajetória as pessoas consideram ideal para a coisa, quais suas idades ou fases de vida, quais seus mercados culturais. Como seus usos mudam conforme envelhece e o que ocorre quando sua utilidade chega ao fim (KOPYTOFF, 2008). Histórias humanas e não-humanas informam uma à outra. Por isso o objetivo de uma biografia está em entender o modo como os objetos se

tornam investidos de sentido por meio das interações sociais em que são incluídos. Estes sentidos emergem da ação social e a biografia ilumina aspectos desse processo ao admitir que os objetos têm capacidade de acumular histórias e que o sentido de uma coisa deriva de sua conexão com eventos e pessoas (GOSDEN; MARSHALL, 1999).

Neste sentido, admite-se o objeto como ator social (GELL, 1998), compreendido em seus contextos culturais (APPADURAI, 2008), acumulador de biografias (GOSDEN, MARSHALL, 1999). Fortalece-se o que se convencionou denominar de agência do objeto, para a qual entidades não-humanas são capazes de agir socialmente, em contraste à sua aceitação como meras mediadoras (GELL, 1998; GONZALEZ-RUIBAL, 2012). Como pensar marcas e o que o objeto testemunhou, como pensá-lo para além da noção de mercadoria? Como aspectos de sua trajetória biográfica e agência dão a ele identidades diversas que se opõem à ideia de mercadoria, à morte das coisas pela pura repetição (SHANKS, 1998) e à sua singularização (KOPYTOFF, 2008)?

No presente escopo, busco compreender como sandálias e pessoas estão unidas por meio de ciclos de vida e redes de atores, de modo a reconhecer uma maior simetria entre objetos e pessoas (SHANKS, 1998; GONZALEZ-RUIBAL, 2007), através dos usos alternativos de um tipo de calçado para além da funcionalidade do “calçar”, das dinâmicas de compra-consumo-descarte e da adoção de objetos industrializados como peças de um processo amplo de homogeneização cultural que se acirraram com a segunda metade do século XX (GIDDENS, 2001).

Gostaria, para encerrar o Capítulo 2 desta tese, de desinflar narrativas produzidas sobre a dominação capitalista e sobre o discurso de morte do campesinato (SAHLINS, 1997; GODOI, 1999; ALMEIDA, 2007). Para isso, debruço-me, na pequena escala, sobre os modos e práticas decorrentes da integração cultural da região (SAHLINS, 1997; ZARANKIN, 1999; TAUSSIG, 2010), implicando no uso criativo e flexível dos recursos materiais (SOUZA, 2013), em crítica ao que alguns antropólogos relacionaram à morte das culturas tradicionais pela modernização (ALMEIDA, 2007).

A pós-modernidade muitas vezes fortaleceu a ideia de que "culturas exóticas" estavam desintegrando, por “aculturação”, pelo assédio da ordem capitalista mundial, cuja inexorabilidade as tornava vítimas de um sistema promotor de um “canibalismo cultural” (SAHLINS, 1997, p. 52). A vida de muitos povos do planeta estaria desmoronando em visões globais da hegemonia ocidental despertando um “pessimismo sentimental” baseado na crença a um fadado desaparecimento (SAHLINS, 1997). Tradições locais unem-se a um

conjunto de formas culturais adicionais, provenientes do “estrangeiro”, abrindo às pessoas um leque de opções de escolhas de estilos de vida que dão origens a identidades híbridas (GARCÍA CANCLINI, 1998).

Enveredo também pelo que o arqueólogo Marcos André Souza (2013) cunhou de “arqueologia da criatividade”, para a criatividade e flexibilidade na produção e uso dos recursos materiais, no intuito de ressaltar a agência da engenhosidade de táticas de consumo discretas e sua relação com estruturas e estratégias hegemônicas (SHANIN, 1980; DE CERTEAU, 2007). É o que foi chamado de “indigenização da modernidade” e/ou “intensificação cultural”, com base na observação das variedades de respostas locais que acarretam aparentes paradoxos de enriquecimentos da cultura tradicional (SAHLINS, 1997). Mensagens culturais externas são recebidas e interpretadas diferentemente em várias localidades: o que significou a chegada das sandálias de borracha no sertão dos anos 1960?

Ao partir de artefatos que ganham sentido no universo das crianças, como as *rodinhas* fabricadas a partir de solas de sandálias de borracha, é possível dialogar com a ausência de estudos sobre crianças na antropologia (COHN, 2005; TASSINARI, 2009; PIRES, 2008, 2010; NUNES; CARVALHO, 2007) e na arqueologia (CRAWFORD; 2009; PRANGNELL; QUIRK, 2009; LILLEHAMMER; 2010). Muitas das pesquisas que versam sobre as crianças nas sociedades camponesas tendem a vê-las como apêndices das relações familiares ou atadas às práticas femininas no âmbito de estruturas de parentesco (WOORTMANN, 1995). Mais recentemente, alguns antropólogos sociais e arqueólogos têm defendido que as crianças são atores que merecem atenção no esforço para se compreender algumas configurações sociais (POLITIS, 1998; GODOI, 2009; PIRES, 2012).

Apesar das pesquisas de Margaret Mead entre anos 1920 e 1930, e, no Brasil, de Egon Shaden, Florestan Fernandes e Roger Bastide (PIRES, 2008; COHN, 2005), foi apenas com os anos 1980 que o *new social studies of childhood* passou a dedicar-se sistematicamente ao estudo da infância e da criança, reforçando, todavia, um viés crítico à criança passiva e dependente do mundo adulto. Ao longo das décadas seguintes, esta ênfase na criança como sujeito pleno foi substituída por uma agência relativa, na qual, apesar de agentes de sua transformação, são dependentes (PIRES, 2010; COHN, 2005).

Os estudos dedicados à criança na arqueologia ganharam força nos anos de 1990, maciçamente, contudo, sob a ótica da socialização enquanto gradativa inserção na

sociedade e aquisição de conhecimento: ao trinômio criança/passiva/aprendizado opôs-se o adulto/ativo/ensino (TASSINARI, 2009). Esta abordagem prevalece freqüentemente naqueles estudos que analisam gestos a partir da produção de alguns objetos (KAMP, 2001). A maior parte dos estudos sobre crianças na arqueologia, e na antropologia biológica, tem se dedicado à análise de estruturas funerárias (BAXTER, 2005). Outra pequena parte dedica-se ao estudo dos brinquedos como porta de entrada à interpretação de como a sociedade impunha restrições sociais, incluso definições de gênero, ao mesmo tempo em que elas usavam-nos para seu prazer pessoal, impondo suas próprias identidades à sociedade (LANE, 2013).

Apesar da presença da criança no registro arqueológico ser aceita, tomando-a como produtora de cultura material (POLITIS, 1998), e, portanto, sujeito social (COHN, 2005), a busca por evidências materiais tem sido ignorada e os arqueólogos pouco conseguem reconhecê-las (CRAWFORD, 2009). Se as crianças são ativas na produção e manipulação da cultura material, por que estão tão frequentemente ausentes do registro arqueológico?

No Brasil, destarte apontamentos esporádicos sobre crianças, os poucos estudos arqueológicos sobre elas giram em torno dos gestos nas pinturas cerâmicas (PROUS, 2005; MORAES, 2007), análises bioarqueológicas em sambaquis (FISCHER, 2012; GASPAR; HEILBORN; ESCORCIO, 2011) e reflexões em torno dos brinquedos no estabelecimento de papéis sociais e diferenciações de gênero (LIMA, 2012; ZARANKIN; SALERNO, 2010).

Ao dialogar com as questões postas, sigo as reflexões sobre práticas resultantes do encontro da lógica capitalista com lógicas locais camponesas enquanto formas de ação à imposição de comportamentos de consumo típicos de sociedades urbano-industriais durante a segunda metade do século XX, nos sertões semiáridos do Piauí, Pernambuco e Ceará. Para isso, analiso os modos através dos quais a cultura material dessas populações expressa a ressignificação das mercadorias (quanto a seus valores de uso). Dou especial destaque às práticas de reuso que se intensificam com a entrada de objetos em plástico e borracha a partir de 1962. Para isso, debruço-me sobre a produção das *rodinhas* (rodelas) a partir de sandálias de borracha para brinquedos infantis, as quais recorrem nos terreiros das casas de barro (áreas de socialização de mulheres e crianças) (WOORTMANN, 1995, p. 248) e que podem expressar práticas que rompem com a lógica de compra-descarte, que o capitalismo carrega consigo, através de um consumo ubíquo, silencioso e pouco mapeado,

mas presente em diferentes porções do semiárido nordestino como parte da lógica camponesa que define estas populações.



Tentei demonstrar, anteriormente, que frente à predominância dos recipientes cerâmicos de produção local/regional que dominam o dia-a-dia dessas pessoas, variando no intervalo de tempo proposto, percentualmente, de 80 a 30%, demais categoriais, como louças brancas em faiança fina (com alta expressão de pratos), os vidros e os polímeros sintéticos (objetos em plásticos e borrachas) representam, ainda hoje, pouco deste cotidiano. Agora, busco dizer que em país como o nosso, com um número enorme de estratégias de reuso e reciclagens, o consumo pode ser visto, como propôs Daniel Miller (2007, p. 47), como forma de negação da produção capitalista, podendo ser pensado como uma “arte de utilizar”, caracterizada por seu “esfarelamento em conformidade com as ocasiões, suas ‘piratarías’, sua clandestinidade, seu murmúrio incansável, em sua quase invisibilidade”, como pontuou o filósofo Michel De Certeau (2007).

Minha primeira experiência com essas clandestinidades do consumo deu-se em 2006, quando, ainda aluno de graduação, fui morar escavar e trabalhar em Vila Sauípe e em Porto Sauípe, no litoral norte da Bahia. Ali, como aqui, notei como os artefatos e os materiais eram mantidos, aproveitados e reutilizados de diversas maneiras, alterando ou não formas originais, seus sentidos e seus significados, a exemplo de bóias de rede de pesca feitas com sandálias de borracha e instrumentos de trabalho feitos de canos de PVC cortados. Recentemente, Michael Schiffer (2013, p. 243) tem mostrado que uma entidade, um artefato, uma organização, um lugar, que passou pela mudança de um tipo de “vida” para um tipo de “morte”, como no caso das sandálias, tem uma pós-vida (*afterlife*). Artefatos pós-vida sempre representam, guardam ou aludem, em alguma medida, à entidade original, após uma morte que pode, neste caso, incluir perda de funções utilitárias e simbólicas.

Nesse momento, ingenuamente, acreditei que a adoção de produtos industrializados, sobretudo aqueles de maior durabilidade e utilizados até a sua exaustão (devido ao seu valor como produto adquirido), no âmbito das atividades domésticas de produção e consumo de alimentos (panelas e chaleiras de ferro, bacias de ágata, flandres,

canecas de alumínio), provocaram um colapso no consumo de bens de produção local e regional, e que a dificuldade, por *n* razões, de repô-los, fez com que reusos se tornassem prática bastante comum no contexto arqueológico, em especial os mais recentes.

Por outro lado ficou claro que a incorporação da população pescadora da região à lógica capitalista que avançava cada vez com mais força, acompanhada pela abertura de rodovias, as impulsionou, com maior ímpeto, a resolverem questões surgidas na dinâmica do próprio dia-a-dia (os “*patchworks* do cotidiano” de De Certeau [2007, p. 46]) frente aos inconvenientes trazidos por sua incorporação à esfera econômica do país. Ou seja, para dialogarem com os recursos de uma ordem social dominante, que através de certas estratégias manipulavam relações de força, os habitantes da região de Sauípe reagiram, subverteram e ressemantizaram os objetos. Foi interessante notar que quanto mais recentes as casas, mais evidentes ficavam as práticas de reutilização dos objetos, como se à medida que eram chamados de “pobres” pelo discurso dominante, materializassem mais e mais as lógicas de reuso.

Todavia, minha imersão no sertão abalou os pilares desta crença. No sertão do Pernambuco, as questões relacionadas ao reuso ficaram muito videntes. O lascamento de vidro, criando artefatos a partir da base de garrações de vinho em vidro verde⁶², utilizados para preparo de cabos de ferramentas (pás, enxadas, foices, etc.), em contextos domésticos da segunda metade do século XX, era um exemplo claro de união de saberes e atualização de modos de fazer.

Muitos materiais são reusados. Os candeeiros de latas de ervilha vendidos nas feiras, recipientes produzidos a partir do corte de garrafas PET, raladores feitos de embalagens de metal abertas como placas e furados, cabaças com gargalo de garrafas plásticas, limas de ferro como parte de mecanismos acendedores de cachimbos. Os materiais industriais solidificavam e tornavam ainda mais expressivo, materialmente, visões que encaravam o consumo como ponte para a produção e não, como na modernidade urbana, o consumo como fruto da produção.

Dois exemplos são interessantes para mostrar como essa lógica opera também com os materiais “tradicionais”, como a cerâmica de produção local/regional. Um primeiro remete ao encontro de fragmentos de grandes recipientes, os *potes* e *jarras*, distantes de unidades domésticas (o que em arqueologia chamaríamos “ocorrência arqueológica”).

⁶² Esses sítios estão basicamente no sertão do Cariri, na porção pernambucana, e não foram incluídos aqui. Foram estudados por Ângelo Correa e Márcia Lika Hattori.

Estes fragmentos são pontos conectados a toda uma rede de mobilidade e conhecimento do território onde se inserem, dando o tom da paisagem. Quebrados, fragmentos de recipientes cerâmicos (cuja durabilidade sugere poderem ter, mesmo, décadas de idade) são usados como repositório de água em armadilhas para atrair caça, por exemplo. Para isso, é necessário uma arma de fogo e aguardar de tocaia. A função do *pote* continua sendo a de reter água, mas seu sentido e forma de uso totalmente outro.

Outro exemplo nessa direção é a prática de acrescentar cimento à superfície dos recipientes cerâmicos. Em alguns contextos domésticos trabalhados aqui (como nos sítios arqueológicos Santa Rita e Pontilhão), encontrei fragmentos de recipientes cerâmicos como *potes* e *jarras*, isto é, recipientes de grande volume, com cimento em sua parte externa. Isso poderia indicar o uso dos fragmentos como material construtivo, mas cimento é pouco usado em casas de barro. Então para quê? O cimento na parte externa dos *potes* indica como a produção do recipiente cerâmico continua no âmbito doméstico, no consumo. O cimento é acrescentado como uma capa que auxilia na manutenção da temperatura da água no interior do *pote*, reduzindo a perda da mesma por transpiração via porosidade. Também é utilizado para aumentar a durabilidade de sua vida, caso este venha a rachar. *Potes* antigos têm, às vezes, valor maior que os novos, pelo gosto que não deixam na água.



Figura 125. Pote com cimento *in loco* no sítio arqueológico Pontilhão, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).



Figura 126. Pote emborcado com cimento no quintal da casa de uma ceramista, também no Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).



Figura 127. A finalização do pote em casa: fragmentos cerâmicos com cimento, visivelmente escovados, da área de descarte do sítio arqueológico Santa Rita, no Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).

Comumente via-se, nesse universo, as sandálias, seja sendo usadas, seja abandonadas, arrebentadas, como partes da taipa da casa, como bucha para arma, como alisadores cerâmicos. E por isso meu interesse, aqui, está em um dos materiais com a menor representatividade, consideravelmente rejeitado por arqueólogos (e por muitos!): os artefatos em plástico e borracha. Encaro esta postura como política, na medida em que sou crítico ao que o arqueólogo David Gill (1996) chamou de "falácia positivista" na arqueologia, dentro da qual privilegiamos certas categoriais artefatuais em abordagens "ceramocêntricas". Assume-se, com frequência, que a cerâmica, o vidro, a louça, são mais informativos e, portanto, de muito maior interesse que outros vestígios, reduzindo potenciais na compreensão de significados materiais (BEAUDRY, 2006, p. 2; WHITE; BEAUDRY, 2009).



Figura 128. Exemplos diversos de reuso de chinelos: destaca-se em especial o uso no acabamento da tradicional produção cerâmica, como alisadores, por oleiras no Ceará. No canto inferior, à esquerda, possível alisador encontrado na área de descarte do sítio arqueológico Vereda dos Patos, no Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).

As análises dos padrões de conteúdo das áreas de descarte permitiram notar, no subcapítulo 2.4, que nos anos de 1940 teve início considerável alteração na frequência das categoriais por matérias-primas consumidas, em especial, porque a relativa constância dos recipientes cerâmicos é substituída por maior diversidade de materiais. O período entre 1940-1960 (que abarca a II Guerra Mundial) marca consideravelmente esta alteração, indicando não apenas como estas pessoas estavam relacionadas às mudanças na economia de suas regiões, mas também à popularização de alguns objetos que tinham pouca (ou nenhuma) entrada neste cotidiano, como o vidro e os polímeros sintéticos. Esse é justamente o período apontado por Tom Fisher (2013a, 2013b) como coincidente com a elaboração de uma cultura material da supermodernidade, sinalada, especialmente, pela popularização do plástico e da borracha no consumo de massa.



A borracha é um velho conhecido do Brasil. Acompanhou as mudanças levadas a cabo no mundo da engenharia de materiais e da química, relacionadas ao aperfeiçoamento de sua estrutura e ao incentivo à produção de polímeros sintéticos que

permitissem a ampliação e versatilidade do material (MEDEIROS, 2011; SPINACÉ; DE PAOLI, 2005). Esse processo fez com que, nos anos de 1970, por exemplo, a produção de polímeros e a busca por novos materiais poliméricos mais atrativos ultrapassassem a produção mundial de ferro, no incentivo de substituírem artefatos em vidro, madeira, ossos, cerâmicas, etc. (MEDEIROS, 2011). Por isso também a frequente manutenção da morfologia de uma peça e sua substituição por plásticos (vejam-se as tigelas, por exemplo) e borrachas (os calçados) (SOUZA, 2012).

Apesar das fortes campanhas contra plásticos e borrachas, em especial pelo discurso ambientalista, é inegável que esses polímeros apresentam inúmeras características positivas no que concerne à performance, tais como seu alto potencial de reutilização e reciclagem, maior durabilidade, amortecimento de choques mecânicos, isolamento do contato com água, leveza, menor gasto de energia para transporte e produção, e não são biodegradáveis (MEDEIROS, 2011; FISHER, 2006; SPINACÉ; DE PAOLI, 2005). Apesar dos plásticos poderem ser reciclados, já que, sendo termoplásticos, caracterizam-se por permitirem ser fundidos diversas vezes, as borrachas, sendo elastômeros, uma classe intermediária entre os termoplásticos e os termorrígidos (não fundem depois de prontos e são mais frágeis), não são fusíveis, mas apresentam grande elasticidade, o que, por um lado, dificulta ou impossibilita sua reciclagem direta, dado que não haveria como refundi-los ou despolimeriza-los, porém, por outro, favorece seu reuso e durabilidade (GORN, 2004).

A II Guerra Mundial foi uma das grandes incentivadoras da produção dos polímeros sintéticos, e é no período entre os anos 1930 e 1950 que se assiste a um crescimento exponencial da borracha sintética. A borracha brasileira foi exportada para diversos locais do mundo, e o Brasil importou-a após os anos de 1990.

A primeira fábrica a produzir sistematicamente calçados de borracha fora a Alpargatas, fundada no então bairro imigrante e operário da Mooca, em 1907, na cidade de São Paulo. Apenas nos anos de 1960, a Alpargatas inventa (1962) e patenteia (1964) seu mais conhecido produto: as sandálias havaianas, inserindo, no Brasil, o formato “sandália de dedo” e inaugurando o ramo das sandálias de borracha (COSTA; ESCORSIM; COSTA, 2007). Tinha início um processo longo de construção de um emblema da cultura brasileira, o “chinelo de dedo” (VELHO, 2000; SOARES, 2006).

O estrangeiro que vem ao Brasil, a turismo ou não, em geral, é reconhecido pelo uso de um objeto bastante recorrente entre nós, brasileiros, mas que ganha sentidos

diferenciados quando utilizado por alguém que não compartilha dos mesmos signos. As sandálias de borracha são usadas por eles em locais onde, por razões veladas, às vezes não utilizamos. Por outro lado, quando o brasileiro viaja ao exterior, frequentemente depara-se com pedidos de sandálias de borracha como presentes, *souvenires*, marcadores de uma identidade exótica e brasileira (PINENT, 2013; LOPES, 2007; RODRIGUES, 2006; GERALDI, 2007), ou fica chocado com os preços elevados que estes itens alcançam, causando, muitas vezes, uma inversão nos sentidos que dão valor às sandálias em diferentes contextos no país.

As sandálias de borracha, produzidas e identificadas por seus diferentes fabricantes, atualmente são tomadas como símbolos de brasilidade (RIBEIRO, 2013). Comercializadas em mais de 80 países ao longo do mundo, utilizadas por uma grande parte da população brasileira (calcula-se que 9 em 10 brasileiros possuam uma sandália de borracha [LOPES, 2007]), pouco se cogita sobre os sentidos que ganham em meio às diferentes realidades que alcança, frente à avalanche publicitária de que são alvo. No entanto, o *status* de algumas sandálias de borracha, hoje, parece não condizer com sua trajetória, desde sua invenção nos anos de 1960. Ao longo deste trajeto, as sandálias foram ferozmente associadas a um consumidor “pobre” que não tinha meios econômicos suficientes para comprar calçados de melhor qualidade, e, por isso, constantemente rechaçadas. Paulo Lalli, diretor da UEN Sandálias, responsável pelas Havaianas, lembrou que o consumo das sandálias era “atestado de pobreza” durante os anos 1980 e 1990 (LOPES, 2007).

Sandálias como as Havaianas são formadas por apenas duas peças: uma palmilha (sola de borracha), com padrão decorativo em relevo que mostra grãos de arroz, em homenagem ao calçado japonês que lhe serviu de inspiração (MEDEIROS, 2011) e uma forquilha, produzida em PVC, no formato de um “Y”. Dos anos 1960 aos 1990, a sandália manteve uma mesma morfologia e estrutura, sempre bicrômica, branca, na parte superior da palmilha, e azul, amarela ou preta, na parte inferior e na forquilha.

Apesar dos esforços publicitários, esse novo produto, que logo se espalhou pelo mercado consumidor brasileiro, passou a estar fortemente vinculado ao consumo de baixa renda ligado a empregadas, pedreiros, porteiros, pescadores e habitantes das áreas rurais de modo geral, relacionada a calçados de baixo apuro estético, alta funcionalidade e uso doméstico (PINENT, 2013). O preconceito das classes médias e altas fundiu, depreciadamente, o produto à “pobreza” e à “popularidade”, associado à sua altíssima

durabilidade, a qual reduzia a necessidade de compra e trocas frequentes; nos anos de 1980, a sandália entrou numa espécie de limbo (PINENT, 2013). Enfrentava, ainda, a concorrência de outras marcas e falsificações (“recuse imitações” torna-se parte do *slogan* publicitário), que a acompanharam desde sua invenção, em modelos menos apurados, mas ainda mais baratos, como a Dupé, fundada em meados dos anos 1960.

Ganha força, nas sociedades urbanas do sudeste, expressões como “pé de chinelo”, utilizada para aqueles que não possuíam recursos financeiros para, ao menos, parecerem ter *status* socioeconômico diferenciado (DALSÁRG, 2011). No Brasil, o uso do “pé de chinelo” denota uma sociedade impregnada de desigualdades, forjando imagens de inferioridade e metáfora para uma classe social de segunda categoria (DALSÁRG, 2011). O “pé de chinelo” passa a estar relacionado aos pés largos, que, por estarem diariamente descalços, com chinelos ou sandálias, expressavam marcas associadas à pobreza e ao trabalho sofrido.

As características intrínsecas e extrínsecas das sandálias de borracha permitiram usos alternativos àqueles pensados pelos produtores, o dito "uso pretendido" (SKIBO, 1992) ou "mercantilização terminal" (KOPYTOFF, 2008). Esses outros usos, que fortalecem valores de troca, são caros ao considerarmos a produção da sandália como mercadoria, frente a seu uso real ou singularização, que constitui um processo autônomo, cognitivo e cultural que ocorre, em geral, após a retirada da sandália, enquanto mercadoria, da esfera mercantil.

No caso das Havaianas, e outras sandálias de borracha, o que ocorre quando o movimento e o uso alteram o senso "original" no qual foram criadas para fazer parte de um novo universo material? O que ocorre quando vão além das fronteiras da sociedade produtora e são integradas ao cotidiano de outros grupos sociais, adquirindo novos papéis e significados (ARAFAT; MORGAN, 1996)?



A chegada das sandálias de borracha no sertão do nordeste data dos anos de 1960. Rapidamente incorporada por uma população com extrema mobilidade, foi logo utilizada pelo sertanejo, em geral, em seu tipo mais comum (o azul e preto sob branco). Mal sabiam os fabricantes que ao chegar ao sertão, as sandálias seriam ressignificadas por

lógicas locais tornando-se matéria-prima para produção de artefatos no formato de rodela, as *rodinhas*. Todas elas, desde os anos 1960 ao começo do século XXI, apresentam cadeia operatória semelhante.

Para reflexão sobre esta prática e sua relação com as *rodinhas*, parto de uma coleção de 43 objetos identificados no total dos 65 contextos datados e nos acervos analisados (AOH 46 e sítios arqueológicos Aurora II, Belenzinho, Calumbi, Casa de Humaitá, EFFC, Impueira II, Menandro, Missão Velha II, Olho d'Água, Pau a Pique, Topo do Morro do Baixio dos Bois, Piemonte I, duas doações de Pernambuco). A saber, desse total, 11% possuem diâmetro entre 1,5 a 3 cm, 86% entre 3 e 6,5cm e 3% entre 8,5 e 9 cm; dois diâmetros médios podem ser verificados: 2,8 cm e 4,8 cm, indicando, claramente, funcionalidades diversas. Nota-se que quanto maior o diâmetro menor a recorrência, o que vale também para diâmetros menores.

As *rodinhas* produzidas a partir das solas são resultantes da escolha de sandálias já bastante gastas, mas sem rachadura ou fragmentação da palmilha (sola), mesmo que a forquilha esteja arreventada. As sandálias utilizadas são geralmente de pés adultos, variando entre os números 28 e 38 (das que puderam ser identificadas), selecionadas com base na extensão da superfície do suporte; sandálias de tamanhos infantis estão presentes na coleção, mas em menor quantidade, dado poderem produzir, em geral, somente uma *rodinha* de diâmetro médio (3 a 6,5 cm). Para a produção das rodela a partir das palmilhas, são selecionadas as porções mais centrais do solado, evitando-se áreas que tendem a sofrer maior desgaste e que, por isso mesmo, apresentam menor espessura – tanto a porção proximal (pelo peso do calcanhar durante o caminhar) como a distal (pelo apoio dos dedos do pé durante a passada). Deste modo, as *rodinhas* podem ter maior espessura.

Predominam, nesse meio, rodela manufaturadas a partir das sandálias clássicas com palmilha bicolor (preta ou azul, com branco), em geral das marcas Havaianas e Dupé, quando identificáveis. A proporção entre bicrômicas e monocrômicas é de 1:1 na coleção, apesar do predomínio do azul e branco tradicional: azul claro (9,76%), azul e amarelo (2,44%), azul e branco (34,15%, marca Havaianas), azul marinho (4,88%, marca Havaiana Top), branco (7,32%), marrom (4,88%, marca Dupé), preto (21,95%), preto e amarelo (2,44%) e preto e branco (12,20%, marca Havaianas).

Da amostra analisada, 46% possuem claras marcas de arestas no bordo, enquanto 22% não apresentaram qualquer ângulo em seu contorno, seguido timidamente por *rodinhas* dentadas (lembrando roldanas). Do total da amostra, 10 peças são suportes,

negativos de onde foram retiradas rodela. Esse quadro indica que as rodela são retiradas do suporte (palmilha) através de cortes realizados com facas, facões ou (se existirem) tesouras. O corte parte de uma das bordas da sandália, e a rodela é feita a partir daí. Nem sempre se obtém o formato desejado e o artefato é retocado para uma melhor performance, gerando, assim, rejeitos de produção.



Figura 129. Suportes encontrados nas unidades domésticas dos sítios arqueológicos Menandro, Soledade e Pau a Pique (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). Que artefatos misteriosos nascem do encontro entre lógicas distintas!

A ausência de arestas parece indicar também um desgaste resultante de uso, sugerindo desempenho de função específica. As sandálias de diâmetro médio caracterizam produções mais expeditas, enquanto as de diâmetro diminuto e aquelas dentadas denotam maior dedicação na fabricação. As rodela com diâmetros entre 1,5 e 3 cm não possuem arestas, e não foram obtidas a partir do mesmo gesto que parte da borda da sandália para o centro. Parecem ter sido fabricadas por ferramenta que as retira com um único movimento, como fôrmas (canos de metal?). Segundo moradores no Piauí, estas pequenas *rodinhas* são utilizadas como bucha de espingarda e são, muitas vezes, comercializadas.



Figura 130. As fantásticas *rodinhas*: como, onde, quando, o que, por que? (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).

A maior parte das *rodinhas* (58%) possui orifícios centrais, de tamanhos variados; aqueles com maior diâmetro dão aparência de rosca à *rodinha*. Apenas uma apresentou três furos e outra possui um orifício bastante discreto pelo qual uma corda de *nylon* foi passada e amarrada ao redor do corpo (peso de rede?). Poucas não são furadas e dentre estas uma apresenta negativos resultantes do contato com dois pontos equidistantes em metal (isolamento de tomada? Apoio de maquinários?). A opção por partes de maior espessura das palmilhas impede o reaproveitamento dos furos da própria sandália

utilizados para fixação das forquilhas, demandando ferramentas que produzam os orifícios (como uma *rodinha* encontrada com prego no centro).

Fica claro que as possibilidades de novas vidas para as sandálias giram em torno do reparo e do reuso, de decisões de descarte e conserto. A manutenção da função através do reparo pode alterar o significado do objeto após o dano. Exemplo são as forquilhas atadas a arames (Pau a Pique) (quem conhece as sandálias de borracha sabe que as forquilhas arrebentam com frequência), o que possivelmente causaria incômodo ao usuário, afetando sua relação com um objeto outrora confortável. Reparo e reuso dialogam também com a habilidade do reparador ou do artesão, tendo em vista igualmente a possibilidade oferecida ao sertanejo pelo objeto quebrado, em termos de substituição de partes ou produção de novos formatos (LUIK, 2008).

Quem conserta nem sempre é quem usa, o que traz à tona questões relacionadas à equação entre novas formas e novos sentidos. Em *Os Desvalidos*, do sergipano Francisco Dantas (1993: 15), o personagem Coriolano passa a ganhar seu sustento remendando e consertando chinelas e alpercatas. Muitas das funções destes artefatos são difíceis de identificar, mas, a partir de observações arqueológica e etnográficas, sabe-se que *rodinhas* estão presentes nos universos da pesca (peso), na tecelagem (fusos), no uso de armas (buchas) e no lazer (carrinhos). Apenas as *rodinhas* de carrinhos são feitas pelos adultos à criança ou pela própria criança em algumas situações, enquanto tática própria para resolver problemas práticos (TASSINARI, 2009), criando fluxo que não apenas diz respeito à ressemantização da função como também do papel social no âmbito familiar.

Esta mudança de universo, do vestuário para o lúdico, entre faixas etárias, entre funções e no próprio alcance espacial e mobilidade que o objeto terá enquanto calçado, acarreta, igualmente, uma alteração no gesto que o objeto demanda em sua interação. De vestuário/adulto/pés/mobilidade tem-se lúdico/infância/mãos/imobilidade. O pé adulto, que sai para o trabalho, dialoga com o brinquedo da criança, que permanece na casa e no terreiro.

Rodinhas de borracha são associadas às latas de sardinha, reutilizadas, para produção de “carros de sardinha e rodas cortadas de uma sandália havaiana”, como bem lembra, em sua infância no interior de Minas Gerais, o romancista Rubem Alves, relacionando à inventividade do “menino pobre” a aquisição de carrinhos de loja pelo “menino rico” (ALVES, 2006, p. 95). Em oposição a “objetos estúpidos”, Rubem Alves os

relaciona a objetos inteligentes, dependentes da imaginação, tida como um poder mágico que transforma qualquer coisa pelo pensamento: "Ele olhou para a lata de sardinha abandonada e disse: 'Carrinho'" (ALVES, 2006, p. 106).

Igualmente, nos cordéis, a prática do reuso para produção de brinquedos encontra temática. No cordel pernambucano *Brinquedos Populares*, Ana Raquel Campos narra como os brinquedos eram feitos "pelas mãos de um artesão/ que usava materiais/ para a sua construção/ sucata de todo tipo/ lata, papel, papelão/ usava também madeira/ barbante, resto de mola/ paninho, corda e cortiça/ pra juntar usava cola/ carretel de linha usada/ ou qualquer coisa que embola". Em *Os bons tempos e as travessuras de menino*, de Gerson Santos, "Toda criança gostava / Carro de lata e madeira / Patinete com rolimã / Tinha carro de ladeira / passava horas e mais horas / nessa gostosa brincadeira".



Figura 131. Uma lata de óleo da marca Graziela, uma velha tábua de madeira, palitos de alguma planta local e uma sandália de borracha: "Ele olhou para a lata de sardinha abandonada e disse: 'Carrinho'". Foto gentilmente cedida por Marcel Lopes.



O reuso das sandálias como rodas de carrinho para crianças abre possibilidade à compreensão da cultura material associada à infância no âmbito de uma arqueologia da

criança, cujas influências no registro arqueológico são de difícil identificação (POLITIS, 1998). A isto, soma-se o baixíssimo número de estudos sobre crianças sertanejas, uma vez que as etnografias são marcadamente masculinas e adultas. *Rodinhas* que provém de sandálias de adultos indicam um caminho semelhante às ciclagens laterais (SCHIFFER, 1972) que implicam em troca de usuário; neste caso, uma mudança etária. Os brinquedos produzidos por reuso se, por um lado, permitem que de um universo surjam tantas outras coisas, em inovações pautadas pela criatividade e engenhosidade, por outro, evidenciam a interação entre adultos e crianças derivada da dependência do uso de objetos do cotidiano dos adultos para produção de artefatos que lhes são caros.

Mas podemos ir além. A produção das *rodinhas* não faz parte (ou não faz parte apenas) das problemáticas relacionadas ao acesso a determinados bens concebidos como limitados, como colocou o antropólogo George Foster (1967), ou a maior dependência de produtos industrializados causados pela perda de saber-fazer local. Elas são indicativas da destreza simbólica e técnica destas populações e de sua habilidade em dar seu próprio sentido às coisas, em processos de significação que vão além da indigência econômica (SAHLINS, 1997). Fazem parte de habilidades de inovar, renovar e criar que são qualidades intrínsecas às lógicas camponesas ali encontradas e que só podem ser percebidas quando afastamos noções simplistas de “aculturação” como uma consequência funcional necessária ao envolvimento na economia de mercado, como se a mercantilização, o consumismo e a dependência fossem subverter as “boas intenções tradicionais” (SAHLINS, 1997).

A transformação, física e simbólica, do calçado em brinquedo, mostra modos de organizar novas experiências de forma criativa, dentro de visões coerentes: criatividade como resposta às orientações dos valores de troca e dos valores de uso. O sociólogo Colin Campbell (2004, p. 52) chamou as ações que dão origem à rodinha de “rituais de posse”, atividades que fazem com que os consumidores adquiram “título de propriedade” dos bens em questão, auxiliando no processo de superação da natureza alheia dos produtos fabricados em massa, assimilando-os a seu próprio mundo de sentido, apropriando mercadorias padronizadas a um universo de sentido individual.

Quanto mais usada a *rodinha*, menos suas arestas estão vivas, e mais redondo é seu bordo, permitindo que o carrinho “deslize” com mais facilidade. As melhores *rodinhas* são aquelas mais usadas, guardadas e emotivamente referenciadas, cuja sabedoria de produção é passada entre gerações no lugar de brincadeira dos terreiros e quintais,

marcando alguma diferença entre sistemas de valor de uso que fundamentam economias camponesas e a base mercantil do capitalismo (SAHLINS, 1997, p. 52).

As sandálias como mercadoria possuem propriedades que estão além do valor de uso de oferecer conforto, facilitar a caminhada e, mesmo, agradar aos olhos: elas possuem valor de troca no escopo do processo de consumo ou das mercadorias em uso, consumidas para manter e reproduzir relações sociais, dando a estas seus valores de uso (CARROLL, 1999, p. 133). A produção das *rodinhas* a partir da sola de antigas sandálias permite notar que a distinção entre valor de uso e valor de troca corresponde às diferentes configurações do processo econômico no semiárido (TAUSSIG, 2010). Ao inverter a lógica da mercadoria, aquela da compra-consumo-descarte cara ao consumismo das sociedades urbanas, prolongando a vida do artefato, transformando o bem consumido em ponte para uma nova produção e permitindo que circule por universos outros que aquele relacionado a seu uso pretendido, dando origem a uma nova tradição que recua aos anos de 1960, os sertanejos estão desenvolvendo mecanismos que visam obtenção de uma maior resistência cultural que lhes permite sobrevivência em um mundo em constante transformação (WOORTMANN, 1995).

O historiador francês Fernand Braudel, em *O Jogo das trocas* (1985, p. 13), nos lembrava que consumo é começo e recomeço. A característica permanente da produção doméstica tradicional, baseada na produção de valores de uso, ao encontrar sistemas fundamentados na produção de valores de troca, faz crer que a produção de *rodinhas* pode ser entendida como reação e ressignificação simbólica a mudanças acarretadas pela chegada de lógicas que visam lucro ao mundo da ética camponesa (BOURDIEU, 1979). A isto Campbell (2004) denominou de "consumidor artesão".

A produção das *rodinhas* permite notar, por um lado, que a orientação nuclear do campesinato nordestino, percebido por Ellen Woortmann (1995), manifesta-se no reuso de objetos descartados que fazem ponte entre o mundo material dos adultos e aquele das crianças e na intensa relação dos moradores com as áreas de descarte que, aparentemente, servindo para “eliminar” os objetos para fora do cotidiano, estão no interior do terreiro que atua como área de sociabilidade não apenas entre pessoas, mas entre pessoas e coisas, entre humanos e não-humanos. Por outro lado, permite a crítica a ideia de isolamento, de unidades auto-contidas (REDFIELD, 1960) em lugares afastados, a qual obscurece uma série de relações que existem na medida em que as sociedades camponesas estão sempre

em relação com o contexto externo a elas, como chamou atenção Robert Redfield ao entendê-las como segmentos da sociedade (*part-society*).

Ao examinarmos detalhes da cultura material produzida e produtora dos sertanejos no semiárido, o sentido de alguns objetos é complexificado ao circular por lógicas distantes daquelas para as quais foram pensadas. Longe de um "resistenciocentrismo" (OLIVER DE SARDAN, 1995 *apud* BRUCE, 2002), o que procurei mostrar na conformação da materialidade nas casas de barro sobre as quais me debrucei aqui, focando neste capítulo em suas áreas de descarte e, assim, no consumo, são sutilezas e formas de agências próprias desses atores sociais. Os *camponeses do sertão* ao escolherem as xícaras, esta nova forma que vem com a modernidade, e não as tigelas, as tradicionais cuias, meias-calotas semelhantes em *design* ao que já se utilizava, não necessariamente estão adotando hábitos modernos ou, sob outra perspectiva, estão realizando processos de hibridização para apropriarem-se de benefícios da modernidade, como diria Garcia Canclini (1998), construindo identidades a partir de lógicas externas que sutilmente alteram o sentido da vida dos objetos como mercadoria.

Entendo as mudanças na cultura material sertaneja com a chegada de novas formas e artefatos também como práticas oposicionais do dia a dia, como chamou Michel De Certeau (DE CERTEAU; JAMESON; LOVITT, 1980), em um mundo de permanente exclusão, discursiva, material e geográfica, no quadro de uma estrutura patriarcal de subordinação. Estes *troços miúdos* acomodam e intensificam forças potenciais de mudança na lógica interna dos sistemas socioculturais locais em aspectos micropolíticos da casa e em contextos mais abrangentes da política econômica regional (MURRIETA, 2001, p. 75).

As *rodinhas* materializam reações camponesas ao capitalismo industrial (poderíamos pensar em resistência aos moldes de James Scott [2002]?), ao que um rápido olhar encararia sua presença com ares de naturalidade que confundem e camuflam relações sociais (TAUSSIG, 2010), justificando-as pelo signo da pobreza e pela ideia de bem limitado (FOSTER, 1967) através de uma concepção miserabilista que transforma esses agentes em incapazes de produzir um mundo e habitá-lo simbolicamente.

As *rodinhas* nos dizem exatamente o contrário. Dizem-nos que termos como "homogeneização cultural" e globalização são extremamente complexos e precisam ser abordados em diferentes escalas, seja enquanto "outra racionalidade" seja como "contraracionalidades" (BRANDÃO, 2007, p. 41). Que pobreza é um termo pouco claro que não pode ser olhado com ares tão restritivos. Que pensar nestas pessoas em termos de uma

economia de subsistência é demasiado redutor, pois ela parte da concepção equivocada que comporta o binômio trabalho contínuo-sobrevivência (GODOI, 1999, p. 51), já que, por tudo que expus, subsistir não parece ser a única coisa que organiza tais modos de vida, com suas lógicas complexas, sua complexa interação com o ambiente e complexas formas de mudar e permanecer.

Marshall Sahlins (1970) foi muito feliz ao apontar para economias de provisionamento, que não visam o acúmulo, em crítica à evocação sistemática da penúria e escassez carregada pela ideia do subsistir. Carlos Brandão (2007, p. 42) mostrou que o campesinato reinventa estratégias para se preservar, transformando o que fosse necessário para que o essencial de suas formas de vida não se perdesse. Essa reinvenção pauta-se também na criatividade que reencanta o mundo (BOURDIEU, 1979; ASSUNÇÃO, 2010), que desestabiliza a modernidade capitalista através da valoração simbólica da mercadoria-sandália de borracha em *rodinha*. O mesmo reencantamento pode ser atribuído à paisagem, acionado por nosso deslocamento e resultando no encontro dos sacis, de Noé, de uma viúva virgem e do Padinho Ciço, aspecto a ser aprofundado no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3



ANDANÇAS DE MATUTO, CAMINHOS SERTANEJOS: PÁRA E CONTINUA

O fotógrafo baiano Luis Clementino, em seu livro *Lugares distantes* (2009), nos deleita com uma fotografia que expressa a conformação do lugar sertanejo, a moradia, e a disposição dos elementos base que compõem o sítio camponês: na foto a seguir, chamo atenção para a casa, o terreiro e as plantas, mas igualmente para os caminhos, que centrífuga e centripetamente, convergem e divergem, como as pontas de uma estrela, à e da casa. O sítio camponês é sem dúvida um lugar praticado, uma ordem segundo a qual elementos se distribuem em relação de coexistência: ele é uma configuração instantânea de posições, que implica certa estabilidade em um espaço que toma em conta vetores de direção e variáveis de tempo e velocidade (DE CERTEAU, 1994, p. 201). A partir daí, conjuntos de movimentos e suas histórias são desdobrados, inscrevendo a memória material da própria morada no espaço.



Figura 132. A fotografia de Luiz Clementino (2009) mostra tantos elementos e associações que é impossível olhar a imagem estática sem inferir dela movimento, fluxo e composição. Aqui fica claro o tipo de ordenamento que torna o espaço doméstico um lugar significativo no sertão semiárido do nordeste. Para qual direção partir? Todas são possíveis?

A foto de Clementino registra a dimensão material desse espaço. A materialidade da unidade doméstica, como lugar, é um *continuum* à caatinga, é parte do próprio ambiente semiárido. Daí que o que vemos na fotografia é mais similar a uma estrela, no sentido formal de sua representação como um centro (terreiro) com raios (caminhos) que se irradiam e permitem, assim, a fluidez ao interior e ao exterior e expressam conexões com o mundo ao redor. A imagem também mostra que não existe lugar isolado: os lugares conectam-se em suas posições geográficas e pela ordem com que as pessoas os experimentam, movendo-se durante suas jornadas e os ligando pelos caminhos (ZEDENÑO, BOWSER, 2009, p. 10). Quantas foram as andanças de Fabiano, em *Vidas Secas*, nas estradas cheias de seixos e espinhos? "Quatro sombras no caminho estreito coberto de seixos miúdos" (RAMOS, 1996).

O objetivo deste capítulo é tecer algumas considerações sobre a materialidade do movimento e da mobilidade sertanejas em sua relação com a construção da unidade doméstica como lugar e como isto pode servir como metáfora para práticas do permanecer o mesmo e mudar, parar e continuar, entre os *camponeses do sertão*. Muito do que observei nas unidades domésticas, como expus no capítulo anterior, tem a ver com o

deslocar-se, o mover-se e o mudar, desde os vários calçados das áreas de descarte até o carregar da estrutura da casa – como o corpo, no movimento leva-se também a casa, onde quer que se vá (HABER, 2011, p. 17). Por outro lado, a manutenção da ordenação dos elementos no espaço por tantas décadas é exemplo de como práticas são realizadas a fim de que as coisas permaneçam as mesmas, para que a reprodução social seja possível.

Debruço-me, especialmente, sobre cercas e caminhos, que correm lado a lado, bifurcam-se e encontram-se, próximos de cacimbas e caldeirões, fornos de carvão vegetal e do terreiro. Eles fazem parte das unidades domésticas, mas estão além das mesmas, construindo as paisagens pelas quais se espraiam por quilômetros. Os caminhos conectam cada sítio camponês, cada lugar, de forma a conformar um padrão galáctico (HECKENEBERGER, 2011) que dialoga com uma estrutura agrária rígida que dita o acesso à terra e a determinados espaços, cara ao nordeste brasileiro. Cercas, trilhas pisoteadas, asfalto, carroças, calçados, carros, compõem as tecnologias da mobilidade no sertão e, conseqüentemente, a materialização do movimento, a dimensão material do mover-se.

A materialidade dos caminhos, que compõem as unidades domésticas e que se esgueiram sinuosamente pela paisagem semiárida, e das cercas, que dialogam com eles de modo muito estreito, tornam patente a relação entre o continuar, ditado pelos caminhos, e o parar, expresso pelas cercas, os quais orientam, limitam e disciplinam os movimentos neste espaço. Debruço-me, portanto, sob os indicadores materiais diretos da mobilidade, em sua forma concreta (FÁBREGA ÁLVAREZ, PARCERO OUBIÑA, 2007, p. 121).

Inspiro-me na dialética estabelecida pelo clássico do historiador brasileiro Sérgio Buarque de Holanda, em *Caminhos e Fronteiras* (1957), no qual o movimento se expressa na simultaneidade dos caminhos e das fronteiras (aqui das cercas), que carregam tensões, delimitações de espaços e controle de acesso a lugares, no que foi chamado por ele de "vocalização para o espaço" do sertanejo do Brasil colonial. Os caminhos, em seu sentido físico, seriam indissociáveis à compreensão da vida cotidiana, sendo igualmente obstáculos ao movimento no sentido de que a ocupação de uma região dependeria da expansão dos mesmos (BLAJ, MALUF, 1990). Cercas e caminhos são também importantes indicadores biológicos/topográficos de ocupações humanas e da relação do humano com o meio (WEISSBROD, 2010).

Com base nisso, dividi este texto em quatro subcapítulos para que as ideias escritas aqui ficassem mais bem ordenadas: um primeiro no qual exemplifico como o

deslocar-se/me possibilitou o conhecimento de histórias que dão profundidade temporal (e mítica) aos lugares, conectando memória e espaço. Isto só ocorria, como ocorreu conosco como arqueólogos, ao nos deslocarmos, caminhando, pelos caminhos já constituídos. É onde relaciono materialidade, mobilidade e narrativas (algumas vezes fantásticas) que significam os lugares. No segundo e no terceiro subcapítulos, descrevo e busco problematizar os caminhos e as cercas em relação à mobilidade e as mudanças entre os *camponeses do sertão*. Finalmente, no quarto faço a relação entre caminhos, casas e cercas desenhando a paisagem regional no pulsar que muda para continuar o mesmo e que permanece o mesmo para poder mudar.

Dou este formato ao capítulo 3 frente as dificuldade que encontrei em explicar o conceito de mobilidade para não-arqueólogos durante o doutorado: muitas áreas do conhecimento, com exceção, talvez, das ciências sociais (Geografia, História, Antropologia e Sociologia), estão acostumadas a entender mobilidade através do registro do deslocamento físico de um mesmo indivíduo (humano ou não) que vivia aqui e foi encontrado acolá. Um professor perguntou-me, certa vez, como eu sabia, através da arqueologia, que a pessoa *x* que morava aqui tinha ido para o local *y*. Eu não sabia e nem havia como saber. Não tinha como responder a questão, pois partíamos de pressupostos distintos. Ele partia de uma visão mais técnica de movimento, visto enquanto o deslocar geográfico de um ponto a outro, que pode ser medido e representado em um mapa (CRESSWELL, 2006).

Esta visão reducionista e demasiado funcionalista de mobilidade não ia além do sair fisicamente de um ponto e chegar a outro, sem que contextos, significados e materializações tivessem peso. Por isso, aqui, parto da materialidade da mobilidade mais do que de evidências que "provam" que essa pessoa "se mudou" para cá ou para lá. Pensar a mobilidade do *camponês do sertão* é pensar o movimento, e também seu significado, incluindo aqueles ao redor, a partir de práticas, narrativas e histórias associadas (CRESSWELL, 2014).

Padrões espaciais podem ser lidos arqueologicamente a partir de onde as pessoas escolhem fazer as coisas, onde escolhem jogar as coisas fora, removê-las e colocá-las em outro local (descartes secundários) ou, ainda, através dos processos de modificação que criam novas formas espaciais a partir de arranjos anteriores (SUROVELL, O'BRIEN, 2016, p. 142). Para pensar no onde as pessoas escolhem fazer as coisas, a arqueologia

pensa a mobilidade também por meio do posicionamento espacial das coisas e dos seres humanos no espaço físico.

Para o caso do sertão, algumas imagens bastante conhecidas remetem imediatamente ao movimento e a mobilidade: a dos retirantes da seca e a dos vaqueiros. A figura do vaqueiro é, certamente, aquela mais evidente da mobilidade na região, com seus gibões e manadas, tendo sido apresentados, muitas vezes, como tipos com tendência natural ao movimento. A literatura antropológica sobre sistemas socioecológicos mais recente tem trazido à baila discussões bastante interessantes em torno de grupos pastoralistas ao redor do mundo, os quais têm aproximações com os camponeses do semiárido por suas práticas ligadas a criação de ovinos, caprinos e bovinos e a obtenção de boa parte dos rendimentos a partir de animais ou produtos animais (ROTA, SPERANDINI, 2009). Grupos pastoralistas vivem geralmente em áreas secas e os sistemas de pastoreio ganham muitos formatos de acordo com contextos ambiental, econômico e político em que estão inseridos. A mobilidade é uma peça chave para tais grupos.

Também não me debruço aqui sobre a migração ligada ao êxodo rural, um tema caro ao sertão semiárido, apesar de que a materialidade que analiso é dialógica ao tema. Abordarei uma mobilidade mais diária, aquela dos movimentos da vida cotidiana, que contribuem para a produção de identidades individuais e de grupo (POOLEY, TURNBULL, ADAMS 2005, p. 5). No que concerne a arqueologia, lembro que a migração foi um tema debatido por décadas enquanto explicação da mudança cultural. Porém, nos anos de 1960, houve uma considerável queda em seu interesse, em especial pela crítica à inadequação analítica da migração normativa processual. Seu ressurgimento como tema deu-se apenas nos anos de 1980, com novas abordagens interessadas na mobilidade (ANTHONY 1990, p. 895). Atualmente, vale mencionar pesquisas como a de Jason De Leon (2015) e sua arqueologia dos migrantes na fronteira México-EUA.

Entendo mobilidade como a capacidade e a necessidade de movimento de um lugar a outro, implicando períodos estacionários, nem que para dormir, compreendida em seu papel na organização social onde se insere, para além de fatores econômicos e de subsistência (WENDRICH, BARNARD 2008, p. 5-8). O movimento pauta-se pela relação entre tempo, objeto, pessoa e espaço, e uma visão arqueológica da mobilidade busca quebrar a estática e abrir novos caminhos que traçam a fronteira entre a contextualidade do objeto e a mobilidade da pessoa (BEAUDRY, PARNO, 2013, p. 1).

Por fim, vale pontuar que, diferentemente do capítulo anterior, aqui dou foco ao lugar na paisagem, chegando à escala macro da abordagem dessa tese. Paisagem e lugar atuam aqui como unidades analíticas, "boas para pensar" as interações das pessoas com o espaço, para além de relações ecológicas, tecnológicas e economicistas. Entendo a paisagem como uma "porção do ambiente codificada na fala e sujeita a intervenção humana", que "representa um encontro entre espaço e tempo, natureza e história, comunidades bióticas e sociedades humanas" (BALÉE, 1998). Assumo, assim, que ela é um constructo socioecológico resultante da interação do ambiente com o ser humano (e vice e versa). Já o lugar pode ser entendido como um espaço de significados que imbrica memórias, relações e práticas, tais quais as unidade doméstica na paisagem, uma porção do espaço geográfico dotado de significados e relações (ZEDENÑO, 1999).

Começarei as andanças por este tema tocando nas questões fantásticas ligadas a interpretação dos lugares pelas pessoas através de narrativas acionadas para dar significado e explicação ao espaço ou ao que, como arqueólogos, teimamos em chamar "sítio arqueológico". Como no cordel de Abdias Campos, *Sertão de Alma Lavada*, "só andando a pé para ouvir o sertão cantar".

3.1. Histórias no movimento

À medida que nos movíamos pelo semiárido, histórias nos eram contadas, materializadas por elementos na paisagem: uma árvore, uma fonte de água, um som, o vento, um lugar. Algumas destas histórias aconteciam no deslocar, justamente por proporcionar contato e interação com uma série de elementos, bióticos e abióticos. A maior parte delas tinha uma óbvia condição: acontecia em lugares acessados através de caminhos. As histórias aconteciam no movimento, entre os moradores *camponeses do sertão*, mas em práticas que também nos alcançaram, já que estávamos com eles, imersos nelas.

Chegávamos a locais que acionavam histórias e as reconfirmavam. Era claro que os caminhos tinham papel fundamental como conexão, física e simbólica, às histórias, deixando claro que as narrativas sobre os locais e sobre o passado, reconstruído, simulado, interpretado e representado, faziam parte da própria pesquisa arqueológica (BEZERRA 2014, p. 422). Essas trajetórias representavam linhas de movimento, redes para além do conceitual, pois estavam no espaço real e eram ativadas, como disse, pelo movimento (BYRNE, 2004, p. 245).

As histórias mostram como a lógica do patrimônio, na qual se insere a idéia de "sítio arqueológico" no Brasil, é contrária à percepção que as populações têm de lugares e coisas em suas conexões com um passado (BEZERRA, 2011, p. 68). Durante os trabalhos, tanto se produziram acontecimentos que não puderam ser explicados pelas leis deste mundo, como tais acontecimentos, parte da memória coletiva local, foram acionados por elementos materiais, e materializados pelos mesmos, acompanhados por um tom de hesitação que colocava as histórias no tempo da incerteza (TODOROV, 2006, p. 146). Essas histórias enquadram-se naquilo que o lingüista búlgaro Tzevtan Todorov (2006) chamou de "narrativas fantásticas", histórias formadas pela oscilação simultânea entre uma explicação racional e conhecida (consciente) e uma aceitação irracional de um evento estranho às leis da natureza (inconsciente).

Tais histórias, em profusão pelo sertão semiárido, como a contada por Socorro Acioli em *A cabeça do santo* (2014), no qual a cabeça da estátua de São Francisco permite ouvir pensamentos de mulheres solteiras, caracterizam imaginários que rompiam os limites do real. Nelas são introduzidos elementos desconcertantes da vida cotidiana (LAPLANTINE, TRINDADE, 1997), acompanhados pela hesitação no que aconteceu, como no caso da história de uma viúva virgem. "Diz que foi, né!?", me disseram quando perguntei da viúva.

Encontramos os primeiros sacis no local que denominamos de sítio arqueológico Bom Jesus, em Serra Talhada, no Pernambuco. O redemoinho de vento veio duas ou três vezes, a última vez com muita força, levantando areia e muito pó, tornando quase impossível manter os olhos abertos. Os sacis nos puxaram pela camisa, arrancaram os papéis das pranchetas, as tampas de nossas caixas e jogaram muitas coisas no chão. Despentearam nossos cabelos e levantaram nossos chapéus. Foi-nos dito que se quiséssemos vê-los deveríamos colocar um espelho no interior do redemoinho e olhar. Deste modo, veríamos ali um jovem saci rodopiando sem parar e em alta velocidade, rindo de nós. Não é à toa que isso algumas vezes ganha o nome de *pé de vento*.

Todos sabiam que para prender o saci era preciso uma garrafa; uma vez preso, ele poderia realizar desenhos do captor; assim fez Pedrinho quando capturou um saci em *Pedrinho e o Saci*, de Monteiro Lobato (1947), colocando uma peneira sobre um rodaminho de vento e o prendendo em uma garrafa. Em *Grande Sertão: Veredas* (ROSA, 1956, p. 341-342), o mote de Riobaldo, "o diabo na rua, no meio do redemoinho" é dito

quando este vê um redemoinho que assusta seu cavalo, explicado por Caçanje como sendo do diabo, uma associação entre diabo, saci e seca, comum no Brasil rural.

O saci é um personagem do folclore brasileiro geralmente representado como um jovem negro de uma perna só, com *short* e gorro vermelhos, além de um cachimbo, nem bom nem mal, e que resulta, segundo Câmara Cascudo (2000), de uma verdadeira "mistureba cultural". Já os *redemoinhos* ou *rodamoinhos* de vento são bastante comuns em áreas áridas e semiáridas, ocorrendo quando o ar se aquece em um ponto e transfere esse calor à porção de ar acima dele, quando, então, atinge uma determinada temperatura e sofre rápida elevação, subindo em espiral e criando um centro de baixa pressão que ganha velocidade e levanta poeira do chão. Podem ocorrer também como fruto de correntes ascendentes que tem a ver com o solo seco e as altas temperaturas, iniciados quando os ventos sopram baixo em uma zona determinada fazendo girar uma massa de ar em níveis baixos da troposfera, próximos ao solo, rotação que se combina com fortes correntes produzidas pelo aquecimento da superfície e que cria deslocamentos potentes de ar, visíveis pelas grandes quantidades de pó que levantam (TAVARES, 2014). Cada vez mais a incidência destes fenômenos tem sido ligada aos processos de desertificação do semiárido.

De qualquer modo, o entendimento dos fenômenos "naturais" era significado, interpretado e sua dinâmica retroalimentada pela própria conformação do semiárido, materializada em elementos fugazes, como o próprio ar em movimento, visível pela poeira. Chegando a um local específico, os sacis nos encontraram, para aprontar traquinagens. Brincalhões, um traço típico de seu ser, visitaram a escavação, tornando-a ela também espaço do fantástico para os sertanejos que nos acompanhavam, já que os sacis só estavam ali porque nós estávamos ali. A escavação passou a fazer parte, ainda que temporariamente, da dinâmica da paisagem local e das narrativas que lhe dão sentido.

Assim, os sacis se moveram até nós, que nos movemos até aquele local, parte de um pequeno sistema hidráulico para acúmulo de água pluvial para animais, humanos e plantas. Foi no trânsito que encontramos o lugar e os sacis, o movimento nos trazendo e nos levando para dentro e para fora daquela realidade. O significado foi ativado pelo contexto (STEWART, KEITH, SCOTTIE, 2004, p. 184). Os sacis, eles mesmo, só existem no movimento, rodopiando sem parar, velozmente, em torno do próprio eixo, vindo em nossa direção, sempre de passagem, e dando sentido àquele lugar.

Histórias *com, do e em* movimento a partir da chegada a lugares, em diálogo com a seca e a água, recorreram pelo menos em outras três narrativas. Uma delas relaciona-se ao sítio arqueológico Viúva Virgem, em Quixeramobim, no Ceará, justamente pelas ruínas da casa estarem ligadas a vida e a morte de uma jovem que queria muito casar-se e noivou-se de um cangaço. O próprio nome do sítio arqueológico é parte da construção de um discurso arqueológico pautado na narrativa do lugar que lhe dá significado. No dia do casório, o noivo sofreu uma emboscada, que lhe alvejou. Chegando ferido ao casamento, a noiva não titubeou em fazer o padre dar prosseguimento a cerimônia com o marido moribundo. Ao dizer o sim e selar os votos, o marido faleceu, não consumando o matrimônio com a noite de núpcias. Deixou, assim, uma viúva, virgem, que morou um dia naquela casa, no tempo do cangaço.

A viúva virgem parece ter um longo histórico em contos portugueses. A alcunha foi dada a Catarina de Aragão, princesa da Espanha e rainha da Inglaterra, entre os séculos XIV e XV (PLAIDE, 2001), e recorre atualmente em cordéis como *A moça que casou quatorze vezes e continuou donzela*, de Apolônio Alves do Santos (SILVA, 2008, p. 158) ou *A Viúva Virgem*, de Raimundo Santa Helena, com variações. No contexto sertanejo, ela não só se juntou ao cangaço, mas sua vida materializou-se no lugar da unidade doméstica estudada. A viúva não morava mal: ela escolheu morar entre os *inselbergs*, próximo do pediplano que acumulava água mesmo nos meses do *verão*. Ali também se sobrepunham histórias de uma grande migração de pessoas que vieram na seca de 1988, escolhendo um lugar para morar que ainda tivesse água.

No sul do Ceará, próximo do cariri cearense, escavamos a casa de farinha e residência batizada de sítio arqueológico Olho d'Água, em Missão Velha, um local escolhido pelo próprio Padre Cícero para ser ocupado por uma família pobre que fugia da seca e que o procurou na esperança de ajuda. "Ali há água para vocês, sigam e encontrarão", teria dito ele a esta família em Juazeiro do Norte. Somando-se a história da arca de Noé no topo dos *inselbergs* após o dilúvio, que contei no capítulo 2, as narrativas sobre a seca ganham as mais diversas roupagens, compartilhando elementos como o cangaço e as fontes de água, somadas a história de movimentos e ao nosso próprio movimento até elas.

O local batizado como sítio arqueológico Pontilhão, homônimo do sítio Pontilhão, como era conhecido localmente, ganhou esse apodo por uma pequena ponte de ferrovia que passa em seu terreno. Todavia, tinha originalmente o nome de Fazenda

Malvada, alusão a proliferação da morte de pessoas decapitadas e degoladas ao tentarem atravessar a linha férrea para o outro lado do sítio. É interessante pensar aqui como foram criadas explicações para uma abrupta ruptura trazida pela modernidade àquela paisagem, a cicatriz retilínea criada pela ferrovia que nada tinha a ver com as formas de mobilidade no semiárido. O tema assemelha-se às aparições do demônio na fábrica, no meio da produção, relatadas pelo sociólogo José de Souza Martins (1993), ao explicar a invocação do imaginário arcaico para compreender as mudanças tecnológicas na produção, quando a modernização introduziu separações radicais e o imaginário arcaico preencheu o vazio para dar sentido à irracionalidade do processo.

Não me debruçarei sobre isso. O fato é que estas narrativas surgiram no movimento, à medida que chegávamos e saíamos dos lugares e só tinham sentido explicadas pela materialidade do lugar. Mas não só. Chegávamos aos lugares por caminhos marcados na paisagem e que quase que naturalmente seguíamos: eram os caminhos entre as casas, entre os lugares na caatinga, que se conectavam formando uma constelação de pontos, a casa como o nó de um rizoma que cria a teia que é a paisagem do sertão.

Os lugares, em sua maioria unidades domésticas, mas não só, como no caso do sítio arqueológico Bom Jesus, correspondiam às narrativas de movimento, sejam a de sacis rodopiando, de trens ou sobre a fuga da seca, e ativadas no movimento, revelando não apenas como o ato de mover-se no sertão e as interações com o meio engajam pessoas, natureza e o sobrenatural, como também como ocorre a internalização do conhecimento da paisagem adquirido durante o movimento, em especial por meio de símbolos e histórias que inscrevem conhecimentos (ZEDENÑO, HOLLENBACK, GRINNELL, 2009, p. 107-108). O movimento através da paisagem gerou e reforçou, constantemente, identidades por meio da relação entre práticas e memória.

As narrativas fantásticas não apenas verticalizavam o tempo, elas davam significado e profundidade aos lugares, associando memórias através da materialidade que retroalimentava a narrativa como prova do fantástico, compondo paisagens de pertencimento que se sobrepunham e encaixavam-se umas nas outras (BEZERRA, 2014, p. 428). Nada disso é novo para os arqueólogos, que têm, em posturas descolonizadoras, buscado equalizar o discurso científico às narrativas e as possibilidades de interpretação da materialidade no âmbito de um forte questionamento de a quem pertence o passado e o discurso sobre ele (SILVA, 2002; MILLION, 2005).

Nem só de narrativas fantásticas eram compostos os lugares. As ruínas ganhavam significado na teia de histórias de antigos habitantes e velhos moradores que coloriam de memória a paisagem, não necessariamente conhecidos por nomes, mas cujos lugares abandonados eram apropriados pelos vivos, constantemente acionadas durante o movimento. Deste modo, os lugares que visitamos eram dialogais a um tempo percolado no qual o passado estava próximo e ativo no presente em um mundo material que só podia ser compreendido enquanto “encontro polícrono”, conforme disse o arqueólogo estadunidense Christopher Witmore (2005), onde o passado não está ausente e onde é possível fazer uma genealogia das coisas.

Nossa interação com o sobrenatural mostrou, enfim, que o movimento e a mobilidade não podem ser reduzidos à ideia de êxodo rural, como por muito tempo o foi para o semiárido, nem a circunstâncias inescapáveis. A mobilidade não pode ser vista apenas como um fim para deslocar-se entre pontos, mas como algo que possui ou dialoga com sua materialidade e expressão no mundo físico, os caminhos (DUMAS, 2012, p. 31). Estes permitem a ativação de uma série de sentidos que possibilitam, em parte, criar os lugares por onde passei.

A representação do movimento apenas como uma linha no mapa propicia entendê-lo em sua orientação, direção e sentido, porém pode-se enriquecer esta linha no que a faz socialmente significativa e interessante. Os caminhos fotografados por Clementino indicam movimento e correspondem a uma materialidade no mundo físico que pode ser medida, mas que contém suas histórias. Histórias no movimento que dão significado ao caminhar e aos caminhos, como aquelas que ativam constantes aparições sobrenaturais no sertão mítico de *A Pedra do Reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta* de Suassuna.

3.2. Nomadismo sertanejo

O olhar para a mobilidade que envolve as dimensões apontadas anteriormente nem sempre esteve presente no campo científico e é importante situar as possibilidades que este capítulo traz. Tanto a literatura como o discurso sanitário, com bastante força até os anos 1930, pressupunham que o semiárido e determinados processos históricos tiveram significativo peso nas formas de habitar a região: seja a partir da miscigenação do europeu com o indígena, degenerando ou fortalecendo o tipo “sertanejo” (LIMA, 1999), seja a

partir de uma adaptação limitadora que acarretou a necessidade de uma mobilidade forçada atrás dos recursos naturais disponíveis, frente à hostilidade de um ambiente que não poderia sustentar a vida (GONÇALVES JR., 2011). Isto teria originado comportamentos como o do vaqueiro, mas também a pouca fixação do sertanejo, morador de locais de difícil acesso das instituições do Estado, conformando o “nomadismo” e o isolamento que os caracterizaria como marginais, pois atrasados, avessos à modernidade e miseráveis (BARTELT, 2009).

Estes intelectuais buscaram na experiência do chamado nomadismo um fenômeno característico da vivência no sertão. O nomadismo era visto como um fenômeno do campo, relacionado à busca das populações pobres por novas possibilidades de sobrevivência em situações de limitações de recursos ou perturbações sociais, tornando a itinerância uma prática comum devido às condições estritas de acesso à terra e sua situação marginal (MURARI, 2003, p. 85-87). O nomadismo sertanejo estava também associado à incapacidade do sertanejo em criar laços com a terra, submetido às técnicas agrícolas destrutivas que esgotavam recursos e incitavam a necessidade de outras terras a explorar. Finalmente, ao longo do século XIX e XX, o nomadismo foi ainda associado à vagabundagem e/ou ao primitivismo de uma existência semi-selvagem, que relacionava o *camponês do sertão* ao indígena e, assim, a uma ameaça à modernidade (MURARI, 2003: 100).

Ao longo da primeira década do século XX, no esforço de tipologizar a população brasileira, o sertanejo fora construído como tipo, com especificidades morfo-psicológicas, cuja disciplina mental herdada dos colonizadores e dos indígenas fê-lo avançar longas distâncias ilhando-se neste território que, somando fatores psicógenos e estruturais da região, teria fortalecido uma vivência "autista" (FERNANDES, 1959, p. 41). Tal vivência acarretaria em um isolamento que era, em si, uma forma de abandono por parte do Estado.

Nos anos de 1940, por exemplo, o alagoano Manuel Diegues Jr. (1949, p. 1026) afirmava que os "surto de nomadismo" verificados na população sertaneja tinham causas históricas e étnicas, baseadas no "nomadismo indígena", um elemento formador preponderante dessas populações, e na economia, pelo regime de colheitas e pastoreio, fazendo com que o sertanejo estivesse sempre em movimento pela necessidade de renovação de pastos e aumento de currais. Além disso, o interior onde viviam não possuía riquezas para a manutenção da própria população. Para o autor, o sertanejo nordestino era

"um homem em movimento" sob influência, ainda, dos fatores climáticos, como as secas periódicas.

Nos anos de 1950 e 1960, Albino Gonçalves Fernandes (1959, p. 8, p. 17) entendia o sertão como parte de uma "sociedade móvel", desde o Brasil colonial, marcada por uma mobilidade arraigada no inconsciente coletivo, que criava uma ansiedade ao movimento. Mobilidade e migração não seria apenas consequências da seca, mas parte da estrutura mental do sertanejo, que guarda a ancestralidade da mobilidade aventureira do colono reinol e dos grupos indígenas (FERNANDES, 1959, p. 23). Isto se alia à insegurança de um sistema econômico que não favoreceria suas necessidades mais primitivas.

A mobilidade do sertanejo, ao menos ao longo da primeira metade do século XX, foi lida através do nomadismo, um termo de inspiração evolucionista social oposto ao sedentarismo. Esta dicotomia predominou tanto na antropologia social como na arqueologia ao menos até os anos 1960 (KELLY, 1992), em abordagens ecológicas e deterministas, devedoras da visão clássica da revolução neolítica estabelecida pelo arqueólogo australiano Vere Gordon Childe.

O sedentarismo e o abandono do nomadismo, para Childe, teriam feito parte de uma série de mudanças que tornaram o ser humano um parceiro ativo da natureza ao invés de um parasita ("active partner with nature instead of parasites on nature", CHILDE, 1942 *apud* INGOLD, 1987, p. 72). A oposição nômade x sedentário deriva de uma visão demasiado evolucionista que vê a mobilidade como resposta ou adaptação, limitando as diferentes formas de movimento e as diversas motivações ao mover-se (WENDRICH, BARNARD 2008, p. 10-11). Esta visão de nomadismo implicaria no abandono definitivo de um território e na ocupação de outro (TOMMASINO, 2000) e foi, e ainda é, encarada como um traço primitivo que impede o progresso e que deve ser combatida pelas regras da civilização. Certamente esta visão está muito aquém da compreensão das práticas de mobilidade de diferentes populações no espaço (POLITIS, 1996).

A primeira metade do século XX encarou, portanto, esse nomadismo como um problema a ser combatido, utilizando-se de políticas de fixação do homem à terra. Após os anos de 1960, tendo em vista a forte saída da população rural para os núcleos urbanos, em momento de forte modernização do campo, o tema da mobilidade entre os *camponeses do sertão* passou a ser lido fortemente sob a ótica da migração, enquanto êxodo rural. Os deslocamentos populacionais eram encarados predominantemente a partir de perspectivas

macroestruturas e macro-sociológicas, resultado de determinações econômicas, políticas e ambientais (ODAIR, 2013, p. 9).

Neste âmbito, vale ressaltar que o conceito de migração muitas vezes fora pouco esclarecido já que tem uma gama ampla de acepções. É preciso reconhecer a importância da migração como processo social e menos como fenômeno demográfico que tem a ver com decisões individuais, reflexões em especial que se proliferaram com as grandes trajetórias migratórias dos anos 1940-1960 entre estados. Neste momento ressaltava-se sobremaneira a emigração, tendo como foco o local de saída do movimento migratório, um sertão seco, faminto e miserável.

Segundo a cientista social Marilda Menezes (2012, p. 21-22), entre os anos de 1930 e 1970, tal contexto deu origem aos clássicos da sociologia brasileira escritos por J. R. B. Lopes, Paul Singer e Eunice Durhan, os quais se fundamentaram no paradigma histórico-estrutural em que as migrações resultavam de fatores de expulsão e atração de populações consideradas estagnadas e arcaicas ou tradicionais para regiões modernas e em desenvolvimento, enfatizando o caso das migrações rurais-urbanas da região Nordeste para o Sudeste. A partir dos anos de 1970 e 1980, como os trabalhos de Garcia Junior, Ellen Woortmann, James Scott e Marilda Menezes, assiste-se a emergência de uma literatura que privilegiou os significados das migrações para a reprodução social das populações das áreas rurais do Nordeste do país, que nem sempre se resumia ao êxodo rural, já que havia muito retorno às áreas de origem (MENEZES 2012, p. 22).

A partir dos anos de 1980, as reflexões sobre os fenômenos da globalização e as significativas alterações dos fluxos migratórios acarretaram novas abordagens sobre estes processos em quase todas as áreas do conhecimento (MAZER, 2015). Recentemente, têm surgido novas análises do movimento e da mobilidade entre o campesinato nordestino, timidamente expressas na literatura. Elas têm abordado a mobilidade sem restringi-la às determinações estruturais mais amplas, sem que tenham relações com respostas imediatas a questões do cotidiano (PAIVA, 2013, p. 9).

A própria noção de migração tem sido revista, encarada como uma experiência histórica fundamental para a própria reprodução social do campesinato do nordeste brasileiro, e não apenas consequência da inviabilidade das condições de existência. Marilda Menezes, por exemplo, a entende como uma prática social histórica e uma estratégia familiar de pequenos proprietários, moradores e rendeiros que remonta ao princípio do século XX (MENEZES, 2009, p. 269; MENEZES, 2012, p. 22). É deste modo

que a mobilidade sertaneja aqui é, de antemão, encarada como fenômeno complexo multifatorial que dialoga com as formas através das quais a materialidade é utilizada e construída pelos moradores do semiárido.

3.3. Os caminhos

O fluxo de pessoas entre lugares diferenciados é tecido por redes de familiares e de amizades que aproximam locais geograficamente distantes de modo físico e simbólico; por isso, a noção de comunidade camponesa como demarcada territorialmente e auto-suficiente gerou estudos que consideram movimentos, como o da migração, fenômenos capazes de desintegrar, ou *parar (pára)*, e de afirmar, ou *continuar (continua)*, as relações de proximidade, valores e sentimentos de pertencimento (MENEZES, 2009, p. 283).

Observando-se os *camponeses do sertão* como uma sociedade fechada, e não como uma *part-society*, ignora-se a materialidade do movimento expresso pela quantidade incontável de caminhos que não são, de modo algum, autocentrados, mas que conectam. Os caminhos que partem das unidades domésticas levam a muitos lugares e trazem o contato com o novo (*pára*) e reafirmam o que já se conhece (*continua*), com informações, em movimentos que reafirmam paisagens em uma troca constante estimulada por práticas de mobilidade cotidianas.

Capistrano de Abreu, no clássico *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, de 1936, diz que, diferente das outras regiões, no semiárido, nem a caatinga nem sua hidrografia facilitavam a entrada no sertão, e por isso durante o período colonial e imperial o povoamento seguiu o flanco litorâneo e as praias. A caatinga, todavia, tem mais espaços livres que as florestas atlânticas ou equatoriais, tornando a orientação mais fácil, dado o céu estar mais descoberto. Por outro lado, o solo é cheio de obstáculos, como o predomínio da vegetação espinhenta, vencida pelo gado, a exceção das faixas representadas pelos antigos caminhos indígenas.

Capistrano de Abreu deixa claro que rotas e caminhos sobrepujam-se e coexistiam, já que havia caminhos antigos, presentes na paisagem, ativados e reativados. De fato, a historicidade dos caminhos pelo sertão tem a ver com o afastamento do gado e a concomitante abertura de novas passagens e de novos caminhos. Nos séculos XVIII e XIX, alguns moradores, inclusive, passaram a estabelecer-se ao longo de caminhos vindos do

litoral, comprando a preço baixo reses fracas e incapazes de continuar a marcha das boiadas (CAPISTRANO DE ABREU, 1936, p. 134-136).

Movimentos na paisagem englobam, ao menos, dois elementos chave: rotas e caminhos. O primeiro concerne à direção, com propriedades físicas e culturais, e o segundo, os caminhos, as estradas ou trilhas, às marcas materiais deixadas por viagens frequentes ao longo de uma determinada rota (ZEDEÑO, HOLLENBACK, GRINNEL, 2009, p. 3). Rotas e caminhos são caracterizados por desempenhos e capacidades específicas de interação que permitem aos viajantes cumprir o propósito original de seus trajetos e se beneficiar destas capacidades (ZEDEÑO, HOLLENBACK, GRINNEL, 2009, p. 4): a visibilidade permite que se veja ao longe sem ser necessariamente visto, o isolamento diminui o enfrentamento dos perigos físicos oferecidos pela vegetação da caatinga, e a acessibilidade e proximidade para obter recursos necessários para chegar aos seus destinos com facilidade, já que muitos destes caminhos têm início no terreiro ao redor da casa.

Os caminhos frequentemente usados em viagens devem sua popularidade a propriedades e características que tornam seu desempenho mais atraente, onde o sertanejo pode se envolver em repetidas interações com outros, com os recursos naturais e o sobrenatural; caminhos bem marcados o são por características fisiográficas bem visíveis e não são facilmente perdidos (ZEDEÑO, HOLLENBACK, GRINNEL, 2009, p. 5). Daí a dificuldade de cálculo da cronologia de um caminho, marcas que parecem imemoriais, parte inerente do meio, cuja manutenção está em seu próprio uso.

No âmbito do que observei no sertão, denominei todas as expressões materiais do movimento de vias de circulação, dividindo-as em basicamente três tipos, com suas variações: drenagens temporárias utilizadas como vias; os caminhos ou trilhas, *trieros*, por onde, em geral, passa uma pessoa por vez, sempre de terra, e estradas, caminhos de maior largura, por onde passa mais de uma pessoa lado a lado, uma carroça (carroçável) ou até carros, sempre de terra.

Pensei sobre estas vias olhando-as a partir de atributos relacionados à intencionalidade e tecnologia de produção, performance visual – características baseadas nas escolhas para sua materialização e que implicam no que emite e como é recebido (SCHIFFER, 1995) –, uso e função, percepção e experiência. Para refletir sobre os dados, segui o caminho da análise qualitativa do tipo ausência/presença, à diferença do capítulo anterior, também por uma dificuldade em amostrar expressões materiais desta escala e

envergadura. Não optei pela mensuração das distâncias que estes têm, segui-los inteiramente foi complicado, por entrarem e saírem de áreas privadas, mas também porque a sensação de distância para os moradores de zonas rurais é sabidamente diferente das urbanas (nós, arqueólogos). Igualmente, por isso, não estou utilizando adjetivos como "longe" ou "perto".

Ao final, estipulei cinco tipos de caminhos e estradas. São eles:

- Leitos de rio e drenagens secas;
- Caminhos por pisoteamento;
- Caminhos por pisoteamento em vegetação alta;
- Estradas delimitadas por cerca;
- Estradas delimitadas por vegetação;

O uso dos leitos de rio seco como via de circulação, como caminhos, não é de hoje, certamente. Teodoro Sampaio (1998), descrevendo o rio Moxotó, no sertão central pernambucano, no final do século XIX, afirmou que seu leito arenoso se ia “trilhando como se fora uma ampla estrada”. O conhecido “caminho das boiadas” sertanejas no Pernambuco era composto pelo conjunto de leitos secos dos rios Moxotó, Pajeú, Cariri e Araripe, associados aos rios Ipojuca e Capibaribe que ligavam, via Agreste e Zona da Mata, o Sertão a Recife. Como lembra também Capistrano de Abreu (1982), os baianos, à procura de terrenos apropriados à criação de gado, passaram a Serra do Espinhaço e através da caatinga chegaram ao rio São Francisco, explorando os rios secos que retalhavam Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Outro conhecido caminho, o “caminho de Ipojuca”, transportava rebanhos e carne pelos leitos secos dos rios Moxotó, Pajeú, Araripe e Riacho do Navio, caracterizando uma das principais rotas de comércio entre as terras sertanejas (CAVALCANTI, PESSOA, 1970). Em *Vidas Secas* (RAMOS, 1996) vemos em certo momento que a família tinha "deixado os caminhos, cheios de espinho e seixos, fazia horas que pisavam a margem do rio, a lama seca e rachada que esqualdava os pés", saindo das trilhas e estradas para caminhar pelos leitos/margens secos.

No entanto, esta é uma característica pouco aventada pelos estudiosos do semiárido, seja nas ciências sociais ou biológicas: o papel dos rios intermitentes, quando secos, também como via de circulação de pessoas, coisas e informações, importantes para a

economia regional e reprodução social dos moradores das caatingas, imprescindível às práticas de mobilidade. Rios são vistos como importantes vias de circulação e canais de povoamento, mas sempre em movimentos ligados a água e a navegação por rios perenes, deixando às drenagens intermitentes os discursos relacionados à seca. Ignora-se que processos erosivos criados pela água são alterações topográficas ou marcas na paisagem, que podem ser reapropriadas também como locais para circulação.

Navegar e nadar não são os únicos verbos que podem ilustrar ações nos rios: caminhar também é um deles. É possível pensar os rios intermitentes como vias de circulação, não pela água, mas justamente pela seca, dado uma das principais características geomorfológicas dos rios do semiárido ser sua configuração na forma de grandes avenidas e ausência de meandros (MALTCHIK, 1999), que encurta distâncias se comparados a vias com muitas curvas. Nós mesmos, arqueólogos, durante as prospecções, andávamos no interior dos leitos secos, pela facilidade em se evitar a vegetação da caatinga, e não éramos os únicos, dado os ocasionais encontros com outras pessoas e a quantidade de pegadas de humanos e animais, especialmente gado, passíveis de se observar na areia.

Todos os sítios arqueológicos estudados nesta pesquisa inserem-se na rede hidrográfica, predominantemente intermitente, da margem esquerda do rio São Francisco. Dali parte uma densa rede dendrítica de drenagens que norteia visivelmente a escolha dos locais para assentamentos humanos, dialógicos a fatores políticos, culturais, afetivos, ecológicos, econômicos, etc. Lembremos que todos os rios do semiárido brasileiro chegam ao mar, o que os torna únicos em relação a outros semiáridos do mundo, com desperenização das drenagens autóctones em decorrência da irregularidade das precipitações e altíssima taxa de evaporação durante o longo período seco (AB'SABER, 2003).

Segundo o biólogo, e especialista em ecologia aquática, Leonardo Maltchik (1999), os rios do semiárido brasileiro estão caracterizados por dois extremos hidrológicos: cheia e seca, as quais atuam como agentes perturbadores naturais importantes destes ecossistemas, onde os rios intermitentes, principal característica hidrogeográfica do semiárido brasileiro, têm papel fundamental para a economia da região. Sua intermitência está lidada a precipitação que torna rios e riachos irregulares, já que o fluxo de água superficial desaparece durante a estiagem. Assentados sobre solos rasos e pouco

permeáveis (litólitos), a armazenagem de água é dificultada (os grandes potes e recipientes de armazenamento de água apresentados no capítulo 2 têm fulcral papel aqui).

Estes rios também apresentam dois regimes hidrológicos distintos: o temporário e o efêmero. Rios temporários estão marcados pela presença de um fluxo de água superficial maior ao longo do seu ciclo hidrológico, e um período de seca estacional; rios efêmeros apresentam fluxo de água superficial somente após uma precipitação não previsível (MALTCHIK, 1999). Assim, há estradas naturais, secas, abertas por meses e meses, se não anos, e algumas outras que podem ser utilizadas apenas algumas vezes no ano. Isso sugere, conseqüentemente, o conhecimento de rotas alternativas para os mesmos destinos e a proliferação de caminhos pelo sertão.

Tais características hidrológicas, geológicas e geomorfológicas da hidrografia dos rios do semiárido trazem aspectos interessantes à sua relação com a mobilidade sertaneja. Primeiro porque não são construídos, do ponto de vista material, pelo ser humano. Sendo apropriados, não há intencionalidade em sua construção, se não apenas em seus usos, funções e significados. A orientação destas vias é a do leito do rio, dada pela estruturação do escoamento no interior da bacia hidrográfica e não pelo caminhante, utilizados, logo, como vias, por direcionarem-se a locais de ocupação humana. Mesmo usados como vias de circulação, os rios não deixam de ser reconhecidos como rios; nunca ouvi sendo chamados de estradas ou caminhos. É patente seu reconhecimento como via de circulação mesmo que seco, o que seria um paradoxo em outras regiões do país, como a amazônica.

A largura dos leitos secos interfere em seu uso, que vai da circulação de pessoas em fila, lado a lado, à passagem de boiadas. Por ser um leito, em alguns momentos encontram-se bolsões de acúmulo de água, ainda que esparsos, importantes especialmente para os animais. É desnecessário o uso de facão ou qualquer outra ferramenta para afastar a espinhenta caatinga, sendo um caminho, por assim dizer, "limpo" por natureza.



Figura 133. Leito seco no sítio arqueológico Calumbi, São Miguel do Fidalgo, Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).

Figura 134. Leito seco no sítio arqueológico Caralina, Sertânia, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).

Figura 135. Leito seco no sítio arqueológico Reino da Pedra, Flores, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).

Os caminhos como os da fotografia de Luis Clementino são, do ponto de vista estritamente físico, resultantes da compactação do solo por pisoteamento, que diminui os macro-poros que permitem a armazenagem e percolação da água, aumentando seu peso, resistência mecânica e diminuindo a porosidade total, as taxas de infiltração de água e a condutividade hidráulica (SILVA FILHO, 2009, p. 5). Este pisoteio deixa uma marca que é possível diferenciar pela visão, pelo tato e por características fisiogeográficas que facilitam o deslocamento pela ausência de vegetação, além de terem direção e sentido que se pode aproveitar, pois à medida que o solo vai sendo pisoteado, suas propriedades físicas sofrem alterações, em geral, desfavoráveis ao desenvolvimento vegetal (RICHART, JOÃO TAVARES FILHO, BRITO, LLANILO, FERREIRA, 2005, p. 322). O pisoteamento aumenta o escoamento superficial de água e o crescimento das plantas reduz-se em virtude da diminuição da disponibilidade de água, restrição ao crescimento de raízes e aeração deficiente (REICHERT, SUZUKI, REINERT, 2007, p. 50-51).

Mas jamais reduzirei os caminhos a compactações de solo. A interação entre indivíduos e comunidades tem a ver com as possibilidades de movimentos e ações que, não ocorrendo aleatoriamente, focam-se em caminhos específicos que permitem conexões mais fáceis e rápidas: vias de circulação são, logo, essenciais à vida material e ao fluxo de informações de um lado a outro (VANDEPUT 2014, p. 4).

Os caminhos abertos por pisoteamento, ou *trieros*, são caminhos bem definidos, apesar de discretos, abertos por passagens sucessivas no meio do mato. Sua engenharia não tem o mesmo planejamento da aplicada às estradas, já que ganham a forma da largura do pisoteamento, que é, em geral, o de uma pessoa ou de várias pessoas andando em fila.

Não é difícil localizá-los na paisagem e caminhar por eles é fácil, apesar do conhecimento sobre eles, sobre sua direção e o que existe ao longo do trajeto, seu sentido e significado, referirem-se a interações prévias. Eu, como arqueólogo, não o tinha e os caminhos significavam pouco para mim, inábil para utilizá-los, já que não saberia dizer aonde chegariam ou para onde iriam. Em geral, são conhecidos por aqueles que convivem

com eles, que os tem perto de casa; são aqueles caminhos que partem do terreiro e são utilizados pelos moradores para circulação local, da casa para o curral, para a casa de farinha, para os vizinhos, ligando alguma estrada maior ao terreiro, enfim, a circulação no interior do sítio camponês e vizinhança.

Quando estes caminhos cortam áreas pouco vegetadas ou de caatinga baixa, eles permitem uma ampla visibilidade do ao redor de onde se está. Além disso, caminhar por eles possibilita uma enorme interação com pessoas, coisas e lugares que estão próximos e que a vista alcança.



Figura 136. Caminho a sede do sítio arqueológico Alto do Mulungu, Pesqueira, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).



Figura 137. Caminho fotografado durante prospecção em Abaiara, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).



Figura 138. Caminho fotografado durante prospecção em Flores, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).



Figura 139. Caminho fotografado durante prospecção em Verdejante, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).



Figura 140. Caminho fotografado durante prospecção Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).



Figura 141. Caminho fotografado durante prospecção em Pesqueira, Pernambuco, depois de queimada na caatinga (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).



Figura 142. Caminho fotografado durante prospecção em Pesqueira, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).



Figura 143. Caminho fotografado durante prospecção em Brejo Santo, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).



Figura 144. Caminho fotografado durante prospecção em Serra Talhada, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).

No entanto, há uma variação destes caminhos: quando recorrem meio à vegetação mais alta da caatinga. Neste caso, o contraste entre a vegetação e a linha pisoteada é ainda maior, pois visualmente ficam bem marcadas. Mais próximo do solo não há muita vegetação, contudo, algumas vezes, na altura dos ombros e da cabeça tem que se desviar dos ramos e galhos, o que demanda o uso dos, sempre à mão, facões. É claro que quando a caatinga está seca é mais fácil caminhar por ali, também devido à visibilidade do caminho ao largo e ao redor.



Figura 145. Caminho fotografado durante prospecção em Senharó, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).



Figura 146. Caminho fotografado durante prospecção no Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).



Figura 147. Caminho fotografado durante prospecção em Arcoverde, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).



Figura 148. Caminho fotografado durante prospecção em Pesqueira, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).



Figura 149. Caminho fotografado durante prospecção em Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).



Figura 150. Caminho fotografado durante prospecção em São Bento do Una, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).



Figura 151. Caminho no sítio arqueológico Missão Velha I, Missão Velha, Ceará. (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).



Figura 152. Caminho no sítio arqueológico Piçarra, Porteiras, Pernambuco. (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).

As estradas, maiores, em largura, que os caminhos acima, têm maior visibilidade na paisagem e abarcam maior volume de pessoas, sendo intencionalmente abertas como tal, apesar de poderem ter nascido de uma trilha que passou a ser intensivamente utilizada e replanejada. Elas têm origem somando tanto pisoteamento e corte de vegetação como maquinário. As estradas pelas quais passa maior quantidade de carros e carroças tendem a ser muito mais compactadas e mais duráveis do ponto de vista do retorno da vegetação à via. Não é preciso delimitar uma estrada para que se torne visível, entretanto a performance visual é reforçada quando são acompanhadas por vegetação alta ou por cercas, que acabam ganhando a dupla função de delimitar e proteger um terreno, deixando claro que, apesar da passagem de pessoas por ali, elas não tem autorização para entrar livremente pelas laterais ou para fora da via. As estradas abertas por maquinário tendem a ser mais largas e beiradas por um acúmulo de terra, resultante de terraplanagem.

Tais vias tendem a ser utilizadas em escala local, mas também regional, permitindo o acesso mais fácil entre povoados e o uso de outras formas de locomoção que não a pé ou a cavalo. Também são usadas por boiadas frequentemente, sendo comum os motoristas ficarem com o carro preso e parado enquanto passa o gado com o vaqueiro. Muitas destas estradas têm a ver com um maquinário moderno e são, portanto, fruto de modos mais industriais de produzir vias de circulação: algumas foram abertas por tratores, outras foram marcadas pelo passar mais constante de veículos pesados como carros ou motos. Os carros deixam marcas bastante reconhecíveis: os negativos do relevo dos pneus, porém também a marca das quatro rodas em duas linhas, em geral mais rebaixadas que o meio da estrada, onde cresce alguma vegetação e onde o solo não foi compactado pelo peso dos veículos.

Estradas delimitadas por cercas



Figura 153. Estrada com cerca no sítio arqueológico Pajeú, Flores do Piauí, Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).



Figura 154. Estrada com cerca fotografada durante prospecção em Lavras da Mangabeira, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).



Figura 155. Estrada com cerca fotografada durante prospecção em Itaueiras, Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).



Figura 156. Estrada com cerca fotografada durante prospecção em Custódia, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).



Figura 157. Estrada com cerca no sítio arqueológico Soledade, Custódia, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).

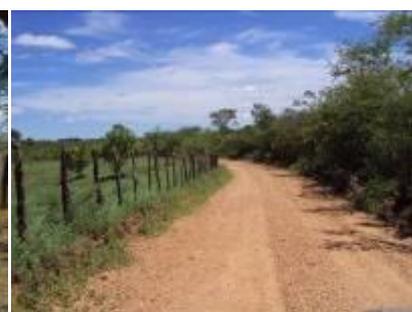


Figura 158. Estrada com cerca fotografada durante prospecção em Lavras da Mangabeira, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).



Figura 159. Estrada com cerca fotografada durante prospecção em Aurora, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010). Aqui fica claro as marcas do maquinário acumulando sedimento ao lado, na base das cercas.

Estradas delimitadas por vegetação



Figura 160. Estrada fotografada durante prospecção em Serra Talhada, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).



Figura 161. Estrada fotografada durante prospecção em Piquet Carneiro, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).

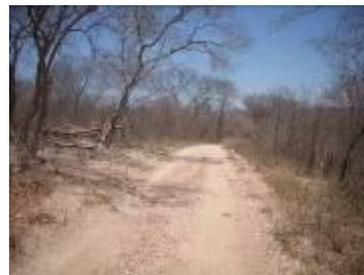


Figura 162. Estrada fotografada durante prospecção em Bela Vista do Piauí, Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).



Figura 163. Estrada quase sem uso no sítio arqueológico Pontilhão, Quixadá, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).



Figura 164. Estrada fotografada durante prospecção no Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).



Figura 165. Estrada fotografada durante prospecção no Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).



Figura 166. Estrada fotografada durante prospecção em Salgueiro, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).



Figura 167. Estrada fotografada durante prospecção em Bela Vista do Piauí, Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).



Figura 168. Estrada fotografada durante prospecção em Icó, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).



Figura 169. Estrada ao sítio arqueológico Encantado, Quixeramobim, Ceará. Nota-se os imponentes inselbergs no horizonte (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).



Figura 170. Estrada fotografada durante prospecção no Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).

Uma mudança de perspectiva, observando a paisagem a partir de imagens aéreas e aerofotogrametrias da região e dos arredores dos sítios arqueológicos, permite alimentar a discussão com alguns novos pontos. Através delas é possível notar a relação dos caminhos entre as unidades domésticas e demais áreas com funções específicas construindo vizinhanças. Também se percebe a relação entre as vias de circulação, como o diálogo entre os caminhos e estradas ou destes com menos frequentes linhas férreas e rodovias. Estas últimas, menos recorrentes em quantidade e menos meândricas, por assim dizer, que as primeiras, mais retas e duras, ligadas a outra escala de movimento – aquela entre centros urbanos e povoados maiores, entre indústrias e zonas de produção –, e a outra visão de mundo – aquela da modernidade e de um de seus maiores símbolos, a velocidade.

A aerofotogrametria a seguir (2015), da região de Lavras da Mangabeira, no sertão do Ceará, permite notar a relação entre os traçados das diferentes vias de circulação, em especial quanto à forma das trajetórias. A dimensão dos caminhos e seus usos mantêm estreita relação com a forma de seus contornos, mais ou menos irregulares e meândricos. Por um lado, as grandes vias, que claramente permitem a circulação nesta paisagem em uma escala regional, têm um formato mais reto, mais largas, menos curvas, mais solitárias na paisagem, por outro, os caminhos são muito mais enramados, ondulados, proliferam-se em maior quantidade conectando a pequenas escalas. São eles que dão o tom da teia de conexões na micro escala, em especial entre as unidades domésticas próximas umas das outras.

É interessante igualmente considerar que as grandes estradas e as vias de circulação modernas, utilizadas por veículos como carros, dialogam com a rigidez e angulosidade de linhas retas e dos traços hipodâmicos, em oposição à fluidez das formas tradicionais representadas pelos caminhos, dialógicos ao caminhar a pé.



Figura 171. Movimento e materialidade do movimento, um rizoma de caminhos. Imagem de conjunto de casas sertanejas no município de Quixeramobim, próximo a região do Encantado, Ceará. (Coordenadas de referência: 24M 460193.57 9397295.60, WGS 84) (Acervo Zanettini Arqueologia).

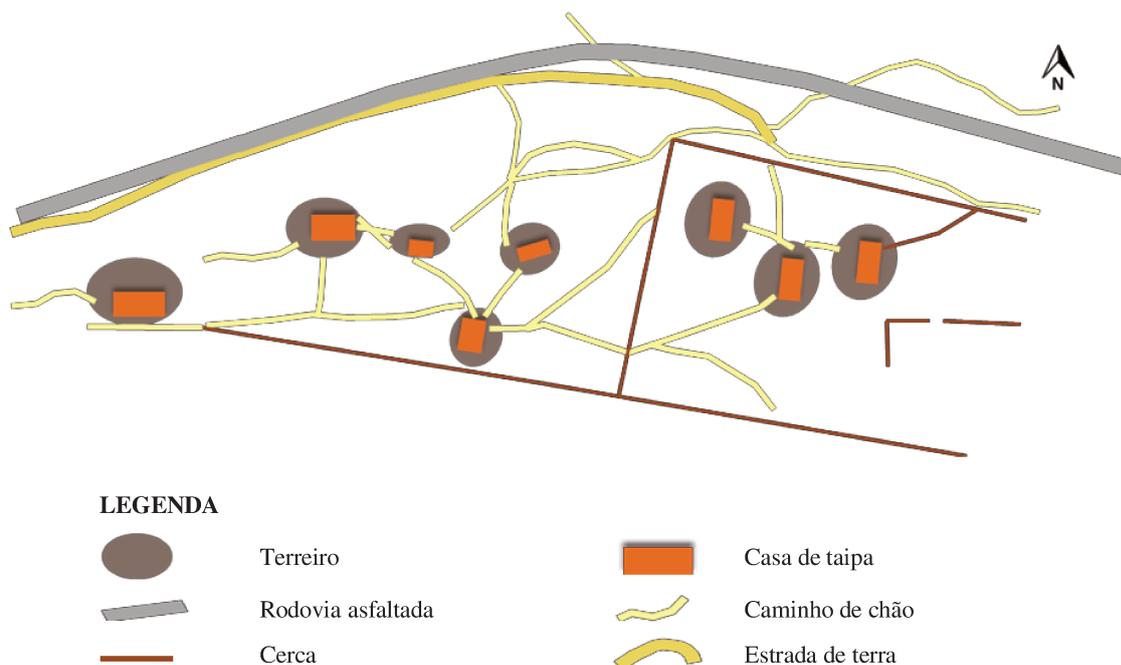


Figura 172. Decalque da imagem aérea da Figura 171, ressaltando a relação entre casas de taipa, caminhos, estradas de terra, cercas e via asfaltada. Fica claro como o movimento está materialmente marcado no espaço.

As imagens permitem pensar a relação entre escalas e possibilidades de movimento oferecidos por caminhos e outras vias de circulação. Abaixo, criei, a partir das imagens aéreas, decalques escalados que ressaltam vias, terreiros (círculos rosados) e construções (unidades domésticas, sólidos laranjas). As linhas amarelas representam caminhos e, por conseguinte, movimento. Estes exemplos permitem notar como os caminhos fazem parte dos lugares na caatinga, ligados às unidades domésticas, como raízes. Por outro lado, também permitem ver como a rigidez e linearidade das cercas (linhas marrons) têm diálogo estreito com a materialidade do movimento, interrompendo, dificultando ou acompanhando os caminhos na pequena escala.

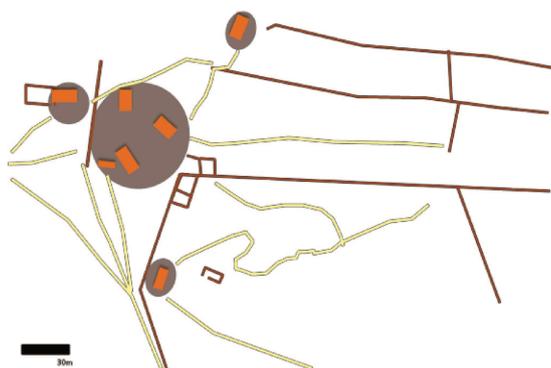


Figura 173. Decalque e imagem aérea (Base Google Earth, 2007) dos arredores do sítio arqueológico Juazeiro, município de Verdejante, Pernambuco.

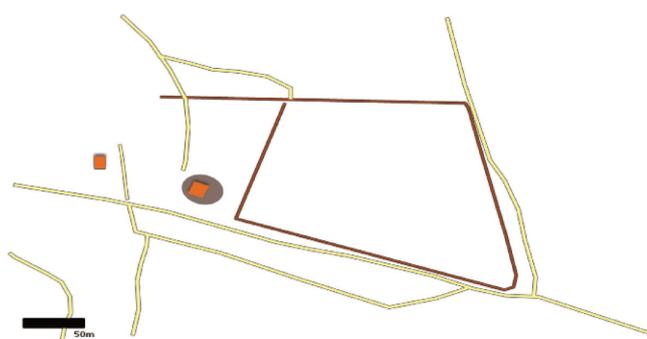


Figura 174. Decalque e imagem aérea (Base Google Earth, 2013) dos arredores do sítio arqueológico Grés, município de Ouricuri, Pernambuco.

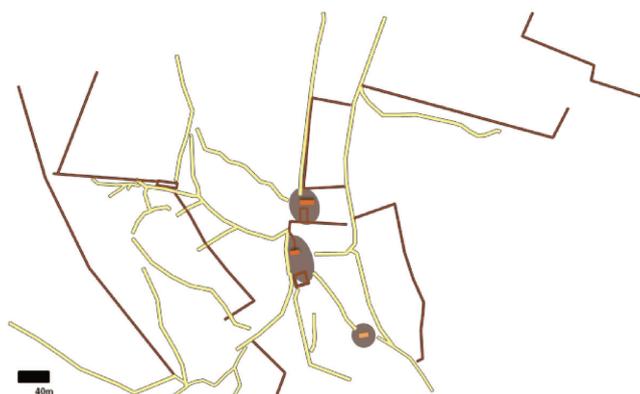


Figura 175. Decalque e imagem aérea (Base Google Earth, 2005) dos arredores do sítio arqueológico Gonzaguinha, município de Cedro, Ceará.

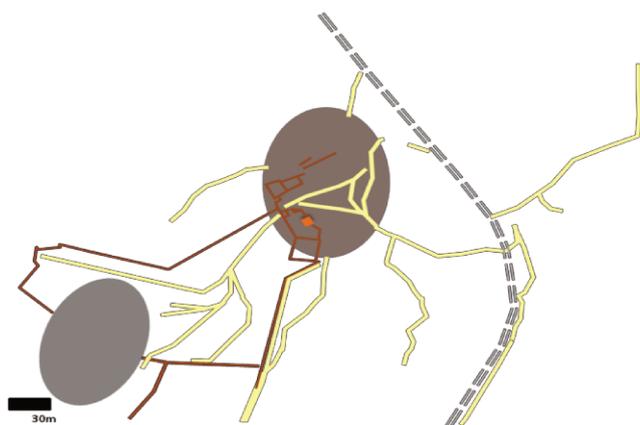


Figura 176. Decalque e imagem aérea (Base Google Earth, 2005) dos arredores do sítio arqueológico Adrenalina, município de Cedro, Ceará.

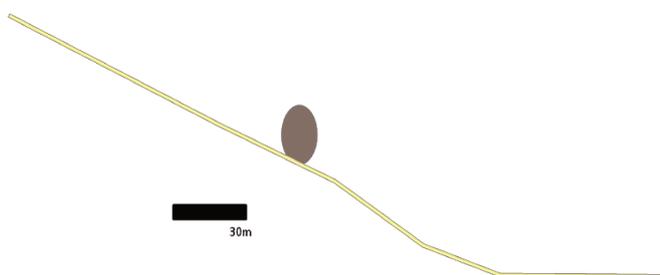


Figura 177. Decalque e imagem aérea (Base Google Earth, 2012) dos arredores do sítio arqueológico Carvoeiro, município de Salgueiro, Pernambuco.

Os tipos de linha representadas nos decalques acima, indicando tipos de vias (caminhos, estradas, linhas férreas), movimento, rotas, também devem ser pensados a partir das políticas possíveis do movimento no sertão. Ora, quem se move, para onde, quão rápido, por que e quando, remete aos tipos de via construída, seus usos e fins distintos, além de sua associação às histórias, narrativas e significados, como mostrei no começo desse texto (CRESSWELL, 2014). O decalque de Lavras da Mangabeira, por exemplo, nos pergunta se as pessoas que moram nas casas de taipa representadas usam a estrada de asfalto que passa próxima. Quem anda ali? Nos arredores do sítio arqueológico Adrenalina, que significado ganha a linha férrea às pessoas que não podem usar este transporte para locomoverem-se, já que não existem mais trens para passageiros?

Assim, as vias indicam políticas de oportunidades ao movimento e o uso das mesmas, já que o trem não é utilizado e o asfalto tem uma ligação com carro e com

veículos motorizados que não são os objetos mais comuns entre os sertanejos das casas estudadas: então, quem está se movendo ali e para onde? O caminhar a pé pelo asfalto é perigoso, quente. Os carros não passam nos estreitos caminhos. Isto indica alguns dos modos relacionados à como a prática da mobilidade é experienciada no sertão. Para quem são as vias, então?

As conexões criadas pelos caminhos tratam também de ligar os distintos espaços e suas diferentes funções e significados dentro do sítio camponês, como casas de farinha (como o sítio arqueológico Olho d'Água), acampamentos (como nos sítios arqueológicos Erva Daninha e Carnaúba), fontes de água, plantações e currais. Arqueologicamente, estes espaços expressam-se em pequenas concentrações de materiais que tendem a passar despercebidas ou a serem classificadas como "ocorrências arqueológicas", pouco exploradas em abordagens regionais *off-site*, quando não mais estão de pé.

Gostaria de chamar atenção para o que denominei, aqui, de acampamentos, formas de ocupar o espaço que tem a ver com a mobilidade, já que temporários e em conexões estreitas com os caminhos. Também são interessantes por sua baixíssima visibilidade, algumas vezes representados por fragmentos esparsos ou estruturas de baixa densidade, já que muitas vezes foram feitos de material orgânico.

Acampamentos ou locais de moradia temporária foram muito explorados pela arqueologia, em especial para a compreensão das formas de uso da paisagem e dos padrões de mobilidade de populações caçadoras-coletoras (como em Binford, Kelly, Politis), no âmbito da tentativa de compreender os chamados sistemas ou padrões de assentamento de uma determinada população em certa paisagem através de seus remanescentes materiais, inclusive aqueles de baixa visibilidade, densidade e difícil compreensão. No caso do *camponês do sertão*, os locais de rápida ocupação, de pernoite, para caça ou para coleta e/ou colheita, são de difícil identificação, já que compostos por materiais que deixam poucas marcas. Se as unidades domésticas são difíceis de serem reconhecidas e encontradas, como chamei atenção no capítulo 1 e 2, usos mais efêmeros do espaço deixam ainda menos vestígios visualmente identificáveis (WENDRICH, BARNARD 2008, p. 4) e só foram localizados por incidirem sob malhas de prospecções próximas às unidades domésticas.

Os planos de dois acampamentos relacionados à coleta e colheita nos sítios arqueológicos Erva Daninha e Carnaúba são apresentados a seguir. Por terem sido

montados próximos ao momento em que visitamos o sítio arqueológico, foi possível notar ainda o uso de folhas de coqueiro e de carnaúba que formavam coberturas, dando origem ao negativo de um pilar de apoio (arqueologicamente, "buraco de esteio"). Também estão presentes artefatos produzidos com materiais da caatinga, como líticos brutos (rochas deslocadas, mas não transformadas) utilizados para desamassar, ou apoiar para amolar as, lâminas de algumas ferramentas de metal, como as enxadas. O acampamento do sítio arqueológico Carnaúba também contém alguns objetos para alimentação, facilmente carregáveis, como garrafa térmica e recipiente de ágata, associados a uma trempe de tijolos. É fácil notar que após o processo de decomposição do material orgânico, só restaram poucos objetos de difícil interpretação e localização.

Para o sítio arqueológico Erva Daninha, é interessante notar que acampamento e unidade doméstica fazem parte de dois contextos diversos de ocupação, já que a unidade doméstica é mais antiga que o acampamento. Todavia, sua relação é estreita, visto que quem fez o acampamento utilizou-se da clareira/terreiro da antiga casa para tal. Isso não teria ocorrido sem um cenário antropogênico e uma paisagem conhecida. Este conhecimento do território e a mobilidade por ele permitem a reativação dos sentidos das áreas "abandonadas" que passam a ganhar novos usos e a possuir novos significados, como foi apontado nesta tese em diversos momentos. Estas sobreposições não apenas verticalizam o tempo, tornando sempre contemporâneos os locais das velhas casas de taipa, mas nos mostram os resultados do engajamento com a memória dos lugares e sua materialidade, permitindo a construção de paisagens que compõem um território semiárido e que orienta movimentos pela caatinga.

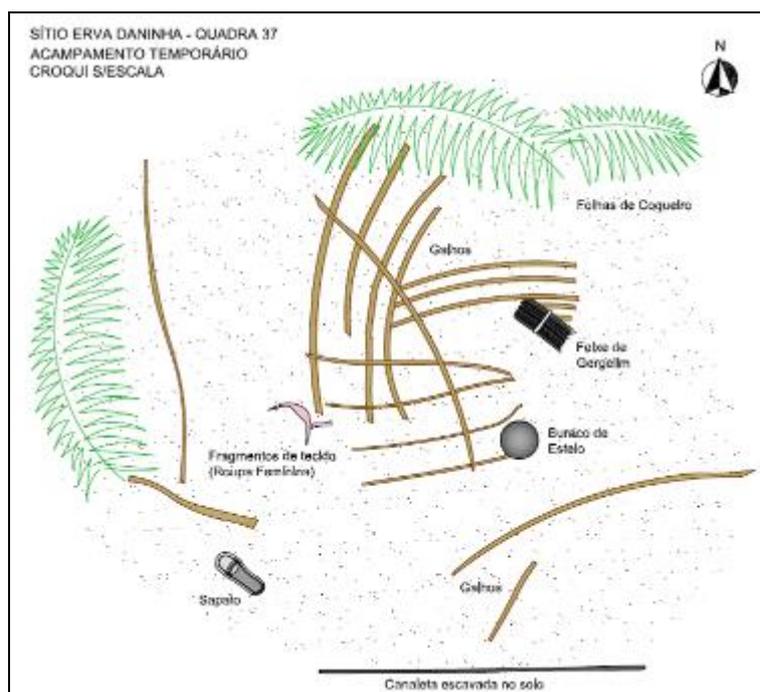


Figura 178. Planta baixa dos vestígios de acampamento no sítio arqueológico Erva Daninha, município de Lavras da Mangabeira, Ceará. Desenho de Gabriela Farias e Rodrigo Angelossi (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).

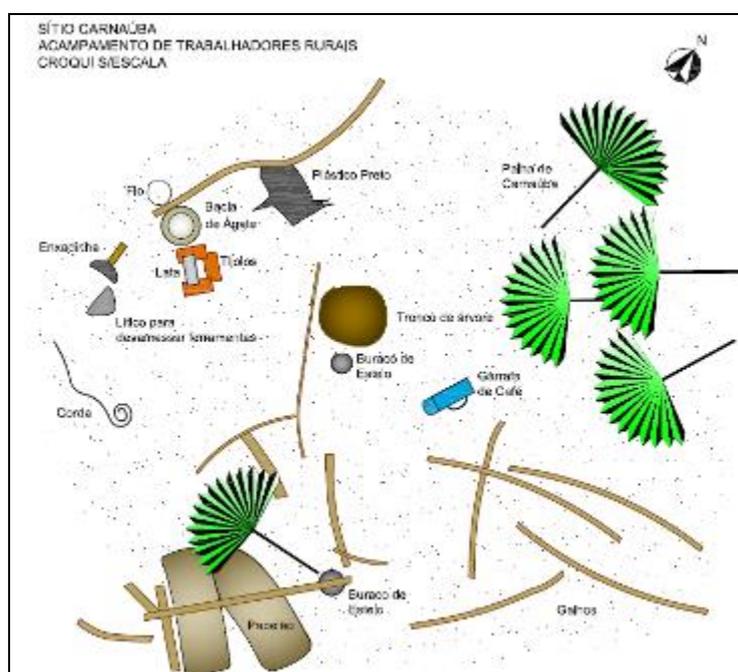


Figura 179. Planta baixa dos vestígios de acampamento no sítio arqueológico Carnaúba, município de Lavras da Mangabeira, Ceará. Desenho de Gabriela Farias e Rodrigo Angelossi (Acervo Zanettini Arqueologia, 2010).

Os exemplos acima vêm ao encontro do que Ellen Woortmann, nos anos de 1990, sintetizou para o sítio camponês: "um espaço total complexo, constituído de espaços menores articulados entre si, correspondendo cada um destes últimos a determinadas atividades igualmente articuladas, como que numa relação de insumos-produtos. Por outro lado, esses espaços, e o sítio como um todo, possuem significados simbólicos ligados ao imaginário e à família camponesa. Ao longo de cerca de 150 anos, o espaço se transformou, em larga medida por pressões externas ao campesinato, isto é, pelo fechamento, autêntico 'enclosure' das chamadas *terras soltas*. No entanto, não se alterou a lógica de utilização produtiva do espaço pelo campesinato, centrada no que chamei de 'internalização' dos supostos da produção" (WOORTMANN, 1998, p. 1). Não apenas a autora traz elementos que também podem ser observados em sua materialidade, como ela coaduna a cronologia obtida através das análises das áreas de descarte, indicando uma paisagem que recua a cerca de 150 anos.

As identidades sociais dos sertanejos são forjadas na relação com condições ecológicas do semiárido, em paisagens nas quais lugares são construídos a partir da manifestação destas identidades na forma espacial (HECKENBERGER, 2011). Nem por isso, suas ações são apenas determinadas pelo ambiente, como por muito tempo foi afirmado. Muitas das escolhas para implantação das unidades domésticas dialogam com a existência prévia de caminhos, sendo pontos de partida de novos, em um exercício de reafirmação de trajetos e ligações entre casas e áreas de atividades do próprio grupo doméstico. Também são ocupados terrenos em que o manejo ambiental prévio é evidente e este conhecimento permite um uso muito íntimo deste espaço, fazendo com que áreas que, segundo uma lógica urbana, seriam consideradas abandonadas, na verdade sejam áreas com sentidos outros acessados constantemente, tais como aqueles que materializam narrativas, áreas de recursos ou locais de parada no movimento entre dois pontos.

Alguns elementos que compõem a unidade doméstica também compõem os cenários que consolidam redes de socialização entre os grupos: as janelas das casas permitem visualizar as vias de circulação, sem sair do lugar, adquirindo informações sobre quem vem e vai; os caminhos possibilitam um chegar sem entrar, ausentes barreiras físicas até a casa, envolta no terreiro e no privado. Os pequenos caminhos entre as casas e os mais longos entre comunidades, as estradas carroçáveis ou abertas com maquinário, os rios secos e os caminhos de água da chuva ou as trilhas abertas por pisoteamento de gado, toda esta materialidade dá origem e é resultante de movimentos tentaculares, para direções

diversas, mas orientadas, que contornam ou dialogam com acidentes geográficos e com a topografia. Também dialogam com lógicas outras, como a do uso do asfalto ou das linhas de trem, retas e duras, pelo sertão (HATTORI, 2015). Os caminhos ligam e fazem os lugares.

Todas as intervenções que os ocupantes de um sítio realizam sobre as feições do terreno, associam-se a percepções dessas feições e a atribuição de significados culturais (HORTA, 2004). É o que a Ecologia Histórica vem chamando de “dinâmica recíproca entre sociedade e meio ambiente” (BALÉE; ERICKSON, 2006, p. 9). A própria localização da paisagem doméstica em sua relação com o ambiente natural envoltório faz parte das “estratégias de implantação” que muitos desenvolveram no sentido de que a própria implantação e a escolha de local para morada podem dar pistas sobre relações de poder, sociais e práticas de manutenção deste poder baseadas na geoestratégia de dispor da visão de quem vê e do controle de certas vias de circulação e caminhos.

Os lugares do morar fazem parte de uma ampla rede de circulação que dialoga com a formação de territórios no sertão rural onde os caminhos são sua própria expressão material (ZEDENÑO, 2008). Caminhos e demais vias de circulação são geoestratégicos no sentido de transportarem pessoas, ideias e mensagens, configurando também vias discursivas que dão suporte a formas de pensamento investidas de regras de saberes e efeitos de poder. Os caminhos abertos para e pelo sertão estruturaram usos, recursos e constroem paisagens, assim como ditam os espaços onde as pessoas se relacionam socialmente. Delimitam, assim, territórios por seu próprio controle: onde se pode ir, onde não se pode, quem pode entrar, quem não (ZEDENÑO, 2008). Além disso, a circulação e a mobilidade por estas vias consolidam conhecimentos cumulativos da paisagem, que se expressam de forma recorrente e que permitem aos sertanejos identificarem-se, compartilhando símbolos e visões de mundo.

A materialidade dos caminhos existia para além de nós, reativadas a cada movimento, a cada passagem, e com elas toda a memória, o conhecimento e a interação com o meio, tornando todo o sertão, contemporâneo, verticalizando o tempo expresso em suas marcas materiais produzidas em diferentes épocas e desenroladas em significados acessados, ora ou outra, pelo movimento. Os caminhos são materialidades persistentes.

Por fim, parece-me possível dizer, a partir desta experiência, que o sentido do caminhar nas regiões estudadas pode ser desdobrado em três: a) o sentido da prática do caminhar construindo, reativando e conhecendo a paisagem, suas histórias e suas conexões

entre lugares; b) o caminho como parte das relações e laços entre quem caminha e aqueles que estão envolta, em um jogo de ver x não-ver, passando a ser conhecido dos vizinhos, levando coisas, informações e gerando histórias e memórias relacionadas ao espaço; e c) o caminhar como uma experiência de contato com o meio, distinto da locomoção utilizando-se de outros meios de transporte (como o carro ou o trem). Vale lembrar que existe uma forte valorização da prática do caminhar no Brasil, e no mundo moderno, como aqueles excluídos dos benefícios da modernidade, como as máquinas, e a velocidade, portanto lentos. Para o sertão, o caminhar pela caatinga ainda é associado à pobreza e à seca, com a proliferação de imagens dos retirantes em fuga.

De fato, este cenário faz frente ao modelo do rodoviarismo, ao consumismo desenfreado dos carros e ao movimento guiado pela máquina e pela velocidade, em contraposição a outro tempo, mais lento, ligado a mobilidade local. Todavia, asfalto e rodovias carregam também outros valores que avançam sobre o mundo rural, tal qual a proliferação e alta quantidade de motocicletas no sertão semiárido, um rápido e mais barato meio de transporte.

Neste sentido, o caminhar a pé pelos caminhos, fora das estradas oficiais ou reconhecidas, não mapeados e longe do jugo do Estado, caracteriza formas, indiretas e inconscientes, que resistem ao domínio e ao controle do movimento no semiárido pelas lógicas modernas que o capital carrega. Qualquer um que consulta a cartografia contemporânea do semiárido sabe que a grande maioria das vias de circulação na micro e média escala não está registrada. Os mapas e o mapeamento entram, aqui, como discursos de poder que marginalizam, mas, ao mesmo tempo, ignoram toda uma rede de circulação ativa e dinâmica que burla as vias oficiais e que, portanto, permite uma série de movimentos que ficam desconhecidos, ubíquos, semelhante a algumas práticas de consumo observadas nos sítios arqueológicos estudados.

É deste modo que estradas de chão e caminhos contrapõem-se a como o movimento e a mobilidade têm sido pensados a partir paradigmas da modernidade. A velocidade e a automação, no século XX, materializam-se também na forma de trajetórias, isto é, na sinuosidade em comparação ao traçado reto e duro de rodovias e ferrovias, e no paradoxo de permitir o movimento e limitá-lo, dado que o uso e o acesso às rodovias acompanham os pedágios e a aquisição de um carro, etc.

De fato, como já percebido por outros pesquisadores, estradas e caminhos possuem um poderoso sentido de mobilidade e oferecem possibilidades para aqueles com

interesse na exploração empírica do movimento e da materialidade da mobilidade, emergindo como interface, negociando, mas também consolidando limites e fronteiras, e ao mesmo tempo transcendendo as limitações de relações anteriores em sua promessa por novas conectividades (DALAKOGLU, HARVEY, 2012, p. 3). O modo como as diferentes vias de circulação, sejam caminhos ou estradas, significam a paisagem, está ligado, finalmente, às relações entre mobilidade e poder, uma vez que as pessoas sentem as consequências do pouco acesso às tecnologias da mobilidade, como na relação entre asfalto e carro, quando não se tem um, o que cerceia as possibilidades de movimentação e mostra a dimensão da liberdade dos caminhos dos *camponeses do sertão* (DALAKOGLU, HARVEY, 2012, p. 2).

As vias de circulação no sertão expressam também uma agência política de controle e dominação, uma vez que o conhecimento e/ou o controle das rotas e caminhos configura controle também dos movimentos de pessoas, de fluxos de informação e de comunicação (ZEDEÑO, 2008). Daí seu papel correlato com as cercas: elas são vetores, delimitam espaços, orientam direções, protegem os interiores e fazem parte da materialidade das formas de uso e organização dos espaços, tal qual o terreiro e as clareiras. Tais elementos são vitais na construção dos territórios no sertão e pelos sertanejos na caatinga.

Portanto, os caminhos têm um óbvio parceiro: as cercas. Elas correm juntas, os interrompem, os permitem e os impedem, fazendo parte da ordenação e controle do espaço no sítio camponês. Elas dialogam muito abertamente com a estrutura agrária do sertão, frente à diminuição das *terras soltas*, mas não só, já que os caminhos criam toda uma trama de possibilidades de mover-se e engajar-se com o ambiente, se relacionando a práticas importantes à reprodução social dessas pessoas.

3.4. As cercas

Cercas são construções com diferentes papéis nas comunidades rurais em que estão, de acordo com seu arranjo. Geralmente, entre os *camponeses do sertão*, estão associadas a guarda de animais, a proteção do terreno contra animais livres ou pessoas não autorizadas, a delimitação de propriedades, além de seu papel ecológico, no caso das cercas vivas (NASCIMENTO, 2007b, p. 16). Geógrafos, Biólogos e Etnógrafos têm realizado ensaios no esforço de tentar compreendê-las, especialmente, do ponto de vista

das relações do sertanejo com a caatinga, no que concerne ao papel das cercas vivas e ao problema ambiental em torno do desmatamento desenfreado para o consumo da madeira.

Há pouca bibliografia disponível sobre cercas; dentre estas, predominam publicações, geralmente no âmbito da Biologia e da Ecologia, sobre as chamadas cercas vivas, as quais não serão abordadas aqui, pois não foram observadas na amostra. Na maior parte das vezes, esta produção científica destaca seu papel na biodiversidade local e na identificação das espécies que a compõem. Por outro lado, existe pouca literatura, no Brasil, sobre as cercas "mortas" e muito menos sobre as cercas sertanejas.

Em geral, as cercas são encaradas sob uma perspectiva funcional: como delimitadores de áreas de pequena agricultura que protegem hortaliças e demais plantas dos animais durante o pastejamento, indicando domínios fechados e os limites de pequenas propriedades (RAMOS, 2007). Predominam estudos de etnobotânica sobre cercas de madeira como parte do conhecimento tradicional e intergeracional dos *camponeses do sertão* em que são mapeadas espécies vegetais e taxonomias bipartidas entre termos êmicos e éticos (NASCIMENTO, 2007; CHAVES et al., 2014). São correntes estudos sobre as cercas vivas como práticas agrofloretais ligadas ao manejo da flora e sua conservação (LIMA, 2008; LUCENA et. al. 2012). Algumas vezes, foi ressaltado também seu aspecto estético-arquitetônico e o papel que desempenha como aviso à entrada de pessoas não autorizadas (NASCIMENTO, 2007).

Algum esforço fora realizado, ainda nos anos de 1950, por autores como Gustavo Barroso (1959), na tentativa de delimitar um tipo humano sertanejo dentro de abordagens deterministas e de tipologias biossociológicas. Além disso, as cercas, de modo indireto, porém constante, tal como os caminhos, sempre fazem parte do segundo plano dos romances e memórias que versam sobre a região, como em *Ulysses Pernambucano*, Graciliano Ramos, Ariano Suassuna, Raquel de Queiroz e outros, cujos personagens são mostrados em movimento.

A cultura do uso de cercas e as passagens através delas (cancelas, porteiros e portões) nas áreas rurais do Nordeste do Brasil são indispensáveis à vida no campo, relacionando-se às formas de proteger o roçado (área de terra cultivada) dos animais e, conseqüentemente, a como aprisionar os animais, delimitando as propriedades e limitando seu acesso (CHAVES et al. 2014, p. 34). Quem nunca andou pelo sertão não sabe como é difícil entender as cercas e as possibilidades de passagens, resolver os complexos

mecanismos de algumas porteiras ou pulá-las sem se machucar. Este é um conhecimento que, como arqueólogo, eu definitivamente não tinha.

Para Gustavo Barroso (1959, p. 10), a cerca expressa a relação entre ser humano e vizinhança, como instrumento e símbolo de separação e desigualdade, do fechamento e do isolamento. A cerca é incorporada à paisagem pelo uso dos recursos naturais à mão, a pedra, a madeira, as ramagens, folhagens e espinhos, limitando espaços em que homens, animais e vegetação se encontram ligados em suas vidas comuns. No sertão pernambucano, foco de suas reflexões, a cerca protege a pequena agricultura dos baixios e vazantes e a invasão de animais, acomodando-se à topografia dos terrenos (BARROSO, 1959, p. 32).

Os *cerqueiros*, profissionais especializados na feitura de cercas, faziam seus trabalhos de trançado, de equilíbrio e complexa composição, seguindo condições essenciais de resistência e durabilidade (BARROSO, 1959, p. 31), expressando conhecimento que envolve uma longa cadeia operatória. Barroso analisa as cercas do sertão a partir da variedade de tipos e gama de trançados em seu preparo, estilos, modelos e feitos. Elas conformariam, junto dos currais de animais, práticas de cerco a grandes extensões de terra para retenção do gado, em oposição ao que no sertão era conhecido como *terra solta*, áreas livres sem cercamento e de uso comum para pastagem.

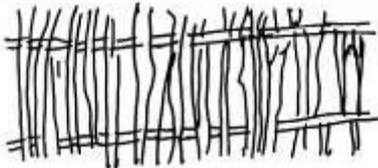
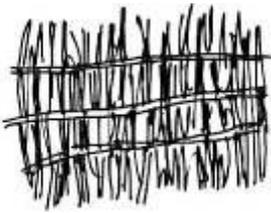
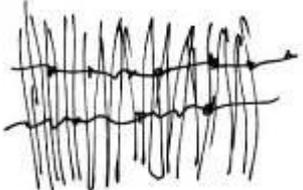
Mais atualmente, o antropólogo social Luzimar Pereira tem destacado as atividades relativas à produção de cercas que envolvem terrenos loteados em alguns de seus trabalhos sobre a região de Urucuia, no norte do estado de Minas Gerais. Ali, os cercamentos das terras delimitam fisicamente as propriedades privadas, restringindo a circulação entre seu interior e exterior, e estabelecem limites simbólicos responsáveis por classificar e reclassificar pessoas, animais, plantas e coisas: as cercas delimitam a dimensão material dos processos locais de criação e recriação de espaços (PEREIRA, 2014). As cercas atuam, assim, como ferramentas e objetos de classificação espacial, articulando uma série de atividades técnicas, sociais e econômicas. Seus alinhamentos eram realizados a partir de marcos naturais ou edificações pré-existentes, como outras cercas de vizinhos ou mesmo árvores, e a escolha de sua localização é uma das primeiras atividades para projeção do terreno.

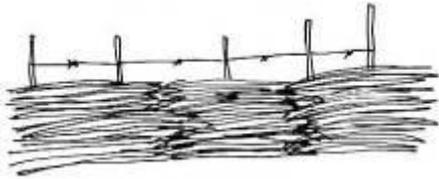
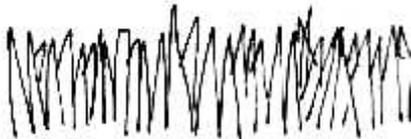
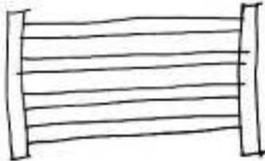
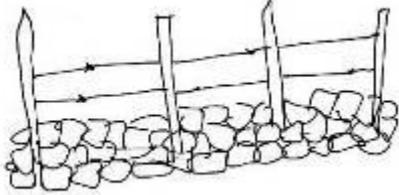
Em Urucuia, a cerca nasce da interseção de um espaço projetado em planta com o lugar habitado por seres humanos e não-humanos, a unidade doméstica. As cercas são feitas para durar e sua exposição constante às intempéries demanda manutenção e

reconstruções constantes (PEREIRA, 2014). Em geral, as cercas urucuianas estão ligadas aos *bichos do pasto*, que habitam preferencialmente espaços construídos cercados e mais distantes, em contraposição aos *bichos de terreiro*, que vivem nas imediações próximas da casa (PEREIRA, 2015, p. 66) e que estão submetidos a limites expressos pela ordenação espacial dos elementos que compõem o sítio.

Partindo desta literatura, olhei para as cercas com base nos materiais utilizados, em sua performance visual, analisando-as de modo relativo, segundo presença/ausência de atributos (materiais, posição dos elementos, orientação dos elementos, modificação dos elementos a partir do estado bruto). O interesse era relacionar as cercas aos caminhos e às casas na formação desta paisagem. Para isso, a análise da materialidade das cercas fora relacionada às formas de fazer, à sua relação com a delimitação do espaço e com o movimento.

Entre os sítios arqueológicos e o acesso aos sítios arqueológicos no sertão, reconheci onze tipos distintos, os quais denominei e ordenei do seguinte modo:

Tipo	Croqui	Imagens
1 Galhos verticais com duas linhas de galhos horizontais que se trançam		
2 Galhos verticais finos com três linhas de galhos horizontais que se trançam		
3 Galhos horizontais com duas linhas de arame farpado horizontais		

<p>4 Galhos horizontais que se cruzam no final de suas extremidades, intercalados com finos mourões verticais amarrados com uma linha de arame farpado horizontal.</p>		
<p>5 Estacas verticais</p>		
<p>6 Madeiras verticais com as extremidades cortadas atadas ou não com arame</p>		
<p>7 Galhos verticais com uma linha de galho horizontal na porção mais superior e que se trançam</p>		
<p>8 Mourões de madeira verticais ligados por quadro ripas de madeira horizontais Currais</p>		
<p>9 Muro de pedra seca associado a mourões ligados por duas linhas de arame farpado horizontais na parte superior</p>		

10	Muro de pedra seca	
11	Mourões ligados por quatro linhas de arame farpado horizontais	

Tabela 6. Variações dos tipos de cerca.

Os onze tipos distintos de cercas observadas podem ser divididos em dois grandes grupos: aberto e fechado. Criei estes termos para distinguir as cercas com mais espaços vazios entre os elementos que as compõem (abertas), nas quais se pode ver e passar através, daquelas cujos elementos têm pouco espaço entre si, dificultando a visão e a passagem (fechadas). Nenhuma destas cercas é intransponível: elas não são paredes ou muralhas; e se elas impedem algo fisicamente, são mais os movimentos de pequenos animais ou as entradas dos mesmos em plantações.

Para o ser humano, elas funcionam muito como metáforas da ordenação do movimento e do espaço no sertão, sua materialidade expressando uma presença física marcante que incute disciplina, mas que não é intransponível (todas as cercas são, fisicamente, transponíveis). Do ponto de vista da semiótica, um aviso de posse, controle e política do espaço. Elas são *landmarks* que devem ser compreendidas como parte da vida cotidiana, esquadrinhando espaços e pré-estabelecendo trajetórias de movimentos, já que com elas sabe-se para onde ir e como.



Primeiramente, as cercas podem ser diferenciadas pelos materiais: madeira (tipos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 11), rocha (tipos 9 e 10) e metal (tipos 6, 9 e 11),

combinados de distintas formas. Em segundo lugar, a madeira da caatinga pode ser mais ou menos trabalhada, utilizada quase *in natura* (tipos 1, 2, 3, 4, 7 e 11), transformada em estaca com pontas afiadas (tipo 5), sem pontas (tipo 6) ou totalmente transformadas em ripas de madeira (tipo 8).

Em terceiro, o modo como os elementos são arranjados para criar a estrutura: trançados ou não, postos lado a lado. Em quarto, a distância entre os elementos no arranjo, criando estruturas fechadas (tipos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9 e 10) ou abertas (tipos 8 e 11), vazadas, a madeira com espaços vazios entre ela ou não. Quanto ao trançado, a oposição entre galhos verticais e horizontais, em alguns casos, pode ocorrer com duas ou três linhas de galhos horizontais (tipos 1 e 2) ou estarem inteiramente trançados (tipo 4).

E em quinto, o quanto os elementos estão penetrando no solo, podendo-se todas as madeiras estarem parcialmente enterradas (tipos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8), algumas madeiras (tipo 11), que atuam como pilares (mourões) nas quais se amarram as demais, em especial por trançado das próprias madeiras ou através de arame farpado, ou, ainda, a madeira suportada por rochas em sua base (tipo 9).

Uma simples análise de *cluster* a partir de método hierárquico permite mostrar os agrupamentos e sucessivas divisões de elementos agregados ou desagregados em relação aos tipos de cerca observados, útil mesmo frente a esta pequena amostra. No dendrograma a seguir, o corte 1 cria 7 grupos sendo (9), (4), (5, 1, 6), (3, 7, 2), (10), (8) e (11). O corte 2 cria 3 grupos, sendo (4, 9), (5, 1, 6, 3, 7, 2), (10) e (8, 11).

No que concerne ao corte 1, as cercas dos tipos 2, 3 e 7 estão agrupadas por compartilharem uma estrutura onde predominam galhos praticamente *in natura*; o grupo (1, 5, 6) compartilha os galhos cortados que formam estacas. No caso do corte 2, há menos grupos, unindo os tipos 1, 2, 3, 5, 6 e 7 em um único, cujos galhos estão na vertical, sem espaço entre eles, com os mesmos quase *in natura* e alguns cortes. O grupo formado pelos tipos 4 e 9 representa cercas com um *design* semelhante: galhos cortados, postos na horizontal, atados uns aos outros por duas linhas de arame farpado, abaixo das quais uma estrutura se sobrepõe, segurando os galhos, seja com galhos trançados horizontalmente (no caso 4) seja com pedras secas (no caso 9). O tipo 9, aliás, é o único que condensa os três materiais: rocha, madeira e metal.

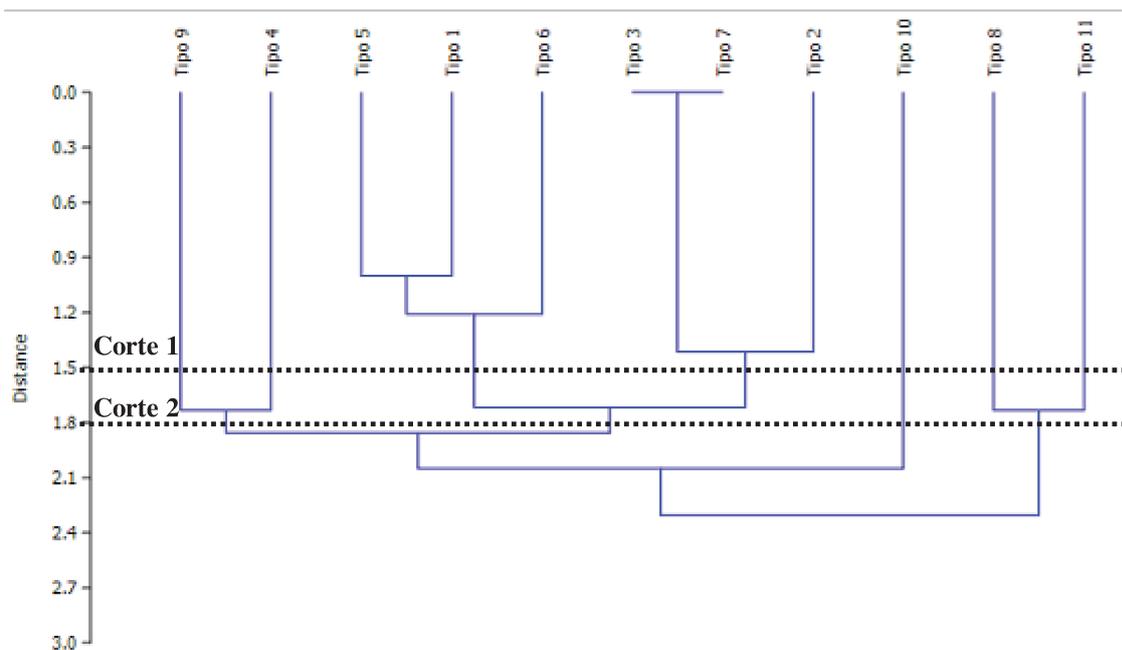


Figura 180. Dendrograma organizando em grupos os tipos de cerca identificados em *clusters* a partir de dois cortes

É difícil estabelecer uma cronologia para as cercas que não esteja totalmente relacionada à das casas, associação complicada, pois algumas cercas pertencem à paisagem muito mais do que às unidades domésticas e parecem atravessar seus ciclos de vida, menos do que os caminhos, mas certamente mais que a própria casa de taipa. Todavia, a introdução do metal nas cercas, na forma dos arames, é mais tardio e data de sua popularização pós-segunda guerra mundial (nos campos de concentração e trincheiras de *fronts*, por exemplo) e, antes, a partir da delimitação da fronteira oeste estadunidense (HAGEMEIER, 2001).

O arame também traz a facilidade de ser utilizado em rolos baratos que aumentam a durabilidade da cerca, com baixa taxa de manutenção já que a degradação do metal é muito mais lenta que a da madeira, que exige manutenções constantes. As cercas são feitas para durar, mas sua exposição às intempéries demanda manutenção e reconstruções constantes (PEREIRA, 2014). Sem manutenção, as cercas desarmam, porém mantêm a estrutura linear e seguem ainda reconhecíveis na paisagem por algum tempo, como na imagem do sítio arqueológico Baixio da Formiga, em Salgueiro, Pernambuco.



Figura 181. Sítio arqueológico Baixo da Formiga, Salgueiro, Pernambuco. Cerca trançada, tipo 4, desmoronada por falta de manutenção (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).

No caso da madeira, as cercas estruturam-se sempre a partir de estacas ou mourões verticais, com espaçamento regular. A partir daí, a cerca pode ser formada por uma repetição desta estrutura vertical, em galhos quase *in natura* ou cortados para uma maior homogeneização da altura, escolhidos com base em um intervalo de espessuras pressuposto. Isto dá a cerca certa sincronia também no que lhe forma. As estruturas verticais, como os mourões, podem ter seus intervalos preenchidos com galhos em alturas mais ou menos variáveis, formando uma faixa horizontal, arrumados de formas variáveis e, em geral, trançados a partir de diversos padrões (como no caso do tipo 4 e variações no padrão de trançados) que lhe garantem estéticas precisas e contextualizadas, que não explorarei aqui (o único mapeamento destes padrões, que conheço, é, justamente, o levantamento de Gustavo Barroso, nos anos de 1950).

A estrutura da cerca e os trançados lhe dão aparências mais ou menos fechadas que têm relação com seus papéis e com sua performance. No que concerne a uma cadeia operatória relacionada às cercas com os trançados, elas obviamente contém muito mais passos e etapas do que aquelas de pedra e aquelas com mourões e arame.

As cercas mais fechadas, igualmente, envolvem muito mais trabalho, energia e recursos da caatinga, destarte serem totalmente biodegradáveis, a diferença das com arame. Também por isso envolvem mutirões e maior participação de pessoas na feitura. As cercas

mais abertas (7, 8 e 10, e a de número 9 que está em um meio termo) são também aquelas que geralmente envolvem metais, enquanto as fechadas são compostas na maior parte das vezes por trançados ou fileiras de galhos. As cercas de 1 a 6 também seguem as formas mais antigas de se fazer, do que aquelas com metais. A cerca do tipo 11 pode ser vista, muito frequentemente, cercando grandes extensões de terra. As cercas com trançados e de pedra cobrem menores extensões, formando polígonos de menor área (como pode ser visto nos decalques anteriores).

De fato, os tipos de cerca têm relação com as formas de uso e ocupação do espaço. Há, na história dos *camponeses do sertão*, uma predileção pelo uso conjunto da terra em oposição ao uso individual. A solidificação da lógica capitalista no campo tem cada vez mais valorizado a propriedade privada da terra, como mercadoria capaz de gerar renda, em especial a partir das pastagens comunais, mas também em locais cuja passagem é permitida. As *terras soltas* ocorrem nos limites de propriedades sem cercas que se encontram com outras, formando vastas áreas. Os cercamentos, em especial a partir das longas cercas de arame, têm dado origem a conflitos pela manutenção de áreas de uso comunal. As pastagens comuns em *terras soltas* são vistas como estratégias do campesinato sertanejo na luta pela terra, possibilitando a sobrevivência e continuidade de uma concepção moral de sociedade camponesa (OLIVEIRA, 2006).

A função e o sentido das cercas têm a ver com práticas de organização e uso da terra que expressam territorialidades específicas que realizam sua maneira de ser e sua reprodução física e social (OLIVEIRA, 2006, p. 99). Em especial com a segunda metade do século XX, a valorização da terra como mercadoria e como meio de garantir o acesso a incentivos governamentais, fez com que as fazendas passassem a ser cercadas, proliferando um tipo de cerca vazada, aberta, que mistura metal e madeira, "e o território camponês passa a ser definido em oposição à nova territorialidade dos fazendeiros" (MARQUES, 2005, p. 8635). Estas lógicas que se encontram expressam-se materialmente na estética das cercas e em sua distribuição pelo espaço semiárido construindo a paisagem que se vê ali.

Interessa pensar que quando da entrada do arame farpado, as cercas passaram a ser mais abertas, ou seja, os trançados e estruturas dos galhos são menos fechados. Muitas das cercas mais fechadas (1, 2, 3, 4, 5 e 7) são aquelas utilizadas para conter *miunças*, tais como galinhas, porcos, mas também delimitar e proteger áreas de plantio. "Lavoura dessa terra é bode" falava João Luis Saldanha, sertanejo de Sertânia, a Ulysses Lins de Albuquerque em suas memórias sobre o sertão de Pernambuco; a criação de caprinos dava

menos trabalho que a de ovinos, que precisam ser recolhidos aos cercados; as cabras "ganhavam o mato", comendo folhas de quixabeira, aroeira, juazeiro, a casca da jurema branca e atravessavam a estiagem (PERNAMBUCANO, 2012, p. 124). Nenhuma cerca vazada pode ser utilizada para conter nada: ela tem mais uma função de limite, de propriedade privada.

Um último aspecto remete às configurações das cercas e aos desenhos que formam no espaço. As cercas de 1 a 6 dão origem a padrões muito mais recortados, fechados, polígonos visíveis em perspectiva a partir do chão, e cobrindo áreas menores, e que se relacionam com outras construções. Os demais tipos, cercas abertas com arame, são riscos secos na paisagem, a perder de vista no horizonte, e que quase não tem ângulos, não dobras, não fecham polígonos visíveis em perspectivas que não aéreas. Elas cortam a paisagem e assim seguem duras, frente à fluidez e flexibilidade das cercas fechadas.



Figura 182. Cercas fechadas em sítio camponês em Verdejante, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009). As cercas trançadas (tipo 4), formando polígonos passíveis de serem apreendidos pela visão nesta perspectiva, têm a mesma cor da caatinga seca que cobre o horizonte.



Figura 183. Cerca aberta que corta o sítio arqueológico Barro Vermelho III e IV, em Paulistana, Piauí (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009). A cerca sem fim segue para o horizonte, sem fechar polígonos visíveis desta perspectiva.

Os materiais e os modos de fazer as cercas também dialogam, finalmente, com sua profundidade temporal. No caso das cercas de pedra seca, destarte mais fáceis de serem transpostas (pois mais baixas e não tombam com o peso do corpo humano), a pedra é o suporte mais durável para uma cerca, já que a duração da estrutura é quase geológica, requerendo alguma manutenção. Em *A Pedra do Reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta* (2007: 399), as cercas de pedra derivam de herança ibérica, dos castros portugueses cujo papel na defesa de um estado de guerra permanente é bastante patente (COSTA, 2006).

Dotado de um arcabouço amplo, de um ferramental que permite conformar práticas com enorme flexibilidade tecnológica, as populações compõem arranjos que caracterizam o cotidiano rural sertanejo como um *patchwork* (DE CERTEAU, 2007) na medida em que a operação de construir cercas, os arranjos possíveis e a tecnologia empregada constituem margens de manobra permitidas aos usuários pelas conjunturas nas quais exercem suas artes de fazer.

A variabilidade de tipos de cercas indica a relação da materialidade de indicadores de limite/circulação com aspectos do doméstico e do trabalho, do comunitário e do individual, do privado com o público, com espaços de atividade, compartimentação e ordenação do espaço. Também é parte da interação do sertanejo com a caatinga no que diz respeito a determinadas espécies florísticas (que não determinei) e a manutenção de práticas associadas ao conhecimento do uso de certas matérias-primas, como as pedras (me refiro à escolha de blocos de rocha de tipo e formato específico e o conhecimento de áreas-fonte).



De modo geral, as cercas compartilham pontos em comum: a maior parte delas não cerca unidade domésticas, com raras exceções de algumas cercas de arame, a maior parte das casas e dos terrenos tem limites definidos pela própria performance visual do terreiro e da clareira. Todavia diferente destas, a permeabilidade das cercas é menor e sua intencionalidade é clara quanto ao limitar, conter e marcar. A intenção das cercas fechadas não tem a ver com proibir a visão dos que estão de fora, mas guiar a visão para a ordenação do espaço. Quando elas fecham um espaço que pode ser alcançado pelo olhar, elas também dialogam com o dentro e o fora; mas quando elas são intermináveis, uma linha que corta o horizonte, mesmo formando polígonos que não são visíveis pelo olhar humano a partir do chão, têm mais a ver com o movimento, em poder passar ou não, e o sentido disso.

Primeiro, seu uso na contenção de animais e plantio já fora mencionada. Muitas das cercas, como as de tipo 1, 2, 3 e 6 nascem, como mostrou Luzimar Pereira para Urucua (2015, p. 66), "da interseção de um espaço projetado em planta com o lugar habitado por seres humanos e não-humanos, a unidade doméstica". Com frequência as cercas estão ligadas aos bichos dos pastos, habitantes de espaços construídos cercados mais distantes e de maiores dimensões, em contraposição aos bichos do terreiro, que vivem nas imediações próximas da casa (PEREIRA, 2015, p. 66) e cujos cercados dão origem a menores áreas cercadas com formato poligonal, que podem ser claramente vistas nas Figuras 173, 174 e 175. Estas cercas têm a ver menos com os caminhos e a mobilidade do que o restante, pois estão dentro da esfera de circulação interna do terreiro, porém entre

terreiros, auxiliando no sistema que liga as casas umas as outras, mas as delimita e individualiza.

No que concerne ao cerco às *miunças*, vale ressaltar que as características geográficas do semiárido favorecem a produção de caprinos, fazendo com que aproximadamente 90% de todo o rebanho brasileiro esteja na região em propriedades menores de 30 ha, explorando áreas da caatinga não cercadas (COSTA, COSTA NETO, ARAUJO, SILVA, RAQUEL, 2006). Neste sistema de criação, extensivo, as cercas destinam-se à proteção de plantio e a proteção de fontes de água, porém o cercamento progressivo das grandes propriedades, com as cercas do tipo 11, tem inviabilizado este sistema.

De fato, na amostra analisada e nas regiões percorridas, as cercas com estacas mortas estão presentes nas margens das estradas, cercando cultivos agrícolas, prevenindo a entrada de animais de maior porte, circundando alguns loteamentos com objetivo de protegê-los e delimitá-los, em currais de animais, evitando que os animais ataquem as plantações ou morram fora dela. Configurações semelhantes foram observadas nos trabalhos das biólogas Viviany Nascimento (2007), mas com predominância de cercas vivas, e Marina Lima (2008), com uso das cercas mortas apenas ligadas aos currais de pequenos animais, ambas as pesquisas no Agreste, todavia.

Isso dialoga de forma interessante com práticas de controle do mundo moderno, se compararmos as cercas fechadas, mais antigas, e as cercas modernas, mais abertas. As discussões sobre sociedades disciplinares e sociedade de controle, entre a filosofia de Michel Foucault (1998) e de Gilles Deleuze (1992), permitem aventar que a ordenação do espaço no sertão tem a ver com o enclausuramento das práticas disciplinares, com sua repartição dos espaços em meios fechados, utilizando cercas, mas também com práticas das sociedades de controle, com sua suposta ausência de limites definidos que aprisiona em campo aberto, a exemplo do papel dos terreiros. As cercas disciplinam e a transformação do meio controla.

O estabelecimento da ideia de limite/fronteira observado a partir das cercas indica quais as estratégias tomadas para delimitação de propriedades nas unidades domésticas, da identificação de atividades específicas, de áreas de circulação, do ambiente humano “seguro” x ambiente natural “perigoso” da caatinga, relacionando o exercício de ordenação do espaço à sua transformação em paisagem e morada. Há exemplos sobre isso também na literatura. Em *Vidas Secas*, o personagem Menino mais velho cria a oposição

entre lugares conhecidos e desconhecidos ordenados por limites que protegem, dividem, orientam e contrapõem espaços. Assim, os *lugares conhecidos* eram bons, chiqueiro das cabras, curral, barreiro, pátio, bebedouro, em contraposição aos *lugares desconhecidos*, portanto, fora daquele limite, após os impenetráveis bancos de macambira, "onde fervilhava população de pedras vivas e plantas que procediam como gente" (RAMOS, 1996, p. 56).

Para Souza Barros (1959), as cercas indicam a mais primária e íntima relação do homem com o meio. As cercas fazem parte da construção social do ambiente, compondo uma paisagem bastante cara à história de um território. A historicidade das formas como são expressas as relações sociais e as estratégias de reprodução social vinculadas à terra indicam que a cerca, como artefato, como marca, como materialização de visões de mundo, modos de vida, tecnologias, não pode ser naturalizada. Sabe-se que até o século XIX, a casa dos vaqueiros responsáveis pelos rebanhos e currais era dotada de cercas apenas para confinar o gado após as grandes caminhadas, sendo o restante da fazenda na qual se localizava impreciso, com limites pautados pelo olho, pela existência de uma árvore, um curso d'água, um morro (MARQUES, 2005). A inexistência das cercas refletia os modos como era encarada a terra que, apesar de dotada de certo valor, tinha importância menor que a do rebanho, e daí a importância e origem das *terras soltas*. Era mais importante, nesta lógica, a relação entre animais e cerca do que entre terra e cerca, relação que se alterou nos últimos 150 anos, a partir, aproximadamente, da aprovação da lei de terras de 1850.

Com o século XIX e o século XX, fortalecem-se as pequenas unidades sociais baseadas nos grupos de vizinhança (familiares), em minifúndios e pequenas propriedades, os sítios, nos quais um território (da família, do indivíduo, ou da comunidade), que é morada e trabalho, é associado à reprodução social do grupo. Nos anos de 1950, estabelecem-se novas formas de interação com a terra, com o processo de modernização da pecuária e de ocupação mais efetiva das antigas grandes propriedades, fortalecendo a existência das *terras soltas*, de pastejo comum, com capoeira rala e cercas de madeira, e as terras de agricultura, cujo uso privativo relaciona-se a unidade doméstica e aos cercamentos para evitar os animais. Inverte-se a lógica, e a terra, mais que os rebanhos, ganha valor de mercadoria. Este momento também se relaciona às mudanças nas áreas de descarte, diagnosticadas no capítulo 2, com a mudança nos padrões de frequência no consumo de determinados objetos.

Propriedades são delimitadas por cercas, pelos acidentes naturais (os morros, por exemplo, são frequentemente áreas nas quais limites são incertos) e também pelas próprias vias de circulação, estradas e caminhos. Fica difícil saber, às vezes, quem veio primeiro: as vias, caminhos que permitem acesso, deslocamento, mobilidade, povoamento, ou as propriedades, as casas, muitas orientadas pelas próprias vias. Assim como as cercas delimitam as propriedades, delimitam igualmente as estradas, e estas, por sua vez, delimitam as propriedades, separadas por cercas. Delimitando as estradas, muitas vezes têm-se a sensação de andar em corredores de cerca.

A caatinga, ela mesma, delimita estradas e propriedades a partir do binômio áreas florestadas x áreas desmatadas (com pastagens, plantações ou quintais). Hoje, com o desmatamento acelerado, tem-se a impressão de que é o próprio sítio que delimita as últimas áreas de caatinga preservada, como um mosaico. A ideia de “ilhas estratigráficas humanas num mar de estratos naturais”, colocada pelo arqueólogo italiano Andrea Carandini (1991, p. 38), vem se invertendo. De qualquer modo, estes elementos, estas materializações, convivem e disputam espaço, conformando a paisagem doméstica do sertão. Cercas que delimitam propriedade e/ou que delimitam estradas e propriedades representam a materialidade de uma ampla rede de circulação que dialoga com a formação de um território onde são os caminhos sua própria expressão material (ZEDENÑO, 2008).



Por que as cercas têm a ver com as práticas de mobilidade? Ora, as cercas correm paralelas a caminhos e estradas, todavia também são perpendiculares a eles, bloqueando a passagem. A própria palavra *cerca* e a ação de *cercar* implicam no uso de qualquer obstáculo, físico ou não, que impeça a passagem e proteja um lugar. As cercas, assim, ao mesmo tempo em que orientam, protegem. O que vem pelo caminho é orientado a seguir o corredor de cercas; o que quer entrar, muitas vezes não pode ou está avisado da propriedade do lugar; os animais que querem sair e podem ser perdidos, são controlados pelas cercas; a plantação que pode ser atacada, fica protegida, cercada. Funcionando como barreira e como limite, as cercas *param* e *continuam* o movimento, orientando e direcionando-o.

A imagem a seguir mostra cercas do tipo 1 paralelas a uma estrada, formando um corredor, relativamente estreito e orientado.



Figura 184. Cercas formando um corredor com estrada carroçável no meio. Salgueiro, Pernambuco (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).

A construção e manutenção das cercas implicam em uma determinada relação com a terra, como propriedade, e a forma como ela é imaginada e materializada em práticas cotidianas relacionadas à segurança. Uma vez que o título de propriedade não é suficiente para garanti-la, também são necessárias evidências físicas da ocupação. Cercar e transformar o meio em lugar são indicações de que a terra tem dono, ao que a antropóloga social Lygia Sigaud (2005, p. 268) chamou de linguagem simbólica afirmada por meio de atos que legitimam as pretensões à terra.

Assim como no que se refere aos caminhos, a dimensão política das cercas também deve ser ressaltada. A orientação ou o bloqueio do movimento por elas sugere que alguns deixam passar e outras não, assim como sinalizam quem pode passar e quando (JENSEN, 2013, p. 268). Isso implica que se o movimento é bloqueado para alguns, é

permitido para outros, tecendo políticas de acesso daqueles que convivem com as cercas. Cercar tem a ver com a delimitação de um espaço, uma barreira física, uma marca na paisagem relacionada diretamente com o entrar e sair. Logo, essas cercas têm a ver não apenas como o desenho de algo no espaço, mas com o poder: quem pode passar e quem não pode, e por que..

Alguns tipos de cerca impedem ou possibilitam o movimento concomitantemente, no entanto. Falo particularmente sobre as cercas ou muros de pedra. Dotados do próprio tempo geológico de sua matéria-prima, os muros de pedra desafiam e verticalizam o tempo tornando-se marcas na paisagem que perduram. Alguns deles são de tal espessura que é possível caminhar sobre: o paradoxo de caminhar sobre um limite, ele próprio uma via de circulação. Na realidade, o topo dos muros de pedra que, vale lembrar, não passam de 1 m de altura, é bastante agradável ao caminhar: a ausência de vegetação em uma extensa linha faz destas cercas espécie de caminhos suspensos que, não feitos para tal, se tornam grandes vias que se pode utilizar.

Há relatos de que esta também era uma prática do cangaço que, em sua extrema mobilidade, queria apagar rastros e confundir perseguidores (PAIVA, 2004, p. 28). Nós mesmos, arqueólogos, as utilizamos em campo inúmeras vezes quando a caatinga estava muito fechada. Deste modo, o muro ou cerca de pedra orientava o movimento já que andar sobre ela é segui-la e, portanto, respeitar a direção original de quem a fez previamente para delimitar um espaço.



Figura 185. Cercas de pedra, Pernambuco (Foto: Marcos Issa. Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).



Figura 186. Sítio com cercas de pedra, Pernambuco (Foto: Marcos Issa. Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).



Figura 187. Cerca de pedra, município de Senador Pompeu, Ceará (Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).



Figura 188. Cercas de pedra até onde o olhar não mais alcança, Pernambuco (Foto: Marcos Issa. Acervo Zanettini Arqueologia, 2009).

As cercas agregam-se à terra e aos recursos naturais historicamente reunidos por processos de interação com o ambiente compondo um conjunto cuja materialidade dá o tom da história de vida de um território e de sua trajetória (ZEDEÑO, 1997). As cercas próximas das unidades domésticas conformam uma paisagem doméstica composta por espaços contíguos apreendidos pela visão; associadas aos caminhos e ao movimento conectam lugares não contíguos compreendendo territórios (JIMENEZ-GUIJARRO, 2010).

Muitas vezes as cercas e os caminhos, associados a elas ou não, formam os limites das paisagens percebidas de modo direto pelo observador, como nas fotografias apresentadas acima, onde há cercas sem fim, perpendiculares, mas também paralelas ao que seria a linha do horizonte. A conexão de lugares, pelos caminhos e outras vias de circulação, permite que estas paisagens se conectem, mesmo sem serem vistas simultaneamente por quem ali vive, estabelecendo territórios cujos espaços são utilizados e controlados entre comunidades (JIMENEZ-GUIJARRO, 2010).

A paisagem doméstica do sertão semiárido é o modo de organização dos espaços e a conformação dos lugares conectados galacticamente pelos caminhos, que esbarram em áreas de domínio da caatinga a qual foge do escopo da segurança da unidade doméstica. Caminhos e cercas amarram-se a estas com suas casas de taipa auxiliando na transformação do espaço em lugar. Os *camponeses do sertão* em seus pequenos sítios, em suas paisagens domésticas, têm na casa uma unidade social crítica e vital para a vida social, locais cheio de interações, intimidades, emoções e conflitos (BEAUDRY, 2004), relacionado à produção, reprodução, consumo e socialização de seus moradores/usuários

(MROZOWSKI, 1984), cujas expressões têm uma indiscutível dimensão material palpável a quem ali está.

Não é à toa que Fabiano, em *Vidas Secas*, ao avistar a cerca a partir do caminho, seguindo a primeira, e não mais o segundo, enche-se de esperança, tamanha a relação cerca-caminho com o *lugar*, cheio de memórias e possibilidades de vida. "Num cotovelo do caminho avistou um canto de cerca, encheu-o a esperança de achar comida, sentiu desejo de cantar. A voz saiu-lhe rouca, medonha. Calou-se para não estragar força. Deixaram a margem do rio, acompanharam a cerca, subiram uma ladeira, chegaram aos juazeiros. Fazia tempo que não viam sombra" (RAMOS, 1996).

Fabiano utiliza o leito seco do rio como via, a família busca por refúgios em antigas áreas de unidades domésticas. Encontrando uma antiga cerca, acessada no movimento, o conhecimento de como o ambiente é transformado no sertão faz Fabiano imediatamente relacionar a cerca à presença de um lugar onde buscar refúgio. Encontra um local abandonado, que reapropria como morada temporária entre um caminhar e outro. Fabiano sumariza a potência do "lugar significativo" (ZEDENÑO, BROWSER, 2009) que é a unidade doméstica no âmbito da mobilidade para o *camponês do sertão*.

3.5. Pára e continua

A distribuição das unidades domésticas dá a paisagem semiárida uma forma similar a um padrão galáctico (HECKENEBERGER, 2011), com conexões materializadas por caminhos, diferentemente do que se observa para outros semiáridos com assentamentos em sistemas de oásis (AB'SABER, 2003). Esta distribuição dialoga com uma rígida estrutura agrária, que não permite ocupações no interior de algumas porções do semiárido (como em fazendas cercadas), ou que controlam fontes d'água e territórios próximos dos grandes rios.

O espaço doméstico da habitação rural sertaneja só existe como tal devido a uma clareira, uma pequena área sem vegetação que delimita o terreiro (e vice-versa). A clareira marca os limites entre o doméstico, o domesticado e o humano, e a caatinga, o não-humano e o selvagem. A linha fronteira entre clareira e terreiro só existe pela configuração dada pela e para a flora local. Este jogo de dentro e fora acarreta a existência de algumas espécies vegetais que não podem adentrar o espaço do terreiro. Por outro lado, o limite criado pelo encontro da vegetação com o terreiro não configura barreira

intransponível, já que a própria caatinga é aberta o suficiente e deixa espaço a passagem. A ordenação das plantas, todavia, já deixa claro que, apesar da inexistência de muros e cercas, ali é um espaço privado, uma paisagem doméstica, um lugar significativo, onde emoções e memórias materializam-se.

A relação com a água, que parece ocorrer de modo mais discreto, é fulcral ao estabelecimento do lugar de morada e inclusive do conhecimento sobre certas vias de circulação, os leitos secos, que quando com água deixam de ser caminháveis. O conhecimento acumulado sobre obtenção de água no semiárido é parte inequívoca do estabelecimento e da escolha dos lugares para moradia (o exemplo dos *garimpeiros d'água*, aqueles com dom para buscar água em tempos de seca, é bastante importante). Tendo em vista a distância em relação aos grandes cursos d'água e a sazonalidade e relativa instabilidade dos recursos hídricos, o *camponês do sertão* desenvolve práticas de manejo que cria feições que configuram esse *lugar na caatinga*, criando padrões estruturais que se repetem ao longo dos séculos XIX e XX.

A relação dos sertanejos com o semiárido e a caatinga dá-se de forma complexa, resultante e resultado de uma série de fatores convergentes e dialógicos a determinadas formas de domesticação do espaço físico e de sua transformação em “lugares significativos” (*meaningful places*) (BINFORD, 1982; ZEDEÑO, BOWSER, 2009; ANSCHUETZ, WILSHUSEN, SCHEICK, 2001). Afinal, como os sertanejos usaram, definiram e modelaram o espaço ao longo do século XX? Busquei neste capítulo trazer elementos e reflexões que auxiliassem no entendimento do espaço como produtor e vetor de relações sociais e, assim, a paisagem como elemento da cultura material, artefato ativo na configuração simbólica da realidade social, transmissor, receptor e processador de mensagens no interior de códigos de significados compartilhados no semiárido (SOUSA, 2005).

Neste sentido, o capital paisagístico, o *landscape capital* (ERICKSON, 2003), permite que as gerações posteriores não apenas se beneficiem do trabalho e do conhecimento dos ancestrais acumulados na paisagem, como este conhecimento é memória que cria o território, ativa lembranças e influencia diretamente os modos de mover-se ali, uma vez que se conhecem antigos locais de moradia e o acesso até eles, assim como suas narrativas. Diacronicamente, uma vez que as feições criadas mantêm-se ao longo de muito tempo, tornam-se marcadores da existência de ocupações passadas e, portanto, indicadores de continuidade histórica que dão profundidade a memória dos lugares.

A paisagem doméstica sertaneja que vi, um constructo socioecológico dialógico às interações e manejo do meio por mulheres e homens, formada por casas, caminhos, cercas, terreiros, acampamentos e demais materialidades, apesar de inscrita no meio de forma a dar uma impressão imemorial, na realidade, remonta a cerca de 150 anos. A partir de meados do século XX, entre as décadas de 1940 e 1960, um novo momento parece ocorrer, relacionado à mudança em práticas e escolhas de consumo, como mostrei quanto aos conteúdos das áreas de descarte, ligado a novas políticas de modernização do campo, a novas formas de apropriação da terra e a reação do Estado frente a duros episódios ligados a indústrias da seca.

Neste momento, uma espécie de colonialismo interno sedimentou o *camponês do sertão* como ocupante de um território explorado e pauperizado pela região centro-sul do país, aumentando os desníveis de desigualdade com a expansão cada vez maior de lógicas capitalistas urbano-industriais sobre a região (CHAVES 2001, p. 180-183), expressas nas próprias mudanças observadas nas áreas de descarte. A manutenção da ordenação espacial e os modos de interação com o meio pode ser lidos sob a ótica de uma "geografia imaginativa", segundo Edward Said, um poder no interior de uma sociedade discursiva dominante, que não é, entretanto, invencível, não está imune ao desmantelamento e nem é unilateral (SAID, 2001, p. 62).

Esta geografia solidificou a percepção desta paisagem como estática ao serem sobrepostos tropos modernos e urbanos, como a velocidade, o fluxo e o dinamismo, às formas de mobilidade dos *camponeses do sertão*. Por décadas, sedimentou-se o imaginário do "ambiente hostil" expulsando pessoas e de relações sociais e econômicas talhando as possibilidades de reprodução social e de prática de um conhecimento adquirido, passado e reconstruído, no dia a dia, por gerações.

No entanto, os *camponeses do sertão* estabeleceram lógicas no semiárido que expressam uma complexa dança entre o permanecer, o *pára*, da estruturação do espaço doméstico, e o fluxo e a mudança, o *continua*, instigada pela mobilidade e pela ressignificação de bens forâneos lado a lado àqueles de produção local/regional. O modo de vida camponês, a persistência de seus sinuosos caminhos ativados e reativados como parte da transformação do espaço da unidade doméstica em *lugar* e de suas conexões pelas paisagens, também mostra obstinação e resolução do *camponês do sertão* em relação à chegada ou imposição de outras lógicas, consciente e inconscientemente. São as práticas opostas da vida cotidiana, citando uma vez mais Michel De Certeau, que invertem

lógicas dominantes a partir de ações discretas não mapeadas. É possível pensar, com os pós-colonialistas, que ninguém simplesmente permite que o outro tome conta do território e apesar do poder estar em toda parte, dominante, cooptador, detalhado e inelutável no crescimento da dominação, sempre existem escolhas que têm sucesso em sua obstrução (SAID, BARSAMIAN, 2006, p. 23; SAID, 2001, p. 95).

Os caminhos convergem e divergem para e da unidade doméstica, parte do modo de estruturar o espaço que continua o mesmo. Eles também têm a ver com o fluxo e o movimento que fazem mudar, em suas variadas acepções. Apesar da capacidade de mobilidade da própria casa, carregada em mudanças, desmontada e remontada em seus elementos, a distribuição dos componentes materiais no espaço segue um mesmo padrão, apontado no capítulo anterior. Os movimentos também têm a ver com o para onde se pode ou não ir, onde se pode entrar, de onde se pode sair. Por isso as cercas têm papel fundamental na organização desses espaços, marcando limites físicos, visíveis e palpáveis. É neste sentido que facetas distintas de um mesmo elemento podem ser lidas sob a ótica do *pára e continua*, seja a própria casa, que fixa, pode ser carregada para outro local, sejam os caminhos, cuja estruturação e os modos que acontecem mantêm a importância da mobilidade.

Caminhos, trilhas e estradas criam uma paisagem de movimento, estando em toda parte e fornecendo-nos os meios empíricos para abordar o tema da circulação de pessoas no sertão pela arqueologia. Mover-se pela paisagem é engajamento e experiência. Os caminhos estão inscritos e marcados como resultado da ação humana, um *continuum* de marcas de momentos distintos que torna o caminho um artefato que só existe em uso frequente ou ocasional, mas constante. O movimento pela terra se torna mais visível quando está profundamente inscrito na paisagem, criando percepções, ao longo de caminhos, que enquadram a experiência do viajante, tornada-a cada vez mais carregada de significado e simbolismo uma vez que o próprio movimento conecta/cria *lugares* em paralelo às histórias que mantêm viva essa rede viária (SNEAD, 2009, p. 1-4).

Como apontei anteriormente, muito da materialidade do *camponês do sertão* tem diálogo com o *pára*, não só no que concerne a *parar* os movimentos, na relação com as cercas e os modos de utilizar determinadas vias, mas também no que concerne a práticas de reprodução social, na tentativa de tempos mais lentos e da não-mudança, a exemplo da forma de ordenar o espaço que conforma a paisagem do semiárido. Isto vem de encontro ao que Alfredo Gonzalez-Ruibal (2013c) tem apontado como o fascínio de antropólogos e

arqueólogos por qualquer coisa que muda ou que faz as coisas mudarem, sejam objetos materiais, ideias ou instituições.

Muito menos atenção é dada aos objetos que ajudam o *pára*, que rompem as conexões entre atores humanos ou não humanos e que se movem apenas um pouco ou nada. Para isto, o arqueólogo espanhol ressalta a própria característica das coisas, como sua fisicalidade, que dá capacidade para permanecerem as mesmas contribuindo para fazer as sociedades mais estáveis e duráveis. No caso do sertão, ordenar o espaço, mover-se e reusar são, para mim, aspectos que colaboraram na luta do permanecer os mesmo e que permitem a estruturação de um território que materializa memórias.

Assim, podemos encarar a casa de taipa, a distribuição dos elementos que organizam o espaço do sítio camponês e os caminhos como *itinerários materiais* (GONZALEZ-RUIBAL, 2013c), não baseados na mudança, mas na imobilidade, no *parar*. Isto caracteriza uma posição contra-hegemônica do *camponês do sertão* frente a elementos de uma lógica que preza pela mudança, pelo líquido e pela "demolição permanente" (BERMAN, 2007, p. 338). O *lugar na caatinga*, o sítio camponês, as unidades domésticas conectadas pelo movimento, permitem a manutenção das atividades diárias, a rotina, o cotidiano que orienta e cuida da reprodução da comunidade. Caminhos e cercas e as práticas que tornam a unidade doméstica um *lugar na caatinga* semiárida foram reproduzidas para continuarem as mesmas, nos últimos 150 anos. Esta manutenção foi muitas vezes lida como pobreza e estaticidade, como se o valor da mudança fosse maior.

Isso não quer dizer, de modo algum, que mudanças não ocorreram neste período, como a entrada de novos bens de consumo e novos sentidos, com o embricamento dos caminhos a pé com as rodovias asfaltadas. O sítio camponês *pára e continua*. Este jogo mostra mais uma vez como no sertão ao longo do século XX criam-se temperaturas e respostas distintas entre lógicas opostas que são também sínteses entre o que é próprio e o que é alheio (CANEVACCI, 1996, p. 23-25). *Parar e continuar* são pulsações que se expressam materialmente compondo sistemas de representações bem próximos da vida cotidiana dos camponeses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



VIDAS, PARA SEMPRE SECAS?

A antropóloga social inglesa Joan Vincent (1987) notou que a literatura sobre as sociedades agrárias as estereotipou a partir de uma primeira visão na qual a vida rural é retratada como estável, conservadora e imutável, e de uma segunda, contraditória, na qual as áreas rurais são reserva à mão-de-obra industrial. Estas noções de estaticidade, conservadorismo e imutabilidade vão de encontro às imagens forjadas com base em determinismos geográficos que vêm no convívio com a seca fator condicionante a uma série de comportamentos que justificavam a miséria e a pobreza, agravadas pelo isolamento que as afastava das "benéficas da modernidade" (SILVA, 2003; SMITH et al, 2005).

A pobreza não foi apenas utilizada para substantivar as características morfoclimáticas do semiárido e a fitogeografia das caatingas (AB'SABER, 1999; PRADO, 2003), mas também a população que ali habita em suas práticas e modos de vida. Por outro lado, a construção da ideia de "cultura rústica" e "cultura sertaneja" (CÂNDIDO, 2010) reificou aspectos culturais encontrados nas populações camponesas do semiárido, as quais, sob a ótica do que Marshall Sahlins (1997) chamou de "pânico pós-moderno sobre a coerência das ordens culturais", passaram a ser encaradas como ameaçadas pela inexorabilidade do progresso.

Nesta tese, procurei demonstrar que as unidades domésticas no semiárido da região Nordeste representam modos através dos quais identidades sociais se manifestam materialmente na forma espacial (HECKENBERGER, 2011), configurando lógicas que correspondem a espaços, simultaneamente, físicos e sociais (WOORTMANN, 1995): a

presença de estrutura principal (as casas de arquitetura de barro – taipa de pau a pique, que ganha os mais variados nomes), o terreiro (um espaço que tem seu epicentro na casa, delimitado por plantações ou pela própria vegetação de caatinga - que conforma clareiras, no interior das quais ocorrem relações de sociabilidade) e a pequena área de descarte de lixo doméstico, ligadas a caminhos e compartimentadas por cercas que tecem a paisagem e o território sertanejos. Ali, a organização do espaço orienta algumas formas de socialização e de vigia de certos hábitos e, por fim, possibilita a reprodução de um modo de vida que se manifesta nas próprias práticas espaciais que orquestra, em diálogo com a ecologia do semiárido. O terreiro, por exemplo, remete às lógicas de interação com o ambiente, de domesticação do selvagem, do controle sobre o não-humano e sobre os meios de produção.

Busquei, assim, "fugir da seca" tecendo reflexões sobre a materialidade de um *lugar na caatinga*, isto é, a significação do espaço através de alterações física de um local onde ocorre a dinâmica familiar que inclui a casa e o terreiro, as plantas, a topografia, caminhos e cercas. Procurei dialogar com as diversas dimensões envolvidas na lógica e no simbolismo do sítio camponês em práticas que evidenciam a dimensão socioecológica da constituição do lugar (WOORTMANN, 1983; GODOI, 1999; MARTINS, 2009).

A arqueóloga norte-americana Barbara Voss (2008, p. 4) expôs as relações descritas a cima ao afirmar que itens materiais são utilizados na construção de identidades e que os sujeitos sociais, embrenhados na materialidade do mundo, atuam na negociação de suas identidades sociais por meio do local onde vivem, do alimento que comem, das roupas que vestem e dos objetos que usam. O sertão e o sertanejo, transformados pelo poder hegemônico em hiato, selvagem, habitantes de uma terra ignota, na qual a natureza rude é evitada pelos grupos humanos em seus deslocamentos (SANTANA, 2012), agem ora pela fluidez, quando é necessário *continuar*, ora pela permanência, quando é preciso *parar*, em práticas que permitem sua reprodução social. Tais práticas, cotidianas, remetem à negociação e à manipulação de uma série de características, em formas discursivas e não-discursivas, que alcançam níveis sofisticados no sertão semiárido do Nordeste, tal como mostrou Rui Murrieta (2001, p. 59) para contextos caboclos amazônicos.

Ao buscar compreender, sincrônica e diacronicamente, as mudanças e manutenções que se expressam nas formas e lógicas de organização espacial da paisagem doméstica e das práticas de consumo de populações que habitam as áreas rurais do sertão semiárido, ao longo do século XX, englobando o fim do século XIX e a primeira década do XXI devido à própria natureza dos fenômenos que percebi, notei que a estruturação

espacial da unidade doméstica continuava, todavia seus conteúdos, em especial quando olhamos para o que compõe a materialidade do dia a dia, mudavam.

Isto não quer dizer, de modo algum, que novas formas de viver que se estruturam no final do século XIX não são dialógicas a práticas anteriores, nem que, ao longo do século XX, o significado destas práticas não tenha sido ressignificado e reinventado à luz da intensificação das pressões externas sobre seus habitantes, em especial entre os anos 1940 e 1960. O que se ressalta é que um modo semelhante de relacionar-se com o ambiente fora mantido, assim como conhecimentos associados, de forma que a maneira de descartar os resíduos e de encará-los manteve-se ao longo de todo o século XX, associada a uma espacialização específica e ao uso do barro como fonte primordial para construção da casa. Esta permanência dialoga com as mudanças no próprio conteúdo das áreas de descarte e, portanto, nas práticas de consumir alguns bens. A esta relação denominei *parar e continuar* utilizando, para isso, a dança entre cercas e caminhos no fluxo do movimento.

Tende-se a interpretar discontinuidades a partir da aparição de coisas novas, mas na vida dessas pessoas, como em outras realidades campesinas, mesmo aquelas práticas que implicam mudanças são elas também organizadas para reter o mundo funcionando de acordo com suas lógicas e teorias locais (HABER, 2011, p. 161). Relacionei a conformação de novas formas locais e a manutenção de práticas à dinâmica de um ora isso ora aquilo, que *pára e continua* as mudanças no dia a dia do sertão. Algumas etnografias e arqueologias (ORSER, 1996; MILLER, 2002) têm permitido notar como certos processos de mudança social em larga escala forçam diferentes partes do mundo a entrar em relação umas com as outras (GIDDENS, 2001): esta tese procura ser parte dessas reflexões. Reconheci a impossibilidade da fissura entre ações locais, de contextos sociais mais amplos que se estendem pelo mundo, e mudanças globais (SAHLINS, 1997, GIDDENS, 2001; MOL, 2000; SPARGAAREN, 2000).

Um exemplo ícone deste pulsar está nas *rodinhas*. O mergulho no universo da vida das sandálias de borracha demonstrou, em um nível microsocial, que a sustentabilidade de muitas comunidades em terras semiáridas é marcada pela flexibilidade de práticas tradicionais, em especial as de reuso. Esta flexibilidade, essa bricolagem, é crítica a visão usual de um campesinato conservador e imutável preso a suas arraigadas tradições. Ela também permite tecer críticas à própria noção conservadora de tradição. Permite, ainda, notar a capacidade de evitar, mitigar e criar amortecimentos contra o risco

e a adversidade, assim como a habilidade de organizar-se neste contexto (ambiental, sociopolítico, econômico), e de ter a mudança (e o movimento) como parte de estratégias de reprodução social (BARKER, GILBERSTON, 2000, p. 10; MOURA, 2009).

As práticas sertanejas observadas, em especial, no conteúdo das áreas de descarte, se assemelham ao que Michel De Certeau muito bem descreveu como manobras, as quais se pautam por táticas de consumo, armas dos consumidores e dos “dominados”, “engenhosidades do fraco para tirar partido do forte”, que desembocam em uma “politização das práticas cotidianas” (DE CERTEAU, 2007, p. 45). As táticas que dão origem à produção das *rodinhas* e outros objetos são desviacionistas, utilizando, manipulando e alterando. É no cotidiano que as inventividades próprias fazem-se presentes na ação, onde são criadas maneiras de utilizar sistemas impostos (DE CERTEAU, 2007, p. 79).

O modo de morar dos *camponeses do sertão*, e sua resiliência, estão relacionados à como mudança e movimento também são mesclados à imobilidade necessária para continuar a vida, ao *continuar* o mesmo: a manutenção de lógicas locais frente a um avanço agressivo de lógicas urbanas industriais sobre o campo através de bricolagens. A materialidade que se encontra nas casas é parte da chegada de novos materiais – objetos que se movem no fluxo global que materializa o processo da globalização (as sandálias de borracha brasileiras, como as Havaianas, são encontradas em diversos países do mundo, por exemplo).

Muito da materialidade presente nas casas, como os calçados e a proliferação de materiais artificiais sintéticos como seus componentes, dialoga com o movimento, com o andar, protegendo os pés que, levando-nos pelo mover-se, “nos mostram o mundo” (INGOLD, 2011). Quantas vezes, em *Vidas Secas*, Fabiano reclamou da estrada cheia de seixos e espinhos. A chegada de novas lógicas, ao longo do século XX (e com maior intensidade em sua segunda metade), a estas populações, pode ser entendida como parte do acirramento de forças globalizantes de um sistema mundial que aproxima diferentes locais do globo, mas que não é, de modo algum, inexorável (JOHNSON, 1999; THERRIEN, 2006).

Ao longo dos capítulos, e em especial no capítulo final da tese, quis dar luz a materialidades que são ótimas metáforas para pensar o ora-isso-ora-aquilo-ao-mesmo-tempo-tudo-junto-e-separado *dos camponeses do sertão* em crítica a abordagens dos movimentos, transformações e manutenções como unidirecionais, retilíneos e uniformes.

Os pequenos caminhos, não mapeados, conhecidos em escala local, conectam as unidades domésticas e demais espaços conformando paisagens alimentadas por narrativas que nascem no e do movimento, observado, vigiado e assegurado pelas diferentes cercas e práticas de cercamento.

Essas observações acabaram vindo de encontro às assertivas de Tim Ingold (2011, p. 17) sobre em que âmbito os fluxos materiais e o movimento das pessoas dialogam com a mobilidade: através dos calçados, das estradas (os dois primeiros fulcrais para o sertão) e também dos transportes, cujo desenvolvimento tecnológico acompanhou a era moderna. Os calçados, como as sandálias de borracha, certamente estão em diálogo com os caminhos, duas superfícies em contato constante que não apenas atraem-se, no sentido de que a adoção das sandálias nos anos de 1960 substituiu outros calçados utilizados no caminhar do sertanejo por tais vias, como igualmente repelem-se, grande a quantidade e frequência de sandálias arreventadas, gastas e jogadas aqui e acolá, nas e às vezes fora das áreas de descarte, transformadas em outras tantas coisas no emaranhado material dessas populações.

A produção escrita sobre povos que habitam áreas áridas tem ressaltado a mobilidade como traço dos que ali vivem, seja devido à predominância de animais altamente adaptados, como o gado, como foco de atividades econômicas, seja pela sazonalidade de recursos naturais que implicam no mover-se (VETH, SMITH, HISCOCK, 2005). Por outro lado, a mobilidade tem sido vista pela arqueologia como parte intrínseca de um modo de vida e de uma maneira de ver o mundo, exprimindo aspectos simbólicos que influenciam as formas de organização social (POLITIS, 1996; HECKENBERGER, 2011).

Mais uma vez recorro a Tim Ingold (1993, p. 67) para lembrar que não há lugares sem caminhos, a partir do qual as pessoas chegam e partem, ao mesmo tempo em que não há caminhos sem lugares, que consistem em seus destinos e pontos de partida. Nas andanças do matuto, o *camponês do sertão* percorre um circuito em que movimento e deslocamento são sinalizados e organizados em função de como os *lugares na caatinga* se inscrevem na paisagem (FRASER, 2010, p. 229). Utilizei imagens aéreas para mostrar como a disposição espacial dos elementos, nesta escala, revela vestígios "naturais" desnaturalizados e transformados em uma *natura* disciplinada (LOUREIRO, 2007, p. 168), ordenando o lugar da unidade doméstica.

Certamente, esta disposição está marcada por práticas de mobilidade, encaradas para além do econômico e do determinismo. Ela deve ser lida como prática, como adaptação ao meio, enquanto reflexo de tradições e saberes sobre a caatinga, sem deixar de lado suas dimensões políticas (estrutura agrária local) e, claro, ecológicas. A relação entre materialidade, uso do solo, práticas de subsistência e adaptações ao ambiente, assim como a relação das ocupações na paisagem, seu tempo de ocupação e atividade (POUPART, 2009), foram uma vez estudadas nos clássicos de Lewis Binford (1980) no intuito de compreender o uso do território por grupos cuja mobilidade é uma característica inerente de sua organização social. Variadas formas de mobilidade podem ser reconhecidas arqueologicamente, destarte a dificuldade sabida em torno de sua compreensão (KELLY, 1992).

Em geral, muito é falado sobre a mobilidade residencial do Nordeste para outras regiões do país, em especial para o Sudeste. No entanto, pouco se tem dito sobre a mobilidade como prática de populações de áreas semiáridas no que concerne não apenas a mobilidade residencial intra-sertão, mas a práticas de mobilidade logísticas associadas ao mover-se para além de necessidades de abastecimento (KELLY, 1992). Pensar as casas de barro como materialmente aptas à mobilidade, tendo em vista que podem ser montadas e desmontadas com relativa rapidez, sem custos (monetários) e relacionadas ao conhecimento de construção e os barreiros no solo da caatinga, auxilia-nos a entender mais a fundo os saberes ali inscritos (assim como suas relações com o abandono - o que se deixa para trás e o que se leva? por que se volta?).

Discussões sobre mobilidade são fulcrais à compreensão da dinâmica de ocupação do sertão semiárido, podendo ser investigadas em suas dimensões físicas e informacionais, no sentido também do deslocar como comunicar. A mobilidade, portanto, se associa à comunicação, forma de mover informação de um local a outro, produzindo sentido, subjetividade e espacialização (LEMOS, 2009). Neste sentido, procurei compreender as expressões materiais da mobilidade à luz da produção dos sentidos do território e do *lugar na caatinga* para tais populações. Soma-se a isto a produção de narrativas em torno dos lugares, as formas de obtenção de objetos que não de produção eminentemente local/regional (como as cerâmicas) e a construção do espaço doméstico em moradas delimitadas por clareiras, muros de pedras e outras formas de expressão física do espaço privado. Outro aspecto como as vias de circulação, e o aproveitamento de leitos secos como rotas, pelos vaqueiros em especial, mas por todos os moradores, marcam estas

paisagens, seja pela existência dos próprios caminhos, seja dando pistas sobre estratégias de mobilidade e de aquisição de artefatos.

Nesta tese, mostrei que a relação entre seres humanos e ambiente, e a construção mútua de ambos, é fulcral a uma arqueologia crítica a como as secas severas e longas dominam o pensamento sobre as terras secas no mundo e sobre o semiárido no interior do nordeste Brasil. As secas não podem ser utilizadas como as únicas causas que explicam a mobilidade e os abandonos identificados nos contextos materiais; elas sozinhas raramente são causa (CASTRO, 1946).

Esses argumentos, e um forte discurso preconceituoso que beira o ódio, perpetuam-se até os dias de hoje, vindos do Sudeste ou das próprias elites patriarcais litorâneas nordestinas, embora a segunda metade do século XX tenha trazido novos ares à interpretação das formas de habitar nas zonas áridas, semiáridas e hiperáridas pelo mundo, como pode ser notado na produção científica devedora de contatos estreitados entre a antropologia social, a ecologia e a arqueologia (MCCABE, 2004; HASSAN, 1994; LEUTERITZ, EKBIA, 2008).

As noções modernas que dicotomizam natureza e sociedade, cultura e ambiente, tiveram consequências sociais e políticas que deram origem, já nos anos de 1950, à implementação dos programas de "combate à seca", em detrimento de uma coexistência com ela, de um combate à insalubridade das casas de barro a partir de uma postura que via populações de áreas áridas, semiáridas e hiperáridas enquanto vítimas, flageladas, de um ambiente que limitava suas expressões culturais e simbólicas e determinava a própria história de sua existência naquele espaço. Esta história solidificou metas-narrativas (DILLEHAY, 1996) que se tornaram a história única do sertão e dos *camponeses do sertão*.

São poucas as pesquisas que abordam a relação ambiente e sociedade sob perspectivas menos utilitaristas, funcionalistas e economicistas, dando foco, por exemplo, à criatividade das pessoas e suas práticas de manejo no ambiente a partir de aprendizados que se fazem e se vivem no lugar, frente às características ambientais e, aqui, sobretudo, políticas. No âmbito da arqueologia, pouco foi realizado sobre a ocupação do semiárido que não verse sobre as origens do homem (BERNARDO, NEVES, 2009) e sobre os sítios históricos monumentais (ALBUQUERQUE, LUCENA, WALMSLEY, 1999).

Lembro-me certa vez que ao nos perdermos pelos sertões do Pernambuco, encontramos um agrupamento de três casas, uma de tijolo e duas de barro. Uma das casas

estava destelhada e parcialmente desmoranada: sua dona estava ali, alcoolizada, em desespero pela tempestade do dia anterior que derrubou parte das paredes enquanto dormia. Morava com sua filha com paralisia cerebral, a mais nova de 12 filhos, o marido viajara e nunca mais voltara, e agora estava na casa da irmã (a de tijolos) temporariamente, mas queria voltar para sua casa de quatro cômodos. Todavia cada tijolo maciço valia, na época, cerca de 10 centavos de real, quantia que ela não havia conseguido juntar. Coladas na porção externa das paredes ainda em pé da casa, as telhas, enfileiradas cuidadosamente, a serem usadas na próxima construção ou na mesma renovada. O que dizer perante a crueldade do mundo?

Nunca quis com esta pesquisa ofuscar e alienar situações de marginalização e pobreza. Penso que esta pesquisa pode demonstrar, como *background*, que nem sempre os estudos quantitativos sobre a pobreza rural dão conta da complexa realidade dos moradores das casas de barro do *camponês do sertão* semiárido e de como estabelecem seus *lugares na caatinga*. Uma arqueologia das populações sertanejas precisa dialogar com os complexos fenômenos multiescalares que dão base à desigualdade social, para além de reflexões monetárias, incluindo ordens culturais e sociais em face aos recursos disponíveis (KAGEYAMA, HOFFMANN, 2006, p. 80).

O discurso de pobreza, miséria e seca atua mais como um ponto final, do que como uma partida, explicando a situação local através de uma rasa justificativa de pobreza no melhor estilo "é assim mesmo". Vale lembrar que a pobreza e a desigualdade são temas tradicionais nas ciências sociais no Brasil (REIS, 2000, p. 143), apesar de a arqueologia brasileira ter pouco olhado para contextos sociopoliticamente classificados como pobres ou geograficamente englobados em "bolsões de pobreza". Como arqueólogos poderíamos participar de debates sobre suas definições e expressões, dando profundidade ao debate, uma vez que nossas ferramentas permitem a construção de outras narrativas a partir de dados e escalas pouco olhados, como as *minudências* da materialidade, em abordagens multi e interdisciplinares.

Nunca foi minha intenção simplesmente sobrepor uma categorização externa de pobreza à realidade arqueológica que investiguei aqui. Contudo, a tese tece fios que permitem pensar, através da arqueologia, o que seriam estas populações apontadas como pobres, no campo, e as expressões materiais da desigualdade. Esses fios, mesmo que correndo nas beiradas, só foram possíveis de serem puxados devido à aplicação de uma abordagem que mergulhou nas micro-histórias de cada unidade doméstica para, então,

debruçar-se em diferentes escalas de análise buscando recorrências de fenômenos e significados (MAYNE, MURRAY, 2001) que pudessem, talvez, estar relacionados a processos mais amplos de construção dessas desigualdades.

As classificações de pobreza são comparativas. Abstive-me, nestas reflexões, da utilização daqueles sítios arqueológicos cujo contraste seria aberrante com as unidades domésticas estudadas aqui, como os engenhos, as sedes de fazenda e as casas grandes, que em sua dimensão, dispersão dos vestígios, frequências artefatuais e presença/ausência de certos tipos de coisas, na distribuição dos elementos pelo espaço, etc., muito se diferiam das casas de barro. Mas lembro desta dimensão, porque ela exemplifica(ria) a coexistência das expressões materiais da própria má distribuição (ou da extrema concentração) da renda pelo sertão do Nordeste. Valeria pensar, por exemplo, de que forma a desigualdade está (se está) inscrita na paisagem e na materialidade cotidiana do sertão, e como políticas públicas como a da implantação do programa Bolsa Família nas unidades domésticas sertanejas, que têm alterado relações do tradicional coronelismo e abalado uma arraigada cultura de resignação frente à regularidade de renda e trazido novas formas de autonomia (PINZANI, REGO, 2013), mudaram as lógicas do lugar desde sua implantação.

Parece-me que há uma dimensão material muito palpável de um outro momento em que políticas públicas muito se intensificaram pela região. Uma mudança importante pode ser diagnosticada entre os anos de 1940 e 1960, em especial no conteúdo das áreas de descarte, nas *commodities*, já que produzidas como parte de um sistema de trocas capitalista (BARNES, 2011, p. 27), descartadas pelos usuários das casas de barro e que dialogam com momentos de intensificação de políticas de modernização estatais pautadas pela aplicação de elementos de uma ética liberal que, em geral, é conhecida por desestruturar economias por ela não controladas (POLANYI, 2000). Logo nos anos de 1960 o Brasil observou um aumento significativo no envolvimento da população rural em atividades não-agrícolas tanto nos campos como nas cidades (BALSADI, 2001). Seria a mudança observada na cultura material parte de um processo mais amplo que levou às saídas maciças dos *camponeses do sertão* para grandes centros urbanos?

Não estou dizendo que esta é a chegada do capitalismo ao campo, pois ele está no próprio cerne da formação campesina. Contudo o período de 1940-1960 parece ser marcado por uma sua intensificação que acarretou mudanças deveras rápidas no cotidiano material dos *camponeses do sertão*. Estas mudanças manifestaram-se materialmente de forma nunca vista antes, ao menos desde meados do século XIX, criando desconpassos e

desafinos em um cotidiano material que tendia a reproduzir-se e manter-se de modo semelhante, visualmente percebido nas expressões estatísticas de frequência e quantidade que apresentei como gráficos ao longo do texto.

Demonstrei que interpretações baseadas na escassez e na falta de bens materiais não são suficientes para pensarmos o sertão. Outras variáveis devem ser consideradas. Entretanto, como podemos demonstrar as realidades tangíveis da desigualdade sem cairmos nos estigmas sociais associados ao empobrecimento? (REILLY, 2016). A arqueologia no Brasil tem um papel relevante se comparamos a como o tema é discutido nos países de fala inglesa, predominantes nessa literatura.

EUA, Austrália e Inglaterra vêm consolidando-se no que chamam de arqueologia da pobreza e do empobrecimento – não sem críticas (MULLINS, YLIMAUNU, 2015) –, ao menos desde o começo dos anos de 1990. No entanto, duas dimensões devem ser consideradas aqui sobre essa produção: a primeira está no fato de que os contextos são maciçamente urbanos, escavadas as *slums* das grandes cidades como Nova York, Manchester e Sidney (MURRAY, 2011; WALKER, BEAUDRY, WALL, 2011); a segunda refere-se a que esta produção científica combate um corpo discursivo pautado pelo individualismo neoliberal que culpa o indivíduo por suas condições (SYMONDS, 2011; SPENCER-WOOD; MATTHEWS, 2011). O *looser* norte-americano.

Como é frequente na arqueologia anglo-saxã, grande parte dos autores produz discursos com fortes tons generalistas; por outro lado, a bibliografia de língua inglesa traz à tona problemas semelhantes aos enfrentados aqui: a) o senso comum que questiona o estudo do recente por sua falta de valor cultural-patrimonial; b) a alta recorrência de reusos (BARKER, LAMB, 2009); c) e o imbróglio arqueológico de que mundos como estes deixam poucos traços materiais (SYMONDS, 2011, p. 107). Desta forma, mostra que a materialidade do dia a dia e os discursos de pobreza são, sim, distorções ideológicas, problemas políticos e categorizações socialmente construídas (MULLINS, YLIMAUNU, 2015, p. 43).

Se o termo pobreza não pode ser simplesmente sobreposto a esta realidade de forma simplória, talvez possamos, a partir da metade do século XX, falar em desigualdade ou na aceleração do empobrecimento dos *camponeses do sertão*, peça chave das políticas de concentração de renda expressas por todo o Brasil com a sucção dos lucros e a péssima redistribuição da renda gerada, espaço criado e mantido pela própria lógica do capital (SALAMA, DESTREMAU, 1999; SYMONDS, 2011, p. 107; BARNES, 2011, p. 27).

Apesar disso, não me propus a abordar a questão dos *camponeses do sertão* através de visões de diferenciação social e gosto, formas classicamente tratadas pela arqueologia histórica. Enveredei-me pelo cotidiano de sujeitos considerados marginais, problematizando realidades marcadas por forte desigualdade a partir do olhares que a materialidade permite por meio de práticas de existência e de reprodução social.

Uma arqueologia com novos paradigmas para o semiárido do nordeste brasileiro também precisa ser crítica ao pressuposto, usual, que teima em enxergar os remanescentes materiais do século XX ou XXI como "muito modernos" ou muito recentes. Frente à realidade que nos cerca, como coloca Gavin Lucas (2004), a pergunta a ser feita deve ser "o que é arqueológico" e passível de gerar conhecimentos socialmente relevantes e criativos pela arqueologia. Por isso, esta tese também é um esforço de fazer uma arqueologia mais próxima do mundo contemporâneo e do mundo que me cerca como sujeito. Fazer uma arqueologia cujo teor político e social reverbere pelas linhas e entrelinhas. A isto somei o esforço de transbordar o copo de cada disciplina e tentar navegar por diversas áreas do conhecimento no intuito de completar-me como pesquisador ao olhar para uma mesma questão já explorada por outras ciências.

O exercício de olhar para o sertão e para o sertanejo, para cactos, sandálias de borracha e casas de barro colorindo um *lugar na caatinga*, serve a uma arqueologia, e a uma ciência, que colaboram, de alguma forma ínfima, talvez até inocente, para iluminar vidas que não são somente e sempre secas. Procurei com esta narrativa mostrar que há muito mais nos Severinos, encarados como iguais em tudo na vida, iguais em tudo na sina, como no poema de João Cabral de Melo Neto (1955). O sertão e seus moradores estão muito além de perigosas narrativas únicas que ressaltam apenas e constantemente suas mortes severinas.



(Borges, s/d d)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cordéis

CAMPO, Abdias do. **O Sertão de Alma Lavada**, s/d, s/e

LIMA, Edivaldo. **O Pau da Mentira**, s/d, s/e

OLIVEIRA, Rogaciano. **Alca - Duelo de vida ou de morte**, 2002, s/e

PERON, João. **As ignorâncias de Seu Lunga, volume 3**, s/d, s/e

BODE, Júnior do. **O Homem que brigava com o sol e jogava pedra na lua**. Olinda: Araripe, 2004

Xilogravuras

BORGES, José Francisco. **A briga dos Dragões**, s/d b. Disponível em: <http://nossosemiarido.blogspot.com.br/2010/01/caixa-cultural-sp-apresenta-arte-de-j.html>. Acessado em 11 julho 2015.

BORGES, José Francisco. **A Festa na Casa da Noca**, s/d a. Disponível em <http://espacohumus.com/j-borges/>. Acessado em 11 julho 2015.

BORGES, José Francisco. **A Professora**, s/d c. Disponível em http://www.galeriabrasiliana.com.br/conteudo/index.php?option=com_easygallery&act=categories&cid=65&Itemid=99999999. Acessado em 11 julho 2015.

BORGES, José Francisco. **Moça Roubada**, s/d d. Disponível em http://www.galeriabrasiliana.com.br/conteudo/index.php?option=com_easygallery&act=categories&cid=65&Itemid=99999999. Acessado em 11 julho 2015.

BORGES, Severino. O Homem que brigava com o sol e jogava pedra na lua. In: BODE, Júnior do. **O Homem que brigava com o sol e jogava pedra na lua**. Olinda: Araripe, 2004

BORGES, Severino. **Resistindo a seca**, s/d. Disponível em http://pe.quebarato.com.br/recife/xilogravura-papel-media-preto-e-branca-cabra-alada_16BB23.html. Acessado em 26 Julho 2015.

SILVA, José Miguel da. **Fugindo da Seca**. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/gabinetedecuriosidades/3241594147>. Acessado em 27 Novembro 2016.

SOARES, Marcelo Alves. **Os Violeiros**. Disponível em <http://www.ufjf.br/forumdacultura/2013/08/09/o-retrato-da-historia-a-iconografia-do-cordel/>. Acessado em 11 Julho 2015.

Periódicos

A Província, de 19/19/1875, 26/10/1904. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
Argos de Santa Catharina, de 28/09/1859. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
Pacotilha. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
Diário do Maranhão, de 28/04/1896. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
Diário de Minas, 1866. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
O Cearense, de 03/12/1879. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Romances

ACIOLI, Socorro. **A Cabeça do Santo**. São Paulo: Cia das Letras, 2014
ALENCAR, José de. **Sonhos D'Ouro**, 1871. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00015510#page/1/mode/1up>. Acessado em 10 de Abril de 2014
ALENCAR, José de. **Til**, 1872. São Paulo: Melhoramentos, 1997
ALVES, Rubem. **Quando eu era menino**. Campinas: Papirus, 2003.
BUARQUE, Chico. **Budapeste**. São Paulo: Cia das Letras, 2003
CUNHA, Euclides. **Os sertões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011
DANTAS, Francisco J. C. **Os Desvalidos** (1993). Rio de Janeiro: Objetiva, 2012
FREI BETO. **Aldeia do Silêncio**. Rio de Janeiro: Rocco, 2013
GOMES, Benedito Teixeira. **Sertão de dentro**. Guanambi, 2010
MELO NETO, João Cabral. A educação pela pedra
MELO NETO, João Cabral. **Morte e vida Severina**. São Paulo: Alfaguara, 2007
PERNAMBUCANO, Ulysses. **Um sertanejo e o sertão**. 2012
RAMOS, Graciliano. **Alexandre e outros heróis**. Rio de Janeiro: Record, [1944] 1981.
RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. Rio de Janeiro: Record, 1996
SUASSUNA, Ariano. **A Pedra do Reino e o Príncipe do sangue do vai-e-volta**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012
TORRES, Antonio. **Essa Terra** (1976). Rio de Janeiro: Record, 2015

Entrevistas

ADICHIE, Chimamanda. **The danger of a single story**. TED, 2009. Disponível em <http://africa.harvard.edu/chimamanda-adichie-the-danger-of-a-single-story/>. Acessado em 11/02/2012
BOURDIEU, Pierre. **A sociologia como esporte de combate**. Entrevista a rádio. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=zO4QuCSMO0k>. Acessado em 08/03/2015

CRESSWELL, Tim. **Mobility between movement, meaning and practice**. Mobile lives forum, 2014. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=EXo0gdIVvNU>. Acessado em 27/09/2016

COUTO, Mia. **Entrevista Roda Viva - Mia Couto**, 05/11/2012. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=EO-Yj-sL2eg>. Acessado em 08/03/2015

RIBEIRO, João Ubaldo. **Entrevista Roda Viva - João Ubaldo Ribeiro**, 23/07/2012. Disponível em <http://tvcultura.cmais.com.br/rodaviva/roda-viva-joao-ubaldo-ribeiro-23-07-2012>. Acessado em 08/03/2015.

SANTOS, Milton. **Entrevista Roda Viva - Milton Santos**, 31/03/1997. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ioMQ64D6hQk>. Acessado em 08/03/2015.

SUASSUNA, Ariano. **Entrevista Roda Viva - Ariano Suassuna**, 12/06/2012. Disponível em <http://tvcultura.cmais.com.br/rodaviva/video/roda-viva-ariano-suassuna>. Acessado em 08/03/2015

ŽIŽEK, Slavoj. **Entrevista Roda Viva - Žižek Slavoj**, 08/07/2013. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=gECgJbWoppo>. Acessado em 08/03/2015

Músicas

BORGES, Raimundo. Eu sou nordestino. In: **Os Três do Cariri**, 2005. 1 CD. Faixa 5.

LIRA FILHO, José Paes de (Lirinha); BARROS, Clayton. Chover (ou Invocação Para Um Dia Líquido). In: LIRA FILHO, José Paes de (Lirinha). **Cordel do Fogo Encantado**, 2001. 1 CD. Faixa 4.

MORAIS, José Domingos de (Dominginhos). **O Sertão te espera (1991)**. Disponível em www.youtube.com/watch?v=HuZld_60qFo. Acessado em 11 julho 2015.

NASCIMENTO, Luiz Gonzaga do; Dantas, José. **A volta da Asa Branca (1950)**. Disponível em <http://letras.mus.br/luiz-gonzaga/664045/>. Acessado em 11 julho 2015.

NASCIMENTO, Luiz Gonzaga do; SILVA, João. **Umbuzeiro da Saudade (1978)**. Disponível em <http://letras.mus.br/luiz-gonzaga/1563402/>. Acessado em 11 julho 2015.

Artigos e livros acadêmicos

AB'SABER, Aziz. **Domínios de natureza no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2003

AB'SABER, Aziz. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados**, v. 13, n. 36, p. 7-55, 1999

AB'SABER, Aziz. A transposição de águas do São Francisco: análise crítica. **Revista USP**, São Paulo, n.70, p. 6-13, 2006

ADAMS, Cristina. **Caiçaras na Mata Atlântica**. São Paulo: Annablume, 2006

ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui. Agricultura de corte e queima e florestas tropicais em um mundo em mudança. **Boletim Museu Paraense Emilio Goeldi**, v.3 n. 2, 2008

ADAMS, William H. Dating Historical sites: the importance of understanding time lag in acquisition, curation, use, and disposal of artifacts. **Historical Archaeology**, 2003, n. 37, v. 2, p. 38-64

AGOSTINI, Camilla. Painéis e Paineleiras de São Sebastião: um núcleo produtor e a dinâmica social e simbólica de sua produção nos séculos XIX e XX. **Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia**, v. .4, n. 2, 2010

- AGOSTINI, Camilla; NAJJAR, Rosana. Pesquisa arqueológica na Casa da Hera – Vassouras / RJ. **Revista de Arqueologia**, v. 20, p. 39-50, 2007
- ALBINATI, R. C. B. Aquicultura em pequenos açudes no semiárido. **Bahia Agrícola**, v.7, n.2, 2006, pp. 66-72.
- ALBUQUERQUE, Durval. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009.
- ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda.; WALMSLEY, D. **Fortes de Pernambuco**. Recife: Graftorre Ltda, 1999
- ALBUQUERQUE, Paulo T. S. **A faiança portuguesa como demarcador cronológico na Arqueologia brasileira. Recife, 1991-2001**. Recife: Laboratório de Arqueologia Urbana, 2001.
- ALBUQUERQUE, Ulysses P.; ANDRADE, Laise H. C. Conhecimento botânico tradicional e conservação em ma área de caatinga no estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. **Acta botânica brasileira**, 16, n. 3, p. 273-285, 2002
- ALBUQUERQUE, Ulysses P.; ANDRADE, Laise H. C. Uso e recursos vegetais da caatinga: o caso do Agreste do Estado de Pernambuco (Nordeste do Brasil). **Interciencia**, v. 27, 7, 2002, p. 336-346
- ALBUQUERQUE, Ulysses P.; ANDRADE, Laise H. C.; CABALLERO, J. Structure and floristics of homegardens in Northeastern Brazil. **Journal of Arid Environments**, 62, 2005, p. 491-506
- ALIER, Joan M. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2011
- ALLISON, Penelope M. Introduction. ALLISON, P. M. (org.) **The Archaeology of Household Activities**. London/NY, Routledge, pp. 1-18, 1999.
- ALLISON, Penelope M. The household in Historical Archaeology. **Australasian Historical Archaeology**, v. 16, 1998, p. 16-29
- ALMEIDA, Cecilia F. C. B. R.; ALBUQUERQUE, Ulysses P. Uso e conservação de plantas e animais medicinais no Estado de Pernambuco (Nordeste do BRasil): um estudo de caso. **Interciencia**, 2002, v. 27, n. 6, p. 276-285
- ALMEIDA, Guilherme de. **Pela cidade: seguido de Meu roteiro sentimental da cidade de S. Paulo**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ALMEIDA, Mario. Narrativas Agrárias e a Morte do Campesinato. **Ruris**, v. 1, n. 2, 2007.
- ALVES, A. G. C.; SOUTO, F. J. B.; LEITE, A. M. Etnoecologia dos cágados-d'água *Phrynops spp.* (testudinomorpha: chelidae) entre pescadores artesanais no Açúde Bodocongó, Campina Grande, Paraíba, Nordeste do Brasil. **Sitientibus**, 2 (1/2), p. 62-68, 2002
- ALVES, R. R.; GONCALVES, M. B.; VIEIRA, W. L. S. Caça, uso e conservação de vertebrados no semiárido brasileiro. **Tropical Conservation Science**, v. 5, n. 3, p. 394-416, 2012
- AMARAL, Daniella M. **Loiça de barro do Agreste: um estudo etnoarqueológico de cerâmica histórica pernambucana**. Dissertação (mestrado), MAE/USP, São Paulo, 2012
- AMES, Kenneth M. The archaeology of longue durée: temporal and spatial scale in the evolution of social complexity on the southern Northwest Coast. **Antiquity**, 65, 1991, p. 935-945
- AMOROZO, M. C. Uso e diversidade de plantas medicinais em Santo Antônio do Leverger, MT, Brasil. **Acta botânica brasileira**, 16(2), 2002, pp. 189-203
- ANDRADE, Manuel C.; SETTE, Hilton. **Geografia e História de Pernambuco**. São Paulo: Brasil, 1955

- ANSCHUETZ, K. F.; WILSHUSEN, R. H.; SCHEICK, C. L. An archaeology of landscape: perspectives and directions. **Journal of Archaeological Research**, v. 9, n. 2, p. 157-194, 2001
- ANTHONY, David W. Migration in archaeology: the baby and the bathwater. **American Anthropologist**, v. 92, issue 4, p. 895-914
- Anthony, David W. Migration in Archaeology: the baby and the bathwater. **American Anthropologist**, v. 92, No. 4, 1990, pp. 895-914
- APPADURAI, Arjun. Introdução: mercadorias e a política de valor. APPADURAI, A. (org.) **A vida material das coisas**. Niterói, EDUFF: 15-88, 2008.
- APPADURAI, Arjun. **O medo do pequeno número: ensaio sobre a geografia da raiva**. São Paulo: Iluminuras, 2001
- ARAFAT, Karim; MORGAN, Catherine. Athens, Etruria and the Heuneburg: mutual misconceptions in the study of Greek-Barbarian relations. MORRIS, Ian (ed.) **Classical Greece. Ancient Histories and Modern Archaeologies. New Directions in Archaeology**. Cambridge, Cambridge University Press, 1994, pp. 108-134.
- ARAÚJO, Antônia D. **Identidade e subjetividade no discurso acadêmico: explorando práticas discursivas**. Fortaleza: Ed. UECE/UFC, 2003.
- ARAÚJO, Astolfo G. M. **Teoria e método em Arqueologia Regional: um estudo de caso no Alto Paranapanema, Estado de São Paulo**. Tese (doutorado), FFLCH/USP, 2001
- ARAÚJO, Astolfo G. M.; CARVALHO, Marcos R. R. A louça inglesa do século XIX. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 3, p. 81-95, 1993.
- ARAÚJO, Astolfo; CARVALHO, Marcos. A louça inglesa do século XIX: considerações sobre a terminologia e metodologia utilizadas no sítio Florêncio de Abreu, São Paulo. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, 3: 81-95, 1993
- ASSUNÇÃO, Ruy A. **O “reencantamento do mundo”: interpelando os intérpretes do desencantamento do mundo**. Dissertação (mestrado), UFSC, 2010
- AUGÉ, Marc. La force du présent. **Communications**, n. 49, p. 43-55, 1989
- AUN, Cristina. **Proposta de metodologia de projeto para louça utilitária de uso doméstico**. Dissertação (mestrado), FAU/USP, 2000
- AURINO, A. N. B. **Avaliação dos impactos da extração de lenha sobre a diversidade vegetal no município de Tenório, Seridó oriental paraibano**. Dissertação (mestrado), Prodemá-UFPB, 2007
- BALÉE, William. **Footprints of the forest: Ka'apor ethnobotany - the historical ecology of plant utilization by an Amazonian people**. New York: Columbia University Press, 1994
- BALÉE, William. Sobre a Indigeneidade das Paisagens. **Revista de Arqueologia**, v. 21, n. 2, 2008, p. 9-23
- BALÉE, William. The research program of Historical Ecology. **Annual Review of Anthropology**, v. 35, p. 75-98, 2006
- BALSADI, Otavio Valentim. Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo Perspectiva**, vol.15, n.1, pp.155-165, 2001
- BANNING, E. B. Methodology. MACDONALD, B. **The Wadi el Hasã Archaeological survey 1979-1983 West-Central Jordan**. Wilfrid Laurier University Press: Waterloo, Ontario, Canada, 1988, pp. 13-25
- BARBOSA, Lívia. **Sociedade de consumo**. São Paulo: Zahar, 2008
- BARBOZA, J. M.; PONZI Jr., M. Arranjos produtivos no sertão nordestino: aquicultura e pesca. **Revista brasileira de engenharia de pesca**, v. 1, n. 1, p. 30-37, 2006.

- BARBOZA, R. R. D. **A etnoecologia dos tatu-pepa (*Euphractus sexcinctus* Linnaeus, 1758) e tatu verdadeiro (*Dasypus novemcinctus* Linnaeus, 1758) na perspectiva dos povos do semiárido paraibano**. Dissertação (mestrado), UFPB, 2009
- BARCELÓ, M. El diseño de espacios irrigados en al-Andalus: un enunciado de principios generales. **El agua en las zonas áridas: Arqueología e Historia, I Coloquio de Hª y Medio Físico**, v. I. Almería, pp. XV-XLXI, 1989
- BARKER, B.; LAMB, L. The archaeology of poverty and human dignity: charity and work ethic in a 1930s depression era itinerant's camp on the Toowoomba Range Escarpment, Queensland. **Archaeologies**, v. 5, p. 263–279, 2009
- BARKER, Graeme; GILBERTSON, David. Introduction. BARKER, Graeme; GILBERTSON, David (ed.) **The archaeology of drylands: living at the margins**. Londres: Routledge, 2000, p. 3-17
- BARROS, Luitgarde O. C. **A derradeira gesta: Lampião e nazarenos guerreando no sertão**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007
- BARROS, Marcos B. Prefácio. LEAL, Inara R.; TABARELLI, Marcelo; SILVA, José Maria C (org.). **Ecologia e conservação da caatinga**. Recife: UFPE, 2003, p. ix-xi
- BARROSO, Gustavo. **As colunas do templo**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1932
- BARTELT, Dawid D. **Sertão, república e nação**. São Paulo: Edusp, 2009
- BASTOS, F. H.; CORDEIRO, A. M. N. Fatores naturais na evolução das paisagens no semiárido brasileiro: uma abordagem geral. **Revista Geonorte**, v. 2, n. 4, p. 464-476, 2012
- BASTOS, R. L.; SOUZA, M. C. **Normas e gerenciamento do patrimônio arqueológico**. São Paulo: Iphan, 2002
- BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2008
- BAXTER, Jane E. **The archaeology of childhood**. Oxford: Altamira Press, 2005.
- BEAUDRY, M. C.; PARNO, T. G. Introduction: mobilities in contemporary and Historical Archaeology. BEAUDRY, M. C.; PARNO, T. G. (org.) **Archaeologies of Mobility and Movement**, v. 35, p. 1-14, 2013
- BEAUDRY, Mary C. Doing the Household: new approaches to the Archaeology of Households. BARILE, Kerri S.; BRANDON, Jamie C. (ed.). **Household chores and household choices: theorizing the domestic sphere in Historical Archaeology**. Alabama, Alabama University Press, 2004, pp. 254-262.
- BEAUDRY, Mary C. House and Household: The Archaeology of Domestic Life in Early America. EGAN, Geoff; MICHAEL; R. L. (ed.) **Old and New Worlds**. Oxford: Oxbow Books, 1999, p. 117–126
- BEAUDRY, Mary C. Household archaeology. ORSER JR., Charles E. (ed.) **Encyclopedia of Historical Archaeology**. Routledge: London/NY, 2002, pp. 301-310
- BEAUDRY, Mary C.; COOK, Lauren.; MROZOWSKI, Stephen. Artefatos e Vozes Ativas: cultura material como discurso social. **Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 1, n. 2, 2007.
- BEAUDRY, Mary C.; PARNO, Travis G. Introduction: mobilities in contemporary and historical archaeology. BEAUDRY, Mary C.; PARNO, Travis G. (ed.) **Archaeologies of mobility and movement**. Nova York: Springer, 2013, p. 1-14
- BECK, Ulrich. **Risk Society**. New York: Sage, 1992
- BELLINGIERI, Júlio. **A indústria cerâmica em São Paulo e a 'invenção' do filtro de água: um estudo sobre a cerâmica Lamparelli - Jaboticabal (1920-1947)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de São Paulo, Franca, 2004a
- BELLINGIERI, Júlio. Água de beber: a filtração doméstica e a difusão do filtro de água em São Paulo. **Anais do Museu Paulista**, 12. São Paulo: 161-191, 2004b.

- BELLINGIERI, Júlio. As Origens da Indústria Cerâmica em São Paulo. **Cerâmica Industrial**, 10 (3). São Paulo: 19-23, 2005
- BERKES, Fikret. **Sacred ecology: traditional ecological knowledge and management systems**. Philadelphia and London: Taylor & Francis, 1999
- BERLIN, Brent. The Chicken and the Egg-Head Revisited: Further Evidence for the Intellectualist Bases of Ethnobiological Classification. POSEY, D. A.; OVERAL, W. (eds) **Ethnobiology: Implications and Applications. Proceedings of the First International Congress of Ethnobiology**, Volume 1, Museo Emilio Goeldi, Belem, Brazil, 1990, pp. 19-35
- BERNARDES, Denis M. Notas sobre a formação social do Nordeste. *LUA NOVA*, São Paulo, 71: 41-79, 2007
- BERNARDO, D. V.; NEVES, Walter A. Diversidade morfocraniana dos remanescentes ósseos humanos da Serra da Capivara: implicações para a origem do homem americano. **FUMDHAMentos**, VIII, p. 95-106, 2009
- BINFORD, Lewis R. The archaeology of place. **Journal of Anthropological Archaeology**, v. 1, p. 5-31, 1982
- BINFORD, Lewis R. **Working at Archaeology**. New York: Academic Press, 1983
- BINFORD, Lewis R.; BINFORD, Sally R.; WHALLON, Robert; HARDIN, Margaret A. Archaeology at Hatchery West. **Memoirs of the Society for American Archaeology**, n. 24, 1970, pp. i-vii, 1-91
- BLACKIE, Reuben; BALDOUF, Cristina; GOUTIER, Denis; GUMBO, Davidson. **As florestas tropicais secas**. CIFOR, 2014
- BOEGE, Eckart. **El patrimonio biocultural de los pueblos indígenas de México. Hacia la conservación in situ de la biodiversidad y agrodiversidad en los territorios indígenas**. México: INAH, 2008
- BOURDIEU, Pierre. A casa ou o mundo às avessas. CORRÊA, MARIZA (org.) **Ensaio sobre a África do Norte**. Campinas: Textos didáticos/Unicamp, 2002, p. 89-112
- BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Stanford: Stanford University Press, 2000
- BOURDIEU, Pierre. **O Desencantamento do mundo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 2008
- BRADLEY, R. **The idea of order: The circular archetype in prehistoric Europe**. Oxford University Press, 2012
- BRANCANTE, Eldino. **O Brasil e a cerâmica antiga**. São Paulo: s/e, 1981
- BRANDÃO, Carlos R. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Ruris**, v. 1, n. 1, 2007, p. 37-64
- BRAUDEL, Fernand. **O Jogo das trocas**. Rio de Janeiro: Cosmos, 1985
- BRIGGS, J. M. et al. Why ecology needs archaeologists and archaeology needs ecologists. **Front Ecological Environment**, 2006, v. 4, n. 4, p. 180-188
- BRUCE, Albert. Cosmologias do contato no norte-amazônico. ALBERT, B.; RAMOS, A. **Pacificando o branco: cosmologias do contato norte-amazônico**. São Paulo: UNESP, 2002, p. 9-23
- BUCHLI, V; LUCAS, G. (Org.) **Archaeologies of Contemporary Past**. Londres: Routledge, 2001.
- BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989**. Assis: UNESP, 2010
- BUSCH, J. 1991. Second time around: a look at bottle reuse. **Historical Archaeology**, V.: 21: 67-78.
- BUTTERWORTH, Jeffrey A. Forming the Past. **Historical Archaeology**, 32 (3), 1998, 91-98.

- Byrne, Denis. Archaeology in reverse. MERRIMAN, N. Merriman (ed.) **Public archaeology**. London: Routledge, 2004, pp. 240-254.
- CABAK, M. A.; GROOVER, M. D.; INKROT, M. M. Rural modernization during the recent past: farmstead archaeology in the Aiken Plateau. **Historical Archaeology**, 1999, v. 33, n. 4, p. 19-43
- CALDWELL, Melissa L. Domesticating the french fry. **Journal of Consumer Culture**, v. 4, n. 1, pp. 5-26, 2004
- CAMARGO, S. A. F. Sociobiologia da Gestão Participativa dos **Pescadores Comerciais do Rio São Francisco**, MG, Brasil. Dissertação (mestrado), Unesp, 1998
- CAMILLI, Eileen L.; EBERT, James I. Artifact reuse and recycling in continuous surface distributions and implications for interpreting land use patterns. ROSSIGNOL, Jacqueline; WANDSNIDER, LuAnn (ed.) **Space, time, and archaeological landscapes**. Nova York: Springer, 1992, p. 113-136
- CAMPBELL, Colin. O consumidor artesão: Cultura, artesanía e consumo em uma sociedade pós-moderna. GOMES, Laura Graziela, BARBOSA, Livia (org). Dossiê: Por uma antropologia do consumo. **Antropolítica**, Niterói, n. 17, 2º sem. 2004, p. 45-68
- CÂNDIDO, Antônio. **Parceiros do rio bonito**. São Paulo: Ouro sobre azul, 2010
- CAROL, P.; SABOURIN, E.; CALDEIRA MENESCAL, A. L. **Camponeses do Sertão: Mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil**. Brasília : EMBRAPA, 2003
- CARONE, Edgard. **Evolução industrial de São Paulo (1889-1930)**. São Paulo: Senac, 2001
- CARROLL, Lynda. Communities and other social actors: rethinking commodities and consumption in Global Historical Archaeology. **International Journal of Historical Archaeology**, 3 (3), 1999, p. 131-136.
- CARVALHO, Gilmar de. **Madeira Matriz: cultura e memória**. São Paulo: Annablume, 1999
- CARVALHO, Gilmar de. Xilogravura: os percursos da criação popular. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, 39: 143-158, 1995
- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, vol.40, n.2, 1997
- CARVALHO, P.C.L.; RITZINGER, R.; SOARES FILHO, W.S.; LEDO, C.A.S. Características morfológicas, físicas e químicas de frutos de populações de umbu-cajazeira no Estado da Bahia. **Revista Brasileira de Fruticultura**, Jaboticabal, n. 30, v. 1, p. 140-147, 2008.
- CARVALHO, Patrícia M. **A travessia de árvores sagradas**. Dissertação (mestrado), MAE/USP, 2012
- CARVER, Geoff. How to Archaeologize with a Hammer. COBB, H. et. al. (ed.) **Reconsidering Archaeological Fieldwork: Exploring On-Site Relationships Between Theory and Practice**. New York: Springer Science, 2012, p. 15-29
- CASCON, Leandro M. **Alimentação na Floresta Tropical: Um estudo de caso no sítio Hatahara, Amazônia Central, com base em microvestígios botânicos**. Dissertação (mestrado), Museu Nacional, UFRJ, 2010
- CASIMIRO, Tania Manuel. **Faiança portuguesa nas ilhas britânicas (dos finais do século XVI aos inícios do século XVIII)**. Tese (doutorado), Universidade Nova de Lisboa, 2010
- CASTRO, Iná E. Análise geográfica e o problema epistemológico da escala. **Anual do Instituto de Geociências**, v. 15, pp. 21-25, 1992

- CASTRO, Iná E. O Problema da Escala. CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. C.; CORRÊA, Roberto L. (org.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. P. 117-140
- CAVALCANTI, Mariana. Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 69, 2009, p. 69-80
- CHAKRABARTY, D. **Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference**. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2000
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000
- CHAVES *et al.* Conhecimento tradicional: a cultura das cercas de madeira no Piauí, Nordeste do Brasil. **Etnobiología**, 12 (1), 2014
- CHAVES, Kena. **Lugares sob os trilhos: a resposta do lugar ao espaço de fluxos ferroviários no semiárido brasileiro**. Projeto (mestrado), IG/UNICAMP, 2012
- CHAVES, Vânia Pinheiros. Um novo sertão na literatura brasileira: *Essa Terra*, de Antonio Torres. p. 174-188, 2001
- CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. SILVA, José Graziano; STOLCKE, Verena (org). **A questão agrária. Weber, Engels, Lênin, Kautsky, Chayanov, Stálin**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.133-163
- CHILDE, Gordon. Old World prehistory: Neolithic. PATTERSON, T.C.; ORSER Jr, C.E. (Eds). **Foundations of Social Archaeology. Selected Writings of V.Gordon Childe**. Walnut Creek: Altamira Press, 2004, pp. 117-138
- CIVANTOS, J. M. M. The archaeology of irrigated spaces in southeast Spain during the medieval period. **Ruralia VIII**, p. 11-29, 2009.
- CLEMENT, C. R. Domesticação de paisagens e plantas amazônicas: A interação de etnobotânica, genética molecular e arqueologia. In: MORCOTE-RIOS, G.; MORA-CAMARGO, S.; FRANKY-CALVO, C. (Org.). **Pueblos y paisajes antiguos de la selva amazónica**. Bogotá: Univ. Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias, Taraxacum, p. 97-112. 2006.
- CLEMENTINO, Luis. **Lugares distantes**. Brasília: Imprensa, 2009
- COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. São Paulo: Zahar, 2005.
- COLWELL-CHANTHAPHON, Chip. Myth of the Anasazi: archaeological language, collaborative communities and the contest past. **Public Archaeology**, v. 8, n. 2-3. 2009, pp. 191-207
- CORRÊA, Roberto L. Corporação, Práticas Espaciais e Gestão do Território. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 115-122, 1992
- CORRÊA, Roberto L. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Cidades**, v. 4, n. 6, 2007, p. 62-72
- CORVISIER, Jacques N. Assessment of land surveys in Greece: contributions and limitations. BOCQUET-APPEL, J. P. (ed.) **Recent advances in paleodemography**, Springer Science, 2008, pp. 31-61
- COSGROVE, Denis E. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. **Espaço e cultura**, n. 5, 1998
- COSTA, Carlos Zibel; CORDEIRO, Silvio Luiz. Casa de caboclo: pau a pique. **Revista Sinopses**, n. 31, p. 16-23, 1999
- COSTA, Heitor Scalabrini, COSTA NETO, Guilherme, ARAUJO, Kassia *et al.* Utilização de cerca elétrica solar para confinamento de caprinos na produção familiar do semi-árido Pernambucano. **Proceedings of the 6. Encontro de Energia no Meio Rural**, 2006, Campinas (SP, Brazil), 2006

- COSTA, Ricardo. A cultura castreja (c. III a.C. - I d.C.): a longa tradição de resistência ibérica. **Revista Outros Tempos**, UEMA, v. 3, 2006, p. 37-58
- COSTA, V. L.; ESCORSIM, S.; COSTA, D. L. Sandálias Havaianas: um case de sucesso brasileiro. **Congresso Internacional de Administração**, v. 20, 2007.
- CRAWFORD, S. The archaeology of play things: theorizing a toy stage in the “biography” of objects. **Childhood in the past**, n. 2, p. 56-71, 2009.
- CRESSWELL, Tim. **On the Move: Mobility in the Modern Western World**. Routledge, London, 2006
- CRIADO BOADO, Felipe. Introduction: combining different dimensions of cultural space: is a total archaeology of landscape possible? CRIADO BOADO, F.; PARCERO, C. (ed.) **Landscape, archaeology, heritage**. Santiago de Compostela: Universty of Santiago de Compostela, 1997, p. 5-9
- CRUMLEY, Carol. L. Foreword. BALÉE, William (ed.) **Advances in Historical Ecology**, 1998, pp. ix-xiv
- CRUMLEY, Carol. L. Historical Ecology: a multidimensional ecological orientation. CRUMLEY, Carol. L. (ed.) **Historical Ecology: cultural knowledge and changing landscapes**. Santa Fe: School of American Research Press, 1994, pp. 1-15
- CUMMING, Graeme S. Spatial resilience: integrating landscape ecology, resilience, and sustainability. **Landscape Ecology**, , 2011
- CUNHA, Luiz Vital F. **Etnobotânica nordestina: um estudo em comunidade rural do município de Rio Formoso, Pernambuco, Brasil**. Dissertação (mestrado), UFPE, 2001
- DA MATTA, Roberto. **O que faz do Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1984
- DALAKOGLU, Dimitris; HARVEY, Penny (2012) Roads and anthropology: ethnographic perspectives on space, time and (im)mobility. **Mobilities**, 7 (4). pp. 459-465.
- DALGALARRONDO, Paulo. **Natureza e Cultura na Definição e Delimitação do Humano: Debates e disputas entre antropologia e biologia**. Tese (doutorado), IFCH/UNICAMP, 2013
- DALSÁRG, A. L. Sobre os “pés de chinelo” e a possibilidade de mudança. Política e trabalho. **Revista de Ciências Sociais**, n. 34, p. 255-264, 2011.
- DANTAS, Maria Isabel. Doce dádiva: a Festa do Chouriço. GODOI, Emilia P.; MENEZES, Marilda A.; MARIN, Rosa A. **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades**, v.1. São Paulo: Editora UNESP; B, 2009, p. 137-162
- DARVILL, Timothy. **The Concise Oxford Dictionary of Archaeology**. Oxford: Oxford University Press, 2009
- DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**, v. 1. Petrópolis: Vozes, 2007.
- DE CERTEAU, Michel; JAMESON, Frederic; LOVITT, Carl. On the oppositional practices of everyday life. **Social Text**, n. 3, 1980, p. 3-43
- DE DECCA, Edgard. Industrialização e mudanças na esfera pública. NODARI, E.; Pedro, J. M.; IOKOI, Zilda M. G. (org.) **História: Fronteiras**, 2. XX Simpósio Nacional da ANPUH, Florianópolis. São Paulo, Humanitas, 1999, p. 295-307
- DE DECCA, Edgard. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 1982
- DE LEON, Jason. **The Land of Open Graves. Living and Dying on the Migration Trail**. University of California Press, 2015
- DE'CARLI, C. **A família escrava no sertão Pernambucano (1850-1888)**. Dissertação (mestrado), UNB, 2007
- DEAGAN, Katheen. Avenues of Inquiry in Historical Archaeology. ORSER JR., C. (org.) **Images of recent past: readings in historical archaeology**. Sege:, 1996, p. 16-41.

- DEETZ, James. **In small thing forgotten: the archaeology of early American life**. New York: Anchor Press/Doubleday, 1996.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia**, vol I. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995
- DESCOLA, Philippe. **La selva cultura. Simbolismo y praxis en la ecología de los Achuar**. Abya-yala, 1996
- DESJEUX, Dominique. **O consumo: abordagens em ciências sociais**. Maceió: Edufal, 2011
- DI MARCO, Anna R. Pelos caminhos da terra. **Projeto**, n.65, 1984, p.47-59
- DIEGUES JR., Manuel. Características das populações nordestinas. **Boletim Geográfico**, ano VI, n. 70, 1949, pp. 1205-1207
- DIEGUES Jr., Miguel. **O Banguê nas alagoas**. Maceio: EDUFAL, 1980
- DIEGUES, Antônio C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Nupaub, 1994
- DIETLER, M.; HERBICH, I. *Tich Matek*: the technology of Luo pottery production and the definition of ceramic style. **World Archaeology**, 21, (1), 1989, p. 148-161
- DIETLER, Michael. The archaeology of colonization and the colonization of archaeology: theoretical challenges from an ancient Mediterranean colonial encounter. STEIN, G. J. (org.) **The Archaeology of Colonial Encounters. Comparative Perspectives**. Santa Fé, School of American Research Press, 2005, pp. 33-68
- DILEHAY, Tom. **Monuments, Empires, and Resistance: The Araucanian Polity and Ritual Narratives**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996
- DINIS, Nathalia M M. **Um sertão entre tantos outros: fazendas de gado nas Ribeiras do Norte**. Tese (doutorado), FAU/USP, 2013
- DONATO, M. **O mundo do plástico: o plástico na história, o plástico no mundo, o plástico no Brasil**. Goyana, São Paulo, 1972
- DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Brian. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004
- DRUMMOND, J. A. Patrimônios natural e cultural: endereços distintos nos espaços urbanos, rurais e selvagens. PAES-LUCHIARI, M. T. P.; BRUHNS, H. T.; SERRANO, C. (org.) **Patrimônio, natureza e cultura**. Campinas: Papius, 2007, pp. 103-116
- DUKE, H. **Official price guide to pottery and porcelain**. Nova York: House of Collectibles, 1995
- DUNNELL, Robert. **Classificação em arqueologia**. São Paulo: Edusp, 2006
- DUPAS, Gilberto. O mito do progresso. **Novos Estudos**, n. 77, 2007, p. 73-89
- DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1984
- EDGEWORTH, Matt. **Fluid pasts: archaeology of flow**. Bristol Classical Press, 2011
- ELIADE, Mircea. **Ferreiros e alquimistas**. Lisboa: Relógio d'água, 1974
- ELLEN, Roy.; HOLLY, H. Indigenous environmental knowledge. The history of Science, and the discourse of development. SANGA, G.; ORTALLI, G. (org.) **Nature knowledge**. New York: Berhahn, 2004, p. 297-300
- ELLIS, Linda. Ceramics. BALME, J. & PATERSON, A. (Ed). **Archaeology in Practice. A Student Guide to Archaeological Analyses**. Oxford, Blackwell Publishing. 2006, p. 235-258
- ELVIN, R. et al. **Discordance, mobility and agency: dilemmas for housing reform in Northern territory Aboriginal settlements**. DKCRC Report 76. Ninti One Limited, Alice Springs, 2010
- ERICKSON, Clark L. Agency, causeways, canals, and the landscape of everyday life in the Bolivian Amazon. SENAD, James E.; ERICKSON, Clark L.; DARLING, J. Andrew

- (ed.) **Landscapes of movement: trails, paths and roads in anthropological perspective**. University of Pennsylvania Press, 2011, p. 204-231
- ERICKSON, Clark L. Amazonia: the historical ecology of a domesticated landscape. SILVERMAN, H.; ISBELL, W. (ed.) **Handbook of southamerican archaeology**. Spring, 2008, pp. 157-179
- ESCOBAR, Arthur. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? LANDER, E. (org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Clacso, 2005, pp. 133-168
- ETCHEVARNE, Carlos. A ocupação humana do Nordeste brasileiro antes da colonização portuguesa. **Revista USP**, n. 44, p. 112-141, 1999-2000
- ETCHEVARNE, Carlos. Sobrevivência de técnicas ceramistas Tradicionais tradicionais no Recôncavo Baiano: um registro etnográfico. **Habitus**, IGPH- Goiânia, v. 1, p. 49-74, 2003
- FABIAN, Johannes. **Time and the Other: How Anthropology Makes Its Object**. New York: Columbia University Press, 1983
- FAGUNDES, Marcelo. Uma análise da paisagem em arqueologia - os lugares persistentes. **Canindé (MAX/UFS)**, v. 1, 2008, p. 01-11
- FAGUNDES, Marcelo; PIUZANA, D. Estudo teórico sobre o uso do conceito de paisagem em pesquisas arqueológicas. **Revista latinoamericana de ciências sociais**, v. 8, n. 1, p. 205-220, 2010
- FARIAS, Francisco Pereira. **Do coronelismo ao clientelismo: a transição política capitalista no Noroeste do Piauí (1982-1996)**. Unicamp (mestrado), 1999
- FERNANDES, Antônio T. Espaço social e suas representações. **IV Colóquio Ibérico de Geografia**, Porto, 14 a 17 de Setembro de 1992, p. 61-99
- FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio; BURSZTYN, Marcel. Das sesmarias à resistência ao cercamento: razões históricas dos Fundos de Pasto. **Caderno CRH**. 2010, vol.23, n.59, pp.385-400
- FERREIRA, L. M. *Quieta non movere*: arqueologia comunitária e patrimônio cultural.
- FUNARI, P. P. A.; CARVALHO, A. **Patrimônio cultural, diversidade e comunidades**. Campinas: Unicamp/Primeira Versão, p. 17-38, 2011
- FERREIRA, Leila C. A centralidade da interdisciplinaridade nos estudos sobre ambiente e sociedade. **Política e Sociedade**, v. 4, n. 7, p. 185-201, 2005.
- FERREIRA, Leila C. **Ideias para uma Sociologia da Questão Ambiental no Brasil**. São Paulo: AnnaBlume, 2006
- FERRY, Luc. **A inovação destruidora**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015
- FIORIN, José L. A pessoa desdobrada. **Alfa**, São Paulo, 39: 23-44, 1995
- FISCHER, Patrícia F. **Moleques do morro, moleques da praia**. 2012. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo.
- FISHER, Tom. A World of Colour and Bright Shining Surfaces: Experiences of Plastics after the Second World War. **Journal of Design History**, v. 26, issue 3, p. 285-303, 2013a
- FISHER, Tom. Plásticos: a cultura através das atitudes em relação aos materiais artificiais. BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin (Org.) **Cultura, consumo e identidade**. São Paulo: FGV, 2006.
- FISHER, Tom. The death and life of plastic surfaces: mobile phones. GABRYS, Jennifer; HAWKINS, Gay; MICHAEL, Mike (ed.) **Accumulation: The Material Politics of Plastic**, London: Routledge, 2013b
- FLORENTINO, Alissandra T. N.; ARAÚJO, Elcida L.; ALBUQUERQUE, Ulysses P. Contribuição de quintais agroflorestais na conservação de plantas da caatinga, município de Caruaru, Pernambuco, Brasil. **Acta botânica brasileira**, 21, 1, p. 37-47, 2007

- FOLKE, Carl. Resilience: The emergence of a perspective for social–ecological systems analyses. **Global Environmental Change**, v. 16, issue 3, p. 253-267, 2006
- FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo. Trajetória da política federal de preservação patrimonial**. Rio de Janeiro: Edufrj, 2009
- FOSTER, Gregory. Peasant society and the image of limited good. POTTER, et al. (Org.) **Peasant society – a reader**. Boston: Little Brown, 1967.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1999
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. 2003
- FROTA, Anésia B.; SCHIFFER, Sueli R. **Manual de conforto térmico: arquitetura, urbanismo**. São Paulo: StudioNobel, 2001.
- FULLER, D. Q.; QIN, L. Water management and labour in the origins and dispersal of Asian rice. **World Archaeology**, 2009
- FUNARI, Pedro P. A. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003
- FUNARI, Pedro P. A. Desaparecimento e emergência dos grupos subordinados na arqueologia brasileira. **Horizonte antropológico**, 2002, v. 8, n. 18, p.131-153
- FUNARI, Pedro P. A.; PELEGRINI, Sandra. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Zahar, 2009.
- GADOTTI, Moacir. **Um legado de esperança**. Cortez Editora, 2001
- GARCIA CANCLINI, Nestor. **Culturas Híbridas**. São Paulo: Edusp, 1998.
- GARIGLIO, M. A.; SAMPAIO, E. V. S. B.; CESTARO, L. A.; KOGUYAMA, P. Y. (org.) **Uso sustentável e conservação dos recursos florestais da caatinga**. Brasília: Serviço Florestal Brasileiro, 2010
- GASCO, J. Spanish colonialism and processes of social change in Mesoamerica. STEIN, G. J. (org.) **The Archaeology of Colonial Encounters. Comparative Perspectives**. Santa Fé: School of American Research Press, 2005, pp. 69-108.
- GASPAR, Maria Dulce. Os próximos passos... aperfeiçoar a prospecção arqueológica e abrir a caixa do passado. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, p. 41-55, 2011
- GASPAR, Maria Dulce.; HEILBORN, M. L.; ESCORCIO, E. A sociedade sambaqueira vista através de sexo e gênero. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 21, p. 17-30, 2011.
- GEZON, Lisa L. **Global Visions, Local Landscapes: A Political Ecology of Conservation, Conflict, and control in northern Madagascar**. Altamira Press, 2006
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Rio de Janeiro: Calouste Gulbenkian, 2001.
- GILCHRIST, Roberta. Archaeological Biographies: Realizing Human Lifecycles, -courses and histories. **World Archaeology**, 31 (3), 2000, p. 325-328
- GILL, D. W. J. Positivism, pots and long distance trade. MORRIS, Ian (Ed). **Classical Greece. Ancient Histories and Modern Archaeologies. New Directions in Archaeology**. Cambridge, Cambridge University Press, 1994, pp.99-107
- GIULIETTI, A. M. et. al. Diagnóstico da vegetação nativa do bioma Caatinga. SILVA, J. M. C.; TABARELLI, M.; FONSECA, M. T.; LINS, L.V. (org.). **Biodiversidade da Caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; UFPE, 2003, p. 47-90
- GLEASON, Kathryn L. To bound and to cultivate: an introduction to the archaeology of gardens and fields. MILLER, Naomi F.; GLEASON, Kathryn L. (ed.) **The Archaeology of Garden and Field**. Pennsylvania: University Pennsylvania Press, 1994, p. 1-24

- GNECCO, Cristóbal. Caminos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la racionalidad. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, 4(1). Belém: 15-26, 2009
- GODOI, Emília P. Mobilidades, encantamentos e pertença: o mundo ainda está rogando, porque ainda não acabou. **Revista de Antropologia**, v. 57, n. 2, São Paulo, USP, 2014, p. 144-168.
- GODOI, Emília P. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas: Unicamp, 1999
- GODOI, Emília P. Reciprocidade e circulação de crianças entre camponeses do sertão. GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (Org.) **Diversidade do campesinato: expressões e categoriais**, v. 2. São Paulo: Unesp, 2009, p. 289-302.
- GOMES, Ramonildes; BARBOSA, Aracele G. A ecologia política da algaroba: uma análise das relações de poder e mudança ambiental no Cariri Ocidental - PB. **Anais da 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia**, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil, 2008
- Gomes, Silva, Barros, 2010
- GÓMEZ ROMERO, F. & BOGAZZI, M. Mensajes dentro de la botella: análisis de los materiales vítreos del sitio "Fortín Miñana"(1860-1869). **II Jornadas Regionales de Historia y Arqueología del Siglo XIX**, 2001, www.piat.com.ar/trajor12.htm
- GONÇALVES JR., O. Entre bois e cabras: uma visão histórica sobre mentalidades e valores nos sertões. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 47, p. 49-68, 2011
- GONÇALVES, Gerlândio S. Estudo da Ecofisiologia de Sementes de *Prosopis juliflora* (Sw) D.C.: influência dos Bovinos e eqüídeos como vetores de dispersão. **XV Encontro de Iniciação Científica**, 2007
- GONZALEZ-RUIBAL, A. Hacia outra arqueologia: diez propuestas. **Complutum**, v. 23, n. 2, p. 103-116, 2012
- GONZALEZ-RUIBAL, A. The past is tomorrow. Towards and Archaeology of the vanishing past. **Norwegian Archaeological Review**, v. 39, n. 2, 2006, p. 110-125
- GONZALEZ-RUIBAL, Alfredo et al. Arqueología del fascismo en Etiopía (1936-1941). **EBRE 38**, 2010, pp. 233-254
- GONZALEZ-RUIBAL, Alfredo. Houses of resistance: time and materiality among the Mao of Ethiopia. HAHN, Hans P.; WEIS, Hadas. **Mobility, Meaning and Transformations of Things**. Oxford: Oxford Books, 2013c, p. 15-36
- GONZALEZ-RUIBAL, Alfredo. Absent bodies: The fate of the vanquished in the Spanish Civil War. CORNISH, P.; SAUNDERS, N. J. (eds.) **Bodies in Conflict: Corporeality, Materiality, and Transformation**. London: Routledge, 2013a
- GONZALEZ-RUIBAL, Alfredo. Archaeology of the contemporary past. SMITH, C. (Ed.). **Encyclopaedia of Global Archaeology**. Springer, New York, 2014, pp. 1683-1694.
- GONZALEZ-RUIBAL, Alfredo. Arqueología de la Guerra Civil Española. **Complutum**, v. 19, n. 2, 2008, p. 11-20
- GONZALEZ-RUIBAL, Alfredo. Arqueología Simétrica: Un giro teórico sin revolución paradigmática. **Complutum**, 2007, Vol. 18: 283-319
- GONZALEZ-RUIBAL, Alfredo. Reclaiming Archaeology. GONZALEZ-RUIBAL, Alfredo (ed.) **Reclaiming archaeology: beyond the tropes of modernity**. Londres: Routledge, 2013b, p.
- GONZALEZ-RUIBAL, Alfredo. The need for a decaying past. An archaeology of oblivion in contemporary Galicia (NW Spain). **Home Cultures**, v. 2, n. 2, p. 129-152, 2005
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo; HERNANDO, Almudena; COELHO, Elizabeth B. Domestic space and cultural transformation among the Awá of eastern Amazonia.
- HARDY, Karen. (org.) **Archaeological Invisibility and Forgotten Knowledge**.

- Conference Proceedings, Łódź, Poland, 5th–7th September 2007. Oxford: Archaeopress, 2010, p. 154-171
- GORGATTI NETTO, Agide. Considerações sobre a algaroba (*Prosopis juliflora* (Sw.) D.C.) / Consideration on the production of algaroba (*Prosopis juliflora* (Sw.) D.C.). **Colet. Inst. Tecnol. Alimentos**, 17(1):1-27, 1987.
- GORMAN, A. The cultural landscape of interplanetary space. **Journal of Social Archaeology**, vol. 5, no. 1, p. 85-107, 2005
- GORNI, A. A. **Introdução aos plásticos**. 2004. Disponível em www.gorni.eng.br. Acessado em 05 06 2009.
- GOSDEN, Chris; KIRSANOW, K. Timescales. LOCK, G; MOLYNEAUX, B. (ed.) **The Archaeology of Scale**. New York: Springer, 2006, pp 27-37.
- GOSDEN, Cris. **Archaeology and colonialism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004
- GOULD, Richard A.; SCHIFFER, Michael B. (eds.) **Modern material culture**. The archaeology of us. New York. 1981.
- GRAVE-BROWN, Peter. Touching from a Distance: alienation, abjection, estrangement and Archaeology. **Norwegian Archaeological Review**, v. 44, n. 2, 2011.
- GRAVE-BROWN, Peter; SCHOFIELD, John. The filth and the fury: 6 Denmark Street (London) and the Sex Pistols. **Antiquity**, v. 85, p.1385–1401, 2011.
- GUNDERSON, Lance H. Ecological resilience: in theory and application. **Annual Review of Ecology and Systematics**, v. 31, p. 425-439, 2000
- GURGEL, J. J. S. **Pesca em açudes construídos no Brasil, principalmente na região do semiárido**. Caatinga, 7, p. 190-206, 1990
- HABER, A. Arqueologia, Fronteira, Indisciplina. **Habitus**, v. 9, n. 1, 2009
- HAGEMEIER, Harold L. **Barbed Wire: Identification Encyclopedia**. Kearney: Morris Publishing, 2001.
- HALL, Martin; SILLIMAN, Stephen W. Introduction: archaeology of the modern world. HALL, Martin; SILLIMAN, Stephen W. (ed.) **Historical Archaeology**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006, p. 1-22
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011
- HANAZAKI, Natália. Etnobotânica. BEGOSSI, Alpina. (Org.). **Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: HUCITEC, 2004, v. , p. 37-57
- HANAZAKI, Natalia; SOUZA, Vinícius C.; RODRIGUES, Ricardo R. Ethnobotany of rural people from the boundaries of Carlos Botelho State Park, São Paulo State, Brazil. **Acta botanica brasileira**, 20,4, p. 899-909, 2002
- HARRISON, Rodney. Surface assemblages. Toward an archaeology in and of the present. **Archaeological dialogues**, v. 18, n. 2, p. 141-161, 2011
- HARRISON, Rodney; SCHOFIELD, John. Archaeo-ethnography, auto-archaeology: Introducing archaeologies of the contemporary past. **Archaeologies**, v. 5, n. 2, p. 185-209, 2009.
- HARROWFIELD, David L. Archaeology on Ice: a Review of Historical Archaeology in Antarctica. **New Zealand Journal of Archaeology**, 2005, Vol. 26 (2004), pp. 5–28
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013
- HASSAN, F. A. Population, Ecology and Civilization in Ancient Egypt. CRUMLEY, C. (ed.) **Historical Ecology**. Santa Fe: New Mexico, 1994
- HATTORI, Márcia Lika. **Arqueologia em áreas de conflitos: cemitérios, obras de desenvolvimento e comunidades**. Dissertação (mestrado), MAE/USP, 2015

- HECKENBERGER, Michael. Forma do espaço, língua do corpo e história xinguana. In: FRANCHETTO, B. (Org.) **Alto Xingu: uma sociedade multilíngue**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2011, p. 235-278.
- HENRY, S. L. Factors influencing consumer behavior in turn-of-the-century Phoenix, Arizona. ORSER JR, Charles (org.) **Images of recent past: readings in historical archaeology**. Sege, 1996, p. 235-259
- HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media**. Pantheon, 2002
- HIGGINBOTHAM, E. Excavation techniques in Historical Archaeology. **Australasian Historical Archaeology**, 3, 1985, pp. 8-14
- HISCOCK, P.; WALLIS. Pleistocene Settlement of Deserts from an Australian Perspective. VETH, P.; SMITH, M.; HISCOCK, P. (org.) **Desert Peoples: Archaeological Perspectives**. Wiley-Blackwell, 2005, pp. 34-57
- HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2002
- HODDER, Ian. "Always momentarily, fluid, flexible." Towards a reflexive excavation methodology. **Antiquity**, 71, 1997, p. 691-700
- HODDER, Ian. **Çatalhöyük. The Leopard's Tale. Revealing the Mysteries of Turkey's Ancient "Town"**. Londres: Thames & Hudson, 2006.
- HODDER, Ian. Converging traditions: the search for symbolic meanings in archaeology and geography. WAGSTAFF, J. M. (ed). **Landscape of culture: geographical and archaeological perspective**. New York: Basil Blackwell, 1987, p. 134-145
- HODOS, Tamar. Globalization and colonization: a view from Iron Age Sicily. **Journal of Mediterranean Archaeology**, v. 23, n. 1, 2010, p.
- HOEBEL, E. Adamson; FROST, Everett. **Antropologia cultural e social**. Rio de Janeiro: Cultrix, 1976
- HOLLING, Crawford S. Resilience and stability of ecological systems. **Annual Review of Ecology and Systematics**, v. 4, p. 1-23, 1973
- HOLTORF, Cornelius. **From Stonehenge to Las Vegas**. Walnut Creek, CA: AltaMira Press, 2005
- HUME, Ivo N. **A Guide to the Artifacts of Colonial America**. Knopf, 1970
- HUMPHREY, Caroline; SNEATH, David Andrews. **The End of nomadism? Society, state, and the environment in inner Asia**. 1999
- IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1958
- ILLICH, Ivan. **A convivencialidade**. Europa-América, São Paulo, 1975
- INGOLD, T. Being Alive, 2011**
- INGOLD, Tim. **The Appropriation of Nature: Essays on Human Ecology and Social Relations**. Iowa city: University of Iowa Press, 1987
- INGOLD, Tim. **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. London: Routledge, 2000
- INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizonte antropológico**, v.18, n.37, 2012, pp. 25-44
- INGOLD, Tim. Two reflections on Ecological Knowledge. SANGA, G.; ORTALLI, G. (org.) **Nature knowledge**. New York: Berhahn, 2004, p. 301-311
- JACKSON, Peter. Local consumption cultures in a globalizing world. **Transactions of the Institute of British Geographers**, n. 29, p. 165-178, 2004

- JACOBUS, André L. Louças e cerâmicas no sul do Brasil no século XVIII: o registro de Viamão como estudo de caso. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, UNISC, v. 20, n. 23, 1996: 7-58
- JANSSEN, M. A. Population aggregation in ancient arid environments. **Ecology and Society** 15(2): 19, 2010
- JAYAPALAN, N. **Rural sociology**. Delhi: Nice Printing Press, 2002
- JENKINS, Clinton N.; PRIMM, Stuart L. Definindo Prioridades de Conservação em um *Hotspot* de Biodiversidade Global. ROCHA, C. F .D.; BEGALLO, H. G.; VAN SLUYS, M.; ALVES, M. A. S. (ed.). **Biologia da Conservação: Essências**. São Carlos: RiMa Editora, 2006.
- JENSEN, Anne. Mobility, Space and Power: On the Multiplicities of Seeing Mobility. **Mobilities**, v. 6, n. 2, 2011, 2013, p. 255-271
- JOHNSON, Mathew. Historical, archaeology, capitalism. LEONE, Mark; POTTER JR., Parker B. (ed.) **Historical archaeologies of capitalism**. New York: Plenum Press, 1999, pp. 219-232
- JOHNSON, Matthew. The tide reversed: prospects and potentials for postcolonial archaeology of Europe. HALL, Martin; SILLIMAN, Stephen W. (ed.) **Historical Archaeology**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006, p. 313-330
- JORGE, Janis. **Tietê, o rio que a cidade perdeu**. São Paulo: Alameda, 2006
- JOYCE, Rosemary (org.). **The languages of archaeology: dialogue, narrative and writing**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2002
- JUCA NETO, Clovis Ramiro. Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense: algumas notas. **Anais do Museu Paulista**, 2012, vol.20, n.1, pp.133-163.
- JUDT, Tony. **Reflexões sobre um século esquecido: 1901-2000**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010
- KAMP, K. A. Where have all children gone? The Archaeology of Childhood. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v. 8, n. 1, p. 1-34, 2001.
- KANASHIRO, Victor U. **Esboços de uma sociologia do conhecimento da questão ambiental: concepções de sustentabilidade e produção acadêmica brasileira: uma análise da base Scielo**. Dissertação (mestrado), IFCH/UNICAMP, Campinas, 2010
- KELLY, Robert L. Mobility/Sedentism: concepts, archaeological measures and effects. **Annual Review of Anthropological**, v. 21, 1992, pp. 43-66
- KELLY, Robert L.; THOMAS, David H. **Archaeology**. Cengage Learning, 2013
- KGOSIKOMA, O., MOJEREMANE, W.; HARVIE, B. A. Pastoralists' perception and ecological knowledge on savanna ecosystem dynamics in semi-arid Botswana. **Ecology and Society** 17(4): 27, 2012
- KIMBER, Clarissa T. Gardens and dwelling: people in vernacular gardens. **The Geographical review**, v. 94, n. 3, 2004, p. 263-283
- KIRCHNER, H.; NAVARRO, C. Objetivos, métodos y prácticas de la Arqueología hidráulica. **Arqueología y territorio medieval**, n. 1, 1994, p. 159-182
- KNAPPETT, Carl Materiality in Archaeological theory. SMITH, Claire. **Encyclopedia of Global Archaeology**, 2014, 4700-4708
- KOJAN, D.; ANGELO, D. Dominant narratives, social violence and the practice of Bolivian archaeology. **Journal of Social Archaeology**, 5, (3): 383-408, 2005
- KOPYTOFF, Igor. A biografia cultura das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, A. (Org.) **A vida material das coisas**. Niterói: EDUFF, 2008, p.
- KORMONDY, E. J.; BROWN, D. E. **Ecologia Humana**. São Paulo: Atheneu, 2002
- KOSTRO, Mark. Excavating sites unseen. The example of earthfast buildings in Colonial Chesapeake. ARCHER, Steven N.; BARTOY, Kevin M. (ed.) **Bewteen dirt and**

- discussion: method, methodology, and interpretation in Historical Archaeology.** Londres: Routledge, 2006, p. 183-199
- LA MOTTA, Vincent M.; SCHIFFER, Michael. Formation processes of house floor assemblages. ALLISON, Penelope M. (org.) **The Archaeology of Household Activities.** London/NY, Routledge, pp. 19-27, 1999.
- LA PASTINA FILHO, José. Eram as telhas feitas na coxas das escravas? **Arqueologia**, Curitiba, v. 10, p. 17-21, 2006
- LA SALVIA, Francisco; BROCHADO, José P. **Cerâmica Guarani.** Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989
- LAMB, Lisa N. **Historical Archaeology of the Indian Key (8MO15) Warehouse: An Analysis of Nineteenth-Century Ceramics.** Tese (doutorado), University of South Florida, 2003
- LANE, N. A. **My Darling Angel: Death, Race, and Childhood during the Victorian Era.** Tese (doutorado), Department of Anthropology, University of Florida, 2013
- LASHLEY, Conrad. Para um entendimento teórico. LASHLEY, Conrad; MORRISON, Alison (org). **Em busca da hospitalidade. Perspectivas para um mundo globalizado.** Barueri, SP: Manole, 2004, pp.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos.** Editora 34, 1994
- LAWRENCE, Susan; DAVIES, Peter. **An Archaeology of Australia Since 1788.** Springer: New York, 2011
- LAYTANO, Dante de. **Fazenda de criação de gado: síntese de sua história econômica e sociológica numa das fronteiras do Rio Grande do Sul do século XVIII e a respectiva evolução até o 2º Império.** Rio Grande do Sul: Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, 1950
- LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: UNICAMP, 1990
- LEAL, I. R., M. TABARELLI, e J. M. C. SILVA. 2003. **Ecologia e conservação da Caatinga.** Editora Universitária, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil
- LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. 1975
- LEFF, Enrique. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. **Educação e Realidade**, 34 (3), 17-24, 2009
- LEGAT, Alice. **Walking the dead, feeding the fire.** Arizona: University of Arizona Press, 2012
- LEMONNIER, Pierre (ed.). **Technological choices: transformation in material cultures since the Neolithic.** London: Routledge, 1993
- LEMOS, André. Cultura da mobilidade. **Comunicação e cultura**, v. 1, n. 40, 2009, p. 28-35
- LEMOS, Carlos A. C. **A República Ensina a Morar (melhor).** São Paulo: Hucitec, 1993
- LEMOS, Carlos A. C. **Cozinhas, etc.** São Paulo: Perspectiva, 1978
- LEONE, Mark. A Historical Archaeology of Capitalism. **American Anthropologist**, v. 97, n. 2, p. 251-268, 1995.
- LEONE, Mark. Interpreting ideology in historical archaeology: using the rules of perspective in William Paca Garden in Annapolis, Maryland. MILLER, Daniel; TILLEY, Christopher. (eds.) **Ideology, Power and Prehistory.** Cambridge, Cambridge University Press, pp. 25-35, 1984
- LEONE, Mark. The New Mormon Temple in Washington, D. C. **Historical Archaeology and the Importance of Material Things**, v. 2, 1977, p. 43-61.
- LESLIE, Paul; McCABE, J. Terrence. Response Diversity and Resilience in Social-Ecological Systems. **Current Anthropology** Vol. 54, No. 2: 114-143

- LEUTERITZ, T. E. J.; H. R. EKBIA. Not all roads lead to resilience: a complex systems approach to the comparative analysis of tortoises in arid ecosystems. **Ecology and Society** 13(1): 1, 2008
- Levi-Strauss, 1952
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **The way of the masks**. Seattle: University of Washington Press, 1982.
- LILLEHAMMER, G. Archaeology of children. **Complutum**, v. 2, n. 2, p. 15-45, 2010.
- LIMA FILHO, J. M. P.; SILVA, C. M. M S. Aspectos fisiológicos do umbuzeiro. **Pesquisa Agropecuária Brasileira** v.10, n.23, p.1091-1094, 1988
- LIMA, N. T. **Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional**. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999
- LIMA, T. A.; SILVA, R. C. P. O conceito de sítio arqueológico histórico e suas implicações legais. **Revista do CEPA**, v. 26, n. 35/36, p. 11-33, 2002
- LIMA, Tania A. Arqueologia Histórica: algumas considerações teóricas. **III Reunião Científica da Sociedade Brasileira de Arqueologia**, 1985. Datilog
- LIMA, Tania A. Chá e simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista. **Anais do museu paulista, história e cultura material** (Nova Série). São Paulo, 5, 1997, p. 93-129.
- LIMA, Tania A. El huevo de la serpiente: una Arqueología del Capitalismo embrionario en el Rio de Janeiro del siglo XIX. ZARANKIN, A.; ACUTO, F. (ed.) **Sed Non Satiata: Teoría Social en la Arqueología Latinoamericana Contemporánea**. Buenos Aires: Tiradente, 1999, p. 189-238.
- LIMA, Tânia A. Escravos urbanos no Rio de Janeiro: Questões de Visibilidade, Proporcionalidade e Representatividade no Registro Arqueológico. **Resumo SAB Sudeste**, 2014
- LIMA, Tânia A. et al. A tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia do Rio de Janeiro. **Dédalo**, 1, 1989, p. 205-30
- LIMA, Tania A. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. **Manguinhos – Histórica, Ciência, Saúde**, 2 (3), 1995/1996, p. 44-94.
- LIMA, Tania A. Los zapateros descalzos: Arqueología de una humillación en Río de Janeiro (Siglo XIX). ACUTO, Felix; ZARANKIN, Andrés. **Sed non Satiata II: acercamientos sociales en la arqueología latinoamericana**. Buenos Aires: Encuentro Grupo Editor, pp.33-55, 2008
- LIMA, Tania A. O papel da Arqueologia Histórica no mundo globalizado. ZARANKIN, Andres; SENATORE, Maria X. (org.) **Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul: cultura material, discursos e práticas**. Buenos Aires: Del Tiradente, 2002, p. 117-127.
- LIMA, Tania A. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. **Anais do museu paulista, história e cultura material** (Nova Série), São Paulo, 3, 1995, p. 129-191.
- LIMA, Tania A. The dark side of toys in nineteenth-century Rio de Janeiro, Brazil. **Historical Archaeology**, v. 46, n. 3, p. 63-78, 2012.
- LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011
- LIPPI, Lúcia. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 5, 1998, p. 195-215
- LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e povos tradicionais No Brasil: Por Uma Antropologia Da Territorialidade**. Textos antropológicos, n. 22, Brasília, 2002

- LOPES, Wilza G. R.; INO, Akemi. **Aspectos construtivos da taipa de mão. Técnicas mixtas de construcción con tierra**. Salvador: Proterra, Cyted, p. 14-36, 2003
- LOUREIRO, José Mauro M. Entre “natureza morta” e cultura viva: os museus de história natural. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 159-172, 2007
- LUCAS, Gavin. **Critical approaches to fieldwork: contemporary and historical archaeological practice**. Londres: Routledge, 2001
- LUCAS, Gavin. Modern Disturbances: On the Ambiguities of Archaeology. **Modernism/modernity**, v. 11, n. 1, pp. 109–120, 2004
- LUCENA, R.F.P.; NASCIMENTO, V.T.; ARAÚJO, E.L.; ALBUQUERQUE, U.P. Local uses of native plants in an area of caatinga vegetation (Pernambuco, NE Brazil). **Ethnobotany Research and Applications** 6: 3-13, 2008.
- LUCERO, L. J.; FASH, B. W. Precolumbian water management: ideology, ritual, and power. LUCERO, L.; FASH, B. W. (org.) **Precolumbian water management: ideology, ritual and power**. Tucson: University of Arizona Press, p. 4-13, 2006
- LUIK, H. Could broken bones combs have had new lives? **Estonian Journal of Archaeology**, n. 12, v. 2, p. 152-162, 2008.
- LUYTEN, Josph M. **O que é literatura de cordel**. São Paulo: Brasiliense, 2007
- MACHADO, Cristina M. **As táticas de guerra dos cangaceiros**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1978
- MACHADO, Juliana S. **Lugares de gente: mulheres, plantas e redes de troca no delta amazônico**. Tese (doutorado), Museu Nacional, UFRJ, 2013
- MACIEL, Maria E. Uma cozinha à brasileira. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 33, 2004, p. 25-39.
- MAJEWSKI, Teresita; O'BRIEN, Michael. The use and misuse of nineteenth-century English and American ceramics in archaeological analysis. **Advances in Archaeological Method and Theory**, 11, 1987, p. 97-209.
- MAJEWSKI, Teresita; SCHIFFER, Michael. **Beyond consumption: toward and archaeology of consumerism**. BUCHLI, V.; LUCAS, G. (eds.) Archaeologies of the contemporary past. Londres: Routledge, 2001
- MALUF, Ued. **Cultura e mosaico: introdução à teoria das estranhezas**. Rio de Janeiro: Booklink, 2002
- MANDERSCHIED, A. Decline and re-emergence of nomadism: tibetan pastoralists revive a nomadi way of life and production. **Geojournal**, n. 53, p. 173-182, 2001
- MARCELIN, Louis Herns. A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano. **Mana**, v. 5, n. 2, p. 31-60, 1999
- MARCINIAK, Arkadiusz. Setting a new agenda: Ian Hodder and his contribution to archaeological theory. **Archaeologia Polona**, v. 35-36, 1997-1998, p. 409-426
- MARQUES, M. I. M. Campesinato sertanejo e sua relação com a terra ao longo do tempo em Ribeira – PB. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, USP, 2005
- MARQUES, Marta. Campesinato e luta pela terra no Brasil. BERTONCELLO, R.; CARLOS, A. F. (orgs.), **Procesos territoriales em Argentina y Brasil**. Buenos Aires, 2003, p.183-199.
- MARSON, M. D.; BELANGA, T. P. C. **Indústria mineira e paulista na década de 1930: concentração com integração**, 2006. Disponível em www.cedeplar.ufmg.br, acessado em 18/09/2007
- MARTINELLI, M. **Antônio Callado, um sermonário à brasileira**. São Paulo: Annablume, FAI, 2006
- MARTINS, Mônica D. **Açúcar no sertão**. São Paulo: Annablume, 2008
- MARTINS, Viviane Santi. **Lugar de morada**. Mestrado (dissertação), UFRGS, 2009

- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas (1925). **Sociologia e antropologia**. São Paulo: CosacNaify, 2003, pp. 183-314
- McCABE, J. Terrence. **Cattle bring us to our enemies: turkana ecology, politics, and raiding in a disequilibrium system**. University of Michigan Press, 2004
- McGOWAN, Angela. Archaeology from the Ice: Excavation Methods in a Frozen Hut. **Australian Journal of Historical Archaeology**, Vol. 5 (1987), pp. 49-53
- MCMANAMON, Francis P. Discovering Sites Unseen. **Advances in Archaeological Method and Theory**, v. 7, p. 223–292, 1984.
- MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhos inventários do Seridó**. Natal: s/e, 1983
- MEDEIROS, G. A. **Sandálias de borracha: uma proposta de trabalho temática para o conteúdo de polímeros**. TCC (graduação), UNB, Brasília, 2011.
- MEDRADO, Joana. **Terra de Vaqueiros: Relações de Trabalho e Cultura Política no Sertão Da Bahia, 1880-1900**. Campinas: Unicamp, 2012
- MEGA, Orestes J.; LOPES, Melina F. Ideologicamente estimulado, socialmente programado, politicamente estabelecido: ensaio sobre a questão do desequilíbrio socioambiental do século XXI através da arqueologia do Lixo. **Anais da I Semana de Arqueologia Unicamp**, 2013, p. 1-14
- MEGGERS, Betty. Environmental limitation on the development of culture. **American Anthropologist**, v. 56, 1954, pp. 801-824.
- MÉLO, Dângelly L. F. M. **Potencial biotecnológico do Umu: perspectivas para o semiárido**. Dissertação (mestrado), UFS, 2005
- MENDES, Benedito V. A ferra do gado no sertão nordestino. **Revista da Academia Brasileira de Letras**, ano CXVI, n. 72, 2011 p. 126-132
- MENESES, Ulpiano B. **O objeto material como documento**. Texto reprodução da aula ministrada no curso “Patrimônio cultural: políticas e perspectivas” organizado pelo IAB/CONDEPHAAT, 1980. Datilog.
- MENESES, Ulpiano B. Premissas para a formulação de políticas públicas em arqueologia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 3, 2007, pp. 37-57.
- MENEZES, Marilda A. Migrações: uma experiência histórica do campesinato do Nordeste. GODOI, Emília P.; MENEZES, Marilda A.; MARIN, Rosa A. (org.) **Diversidade do campesinato: expressões e categoriais**, v. II. São Paulo: Unesp, 2009, p. 269-287
- MENEZES, R. R.; FERREIRA, H. S.; NEVES, G. A.; FERREIRA, H. C. Caracterização de argilas plásticas do tipo “ball clay” do litoral paraibano. **Cerâmica**, n. 49, 2003, p. 120-127
- MESKELL, Lynn (org.) **Archaeologies of Materiality**. Oxford: Blackwell, 2005
- MILLER, D. Coca-Cola: a black sweet drink from Trinidad. BUCHILI, V. (ed.) **The material culture reader**. Berg, Oxford: 245-263, 2002
- MILLER, D. Patrick. O que a sombra sabe: uma entrevista com John A. Sanford. ZWEIG, Connie; ABRAMS, Jeremiah (org.) **A encontro da sombra**. São Paulo: Cultrix, 1991, p. 42-49
- MILLER, Daniel. Coca-Cola: a black sweet drink from Trinidad. BUCHLI, Victor. (ed.) **The material culture reader**. Berg: Oxford, 2002, p. 245-263.
- MILLER, Daniel. Consumo como cultura material. **Horizontes Antropológicos**, 13 (28): 33-63, 2007
- MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material**. São Paulo: Zahar, 2005
- MILLER, George L. Classification and economic scaling of 19th century ceramics. **Historical Archaeology**, 14: 1-14, 1980

- MILLER, George L. Telling time for archaeologists. **Northeast Historical Archeology**, v. 29, issue 1, 2000, p. 1-22
- MILLER, George L. A revised set of CC Index values for classification and economic scaling of English ceramics from 1787 to 1880. **Historical Archaeology**, 25: 1-25, 1991
- MILLER, George L. Marketing ceramics in North America: an introduction. **Wintherthur Portfolio**, 19 (1): 1-5, 1984
- MILLER, George L.; HUNTER, Robert R. English shell-edged earthenware: alias leeds ware, alias feather edge. The consumer revolution in 18th century English pottery. **Thirty-fifth Annual Wedgwood International Seminar**, May 2, 3, 4 and 5, 1990, p. 107-136
- MILLER, W. A. Finding the shadow in daily life. ZWIEG, C.; ABRAMS, J. (Eds.), **Meeting the shadow: The hidden power of the dark side of human nature** (pp. 38-44). Los Angeles: Jeremy P. Tarcher, Inc, 1991
- MILLION, Tara. Developing an Aboriginal archaeology: receiving gifts from the White Buffalo Calf Woman. SMITH, Claire; WOBST, Martin (org.). **Indigenous Archaeologies: decolonising theory and practice**. New York: Routledge, 2005
- MILLION, Tara. Developing an Aboriginal Archaeology: Receiving Gifts from the White Buffalo Calf Woman. SMITH, C.; WOBST, Hans M. (eds.). **Indigenous Archaeologies: Decolonizing Theory and Practice**. Routledge 43-55 (2005)
- MINTZ, Sidney W. House and yards among Caribbean Peasantries. MINTZ, Sidney W. **Caribbean Transformations**. Baltimore: The Johns Hopkins University, 1984, p. 225-250
- MINTZ, Sidney. Comida e antropologia: uma breve revisão. RBCS, v. 16, n. 47, 2001.
- MOL, Arthur P. J. Globalization and environment: between apocalypse-blindness and ecological modernization. SPAARGAREN, G.; MOL, A. P. J.; BUTTEL, F. H. (Org.) **Environment and global modernity**. Londres: Sage, 2000, p. 121-149.
- MONKS, Gregory G. On rejecting the concept of socio-economic status in historical archaeology. FUNARI, P. P. A.; HALL, M.; JONES, S. (org.) **Historical Archaeology: back from the edge**. Londres, Routledge: 204-216, 1999.
- MORAES, Camila A. **Arqueologia Tupi no nordeste de São Paulo**. 2007. Dissertação (mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MORALES, Walter F. A cerâmica “neo-brasileira” nas terras paulistas: um estudo sobre as possibilidades de identificação cultural através dos vestígios materiais na vila de Jundiá do século XVIII. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, 2001, 11: 165-187.
- MORAN, Emílio F. **Adaptabilidade Humana**. São Paulo: Edusp, 1994.
- MOTA, Carlos G.; LOPEZ, Adriana. **História e civilização: o Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Ática, 1995
- MOURA, Carolina L.; ANDRADE, Laise H. C. Etnobotânica em quintais urbanos nordestinos: um estudo no bairro da Muribeca, Jaboatão dos Guararapes - PE. **Revista Brasileira de Biociências**, v. 5, supl. 1, p. 219-221, 2007
- MROZOWSKI, Stephen A. Prospects and perspectives on an Archaeology of Household. **Man in the Northeast**, 24, 1984, p. 31-49
- MULLINS, Paul R.; YLIMAUNU, Timo. **Globalizing Poverty The Materiality of Colonial Inequality and Marginalization**. CIPOLLI, Craig; HAYES, Katherine H. (ed.) **Rethinking Colonialism: Comparative Archaeological Approaches**. Florida: University Press of Florida, 2015
- MULLINS, Paul. The archaeology of consumption. **Annual Review of Anthropology**, v. 40, pp. 133-144, 2011
- MURARI, Luciana. Pelo rumo do ermo: caipiras, sertanejos e retirantes em marcha pelo Brasil. **Projeto História**, São Paulo, n. 27, p. 85-106, 2003

- MURARI, Luciane. Pelo rumo do ermo: caipiras, sertanejos e retirantes em marcha pelo Brasil. **Projeto História**, v. 27, 2003, p. 85-106
- MURRIETA, Rui. Dialética do sabor: alimentação, ecologia e vida cotidiana em comunidades ribeirinhas da Ilha de Ituqui, Baixo Amazonas, Pará. **Revista de Antropologia**, 2001, v. 44, n. 2, p. 40-88
- NETTING, Richard McC.; WILK, Richard R.; ARNOULD, Eric J. Introduction. NETTING, Richard McC.; WILK, Richard R.; ARNOULD, Eric J. (ed.) **Households: comparative studies and historical studies of the domestic group**. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1984, p. xii-xxxviii
- NEUMANN, Mariana. Por uma arqueologia simétrica. **Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio**, p. 82-95
- NEVES, Eduardo G. Amazônia ano 1000. **National Geographic Brasil**, edição, 2010, p.
- NEVES, Erivaldo F. Sertão recôndito, polissêmico e controvertido. KURY, Lorelai B, (org.) **Sertões adentro: viagens nas caatingas, séculos XVI a XIX**. Rio de Janeiro: Andrea Jacobson, 2012, p. 14-57
- NEVES, Walter. Teorias de determinismo ecológico na Amazônia: um caso de marginalidade da comunidade científica nacional. **Revista do Museu Paraense Emílio Goeldi**, p. 59-79, 1989
- NICHOLAS, L. M.; FEINMAN, G. M. A regional perspective on Hohokam irrigation in the Lower salt river valley, Arizona. UPHAM, S.; LIGHTFOOT, K. G.; JEWETT, R. A. (org.) **The sociopolitical structure of prehistoric southwestern societies**. Boulder, San Francisco, London: Westview Press, p. 199-242, 1989.
- NOGUEIRA, Verena S. **Sair pelo mundo. A conformação de uma territorialidade camponesa**. Tese (Doutorado), IFCH, 2010
- NOGUEIRA, Verena S. Trabalho assalariado e campesinato: uma etnografia com famílias camponesas. **Horizontes Antropológicos**, v. 39, n. 39, 2013
- NUNES, A.; CARVALHO, M. R. Questões metodológicas e epistemológicas suscitadas pela Antropologia da Infância. **31º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, p. 1-26, 2007.
- OLIVEIRA, Alexandra Maria de. Camponeses tecendo saberes no sertão: o uso comum das terras soltas. **Litoral e Sertão**, 2006
- OLIVEIRA, Ana S. N.; BUCO, Cristina; IGNÁCIO, Elaine. No rastro da maniçoba: trilha interpretativa da Fazenda Jurubeba. **FUNDHAMENTOS VIII**, 2013, p. 124-132
- OLIVEIRA, Bernardete A. C. Terra, trabalho e crenças: identidade e territorialidade camponesa. NEVES, Delma Peçanha. (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. 1ªed.São Paulo/Brasília: UNESP/NEAD, 2009, v. vol.II, p. 193-208.
- OLIVEIRA, José C. L. **Ecologia e arqueologia da paisagem: um estudo dos sítios pré-coloniais da zona da mata mineira**. Dissertação (mestrado), UFJF, 2007
- OLIVEIRA, Lúcia L. A invenção do nordeste e do nordestino. **Anais XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2007, UFPE, Recife, PE.
- OLIVEIRA, Márcia L. F. **Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização, São Paulo, 1850-1900**. São Paulo: Alameda, 2008.
- OLIVER, José. Oliver, J. The archaeology of agriculture in ancient Amazonia. SILVERMAN, H.; ISBELL, W. H. (Ed). **Handbook of South American Archaeology**. New York, Springer, 2008, pp 185-216
- OLSEN, Bjørnar; PÉTURSDÓTTIR, Þóra (ed.) **Ruin Memories: Materialities, Aesthetics and the Archaeology of the Recent Past**. Londres: Routledge, 2014

- OLSEN, Brian. Material culture after text: Re-membering things. **Norwegian Archaeological Review**, v. 36, n. 2, p. 87-104, 2003
- ORSER JR, Charles. **A Historical Archaeology of the Modern World**. Nova York: Plenum, 1996.
- ORSER JR., Charles E. Taking the pulse of emerging modernity. **International Journal of Historical Archaeology**, v. 4, n. 3, 2000, pp. 275-280
- ORTON, Clive. **Sampling in Archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000
- PAIVA, Melquíades P. **Ecologia do cangaço**. Interciência, 2004
- PATRICK-ENSINA, Geraldine; BASTIDA-MUÑOZ, Mindahi C El resguardo colectivo del patrimonio bio-cultural como garantía de la resiliencia de los sistemas socio-ecológicos de los pueblos en el Estado de México. **Ra Ximhai**, v. 6, n. 3, p. 373-378, 2010
- PAULINO, Eliane T. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: UNESP, 2012
- PAWŁOWSKA, Kamilla. The smells of Neolithic Çatalhöyük, Turkey: Time and space of human activity. **Journal of Anthropological Archaeology** 36 (2014) 1–11
- PEARSON, M. P.; RICHARDS, C. Architecture and order: Spatial representation and archaeology. PEARSON, M. P.; RICHARDS, C. (org.). **Architecture and Order: approaches to Social Space**. New York: Routledge, pp. 38-72, , 1994.
- PEREIRA JR, Lécio R.; ANDRADE, Alberício P.; ARAÚJO, Kalliana D.; BARBOSA, Alex S.; BARBOSA, Francisca M. Espécies da Caatinga como Alternativa para o Desenvolvimento de Novos Fitofármacos. **Floresta e Ambiente**, 21(4), 2014, p. 509-520
- PEREIRA, Carlos J. C. **A cerâmica popular da Bahia**. Salvador: UNEB, 1957
- PERICÁS, Luíz B. **Os Cangaceiros: ensaio de interpretação histórica**. São Paulo: Boitempo, 2010
- PESSOA, Ângelo. **As ruínas da tradição: 'A Casa da Torre' de Garcia D' Ávila - família e propriedade no nordeste colonial**. Tese (doutorado) – FFLCH/USP, São Paulo, 2003
- PIERSON, Donald. **O Homem no Vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972
- PILEGGI, Aristides. **A cerâmica no Brasil e no Mundo**. São Paulo: Martins Fontes, 1958
- PIMENTEL, Sidney Valadares. **O chão é o limite. A festado do peão de boiadeiro e a domesticação do sertão**. Goiânia: UFG, 1997
- PINENT, L. S. **O chinelo que mudou de classe: a trajetória da Havaianas em perspectiva antropológica**. TCC (Graduação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013
- PIRES, Flávia. Crescendo em catingueira: criança, família e organização social no semiárido nordestino. **Mana**, v. 18, n. 3, p. 539-561, 2012.
- PIRES, Flávia. O que as crianças podem fazer pela Antropologia? **Horizontes Antropológicos**, ano 16, n. 34, p. 137-157, 2010.
- PIRES, Flávia. Pesquisando crianças e infância: abordagens teóricas para o estudo das (e com as) crianças. **Cadernos de campo**, n. 17, p. 133-151, 2008.
- PLOG, Stephen. Archaeology Exploring the Ubiquitous through the Unusual: Color Symbolism in Pueblo Black-on-White Pottery. **American Antiquity**, Vol. 68, No. 4 (Oct., 2003), pp. 665-695
- POLITIS, Gustavo. Arqueología de la infancia: una perspectiva etnoarqueológica. **Trabajos de Prehistoria**, v 55, n. 2, p. 5-19, 1998.
- POLITIS, Gustavo. **Nukak: ethnoarchaeology of an Amazonian People**. California: Left Coast Press, 1996

- POOLEY, C. G.; TURNBULL, J.; ADAMS, M. **A mobile century? changes in everyday mobility in Britain in the twentieth century.** Ashgate: Aldershot, 2005
- POOLEY, C. G.; TURNBULL, J.; ADAMS, M. **A mobile century? Changes in everyday mobility in Britain in the twentieth century.** Cornwall: MPG, 2005
- POSEY, Darrel A. Alternatives to forest destruction: lessons from the Mebengokre. **The Ecologist**, 19(6), 1989, p. 241-244.
- POSEY, Darrel A. Etnoentomologia de tribos indígenas da Amazônia. RIBEIRA, Berta (ed.). **Suma Etnológica Brasileira.** Petrópolis: Vozes, 1986, p.251-271
- POSEY, Darrel A. **The consciousness of conservation: ethnobiology an the study od indigenous enviornmental management.** Paper presented at the Mini-conferece on Historical Ecology, Tulane Univeristy, 1994, pp. 1-14
- PRADO, D. E. As caatingas da América do Sul. In: LEAL, I. R.; TABARELLI, M.; SILVA, J. M. C. (Org.) **Ecologia e conservação da caatinga.** Recife: UFPE, 2003, pp. 3-74.
- PRANGNELL, J; QUIRK, K. Children in Paradise: growing up on the Australian Goldfields. **Historical Archaeology**, v. 43 , n. 3, p. 38-49, 2009.
- PROUS, André. A pintura em cerâmica tupiguarani. **Ciência Hoje**, v. 36, n. 213, p. 22-28, 2005.
- PURSER, M. Ex occident lux? An archaeology of later capitalism in the nineteenth-century west. LEONE, Mark; POTTER Jr., P. B. (org.) **Historical Archaeologies of Capitalism.** Nova York: Plenum, 1999, p. 115-141.
- PYE, Elizabeth. **The power of touch: handling objects in museum and heritage contexts.** Walnut Creek: Left Coast Press, 2007
- QUEIROZ, Luiz A. P. As mudanças culturais observadas pelas ceramistas de Passagem de Pedra no Cariri cearense. Anais **III Seminário de Estudos Culturais, Identidades e relações interétnicas**, 2013
- QUEIROZ, Renato S. **Caipiras negros do vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica.** São Paulo: Edusp, 2004
- RATHJE, William L. The archaeology of us. CIEGELSKI, C.(ed.) **Encyclopaedia Britannica's Yearbook of Science and the Future.** New York: Encyclopaedia Britannica, pp. 158-177, 1996
- RATHJE, William L., LAMOTTA, Vincent; LONGRACE, William. Into the Black Hole: Archaeology and beyond. CUNLIFE, B.; DAVIES, W.; RENFREW, Colin (ed.) **Archaeology: The Widening Debate.** Londres: British Academy, 2001, p. 497-539
- RATHJE, William; GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. **Garbage as ruins. The archaeology of globalization.** Paper read at the plenary session, 01-12-06, SHA 3th Annual Meeting, Sacramento, 2006
- REDCLIFT, M. Reavaliando o consumo: uma crítica a premissas da gestão ambiental. HERCULANO, S.; PORTO, M. F. S.; FREITAS, C. M. (Org.) **Qualidade de vida e riscos ambientais.** Niterói: Eduff, 2000, p. 111-124.
- REDFIELD, R. Peasantry: part-societies. REDFIELD, R. **The Little Community, Peasant Society and Culture.** Chicago: University of Chicago Press, 1960.
- REDMAN, Charles L.; WATSON, P. J. Systematic, intensive surface collection. **American Antiquity**, v. 35, n. 3, 1970, pp. 279-291
- REDMAN, Charles. Surface collection, sampling, and research design: a retrospective. **American Antiquity**, v. 52, n. 2, pp. 249-265, p. 1987
- REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania.** São Paulo: Editora UNESP, 2013

- REICHERT, J.M.; SUZUKI, L.E.A.S. & REINERT, D.J. Compactação do solo em sistemas agropecuários e florestais: Identificação, efeitos, limites críticos e mitigação. CERETTA, C.A.; SILVA, L.S. & REICHERT, J. M. (eds) **Tópicos em ciência do solo**. Viçosa, MG, Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2007.v.5.p.49-134.
- RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Arqueología: teoría, métodos y prácticas**. Madrid: Akal, 1998.
- RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014 – Impressa em Fevereiro de 2015
- RIBASKI, J.; DRUMOND, M. A.; OLIVEIRA, V. R.; NASCIMENTO, C. E. S. Algaroba (*Prosopis juliflora*): Árvore de Uso Múltiplo para a Região Semiárida Brasileira. **Comunicado Técnico** 240, 2009
- RIBEIRO, Darcy. Sobre o óbvio. RIBEIRO, Darcy. **Ensaio Insólitos**. LPM, Porto Alegre, 1979.
- RIBEIRO, M. S. Por uma biografia das coisas: a vida social da marca Havaianas e a invenção da brasilidade. **Etnográfica**, 17 (2), p. 341-368, 2013
- RICE, Prudence M. **Pottery Analysis: A Sourcebook**. Chicago: University Chicago Press, 1987.
- RICHARDSON, Mary; GAJEWSKI, Byron. Archaeological Sampling Strategies. **Journal of Statistics Education**, v. 11, n., 2003
- RICKARD, Jonathan. **Mocha and related dipped wares, 1770-1939**. Londres: UNPEF, 2006)
- RICOUER, Paul. **Do texto à ação. Ensaio de hermenêutica II**. Trad. de Alcino Cartaxo e Maria José Sarabando. Porto Alegre: Rés, 1989
- ROBRHAN-GONZALEZ, Erika. **A ocupação ceramista pré-colonial do Brasil Central: origens e desenvolvimento**. São Paulo – USP. Tese (Doutorado em História), 1989.
- ROCHA E SILVA, Eduardo Olavo da; MALUF, José ; CORREA, Renato de R.. Doença de Chagas: atividades de vigilância entomológica numa área do Estado de São Paulo, Brasil. **Revista de Saúde Pública**, 1970, v. .4, n. 2, pp. 129-145
- ROCKMAN, M; STEELE, J; (2003) **The colonization of unfamiliar landscapes: The archaeology of adaptation**.
- ROCKSTRÖM, Johan et al. A safe operating space for humanity. **Nature**, 461, 2009, p. 472-475.
- RODRIGUES, Fabíola F. G.; NASCIMENTO, Eidla M. M.; FURTADO, Camila A. N.; COSTA, José G. M. Análises físico-químicas de espécies de spondias oriundas do Cariri cearense. **Cadernos de cultura e ciência**, v. 1, n. 1, 2010
- ROOSEVELT, A. Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia. **Museu Paraense Emílio Goeldi**, Coleção Emile Snethlage, 1991, p. 103-141
- ROSA, André H.; FRACETO, Leonardo F.; MOSCHINI-CARLOS, Viviane (org.) **Meio Ambiente e Sustentabilidade**. Porto Alegre: Bookman, 2012
- ROSS, Jurandir L. S. (org). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2005.
- RYE, O. S. **Pottery function: principles and reconstruction**. Washington, 1981
- S034** □ O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência
- SÁ, Antônio F. A. Memória do cangaço no sertão do São Francisco. **Textos de História**, v. 17, n. 1, 2009, pp. 133-142
- SACKS, Oliver. **Um antropólogo em Marte**. São Paulo: Cia das Letras, 1995
- SAHLINS, Marshal. **Sociedades tribais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970
- SAHLINS, Marshal. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

- SAHLINS, Marshal. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I). **Mana**, v. 3, n. 1, p. 41-73, 1997.
- SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003
- SAID, Edward. **Orientalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2007
- SALAMA, Pierre; DESTREMAU, Blandine. **O tamanho da pobreza**. Garamond: Rio de Janeiro, 1999
- SAMFORD, Patricia. Response to a market: dating English underglaze transfer-printed wares. **Historical Archaeology**, 31 (2): 1-30, 1997.
- SAMPAIO, Teodoro. **O Rio de S. Francisco: trechos de um diário de viagem e a Chapada Diamantina**. Salvador: EGBA, 1998.
- SANSOLO, D. G. Turismo e patrimônio natural no uso do território. PAES-LUCHIARI, M. T.; BRUHNS, H. T.; SERRANO, C. (org.) **Patrimônio, natureza e cultura**. Campinas: Papirus, 2007, pp. 47-78, 2007
- SANT'ANNA, Denise B. **Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)**. São Paulo: Senac, 2007
- SANTANA, José C. B. de. Os sertões, grande sertão. KURY, Lorelai B. **Sertões adentro: viagens nas caatingas século s XVI a XIX**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2012, p. 8-13
- SANTOS-GRANERO, Fernando. Writing history into the landscape: space, myth and ritual in contemporary Amazonia. **American Ethnologist**, 25(2), 1998, p.128-148
- SAUER, Carl O. Geografia cultural. **Espaço e cultura**, n. 3, 1997, p. 1-7
- SAUTCHUK, Miguel. **A poética do improviso: prática e habilidade no repente nordestino**. Tese (doutorado), UNB, Brasília, 2009
- SCARBOROUGH, V. L. Water management adaptations in nonindustrial complex societies: an archaeological perspective. **Archaeological Method and Theory**, v. 3, 1991, p. 101-154, 1991.
- SCHAAN, Denise. et. al. Geoglifos da Amazônia ocidental: evidência de complexidade social entre povos da terra firme. **Revista de Arqueologia**, 20, p. 67-82, 2007
- SCHAAN, Denise. The nonagricultural chiefdoms of Marajo Island. SILVERMAN, H.; ISBELL, W. (ed.) **Handbook of South American Archaeology**. Springer, 2008, pp. 339-357
- SCHAAN, Denise; SILVA, W. F. V. O povo das águas e sua expansão territorial: uma abordagem regional de sociedades pré-coloniais na ilha de Marajó. **Revista de Arqueologia**, v. 17, p. 13-32, 2004
- SCHAKEL, Paul A.; LITTLE, Barbara J. Post-processual approaches to meanings and uses of material culture in historical archaeology. **Historical Archaeology**, v.. 26 (3)1992. pp. 5-11.
- SCHÁVELZON, Daniel. **Catalogo de cerámicas históricas del Río de la Plata, Buenos Aires. Siglos XVI-XX**. Buenos Aires, 2001. CD-ROM.
- SCHÁVELZON, Daniel; FRAZZI, Patricia; CARMINATI, Mónica; CAMINO, Ulises. Borrachos en la Patagonia: clasificando envases de gres y sus problemas. RAMOS, Mariano; HERNÁNDEZ DE LARA, Odlanyer (ed.) **Arqueología Histórica en América Latina**. Perspectivas desde Argentina y Cuba. Lujan: Universidad Nacional de Luján, 2011, p. 87-98
- SCHECHNER, Richard. **Antropologia e Performance de Richard Schechner**. Ligiéro, Zeca (org.). São Paulo: Hucitec, 2012
- SCHIFFER, Michael (ed.) **Behavioral Archaeology: First Principles**. University of Utah Press, Salt Lake City, 1995

- SCHIFFER, Michael B. Archaeological context and systemic context. **American Antiquity**, v. 37, n. 2, p. 156-165, 1972.
- SCHIFFER, Michael B. **Formation Processes of the Archaeological Record**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1987
- SCHIFFER, Michael. Afterlives. GRAVE-BROWN, Paul; HARRISON, Rodney; PICCINI, Angela. (org.) **The Oxford Handbook of the Archaeology of the Contemporary World**. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 247-260
- SCHIFFER, Michael; HOLLENBACK, K.L.; SKIBO, J.; WALKER, W.H. **Behavioral Archaeology. Principles and Practice**. London/Oakville, Equinox Handbooks in Anthropological Archaeology. 2010
- SCHOFIELD, John. **Aftermath: readings in the Archaeology of Recent Conflict**. Springer, 2009
- SCHOFIELD, John. Archaeology and contemporary society: introduction. **World Archaeology**, 2010, 42, 3, p. 325-327
- SCHOFIELD, John. **Combat Archaeology**. London: Routledge, 2005
- SCHOFIELD, John; KIDDEY, R. Embrace the Margins: Adventures in Archaeology and Homelessness. **Public Archaeology**, v. 10, n. 1, 2011, pp. 4-22.
- SCHOFIELD, John; KLAUSMEIER, Axel; PURBRICK, Louise. Reflexivity and record: re-mapping conflict archaeology. SCHOFIELD, John; KLAUSMEIER, Axel; PURBRICK, Louise (ed.). **Re-mapping the Field: New Approaches in Conflict Archaeology**. WestkreuzVerlag, 2006, p. 5-8.
- SCHWARZ, Alf. Lógica do desenvolvimento do Estado e lógica camponesa. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 2(1): 75-114, 1.sem. 1990.
- SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, v. 21, n. 1, 2002
- SCOTT, James. **Seeing like a state: how certain schemes to improve the human condition have failed**. Michigan: Yale University Press, 1998
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Sombras e luzes: reprodução técnica, os rastros efêmeros do desaparecimento e o “puro traço” na obra de Regina Silveira. **O eixo e a roda**, v. 20, n. 2, 2011, p. 131-156
- SEMEDO, Rui J. C. G.; BARBOSA, Reinaldo I. Árvores frutíferas nos quintais urbanos de Boa Vista, Roraima, Amazônia Brasileira. **Acta Amazonica**, v. 37, n. 4, 2007, p. 497-504
- SENA, Custódia S.; SUÁREZ, Mireya (org.) **Sentidos do sertão**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2011
- SHACKEL, Paul. **Personal Discipline and Material Culture: An Archaeology of Annapolis, Maryland, 1695-1870**. Knoxville, Tennessee: University of Tennessee Press, 1993
- SHANIN, Theodore. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Estudos Cebrap**, n. 26, 1980.
- SHANKS, Michael. The life of an artifact. **Fennoscandia Archaeologica**, n. 15, p. 15-42, 1998
- SHANKS, Michael; PLATT, David; RATHJE, William L. The perfume of garbage: modernity and the archaeological. **Modernism/modernity**, v. 11, 2004, p. 61-83
- SHANKS, Michael; TILLEY, Christopher. **Re-constructing Archaeology: Theory and Practice**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1987
- SHARER, Robert J.; ASHMORE, Wendy. **Fundamentals of archaeology**. Menlo Park, California: Benjamin/Cummings, 1979.
- SIGAUD, Lygia. Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana. **Mana**, v. 10, n. 1, p. 131-163, 2004.

- SIGAUD, Lygia. As condições de possibilidade das ocupações de terra. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 17, n.1, p. 255-280
- SILVA JR.; Roberto D. **A sustentabilidade como híbrido: um olhar para artigos científicos em ecologia, economia, sociologia e antropologia**. Tese (doutorado), IFCH/UNICAMP, Campinas, 2013
- SILVA, Fabíola Andréa. Mito e arqueologia: a interpretação dos Asurini do Xingu sobre os vestígios arqueológicos encontrados no parque indígena Kuatinemu - Pará. **Horizonte antropológico**, 2002, vol.8, n.18, pp.175-187
- SILVA, H. C.; SOUZA, F. A. C.; SILVA, N. S; HOTZA, D. Otimização de fórmulas de massas cerâmicas de faiança. **Cerâmica Industrial**, 14 (1): 27-32, 2009
- SILVA, R. M. A. Entre dois paradigmas: combate a seca e convivência com o semiárido. **Sociedade e Estado**, v. 18, n. ½, p. 361-385, 2003.
- SILVEIRA, Maria L. Escala geográfica: da ação ao império? **Terra Livre**, ano 20, v. 2, n. 23, 2004, p. 87-96
- SIMÕES, A. J. Doença de chagas no estado do Paraná, Brasil: esboço epidemiológico. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**, v. 39, n. 3, p. 279-290, 1943
- SKIBO, James. **Pottery function. A use-alteration perspective**. Nova York: Plenum Press, 1992.
- SMITH, Angèle. Landscape of clearance: archaeological and anthropological perspectives.
- SMITH, Angèle; GAZIN-SCHWARTZ, A. (ed.) **Landscapes of clearance**. Left Coast Press: Walnut Creek, 2008, p. 13-24
- SMITH, Clarice; WOBST, H. M. Decolonizing archaeology theory and practice.
- SMITH, Clarice; WOBST, H. M. (ed.) **Indigenous archaeologies. Decolonizing theory and practice**. Londres e Nova York, Routledge: 3-16, 2005
- SMITH, M. et al. Global Deserts in Perspective. In: VETH, P.; SMITH, M.; HISCOCK, P. (Org.) **Desert Peoples: Archaeological Perspectives**. Wiley-Blackwell, 2005, p. 1-14.
- SNEAD, James E. Trails of Tradition: Movement, Place, and Meaning. In SNEAD, James E.; ERICKSON, Clark L.; DARLING, Andrew (ed.). **Landscapes of Movement: Paths, Trails, and Roads in Anthropological Perspective**. Philadelphia: University of Pennsylvania Museum Press, pp. 42-60.
- SNEDDON, Andrew. Rose-coloured glasses: the Mountain Street Site, Sydney and its limitations in the search for vanished slum communities. **Australasian Archaeology**, n. 63, p. 1-8, 2006.
- SOARES, J. E. Cultura material e identidade étnica na arqueologia brasileira: um estudo por ocasião sobre a tradicionalidade da ocupação Kaiowá da terra indígena Sucuru'y. **Revista de Arqueologia**, n. 19, p. 29-49, 2006.
- SOUSA, Ana C. Arqueologia da paisagem e a potencialidade interpretativa dos espaços sociais. **Habitus**, v. 3, n. 2, p. 291-300, 2005
- SOUSA, Ana C. **Fábrica de Pólvora e Vila Inhomirim: aspectos de dominação e resistência na paisagem e em espaços domésticos (século XIX)**. Dissertação (mestrado), FFLCH/USP, São Paulo, 1998.
- SOUTH, Stanley. **Evolution and horizon as revealed in ceramic analysis in historical archaeology**. Institute of Archaeology and Anthropology, University of South Carolina, 1971
- SOUTH, Stanley. Historic Site Content, Structure, and Function. **American Antiquity**, v. 44, n. 2, 1979, p. 213-237
- SOUTH, Stanley. Method and theory in Historical Archaeology. **Historical Archaeology of Latin America**, 2, 1994, p. 79-84.

- SOUTH, Stanley. **Method and theory in historical archaeology**. New York: Academic Press, 1977
- SOUZA BARROS, G. **Cercas sertanejas: traços ecológicos do sertão pernambucano**. Recife: Secretaria de Educação, Departamento de Cultura, 1964
- SOUZA, Francisco X. Spondias agroindustriais e os seus métodos de propagação (frutas tropicais: cajá, ciriguela, cajarana, umbu, umbu-cajá e umbuguela). **Documentos**, EMBRAPA-CNPAT, 1998
- SOUZA, Francisco X.; ARAÚJO, Carlos A. T. Avaliação dos métodos de propagação de algumas Spondias agroindustriais. 1999
- SOUZA, Marcos A. T. Esencializando las cerámicas: culturas nacionales y prácticas arqueológicas en América. ACUTO, Félix; ZARANKIN, A. (ed.) **Sed non Satiata II: acercamientos sociales en la arqueología latinoamericana**. Buenos Aires: Encuentro Grupo Editor, 2008; p. 143-157
- SOUZA, Marcos A. T. Por uma arqueologia da criatividade estratégias e significações da cultura material utilizada pelos escravos no Brasil. AGOSTINI, Camilla (Org.) **Objetos da escravidão**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013, p. 11-36.
- SOUZA, Rafael A. Da cerâmica ao plástico: arqueologia histórica das populações pescadoras do litoral norte da Bahia ao longo do século XX. **Clio Arqueológica**, v. 27, n. 1, 2012.
- SOUZA, Rafael A. **Louça branca para a Pauliceia**. Dissertação (mestrado), MAE/USP, 2010
- SOUZA, Rafael A.; LOPES, Marcel. Cerâmicas de produção local/regional no contexto colonial espanhol de Santiago de Xerez, século XVII. **Revista Outras Fronteira**, v. 1, n. 2, 2014, p. 183-213
- SOUZA-ARAÚJO, H. C. A doença de Chagas no Paraná. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**, v. 52, n. 2, p. 477-485, 1954
- SPAARGAREN, Gert. Ecological modernization theory and the changing discourse on environment and modernity. SPAARGAREN, G.; MOL, A. P. J.; BUTTEL, F. H. (Org.) **Environment and global modernity**. Londres: Sage, 2000, p. 41-71.
- SPINACÉ, M. A. S.; DE PAOLI, M. A. A tecnologia da reciclagem de polímeros. **Química Nova**, v. 28, n. 1, p. 65-72, 2005.
- STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava Gente – A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: editora Perseu Abramo, 2005.
- STELLE, L. J. **An archaeological guide to historic artifacts of the Upper Sangamon Basin, Central Illinois, USA**. Center for Social Research, Parkland College, Illinois, Chicago, 2001. Disponível em <http://virtual.parkland.edu/lstelle1/len/archguide/documents/arcguide.htm>, acessado em 05/08/2006
- STOTTMAN, M. Jay. Out of Sight, Out of Mind: Privy Architecture and the Perception of Sanitation. **Historical Archaeology**, v. 34, n. 1, 2000, p. 39-61
- SUSSMAN, Lyn. Changes in Pearlware Dinnerware, 1780-1830. **Historical Archaeology**, 11: 105-111, 1977
- SYMANSKI, Luis Cláudio P. **Espaço privado e vida material em Porto Alegre**. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.
- SYMANSKI, Luis Cláudio P. Exposição e Isolamento: Práticas de Descarte de Refugo e Mudanças de Visão de Mundo em um Ambiente Rural - o Sítio Fazenda Camurugi (BA). **Revista de Divulgação Científica**, Goiânia, 4, 2001, p. 113-138.
- SYMANSKI, Luis Cláudio P. Práticas econômicas e sociais no sertão cearense no século XIX: um olhar sobre a cultura material de grupos domésticos sertanejos. **Revista de Arqueologia**, 21, n.2: 73-96, 2008

- TABARELLI, M.; VICENTE, A. Conhecimento sobre plantas lenhosas da caatinga: lacunas geográficas e ecológicas. J.M.C. Silva, M. Tabarelli, M.T. Fonseca & L.V. Lins (orgs.). **Biodiversidade da Caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação**. pp. 101-111. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004
- TASSINARI, A. Múltiplas infâncias: o que as crianças indígena podem ensinar para quem já foi à escola ou A Sociedade contra a Escola. **33º Encontro Anual da ANPOCS**, 2009.
- TAUSSIG, Michel. **O Diabo e o Fetichismo da Mercadoria na América do Sul**. São Paulo: Unesp, 2010.
- TAVARES JR., Frederico A.; IRVING, Marta A. Do Ser Humano ao “Ter Humano”. Os Camagurus na sociedade de Consumo Pós-Moderna. **Anais XII Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2005
- TERRIEN, Monika. Contextos de reflexión sobre las cerâmicas arqueológicas de períodos históricos. **Arqueologia Historica**, n. 4, 2006.
- TERRIEN, Monika; JARAMILLO PACHECO, L.; SALAMANCA, M. F. Política cultural en la significación de la casa: contextos de reflexión sobre las cerâmicas arqueológicas. **Revista de Arqueologia Americana**, n. 22, 2003
- THIESEN, B. Sítio arqueológico histórico: porque retomar a discussão. **Revista do CEPA**, v. 26, n. 35/36, p. 27-31, 2002
- THOMPSON, Edward P. **Costume em comum: estudo sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- TOCCHETTO, Fernanda B. **Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista**. Porto Alegre: Oikos, 2010
- TOCCHETTO, Fernanda B.; SYMANSKI, Luis C. P.; OZÓRIO, Sérgio R.; OLIVEIRA, Alberto T. D.; CAPPELLETI, Ângela M. **A faiança fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade**. Porto Alegre, Secretaria Municipal de Cultura: 135-160.
- TOLEDO, V. M. et. al. The multiple use of tropical forestes by indigenous people in Mexico: a case study of adaptative management. **Conservation Ecology**, 7(3), 2003, pp.
- TOMMASINO, K. Território e territorialidade Kaingang – Resistência cultural e historicidade do grupo Jê. In: MOTA, L. T.; NOELLI, F. S.; TOMMASINO, K. (orgs) **Uri e Waxi – Estudos Interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: Eduel, 2000. p.191-226.
- TRAVASSOS, Lidiany. **Uma História Não Contada: O Campo De Concentração Para Flagelados De 1915 Em Fortaleza–Ceará** , 2011
- TROTTA, Juliana et al. Análise do conhecimento e uso popular de plantas de quintais urbanos no Estado de São Paulo, Brasil. **REA**, v. 14, n. 3, p. 17-34, 2012
- TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Ed. Difel, 1980.
- TURNER, Victor W. (1955), The spatial separation of generations in Ndembu Village structure. **Africa: Journal of the International African Institute**, XXV (2): 121-137.
- VALENCIO, N. M. **Pescadores do Rio São Francisco: a produção social da inexistência**. São Carlos: RiMA Editora, 2007
- VAN DER LEEUW, Sander. Giving the potter a choice. LEMONNIER, Pierre (ed.). **Technological choices: transformation in material cultures since the Neolithic**. Londres: Routledge, 1993, p. 238-288.
- VAN DER VEEN, Marijke. The materiality of plants: plant–people entanglements. **World Archaeology**, 46:5, 799-812, 2014
- VAN HOLTHE, J. M. O. Quintais urbanos de Salvador: realidades, usos e vivências no século XIX. **Cadernos 2**, 2003, p. 61-74
- VAN LIERE, W. J. Traditional water management in the lower Mekong Basin. **World Archaeology**, 1980

- VAN SUSTEREN, Emma C. **Going glocal: toward a new social movement theory**. Tese (doutorado), Wesleyan University, Connecticut, 2010
- VANDEPUT, L. **The concept. PATHWAYS OF COMMUNICATION Roads and Routes in Anatolia from Prehistory to Seljuk Times Conference | Ankara, 20-22 March 2014, P. 4**
- VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre: Medianiz, 2012
- VELHO, Otávio. Mistura ou diferença: qual esperança na globalização e na crise? **Ciência Hoje**, n. 166, p. 1-11, 2000.
- VETH, P.; SMITH, M.; HISCOCK, P. (Org.) **Desert Peoples: Archaeological Perspectives**. Wiley-Blackwell, 2005
- VIALOU, D. Territoires et cultures préhistoriques: fonction identitaire de l'art rupestre. KERN, A. A. (org). **Sociedades ibero-americanas: reflexões e pesquisas recentes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 381-396, 2000.
- VIERTLER, R. B. V. **Ecologia Cultural: uma antropologia da mudança**. São Paulo: Brasiliense, 1988
- VILLA, M. A. **Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Ática, 2001
- VINCENT, Joan. A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes. FELDMAN-BIANCO, B. (org.) **A Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987, p. 375-402
- VINHAES, Márcio C.; DIAS, João C. P. Doença de chagas no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 16, sup. 2, p. 7-12, 2000
- VOGL, C. R.; VOGL-LUKASSER, Brigitte; PURI, Rajindra K. Tools and methods for data collection in Ethnobotanical studies of homegardens. **Field Methods**, v. 16, n. 3, p. 285-306, 2004
- VOSS, Barbara L. Matter out of time: the paradox of the "Contemporary Past". **Archaeologies**, p. 181-192, 2010.
- VOSS, Barbara L.; ALLEN, Rebecca. Guide to ceramic MNV calculation qualitative and quantitative analysis. **Technical briefs in historical archaeology**, 5, 2010, p. 1-9
- WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System**, v. III. San Diego: Academic Press, 1989
- WATANABE S., AYTA W.E.F., HAMAGUCHI H., GUIDON N., LA SALVIA E.S., MARANCA S. & BAFFAO. Some evidence of a date of first humans to arrive in Brazil. **Journal of Archaeological Science**.30 (3): 351-354, 2003
- WENDRICH, W.; BARNARD, H. The archaeology of mobility: definitions and research approaches. WENDRICH, W.; BARNARD, H. (ed.) **The Archaeology of Mobility. Old World and New World Nomadism**. Los Angeles: University of California Press, 2008
- WENDRICH, Willeke; BARNARD, Hans. The archaeology of mobility: definitions and research approaches. WENDRICH, BARNARD, Hans.; WENDRICH, Willeke (eds.) **The Archaeology of Mobility: old world and new world nomadism**. Los Angeles: Cotsen Institute of Archaeology Publications, 2008, p. 1-21
- WHALLON, R. Unconstrained clustering for the analysis of spatial distribution in archaeology. HIETALA, H. J.; LARSON, P. A. (org.) **Intra-site spatial analysis in archaeology**. Cambridge University Press, 1984, pp. 242-
- WHEELER, Kathleen L. Theoretical and methodological considerations for excavating privies. **Historical Archaeological**, 34 (1): 3-19, 2000a
- WHEELER, Kathleen L. View from the Outhouse: What We Can Learn from the Excavation of Privies. **Historical Archaeology**, v. 34, n. 1, 2000b

- WHITE, Carolyn L. **American Artifacts of Personal Adornment, 1680–1820: A Guide to Identification and Interpretation**. Maryland: AltaMira Press, 2005
- WHITE, Carolyn L. Single shoes and individual lives: the Mill Creek shoe project.
- WHITE, Carolyn L. (ed.) **The Materiality of Individuality: Archaeological Studies of Individual Lives**. Londres: Routledge, 2009, p. 141-159
- WHITE, Carolyn L.; BEAUDRY, Mary C. Artifacts and personal identity. MAJEWSKI, Teresita.; GAIMSTER, D. (ed.) **International Handbook of Historical Archaeology**. Springer, 2009, p. 209- 225
- WHITE, Hayden. Teoria literária e escrita da história. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 7, (13): 21-48, 1991
- WHITLEY, J. Protoatic pottery: a contextual approach. MORRIS, Ian (ed.) **Classical Greece. Ancient Histories and Modern Archaeologies**. New Directions in Archaeology. Cambridge, Cambridge University Pres, 1994, pp. 51-70.
- WICHERS, Camila A. M. **Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (Des)Caminhos da Prática Brasileira**. Tese (doutorado), Lisboa, Universidade Lusófona de Portugal, 2010
- WILK, Richard R.; NETTING, Richard McC. Households: changing forms and functions. NETTING, Richard McC.; WILK, Richard R.; ARNOULD, Eric J. (ed.) **Households: comparative studies and historical studies of the domestic group**. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1984, p. 1-28
- WILK, Richard. Consumer goods as dialog about development: colonial time and television time in Belize. FRIEDMAN, J. (org.) **Consumption and Identity**. Singapore, Harwood Academic Publishers: 98-118, 1994
- WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989
- WINKLERPRINS, Antoinette; OLIVEIRA, Perpetuo S. S. Urban agriculture in Santarém, Pará, Brazil: diversity and circulation of cultivated plants in urban homegardens. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 5, n. 3, p. 571-585, 2010
- WITMORE, Christopher. L. Symmetrical Archaeology: Excerpts of a Manifesto. **World Archaeology**, Vol. 39, No. 4, 2007, pp.546-562
- WITTFOGEL, K. A. **Oriental despotism: A comparative study of total power**. New Haven: Yale University Press, 1957
- WOLF, Eric. **Antropologia e poder**. Campinas: Unicamp, 2003
- WOLF, Eric. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970
- WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes no Nordeste**. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UNB, 1995
- WOORTMANN, Ellen F. O saber camponês: práticas ecológicas e inovações. GODOI, Emília P.; MENEZES, Marilda A.; ACEVEDO, Rosa (org.) **História Social do Campesinato Brasileiro**. São Paulo: UNESP, 2009, v. II, p. 119-130
- WOORTMANN, Ellen F. O Sítio Camponês. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, v. 81, p. 164-203, 1983.
- WOORTMANN, Ellen F. Parentesco e Reprodução Camponesa. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 192-219, 1985
- WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. **O Trabalho da Terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: EDUnB, 1997
- Woortmann, Ellen K. Família, mulher e meio ambiente no seringal. NIEMAYER, Ana M; DE GODOI, Emilia Pietrafesa (org.). **Além dos territórios: por uma troca entre etnologia indígena**. São Paulo: Mercado das Letras, p. 1-50, 1998

- WOORTMANN, Klaas. **Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral**. Série Antropológica, n. 69, Brasília, 1990
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, 1991, pp. 198-215
- WORSTER, Donald. Transformações na Terra: a perspectiva agroecológica na história. **Ambiente e Sociedade**, v. 5, n. 2, 2002/2003, pp. 23-44
- WURST, L.; MCGUIRE, Randall H. Immaculate consumption: a critique of “shop till you drop” school of human behavior. **International Journal of Historical Archaeology**, 3 (3), p. 191-199, 1999
- WURST, LouAnn. MCGUIRE, Randall H. Immaculate Consumption: A Critique of the “Shop till you drop” School of Human Behavior. **International Journal of Historical Archaeology**. September 1999, Volume 3, Issue 3, pp 191-199
- YEARLEY, S. **Sociology, Environmentalism, Globalization**. Londres: Sage, 1996
- ZANETTINI ARQUEOLOGIA. **Programa de resgate do patrimônio Arqueológico, histórico e cultural EF CIA Ferroviária do Nordeste – CFN. Trecho 3 – Cabo (PE) A Propriá (SE). Relatório final**. São Paulo: Zanettini Arqueologia, 2008
- ZANETTINI, Paulo E. **Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico da Casa Bandeirista**. Tese (doutorado), MAE/USP, São Paulo, 2005.
- ZANETTINI, Paulo E. Pequeno roteiro para a classificação de louças obtidas em pesquisas arqueológicas de sítios históricos. **Arqueologia**, 5. Curitiba, 1986, p. 117-130.
- ZANETTINI, Paulo E. Por uma arqueologia de Canudos e dos brasileiros iletrados. **Revista Canudos**, UNEB, p. 167-171, 1996.
- ZANETTINI, Paulo E.; BAVA DE CAMARGO, Paulo F. **Cacos e mais cacos de vidro: o que fazer com eles? O exemplo brasileiro**. São Paulo: Zanettini Arqueologia, 1999.
- ZANETTINI, Paulo E.; ROBRHAN-GONZALEZ, Erika M. **O salvamento arqueológico emergencial do Arraial de Canudos**. Salvador: UNEB, 1997
- ZANETTINI, Paulo E.; WICHES, Camila A. M. A cerâmica de produção local/regional em São Paulo colonial. In: MORALES, Walter F.; MOI, Flávia P. (org.) **Cenários regionais em Arqueologia Brasileira**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2009: 311-334
- ZARANKIN, Andrés. **Paredes que domesticam: arqueologia da arquitetura escolar capitalista**. Campinas: Unicamp, 2002.
- ZARANKIN, Andrés.; SENATORE, Maria X. Archaeology in Antarctica: nineteenth-century capitalism expansion strategies. **International Journal of Historical Archaeology**, p. 43-56, 2005.
- ZARANKIN, Andrés; SALERNO, Melissa A. "Sobre bonecas e carrinhos": desconstruindo as categoriais "feminino" e "masculino" no passado. **Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria**, v. 11-12, n. 20-21, p. 219-240, 2010.
- ZEDEÑO, M. L.; HOLLENBACK, L.; GRINNEL, C. From Path to Myth: Journeys and the Naturalization of Nation along the Upper Missouri River. SNEAD, James; DARLING, A.; ERICKSON, Clark. (ed) **The Anthropology of Paths and Trails**. Pennsylvania Press, Philadelphia, 2009, p. 106-133.
- ZEDEÑO, María N. The Archaeology of Territory and Territoriality. THOMAS, J.; DAVID, B. (ed.) **The Handbook of Landscape Archaeology**. California: Left Coast Press, p. 210-217, 2008.
- ZEDEÑO, María N.; BOWSER, B. J. The Archaeology of meaningful places. ZEDEÑO, María N.; BOWSER, B. J. (ed.) **The Archaeology of meaningful places**. Salt Lake City: Utah University Press, p. 1-14, 2009